ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 186

Brasília - DF, terça-feira, 27 de setembro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Cultura 12
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 15
Ministério da Fazenda 16
Ministério da Justiça 45
Ministério da Previdência Social 54
Ministério da Saúde 54
Ministério das Comunicações 62
Ministério das Relações Exteriores 84
Ministério de Minas e Energia 85
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 94
Ministério do Esporte 95
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 95
Ministério do Trabalho e Emprego 99
Ministério dos Transportes 100
Conselho Nacional do Ministério Público 100
Ministério Público da União 100
Poder Judiciário 112

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.230 **(1)**
ORIGEM : ADI - 42937 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CIDADANIA - ASPIM
ADV.(A/S) : MARCELO DA SILVA TROVÃO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : EDMUNDO STARLING LOUREIRO FRANCA E OUTRO
AGDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao recurso de agravo. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Plenário, 01.08.2011.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CIDADANIA (ASPIM) - ILEGITIMIDADE ATIVA - ENTIDADE DE CLASSE DE ÂMBITO NACIONAL - NÃO CARACTERIZAÇÃO.

1. Mantida a decisão de reconhecimento da inaptidão da agravante para instaurar controle abstrato de normas, uma vez não se amoldar à hipótese de legitimação prevista no art. 103, IX, "parte final", da Constituição Federal.

2. Não se considera entidade de classe a associação que, a pretexto de efetuar a defesa de toda a sociedade, patrocina interesses de diversas categorias profissionais e/ou econômicas não homogêneas.

3. Ausente a comprovação do caráter nacional da entidade, consistente na existência de membros ou associados em pelo menos nove estados da federação, não bastante para esse fim a mera declaração formal do qualificativo nos seus estatutos sociais. Precedente.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.570, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Altera o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - CIDE.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no **caput** do art. 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - R$ 192,60 (cento e noventa e dois reais e sessenta centavos) por metro cúbico de gasolinas e suas correntes; e
....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.095, de 4 de fevereiro de 2010; e

II - o art. 1º do Decreto nº 6.875, de 8 de junho de 2009, na parte em que dá nova redação ao inciso I do **caput** do art. 1º do Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004.

Brasília, 26 de setembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega

DECRETO DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital de instituição financeira a ser constituída pelo **The Royal Bank of Scotland**, PLC.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

D E C R E T A :

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira de até cem por cento no capital social de instituição financeira a ser constituída pelo **The Royal Bank of Scotland**, PLC, instituição financeira sediada na Escócia.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de setembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Alexandre Antonio Tombini

Presidência da República

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Resolução CAMEX nº 68, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2011, Seção 1, páginas 14 a 24,

Onde se lê:

NCM	Descrição
8422.40.90	dos alvéolos, com capacidade máxima de 90 ciclos e de 300cartelas/min em pista única, de dimensões máximas de 95 x 145mm, dotadas de sistema de inspeção de produtos com câmera colorida para detectar produtos fora de especificação, mesa de corte e emenda dos materiais de formação e de cobertura, estações de formação, picote, corte, codificação e de selagem comandadas por servo-motor, com capacidade para trabalhar com bobinas de material de formação com diâmetro máximo de 600mm e com bobinas de material de cobertura com diâmetro máximo de 300mm e sistema de transferência de blisteres livre de peças de formato; 1 máquina encartuchadora de movimento intermitente, com magazines de blisteres livres de peças de formato e ajustáveis para diferentes dimensões de blisteres, sistema de dobra e inserção de bulas, com sistema de preenchimento automático do magazine quando este estiver vazio, com alimentador rotativo de cartuchos, com magazine com capacidade máxima de 1.200 cartuchos e com capacidade máxima de 150cartuchos/min, de dimensões máximas de 115 x 90 x 150mm, dotados de painel de operação com tela tipo "touch screen"; 1 balança dinâmica de movimento contínuo para checagem de pesos individuais dos produtos, dotada de dispositivos de pesagem e rejeição de produtos fora do peso especificado; 1 máquina encaixotadora para empacotamento de cartuchos em caixas de embarque, dotada de magazine de caixas, sistema de armação e fechamento automático das caixas, alimentação máxima de 400cartuchos/min, controle de acúmulo de cartuchos, com capacidade máxima de 6caixas/min, dimensões máximas de 600 x 500 x 400mm

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Leia-se:

NCM	Descrição
8422.40.90	Ex 316 - Combinações de máquinas para embalar medicamentos com controlador lógico programável (CLP), compostas de: 1 máquina emblistadeira de movimento contínuo, para formar, encher, selar por rolos e cortar individualmente cartelas tipo blísteres alumínio/alumínio ou plástico/alumínio, com sistema de aquecimento de material para formação em 3 zonas, com sistema de corte indexado sem deixar retalho entre os blísteres, alimentador dedicado de produto no alvéolo, com controle a laser de posicionamento dos alvéolos, com capacidade máxima de 90 ciclos e de 300cartelas/min em pista única, de dimensões máximas de 95 x 145mm, dotadas de sistema de inspeção de produtos com câmera colorida para detectar produtos fora de especificação, mesa de corte e emenda dos materiais de formação e de cobertura, estações de formação, picote, corte, codificação e de selagem comandadas por servo-motor, com capacidade para trabalhar com bobinas de material de formação com diâmetro máximo de 600mm e com bobinas de material de cobertura com diâmetro máximo de 300mm e sistema de transferência de blísteres livre de peças de formato; 1 máquina encartuchadora de movimento intermitente, com magazines de blísteres livres de peças de formato e ajustáveis para diferentes dimensões de blísteres, sistema de dobra e inserção de bulas, com sistema de preenchimento automático do magazine quando este estiver vazio, com alimentador rotativo de cartuchos, com magazine com capacidade máxima de 1.200 cartuchos e com capacidade máxima de 150cartu-chos/min, de dimensões máximas de 115 x 90 x 150mm, dotados de painel de operação com tela tipo "touch screen"; 1 balança dinâmica de movimento contínuo para checagem de pesos individuais dos produtos, dotada de dispositivos de pesagem e rejeição de produtos fora do peso especificado; 1 máquina encaixotadora para empacotamento de cartuchos em caixas de embarque, dotada de magazine de caixas, sistema de armação e fechamento automático das caixas, alimentação máxima de 400cartuchos/min, controle de acúmulo de cartuchos, com capacidade máxima de 6caixas/min, dimensões máximas de 600 x 500 x 400mm

No art. 13 da Resolução CAMEX nº 68, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2011, Seção 1, páginas 14 a 24,

Onde se lê:

NCM	Descrição
8479.82.90	Ex 035 - Combinações de máquinas automáticas para fabricação de comprimidos por compactação, controladas por CLP (controlador lógico programável) com capacidade de produzir comprimidos de dupla camada, capacidade máxima de produção de 528.000comprimidos/h, considerando comprimidos de diâmetro máximo de 25mm, espessura máxima de 8,5mm e profundidade máxima de 22mm, com força máxima de compressão de 100kN e rotação compreendida entre 15 e 80rpm, compostas de: 1 compressora de comprimidos (de medicamentos sólidos) com rotor de 55 estações, dotada de mesa rotativa com segmentos intercambiáveis, sistema de troca rápida de rotor, sistema de "torque drive" com motor elétrico acoplado diretamente no eixo da compressora, capacidade de produzir comprimidos de dupla camada, sistema de retirada de amostras de comprimidos automaticamente, gabinete de compressão selado e painel de operação "touch screen"; 2 desempoeiradores verticais enca-binados (para comprimidos), dotados de sistema vibratório (capazes de elevar os comprimidos entre 500 desempoeiramento dos e 1.200mm), equipados com detectores de par-tículas metálicas (capazes de detectar partículas esféricas de aço inox de até 0,5mm dentro de comprimidos farmacêuticos); 2 dispositivos para abastecimento de 2 barricas de comprimidos simultaneamente; 1 sistema de rejeição de comprimidos não conformes à alta velocidade; 1 exaustor de pó (para exaustão de pó de produtos farmacêuticos durante o processo de vazão de 1.600m3/h e filtragem final classe H13 (filtragem absoluta); 1 inspetor compressão) com automático programável em produção, com capacidade de ins-pecionar os seguintes parâmetros dos comprimidos: peso (faixa de atuação entre 0,01 a 50g; resolução de 0,0001g e precisão de +/-0,0003g); dureza (faixa de atuação de 10 a 400N; resolução de 1N e precisão de +/-1N) e altura (faixa de atuação de 1 a 20mm; resolução de 0,01mm e precisão de +/-0,01mm)

Leia-se:

NCM	Descrição
8479.82.90	Ex 035 - Combinações de máquinas automáticas para fabricação de comprimidos por compactação, controladas por CLP (controlador lógico programável) com capacidade de produzir comprimidos de dupla camada, capacidade máxima de produção de 528.000comprimidos/h, considerando comprimidos de diâmetro máximo de 25mm, espessura máxima de 8,5mm e profundidade máxima de 22mm, com força máxima de compressão de 100kN e rotação compreendida entre 15 e 80rpm, compostas de: 1 compressora de comprimidos (de medicamentos sólidos) com rotor de 55 estações,dotada de mesa rotativa com segmentos intercambiáveis, sistema de troca rápida de rotor, sistema de "torque drive" com motor elétrico acoplado di-retamente no eixo da compressora, capacidade de produzir comprimidos de dupla camada, sistema de retirada de amostras de comprimidos automaticamente, gabinete de compressão selado e painel de operação "touch screen"; 2 desempoeiradores verticais encabinados (para desempoeiramento dos comprimidos), dotados de sis-tema vibratório (capazes de elevar os comprimidos entre 500 e 1.200mm), equipados com detectores de partículas metálicas (capazes de detectar partículas esféricas de aço inox de até 0,5mm dentro de comprimidos farmacêuticos); 2 dispositivos para abastecimento de 2 barricas de comprimidos simultaneamente; 1 sistema de rejeição de comprimidos não conformes à alta velocidade; 1 exaustor de pó (para exaustão de pó de produtos farmacêuticos durante o processo de compressão) com vazão de 1.600m3/h e filtragem final *classe* H13 (filtragem absoluta); 1 inspetor automático programável em produção, com capacidade de inspecionar os seguintes parâmetros dos comprimidos: peso (faixa de atuação entre 0,01 a 50g; resolução de 0,0001g e precisão de +/-0,0003g); dureza (faixa de atuação de 10 a 400N; resolução de 1N e precisão de +/-1N) e altura (faixa de atuação de 1 a 20mm; resolução de 0,01mm e precisão de +/-0,01mm)

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07

BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/08/2011

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**412.027**	***Circulante***	**311.387**
Caixa e Bancos	103.580	Salários e Obrigações Sociais	35.765
Aplicações Financeiras	272.963	Fornecedores e Prestadores de Serviços	11.916
Contas a Receber, líquidas	32.127	Impostos e Contribuições a Recolher	16.783
Estoques	677	Débitos Trabalhistas Parcelados	12.078
Créditos Tributários	255	Empréstimos e Financiamentos	2.191
Despesas Antecipadas	1.813	Plano de Pensão	116.089
Outros Créditos	612	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	22.245
		Provisão p/Plano de Desligamento Incentivado.	27.712
		Adicional de Tarifa Portuária – ATP	58.890
		Outras Obrigações	7.718
Não Circulante	**1.545.954**	***Não Circulante***	**741.448**
Realizável a Longo Prazo	**589.434**	***Exigível a Longo Prazo***	**741.448**
Contas a Receber, líquidas	508.930	Empréstimos e Financiamentos	9.122
Valores a Receber da União	34.730	Plano de Pensão	52.589
Bens Destinados a Alienação	931	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	160.065
Depósitos Judiciais – Recursos	44.843	Receita Diferida	495.199
		Outras Obrigações	24.473
Investimentos	5	***Patrimônio Líquido***	**905.146**
Imobilizado	953.144	Capital Social	698.071
Intangível	3.371	Reserva Legal	6.880
		Retenção de Lucros	33.553
		Lucros (Prejuízos) do Exercício	68.675
		Reserva para Aumento de Capital	97.967
TOTAL DO ATIVO	**1.957.981**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.957.981**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2011 A 31-08-2011

	R$ MIL
RECEITA LÍQUIDA	404.979
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(180.220)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(84.690)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(42.545)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	6.959
RESULTADO OPERACIONAL	104.483
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(35.808)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	68.675

JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA DIRETOR-PRESIDENTE
ALENCAR S. DA COSTA DIRETOR DE ADM. E FINANÇAS
MARIO SÉRGIO R. ALONSO CONTADOR CRC/1SP135973/O-6

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092700002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 164, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21022.000168/2009-83, resolve:

Art. 1º Credenciar o C. M. dos Santos J. R. Fonseca Laboratório Veterinário, CNPJ nº 13.239.988/0001-98, situado na Rua Luis Domingues, nº 1400, 1º andar, Centro, CEP 65.901-430, Imperatriz/MA, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 12, de 29 de janeiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 27, de 09 de fevereiro de 1998, Seção 1, pág.: 16.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 165, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21030.002528/2008-00, resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa A.R. Carvalho Comércio e Representação - ME, CNPJ nº 03.828.614/0001-54, situado na Tv. Agrário Cavalcante, nº 637-A, Recreio, CEP 68.371-140, Altamira/PA, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 11, de 18 de março de 2003, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 56, de 21 de março de 2003, Seção 1, pág.: 09 e 10.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL

PORTARIA Nº 366, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de melancia no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

A melancia (Citrullus lanatus), originária do continente africano, é uma planta anual de crescimento rasteiro, pertencente à família das cucurbitáceas.

No Brasil, segundo dados do IBGE 2009, os principais Estados produtores são Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás, com produtividades médias, respectivamente, de 23,92, 18,89 e 33,45 toneladas/há.

A produtividade da cultura vem apresentando, nos últimos anos, grande incremento devido, principalmente, aos cultivos conduzidos com irrigação.

Os elementos climáticos de maior relevância para o cultivo da melancia em regime de sequeiro são temperatura, umidade relativa do ar, pluviosidade e fotoperíodo.

Clima ameno a quente, dias longos e baixa umidade relativa do ar favorecem o desenvolvimento da cultura e a qualidade dos frutos.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio, com menor risco climático, para o cultivo da melancia em regime de sequeiro, no Estado do Rio Grande do Sul.

Essa identificação foi realizada com base em um modelo de balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros nas 250 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) temperatura do ar: utilizados os valores médios de temperatura nas 36 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fases fenológicas: para efeito de simulação foram consideradas cultivares com ciclo médio de 80 dias e as seguintes fases fonológicas: germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de frutos e maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura: utilizados dados obtidos experimentalmente e constantes da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 40, 50 e 60 mm, respectivamente.

Os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), foram calculados por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de frutos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram utilizados os seguintes critérios para o cultivo da melancia em regime de sequeiro, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,45;
- probabilidade superior a 0,8 de ocorrência de temperatura média anual maior ou igual a 18ºC e
- probabilidade superior a 0,8 de ocorrência de temperatura mínima média mensal maior ou igual a 12ºC

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram, em, no mínimo 20% de seu território, condições de temperatura dentro dos critérios estabelecidos e ISNA maior ou igual a 0,45, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de melancia no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, para a cultura de melancia no Estado do Rio Grande do Sul, as cultivares de melancia registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaíra			30 a 31
Acajutiba	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Adustina	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Água Fria	08 a 18	08 a 18	08 a 18
Aiquara	07 a 18	06 a 18	05 a 18
Alagoinhas	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Alcobaça	28 a 32 + 04 a 18	28 a 33 + 03 a 18	28 a 34 + 01 a 18
Almadina	28 a 29 + 04 a 18	28 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 33 a 34 + 02 a 18
Amargosa	01 a 18	01 a 18	01 a 18
Amélia Rodrigues	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Anagé	28 a 30	28 a 32	28 a 33
Andaraí			29 a 30
Angical	28 a 33 + 01 a 02	28 a 04	28 a 04
Anguera	08 a 18	08 a 18	08 a 18
Antas	12 a 17	11 a 17	11 a 17
Antônio Cardoso	07 a 18	07 a 18	07 a 18
Antônio Gonçalves	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Aporá	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Apuarema	04 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18
Araças	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Aracatu	29 a 30	29 a 32	28 a 32
Araci	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Aramari	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Arataca	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Aratuípe	04 a 18	02 a 18	02 a 18
Aurelino Leal	07 a 18	28 a 29 + 05 a 18	28 a 29 + 04 a 18
Baianópolis	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Banzaê	13 a 16	12 a 17	12 a 17
Barra	30 a 33	30 a 33	29 a 34 + 01a 04
Barra da Estiva		29 a 31	29 a 32
Barra do Choça	28 a 30 + 06 a 16	28 a 32 + 05 a 17	28 a 34 + 04 a 17
Barra do Rocha	04 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18
Barreiras	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Barro Preto	28 a 30 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 18
Barrocas	13 a 16	13 a 16	12 a 17
Belmonte	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Belo Campo	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Biritinga	11 a 17	11 a 18	08 a 18
Boa Nova	07 a 16	29 a 30 + 07 a 17	28 a 31 + 05 a 17
Bom Jesus da Lapa	29 a 32	29 a 33	29 a 33
Bom Jesus da Serra	29 a 30 + 08 a 09 + 14 a 15	29 a 30 + 07 a 09 + 13 a 15	28 a 33 + 07 a 09 + 13 a 15
Boquira		31 a 32	31 a 32
Botuporã		29 a 31	29 a 32
Brejões	10 a 17	08 a 18	07 a 18
Brejolândia	29 a 32	29 a 33	29 a 33 + 36 a 01
Brumado	29 a 30	29 a 31	28 a 32
Buerarema	28 a 30 + 01 a 18	28 a 32 + 01 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Buritirama	29 a 33	29 a 04	29 a 05
Caatiba	28 a 30 + 07 a 16	28 a 32 + 06 a 16	28 a 33 + 04 a 16
Cabaceiras do Paraguaçu	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Cachoeira	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Caculé	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Caém	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Caetanos	29 a 30	29 a 32	28 a 32
Caetité	29 a 31	29 a 32	29 a 33
Cairu	36 a 18	29 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Caldeirão Grande		14 a 15	14 a 15
Camacan	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Camaçari	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Camamu	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Canápolis	29 a 32	28 a 33	28 a 33 + 01 a 02
Canavieiras	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Candeal	11 a 17	10 a 18	10 a 18
Candeias	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Candiba	29 a 31	29 a 32	29 a 33
Cândido Sales	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Caraíbas	29 a 30	28 a 32	28 a 33
Caravelas	28 a 32 + 06 a 08 + 15 a 16	28 a 33 + 03 a 18	28 a 34 + 02 a 18
Cardeal da Silva	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Carinhanha	29 a 33	28 a 33	28 a 34
Castro Alves	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Catolândia	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04	28 a 04
Catu	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Caturama			29 a 32
Cícero Dantas	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Cipó	12 a 16	12 a 17	11 a 17
Coaraci	28 a 29 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 33 a 34 + 01 a 18
Cocos	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Conceição da Feira	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Conceição do Almeida	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Conceição do Coité	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Conceição do Jacuípe	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Conde	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Condeúba	29 a 31	28 a 32	28 a 33
Contendas do Sincorá	29 a 30	29 a 31	29 a 32
Coração de Maria	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Cordeiros	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Coribe	28 a 33	28 a 33	28 a 34 + 01 a 02
Coronel João Sá	12 a 17	12 a 17	12 a 17
Correntina	28 a 05	28 a 06	28 a 06
Cotegipe	29 a 33 + 01 a 02	28 a 04	28 a 04
Cravolândia	06 a 18	06 a 18	01 a 18
Crisópolis	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Cristópolis	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Cruz das Almas	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Dário Meira	07 a 17	28 a 30 + 05 a 17	28 a 30 + 04 a 18
Dias d'Ávila	06 a 18	04 a 18	04 a 18
Dom Basílio	29 a 30	29 a 30	29 a 32
Dom Macedo Costa	04 a 18	04 a 18	02 a 18
Elísio Medrado	06 a 18	02 a 18	02 a 18
Encruzilhada	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Entre Rios	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Érico Cardoso			30 a 32
Esplanada	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Euclides da Cunha	12 a 15	12 a 16	12 a 16
Eunápolis	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 18
Fátima	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Feira da Mata	28 a 33	28 a 33	28 a 34
Feira de Santana	08 a 18	07 a 18	07 a 18
Firmino Alves	28 a 29 + 07 a 16	28 a 29 + 04 a 16	28 a 33 + 04 a 16

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Floresta Azul	06 a 17	28 a 29 + 04 a 17	28 a 30 + 33 a 34 + 04 a 18
Formosa do Rio Preto	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Gandu	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Gentio do Ouro			32 a 33
Gongogi	07 a 18	28 a 29 + 05 a 18	28 a 29 + 04 a 18
Governador Mangabeira	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Guajeru	29 a 30	29 a 32	28 a 33
Guanambi	29 a 31	29 a 32	29 a 33
Guaratinga	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 18
Heliópolis	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Iaçu	13 a 15	12 a 15	12 a 15
Ibiassucê	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Ibicaraí	28 a 29 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 33 a 34 + 01 a 18
Ibicoara			30 a 31
Ibicuí	06 a 17	28 a 29 + 04 a 18	28 a 30 + 34 a 35 + 03 a 18
Ibipitanga			32 a 33
Ibirapitanga	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Ibirapuã	28 a 33	28 a 33 + 02 a 03 + 07 a 08	28 a 34 + 02 a 08
Ibirataia	04 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Ibotirama	31 a 32	31 a 33	31 a 33 + 02 a 03
Ichu	12 a 17	11 a 17	11 a 18
Igaporã	29 a 32	29 a 32	29 a 33
Igrapiúna	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Iguaí	06 a 17	28 a 30 + 05 a 17	28 a 30 + 34 a 35 + 04 a 17
Ilhéus	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Inhambupe	08 a 18	07 a 18	07 a 18
Ipecaetá	08 a 18	08 a 18	08 a 18
Ipiaú	05 a 18	29 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18
Ipirá	12 a 15	12 a 15	12 a 15
Irajuba	12 a 15	12 a 15	12 a 15
Irará	08 a 18	08 a 18	07 a 18
Itabela	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 18
Itabuna	28 a 30 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 18
Itacaré	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Itagi	07 a 09 + 12 a 17	07 a 17	07 a 17
Itagiba	07 a 18	28 a 29 + 05 a 18	28 a 29 + 04 a 18
Itagimirim	28 a 33 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Itaju do Colônia	28 a 30 + 07 a 16	28 a 30 + 05 a 16	28 a 30 + 04 a 16
Itajuípe	28 a 30 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 18
Itamaraju	28 a 33 + 03 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 34 + 01 a 18
Itamari	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Itambé	28 a 30 + 08 a 09 + 13 a 15	28 a 32 + 07 a 15	28 a 33 + 05 a 16
Itanagra	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Itanhém	28 a 33 + 05 a 09	28 a 33 + 02 a 13 + 16 a 17	28 a 34 + 02 a 13 + 16 a 17
Itaparica	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Itapé	28 a 29 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 33 a 34 + 01 a 18
Itapebi	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Itapetinga	28 a 29 + 07 a 16	28 a 30 + 05 a 16	28 a 33 + 04 a 16
Itapicuru	12 a 17	06 a 08 + 11 a 18	06 a 18
Itapitanga	04 a 18	28 a 29 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18
Itaquara	06 a 18	06 a 18	01 a 02 + 05 a 18
Itarantim	28 a 30 + 04 a 18	28 a 33 + 03 a 18	28 a 33 + 02 a 18
Itatim	08 a 17	08 a 17	07 a 17
Itiruçu	12 a 15	11 a 16	11 a 16
Itororó	28 a 29 + 08 a 16	28 a 30 + 05 a 16	28 a 30 + 04 a 16
Ituaçu	29 a 30	29 a 31	29 a 32
Ituberá	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Iuiú	29 a 33	28 a 33	28 a 34
Jaborandi	28 a 05	28 a 05	28 a 05
Jacaraci	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Jacobina		14 a 15	14 a 15
Jaguaquara	06 a 18	06 a 18	01 a 02 + 05 a 18
Jaguarari		14 a 15	14 a 15
Jaguaripe	02 a 18	01 a 18	01 a 18
Jandaíra	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Jequié	13 a 16	08 a 09 + 13 a 16	07 a 09 + 12 a 16
Jeremoabo	13 a 14	13 a 15	13 a 15
Jiquiriçá	01 a 18	01 a 18	29 a 30 + 01 a 18
Jitaúna	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Jucuruçu	28 a 33 + 02 a 17	28 a 33 + 01 a 18	28 a 34 + 01 a 18
Jussari	28 a 30 + 02 a 18	28 a 31 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Jussiape		30 a 31	29 a 32
Lagoa Real	29 a 30	29 a 31	29 a 32
Laje	01 a 18	01 a 18	01 a 18
Lajedão	28 a 33	28 a 33 + 02 a 03 + 07 a 08	28 a 34 + 02 a 08
Lajedo do Tabocal	13 a 15	13 a 15	12 a 15
Lamarão	10 a 18	10 a 18	10 a 18
Lauro de Freitas	06 a 18	04 a 18	04 a 18
Lençóis			29 a 30
Licínio de Almeida	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Livramento de Nossa Senhora	29 a 30	29 a 31	29 a 32
Luís Eduardo Magalhães	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Macarani	28 a 30 + 08 a 09	28 a 33 + 07 a 09 + 14 a 15	28 a 33 + 05 a 10 + 14 a 15
Macaúbas	29 a 32	29 a 32	29 a 33
Madre de Deus	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Maetinga	29 a 30	28 a 32	28 a 33
Maiquinique	28 a 30 + 07 a 16	28 a 33 + 04 a 16	28 a 33 + 03 a 16
Malhada	29 a 33	28 a 33	28 a 34
Malhada de Pedras	29 a 30	29 a 32	29 a 32
Manoel Vitorino		29 a 30	29 a 32
Mansidão	29 a 02	29 a 05	28 a 05
Maragogipe	04 a 18	04 a 18	04 a 18
Maraú	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Mascote	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Mata de São João	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Matina	29 a 32	29 a 33	29 a 33
Medeiros Neto	28 a 33 + 06 a 08	28 a 33 + 02 a 10	28 a 34 + 02 a 12
Milagres	07 a 18	06 a 18	05 a 18
Mirangaba	14 a 15	14 a 15	14 a 15
Mirante	29 a 30	29 a 30	29 a 32
Morpará		31 a 33	31 a 33 + 03
Mortugaba	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Mucugê			29 a 30
Mucuri	28 a 32	28 a 33 + 07 a 08 + 02 a 03	28 a 34 + 07 a 08 + 02 a 03
Muniz Ferreira	04 a 18	04 a 18	03 a 18
Muquém de São Francisco	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Muritiba	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Mutuípe	36 a 18	36 a 18	29 + 36 a 18
Nazaré	04 a 18	04 a 18	04 a 18
Nilo Peçanha	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Nova Canaã	28 a 30 + 06 a 17	28 a 30 + 05 a 17	28 a 34 + 04 a 17
Nova Ibiá	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Nova Itarana	12 a 15	12 a 15	11 a 15
Nova Soure	12 a 17	06 a 07 + 10 a 18	06 a 18
Nova Viçosa	28 a 32 + 07 a 08 + 15 a 16	28 a 33 + 03 a 12 + 15 a 17	28 a 34 + 02 a 12 + 15 a 17
Novo Triunfo	12 a 17	11 a 17	11 a 17
Olindina	08 a 17	06 a 18	06 a 18
Ouriçangas	08 a 18	07 a 18	07 a 18
Palmas de Monte Alto	29 a 32	29 a 33	28 a 33
Paramirim		29 a 30	29 a 32
Paratinga	31 a 32	29 a 32	29 a 33
Paripiranga	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Pau Brasil	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18
Pé de Serra	13 a 14	13 a 14	13 a 14
Pedrão	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Pedro Alexandre	12 a 16	12 a 16	12 a 17
Pilão Arcado		31 a 32	31 a 34
Pindaí	29 a 31	29 a 32	29 a 33
Pindobaçu	13 a 14	13 a 14	13 a 14
Piraí do Norte	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Piripá	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Planaltino	13 a 15	13 a 15	12 a 15
Planalto	28 a 30 + 06 a 17	28 a 33 + 05 a 17	28 a 34 + 04 a 17
Poções	28 a 30 + 07 a 16	28 a 32 + 05 a 17	28 a 34 + 04 a 17
Pojuca	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Porto Seguro	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 18
Potiraguá	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18
Prado	28 a 32 + 04 a 18	28 a 33 + 03 a 18	28 a 34 + 01 a 18
Presidente Jânio Quadros	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Presidente Tancredo Neves	36 a 18	29 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Quijingue	13 a 15	12 a 16	12 a 16
Rafael Jambeiro	11 a 15	11 a 15	11 a 15
Retirolândia		14 a 15	14 a 15
Riachão das Neves	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Riachão do Jacuípe	12 a 16	12 a 16	12 a 17
Riacho de Santana	29 a 32	29 a 33	28 a 33
Ribeira do Amparo	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Ribeira do Pombal	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Ribeirão do Largo	28 a 30	28 a 33	28 a 33
Rio de Contas		29 a 30	29 a 32
Rio do Antônio	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Rio do Pires			30 a 32
Rio Real	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Salinas da Margarida	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Salvador	06 a 18	04 a 18	04 a 18
Santa Bárbara	10 a 18	10 a 18	10 a 18
Santa Cruz Cabrália	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 18
Santa Cruz da Vitória	28 a 29 + 07 a 16	28 a 29 + 05 a 16	28 a 30 + 04 a 16
Santa Inês	01 a 02 + 05 a 18	01 a 18	01 a 18
Santa Luzia	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Santa Maria da Vitória	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Santa Rita de Cássia	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Santa Teresinha	07 a 18	07 a 18	07 a 18
Santaluz		14 a 15	14 a 15
Santana	29 a 32	29 a 33	28 a 33
Santanópolis	10 a 18	10 a 18	10 a 18
Santo Amaro	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Santo Antônio de Jesus	04 a 18	02 a 18	02 a 18
Santo Estêvão	08 a 18	08 a 18	07 a 18
São Desidério	28 a 05	28 a 06	28 a 06
São Felipe	04 a 18	04 a 18	04 a 18
São Félix	06 a 18	05 a 18	05 a 18
São Félix do Coribe	29 a 32	29 a 33	28 a 33
São Francisco do Conde	06 a 18	05 a 18	05 a 18
São Gonçalo dos Campos	07 a 18	06 a 18	06 a 18
São José da Vitória	28 a 31 + 36 a 18	28 a 32 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18
São Miguel das Matas	01 a 18	01 a 18	01 a 18
São Sebastião do Passé	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Sapeaçu	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Sátiro Dias	11 a 17	08 a 18	08 a 18
Saubara	06 a 18	05 a 18	04 a 18
Saúde	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Sebastião Laranjeiras	29 a 33	29 a 33	28 a 33
Senhor do Bonfim	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Serra do Ramalho	29 a 32	29 a 33	28 a 33
Serra Dourada	29 a 32	29 a 32	29 a 33
Serra Preta	10 a 17	10 a 18	10 a 18
Serrinha	11 a 17	11 a 18	11 a 18
Simões Filho	06 a 18	05 a 18	04 a 18
Sítio do Mato	29 a 32	29 a 32	29 a 33
Sítio do Quinto	12 a 17	12 a 17	11 a 17
Tabocas do Brejo Velho	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Tanhaçu	29 a 30	29 a 30	28 a 32
Tanque Novo	29 a 30	29 a 32	29 a 32
Tanquinho	10 a 18	10 a 18	10 a 18
Taperoá	36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Teixeira de Freitas	28 a 32 + 04 a 09 + 14 a 17	28 a 33 + 03 a 18	28 a 34 + 02 a 18
Teodoro Sampaio	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Teofilândia	13 a 16	13 a 16	13 a 17
Teolândia	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Terra Nova	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Tremedal	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Tucano	12 a 16	12 a 16	12 a 17
Ubaíra	01 a 02 + 05 a 18	01 a 18	01 a 18
Ubaitaba	06 a 18	28 a 29 + 02 a 18	28 a 29 + 02 a 18
Ubatã	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Uma	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Urandi	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Uruçuca	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Valença	36 a 18	29 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Varzedo	04 a 18	02 a 18	02 a 18
Vera Cruz	04 a 18	04 a 18	02 a 18
Vereda	28 a 33 + 03 a 18	28 a 33 + 02 a 18	28 a 34 + 02 a 18
Vitória da Conquista	28 a 30	28 a 33	28 a 33
Wanderley	29 a 33	29 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Wenceslau Guimarães	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Xique-Xique		32 a 33	31 a 33

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 367, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de melancia no Estado da Bahia, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

A melancia (Citrullus lanatus), originária do continente africano, é uma planta anual de crescimento rasteiro, pertencente à família das cucurbitáceas.

No Brasil, segundo dados do IBGE 2009, os principais Estados produtores são Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás, com produtividades médias, respectivamente, de 23,92, 18,89 e 33,45 toneladas/há.

A produtividade da cultura vem apresentando, nos últimos anos, grande incremento devido, principalmente, aos cultivos conduzidos com irrigação.

Os elementos climáticos de maior relevância para o cultivo da melancia em regime de sequeiro são temperatura, umidade relativa do ar, pluviosidade e fotoperíodo.

Clima ameno a quente, dias longos e baixa umidade relativa do ar favorecem o desenvolvimento da cultura e a qualidade dos frutos.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio, com menor risco climático, para o cultivo da melancia em regime de sequeiro, no Estado da Bahia.

Essa identificação foi realizada com base em um modelo de balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros nas 250 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) temperatura do ar: utilizados os valores médios de temperatura nas 36 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fases fenológicas: para efeito de simulação foram consideradas cultivares com ciclo médio de 80 dias e as seguintes fases fonológicas: germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de frutos e maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura: utilizados dados obtidos experimentalmente e constantes da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 40, 50 e 60 mm, respectivamente.

Os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), foram calculados por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de frutos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram utilizados os seguintes critérios para o cultivo da melancia em regime de sequeiro, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,45;
- probabilidade superior a 0,8 de ocorrência de temperatura média anual maior ou igual a 18ºC e
- probabilidade superior a 0,8 de ocorrência de temperatura mínima média mensal maior ou igual a 12ºC

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram, em, no mínimo 20% de seu território, condições de temperatura dentro dos critérios estabelecidos e ISNA maior ou igual a 0,45, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de melancia no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, para a cultura de melancia no Estado da Bahia, as cultivares de melancia registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA		
	SOLO TIPO 1	SOLO TIPO 2	SOLO TIPO 3
Abaíra			30 a 31
Acajutiba	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Adustina	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Água Fria	08 a 18	08 a 18	08 a 18
Aiquara	07 a 18	06 a 18	05 a 18
Alagoinhas	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Alcobaça	28 a 32 + 04 a 18	28 a 33 + 03 a 18	28 a 34 + 01 a 18
Almadina	28 a 29 + 04 a 18	28 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 33 a 34 + 02 a 18
Amargosa	01 a 18	01 a 18	01 a 18
Amélia Rodrigues	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Anagé	28 a 30	28 a 32	28 a 33
Andaraí			29 a 30
Angical	28 a 33 + 01 a 02	28 a 04	28 a 04
Anguera	08 a 18	08 a 18	08 a 18
Antas	12 a 17	11 a 17	11 a 17
Antônio Cardoso	07 a 18	07 a 18	07 a 18
Antônio Gonçalves	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Aporá	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Apuarema	04 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18
Araças	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Aracatu	29 a 30	29 a 32	28 a 32
Araci	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Aramari	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Arataca	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Aratuípe	04 a 18	02 a 18	02 a 18
Aurelino Leal	07 a 18	28 a 29 + 05 a 18	28 a 29 + 04 a 18
Baianópolis	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Banzaê	13 a 16	12 a 17	12 a 17
Barra	30 a 33	30 a 33	29 a 34 + 01a 04
Barra da Estiva		29 a 31	29 a 32
Barra do Choça	28 a 30 + 06 a 16	28 a 32 + 05 a 17	28 a 34 + 04 a 17
Barra do Rocha	04 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18
Barreiras	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Barro Preto	28 a 30 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 18
Barrocas	13 a 16	13 a 16	12 a 17
Belmonte	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Belo Campo	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Biritinga	11 a 17	11 a 18	08 a 18
Boa Nova	07 a 16	29 a 30 + 07 a 17	28 a 31 + 05 a 17
Bom Jesus da Lapa	29 a 32	29 a 33	29 a 33
Bom Jesus da Serra	29 a 30 + 08 a 09 + 14 a 15	29 a 30 + 07 a 09 + 13 a 15	28 a 33 + 07 a 09 + 13 a 15
Boquira		31 a 32	31 a 32
Botuporã		29 a 31	29 a 32
Brejões	10 a 17	08 a 18	07 a 18
Brejolândia	29 a 32	29 a 33	29 a 33 + 36 a 01
Brumado	29 a 30	29 a 31	28 a 32
Buerarema	28 a 30 + 01 a 18	28 a 32 + 01 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Buritirama	29 a 33	29 a 04	29 a 05
Caatiba	28 a 30 + 07 a 16	28 a 32 + 06 a 16	28 a 33 + 04 a 16
Cabaceiras do Paraguaçu	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Cachoeira	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Caculé	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Caém	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Caetanos	29 a 30	29 a 32	28 a 32
Caetité	29 a 31	29 a 32	29 a 33
Cairu	36 a 18	29 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Caldeirão Grande		14 a 15	14 a 15
Camacan	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Camaçari	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Camamu	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Canápolis	29 a 32	28 a 33	28 a 33 + 01 a 02
Canavieiras	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Candeal	11 a 17	10 a 18	10 a 18
Candeias	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Candiba	29 a 31	29 a 32	29 a 33
Cândido Sales	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Caraíbas	29 a 30	28 a 32	28 a 33
Caravelas	28 a 32 + 06 a 08 + 15 a 16	28 a 33 + 03 a 18	28 a 34 + 02 a 18
Cardeal da Silva	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Carinhanha	29 a 33	28 a 33	28 a 34
Castro Alves	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Catolândia	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04	28 a 04
Catu	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Caturama			29 a 32
Cícero Dantas	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Cipó	12 a 16	12 a 17	11 a 17
Coaraci	28 a 29 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 33 a 34 + 01 a 18
Cocos	28 a 04	28 a 05	28 a 05
Conceição da Feira	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Conceição do Almeida	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Conceição do Coité	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Conceição do Jacuípe	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Conde	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Condeúba	29 a 31	28 a 32	28 a 33
Contendas do Sincorá	29 a 30	29 a 31	29 a 32
Coração de Maria	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Cordeiros	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Coribe	28 a 33	28 a 33	28 a 34 + 01 a 02
Coronel João Sá	12 a 17	12 a 17	12 a 17
Correntina	28 a 05	28 a 06	28 a 06
Cotegipe	29 a 33 + 01 a 02	28 a 04	28 a 04
Cravolândia	06 a 18	06 a 18	01 a 18
Crisópolis	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Cristópolis	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Cruz das Almas	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Dário Meira	07 a 17	28 a 30 + 05 a 17	28 a 30 + 04 a 18
Dias d'Ávila	06 a 18	04 a 18	04 a 18
Dom Basílio	29 a 30	29 a 30	29 a 32
Dom Macedo Costa	04 a 18	04 a 18	02 a 18
Elísio Medrado	06 a 18	02 a 18	02 a 18
Encruzilhada	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Entre Rios	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Érico Cardoso			30 a 32
Esplanada	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Euclides da Cunha	12 a 15	12 a 16	12 a 16
Eunápolis	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 18
Fátima	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Feira da Mata	28 a 33	28 a 33	28 a 34
Feira de Santana	08 a 18	07 a 18	07 a 18
Firmino Alves	28 a 29 + 07 a 16	28 a 29 + 04 a 16	28 a 33 + 04 a 16
Floresta Azul	06 a 17	28 a 29 + 04 a 17	28 a 30 + 33 a 34 + 04 a 18
Formosa do Rio Preto	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Gandu	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Gentio do Ouro			32 a 33
Gongogi	07 a 18	28 a 29 + 05 a 18	28 a 29 + 04 a 18
Governador Mangabeira	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Guajeru	29 a 30	29 a 32	28 a 33
Guanambi	29 a 31	29 a 32	29 a 33
Guaratinga	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 18
Heliópolis	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Iaçu	13 a 15	12 a 15	12 a 15
Ibiassucê	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Ibicaraí	28 a 29 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 33 a 34 + 01 a 18
Ibicoara			30 a 31
Ibicuí	06 a 17	28 a 29 + 04 a 18	28 a 30 + 34 a 35 + 03 a 18
Ibipitanga			32 a 33
Ibirapitanga	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Ibirapuã	28 a 33	28 a 33 + 02 a 03 + 07 a 08	28 a 34 + 02 a 08
Ibirataia	04 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Ibotirama	31 a 32	31 a 33	31 a 33 + 02 a 03
Ichu	12 a 17	11 a 17	11 a 18
Igaporã	29 a 32	29 a 32	29 a 33
Igrapiúna	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Iguaí	06 a 17	28 a 30 + 05 a 17	28 a 30 + 34 a 35 + 04 a 17
Ilhéus	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Inhambupe	08 a 18	07 a 18	07 a 18
Ipecaetá	08 a 18	08 a 18	08 a 18
Ipiaú	05 a 18	29 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18
Ipirá	12 a 15	12 a 15	12 a 15
Irajuba	12 a 15	12 a 15	12 a 15
Irará	08 a 18	08 a 18	07 a 18
Itabela	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 18
Itabuna	28 a 30 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 18
Itacaré	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Itagi	07 a 09 + 12 a 17	07 a 17	07 a 17
Itagiba	07 a 18	28 a 29 + 05 a 18	28 a 29 + 04 a 18
Itagimirim	28 a 33 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Itaju do Colônia	28 a 30 + 07 a 16	28 a 30 + 05 a 16	28 a 30 + 04 a 16
Itajuípe	28 a 30 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 18
Itamaraju	28 a 33 + 03 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 34 + 01 a 18
Itamari	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Itambé	28 a 30 + 08 a 09 + 13 a 15	28 a 32 + 07 a 15	28 a 33 + 05 a 16
Itanagra	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Itanhém	28 a 33 + 05 a 09	28 a 33 + 02 a 13 + 16 a 17	28 a 34 + 02 a 13 + 16 a 17
Itaparica	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Itapé	28 a 29 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18	28 a 30 + 33 a 34 + 01 a 18
Itapebi	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18
Itapetinga	28 a 29 + 07 a 16	28 a 30 + 05 a 16	28 a 33 + 04 a 16
Itapicuru	12 a 17	06 a 08 + 11 a 18	06 a 18
Itapitanga	04 a 18	28 a 29 + 02 a 18	28 a 30 + 02 a 18
Itaquara	06 a 18	06 a 18	01 a 02 + 05 a 18
Itarantim	28 a 30 + 04 a 18	28 a 33 + 03 a 18	28 a 33 + 02 a 18
Itatim	08 a 17	08 a 17	07 a 17
Itiruçu	12 a 15	11 a 16	11 a 16
Itororó	28 a 29 + 08 a 16	28 a 30 + 05 a 16	28 a 30 + 04 a 16
Ituaçu	29 a 30	29 a 31	29 a 32
Ituberá	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Iuiú	29 a 33	28 a 33	28 a 34
Jaborandi	28 a 05	28 a 05	28 a 05
Jacaraci	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Jacobina		14 a 15	14 a 15
Jaguaquara	06 a 18	06 a 18	01 a 02 + 05 a 18
Jaguarari		14 a 15	14 a 15
Jaguaripe	02 a 18	01 a 18	01 a 18
Jandaíra	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Jequié	13 a 16	08 a 09 + 13 a 16	07 a 09 + 12 a 16
Jeremoabo	13 a 14	13 a 15	13 a 15
Jiquiriçá	01 a 18	01 a 18	29 a 30 + 01 a 18
Jitaúna	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Jucuruçu	28 a 33 + 02 a 17	28 a 33 + 01 a 18	28 a 34 + 01 a 18
Jussari	28 a 30 + 02 a 18	28 a 31 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Jussiape		30 a 31	29 a 32
Lagoa Real	29 a 30	29 a 31	29 a 32
Laje	01 a 18	01 a 18	01 a 18
Lajedão	28 a 33	28 a 33 + 02 a 03 + 07 a 08	28 a 34 + 02 a 08
Lajedo do Tabocal	13 a 15	13 a 15	12 a 15
Lamarão	10 a 18	10 a 18	10 a 18
Lauro de Freitas	06 a 18	04 a 18	04 a 18
Lençóis			29 a 30
Licínio de Almeida	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Livramento de Nossa Senhora	29 a 30	29 a 31	29 a 32
Luís Eduardo Magalhães	28 a 05	28 a 05	28 a 06
Macarani	28 a 30 + 08 a 09	28 a 33 + 07 a 09 + 14 a 15	28 a 33 + 05 a 10 + 14 a 15
Macaúbas	29 a 32	29 a 32	29 a 33
Madre de Deus	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Maetinga	29 a 30	28 a 32	28 a 33
Maiquinique	28 a 30 + 07 a 16	28 a 33 + 04 a 16	28 a 33 + 03 a 16
Malhada	29 a 33	28 a 33	28 a 34
Malhada de Pedras	29 a 30	29 a 32	29 a 32
Manoel Vitorino		29 a 30	29 a 32
Mansidão	29 a 02	29 a 05	28 a 05
Maragogipe	04 a 18	04 a 18	04 a 18
Maraú	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Mascote	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Mata de São João	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Matina	29 a 32	29 a 33	29 a 33
Medeiros Neto	28 a 33 + 06 a 08	28 a 33 + 02 a 10	28 a 34 + 02 a 12
Milagres	07 a 18	06 a 18	05 a 18
Mirangaba	14 a 15	14 a 15	14 a 15
Mirante	29 a 30	29 a 30	29 a 32
Morpará		31 a 33	31 a 33 + 03
Mortugaba	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Mucugê			29 a 30
Mucuri	28 a 32	28 a 33 + 07 a 08 + 02 a 03	28 a 34 + 07 a 08 + 02 a 03
Muniz Ferreira	04 a 18	04 a 18	03 a 18
Muquém de São Francisco	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Muritiba	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Mutuípe	36 a 18	36 a 18	29 + 36 a 18
Nazaré	04 a 18	04 a 18	04 a 18
Nilo Peçanha	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Nova Canaã	28 a 30 + 06 a 17	28 a 30 + 05 a 17	28 a 34 + 04 a 17
Nova Ibiá	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Nova Itarana	12 a 15	12 a 15	11 a 15
Nova Soure	12 a 17	06 a 07 + 10 a 18	06 a 18
Nova Viçosa	28 a 32 + 07 a 08 + 15 a 16	28 a 33 + 03 a 12 + 15 a 17	28 a 34 + 02 a 12 + 15 a 17
Novo Triunfo	12 a 17	11 a 17	11 a 17
Olindina	08 a 17	06 a 18	06 a 18
Ouriçangas	08 a 18	07 a 18	07 a 18
Palmas de Monte Alto	29 a 32	29 a 33	28 a 33
Paramirim		29 a 30	29 a 32
Paratinga	31 a 32	29 a 32	29 a 33
Paripiranga	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Pau Brasil	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18
Pé de Serra	13 a 14	13 a 14	13 a 14
Pedrão	07 a 18	06 a 18	06 a 18
Pedro Alexandre	12 a 16	12 a 16	12 a 17
Pilão Arcado		31 a 32	31 a 34
Pindaí	29 a 31	29 a 32	29 a 33
Pindobaçu	13 a 14	13 a 14	13 a 14
Piraí do Norte	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Piripá	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Planaltino	13 a 15	13 a 15	12 a 15
Planalto	28 a 30 + 06 a 17	28 a 33 + 05 a 17	28 a 34 + 04 a 17
Poções	28 a 30 + 07 a 16	28 a 32 + 05 a 17	28 a 34 + 04 a 17
Pojuca	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Porto Seguro	28 a 33 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18	28 a 18
Potiraguá	28 a 30 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18	28 a 33 + 02 a 18
Prado	28 a 32 + 04 a 18	28 a 33 + 03 a 18	28 a 34 + 01 a 18
Presidente Jânio Quadros	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Presidente Tancredo Neves	36 a 18	29 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Quijingue	13 a 15	12 a 16	12 a 16
Rafael Jambeiro	11 a 15	11 a 15	11 a 15
Retirolândia		14 a 15	14 a 15
Riachão das Neves	28 a 04	28 a 04	28 a 05
Riachão do Jacuípe	12 a 16	12 a 16	12 a 17
Riacho de Santana	29 a 32	29 a 33	28 a 33
Ribeira do Amparo	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Ribeira do Pombal	12 a 17	11 a 18	11 a 18
Ribeirão do Largo	28 a 30	28 a 33	28 a 33
Rio de Contas		29 a 30	29 a 32
Rio do Antônio	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Rio do Pires			30 a 32
Rio Real	05 a 18	05 a 18	05 a 18
Salinas da Margarida	05 a 18	04 a 18	04 a 18
Salvador	06 a 18	04 a 18	04 a 18
Santa Bárbara	10 a 18	10 a 18	10 a 18

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Santa Cruz Cabrália	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 18
Santa Cruz da Vitória	28 a 29 + 07 a 16	28 a 29 + 05 a 16	28 a 30 + 04 a 16
Santa Inês	01 a 02 + 05 a 18	01 a 18	01 a 18
Santa Luzia	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Santa Maria da Vitória	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Santa Rita de Cássia	28 a 04	28 a 05	28 a 06
Santa Teresinha	07 a 18	07 a 18	07 a 18
Santaluz		14 a 15	14 a 15
Santana	29 a 32	29 a 33	28 a 33
Santanópolis	10 a 18	10 a 18	10 a 18
Santo Amaro	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Santo Antônio de Jesus	04 a 18	02 a 18	02 a 18
Santo Estêvão	08 a 18	08 a 18	07 a 18
São Desidério	28 a 05	28 a 06	28 a 06
São Felipe	04 a 18	04 a 18	04 a 18
São Félix	06 a 18	05 a 18	05 a 18
São Félix do Coribe	29 a 32	29 a 33	28 a 33
São Francisco do Conde	06 a 18	05 a 18	05 a 18
São Gonçalo dos Campos	07 a 18	06 a 18	06 a 18
São José da Vitória	28 a 31 + 36 a 18	28 a 32 + 36 a 18	28 a 33 + 36 a 18
São Miguel das Matas	01 a 18	01 a 18	01 a 18
São Sebastião do Passé	06 a 18	05 a 18	05 a 18
Sapeaçu	06 a 18	06 a 18	05 a 18
Sátiro Dias	11 a 17	08 a 18	08 a 18
Saubara	06 a 18	05 a 18	04 a 18
Saúde	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Sebastião Laranjeiras	29 a 33	29 a 33	28 a 33
Senhor do Bonfim	13 a 15	13 a 15	13 a 15
Serra do Ramalho	29 a 32	29 a 33	28 a 33
Serra Dourada	29 a 32	29 a 32	29 a 33
Serra Preta	10 a 17	10 a 18	10 a 18
Serrinha	11 a 17	11 a 18	11 a 18
Simões Filho	06 a 18	05 a 18	04 a 18
Sítio do Mato	29 a 32	29 a 32	29 a 33
Sítio do Quinto	12 a 17	12 a 17	11 a 17
Tabocas do Brejo Velho	28 a 33	28 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Tanhaçu	29 a 30	29 a 30	28 a 32
Tanque Novo	29 a 30	29 a 32	29 a 32
Tanquinho	10 a 18	10 a 18	10 a 18
Taperoá	36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Teixeira de Freitas	28 a 32 + 04 a 09 + 14 a 17	28 a 33 + 03 a 18	28 a 34 + 02 a 18
Teodoro Sampaio	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Teofilândia	13 a 16	13 a 16	13 a 17
Teolândia	28 a 29 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 35 a 18
Terra Nova	06 a 18	06 a 18	06 a 18
Tremedal	28 a 32	28 a 33	28 a 33
Tucano	12 a 16	12 a 16	12 a 17
Ubaíra	01 a 02 + 05 a 18	01 a 18	01 a 18
Ubaitaba	06 a 18	28 a 29 + 02 a 18	28 a 29 + 02 a 18
Ubatã	28 a 29 + 01 a 18	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 01 a 18
Una	28 a 30 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18	28 a 33 + 01 a 18
Urandi	29 a 30	29 a 32	29 a 33
Uruçuca	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Valença	36 a 18	29 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Varzedo	04 a 18	02 a 18	02 a 18
Vera Cruz	04 a 18	04 a 18	02 a 18
Vereda	28 a 33 + 03 a 18	28 a 33 + 02 a 18	28 a 34 + 02 a 18
Vitória da Conquista	28 a 30	28 a 33	28 a 33
Wanderley	29 a 33	29 a 34 + 01 a 03	28 a 04
Wenceslau Guimarães	28 a 29 + 01 a 18	28 a 30 + 36 a 18	28 a 30 + 36 a 18
Xique-Xique		32 a 33	31 a 33

PORTARIA Nº 368, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de mamona no Estado do Rio Grande do Norte, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cultura da mamoneira (Ricinus communis L.) reveste-se de importância pelas varias aplicações do óleo extraído de suas amêndoas, cujos teores variam de 43% a 49%, dependendo da variedade e da região.

A planta apresenta tolerância à seca sendo uma boa alternativa de cultivo em diversas regiões do país.

A faixa de temperatura para obtenção de produções economicamente viáveis situa-se entre 20ºC a 30ºC, com ótimo em torno de 30ºC. Temperaturas superiores a 40ºC provocam abortamento das flores, reversão sexual das flores femininas e masculinas e redução substancial do teor de óleo das sementes.

A cultura desenvolve-se e produz bem em vários tipos de solos, com exceção daqueles de textura muito argilosa, que apresentam deficiência de drenagem.

O excesso de umidade é prejudicial durante todo o ciclo da cultura, sendo mais crítico no estádio de plântula, maturação e colheita.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo da mamona no Estado do Rio Grande do Norte.

Essa identificação foi realizada com base nas características fisiológicas da cultura e nas condições térmicas e hídricas prevalecentes no Estado.

Foi realizado o balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com a utilização dos seguintes parâmetros:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries com, no mínimo, 15 anos dados diários registrados nas 165 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial: estimada médias decendiais pelo método de Thornthwaite e Mather nas 5 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fase fenológica da cultura: Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de bagas e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 150 dias); Grupo II (150 dias ≤ n ≤ 215 dias); e Grupo III (n > 215 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura (Kc): utilizados valores médios para períodos decendiais determinados em experimentos a campo para cada região de adaptação;

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm) na fase de floração/enchimento de bagas.

Foram adotados os seguintes critérios de aptidão climática:

- altitude entre 300 m e 1.500 m;
- temperatura média anual entre 20ºC e 30ºC;
- ISNA ≥ 0,50;
- Precipitação ≥ 700 mm no período chuvoso.

Foram considerados aptos ao plantio os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de seu território dentro dos critérios adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de mamona no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado do Rio Grande do Norte, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I
EMBRAPA: BRS Energia.
GRUPO II
CATI: AL GUARANY 2002
EMBRAPA: BRS Nordestina e BRS Paraguaçu.
GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado do Rio Grande do Norte obteve enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Alexandria	01 a 03	01 a 05
Almino Afonso	01 a 03	01 a 05
Antônio Martins	01 a 03	01 a 05
Bodó		04 a 05
Campo Redondo	05 a 06	05 a 06
Carnaúba dos Dantas		03 a 04
Cerro Corá		04 a 05
Coronel Ezequiel	05 a 06	05 a 06
Coronel João Pessoa	01 a 04	01 a 05
Doutor Severiano	01 a 03	01 a 05
Florânia		05 a 06
Francisco Dantas	01 a 03	01 a 05
Frutuoso Gomes	01 a 03	01 a 05
Ipueira	01 a 02	01 a 05
João Dias	01 a 03	01 a 05
José da Penha	01 a 03	01 a 05
Jundiá		04 a 06
Lajes Pintadas	05 a 06	05 a 06
Lucrécia	01 a 03	01 a 05
Luís Gomes	01 a 03	01 a 05
Major Sales	01 a 03	01 a 03
Marcelino Vieira	01 a 03	01 a 05
Martins	01 a 03	01 a 05
Messias Targino	01 a 03	01 a 05
Monte das Gameleiras	05 a 06	05 a 06
Paraná	01 a 03	01 a 03
Patu	01 a 03	01 a 05
Pilões	01 a 03	01 a 05
Portalegre	01 a 03	01 a 05
Rafael Godeiro	01 a 03	01 a 05
Riacho da Cruz	01 a 03	01 a 05
Riacho de Santana	01 a 03	01 a 05
Santa Cruz	01 a 02	01 a 02
São Francisco do Oeste	01 a 03	01 a 05
São João do Sabugi	01 a 03	01 a 05
São Miguel	01 a 04	01 a 05
Serra de São Bento	05 a 06	05 a 06
Serra Negra do Norte	01 a 03	01 a 05
Serrinha dos Pintos	01 a 03	01 a 05
Sítio Novo	05 a 06	05 a 06
Tenente Ananias	01 a 03	01 a 03
Tenente Laurentino Cruz		05 a 06
Umarizal	01 a 04	01 a 05
Venha-Ver	01 a 03	01 a 05
Viçosa	01 a 04	01 a 05

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Alexandria	02 a 03	02 a 03
Antônio Martins	02 a 03	02 a 03
Bodó		04 a 05
Campo Redondo	05 a 06	05 a 06
Carnaúba dos Dantas		03 a 04
Cerro Corá		04 a 05
Coronel Ezequiel	05 a 06	05 a 06
Coronel João Pessoa	02 a 03	02 a 03
Doutor Severiano	01 a 02	01 a 02
Florânia		05 a 06
Lajes Pintadas	05 a 06	05 a 06
Lucrécia		01 a 02
Luís Gomes	02 a 03	02 a 03
Major Sales	02 a 03	02 a 03
Marcelino Vieira	02 a 03	02 a 03
Martins		01 a 02
Messias Targino	02 a 03	02 a 03
Monte das Gameleiras	05 a 06	05 a 06
Patu	02 a 03	02 a 03
Portalegre		01 a 02
Santa Cruz	01 a 02	01 a 02
São Miguel	05 a 06	05 a 06
Serra de São Bento	05 a 06	05 a 06
Serrinha dos Pintos	02 a 03	02 a 03
Sítio Novo	05 a 06	05 a 06
Tenente Ananias	05 a 06	05 a 06
Tenente Laurentino Cruz		05 a 06
Umarizal		01 a 02
Venha-Ver	02 a 03	02 a 03
Viçosa		01 a 02

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Campo Redondo	05 a 06	05 a 06
Coronel Ezequiel	05 a 06	05 a 06
Lajes Pintadas	05 a 06	05 a 06
Monte das Gameleiras	05 a 06	05 a 06
Santa Cruz	01 a 02	01 a 02
Serra de São Bento	05 a 06	05 a 06

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 369, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de mamona no Estado de Pernambuco, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cultura da mamoneira (Ricinus communis L.) reveste-se de importância pelas varias aplicações do óleo extraído de suas amêndoas, cujos teores variam de 43% a 49%, dependendo da variedade e da região.

A planta apresenta tolerância à seca sendo uma boa alternativa de cultivo em diversas regiões do país.

A faixa de temperatura para obtenção de produções economicamente viáveis situa-se entre 20ºC a 30ºC, com ótimo em torno de 30ºC. Temperaturas superiores a 40ºC provocam abortamento das flores, reversão sexual das flores femininas e masculinas e redução substancial do teor de óleo das sementes.

A cultura desenvolve-se e produz bem em vários tipos de solos, com exceção daqueles de textura muito argilosa, que apresentam deficiência de drenagem.

O excesso de umidade é prejudicial durante todo o ciclo da cultura, sendo mais crítico no estádio de plântula, maturação e colheita.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo da mamona no Estado de Pernambuco.

Essa identificação foi realizada com base nas características fisiológicas da cultura e nas condições térmicas e hídricas prevalecentes no Estado.

Foi realizado o balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com a utilização dos seguintes parâmetros:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries com, no mínimo, 15 anos dados diários registrados nas 438 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial: estimada médias decendiais pelo método de Thornthwaite e Mather nas 7 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fase fenológica da cultura: Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de bagas e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 150 dias); Grupo II (150 dias ≤ n ≤ 215 dias); e Grupo III (n > 215 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura (Kc): utilizados valores médios para períodos decendiais determinados em experimentos a campo para cada região de adaptação;

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm) na fase de floração/enchimento de bagas.

Foram adotados os seguintes critérios de aptidão climática:

- altitude entre 300 m e 1.500 m;
- temperatura média anual entre 20ºC e 30ºC;
- ISNA ≥ 0,50;
- Precipitação ≥ 700 mm no período chuvoso.

Foram considerados aptos ao plantio os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de seu território dentro dos critérios adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de mamona no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado de Pernambuco, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

EMBRAPA: BRS Energia.

GRUPO II

CATI: AL GUARANY 2002

EMBRAPA: BRS Nordestina e BRS Paraguaçu.

GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado de Pernambuco obteve enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira		01 a 02	01 a 04
Agrestina		06 a 07	06 a 08
Alagoinha			05 a 07
Altinho		05 a 06	05 a 07
Amaraji	07 a 08	05 a 08	04 a 08
Angelim			07 a 08
Araripina			01 a 02
Barra de Guabiraba	07 a 08	02 a 08	02 a 08
Belém de Maria		06 a 08	06 a 08
Betânia			01 a 02
Bezerros		06 a 07	06 a 08
Bodocó			01 a 02
Bom Conselho			07 a 08
Bom Jardim			07 a 08
Bonito		07 a 08	02 a 08
Brejão		03 a 08	03 a 08
Caetés		06 a 07	06 a 08
Calçado		06 a 07	06 a 08
Calumbi		02 a 03	01 a 03
Canhotinho	05 a 08	05 a 08	04 a 08
Capoeiras		06 a 07	06 a 08
Carnaíba		01 a 02	01 a 03
Catende	06 a 08	02 a 08	02 a 08
Cedro			01 a 02
Correntes		07 a 08	06 a 08
Cortês	02 a 08	02 a 08	01 a 08
Cupira		06 a 07	06 a 08
Custódia			01 a 02
Exu			01 a 02
Flores			01 a 04
Garanhuns		06 a 07	05 a 08
Granito			01 a 02
Jaqueira	05 a 08	03 a 08	03 a 08
Joaquim Nabuco	05 a 08	02 a 08	01 a 08
Jucati		06 a 07	06 a 08
Jupi		06 a 07	06 a 08
Jurema		06 a 08	06 a 08
Lagoa do Ouro		07 a 08	06 a 08
Lagoa dos Gatos	05 a 08	05 a 08	04 a 08
Lajedo		06 a 07	06 a 08
Macaparana			07 a 08
Machados		04 a 08	04 a 08
Maraial	03 a 08	02 a 08	02 a 08
Mirandiba		01 a 02	01 a 02
Moreilândia			01 a 02
Orobó		07 a 08	04 a 08
Palmeirina		07 a 08	06 a 08
Panelas			07 a 08
Paranatama		06 a 07	06 a 08
Pedra		05 a 06	05 a 07
Pesqueira			05 a 07
Poção			05 a 07
Pombos	07 a 08	06 a 08	06 a 08
Primavera	07 a 08	05 a 08	04 a 08
Quipapá	06 a 08	05 a 08	04 a 08
Riacho das Almas		06 a 07	06 a 08
Salgueiro			01 a 02
Saloá		06 a 07	06 a 08
Santa Cruz da Baixa Verde			01 a 03
Santa Terezinha			02 a 03
São Benedito do Sul	05 a 08	04 a 08	03 a 08
São Bento do Una			05 a 07
São João		06 a 08	05 a 08
São José do Belmonte			01 a 02
São Vicente Ferrer		07 a 08	04 a 08
Serra Talhada		01 a 02	01 a 04
Serrita			01 a 02
Sertânia		01 a 02	01 a 02
Taquaritinga do Norte		06 a 07	06 a 08
Terezinha		06 a 07	06 a 08
Timbaúba		07 a 08	07 a 08
Trindade			01 a 02
Triunfo		02 a 03	01 a 04
Tupanatinga			05 a 07
Vitória de Santo Antão		07 a 08	07 a 08

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Agrestina		06 a 07	06 a 08
Alagoinha			05 a 07
Altinho		05 a 06	05 a 07
Amaraji	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Angelim	07 a 08	03 a 08	02 a 08
Araripina			01 a 02
Barra de Guabiraba	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Belém de Maria	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Betânia			01 a 02
Bezerros		06 a 07	06 a 08
Bodocó			01 a 02
Bom Conselho		03 a 08	01 a 08
Bom Jardim		07 a 08	02 a 08
Bonito	01 a 03 + 07 a 08	01 a 08	01 a 08
Brejão		05 a 08	05 a 08
Caetés		06 a 07	06 a 08
Calçado		06 a 07	06 a 08
Calumbi			01 a 02
Canhotinho	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Capoeiras		06 a 07	06 a 08
Catende	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Cedro			01 a 02
Chã Grande			04 a 08
Correntes	02 a 08	01 a 08	01 a 08
Cortês	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Cupira		06 a 07	06 a 08
Custódia			01 a 02
Exu			01 a 02
Flores			01 a 02
Garanhuns	07 a 08	05 a 08	05 a 08
Granito			01 a 02
Jaqueira	01 a 08	01 a 08	01 a 08
João Alfredo		07 a 08	07 a 08
Joaquim Nabuco	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Jucati		06 a 07	06 a 08
Jupi		06 a 07	06 a 08
Jurema	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Lagoa do Ouro	06 a 08	01 a 08	01 a 08
Lagoa dos Gatos	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Lajedo		06 a 07	06 a 08
Macaparana			03 a 08
Machados		02 a 08	01 a 08
Maraial	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Mirandiba		01 a 02	01 a 02
Moreilândia			01 a 02
Orobó		03 a 08	01 a 08
Palmeirina	02 a 08	01 a 08	01 a 08
Panelas		02 a 07	02 a 08
Paranatama		06 a 07	06 a 08
Pedra		05 a 06	05 a 07
Pesqueira			05 a 07
Poção			05 a 07
Pombos	03 a 08	02 a 08	01 a 08
Primavera	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Quipapá	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Riacho das Almas		06 a 07	06 a 08
Salgueiro			01 a 02
Saloá		06 a 07	06 a 08
Santa Cruz da Baixa Verde			01 a 02
São Benedito do Sul	01 a 08	01 a 08	01 a 08
São Bento do Una			05 a 07
São João		07 a 08	06 a 08
São José do Belmonte		01 a 02	01 a 02
São Vicente Ferrer		02 a 08	01 a 08
Serra Talhada		01 a 02	01 a 02
Serrita			01 a 02
Sertânia		01 a 02	01 a 02
Taquaritinga do Norte		06 a 07	06 a 08
Terezinha			06 a 08
Timbaúba		03 a 08	02 a 08
Trindade			01 a 02
Triunfo			01 a 02
Tupanatinga			05 a 07
Vitória de Santo Antão		02 a 08	01 a 08

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Amaraji	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Angelim	02 a 05	01 a 07	01 a 08
Barra de Guabiraba	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Belém de Maria	01 a 06	01 a 08	01 a 08
Bom Conselho	01 a 03	01 a 04	01 a 05
Bom Jardim		01 a 06	01 a 07
Bonito	01 a 05	01 a 08	01 a 08
Brejão	02 a 04	01 a 07	01 a 08
Caetés		06 a 07	06 a 08
Calçado		06 a 07	06 a 08
Canhotinho	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Capoeiras		06 a 07	06 a 08
Catende	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Chã Grande			02 a 04
Correntes	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Cortês	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Cupira		02 a 03	01 a 03
Garanhuns	03 a 04	01 a 07	01 a 08
Gravatá		06 a 07	06 a 08
Iati			05 a 07
Jaqueira	01 a 08	01 a 08	01 a 08
João Alfredo			01 a 05
Joaquim Nabuco	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Jucati		06 a 07	06 a 08
Jupi		06 a 07	06 a 08
Jurema	01 a 03	01 a 08	01 a 08
Lagoa do Ouro	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Lagoa dos Gatos	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Lajedo		06 a 07	06 a 08
Macaparana		02 a 04	01 a 05
Machados		01 a 07	01 a 08
Maraial	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Orobó		01 a 07	01 a 08
Palmeirina	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Panelas		01 a 03	01 a 06
Paranatama		06 a 07	06 a 08
Pombos	01 a 07	01 a 08	01 a 08
Primavera	01 a 08	01 a 08	01 a 08
Quipapá	01 a 08	01 a 08	01 a 08
São Benedito do Sul	01 a 08	01 a 08	01 a 08
São João		01 a 06	01 a 07
São Vicente Ferrer		01 a 07	01 a 08
Terezinha		02 a 04	01 a 05
Vitória de Santo Antão	02 a 03	01 a 06	01 a 08

PORTARIA Nº 370, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de mamona no Estado do Ceará, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cultura da mamoneira (Ricinus communis L.) reveste-se de importância pelas varias aplicações do óleo extraído de suas amêndoas, cujos teores variam de 43% a 49%, dependendo da variedade e da região.

A planta apresenta tolerância à seca sendo uma boa alternativa de cultivo em diversas regiões do país.

A faixa de temperatura para obtenção de produções economicamente viáveis situa-se entre 20ºC a 30ºC, com ótimo em torno de 30ºC. Temperaturas superiores a 40ºC provocam abortamento das flores, reversão sexual das flores femininas e masculinas e redução substancial do teor de óleo das sementes.

A cultura desenvolve-se e produz bem em vários tipos de solos, com exceção daqueles de textura muito argilosa, que apresentam deficiência de drenagem.

O excesso de umidade é prejudicial durante todo o ciclo da cultura, sendo mais crítico no estádio de plântula, maturação e colheita.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo da mamona no Estado do Ceará.

Essa identificação foi realizada com base nas características fisiológicas da cultura e nas condições térmicas e hídricas prevalecentes no Estado.

Foi realizado o balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com a utilização dos seguintes parâmetros:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries com, no mínimo, 15 anos dados diários registrados nas 190 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial: estimada médias decendiais pelo método de Thornthwaite e Mather nas 13 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fase fenológica da cultura: Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de bagas e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 150 dias); Grupo II (150 dias ≤ n ≤ 215 dias); e Grupo III (n > 215 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura (Kc): utilizados valores médios para períodos decendiais determinados em experimentos a campo para cada região de adaptação;

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm) na fase de floração/enchimento de bagas.

Foram adotados os seguintes critérios de aptidão climática:

- altitude entre 300 m e 1.500 m;
- temperatura média anual entre 20ºC e 30ºC;
- ISNA ≥ 0,50;
- Precipitação ≥ 700 mm no período chuvoso.

Foram considerados aptos ao plantio os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de seu território dentro dos critérios adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de mamona no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado do Ceará, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

EMBRAPA: BRS Energia.

GRUPO II

CATI: AL GUARANY 2002

EMBRAPA: BRS Nordestina e BRS Paraguaçu.

GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado do Ceará obteve enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE PLANTIO PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS	
	TIPO 2	TIPO 3
Abaiara	03 a 06	03 a 07
Acopiara	03 a 06	03 a 07
Aiuaba	03 a 05	03 a 06
Alcântaras	03 a 06	03 a 07
Altaneira	03 a 06	03 a 07
Amontada	03 a 06	03 a 07
Antonina do Norte	03 a 05	03 a 06
Ararendá	03 a 06	03 a 07
Araripe	03 a 05	03 a 06
Aratuba	03 a 06	03 a 07
Arneiroz	03 a 05	03 a 06
Assaré	03 a 06	03 a 07
Aurora	03 a 06	03 a 07
Baixio	03 a 05	03 a 06
Barbalha	03 a 06	03 a 07
Barro	03 a 05	03 a 06
Baturité	03 a 06	03 a 07
Boa Viagem	03 a 06	03 a 07
Brejo Santo	03 a 05	03 a 06
Campos Sales	03 a 05	03 a 06
Canindé	03 a 06	03 a 07
Capistrano	03 a 06	03 a 07
Caririaçu	03 a 06	03 a 07
Cariús	03 a 05	03 a 06
Carnaubal	03 a 06	03 a 07
Catarina	03 a 06	03 a 07
Catunda	03 a 05	03 a 06
Cedro	03 a 05	03 a 06
Crateús	03 a 05	03 a 06
Crato	03 a 06	03 a 07
Croatá	03 a 06	03 a 07
Deputado Irapuan Pinheiro	03 a 05	03 a 06
Farias Brito	03 a 06	03 a 07
Graça	03 a 06	03 a 07
Granja	03 a 06	03 a 07
Granjeiro	03 a 06	03 a 07
Guaraciaba do Norte	03 a 06	03 a 07
Guaramiranga	03 a 06	03 a 07
Ibiapina	03 a 06	03 a 07
Icó	03 a 05	03 a 06
Iguatu	03 a 05	03 a 06
Independência	03 a 04	03 a 05
Ipaporanga	03 a 06	03 a 07
Ipaumirim	03 a 05	03 a 06
Ipu	03 a 06	03 a 07
Ipueiras	03 a 06	03 a 07
Irauçuba	03 a 05	03 a 06
Itapagé	03 a 06	03 a 07
Itatira	03 a 06	03 a 07
Jaguaribe	03 a 05	03 a 06
Jardim	03 a 05	03 a 06
Jati	03 a 05	03 a 06
Juazeiro do Norte	03 a 06	03 a 07
Jucás	03 a 05	03 a 06
Lavras da Mangabeira	03 a 05	03 a 06
Madalena		02 a 06
Mauriti	03 a 05	03 a 06
Meruoca	03 a 06	03 a 07
Milagres	03 a 06	03 a 07
Milhã	03 a 06	03 a 07
Missão Velha	03 a 05	03 a 06
Mombaça	03 a 06	03 a 07
Monsenhor Tabosa	03 a 06	03 a 07
Mulungu	03 a 06	03 a 07
Nova Olinda	03 a 06	03 a 07
Nova Russas	03 a 05	03 a 06
Novo Oriente	03 a 04	03 a 05
Orós	03 a 04	03 a 05
Pacoti	03 a 06	03 a 07
Palmácia	03 a 06	03 a 07
Parambu	03 a 05	03 a 06
Pedra Branca	03 a 06	03 a 07
Penaforte	03 a 04	03 a 05
Pereiro	03 a 06	03 a 07
Piquet Carneiro	03 a 05	03 a 06
Poranga	03 a 06	03 a 07
Porteiras	03 a 05	03 a 06
Potengi	03 a 05	03 a 06
Quiterianópolis	03 a 04	03 a 05
Quixadá	03 a 05	03 a 06
Quixelô	03 a 06	03 a 07
Quixeramobim	03 a 06	03 a 07
Redenção	03 a 06	03 a 07
Reriutaba	03 a 06	03 a 07
Saboeiro	03 a 05	03 a 06
Salitre	03 a 05	03 a 06
Santa Quitéria	03 a 06	03 a 07
Santana do Acaraú	03 a 06	03 a 07
Santana do Cariri	03 a 06	03 a 07
São Benedito	03 a 06	03 a 07
Senador Pompeu	03 a 06	03 a 07
Sobral	03 a 06	03 a 07
Solonópole	03 a 05	03 a 07
Tamboril	03 a 05	03 a 06
Tarrafas	03 a 05	03 a 06
Tauá	03 a 05	03 a 06
Tianguá	03 a 06	03 a 07
Ubajara	03 a 06	03 a 07
Umari	03 a 05	03 a 06
Uruburetama	03 a 06	03 a 07
Várzea Alegre	03 a 06	03 a 07
Viçosa do Ceará	03 a 06	03 a 07

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE PLANTIOPARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS	
	TIPO 2	TIPO 3
Abaiara	03 a 04	03 a 05
Acopiara	03 a 04	03 a 05
Aiuaba	03 a 04	03 a 04
Altaneira	03 a 04	03 a 05

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Antonina do Norte	03 a 04	03 a 04
Ararendá	03 a 04	03 a 05
Araripe	03 a 04	03 a 05
Aratuba	03 a 05	03 a 06
Arneiroz	03 a 04	03 a 05
Assaré	03 a 04	03 a 05
Aurora	03 a 04	03 a 05
Baixio	03 a 04	03 a 05
Barbalha	03 a 04	03 a 05
Barro	03 a 04	03 a 05
Baturité	03 a 05	03 a 06
Boa Viagem	03 a 04	03 a 05
Brejo Santo	03 a 04	03 a 05
Campos Sales	03 a 04	03 a 04
Canindé	03 a 04	03 a 05
Capistrano	03 a 05	03 a 06
Caririaçu	03 a 04	03 a 05
Cariús	03 a 04	03 a 05
Carnaubal	03 a 05	03 a 06
Catarina	03 a 04	03 a 05
Catunda	03 a 04	03 a 05
Cedro	03 a 04	03 a 05
Choró	03 a 04	03 a 05
Crateús	03 a 04	03 a 05
Crato	03 a 04	03 a 05
Croatá	03 a 04	03 a 05
Deputado Irapuan Pinheiro	03 a 04	03 a 05
Farias Brito	03 a 04	03 a 05
Graça	03 a 05	03 a 06
Granjeiro	03 a 04	03 a 05
Guaraciaba do Norte	03 a 05	03 a 06
Guaramiranga	03 a 05	03 a 06
Ibiapina	03 a 04	03 a 05
Icó	03 a 04	03 a 05
Iguatu	03 a 04	03 a 05
Independência	03 a 04	03 a 05
Ipaporanga	03 a 04	03 a 05
Ipaumirim	03 a 04	03 a 05
Ipu	03 a 04	03 a 05
Ipueiras	03 a 04	03 a 05
Iraucuba	03 a 04	03 a 05
Itapagé	03 a 04	03 a 05
Itatira	03 a 04	03 a 05
Jardim	03 a 04	03 a 05
Jati	03 a 04	03 a 05
Juazeiro do Norte	03 a 04	03 a 05
Jucás	03 a 04	03 a 05
Lavras da Mangabeira	03 a 04	03 a 05
Madalena	03 a 04	03 a 05
Mauriti	03 a 04	03 a 05
Milagres	03 a 04	03 a 05
Milhã	03 a 04	03 a 05
Missão Velha	03 a 04	03 a 05
Mombaça	03 a 04	03 a 05
Monsenhor Tabosa	03 a 04	03 a 05
Mulungu	03 a 05	03 a 06
Nova Olinda	03 a 04	03 a 05
Nova Russas	03 a 04	03 a 05
Novo Oriente	03 a 04	03 a 05
Orós	03 a 04	03 a 05
Pacoti	03 a 05	03 a 06
Palmácia	03 a 05	03 a 06
Parambu	03 a 04	03 a04
Pedra Branca	03 a 04	03 a 05
Penaforte	03 a 04	03 a 05
Pereiro	03 a 04	03 a 05
Piquet Carneiro	03 a 04	03 a 05
Poranga	03 a 04	03 a 05
Porteiras	03 a 04	03 a 05
Potengi	03 a 04	03 a 04
Quiterianópolis	03 a 04	03 a 05
Quixadá	03 a 04	03 a 05
Quixelô	03 a 04	03 a 05
Quixeramobim	03 a 04	03 a 05
Redenção	03 a 05	03 a 06
Reriutaba	03 a 04	03 a 05
Saboeiro	03 a 04	03 a 05
Salitre	03 a 04	03 a 04
Santa Quitéria	03 a 04	03 a 05
Santana do Cariri	03 a 04	03 a 05
São Benedito	03 a 04	03 a 05
Senador Pompeu	03 a 04	03 a 05
Tamboril	03 a 04	03 a 05
Tarrafas	03 a 04	03 a 05
Tauá	03 a 04	03 a 05
Tianguá	03 a 04	03 a 05
Ubajara	03 a 04	03 a 05
Umari	03 a 04	03 a 05
Uruburetama	03 a 04	03 a 05
Várzea Alegre	03 a 04	03 a 05
Viçosa do Ceará	03 a 04	03 a 05

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE PLANTIOPARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS	
	TIPO 2	TIPO 3
Aratuba	03 a 04	03 a 04
Baturité		03 a 04
Guaramiranga		03 a 04
Mulungu		03 a 04
Pacoti	03 a 04	03 a 05
Palmácia	03 a 04	03 a 05
Redenção	03 a 04	03 a 05

PORTARIA Nº 371, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de mamona no Estado da Paraíba, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cultura da mamoneira (Ricinus communis L.) reveste-se de importância pelas varias aplicações do óleo extraído de suas amêndoas, cujos teores variam de 43% a 49%, dependendo da variedade e da região.

A planta apresenta tolerância à seca sendo uma boa alternativa de cultivo em diversas regiões do país.

A faixa de temperatura para obtenção de produções economicamente viáveis situa-se entre 20ºC a 30ºC, com ótimo em torno de 30ºC. Temperaturas superiores a 40ºC provocam abortamento das flores, reversão sexual das flores femininas e masculinas e redução substancial do teor de óleo das sementes.

A cultura desenvolve-se e produz bem em vários tipos de solos, com exceção daqueles de textura muito argilosa, que apresentam deficiência de drenagem.

O excesso de umidade é prejudicial durante todo o ciclo da cultura, sendo mais crítico no estádio de plântula, maturação e colheita.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo da mamona no Estado da Paraíba.

Essa identificação foi realizada com base nas características fisiológicas da cultura e nas condições térmicas e hídricas prevalecentes no Estado.

Foi realizado o balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com a utilização dos seguintes parâmetros:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries com, no mínimo, 15 anos dados diários registrados nas 99 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial: estimada médias decendiais pelo método de Thornthwaite e Mather nas 3 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fase fenológica da cultura: Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de bagas e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 150 dias); Grupo II (150 dias ≤ n ≤ 215 dias); e Grupo III (n > 215 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura (Kc): utilizados valores médios para períodos decendiais determinados em experimentos a campo para cada região de adaptação;

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm) na fase de floração/enchimento de bagas.

Foram adotados os seguintes critérios de aptidão climática:

- altitude entre 300 m e 1.500 m;
- temperatura média anual entre 20ºC e 30ºC;
- ISNA ≥ 0,50;
- Precipitação ≥ 700 mm no período chuvoso.

Foram considerados aptos ao plantio os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de seu território dentro dos critérios adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de mamona no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado da Paraíba, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

EMBRAPA: BRS Energia.

GRUPO II

CATI: AL GUARANY 2002

EMBRAPA: BRS Nordestina e BRS Paraguaçu.

GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado da Paraíba obteve enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca		01 a 02	01 a 03
Aguiar	01 a 03	01 a 03	01 a 03
Alagoa Nova	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Algodão de Jandaíra		05 a 06	05 a 06
Arara	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Areia	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Areia de Baraúnas		01 a 03	01 a 04
Areial		05 a 06	05 a 06
Bananeiras	02 a 06	02 a 06	02 a 06
Bernardino Batista		01 a 04	01 a 04
Boa Ventura		01 a 03	01 a 04
Bom Jesus		01 a 03	01 a 04
Bonito de Santa Fé	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Brejo dos Santos			01 a 04
Cachoeira dos Índios		01 a 03	01 a 03
Cacimba de Areia			02 a 03
Cacimbas	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Cajazeiras		01 a 03	01 a 04
Carrapateira		01 a 03	01 a 04
Catingueira		02 a 03	02 a 04
Conceição	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Cuité	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Curral Velho		01 a 03	01 a 04
Diamante	01 a 03	01 a 03	01 a 03
Emas	01 a 02	01 a 02	01 a 04
Esperança		05 a 06	05 a 06
Fagundes			04 a 05
Frei Martinho		02 a 03	02 a 04
Ibiara	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Igaracy		01 a 03	01 a 04
Imaculada			01 a 04
Itaporanga			01 a 04
Juru		01 a 02	01 a 03
Mãe d`Água			02 a 04
Manaíra		01 a 03	01 a 04
Massaranduba			01 a 04
Matinhas		01 a 04	01 a 04
Maturéia			01 a 04
Monte Horebe	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Nazarezinho		01 a 03	01 a 04
Nova Floresta		01 a 02	01 a 03
Nova Olinda	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Olho d`Água		01 a 02	01 a 04
Pedra Branca	01 a 03	01 a 03	01 a 04
Piancó	01 a 02	01 a 02	01 a 03
Picuí		05 a 06	05 a 06
Poço Dantas		01 a 03	01 a 04
Poço de José de Moura	03 a 04	03 a 04	01 a 05
Princesa Isabel		01 a 03	01 a 06
Puxinanã		05 a 06	05 a 06
Queimadas		05 a 06	05 a 06
Quixabá			01 a 04
Remígio	04 a 05	04 a 05	04 a 05
Salgado de São Félix			01 a 04
Santa Cruz		01 a 02	01 a 03

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Santa Helena		01 a 03	01 a 04
Santa Inês		01 a 03	01 a 04
Santa Teresinha		01 a 03	01 a 04
Santana de Mangueira		01 a 03	01 a 04
Santana dos Garrotes			01 a 03
São João do Rio do Peixe		01 a 03	01 a 04
São José da Lagoa Tapada	01 a 02	01 a 03	01 a 04
São José de Caiana	01 a 03	01 a 03	01 a 04
São José de Piranhas	01 a 02	01 a 03	01 a 04
São José de Princesa		01 a 03	01 a 04
São José do Bonfim		02 a 03	01 a 04
São Sebastião de Lagoa de Roça		04 a 05	04 a 05
Serra Grande	01 a 03	01 a 03	01 a 03
Serraria	01 a 06	01 a 06	01 a 06
Solânea		04 a 05	04 a 05
Tavares		01 a 05	01 a 05
Teixeira		01 a 04	01 a 05
Triunfo	02 a 04	02 a 04	02 a 05
Umbuzeiro		05 a 06	05 a 06

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Alagoa Nova	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Algodão de Jandaíra		05 a 06	05 a 06
Arara	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Areia	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Areial		05 a 06	05 a 06
Bananeiras	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Bernardino Batista			02 a 03
Boa Ventura			02 a 03
Brejo dos Santos			03 a 04
Cachoeira dos Índios			02 a 03
Cajazeiras			02 a 03
Carrapateira			02 a 03
Conceição			02 a 03
Cuité		05 a 06	05 a 06
Curral Velho			02 a 03
Diamante			02 a 03
Emas			02 a 03
Esperança		05 a 06	05 a 06
Fagundes		05 a 06	05 a 06
Ibiara			02 a 03
Igaracy			02 a 03
Imaculada			02 a 03
Itaporanga			02 a 03
Juru			02 a 03
Mãe d`Água			02 a 03
Manaíra			02 a 03
Massaranduba			03 a 05
Matinhas		03 a 05	02 a 06
Maturéia			02 a 03
Monte Horebe			02 a 03
Nazarezinho			02 a 03
Nova Floresta		01 a 02	01 a 03
Nova Olinda			02 a 03
Olho d`Água			02 a 03
Pedra Branca			02 a 03
Piancó			02 a 03
Picuí		05 a 06	05 a 06
Poço Dantas			02 a 03
Poço de José de Moura		02 a 03	02 a 03
Princesa Isabel			02 a 03
Puxinanã		05 a 06	05 a 06
Queimadas		05 a 06	05 a 06
Remígio	04 a 05	04 a 05	04 a 05
Salgado de São Félix			04 a 05
Santa Cruz			03 a 05
Santa Helena		02 a 03	02 a 03
Santa Inês			02 a 03
Santa Teresinha			02 a 03
Santana de Mangueira			02 a 03
Santana dos Garrotes			02 a 03
São João do Rio do Peixe		02 a 03	02 a 03
São José da Lagoa Tapada			02 a 03
São José de Caiana			02 a 03
São José de Piranhas			02 a 03
São José de Princesa			02 a 03
São José do Bonfim			02 a 03
São Sebastião de Lagoa de Roça		05 a 06	05 a 06
Serraria	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Solânea		05 a 06	05 a 06
Tavares			02 a 03
Teixeira			02 a 03
Umbuzeiro		02 a 03	02 a 03

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Alagoa Nova	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Algodão de Jandaíra		02 a 03	02 a 03
Arara	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Areia	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Areial		02 a 03	02 a 03
Bananeiras	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Cuité		02 a 03	02 a 03
Esperança		05 a 06	05 a 06
Fagundes		02 a 03	02 a 03
Nova Floresta		02 a 03	02 a 03
Puxinanã		02 a 03	02 a 03
Queimadas		02 a 03	02 a 03
Remígio	04 a 05	04 a 05	04 a 05
São José de Princesa			02 a 03
São Sebastião de Lagoa de Roça		05 a 06	05 a 06
Serraria	05 a 06	05 a 06	05 a 06
Solânea		05 a 06	05 a 06
Umbuzeiro		05 a 06	05 a 06

PORTARIA Nº 372, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de mamona no Estado de Sergipe, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cultura da mamoneira (Ricinus communis L.) reveste-se de importância pelas varias aplicações do óleo extraído de suas amêndoas, cujos teores variam de 43% a 49%, dependendo da variedade e da região.

A planta apresenta tolerância à seca sendo uma boa alternativa de cultivo em diversas regiões do país.

A faixa de temperatura para obtenção de produções economicamente viáveis situa-se entre 20ºC a 30ºC, com ótimo em torno de 30ºC. Temperaturas superiores a 40ºC provocam abortamento das flores, reversão sexual das flores femininas e masculinas e redução substancial do teor de óleo das sementes.

A cultura desenvolve-se e produz bem em vários tipos de solos, com exceção daqueles de textura muito argilosa, que apresentam deficiência de drenagem.

O excesso de umidade é prejudicial durante todo o ciclo da cultura, sendo mais crítico no estádio de plântula, maturação e colheita.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo da mamona no Estado de Sergipe.

Essa identificação foi realizada com base nas características fisiológicas da cultura e nas condições térmicas e hídricas prevalecentes no Estado.

Foi realizado o balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com a utilização dos seguintes parâmetros:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries com, no mínimo, 15 anos dados diários registrados nas 61 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial: estimada médias decendiais pelo método de Thornthwaite e Mather nas 3 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fase fenológica da cultura: Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de bagas e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 150 dias); Grupo II (150 dias ≤ n ≤ 215 dias); e Grupo III (n > 215 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura (Kc): utilizados valores médios para períodos decendiais determinados em experimentos a campo para cada região de adaptação;

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm) na fase de floração/enchimento de bagas.

Foram adotados os seguintes critérios de aptidão climática:

- altitude entre 300 m e 1.500 m;
- temperatura média anual entre 20ºC e 30ºC;
- ISNA ≥ 0,50;
- Precipitação ≥ 700 mm no período chuvoso.

Foram considerados aptos ao plantio os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de seu território dentro dos critérios adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de mamona no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado de Sergipe, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

EMBRAPA: BRS Energia.

GRUPO II

CATI: AL GUARANY 2002.

EMBRAPA: BRS Nordestina e BRS Paraguaçu.

GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado de Sergipe obteve enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Carira	11 a 12	11 a 13	11 a 13
Frei Paulo	11 a 13	11 a 13	11 a 13
Monte Alegre de Sergipe	10 a 11	10 a 11	10 a 12
Nossa Senhora da Glória	10 a 11	10 a 11	10 a 12
Poço Verde	11 a 13	10 a 14	10 a 15
Riachão do Dantas	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Simão Dias	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Tobias Barreto	10 a 14	08 a 15	08 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Carira	07 a 08	07 a 09	07 a 09
Frei Paulo	07 a 09	07 a 09	07 a 09
Monte Alegre de Sergipe	08 a 09	08 a 09	08 a 10
Poço Verde	07 a 09	06 a 09	06 a 10
Riachão do Dantas	07 a 09	07 a 10	07 a 12
Simão Dias	07 a 10	07 a 10	07 a 12
Tobias Barreto	07 a 10	07 a 10	07 a 12

MUNICÍPIOS	GRUPO III PERÍODOS DE PLANTIO		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Poço Verde		07 a 08	07 a 09
Riachão do Dantas	07 a 08	07 a 08	07 a 09
Simão Dias	07 a 08	07 a 08	07 a 09
Tobias Barreto		07 a 08	07 a 09

PORTARIA Nº 373, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de mamona no Estado de Alagoas, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cultura da mamoneira (Ricinus communis L.) reveste-se de importância pelas varias aplicações do óleo extraído de suas amêndoas, cujos teores variam de 43% a 49%, dependendo da variedade e da região.

A planta apresenta tolerância à seca sendo uma boa alternativa de cultivo em diversas regiões do país.

A faixa de temperatura para obtenção de produções economicamente viáveis situa-se entre 20ºC a 30ºC, com ótimo em torno de 30ºC. Temperaturas superiores a 40ºC provocam abortamento das flores, reversão sexual das flores femininas e masculinas e redução substancial do teor de óleo das sementes.

A cultura desenvolve-se e produz bem em vários tipos de solos, com exceção daqueles de textura muito argilosa, que apresentam deficiência de drenagem.

O excesso de umidade é prejudicial durante todo o ciclo da cultura, sendo mais crítico no estádio de plântula, maturação e colheita.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo da mamona no Estado de Alagoas.

Essa identificação foi realizada com base nas características fisiológicas da cultura e nas condições térmicas e hídricas prevalecentes no Estado.

Foi realizado o balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com a utilização dos seguintes parâmetros:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries com, no mínimo, 15 anos dados diários registrados nas 59 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial: estimada médias decendiais pelo método de Thornthwaite e Mather em 1 estação climatológica disponível no Estado.

c) ciclo e fase fenológica da cultura: Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de bagas e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 150 dias); Grupo II (150 dias ≤ n ≤ 215 dias); e Grupo III (n > 215 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura (Kc): utilizados valores médios para períodos decendiais determinados em experimentos a campo para cada região de adaptação;

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 30 mm, 50 mm e 70 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm) na fase de floração/enchimento de bagas.

Foram adotados os seguintes critérios de aptidão climática:

- altitude entre 300 m e 1.500 m;
- temperatura média anual entre 20ºC e 30ºC;
- ISNA ≥ 0,50;
- Precipitação ≥ 700 mm no período chuvoso.

Foram considerados aptos ao plantio os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de seu território dentro dos critérios adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de mamona no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado de Alagoas, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

EMBRAPA: BRS Energia.

GRUPO II

CATI: AL GUARANY 2002.

EMBRAPA: BRS Nordestina e BRS Paraguaçu.

GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado de Alagoas obteve enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca	10 a 12	10 a 12	10 a 13
Arapiraca		10 a 12	10 a 12
Belém	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Branquinha	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Canapi	10 a 14	10 a 14	10 a 14
Chã Preta	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Coité do Nóia		10 a 13	09 a 14
Colônia Leopoldina	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Estrela de Alagoas	10 a 12	10 a 12	10 a 13
Girau do Ponciano		10 a 11	10 a 14
Ibateguara	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Igaci	10 a 11	10 a 11	10 a 12
Inhapi	10 a 11	10 a 14	10 a 14
Lagoa da Canoa	10 a 11	10 a 12	10 a 14
Mar Vermelho	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Maribondo	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Mata Grande	10 a 12	10 a 14	10 a 14
Minador do Negrão	10 a 12	10 a 12	10 a 12
Palmeira dos Índios	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Paulo Jacinto	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Pindoba	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Poço das Trincheiras	10 a 12	10 a 12	10 a 12
Quebrangulo	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Santana do Mundaú	07 a 15	07 a 15	07 a 15
São José da Laje	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Tanque d`Arca	07 a 15	07 a 15	07 a 15
União dos Palmares	07 a 15	07 a 15	07 a 15
Viçosa	07 a 15	07 a 15	07 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca		09 a 10	09 a 11
Belém	07 a 14	07 a 14	07 a 14
Branquinha	07 a 14	07 a 14	07 a 14
Canapi		07 a 09	07 a 09
Chã Preta	07 a 12	07 a 13	07 a 14
Coité do Nóia		10 a 11	10 a 11
Colônia Leopoldina	07 a 14	07 a 14	07 a 15
Estrela de Alagoas		10 a 11	10 a 11
Girau do Ponciano		10 a 11	10 a 11
Ibateguara	07 a 14	07 a 14	07 a 15
Igaci	10 a 11	10 a 11	10 a 11
Inhapi		07 a 09	07 a 09
Lagoa da Canoa	07 a 09	07 a 09	07 a 09
Mar Vermelho	07 a 13	07 a 13	07 a 14
Maribondo	07 a 13	07 a 13	07 a 14
Mata Grande	07 a 10	07 a 10	07 a 11
Minador do Negrão		10 a 11	10 a 11
Palmeira dos Índios	07 a 13	07 a 13	07 a 14
Paulo Jacinto	07 a 13	07 a 13	07 a 14
Pindoba	07 a 14	07 a 14	07 a 14
Poço das Trincheiras		09 a 10	09 a 11
Quebrangulo	07 a 13	07 a 13	07 a 14
Santana do Mundaú	07 a 13	07 a 14	07 a 14
São José da Laje	07 a 13	07 a 14	07 a 15
Tanque d`Arca	07 a 14	07 a 14	07 a 14
União dos Palmares	07 a 14	07 a 14	07 a 14
Viçosa	07 a 14	07 a 14	07 a 14

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Belém	07 a 10	07 a 10	07 a 11
Chã Preta	07 a 11	07 a 11	07 a 11
Colônia Leopoldina	07 a 11	07 a 11	07 a 12
Ibateguara	07 a 11	07 a 11	07 a 12
Igaci		7 a 11	07 a 11
Lagoa da Canoa		7 a 11	07 a 11
Mar Vermelho	07 a 10	07 a 10	07 a 11
Maribondo	07 a 10	07 a 10	07 a 11
Palmeira dos Índios	07 a 10	07 a 10	07 a 10
Paulo Jacinto	07 a 10	07 a 10	07 a 11
Pindoba	07 a 11	07 a 11	07 a 12
Quebrangulo	07 a 10	07 a 10	07 a 11
Santana do Mundaú	07 a 11	07 a 11	07 a 11
São José da Laje	07 a 11	07 a 11	07 a 11
Tanque d`Arca	07 a 10	07 a 10	07 a 11
União dos Palmares	07 a 11	07 a 11	07 a 11
Viçosa	07 a 11	07 a 11	07 a 12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INTERNET
www.in.gov.br

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 208, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a troca de titularidade do projeto audiovisual abaixo relacionado da empresa Nova Era Produções de Arte Ltda. para a empresa Movi&Art Produções Cinematográficas Ltda., que fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

10-0086 - Mangueira do Amanhã Ontem e Hoje
Processo: 01580.011028/2010-31
Proponente: Movi&Art Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 46.397.220/0001-00
Valor total do orçamento aprovado: R$ 2.269.802,94
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 551.752,79
Banco: 001- agência: 2801-0 conta corrente: 74.804-8
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.600.000,00
Banco: 001- agência: 2801-0 conta corrente: 74.805-6
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 411, realizada em 20/09/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Aprovar a troca de titularidade do projeto audiovisual abaixo relacionado da empresa Magia Filmes Produções Ltda. para a empresa Write Produções Artísticas Ltda., que fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º-A da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

09.0433 - A 8ª Princesa
Processo: 01580.042286/2009-26
Proponente: Write Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.627.467/0001-05
Valor total do orçamento aprovado: R$ 8.276.204,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 14.300-6
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 14.301-4
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 14.302-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 411, realizada em 20/09/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 3º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

08-0445 - Ao Relento
Processo: 01580.043958/2008-30
Proponente: Cinematográfica Superfilmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 52.858.982/0001-50
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.942.059,34 para R$ 3.354.094,10
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.711.979,03 para R$ 1.948.164,25
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 17.147-6
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 17.819-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 411, realizada em 20/09/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 209, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

08-0552 - Mundo Invisível
Processo: 01580.047736/2008-96
Proponente: Mostra Internacional de Cinema Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 52.009.305/0001-68
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 824.699,70 para R$ 1.382.663,97
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 783.464,71 para R$ 711.442,90
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 13.934-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 407, realizada em 30/08/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 211, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93, e através do Art. 39, inciso X, Medida Provisória nº 2.228-1/01.

10-0065 - Arnaldo Antunes - Ao Vivo Lá em Casa
Processo: 01580.009989/2010-86
Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.280.352,60 para R$ 593.229,20
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 387.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 350.000,00 para R$ 250.000,00
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 15.851-8
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 300.000,00 para R$ 268.106,53
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 15.965-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 411, realizada em 20/09/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 212, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0345 - Tanta
Processo: 01580.030791/2011-42
Proponente: Vitrine Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.620.976/0001-83
Valor total do orçamento aprovado: R$ 410.178,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 389.669,10
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 18521-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 410, realizada em 12/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0239 - Liberdade de Imprensa - Uma Luta Sem Armas
Processo: 01580.020769/2011-94
Proponente: Mapa Filmes do Brasil Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 33.139.692/0001-02
Valor total do orçamento aprovado: R$ 603.569,54
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 573.391,06
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 7655-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 410, realizada em 12/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0344 - Brichos
Processo: 01580.030790/2011-06
Proponente: Tecnokena Audiovisual e Multimídia Ltda.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 02.585.713/0001-90
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.390.300,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 320.785,00
Banco: 001- agência: 3511-4 conta corrente: 24270-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 410, realizada em 12/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0238 - Estive em Lisboa e Lembrei-me de Você
Processo: 01580.020770/2011-19
Proponente: Refinaria Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.436.489/0001-62
Valor total do orçamento aprovado: R$ 981.715,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 550.000,00
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 31321-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 409, realizada em 06/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0315 - Vitória a Minas: Nos Trilhos da História
Processo: 01580.029373/2011-11
Proponente: Adalberto Penna Produções Cinematográficas ME
Cidade/UF: Florianópolis / SC
CNPJ: 00.563.081/0001-38
Valor total do orçamento aprovado: R$ 445.745,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 423.445,00
Banco: 001- agência: 3185-2 conta corrente: 20361-0
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 407, realizada em 30/08/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0253 - Arrancados
Processo: 01580.022440/2011-68
Proponente: Liberato Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 14.372.650/0001-72
Valor total do orçamento aprovado: R$ 653.400,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 620.730,00
Banco: 001- agência: 1599-7 conta corrente: 62725-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 409, realizada em 06/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0322 - Entre Nós
Processo: 01580.029426/2011-95
Proponente: Águas de Março Filmes Ltda. ME
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 13.535.692/0001-14
Valor total do orçamento aprovado: R$ 949.006,25
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 901.555,94
Banco: 001- agência: 4870-4 conta corrente: 5804-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 410, realizada em 12/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0092 - Valeu Boi!
Processo: 01580.006744/2011-88
Proponente: Desvia Produções Artísticas e Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 12.658.679/0001-90
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.477.619,10
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 426.150,10
Banco: 001- agência: 0697-1 conta corrente: 50263-4
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 639.255,10
Banco: 001- agência: 0697-1 conta corrente: 50264-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 410, realizada em 12/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0288 - Nova Roma
Processo: 01580.027210/2011-95
Proponente: Símio Filmes Ltda.
Cidade/UF: Olinda / PE
CNPJ: 09.942.024/0001-34
Valor total do orçamento aprovado: R$ 375.940,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 57.140,00
Banco: 001- agência: 1509-1 conta corrente: 37907-7
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 1509-1 conta corrente: 37908-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 410, realizada em 12/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos art. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0177 - 2 de Julho
Processo: 01580.014566/2011-69
Proponente: Mapa Filmes do Brasil Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 33.139.692/0001-02
Valor total do orçamento aprovado: R$ 7.413.367,73
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 7647-3
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 7649-X
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.269.897,28
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 7648-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 409, realizada em 06/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 4º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de co-produção nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0358 - Domingo no Parque
Processo: 01580.032105/2011-78
Proponente: Arriba Filmes Produções Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.761.801/0001-96
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.536.343,47
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 18274-5
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 18273-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 410, realizada em 12/09/2011
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 210, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

09-0288 - Sonata Para Fagote em Si Bemol
Processo: 01580.027126/2009-57
Proponente: F.F. Fraiha Produções - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.362.735/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: R$ 3.495.576,42
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 250.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 700.000,00 para R$ 950.000,00
Banco: 001- agência: 3344.8 conta corrente: 5.644-8
Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de co-produção nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93 e mediante patrocínio na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313/91.

08-0217 - O Caminho do Meio
Processo: 01580.020694/2008-46
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.957.180,96
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 364.764,60 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 25 da Lei nº. 8.313/91: de R$ 0,00 para R$ 364.764,60
Banco: 001- agência: 3336-7 conta corrente: 5.631-6
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 159.616,36
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 15.261-7
Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

DELIBERAÇÃO Nº 213, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

05-0453 - Entre a Dor e o Nada
Processo: 01580.054107/2005-70
Proponente: Meios de Produção e Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 27.920.016/0001-79
Valor total do orçamento aprovado: R$ 5.469.958,19
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.008.857,51
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 27.760-6
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para 944.444,44
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 27.763-0
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 250.000,00 para R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 27.761-4
Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 1º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 235, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve:

I - Instituir o Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia Antônio José da Silva/2011;

II - O respectivo Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3.

ANTONIO GRASSI

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 109, de 21 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 22 de setembro de 2011, Seção I, caderno eletrônico, páginas 9 e 10, no captu e assinatura da portaria ;

ONDE SE LÊ:

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 589 de 25 de agosto de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LISIANE AGUIAR TAQUARY

LEIA-SE:

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 555, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar o projeto cultural, relacionado em anexo à esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, no § 1º do artigo artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 5026 - Concerto "Estória de João e Joana"
Artecom Produção de Eventos Esportivos e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 02.493.546/0001-57
Processo: 01400.020704/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.090.440,00
Prazo de Captação: 27/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto consiste na apresentação do concerto de música instrumental "Estória de João e Joana" em homenagem a Carlos Drummond de Andrade e Sérgio Ricardo. Secundariamente, haverá as participações de Alceu Valença, João Bosco, Elba Ramalho, Geraldo Azevedo e Telma Tavares. Serão 03 apresentações previstas para ocorrer em 2012, em Brasília, no Teatro Nacional (de acordo com a disponibilidade de pauta).

PORTARIA Nº 556, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 2390 - Revista Filme Cultura - II
Associação Amigos do Centro Técnico Audiovisual - AmiCTAv
CNPJ/CPF: 11.343.572/0001-90
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 190.800,00

PORTARIA Nº 557, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º- Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto cultural, relacionado em anexo à esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 11380 - LascaMão - turnê 2011
Caja Arquitetura Cultural Projetos e Serviços Ltda.
CNPJ/CPF: 10.673.790/0001-20
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/09/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 558, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Alterar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 11 0990 -"Niterói - Encontro com América do Sul", publicado na portaria n. 0450/11 de 10/08/2011, publicada no D.O.U. em 11/08/2011.

Onde se: Lê: ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)

Leia-se: ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 196, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Renova o credenciamento da empresa NUTTEC - Núcleo de Treinamento Técnico Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa NUTTEC - Núcleo de Treinamento Técnico Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança Plataforma (CBSP), para Profissionais Não-Tripulantes (PNT) e Tripulantes Não-Aquaviários (TNA), no município de Guamaré-RN, sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, fundamentado na NORMAM-24 - 1ª Revisão.

Art. 2º A presente renovação de credenciamento tem validade até 6 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria renova o credenciamento concedido anteriormente por meio da Portaria nº 112/DPC, de 15 de setembro de 2009, publicada no DOU nº 177, de 16 de setembro de 2009, seção 1, página 13, e entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 199, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Uso de Uniformes da Marinha Mercante Nacional NORMAM-21/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 03 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lesta), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para o Uso de Uniformes da Marinha Mercante" (NORMAM-21/DPC), aprovada pela Portaria nº 92/DPC, de 13 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 20 de setembro de 2006; alterada pela Portaria nº 15/DPC, de 15 de fevereiro de 2007, publicada no DOU de 21 de fevereiro de 2007 (Mod 1) conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada "Mod 2".

§ 1º O item 7.6 passa a ter a seguinte redação:.

"7.6 - Distintivo de Comodoro:

Descrição: peça, tamanho 4x3cm, estampada em metal, banho dourado, acabamento em relevo brilhante e fundo fosco, com faixas em três larguras. Estrela no centro, com raio de 1cm, em relevo, banho niquelado, acabamento brilhante. Inscrições "Marinha Mercante" e "Comodoro". Faixas, estrelas e inscrições, dispostas conforme a figura.

O distintivo será conferido, pelo Diretor de Portos e Costas, aos Capitães de Longo Curso que preencham os seguintes requisitos:

a) idade mínima, 50 anos;

b) Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), na EGN, ou curso equivalente da ESG ou de Pós Graduação em área correlata;

c) mais de 10 anos na categoria de Capitão de Longo Curso;

d) não ter sido condenado durante a carreira, em inquérito pelo Tribunal Marítimo ou por sentença penal condenatória transitada em julgado;

e) mínimo de 5 anos de comando no mar, incluindo o tempo de comando como Capitão de Cabotagem, em navios com mais de 10.000 AB, comprovados pela CIR;

f) estar com certificado de competência em vigor; e

g) ser indicado pelo Centro dos Capitães da Marinha Mercante.

As propostas para a concessão do Distintivo de Comodoro serão encaminhadas, anualmente, no mês de julho, pelo Centro dos Capitães da Marinha Mercante, acompanhadas dos respectivos currículos individuais comprobatórios dos requisitos exigidos, para a apreciação do Diretor de Portos e Costas e expedição da respectiva portaria de concessão.

Será usado, em substituição ao Distintivo de Comando, 0,5cm acima do bolso superior direito e alinhado à metade de sua largura. Nas peças que não possuírem o referido bolso, o distintivo manterá a mesma posição relativa".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 200, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Concede o "Distintivo de Comodoro".

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o estabelecido no subitem 7.6 das Normas da Autoridade Marítima para o Uso de Uniformes da Marinha Mercante Nacional (NORMAM-21/DPC), resolve:

Art. 1º Conceder o "Distintivo de Comodoro" ao Capitão de Longo Curso NILSON FERREIRA NUNES FILHO, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Marinha Mercante Brasileira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

COMISSÃO COORDENADORA DOS ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 7/SEC-IMO, DE 21 SETEMBRO DE 2011

Dá publicidade à tradução das Normas para Inspeção e Manutenção realizadas por Armadores nas Tampas das Escotilhas de Graneleiros, da Organização Marítima Internacional.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA COMISSÃO COORDENADORA DOS ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL (Sec-IMO/CCA-IMO), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 23 do Regulamento da CCA-IMO, aprovado pela Resolução nº1/2005/CCA-IMO, resolve:

Art. 1º Dar publicidade à tradução das Normas para Inspeção e Manutenção realizadas por Armadores nas Tampas das Escotilhas de Graneleiros. Essas Normas, face à preocupação com a segurança dos graneleiros, são de cumprimento obrigatório com vistas ao atendimento da Regra XII/7.2 da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS-79/88), promulgada pelo Decreto nº 87.186 de 18MAI82, como emendada. Tais Normas entraram em vigor em 01JUL2006, juntamente com a entrada em vigor do Capítulo XII revisado da Convenção.

Art. 2º As referidas Normas, em língua portuguesa, estão disponibilizada no sítio www.ccaimo.mar.mil.br, e a verificação da autenticidade do arquivo "Normas_com_Resolucao_MSC.169(79)_em_vigor_01JUL2006.pdf" tem uma função "hash" 7a963bb8e7227afa415a4e1016eadc5e229bdb00 do tipo "shal".

Art. 3º Esta Portaria entra vigor na presente data.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

ANEXO I

RESOLUÇÃO MSC.169(79)
(Adotada em 9 de dezembro de 2004)

NORMAS PARA A INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO REALIZADAS POR ARMADORES NAS TAMPAS DAS ESCOTILHAS DE GRANELEIROS

O COMITÊ DE SEGURANÇA MARÍTIMA,

LEMBRANDO o Artigo 28(b) da Convenção da Organização Marítima Internacional referente às funções do Comitê,

LEMBRANDO TAMBÉM o Capítulo XII da SOLAS sobre medidas de segurança adicionais para graneleiros, que a Conferência SOLAS de 1977 adotou com o objetivo de reforçar a segurança de navios transportando cargas de granéis sólidos,

RECORDANDO AINDA que, tendo reconhecido a necessidade de melhorar a segurança de navios graneleiros em todos os aspectos de seus projeto, construção, equipamento e operação, examinou os resultados de vários estudos de avaliações sistemáticas de segurança (FSA) sobre a segurança dos navios graneleiros,

RECONHECENDO que, com base nos resultados dos referidos estudos FSA,a substituição de tampas das escotilhas de navios graneleiros existentes não seria rentável e que, em vez disso, mais atenção deve ser dada aos mecanismos de travamento das tampas das escotilhas e à questão das cargas horizontais, especialmente com relação à manutenção e à frequência das inspeções,

RECORDANDO que, em sua septuagésima-sétima sessão, ao aprovar a MSC/Circ.1071 - Diretrizes para vistorias de tampas de escotilhas de graneleiro e inspeções e manutenção realizadas por armadores, convidou os Governos Membros a garantir que as empresas, conforme definido no Código ISM, que operam graneleiros arvorando suas bandeiras estão cientes da necessidade de implementar manutenção regular e procedimentos de inspeção para os mecanismos de fechamento de tampa de escotilha nos graneleiros existentes, a fim de garantir o funcionamento adequado e eficiência permanentemente,

OBSERVANDO a Resolução MSC.170(79), pela qual adotou, entre outras, emendas à Regra XII/7 (Vistoria e manutenção de navios graneleiros) da Convenção onde é feita referência a padrões obrigatórios para a inspeção e manutenção realizadas por armadores nas tampas de escotilhas de graneleiros,

TENDO ANALISADO, a recomendação feita pelo Subcomitê sobre projeto de navio e equipamento em sua quadragésima-sétima sessão,

1. ADOTA, com o propósito da aplicação da Regra XII/7 da Convenção, as Normas para a inspeção e manutenção realizadas por armadores nas tampas das escotilhas de graneleiros apresentados no anexo à presente resolução;

2. CONVIDA os Governos Contratantes da Convenção a observar que as Normas anexos entrarão em vigor em 1° de julho de 2006 quando da entrada em vigor do Capítulo XII revisado da Convenção;

4. SOLICITA ao Secretário-Geral que transmita cópias autenticadas desta resolução, e o texto das Normas anexos, a todos os Governos Contratantes da Convenção;

5. SOLICITA AINDA ao Secretário-Geral que transmita cópias autenticadas desta resolução e do texto das Normas anexas a todos os Membros da Organização que não são Governos Contratantes da Convenção.

ANEXO II

NORMAS PARA A INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO REALIZADAS POR ARMADORES NAS TAMPAS DAS ESCOTILHAS DE GRANELEIROS

1 Aplicação

Estas Normas definem requisitos para inspeção e manutenção realizada pelos armadores nas tampas das escotilhas de carga a bordo de navios graneleiros.

2 Manutenção das tampas das escotilhas e dos sistemas de abertura, fechamento, travamento e vedação

2.1 Falta de estanqueidade ao tempo pode ser atribuída a:

.1 desgaste normal do sistema de tampa de escotilha: a deformação da braçola ou da tampa devido a impacto; desgaste das pastilhas de atrito, quando instaladas; desgaste do sistema de travamento; ou

.2 falta de manutenção: a corrosão do chapeamento e reforços devido à destruição da pintura; falta de lubrificação de peças móveis; travas, gaxetas e proteções de borracha com necessidade de substituição, ou substituídos por peças de especificação incorreta.

2.2 Tampas das escotilhas mal travadas podem ser particularmente atribuídas a danos ou desgaste de dispositivos de travamento, ou ajuste incorreto, e pré-tensão e distribuição de carga incorretas, do sistemas de travas.

2.3 Armadores e operadores devem, portanto, instituir um programa de manutenção. Esta manutenção deve ser dirigida a:

.1 proteger as superfícies expostas do chapeamento e reforços das tampas das escotilhas e braçolas a fim de preservar a resistência estrutural global;

.2 preservar a superfície dos trilhos de tampas de rolamento, e de barras de compressão e outras peças de aço apoiadas sobre vedações ou pastilhas de atrito, observando que a uniformidade da superfície e perfil correto são importantes para reduzir as taxas de desgaste destes componentes;

.3 manter sistemas movidos hidraulicamente ou mecanicamente de abertura, fechamento, peiação ou travamento de acordo com as recomendações do fabricante;

.4 manter ajustadas as travas manuais, com substituição quando for identificado desgaste significativo ou perda de capacidade de ajuste;

.5 substituir selos de vedação e outros componentes de desgaste de acordo com as recomendações dos fabricantes, observando a necessidade de ter a bordo ou obter tais sobressalentes com especificação correta, e que os selos sejam projetados para um determinado grau de resistência à compressão, dureza, química e desgaste, e

.6 manter todos os drenos da tampa da escotilha e suas válvulas de retenção, quando instaladas, em condições de funcionamento, observando que quaisquer drenos instalados no lado interno das linhas de selos de vedação terá válvulas de retenção para evitar a entrada de água nos porões em caso de embarque de água do mar.

2.4 A equalização de cargas de travamento deve ser mantida seguindo a renovação de componentes, tais como selos, arruelas de borracha, travas periféricas e transversais.

2.5 Armadores e operadores devem manter um Plano de Manutenção e um registro de manutenção e substituição de componentes realizadas, a fim de facilitar o planejamento de manutenção e vistorias pela Administração. Planos de manutenção de tampa de escotilha farão parte de um sistema de gestão de segurança do navio como referido no Código ISM.

2.6 Quando a variedade de cargas transportadas exigir diferentes materiais de vedação, deve ser transportada a bordo uma seleção de materiais de vedação com as especificações corretas, além de outros sobressalentes.

2.7 Em cada operação de uma tampa de escotilha, a tampa e, em particular, superfícies de apoio e canais de drenagem devem estar livres de detritos e tão limpos quanto possível.

2.8 Chama-se atenção para o perigo de se fazer ao mar sem travar completamente as tampas das escotilhas. O travamento de todas as tampas deve sempre ser concluído antes do início de uma travessia marítima. Durante as viagens, especialmente quando carregado, dispositivos de travamento da tampa, o aperto das travas e o sistema de travamento devem ser verificados, especialmente antes e após períodos de mau tempo. As tampas de escotilha só podem ser abertas em viagem, quando necessário, em condições meteorológicas e de mar favoráveis; também devem ser consideradas as previsões meteorológicas iminentes.

2.9 Os operadores devem consultar o Manual de Peiação de Carga quando planejarem o carregamento de contêineres ou outra carga sobre tampas de escotilha e confirmar que eles são projetados e aprovados para tal carga. A amarração não deve ser fixada às tampas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ou braçolas a menos que estas sejam adequadas para suportar as forças de amarração.

3 Inspeção das tampas das escotilhas e dos sistemas de abertura, fechamento, travamento e vedação

3.1 Vistorias das tampas das escotilhas e suas braçolas são realizadas pela

Administração como parte da vistoria anual exigida pelo Artigo 14 da Convenção Internacional sobre Linhas de Carga, 1966, como modificado pelo Protocolo de 1988 relativo e de acordo com os requisitos para Vistorias Intensificadas contidos na Resolução A.744(18), como emendada . No entanto, a operação contínua e segura é dependente do proprietário ou do operador instituir um programa regular de inspeções para confirmar o estado das tampas das escotilhas entre vistorias.

3.2 Rotinas devem ser estabelecidas para executar verificações durante a viagem, e inspeções quando as tampas das escotilhas forem abertas.

3.3 Verificações em viagem consistirão de uma avaliação externa das tampas das escotilhas fechadas e dos dispositivos de travamento antes, e após, períodos de mau tempo, mas em qualquer caso, pelo menos uma vez por semana, se o tempo o permitir. Especial atenção deve ser dada à condição das tampas das escotilhas situadas à vante em 25% do comprimento do navio, onde os efeitos do mar são normalmente maiores.

3.4 Os seguintes itens, quando existentes, devem ser inspecionados em cada conjunto de tampas de escotilha ou quando elas forem abertas ou se tornarem acessíveis de outra maneira em cada ciclo de viagem, mas não precisam ser inspecionados com maior freqüência do que uma vez por mês:

.1 painéis das tampas de escotilhas, incluindo placas laterais e suportes de tampas abertas quanto a visíveis corrosões, rachaduras e deformação

.2 arranjos de vedação do perímetro e juntas transversais (gaxetas, selos flexíveis, superfícies de vedação, barras de compressão, canais de drenagem e válvula de retenção) quanto a suas condições e deformação permanente;

.3 dispositivos de aperto, barras de retenção e travas quanto a desgaste, ajuste e condições de componentes de borracha;

.4 dispositivos de localização de tampas fechadas quanto a deformidades e fixação;

.5 polias de corrente ou de cabo de aço;

.6 guias;

.7 trilhos guia e rodas de pista;

.8 esbarros;

.9 cabos de aço, correntes, tensores e molinetes;

.10 sistema hidráulico, dispositivos e travas de segurança elétrica, e

.11 dobradiças dos painéis das portas, pinos e jazentes quando instalados.

Como parte dessa inspeção, as braçolas com suas placas, suportes e borboletas de reforço devem ser verificados em cada escotilha quanto à visíveis corrosões, rachaduras e deformações, especialmente na parte superior e nos cantos das braçolas, adjacentes ao chapeamento do convés e suas borboletas de reforço.

Rio de janeiro, 21 de setembro de 2011

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO EM 4 DE OUTUBRO DE 2011 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 22.814/2007 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "ITATIM", ocorrido no Balneário Municipal José Bonifácio Vieira, município de Guareí, São Paulo, em 15 de janeiro de 2006.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Derivam Alves de Andrade
Advogado : Dr. Mariano Higino de Meira (OAB/SP 266.811)
: Marciano Leal (Condutor inabilitado)
Advogada : Drª Suzana de Queiroz Alves (DPU/RJ)

Nº 24.466/2009 - Fato da navegação envolvendo a balsa "BATATAL" e um veículo, ocorrido no rio Ribeira de Iguape, Eldorado, São Paulo, em 05 de dezembro de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Município da Estância Turística de Eldorado - SP
Advogado : Dr. José Geraldo de Azevedo Ferreira (OAB/SP 102.759)
: Odácio Pedroso (Condutor) - Revel

Nº 23.965/2009 - Acidente da navegação envolvendo o NM "BBC OSTFRIESLAND", de bandeira liberiana, e o NM "MSC URUGUAY", de bandeira de Antígua e Barbuda, ocorrido no Terminal de Contêineres do porto do Rio de Janeiro, em 27 de julho de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Dmytro Mochalov (Comandante)
Advogado : Dr. Sílvio Darci da Silva (OAB/RJ 45.265)
: Luiz Felippe Vieira Pereira (Prático)
Advogado : Dr. Caio César da Silva Carvalho (OAB/RJ 145.031)

Nº 24.386/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BM "COMANDANTE ELÍSIO LEÃO", ocorrido nas proximidades do rio Caracará do Arari, baía de Marajó, Pará, em 06 de outubro de 2007.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Posto Mirante Comércio de Combustíveis Ltda. (Proprietário) e
: Evaldo Coelho Braga
Advogada : Drª Anaíze Maciel Amorim (OAB/PA 7.595)

Nº 24.431/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BP "VILAMAR II" e um Tripulante, ocorrido no largo da Praia Grande, município de Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de setembro de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Vilar Gonçalves (Proprietário)
Advogado : Dr. Marcelo Cláudio Xavier (OAB/SC 7.217)

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 26 de setembro de 2011.

DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (JUIZ)

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria da Marinha, com pedido de representação, conforme despacho do Juiz-Relator pela publicação de Notas para Arquivamento:

N° do Processo: 25382/2010
Acidente / Fato:
ENCALHE
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MADENORTE XX / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: REBOCADOR EMPURRADOR
Bandeira: Nacional
Nome: ARIADNE / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo: BALSA
Bandeira: Nacional
Nome: ATEM II / EMBARCAÇÃO
Tipo: BALSA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO MAGUARI / ICOARACI - BELÉM - PA
Data do Acidente: 17/09/2008
Hora: 20:00
Data Distribuição: 05/10/2010
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: ALINE GONZALEZ ROCHA

N° do Processo: 26045/2011
Acidente / Fato:
EXCESSO DE PASSAGEIRO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SÃO DOMINGOS II - SD / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: FURO DO CARNAPIJÓ / BREVES - PA
Data do Acidente: 08/07/2009
Hora: 09:00
Data Distribuição: 01/07/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 23 de setembro de 2011.
ANGELA CARNEVALE
Chefe

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 613, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o que propõe a Secretaria-Geral do Exército, resolve:

CONCEDER a Medalha Militar de Platina com Passador de Platina, criada pelo Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901, nos termos do Decreto nº 39.207, de 22 de maio de 1956, com a redação dada pelo Decreto nº 70.751, de 23 de junho de 1972, ao General-de-Exército (015330970-3) FRANCISCO JOSÉ DA SILVA FERNANDES, por haver completado, em 12 de setembro de 2011, cinquenta anos de bons serviços prestados nas condições exigidas pela Portaria nº 322, do Comandante do Exército, de 18 de maio de 2005.

Gen Ex ENZO MARTINS PERI

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER Nº CNE/CES 2/2011 (*) REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 25, 26 E 27 DE JANEIRO/2011

Processo: 23000.002693/2007-55 SAPIEnS : 20060011036 Parecer: CNE/CES 2/2011 Relatora: Maria Beatriz Luce Interessada: Associação de Ensino Superior Elite S/C Ltda. - Guarulhos/SP Assunto: Credenciamento das Faculdades Integradas Torricelli, com sede no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da relatora: Face ao exposto, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso da Instituição para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Educação a Distância (SEED) consignada na Portaria SEED nº 20, de 9 de março de 2010, que indeferiu o pedido de autorização do curso de Administração Pública, bacharelado, na modalidade a distância. Dessa forma, tendo em vista o disposto no artigo 67 do Decreto nº 5.773/2006, fica prejudicado o pleito de credenciamento da instituição denominada Faculdades Integradas Torricelli, mantida pela Associação de Ensino Superior Elite S/C Ltda., com sede à Rua do Rosário, nº 300, Bairro Macedo, no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores de graduação na modalidade a distância Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Brasília, 26 de setembro de 2011.
ATAÍDE ALVES
Secretário Executivo

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 9-3-2011, Seção 1, pág. 8, com incorreção no original.

SÚMULA DO PARECER Nº CNE/CES 103/2011 (*) REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 5, 6 E 7 DE ABRIL/2011

Processos: 23000.006912/2007-75 e 23001.000141/2010-06 Parecer: CNE/CES 103/2011 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Instituto Grande ABC de Educação e Ensino S/C Ltda. - São Bernardo do Campo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Anchieta, com sede no Município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, e recurso contra a decisão da Secretaria de Educação a Distância que, por meio da Portaria nº 47/2010, indeferiu o pedido de autorização do curso de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SEED nº 47, publicada no DOU de 15/7/2010, no que se refere ao indeferimento do pedido de autorização para o funcionamento do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Anchieta, situada na Avenida Senador Vergueiro, nº 505, bairro Jardim do Mar, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto do Grande ABC de Educação e Ensino S/C Ltda., com sede no mesmo Município e Estado. Dessa forma, tendo em vista o disposto no artigo 67 do Decreto nº 5.773/2006, fica prejudicado o pleito de credenciamento dessa Instituição para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Brasília, 26 de setembro de 2011.
ATAÍDE ALVES
Secretário Executivo

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 30-5-2011, Seção 1, pág 20, com incorreção no original.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIA Nº 1.536, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 113, de 22 de janeiro de 2008, do Ministro do Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de janeiro de 2008,

CONSIDERANDO o disposto no item III, do artigo 37 da Constituição Federal; o Decreto Presidencial nº 4.175, de 27 de março de 2002, o Decreto Presidencial nº 6.944 de 21 de agosto de 2009 e a Portaria nº 450, de 06 de novembro de 2002, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; e os termos dos Editais de inscrição de concurso nº 84/2010 de 09/07/2010, publicado no DOU de 13/07/2010 e do Edital de homologação nº 121/2010 de 18/10/2010, publicado no DOU de 19/10/2010, resolve:

PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade do Concurso Público para provimento dos cargos de Professor Assistente e Professor Adjunto da Carreira do Magistério Superior da Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

MARIA BEATRIZ LUCE
Pro tempore

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.140, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.008627/10-18, resolve:

Art.1º - Retificar a Portaria nº. 2.039, de 12/09/2011, publicada no D.O.U. de 14/09/2011, seção 1, página 19, para que onde se lê: "Núcleo de Engenharia de Alimentos/CCET", leia-se: "Núcleo de Engenharia Ambiental/CCET", ficando os demais termos ratificados.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 6 DE MAIO DE 2011

Ratifica a Deliberação nº 01/2011 do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que este Conselho, reunido extraordinariamente no dia 06 de maio de 2011, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 9º do Estatuto do IFS e considerando o artigo 49 do Estatuto do IFS, resolve:

RATIFICAR a Deliberação nº 01/2011 do Colégio de Dirigentes do IFS, que trata da alteração dos itens ii e iii, alínea b, inciso II do art. 7º, do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 6 DE MAIO DE 2011

Aprovar alteração do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que este Conselho, reunido extraordinariamente no dia 06 de maio de 2011, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 9º do Estatuto do IFS e considerando o artigo 49 do Estatuto do IFS, resolve:

APROVAR a alteração do § 1º, art. 15 do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, que a partir desta data passa a ter a seguinte redação: A reitoria, como órgão de administração central, funcionará no endereço constante no § 1º do artigo 1º deste Estatuto, ou fora dele, considerando o interesse da Administração, o princípio da economicidade e em cumprimento ao anexo I do § 1º do artigo 5º da Lei 11.892/2008.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 6.736, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, na categoria Adjunto, conforme Unidades descritas abaixo. O número do edital do concurso é 40, de 04 de abril de 2011, publicado no DOU nº 65, de 05 de abril de 2011.

Faculdade de Letras/ Língua Portuguesa
1º - Beatriz Protti Christino
2º - Humberto Soares da Silva
Faculdade de Medicina/Nutrologia
- Melanie Rodacki
Instituto de Biologia/ Virologia Molecular e Imunogenética
- Orlando da Costa Ferreira Júnior

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 6.737, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme Categorias e Unidades descritas abaixo. O número do edital do concurso é 57, de 06 de maio de 2011, publicado no DOU nº 90, de 12 de maio de 2011.

CATEGORIA ADJUNTO
Instituto de Química/ Espectroscopia Vibracional
1º - Lucidalva dos Santos Pinheiro
2º - Vanessa End de Oliveira
3º - Nakédia Maysa Freitas Carvalho
CATEGORIA ASSISTENTE
Faculdade de Letras/ Língua Inglesa
1º - Claudio de Paiva Franco
2º - Elizabeth Sara Lewis
3º - Marije Soto

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PORTARIA Nº 6.819, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela portaria nº 1096 de 31/03/2010, publicada no DOU nº 63 - Seção 2, de 05/04/2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao edital nº 94 de 06/09/2011, publicado no DOU nº 174, Seção 03, de 09/09/2011, divulgando, o nome da candidata aprovada:

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

- ELISA YOSHIE OKADA

DENISE BARCELLOS PINHEIRO MACHADO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 23 de setembro de 2011

PROCESSO Nº: 17944.001102/2005-16.
INTERESSADO: Caixa Econômica Federal.
ASSUNTO: Contrato da Décima Primeira Assunção de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 2.089.809,47 (dois milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e nove reais e quarenta e sete centavos), apurado em 1º de novembro de 2004, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, na Portaria/MF nº 276, de 18 de setembro de 2001, e na Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Interino

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A - CAIXAPAR
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 10.744.073/0001-41 NIRE: 53300010277

ATA DA 35ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2011

I - Data, horário e local: 20 de Julho de 2011, às 10h, na sala do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 04, lotes 3 e 4, 21º andar, em Brasília/DF.II - Convocação e presença: Os membros foram regularmente convocados para a reunião, na forma estabelecida no art. 10, § 1º, do estatuto, a despeito da convocação dispensada, tendo em vista a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração.III - Composição da mesa: Presidente, Jorge Fontes Hereda, Marcio Percival Alves Pinto e Murilo Francisco Barella, Conselheiros. Secretária designada, Rute Portugal dos Santos. Convidados o Diretor Geral Marcelo Terrazas, o Consultor de Dirigente Raimundo Edilberto Coelho Silva e a Consultora Matriz Tatiane Rodrigues Carvalho de Oliveira. IV - Ordem do dia: (i) Destituição e eleição do Diretor Geral da Caixa Participações S/A - CAIXAPAR e eleição dos Diretores-Executivos da Empresa, na forma estabelecida no art. 13, inc.VII, do Estatuto; (ii) fixação das atribuições dos Diretores, na forma estabelecida no art. 13, inc. VI, do Estatuto; e (iii) Ratificação da decisão de remuneração dos administradores.V - Deliberações: Os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, o quanto segue: (a) destituir o Diretor Geral da CAIXAPAR, Senhor Marcelo Terrazas, a contar de 20 de julho de 2011.(b) eleger o Senhor Nei Antonio Cristofolini, brasileiro, solteiro, economiário, portador da cédula de identidade nº 1.040.811 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 382.834.509-30, residente e domiciliado na Rua Antonio Candido de Figueiredo 130 - Vila Nova - Blumenau - SC, para exercer o cargo de Diretor-Geral da CAIXAPAR;(c) eleger o Senhor Mauricio Marcellini Pereira, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade nº (CNH): 01847643000 DETRAN/DF; inscrito no CPF sob nº 838.823.836-15; residente e domiciliado no SMPW Quadra 17, conjunto 4, lote 1, casa B - Brasília - DF, para exercer o cargo de Diretor-Executivo da CAIXAPAR;(d) eleger o Senhor Carlos Magno Gonçalves da Cruz, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade nº 1074303 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 293.760.926-00, residente e domiciliado na SQSW 301 Bloco I Apt. 204 - Sudoeste - Brasília - DF para exercer o cargo de Diretor-Executivo da CAIXAPAR;(e) aprovar por unanimidade as atribuições a serem desempenhadas pelos Diretores-Executivos eleitos, a saber: o Senhor Carlos Magno Gonçalves da Cruz responderá pela Diretoria de Participações Existentes e o Senhor Maurício Marcellini Pereira pela Diretoria de Novas Aquisições, cabendo a tais Diretores, além das competências estabelecidas no Estatuto, a responsabilidade pelas seguintes macro atividades: i) propor diretrizes para atuação; ii) planejar a carteira; iii) gerir políticas de participações; iv) avaliar desempenho e balanços das empresas; v) avaliar desempenho da carteira; vi) desenvolver e monitorar indicadores da carteira; e vii) proposição de operações. (f) Ratificar a decisão deste Conselho constante da política de remuneração da CAIXAPAR no que se refere à fixação dos honorários dos dirigentes e à correlação entre os honorários dos administradores da CAIXAPAR e os praticados pela CAIXA, a saber: 1. a remuneração do Diretor Geral da CAIXAPAR será a mesma devida ao Diretor Jurídico da CAIXA e, 2 - a remuneração dos Diretores - Executivos será a mesma devida aos Superintendentes Nacionais da Caixa Econômica Federal. VI - Declarações: Exceto pelo Senhor Maurício Marcellini Pereira que tomará posse no próximo dia 01 de agosto de 2011, os diretores ora eleitos e empossados assinam o presente instrumento e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da companhia, em virtude de condenação criminal e dos impedimentos consignados no art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos art.. 20 e 21 do estatuto da CAIXAPAR.VII - Encerramento, aprovação e lavratura da ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho de Administração, pelos Diretores eleitos e ainda pelos componentes da Mesa, passando a constar do livro próprio. Brasília, 20 de julho de 2011. Mesa: Presidente, Jorge Fontes Hereda e Secretária, Rute Portugal do Santos. Assinaturas: Jorge Fontes Hereda, Márcio Percival Alves Pinto, Murilo Francisco Barella, Nei Antonio Cristofolini e Carlos Magno Gonçalves da Cruz.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.946, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir desta data, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Física
VALÉRIO VITÓRIO DA SILVA
CPF: 247.917.179-53

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de setembro de 2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2011/3262

Objeto: Divulgação intempestiva e incompleta, por parte da TECNOSOLO ENGENHARIA, de comunicação ao mercado acerca de negociações de participações acionárias relevantes.

Assunto: Devolução do prazo de defesa por solicitação de acusado.

Acusado	Advogado
ANDRE LUIS CAVALCANTI DE MORAES CAMACHO	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de devolução do prazo para apresentação de defesa formulado nos autos do PAS CVM nº RJ2011/3262.

Considerando que o prazo para apresentação de defesa vence em 26/09/2011, determino a devolução do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 15/09/2011, fixando novo prazo em 17/10/2011.

FERNANDO SOARES VIEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
2ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2009

Aos vinte e nove dias do mês de do mês de julho do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Sidney Ferro Barros (Suplente convocado), Rubens Maurício Carvalho, Vanessa Pereira Rodrigues Domene e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados futuramente, resultando na seguinte distribuição:

Ao Conselheiro Rubens Maurício Carvalho os recursos:

154.653, 158.414, 160.651, 162.257, 162.976, 160.143, 161.670 e 166.245.

À Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene os recursos:

164.336, 161.797, 161.828, 161.887, 162.090, 162.335, 163.334, 164.242, 159.872, 160.152, 165.082, 151.670 e 156.503.

Ao Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos os recursos:

159.752, 159.760, 159.766, 159.768, 159.833, 159.850, 159.857, 159.867, 151.006, 162.096 e 154.641.

À Conselheira Núbia Matos Moura os recursos:

159.924, 159.927, 159.952, 160.000, 160.337, 160.350, 160.385, 160.392, 160.648, 160.803, 161.382, 164.430, 159.350, 165.934 e 156.528.

À Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti os recursos:

165.301, 165.886, 165.954, 166.030, 166.882, 159.696, 159.810, 166.323, 143.467, 162.907, 163.362 e 155.384.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão sendo, a seguir, lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 29 DE JULHO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

01 - Recurso: 151.967 - Processo: 10215.000399/2003-18 - Recorrente: WANDERLAN DE OLIVEIRA CRUZ - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999, 2001, 2002.

Acórdão nº. 2102-00.209

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para cancelar as infrações referentes à omissão de rendimentos de trabalho sem vínculo empregatício recebidos de pessoas físicas e ausência do recolhimento do IRPF devido a título de carnê-leão (multa isolada de ofício), nos termos do voto do Relator.

02 - Recurso: 159.691 - Processo: 10218.000500/2005-72 - Recorrente: IDÁRIO LOPES DIAS - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

Resolução nº. 2102-0.007

Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

03 - Recurso: 161.639 - Processo: 10540.001174/2006-30 - Recorrente: MARCONDES RODRIGUES ABREU - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.210

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para exonerar o imposto e a multa vinculada decorrentes da omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, nos anos-calendário 2003 e 2004, nos termos do voto do Relator.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

04 - Recurso: 161.621 - Processo: 13002.000429/2005-41 Recorrente: CARLOS ALBERTO DE RÉ - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002.

Acórdão nº. 2102-00.211

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso para reconhecer a nulidade do lançamento. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura (Relatora). Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

05 - Recurso: 161.793 - Processo: 13706.001704/2005-17 Recorrente: FRANCISCA MARIA DE MATTOS SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003.

Acórdão nº. 2102-00.212

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para considerar tempestiva a impugnação e determinar o retorno dos autos a autoridade julgadora de primeira instância para apreciar as demais alegações suscitadas pela contribuinte, nos termos do voto do Relator.

06 - Recurso: 163.312 - Processo: 13984.001463/2006-16 Recorrente: AIRTON JOSÉ SEMINOTTI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.213

Por unanimidade de votos, indeferir o pedido de diligência e as preliminares suscitadas e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para excluir da tributação a infração de omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, nos termos do voto do Relator.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

07 - Recurso: 160.155 - Processo: 10140.002910/2003-37 Recorrente: JOSÉ MAURÍCIO DE ARAÚJO - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

Acórdão nº. 2102-00.214

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, cancelando as exigências 001- Omissão de rendimentos decorrente de reajuste do valor de venda de imóvel recebido de pessoa física e 003- Multa isolada (carnê-leão), mantendo a exigência 002 - Omissão de ganho de capital na alienação de bens e direitos, nos termos do voto do Relator.

08 - Recurso: 1601.56 - Processo: 10140.000817/2004-79 Recorrente: MARIA DENISE BERRI DE OLIVEIRA - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

Acórdão nº. 2102-00.215

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

09 - Recurso: 160.274 - Processo: 18471.002140/2005-54 Recorrente: JORGE OSCAR NASSEH - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

Acórdão nº. 2102-00.216

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

10 - Recurso: 160.263 - Processo: 10855.000852/2005-12 Recorrentes: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II e CÉLIA SILVEIRA CORREA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.217

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício e ao recurso voluntário, nos termos do voto da Relatora.

11 - Recurso: 162.734 - Processo: 19515.003542/2003-13 Recorrente: PAULO ALBERTO DE GASGON NARDY - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

12 - Recurso: 154.696 - Processo: 11075.000648/2003-80 Recorrente: JOSE VALDIR CARTELINI - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.218

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

13 - Recurso: 156.026 - Processo: 19515.001572/2002-12 - Recorrente: JAIME MICHAAN CHALAM - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998. Vista para a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

Fez sustentação oral a Dra. Juliana Nunes dos Santos, OAB-SP n. 235.023.

14 - Recurso: 165.168 - Processo: 11543.003682/2003-42 - Recorrente: HOMERO TADEU JUFFO FONTES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998 e 1999.

Acórdão nº. 2102-00.219

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reduzir a multa de ofício para 75%, e reconhecer a extinção do direito de o Fisco exigir os valores relativos aos fatos geradores do ano-calendário 1997, por força da decadência, nos termos do voto do Relator.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

15 - Recurso: 163.747 - Processo: 13808.005471/96-86 - Recorrente: ELISA MATTOSO BEHR - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1994.

Acórdão nº. 2102-00.220

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, vencido o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos (Relator). Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

16 - Recurso: 166.331 - Processo: 13808.000276/99-76 - Recorrente: ALEXANDRE CRAVEIRO DE MACEDO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1995.

Acórdão nº. 2102-00.221

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

17 - Recurso: 163.750 - Processo: 19515.004297/2003-61 Recorrente: BWU VÍDEO LTDA. - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Ano(s): 1998 a 2003.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Fez sustentação oral o Dr. Vinicius Branco, OAB-SP n. 77.583.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

18 - Recurso: 160.335 - Processo: 10845.004462/2003-79 - Recorrente: DONATO LOVECCHIO FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002.

Acórdão nº. 2102-00.222

Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Vanessa Pereira Rodrigues Domene, Sidney Ferro Barros e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

19 - Recurso: 160.339 - Processo: 13873.000332/2004-07 - Recorrente: VALDIR AUGUSTO VIEIRA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

Acórdão nº. 2102-00.223

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

20 - Recurso: 163.030 - Processo: 13830.001763/2003-06 Recorrente: ADILSON MAGOSSO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.224

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso do contribuinte, para excluir da tributação todos os valores considerados como depósitos bancários de origem não comprovada, infração do item 002, uma vez que obtidos com base em extratos bancários das contas correntes nº. 00033058-0 - agência: 0320 - Caixa Econômica Federal e nº. 22.053-1 - agência 2974-2 - Banco do Brasil, cujo cotitular não foi devidamente intimado, e cancelar a aplicação da multa isolada do carnê-leão, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que dava provimento em menor extensão, para manter a multa isolada.

21 - Recurso: 164.766 - Processo: 10820.001261/2003-06 Recorrente: JOSÉ DEVIDES DE OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

DIA 30 DE JULHO DE 2009, ÁS 08:30 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

22 - Recurso: 147.204 - Processo: 10380.011297/2004-05 Recorrente: FÁBIO LUÍS MOURA LIMA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000 a 2002.

Acórdão nº. 2102-00.225

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedida a Conselheira Núbia Matos Moura que atuou como Relatora na decisão recorrida.

23 - Recurso: 155.194 - Processo: 10950.003598/2005-26 Recorrente: LUIS ANTONIO PAOLICCHI - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001 a 2003.

Vista para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

24 - Recurso: 159.384 - Processo: 10140.001144/2003-93 Recorrente: ELAINE TEREZINHA DA SILVA NEVES CONGRO - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Resolução nº. 2102-0.008

Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

25 - Recurso: 158.591 - Processo: 13888.000961/2006-21 Recorrente: FABIANO ANDIA GOMES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

Acórdão nº. 2102-00.226

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para afastar a preliminar de cerceamento do direito de defesa e, no mérito, restabelecer a dedução de despesa médica, no valor de R$ 597,80, nos termos do voto da relatora.

26 - Recurso: 160.925 - Processo: 19647.010980/2006-85 Recorrente: FRANCISCO MATINIANO FERNANDES BARBOSA LIMA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.227

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

27 - Recurso: 160.404 - Processo: 18471.001042/2005-08 Recorrente: MARIA TEREZA DE CARVALHO BRAGA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001, 2002 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.228

Por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para que seja afastada a multa isolada do carnê-leão, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento integral ao recurso.

28 - Recurso: 160.405 - Processo: 11040.001468/2003-12 Recorrente: IEDO SCURSONE SAMPAIO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999 a 2002.

Acórdão nº. 2102-00.229

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

29 - Recurso: 160.344 - Processo: 13706.000942/2001-81 Recorrente: ADILSON GOMES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998.

Acórdão nº. 2102-00.230

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

30 - Recurso: 161.575 - Processo: 13808.006104/2001-73 Recorrente: RENATO ORLANDO PRIMI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997.

Acórdão nº. 2102-00.231

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

31 - Recurso: 162.823 - Processo: 19515.002813/2004-02 Recorrente: REINALDO CLEMENTE KHERLAKIAN - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.232

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

32 - Recurso: 163.738 - Processo: 10650.001029/2006-10 Recorrente: EDNO JOSÉ DE OLIVEIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002 a 2005.

Acórdão nº. 2102-00.233

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

33 - Recurso: 158.165 - Processo: 11065.002251/2004-22 Recorrente: JAIME MARIO SCHAEFFER - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

Acórdão nº. 2102-00.234

Por maioria de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Relatora) que acatava a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174/2001, dando provimento ao recurso. Designado o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho para redigir o voto vencedor no tocante à irretroatividade da Lei nº 10.174/2001.

34 - Recurso: 166.491 - Processo: 19515.000370/2003-26 Recorrente: SHIRLEI CHALOM - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Retirado de pauta por inclusão indevida.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

35 - Recurso: 160.724 - Processo: 13161.000483/2004-83 Recorrente: RICARDO GALEANO BRANDÃO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000 e 2001.

Acórdão nº. 2102-00.235

Por maioria de votos, rejeitar a preliminar invocada, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que a acolhia, e, no mérito, por unanimidade, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

36 - Recurso: 161.628 - Processo: 10508.000386/2005-15 Recorrente: ALBERTO CHOCOUREL ALBAGLI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

Acórdão nº. 2102-00.236

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir da base de cálculo da infração o montante de R$ 154.905,34, nos termos do voto do relator.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

37 - Recurso: 163.502 - Processo: 13749.000161/2006-03 Recorrente: SOLANGE MARIA COSTA DE ANDRADE - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2004.

Acórdão nº. 2102-00.237

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para reconhecer como isentos os proventos de pensão recebidos do Ministério da Defesa, no ano-calendário 2003, devendo a unidade administrativa proceder à restituição do valor remanescente do imposto retido na fonte, com os acréscimos legais pertinentes, nos termos do voto da Relatora.

38 - Recurso: 174.231 - Processo: 18471.001737/2006-62 Recorrente: PIEDADE PEDRO DE ALMEIDA - Recorrida: 2ª. TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s): 2006.

Acórdão nº. 2102-00.238

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por intempestivo, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

39 - Recurso: 160.386 - Processo: 10530.000102/2004-22 Recorrente: CARLOS MURICY DE OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

Acórdão nº. 2102-00.239

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que convertia o julgamento em diligência.

40 - Recurso: 160.397 - Processo: 10480.003379/2002-88 Recorrente: PEDRO PEDROSA DE OLIVEIRA MELO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

Acórdão nº. 2102-00.240

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 30 DE JULHO DE 2009, ÁS 14:00 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

41 - Recurso: 153.896 - Processo: 11060.000209/2003-36 Recorrente: ROMI ARLINDO DE BONA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998 a 2001.

Acórdão nº. 2102-00.241

Por maioria de votos, rejeitar a preliminar de irretroatividade das Leis nº 10.174/2001 e complementar nº 105/2001, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que a acolhia. No mérito, por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer que decadência fulminou o imposto referente à omissão de rendimentos caracterizada pelos depósitos bancários de origem não comprovada do ano-calendário 1997 e a multa de ofício do carnê-leão até o fato gerador de 28/02/1998, e que a multa isolada do carnê-leão remanescente deve ser reduzida para o percentual de 50%. Vencidos os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Relator) e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que reconheciam a decadência da multa isolada do carnê-leão apenas até 31/10/1997. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Núbia Matos Moura.

42 - Recurso: 154.448 - Processo: 13808.000017/00-23 Recorrente: JAIME BARRELA OZI - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1995 a 1998.

Acórdão nº. 2102-00.242

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

43 - Recurso: 155383 - Processo: 10945.001647/2006-46 Recorrente: RUBEM ARNOLDO KUHNE - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002 a 2005.

Acórdão nº. 2102-00.243

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para cancelar a infração referente ao acréscimo patrimonial a descoberto e reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator.

Fez sustentação oral o Dr. José Aderlei de Souza, OAB-PR nº 37.226.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

44 - Recurso: 162.583 - Processo: 10510.001707/2007-11 Recorrente: AUGUSTO JOSÉ DE CARVALHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002.

Acórdão nº. 2102-00.244

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

45 - Recurso: 162.698 - Processo: 11634.000364/2007-34 Recorrente: MAURO HENRIQUE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.245

Por unanimidade de votos, indeferir a preliminar de nulidade do lançamento. No mérito, por maioria de votos, desqualificar a multa de ofício, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura (Relatora) e Rubens Maurício Carvalho que a mantinham, e, por unanimidade de votos, acatar a decadência em relação aos fatos geradores ocorridos no ano-calendário de 2001. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

46 - Recurso: 165.767 - Processo: 12963.000337/2007-01 Recorrente: JOÃO BATISTA PEDREIRA DOS SANTOS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002, 2003 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.246

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

47 - Recurso: 160.394 - Processo: 10510.000671/2007-59 Recorrente: REGES ALMEIDA MEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.247

Por unanimidade de votos, indeferir o pedido de perícia, e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

48 - Recurso: 160.395 - Processo: 18471.000892/2005-81 Recorrente: CARLOS ALBERTO VIEIRA DE ANDRADE - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003.

Acórdão nº. 2102-00.248

Por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para que seja afastada a multa isolada do carnê-leão, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento integral ao recurso.

49 - Recurso: 160.556 - Processo: 10935.005054/2006-78 Recorrente: MARINA NOVA MELLO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002 a 2005.

Vista para a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

50 - Recurso: 160.560 - Processo: 10820.000210/2007-82 Recorrente: SUELI DE SOUZA STUCHI - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003 a 2006.

Vista para a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

51 - Recurso: 160.223 - Processo: 13808.006149/2001-48 Recorrente: MARIA CRISTINA DE SOUZA FIGUEIREDO HADDAD - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

52 - Recurso: 160.935 - Processo: 10855.001757/2003-74 Recorrente: ANTÔNIO CARLOS DELGADO LOPES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.249

Por maioria de votos, rejeitar as preliminares, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que acolhia a irretroatividade da Lei nº 10.174/2001, e, no mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

53 - Recurso: 162.231 - Processo: 18471.002376/2003-29 Recorrente: FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA MAIA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.250

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

54 - Recurso: 156.667 - Processo: 10480.007736/2003-68 Recorrente: EUGÊNIO OLIVEIRA MELLO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Retirado de pauta. Processo administrativo fiscal desaforado para o relator do processo conexo (10480.007737/2003-11), já em julgamento (convertido em diligência) na 1ª Turma da 1ª Câmara da 2ª Seção do CARF.

Fez sustentação oral o Dr. Paulo César França da Silva, OAB-PE n. 22.772.

55 - Recurso: 158.633 - Processo: 10865.000469/00-32 Recorrente: NATAL CÂNDIDO FRANZINI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1996 a 1998.

Acórdão nº. 2102-00.251

Por maioria de votos, acatar a preliminar de nulidade suscitada de ofício pela Conselheira relatora, para que seja desconsiderada a glosa do IRRF, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho. No mérito, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso, para cancelar o acréscimo patrimonial a descoberto, nos termos do voto da Relatora. Vencido o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

56 - Recurso: 159.217 - Processo: 11080.006129/2004-37 Recorrente: PAULO CÉSAR POZO DE MATTOS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000 a 2003.

Acórdão nº. 2102-00.252

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir os montantes de R$ 68.942,30, R$ 97.723,62 e R$ 31.853,20 da base de cálculo da omissão de rendimentos caracterizada pelos depósitos bancários de origem não comprovada, nos anos-calendário 1999, 2001 e 2002, respectivamente, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho que davam provimento em menor extensão, por entender não cabível a exclusão da tributação referente aos depósitos abaixo de R$ 12.000,00, cuja soma não excede R$ 80.000,00, em decorrência do corte já procedido pela autoridade fiscal, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente ,o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

57 - Recurso: 162.028 - Processo: 10540.001139/2006-11 Recorrente: SOCIEDADE MÉDICA ASSISTENCIAL DE IGUAÍ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRF - Ano(s): 2001.

Acórdão nº. 2102-00.253

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para reconhecer que a decadência extinguiu o imposto vinculado à multa de ofício de 75% e para cancelar a multa isolada de ofício, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

DIA 31 DE JULHO DE 2009, ÁS 08:30 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

58 - Recurso: 154.563 - Processo: 10140.001561/2003-36 Recorrente: MARIA CECILIA CORREA DA COSTA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE-MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000 a 2002.

Acórdão nº. 2102-00.254

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso para que os impostos pagos nas declarações de ajuste anual dos anos-calendário 1999, 2000 e 2001, em decorrência da colação das receitas da atividade rural vinculadas à alienação do imóvel em discussão, sejam abatidos do imposto lançado, antes da incidência dos juros de mora e da multa de ofício, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

59 - Recurso: 158.339 - Processo: 13227.000799/2003-82 Recorrente: JOÃO BATISTA DE ALBUQUERQUE BRAGA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998, 1999.

Acórdão nº. 2102-00.255

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

60 - Recurso: 158.642 - Processo: 11516.000041/00-59 Recorrente: EDUARDO PINHO MOREIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Ex(s): 1995 a 1998.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

61 - Recurso: 161.780 - Processo: 19740.000235/2004-06 - Recorrentes: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I e ARUS - FUNDAÇÃO ARACRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - Matéria: IRF - Ano(s): 1999 a 2001.

Acórdão nº. 2102-00.256

Por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício. Por maioria de votos, dar provimento ao recurso voluntário. Vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura (Relatora) e Rubens Maurício Carvalho. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos. Ausente justificadamente o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

62 - Recurso: 162.817 - Processo: 10805.000568/2007-01 Recorrente: TANIA DE CASTRO RIBEIRO NOGUEIRA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.257

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

63 - Recurso: 164.350 - Processo: 13227.720003/2007-35 Recorrente: CARLA RODRIGUES SCHOCK - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2005.

Acórdão nº. 2102-00258

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

64 - Recurso: 159.572 - Processo: 11080.006031/2003-07 Recorrente: CARLOS ROBERTO SANTOS DA SILVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

Acórdão nº. 2102-00.259

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

65 - Recurso: 159.624 - Processo: 10950.003316/2004-18 Recorrente: UBIRATAN REIS - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

Acórdão nº. 2102-00.260

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

66 - Recurso: 159.626 - Processo: 13726.000305/2002-58 Recorrente: DÉBORA DOS SANTOS PIMENTEL VIEGAS Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.261

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, remanescendo uma exigência no valor de R$ 1.532,69, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

67 - Recurso: 160.499 - Processo: 13830.001924/2006-04 Recorrente: ARCANJO APARECIDO VILLELA Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003.

Acórdão nº. 2102-00.262

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES

68 - Recurso: 151.231 - Processo: 10735.001728/2004-50 Recorrente: ARTHUR PEREIRA E OLIVEIRA FILHO Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000 a 2003.

Vista para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

69 - Recurso: 160.507 - Processo: 16327.003347/2003-12 Recorrente: CRYOVAC PREV-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Ano(s): 2000 a 2002.

Acórdão nº. 2102-00.263

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir do lançamento os juros de mora, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

70 - Recurso: 158.917 - Processo: 10140.001520/2003-40 Recorrente: LUIS PANOFF PHILBOIS Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.264

Por maioria de votos, rejeitar as preliminares, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Relatora) que acolhia a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174/2001. Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Designado para redigir o voto vencedor quanto à irretroatividade da Lei nº 10.174/2001 o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sidney Ferro Barros

71 - Recurso: 153.012 - Processo: 10925.001040/99-96 Recorrente: SPECHT PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA-PR - Matéria: IRF - Ex(s): 1989, 1990, 1991 e 1992.

Vista ao Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

72 - Recurso: 161.955 - Processo: 10283.006978/2004-41 Recorrente: SILVANA FORTES BECIL Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

Acórdão nº. 2102-00.265

Por unanimidade de votos, rejeitar o pedido de perícia, e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

73 - Recurso: 166.530 - Processo: 10980.007336/2007-45 Recorrente: S.L. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRF - Ano(s): 2002 a 2004.

Retirado de pauta em decorrência do processo não se encontrar fisicamente no CARF (processo em trânsito do MF/GRA-SC para o CARF).

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, eu Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, a assino com o Presidente da Turma de Julgamento.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Vanessa Pereira Rodrigues Domene, Rubens Maurício Carvalho e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Completaram o Colegiado os Conselheiros Sandro Machado dos Reis e Moisés Giacomelli Nunes da Silva para o julgamento dos recursos em que são citados.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados futuramente, resultando na seguinte distribuição:

À Conselheira Núbia Matos Moura os recursos:

167.391, 165.951, 163.901, 165.478, 163.790, 167.814, 168.362, 174.117 e 167.151.

Ao Conselheiro Rubens Maurício Carvalho os recursos:

161.131, 165.896, 164.570, 166.508, 174.085, 173.173, 168.471, 174.060, 172.179 e 175.728.

À Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues os recursos:

167.525, 163.543, 162.645, 161.926, 174.058, 174.065, 170.755, 168.384, 173.040 e 170.670.

Ao Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos os recursos:

166.127, 166.664, 164.354, 165.838, 170.212, 174.220, 174.748, 174.349 e 174.126.

À Conselheira Roberta Ferreira Paggetti os recursos:

165.994, 167.045, 163.968, 164.947, 163.783, 167.382, 167.181, 167.672 e 168.432.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão sendo, a seguir, lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 19 DE AGOSTO DE 2009, ÁS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 160.033 - Processo: 13864.000276/2006-73 - Recorrente: BENEDITO RAIMUNDO BENTO - Recorrida: DRJ.- Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.266

Por maioria de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Conselheiros Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Giovanni Christian Nunes Campos que reduziam a multa de ofício de 150% para 75%.

02 - Recurso: 161.507 - Processo: 19647.011119/2006-34 Recorrente: RICARDO DE CARVALHO LIMA - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.267

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

03 - Recurso: 153.880 - Processo: 16707.100227/2005-50 - Recorrente: FERNANDO DE OLIVEIRA SANTOS - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.268

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

04 - Recurso: 162.484 - Processo: 10280.004935/2005-32 Recorrente: DRJ - BELÉM (PA) Interessado: FERNANDO SHIGUEO TAKASHIMA - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.269

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

05 - Recurso: 160.556 - Processo: 10935.005054/2006-78 Recorrente: MARINA NOVA MELLO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002 a 2005.

Acórdão nº. 2102-00.270

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que mantinha a multa de ofício isolada concomitante, nos termos do voto do Relator.

06 - Recurso: 160.560 - Processo: 10820.000210/2007-82 Recorrente: SUELI DE SOUZA STUCHI - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003 a 2006.

Acórdão nº. 2102-00.271

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

07 - Recurso: 160.342 - Processo: 10283.100555/2004-17 Recorrente: LUCILENE MARIA MARQUES PIZZÔNIA - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.272

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar, e, no mérito, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Presente o Conselheiro Sandro Machado dos Reis (convocado).

08 - Recurso: 133.491 - Processo: 10950.003403/00-81 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA GOIOERÊ LTDA - COAGEL - Recorrida:DRJ - Matéria: IRF.

Retirada de pauta por inclusão indevida.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

09 - Recurso: 166.147 - Processo: 15983.000192/2007-90 - Recorrente: GILBERTO ANTONINI - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Resolução nº. 2102-0.009

Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

10 - Recurso: 161.448 - Processo: 10283.000093/2005-10 - Recorrente: LUCAS MARQUES PINHEIRO - Recorrida: DRJ.

Acórdão nº. 2102-00.273

Por maioria de votos, rejeitar as preliminares vindicadas, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que acolhia a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174/2001, e, no mérito, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para excluir da base de cálculo da infração o montante de R$ 104.900,00, nos termos do voto do Relator.

11 - Recurso: 159.125 - Processo: 11065.000505/2006-30 Recorrente: SANTINA DE FÁTIMA LIMA DE AZEVEDO - Recorrida: DRJ

Acórdão nº. 2102-00.274

Por unanimidade de votos, rejeitar a nulidade vindicada, e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 19 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

12 - Recurso: 160.473 - Processo: 14041.000495/2006-07 Recorrente: CARLOS ALBERTO BASTOS DE MACEDO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.275

Por unanimidade de votos, indeferir o pedido de diligência, e, no mérito, por voto de qualidade, dar parcial provimento ao recurso para reduzir o percentual da multa de ofício para 75%, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura (Relatora), Vanessa Pereira Rodrigues Domene e Rubens Maurício Carvalho, que somente afastavam o agravamento de 50% da multa de ofício. Designada para redigir o voto vencedor no tocante à desqualificação da multa de ofício a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti. Presente o Conselheiro Sandro Machado dos Reis (convocado).

13 - Recurso: 162.350 - Processo: 13971.001636/2006-37 Recorrente: AGNALDO GENTIL SCHATZ - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.276

Por maioria de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Conselheiros Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Giovanni Christian Nunes Campos que reduziam a multa de ofício de 150% para 75%. Presente o Conselheiro Sandro Machado dos Reis (convocado).

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

14 - Recurso: 166.843 - Processo: 13864.000233/2006-98 Recorrente: LINCOLN JOSÉ RAAD - Recorrida: DRJ.

Acórdão nº. 2102-00.277

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reduzir o percentual da multa de ofício em 50% relativamente aos fatos geradores que o contribuinte efetuou o recolhimento após o início da ação fiscal e antes da autuação, nos termos do voto da Relatora. Presente o Conselheiro Sandro Machado dos Reis (convocado).

15 - Recurso: 166.601 - Processo: 19404.000969/2007-41 Recorrente: MARIA DE SOUZA RIBEIRO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.278

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Presente o Conselheiro Sandro Machado dos Reis (convocado).

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

16 - Recurso: 160.702 - Processo: 11543.001067/2003-00 - Recorrente: BETTINA MOULIN COELHO LIMA - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.279

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presente o Conselheiro Sandro Machado dos Reis (convocado).

17 - Recurso: 160.895 - Processo: 10680.017560/2003-04 - Recorrente: ABDO ANTUNES SALIBA - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.280

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que entende que falece competência ao colegiado para decidir sobre retificação de declaração.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

18 - Recurso: 154.852 - Processo: 11516.002669/2005-65 Recorrente: NEIDER FRANCISCO PANOSSO - Recorrida:DRJ - Matéria: IRPF.

Resolução nº. 2102-0.010

Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora. Presente o Conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva (convocado).

Presente o patrono do recorrente, Dr. Anderson Jacob Suzin, OAB-SC n. 14.344.

19 - Recurso: 155.486 - Processo: 11080.001567/2006-71 - Recorrente: ADMINISTRADORA DE JOGOS ITALIAN LTDA. - Recorrida: DRJ - Matéria: IRF.

Acórdão nº. 2102-00.281

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

20 - Recurso: 155.194 - Processo: 10950.003598/2005-26 Recorrente: LUIS ANTONIO PAOLICCHI - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001 a 2003. Vista para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

Acórdão nº. 2102-00.282

Por unanimidade de votos, rejeitar o pedido de sobrestamento deste feito administrativo, e, no mérito, dar parcial provimento para cancelar a infração referente à omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada do ano-calendário 2000 e para excluir o montante de R$ 57.300,00 da omissão de rendimentos do trabalho sem vínculo empregatício recebidos de pessoas jurídicas, nos termos do voto do Relator.

21 - Recurso: 166.530 - Processo: 10980.007336/2007-45 Recorrente: S.L. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRF - Ano(s): 2002 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.283

Por maioria de votos, não conhecer do recurso em decorrência da falta de competência da Segunda Seção do CARF para apreciar o feito, vencido o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos (Relator). Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Núbia Matos Moura.

Fez sustentação oral o Dr. José Machado de Oliveira, OAB/PR nº 05.366.

22 - Recurso: 158.642 - Processo: 11516.000041/00-59 Recorrente: EDUARDO PINHO MOREIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Ex(s): 1995 a 1998.

Acórdão nº. 2102-00.284

Por maioria de votos, não conhecer do recurso, por perempto, vencido o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos (Relator). Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

DIA 20 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

23 - Recurso: 163.725 - Processo: 10950.001719/2007-67 Recorrente: ERMETO BAREA - Recorrida: DRJ.- Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.285

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

24 - Recurso: 163.389 - Processo: 10950.001824/2007-04 Recorrente: JULIO BAREA NETTO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.286

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

25 - Recurso: 160.977 - Processo: 10580.012566/2003-13 Recorrente: FERNANDO JOSÉ DO NASCIMENTO PINTO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.287

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para afastar a decadência e determinar o retorno dos autos à unidade de origem para apreciação do mérito, nos termos do voto do Relator.

26 - Recurso: 160.821 - Processo: 16707.000459/2004-28 Recorrente: ROBERTO CESAR DA PENHA PACHECO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.288

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

27 - Recurso: 156.223 - Processo: 11075.003170/2005-10 Recorrente: NIDAL YUSEF REDA TUPASI - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.289

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

28 - Recurso: 160.125 - Processo: 14041.000075/2004-51 - Recorrente: JORGE AFONSO ARGELLO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00,290

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

29 - Recurso: 156.898 - Processo: 11634.000502/2006-02 - Recorrente: ZAKI KHOURI - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1994.

Acórdão nº. 2102-00.291

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presente o Conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva (convocado).

30 - Recurso: 160.380 - Processo: 13558.000394/2004-83 - Recorrente: CESAR RÔMULO RODRIGUES ASSIS - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.292

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para reconhecer que a decadência fulminou o lançamento, nos termos do voto do Relator. Presente o Conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva (convocado).

31 - Recurso: 166.606 - Processo: 19515.002493/2006-44 - Recorrente: METALGRÁFICA GIORGI S/A - Recorrida: DRJ - Matéria: IRF.

Retirado de pauta em decorrência de falecer competência à Segunda Seção do CARF para julgar o recurso voluntário.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

32 - Recurso: 162.521 - Processo: 19515.004796/2003-59 Recorrente: WALTER MARTINS FERREIRA FILHO - Recorrida: DRJ- Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.293

Por maioria de votos, rejeitar as preliminares, vencidos os Conselheiros Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Moisés Giacomelli Nunes da Silva, sendo que a primeira acatava a irretroatividade da Lei nº 10.174/2001 para todo o lançamento, e o segundo acatava essa irretroatividade para os fatos geradores até 09/01/2001, e, por unanimidade, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

33 - Recurso: 160.286 - Processo: 13971.001630/2006-60 Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S.A. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRF - Anos-calendário: 2001 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.294

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade do lançamento suscitada pelo recorrente. No mérito, por unanimidade de votos, em reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, e, por maioria de votos, reconhecer que a decadência fulminou os fatos geradores anteriores a 04/10/2001, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que não acatava essa decadência. Ainda no mérito, por voto de qualidade, manter a infração referente ao item 1 - Não recolhimento de IRRF sobre juros pagos em empréstimos tomados ("eurobônus"), vencidos os Conselheiros Vanessa Pereira Rodrigues Domene (Relatora), Moisés Giacomelli Nunes da Silva e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti, sendo designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho. Por fim, por maioria de votos, em exonerar a infração do item 2 - Não recolhimento de IRRF sobre juros incidentes em pré-pagamentos de exportação, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho.

Realizou sustentação oral, pelo contribuinte, o Dr.Arno Schmidt Júnior, OAB/SC nº 6.878, e pela União, o Dr. Péricles Leite Patriota.

DIA 20 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

34 - Recurso: 163.303 - Processo: 10980.007414/2007-10 Recorrente: DÉBORA REGINA SILVEIRA - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF

Acórdão nº. 2102-00.295

Por unanimidade de votos, indeferir a preliminar de nulidade do lançamento, e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

35 - Recurso: 163.750 - Processo: 19515.004297/2003-61 Recorrente: BWU VÍDEO LTDA. - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Ano(s): 1998 a 2003.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

36 - Recurso: 164.766 - Processo: 10820.001261/2003-06 Recorrente: JOSÉ DEVIDES DE OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.296

Por maioria de votos, rejeitar a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174/2001, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que a acolhia, e, no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

37 - Recurso: 160.223 - Processo: 13808.006149/2001-48 Recorrente: MARIA CRISTINA DE SOUZA FIGUEIREDO HADDAD - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

38 - Recurso: 160.814 - Processo: 13874.000119/2003-04 Recorrente: VALMIR JOSÉ BRIGANTI - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.297

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

39 - Recurso: 160.813 - Processo: 11516.000220/2007-24 Recorrente: WALTER MACHADO DO NASCIMENTO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00298

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

40 - Recurso: 160.729 - Processo: 13161.720045/2006-05 Recorrente: MARÇAL GONÇALVES LEITE FILHO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.299

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer a extinção do crédito tributário relativo aos fatos geradores ocorridos no ano-calendário de 2000, em decorrência da decadência, nos termos do voto da Relatora.

41 - Recurso: 144.043 - Processo: 11610.009100/2002-18 Recorrente: BOLSA DE IMÓVEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRF.

Acórdão nº. 2102-00.300

Por unanimidade de votos, acolher os Embargos de Declaração para sanar a omissão e a contradição apontadas, rerratificando o Acórdão nº 106-16.368, de 26 de abril de 2007, sem alteração do resultado, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

42 - Recurso: 163.338 - Processo: 10410.002646/2007-38 - Recorrente: EVANDRO SARMENTO PONTES DE MIRANDA - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.301

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

43 - Recurso: 162.233 - Processo: 10945.004508/2006-74 - Recorrente: ATEF SAID MANAH - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

44 - Recurso: 162.167 - Processo: 10508.000442/2005-11 - Recorrente: WALDIR ALVES DOS REIS - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.302

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para excluir os montantes de R$ 68.000,00 e R$ 92.000,00 da base de cálculo da infração, dos anos-calendário 1999 e 2001, respectivamente, nos termos do voto do Relator.

DIA 21 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

45 - Recurso: 163.344 - Processo: 10950.001880/2007-31 - Recorrente: ANA LOURDES BAREA - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.303

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

46 - Recurso: 151.231 - Processo: 10735.001728/2004-50 Recorrente: ARTHUR PEREIRA E OLIVEIRA FILHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ano-calendário: 2000, 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.304

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade, e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso, para excluir os montantes de R$ 88.064,35, R$ 16.447,00 e R$ 31.228,71 da infração referente à omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, dos anos-calendário 2000, 2001 e 2002, respectivamente, e reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

47 - Recurso: 162.734 - Processo: 19515.003542/2003-13 Recorrente: PAULO ALBERTO DE GASGON NARDY - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

Acórdão nº. 2102-00.305

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para excluir os créditos da conta corrente nº 03181, agência 1821, do banco Itaú, da omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

48 - Recurso: 160.806 - Processo: 10630.001105/2006-17 Recorrente: GILMAR FURTADO DIAS - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.306

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

49 - Recurso: 156.026 - Processo: 19515.001572/2002-12 - Recorrente: JAIME MICHAAN CHALAM - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998.

Resolução nº. 2102-0.011

Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora.

Fez sustentação oral a Dra. Juliana Nunes dos Santos, OAB/SP n. 235.023.

50 - Recurso: 153.012 - Processo: 10925.001040/99-96 Recorrente: SPECHT PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA-PR - Matéria: IRF - Ano-calendário: 1990, 1991 e 1992.

Acórdão nº. 2102-00.307

Por unanimidade de votos, acolher os Embargos para sanar a omissão apontada, rerratificando o Acórdão nº 106-16.959, de 26 de junho de 2008, com alteração do resultado, para dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto da relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

51 - Recurso: 160.794 - Processo: 10805.000318/2003-30 Recorrente: SÉRGIO MONTEIRO SALLES - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.308

Por maioria de votos, rejeitar as preliminares suscitadas, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que acolhia a preliminar de irretroatividade da Lei nº 10.174/2001, e, no mérito, por unanimidade, DAR provimento parcial ao recurso, para excluir da base de cálculo da infração o montante de R$ 19.950,00, nos termos do voto do Relator.

52 - Recurso: 164.731- Processo: 11516.001778/2005-65 Recorrente: PEDRO JOSÉ OLIVEIRA GORDALINA CARDOSO - Recorrida: DRJ - Matéria: IRPF.

Acórdão nº. 2102-00.309

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar invocada e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso, para reduzir a multa de ofício vinculada ao imposto oriundo da glosa de despesas do livro caixa do ano-calendário 2004 de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, eu Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, a assino com o Presidente da Turma de Julgamento.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Marcelo Magalhães Peixoto (Suplente convocado), Rubens Maurício Carvalho, Júlio Cezar da Fonseca Furtado (Suplente convocado) e Vanessa Pereira Rodrigues Domene, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Ausente, justificadamente, a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente).

Devido a carga de trabalho já distribuída aos Conselheiros anteriormente, nesta sessão não houve necessidade de sorteio de novos recursos a serem relatados.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão sendo, a seguir, lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 23 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 164.367 - Processo: 10640.001469/2007-69 Recorrente: JOSÉ TARCÍSIO ARAÚJO LOBATO - Recorrida: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2003 a 2004.

Vista para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

02 - Recurso: 164.188 - Processo: 11080.011417/2005-94 Recorrente: ZOE DOMINGUES DE FREITAS E CASTRO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 2001 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.310

Por unanimidade de votos, não conhecer do Recurso de Ofício, já que a exoneração do crédito tributário encontra-se abaixo do limite de alçada, e não conhecer do Recurso Voluntário, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

03 - Recurso: 150.150 - Processo: 10530.000721/2003-36 Recorrente: GILSON CARVALHO DA SILVA - Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº. 2102-00.311

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

04 - Recurso: 161.527 - Processo: 15983.000403/2006-11 Recorrente: CÉSAR SBARBARO MURARI - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.312

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, desqualificar a multa de ofício, reconhecendo que a decadência extinguiu o crédito tributário lançado, nos termos do voto da Relatora.

05 - Recurso: 164.728 - Processo: 10380.010481/2007-72 Recorrente: UNIVERSAL ADM. DE COND. E SERV. LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRF - Exercício: 2005.

Acórdão nº. 2102-00.313

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de cerceamento do direito de defesa e no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

06 - Recurso: 160.779 - Processo: 10680.009666/2003-26 Recorrente: MÁRCIO COUTINHO DE MOURA - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.314

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

07 - Recurso: 161.045 - Processo: 11516.000648/2001-81 Recorrente: MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Recorrida: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 1998, 1999 e 2000.

Acórdão nº. 2102-00.315

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir o montante de R$ 13.200,00 da base de cálculo do acréscimo patrimonial a descoberto do ano-calendário 1997, vencidos os Conselheiros Rubens Maurício Carvalho (Relator) e Núbia Matos Moura. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

08 - Recurso: 161.203 - Processo: 11080.003229/2006-73 Recorrente: MAÍRA PERUFFO DE OLIVEIRA - Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.316

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

09 - Recurso: 158.143 - Processo: 14751.000455/2006-41 Recorrente: ADALBERTO JÚNIOR PRESTES ROCHA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 a 2005.

Acórdão nº. 2102-00.317

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, por maioria, reconhecer que a decadência fulminou o crédito tributário referente aos fatos geradores do ano-calendário 2000 (omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada) e de 30/09/2001 (ganho de capital) e que deve ser cancelado o lançamento da multa isolada pelo não recolhimento do carnê-leão, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que mantinha a multa isolada.

10 - Recurso: 162.233 - Processo: 10945.004508/2006-74 Recorrente: ATEF SAID MANAH - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR- Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 a 2004. Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Retirado de pauta por ausência justificada da Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que solicitou vista do processo na Reunião de agosto de 2009.

11 - Recurso: 164.886 - Processo: 11516.000987/2007-53 Recorrente: MATRIX INTERNET S/A - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRRF E MULTA - Exercícios: 2003 a 2006.

Acórdão nº. 2102-00.318

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 23 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

12 - Recurso: 135.020 - Processo: 10980.005581/00-15 Recorrente: CONSTRUTORA ARCE LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 1992 A 1994.

Acórdão nº. 2102-00.319

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

13 - Recurso: 166.348 - Processo: 10909.003274/2006-84 Recorrente: JORGE GUILHERME SCHURMANN DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.320

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

14 - Recurso: 162.831 - Processo: 10865.002551/2006-95 Recorrente: CORDÉLIA SILVANA RECCHIA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.321

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para reduzir o percentual da multa de ofício para 75%, nos termos do voto da Relatora.

15 - Recurso: 163.793 - Processo: 10980.008412/2007-30 Recorrente: PEDRO NELSON COSTA FRANCO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2004 a 2006.

Acórdão nº. 2102-00.322

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para acolher a preliminar de decadência quanto aos créditos tributários exigidos com multa de 75%, relativos aos fatos geradores ocorridos no ano-calendário 2001, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

16 - Recurso: 166.133 - Processo: 15956.000018/2007-74 Recorrente: FRANCISCO CÉSAR DA SILVA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 a 2006.

Acórdão nº. 2102-00.323

Por maioria de votos, dar parcial provimento para desqualificar a multa de ofício, reduzindo-a de 150% para 75%, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que somente desqualificava a multa de ofício vinculada à infração de glosa de despesa com instrução e, por unanimidade, reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário do ano-calendário 2001, nos termos do voto da Relatora.

17 - Recurso: 166.349 - Processo: 10665.720548/2007-94 Recorrente: CARLOS LUIZ MAIA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.324

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

18 - Recurso: 160.669 - Processo: 10865.002167/2006-92 Recorrente: MARIA APARECIDA DE MORAES MORGADO - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 a 2006.

Acórdão nº. 2102-00.325

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

19 - Recurso: 160.685 - Processo: 10580.100465/2003-91 Recorrente: NELSON BISPO DE JESUS FILHO - Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº. 2102-00.326

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

20 - Recurso: 160.997 - Processo: 10865.002642/2006-21 Recorrente: RUBENS SOARES LEITÃO - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 a 2006.

Acórdão nº. 2102-00.327

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para:

1.Retificar a DIRPF, exercício 2006, para que seja abatido do imposto devido o valor de R$ 615,73, recolhido na fonte;

2.Restabelecer as despesas médicas e odontológicas nos valores de R$ 2.915,00 (Ano-calendário 2001) e R$ 3.450,00 (Ano-calendário 2002) e

3.Reduzir o percentual da multa de ofício aplicada ao item 003 do Auto de Infração de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

21 - Recurso: 167.548 - Processo: 19515.003208/2006-11 Recorrente: ROSELI CIOLFI - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 a 2003.

Acórdão nº. 2102-00.328

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer que a decadência fulminou o crédito tributário do ano-calendário 2000 e para cancelar a omissão de rendimentos caracterizada pelos depósitos mantidos nas contas bancárias estrangeiras, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que mantinha a omissão de rendimentos apurada a partir dos créditos feitos nas contas estrangeiras em relação ao ano-calendário não abrangido pela decadência, nos termos do voto do Relator.

22 - Recurso: 167.550 - Processo: 19515.003207/2006-68 Recorrente: ANTONIO PIRES DE ALMEIDA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.329

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer que a decadência fulminou o crédito tributário do ano-calendário 2000, para cancelar a omissão de rendimentos caracterizada pelos depósitos mantidos no exterior e para reduzir a base de cálculo do acréscimo patrimonial a descoberto em R$ 25.000,00, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que mantinha a omissão de rendimentos apurada a partir dos créditos feitos nas contas estrangeiras em relação aos anos-calendário não abrangidos pela decadência, nos termos do voto do Relator.

23 - Recurso: 159.768 - Processo: 10980.010527/2006-11 Recorrente: SCONNTEC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRRF - Exercícios: 2004 a 2006.

Acórdão nº. 2102-00.330

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 24 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

24 - Recurso: 163.461 - Processo: 13899.000211/2007-10 Recorrente: CLAUDINE MELO RODRIGUES - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003 a 2005.

Acórdão nº. 2102-00.331

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para excluir da base de cálculo do imposto devido os rendimentos informados pela contribuinte em suas DAA, nos valores de R$ 29.238,72, R$ 34.001,04 e R$ 88.149,70, nos anos-calendário 2002, 2003 e 2004, respectivamente, e reduzir o percentual da multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

25 - Recurso: 163.979 - Processo: 10920.002596/2006-58 Recorrente: JOSÉ LUIZ MENDES MADEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2004 a 2006.

Acórdão nº. 2102-00.332

Por unanimidade de votos, declarar a nulidade da decisão recorrida, nos termos do voto da Relatora.

26 - Recurso: 160.582 - Processo: 10980.003766/2007-98 Recorrente: ROGÉRIO LUIZ GUADAGNIN - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.333

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

27 - Recurso: 165.174 - Processo: 10650.001304/2007-78 Recorrente: AYRES DUMONT DE PAIVA BORGES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.334

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

28 - Recurso: 165.833 - Processo: 19515.000351/2006-42 Recorrente: MÁRCIO MARCOS MIELDAZIS - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.335

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

29 - Recurso: 154.653 - Processo: 10120.002793/2005-10 Recorrente: JOSÉ DOS REIS SILVA - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.336

Por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso, cancelando as exigências referentes às multas exigidas isolada e concomitantemente com a multa de ofício, nos termos do voto do Relator.Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

30 - Recurso: 158.414 - Processo: 19515.000252/2002-37 Recorrente: ANTONIO CARLOS DE CAMPOS MACHADO - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998 e 1999.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

31 - Recurso: 160.651 - Processo: 10580.008154/2004-51 Recorrente: PAULO OVERBECK FERREIRA - Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000 a 2002.

Acórdão nº. 2102-00337

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

32 - Recurso: 159.867 - Processo: 10235.000675/2004-91 - Recorrente: CRISÓSTOMOS MIGUEL DA SILVA MONTEIRO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 a 2003.

Acórdão nº. 2102-00.338

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso voluntário interposto, pois perempto, nos termos do voto do Relator.

33 - Recurso: 159.857 - Processo: 11543.004775/2003-94 - Recorrente: OLMERIS FARONI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 1998.

Acórdão nº. 2102-00.339

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso referente às matérias submetidas ao crivo do Poder Judiciário e, no tocante à matéria conhecida, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

34 - Recurso: 159.760 - Processo: 10768.100062/2004-34 - Recorrente: MAGALI SOARES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº. 2102-00.340

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 24 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

35 - Recurso: 161.509 - Processo: 18088.000124/2007-12 Recorrente: EDUARDO CHARBEL HONAIN - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2004.

Acórdão nº. 2102-00.341

Por unanimidade de votos, declarar a nulidade da decisão de primeira instância para que outra seja proferida na boa e devida forma, abrangendo todos os argumentos apresentados pelo contribuinte, nos termos do voto da Relatora.

36 - Recurso: 164.992 - Processo: 11516.003509/2006-14 Recorrente: PATRÍCIA BLEYER CHEREM GRILLO Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº. 2102-00.342

DECISÃO: Por unanimidade de votos, AFASTAR a preliminar de nulidade do lançamento e, no mérito, negar provimento ao recurso.

37 - Recurso: 163.750 - Processo: 19515.004297/2003-61 Recorrente: BWU VÍDEO LTDA. - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRRF - Exercício: 2004.

Vista para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

Realizou sustentação oral o Dr. Vinicius Branco, OAB/SP n° 77.583.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

38 - Recurso: 166.399 - Processo: 14751.000479/2007-81 Recorrente: OTHAMAR BATISTA GAMA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.343

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para afastar a imputação de fraude, dolo ou simulação, reduzindo a multa qualificada de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

39 - Recurso: 160.223 - Processo: 13808.006149/2001-48 Recorrente: MARIA CRISTINA DE SOUZA FIGUEIREDO HADDAD - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 1997.

Vista para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

40 - Recurso: 161.670 - Processo: 10980.002093/2007-59 Recorrente: HAMILTON SCHIMIDT COSTA FILHO - Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.344

Por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso, para restabelecer despesas no livro caixa no valor de R$ 33.000,00 e cancelar a multa isolada do carnê-leão, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que apenas restabelecia a despesa do livro caixa.

41 - Recurso: 166.245 - Processo: 10707.001508/2006-25 Recorrente: RAFAEL CORREIA SÁ - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 e 2002. Vista para a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

42 - Recurso: 162.257 - Processo: 10805.001371/2003-58 Recorrente: LUIZ RAMOS PIMENTA - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 1991.

Acórdão nº. 2102-00.345

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso para afastar a decadência, retornando os autos à unidade origem, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

43 - Recurso: 159.833 - Processo: 10768.000174/2002-24 - Recorrente: PORTO REAL FIF CURTO PRAZO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRRF E MULTA - Exercício: 1998.

Acórdão nº. 2102-00.346

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

44 - Recurso: 159.850 - Processo: 18471.000937/2005-17 - Recorrente: JOSÉ DOS SANTOS ROCHA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.347

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

45 - Recurso: 159.766 - Processo: 10640.002603/2006-68 - Recorrente: FABÍOLA DA SILVEIRA NOVAES Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.348

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso, para restabelecer despesa odontológica no montante de R$ 3.000,00, no ano-calendário 2004, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, eu Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, a assino com o Presidente da Turma de Julgamento.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2009

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Marcelo Magalhães Peixoto (Suplente convocado), Rubens Maurício Carvalho, Vanessa Pereira Rodrigues Domene e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Completaram o Colegiado os Conselheiros Moisés Giacomelli Nunes da Silva, Pedro Anan Júnior e Gonçalo Bonet Allage para o julgamento dos recursos em que são citados.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados futuramente, resultando na seguinte distribuição:

À Conselheira Núbia Matos Moura os recursos:

167.371, 140.475, 164.339, 151.791, 167.312, 143.021, 144.162, 136.983, 167.842, 140.761, 170.855, 161.287, 161.268, 170.149, 141.303, 149.853, 161.272, 140.425, 141.281, 170.119, 161.036, 144.165, 144.163.

Ao Conselheiro Rubens Maurício Carvalho os recursos:

170.083, 161.035, 344.449, 343.025, 501.673, 173.109, 340.935, 443.005, 161.259, 343.695, 150.709, 341.025, 161.202, 168.605, 343.019, 151.024, 161.856, 337.935, 337.889, 136.623, 161.167, 343.093, 341.283.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão sendo, a seguir, lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 29 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 164.367 - Processo: 10640.001469/2007-69 Recorrente: JOSÉ TARCÍSIO ARAÚJO LOBATO - Recorrida: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.349

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

02 - Recurso: 163.750 - Processo: 19515.004297/2003-61 Recorrente: BWU VÍDEO LTDA Recorrida: 6ª TURMA /DRJ-SÃO PAULO/SP II- Matéria: IRRF - Período de apuração: 19.06.1998 a 18.06.2003.

Acórdão nº. 2102-00.350

Por maioria de votos, acolher a preliminar de nulidade do lançamento por ausência de base legal para a exigência, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura (Relatora) e Rubens Maurício Carvalho. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Realizou sustentação oral o Dr. Vinicius Branco, OAB/SP n° 77.583.

03 - Recurso: 155.773 - Processo: 19515.002688/2004-22 Recorrente: EMBRAGEN - EMPRESA BRASILEIRA DE ARMAZÉNS E ENTREPOSTO LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRRF - Exercício: 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.351

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso, devendo a autoridade administrativa de jurisdição do contribuinte observar o pagamento realizado mediante o DARF de fl. 225, bem como o disposto no art. 6º, I, da Lei nº 8.218/91, nos termos do voto da Relatora.

04 - Recurso: 163.110 - Processo: 10680.006551/2007-11 Recorrente: CIBELE CRISTINA DOS REIS RACHID - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG- Matéria: IRPF - Exercícios: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.352

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por falta de litígio em razão da desistência expressa por parte da recorrente, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

05 - Recurso: 166.604 - Processo: 10120.000662/2006-71 Recorrente: AUDELINO CARMO DE SOUZA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.353

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

06 - Recurso: 166.634 - Processo: 15586.000349/2006-89 Recorrente: ROMA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Exercício: 2000 a 2002.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

07 - Recurso: 161.131 - Processo: 13807.001800/99-17 Recorrente: LUIZ CARLOS MIRANDA ROCHA - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO I/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1994.

Acórdão nº. 2102-00.354

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para acolher a preliminar de decadência do lançamento suscitada pelo Relator.

08 - Recurso: 165.896 - Processo: 13701.001030/2007-62 Recorrente: GEDEÃO FERREIRA DA SILVA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº. 2102-00.355

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

09 - Recurso: 167.045 - Processo: 10120.005364/2007-58 Recorrente: ADENIR DOS SANTOS MOTA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2002 a 2005.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

10 - Recurso: 165.301 - Processo: 13864.000206/2007-04 Recorrente: JOSÉ ANTONIO BERNINI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ/SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2004 a 2005.

Acórdão nº. 2102-00.356

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

11 - Recurso: 165.886- Processo: 10805.002069/2007-41 Recorrente: ANTONIO SOARES NOGUEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003 a 2005.

Acórdão nº. 2102-00.357

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para tão-somente reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

12- Recurso: 160.277 - Processo: 18471.001068/2005-48 Recorrente: RENATO MARCELO ELIAS JOSÉ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 a 2003.

Acórdão nº. 2102-00.358

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reconhecer que a decadência fulminou os créditos tributários referentes ao ganho de capital dos fatos geradores ocorridos em 31/03/2000 e 30/06/2000 e cancelar o lançamento referente à omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que não acolhia a decadência.

13- Recurso: 162.233 - Processo: 10945.004508/2006-74 Recorrente: ATEF SAID MANAH - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR- Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 a 2004.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

DIA 29 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

14 - Recurso: 163.033 - Processo: 10510.003568/2006-80 Recorrente: JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Resolução nº. 2102-0.012

Por maioria de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora. Vencidos os Conselheiros Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Giovanni Christian Nunes Campos que davam provimento ao recurso.

15 - Recurso: 162.351 - Processo: 13808.004557/00-12 Recorrente: ALAOR APARECIDO PINI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 1996. Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

16 - Recurso: 165.051 - Processo: 11444.000032/2007-97 Recorrente: GUSTAVO VIDOTO FARINAZZO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2003, 2004, 2005 e 2006.

Acórdão nº. 2102-00.359

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

17 - Recurso: 164.821 - Processo: 19515.000723/2007-11 Recorrente: MARIA DA GLÓRIA CONTATORE ABDO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.360

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir o percentual da multa de ofício de 150% para 75%, para acolher a decadência sobre os créditos tributários relativos ao ano-calendário de 2001 e determinar que os juros de mora incidentes sobre a multa de ofício proporcional fiquem limitados a 1%, nos termos do voto da Relatora, vencido o Conselheiro Marcelo Magalhães Peixoto que dava provimento ao recurso.

Realizou sustentação oral o Dr. Daniel Lacasa Maya, OAB/SP nº 163.223.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

18 - Recurso: 159.802 - Processo: 18471.002645/2003-57 Recorrente: SICINIO PARAÍSO NETO - Recorrida: DEFIC-RJ-PROT- Matéria: IRPF - Exercícios: 1999.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

19 - Recurso: 153.200 - Processo: 18471.002523/2003-61 Recorrente: PAULO JOSÉ PAIM SAMPAIO - Recorrida: DEFIC-RJO-PROT- Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

20 - Recurso: 164.570 - Processo: 10880.058629/92-16 Recorrente: JOAQUIM SALLES LEITE (ESPÓLIO) - Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercício: 1989.

Acórdão nº. 2102-00.361

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

21 - Recurso: 166.508 - Processo: 11080.101488/2004-05 Recorrente: VALCIR ALBERTO COUTO DA SILVEIRA - Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.362

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

22 - Recurso: 174.085 - Processo: 18471.000021/2008-18 Recorrente: ALFREDO SEVERINO CAREGNATO - Recorrida: DRJ/RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Retirado de pauta a pedido do recorrente.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

23 - Recurso: 165.954 - Processo: 11634.001053/2007-92 - Recorrente: MARCELINO NINHO GIMENEZ - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ CURITIBA/PR- Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.363

Por voto de qualidade, dar parcial provimento ao recurso para restabelecer a despesa médica de R$ 1.700,00 no ano-calendário 2002, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura, Rubens Mauricio Carvalho e Marcelo Magalhães Peixoto que negavam provimento ao recurso. Restaram vencidas as conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Relatora) e Vanessa Rodrigues Pereira Domene, que davam provimento ao recurso em maior extensão, excluindo a glosa de despesa no valor de R$ 9.900,00, designado o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos para redigir o voto vencedor quanto a esta parte.

24 - Recurso: 166.030 - Processo: 13558.000536/2007-55 Recorrente: SÔNIA CORDEIRO PIRES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 2004.

Acórdão nº. 2102-00.364

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para acolher a despesa com previdência privada no valor de R$ 205,45, nos termos do voto da Relatora.

25 - Recurso: 166.882- Processo: 11634.001255/2007-34 Recorrente: ALMIRO DE VASCONCELOS UCHOA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR- Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003, 2004 e 2006.

Acórdão nº. 2102-00.365

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos da voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

26 - Recurso: 158.453 - Processo: 10907.002626/2006-02 Recorrente: SAMI MOHAMAD ZAHRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.366

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

27 - Recurso: 170.212- Processo: 10768.003401/2007-88 Recorrente: MARIA JOSÉ DE MORAIS GABRIEL - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2007.

Acórdão nº. 2102-00.367

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso voluntário interposto, quer pela ausência de lide, quer pela intempestividade do recurso, nos termos do voto do Relator.

28- Recurso: 165.838- Processo: 10070.000279/2003-11 Recorrente: JORGE DA GAMA BRAGA NETO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.368

Por maioria de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que dava provimento ao recurso.

DIA 30 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

29 - Recurso: 165.170 - Processo: 10907.002668/2006-35 Recorrente: GILBERTO JUVÊNCIO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003, 2004, 2005 e 2006.

Acórdão nº. 2102-00.369

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

30 - Recurso: 165.188 - Processo: 19515.001180/2006-79 Recorrente: MAURÍCIO GUSMÃO DE MENDONÇA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2004.

Acórdão nº. 2102-00.370

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir da tributação os depósitos não comprovados relativos às contas-correntes nºs. 12.474-5 do Banco do Brasil e 2035859-2 do Banco Real, cujo somatório perfaz, no ano-calendário 2003, a quantia de R$ 260.462,33, e cancelar a multa isolada do carnê-leão, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura (Relatora) que mantinha a multa isolada do carnê-leão. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Mauricio Carvalho.

Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

31 - Recurso: 166.062 - Processo: 13707.003185/2007-83 Recorrente: FÁBIO DOMINGOS DA COSTA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº. 2102-00.371

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

32- Recurso: 161.334 - Processo: 10820.001494/2003-09 Recorrente: SIDNEY PUBLIO RIBEIRO Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercícios: 1999, 2000, 2001 e 2002.

Acórdão nº. 2102-00.372

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

33 - Recurso: 152.721- Processo: 10675.002088/2005-38 Recorrente: DAWIS MIGUEL MARTINS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 a 2003.

Acórdão nº. 2102-00.373

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

34- Recurso: 161.644 - Processo: 18471.001527/2005-93 Recorrente: DELAWARE ASSET MANAGEMENT ADM. FINANC. E CONSULTORIA LTDA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Ano-calendário: 2000 e 2001.

Acórdão nº. 2102-00.374

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

35 - Recurso: 173173 - Processo: 16045.000497/2007-64 Recorrente: PAULO ARANTES DE MOURA - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO II/SP- Matéria: IRPF - Exercícios: 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.375

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

36 - Recurso: 168.471 - Processo: 13609.001518/2007-48 Recorrente: AILTON PEREIRA DA SILVA - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.376

Por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

37 - Recurso: 174.060 - Processo: 18088.000584/2007-41 Recorrente: IRINEU MUSSARELI JÚNIOR - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO II/SP- Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.377

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator.

Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

38 - Recurso: 159.696 - Processo: 15956.000213/2006-13 Recorrente: GILBERTO NUNES FERNANDES - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.378

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

39 - Recurso: 162.727 - Processo: 10283.003185/2004-71 Recorrente: KÁTIA JUSSARA FROES MUGUET - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000 a 2002.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

40 - Recurso: 167.518- Processo: 19515.000389/2007-04 Recorrente: YANG KUO HSIEN - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2002 a 2005.

Acórdão nº. 2102-00.379

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício e dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

41 - Recurso: 164.354 - Processo: 10830.004362/00-42- Recorrente: JOSÉ WANDERLEY ALVES DA SILVA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº. 2102-00.380

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir a restituição indevida a devolver de R$ 6.729,68 para R$ 543,15, nos termos do voto do Relator.

Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

42 - Recurso: 174126 - Processo: 18471.000545/2006-39- Recorrente: JOSÉ LUIZ PEIXOTO Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 2004.

Acórdão nº. 2102-00381

Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reduzir a multa de ofício lançada de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

43 - Recurso: 174.748 - Processo: 19647.010182/2006-53 - Recorrente: KLEBER PAES DE ARRUDA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF: Exercício: 2001 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.382

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para determinar que a DRJ conheça da impugnação, nos termos do voto do Relator.

Presente o Conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva.

Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Rodrigues Pereira Domene.

DIA 30 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

44 - Recurso: 160.000 - Processo: 13601.000626/2003-40 Recorrente: ANA DIAS DE ALMEIDA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.383

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer o direito à restituição a partir de agosto de 1998, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Rodrigues Pereira Domene. Presentes os Conselheiros Pedro Anan Júnior e Gonçalo Bonet Allage.

45 - Recurso: 160.648 - Processo: 10280.002576/2005-89 Recorrente: OSWALDO FRANCISCO DA SILVA FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Resolução nº. 2102-0.013

Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Rodrigues Pereira Domene. Presentes os Conselheiros Pedro Anan Júnior e Gonçalo Bonet Allage.

46 - Recurso: 159.924 - Processo: 13857.000929/2002-80 Recorrente: LAMARCK BORO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ- SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998 e 1999.

Acórdão nº. 2102-00.384

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Rodrigues Pereira Domene. Presentes os Conselheiros Pedro Anan Júnior e Gonçalo Bonet Allage.

47 - Recurso: 160.350 - Processo: 13961.000113/2001-88 Recorrente: ABI SOUZA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRRF - Exercício: 1999.

Vista para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

48 - Recurso: 159.581- Processo: 13727.000074/2003-53 Recorrente: AGROPASTORIL AVENTURA LTDA - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ - Matéria: IRF - Ano-calendário: 2000.

Acórdão nº. 2102-00.385

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

49 - Recurso: 159.548 - Processo: 16004.001202/2006-72- Recorrente: PAULO ROBERTO MARQUES DOS SANTOS - Recorrida: DRF/SJR-SAFIS-SP Matéria: IRPF - Exercício: 2000 a 2003.

Acórdão nº. 2102-00.386

Por unanimidade de votos, indeferir o pedido de diligência e rejeitar as preliminares de nulidade do lançamento e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para acolher a decadência do lançamento do ano-calendário de 2000; reduzir a multa de ofício para 75% e excluir da base de cálculo do acréscimo patrimonial a descoberto os seguintes valores: i) R$ 80.391,50, no ano-calendário 2001; ii) R$ 62.001,28, no ano-calendário 2002; e iii) R$ 140.111,03, no ano-calendário 2003, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

50 - Recurso: 175.728 - Processo: 10120.012137/2008-60 Recorrente: ROSIMEIRE DE ARAÚJO - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2006.

Acórdão nº. 2102-00.387

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Rodrigues Pereira Domene. Presentes os Conselheiros Pedro Anan Júnior e Gonçalo Bonet Allage.

51 - Recurso: 160.143 - Processo: 13855.001837/2006-61 Recorrente: NELSON TOLOI JÚNIOR - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.388

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Rodrigues Pereira Domene. Presentes os Conselheiros Pedro Anan Júnior e Gonçalo Bonet Allage.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

52 - Recurso: 167.811 - Processo: 13808.000378/99-46 Recorrente: PAULO TUPINAMBÁ VAMPRÉ - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ SÃO PAULO/SP II- Matéria: IRPF - Exercício: 1995.

Acórdão nº. 2102-00.389

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

53 - Recurso: 168.559 - Processo: 10925.000808/2005-31 Recorrente: SADIA S.A - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRF - Exercício: 1989 a 1992.

Acórdão nº. 2102-00.390

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por falta de previsão legal para sua interposição, nos termos do voto da Relatora.

Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Pereira Rodrigues Domene.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

54 - Recurso: 159.752 - Processo: 11051.000585/2003-30 - Recorrente: FLÁVIO LOURENCE FRAGA - ESPÓLIO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercícios: 1999 e 2000.

Acórdão nº. 2102-00.391

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Rodrigues Pereira Domene.

Presentes os Conselheiros Pedro Anan Júnior e Gonçalo Bonet Allage.

55 - Recurso: 162.096 - Processo: 10245.002503/2004-32- Recorrente: HERBSON JAIRO RIBEIRO BATIM - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2000 a 2004.

Acórdão nº. 2102-00.392

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento para excluir a infração referente à reclassificação dos rendimentos oriundos da atividade rural e para cancelar a multa isolada pelo não recolhimento do carnê-leão, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Rodrigues Pereira Domene. Presentes os Conselheiros Pedro Anan Júnior e Gonçalo Bonet Allage.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, eu Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, a assino com o Presidente da Turma de Julgamento.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2009

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Sandro Machado dos Reis (Conselheiro convocado), Rubens Maurício Carvalho, Vanessa Pereira Rodrigues Domene e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio dos recursos a serem relatados, resultando na seguinte distribuição:

À Conselheira Núbia Matos Moura os recursos:

337.345, 337.355, 337.435, 340.663, 341.533, 341.768, 341.787, 341.900, 341.922, 341.969, 342.067, 342.071, 342.074, 342.117, 342.120, 342.142, 342.268, 342.270, 342.273, 342.479, 342.597, 342.615, 342.665, 342.827, 342.832, 343.059, 343.060, 343.098, 343.141, 343.230, 343.254, 343.256, 343.269, 343.271, 343.275, 343.277, 343.278, 343.292, 343.297, 343.298, 343.309, 343.346, 343.376, 343.544, 343.565, 343.715, 343.789, 343.858, 343.866, 343.931, 343.932, 343.933, 344.045, 344.088, 344.089, 344.090, 344.111, 344.153, 344.157, 344.158, 344.159, 344.185, 344.186, 344.188 e 344.189.

Ao Conselheiro Rubens Maurício Carvalho os recursos:

341.557, 341.619, 341.665, 341.666, 341.756, 342.040, 342.055, 342.065, 342.079, 342.126, 342.133, 342.134, 342.136, 342.205, 342.206, 342.209, 342.265, 342.267, 342.275, 342.470, 342.471, 342.476, 342.478, 342.503, 342.574, 342.596, 342.642, 342.668, 342.800, 342.926, 343.068, 343.091, 343.103, 343.104, 343.252, 343.286, 343.291, 343.301, 343.323, 343.335, 343.336, 343.546, 343.547, 343.567, 343.690, 343.699, 343.705, 343.766, 343.769, 343.804, 343.987, 344.194, 344.195, 344.242, 344.256, 344.267, 344.337, 344.372, 344.373, 344.374, 344.433, 344.435 e 344.445.

Ao Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos os recursos:

150.287, 153.402, 341.536, 341.558, 341.761, 341.763, 341.789, 341.973, 341.983, 342.005, 342.058, 342.131, 342.231, 342.244, 342.264, 342.423, 342.454, 342.455, 342.459, 342.513, 342.586, 342.587, 342.588, 342.590, 342.591, 342.666, 342.692, 342.693, 342.839, 343.088, 343.089, 343.090, 343.092, 343.227, 343.237, 343.268, 343.279, 343.345, 343.385, 343.386, 343.387, 343.585, 343.589, 343.590, 343.591, 343.678, 343.713, 343.787, 344.030, 344.060, 344.077, 344.112, 344.113, 344.132, 344.164, 344.240, 344.304, 344.305, 344.316, 344.347, 344.348, 344.349, 344.421, 344.440, 344.441 e 344.442.

À Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti os recursos:

335.735, 341.505, 341.664, 341.759, 341.760, 341.879, 342.048, 342.053, 342.072, 342.130, 342.412, 342.416, 342.424, 342.469, 342.472, 342.473, 342.474, 342.507, 342.644, 342.823, 342.833, 342.929, 342.930, 342.948, 342.950, 343.228, 343.247, 343.276, 343.294, 343.295, 343.322, 343.327, 343.328, 343.329, 343.330, 343.331, 343.368, 343.536, 343.537, 343.538, 343.771, 343.855, 343.870, 343.871, 343.872, 343.873, 343.891, 343.918, 343.958, 343.968, 343.984, 343.985, 343.986, 344.046, 344.047, 344.122, 344.123, 344.175, 344.192, 344.217, 344.427, 344.428 e 344.429.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão sendo, a seguir, lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 162.351 - Processo: 13808.004557/00-12 - Recorrente: ALAOR APARECIDO PINI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 1996.

Acórdão nº. 2102-00.393

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reduzir a base de cálculo da infração em R$ 10.801,32, decorrente da integral consideração do saldo em caixa em 31/12/1994, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura (Relatora) e Rubens Maurício Carvalho. Designado para redigir o voto vencedor a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

02 - Recurso: 160.265 - Processo: 10315.000931/2005-31 Recorrente: LUIS SERGIO BARBOSA REBOUÇAS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000 e 2001.

Acórdão nº. 2102-00.394

Por maioria de votos, afastar as preliminares, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que acolhia a irretroatividade da Lei nº 10.174/2001 e, no mérito, por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário do ano-calendário 1999, nos termos do voto da Relatora. A Conselheira Núbia Matos Moura declarou-se impedida.

03 - Recurso: 152.464 - Processo: 10850.000116/00-92 Recorrente: SERGIO REBELATO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Exercício: 1998.

Acórdão nº. 2102-00.395

Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

04 - Recurso: 154.840 - Processo: 10640.002433/2004-50 Recorrente: SANDRA ELISA PIMENTA DE SOUZA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.396

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para excluir os montantes de R$ 23.904,65 dos rendimentos tributáveis, de R$ 4.565,82 do IRRF declarado e de R$ 1.286,87 da despesa dedutível da contribuição previdenciária, nos termos do voto Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

05 - Recurso: 161.202 - Processo: 11030.000132/2007-85 - Recorrente: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARAÚ/RS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRF - Exercício: 2006.

Acórdão nº. 2102-00.397

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

06 - Recurso: 136.623 - Processo: 10855.004766/2002-36 - Recorrente: JOSÉ NELSON CARNEIRO DO VAL - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 1998.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

07 - Recurso: 160.749 - Processo: 11075.000637/2005-61 - Recorrente: ADILSON RENÉ RIBEIRO TEIXEIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 2001, 2002, 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.398

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir do lançamento a exigência da multa isolada em razão da falta de recolhimento do carnê-leão, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

08 - Recurso: 162.727 - Processo: 10283.003185/2004-71 - Recorrente: KÁTIA JUSSARA FROES MUGUET - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2000, 2001 e 2002.

Acórdão nº. 2102-00.399

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer que a decadência extinguiu os fatos de geradores do ganho de capital de maio e junho de 1999, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que não a acatava; e excluir da base da cálculo do ganho de capital de outubro de 1999 o montante de R$ 24.750,00, vencido o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos que não procedia a exclusão. No tocante à infração referente à omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, por unanimidade de votos, excluir os valores de R$ 122.000,00, R$ 55.000,00 e R$ 58.360,00, nos anos-calendário 1999 a 2001, respectivamente, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

09 - Recurso: 160.870 - Processo: 10640.001693/2005-99 - Recorrente: EDI ALVES DE FARIA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.400

Por unanimidade de votos, não conhecer da parte da controvérsia submetida ao crivo do Poder Judiciário e, na parte conhecida, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

10 - Recurso: 163.843 - Processo: 11516.001468/2007-11 - Recorrente: KARINA ROZEMBLUM - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.401

Por unanimidade de votos, reconhecer a incompetência deste colegiado para julgar o presente recurso voluntário, devendo este feito ser desaforado para a mesma Câmara da Primeira Seção do CARF onde tramita o recurso voluntário interposto contra a exação controlada no processo nº 10980.014592/2006-16, para julgamento em conjunto, na forma do Anexo II, art. 6º do Regimento do CARF, nos termos do voto do Relator.

11 - Recurso: 158.661 - Processo: 10120.007233/2004-62 Recorrente: ABADIO PEREIRA CARDOSO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF- Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 e 2002.

Vista para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

12 - Recurso: 160.350 - Processo: 13961.000113/2001-88 - Recorrente: ABI SOUZA - Recorrida: 3ª TURMA /DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº. 2102-00.402

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

13 - Recurso: 161.724 - Processo: 16004.000033/2007-34 - Recorrente: MARTHA AZEVEDO PEREIRA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.403

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, por maioria, dar parcial provimento ao recurso, para reduzir a multa de ofício de 150% para 75% e cancelar a multa isolada do carnê-leão, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que não acolhia a alegação de concomitância da multa vinculada com a multa isolada do carnê-leão, porém reduzia esta de 75% para 50%.

14 - Recurso: 162.382 - Processo: 10580.002577/2007-19 - Recorrente: MARIELSON GONÇALVES BARRETO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Anos-calendário: 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.404

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

15 - Recurso: 133.990 - Processo: 10845.001293/2002-34 - Recorrente: IVONE SUEKO HARAMURA ZANIBONI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Anos-calendário: 1998, 1999, 2000 e 2001.

Acórdão nº. 2102-00.405

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

16 - Recurso: 501.673 - Processo: 10680.009492/2008-14 - Recorrente: SÍLVIO MACHADO COTA - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2009.

Acórdão nº. 2102-00.406

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

17 - Recurso: 160.350 - Processo: 13961.000113/2001-88 - Recorrente: ABI SOUZA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Retirada de pauta por inclusão duplicada.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

18 - Recurso: 159.810 - Processo: 10835.000721/2006-54 - Recorrente: NEUSA APARECIDA CALDEIRA CERESINI - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 e 2002.

Acórdão nº. 2102-00.407

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para determinar a exclusão do valor de R$ 11.127,00 da base de cálculo do lançamento relativa ao ano-calendário 2000 por força da ocorrência da decadência, bem como para restabelecer a dedução de despesas no valor total de R$ 3.256,00 no ano-calendário de 2001, nos termos do voto da Relatora.

19 - Recurso: 166.323 - Processo: 11634.000540/2007-38 Recorrente: ALUÍZIO PEREIRA GARRIDO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.408

Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso, vencidos os Conselheiros Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Relatora), Vanessa Pereira Rodrigues Domene e Sandro Machado dos Reis. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

20 - Recurso: 160.965 - Processo: 13851.001750/2005-42 - Recorrente: ANTENOR CELLONI - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000, 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.409

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário do ano-calendário 1999 que foi apenado com multa de ofício de 112,50% e restabelecer, nos termos do voto do Relator, as seguintes despesas:

·Ano-calendário 1999 - R$ 577,92 (despesas médicas)

·Ano-calendário 2000- R$ 1.080,00 (dependentes) e R$ 1.107,46 (despesas médicas)

·Ano-calendário 2001 - R$ 1.080,00 (dependentes) e R$ 2.925,88 (despesas médicas)

·Ano-calendário 2002 - R$ 1.272,00 (dependentes) e R$ 1.521,17 (despesas médicas).

21 - Recurso: 162.233 - Processo: 10945.004508/2006-74 - Recorrente: ATEF SAID MANAH - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.410

Por maioria de votos, rejeitar as preliminares, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que acolhia a necessidade de tradução juramentada dos documentos estrangeiros, e, no mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

22 - Recurso: 165.009 - Processo: 10640.000669/2006-13 - Recorrente: VALÉRIO CARBOGIM ALONSO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.411

Por unanimidade de votos, não conhecer da parte da controvérsia submetida ao crivo do Poder Judiciário, e, na parte conhecida, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

23 - Recurso: 166.464- Processo: 14041.000862/2006-64 Recorrente: HENRIQUE FAGUNDES FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Acórdão nº. 2102-00.412

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso para excluir da base de cálculo da omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada o montante de R$ 135.640,50 no ano-calendário 2003, nos termos do voto do Relator.

DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

24 - Recurso: 163.722 - Processo: 16327.000657/2006-28 - Recorrente: DEUTSCHE BANK S/A BANCO ALEMÃO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ- RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRRF - Exercícios: 2002 e 2004.

Retirado de pauta a pedido da Procuradoria da Fazenda Nacional.

25 - Recurso: 153.440 - Processo: 10907.002799/2005-31 - Recorrente: MÁRCIO SILVA XAVIER - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.413

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para cancelar a omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada no ano-calendário 2000, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

26 - Recurso: 165.410 - Processo: 19515.001016/2007-42 - Recorrente: ALÉCIO MANGILI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.414

Por unanimidade de votos, acolher a preliminar de decadência do lançamento, nos termos do voto da Relatora.

27 - Recurso: 165.204 - Processo: 11065.000661/2007-81 - Recorrente: COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - SAÚDE E EDUCAÇÃO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRF - Exercícios: 2004 e 2005.

Resolução nº. 2102-0.014

Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora.

28 - Recurso: 162.656 - Processo: 10830.001122/2007-89 - Recorrente: EQUIPESCA - EQUIPAMENTOS DE PESCA LTDA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.415

Por unanimidade de votos, reconhecer a incompetência deste colegiado para julgar o presente recurso voluntário, devendo este feito ser desaforado para a Primeira Seção do CARF, competente para julgar os feitos relativos à tributação do IRPJ, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

29 - Recurso: 161.259 - Processo: 13709.001718/2004-20 - Recorrente: POSTO DE GASOLINA BICÃO LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Exercícios: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.416

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

30 - Recurso: 170.083 - Processo: 10680.006302/2007-18 - Recorrente: MARIA EUGÊNIA CASTRO DE OLIVEIRA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2008.

Acórdão nº. 2102-00.417

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

31 - Recurso: 341.541 - Processo: 10830.005093/2005-62 - Recorrente: FAZENDA PARAÍSO LTDA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº. 2102-00.418

Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

32 - Recurso: 141.882 - Processo: 11020.001577/2005-30 - Recorrente: PETROPAR AGROFLORESTAL LTDA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

33 - Recurso: 161.291 - Processo: 10875.001542/2004-04 - Recorrente: WALDEMIR CARNEVALLI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº. 2102-00.419

Por unanimidade de votos, conhecer dos embargos, para rerratificar o Acórdão nº 106-17.004, sem alteração do resultado do julgamento, nos termos do voto do Relator.

34 - Recurso: 145.141 - Processo: 13706.001920/2003-09 - Recorrente: GERALDO LUIZ FERREIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF -Exercício: 1986.

Acórdão nº. 2102-00.420

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

35 - Recurso: 161.401 - Processo: 19515.003371/2003-22 - Recorrente: ÁLVARO LUZ FRANCO PINTO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 1999, 2000, 2001 e 2002.

Acórdão nº. 2102-00.421

Por maioria de votos, rejeitar as preliminares, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que acolhia a preliminar da Lei nº 10.174/2001, e, no mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

36 - Recurso: 160.803 - Processo: 13631.000020/2005-19 - Recorrente: ADMEIR RIBEIRO DO VALE - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.422

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

37 - Recurso: 160.337 - Processo: 10840.000069/00-13 - Recorrente: APARECIDA SUELI GUIMARÃES CAMARGO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Exercícios: 1996, 1997 e 1998.

Acórdão nº. 2102-00.423

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

38 - Recurso: 153.196 - Processo: 10215.000577/2003-19 - Embargante: Fazenda Nacional - Interessado: ANTONIO CARLOS RILLO DA SILVA - Embargada: 2ª CÂM/1º CC - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº. 2102-00.424

Por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração opostos pela União, posto que inexistentes a contradição e a omissão aduzidas, rerratificando o Acórdão nº 102-49.274, nos termos do voto da Relatora.

39 - Recurso: 152.474 - Processo: 10820.001770/00-43 - Recorrente: CLAUDEMIRO UNDICIATTI - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Exercício: 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000.

Acórdão nº. 2102-00.425

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

40 - Recurso: 166.170 - Processo: 15521.000076/2007-16 - Recorrente: PETROMETAL ENGENHARIA LTDA. - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Exercício: 2005.

Acórdão nº. 2102-00.426

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

41 - Recurso: 161.035 - Processo: 11618.000706/2003-91 Recorrente: GRÁFICA SANTA MARTA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRF - Exercícios: 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.427

Por unanimidade de votos, conhecer do recurso somente no tocante ao pretenso indébito de multa moratória incidente sobre os tributos de competência da Segunda Seção do CARF e, no mérito, por unanimidade de votos, reconhecer que a decadência extinguiu o direito creditório do objeto conhecido até 28/03/1998 e, ainda no mérito, por voto de qualidade, negar provimento ao recurso na parte conhecida, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Vanessa Pereira Rodrigues Domene, Sandro Machado dos Reis e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti. O Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos, no mérito, acompanhou o relator pelas conclusões.

42 - Recurso: 166.245 - Processo: 10707.001508/2006-25 Recorrente: RAFAEL CORREIA SÁ - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 e 2002.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

43 - Recurso: 167.045 - Processo: 10120.005364/2007-58 Recorrente: ADENIR DOS SANTOS MOTA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.428

Por unanimidade de votos, rejeitar o pedido perícia e, no mérito, por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, reconhecendo que a decadência extinguiu o crédito tributário do ano-calendário 2001 e excluir da base de cálculo da omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada do ano-calendário 2002 o montante de R$ 75.000,00, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que não acolhia a decadência. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

Fez sustentação oral a Dra. Maryana Teixeira Brasiliense.

44 - Recurso: 341.986 - Processo: 10865.000021/2005-21 Recorrente: FAZENDAS JAGUARÃO LTDA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº. 2102-00.429

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto da Relatora, para considerar como comprovada como área de reserva legal a área de 644,103 ha.

45 - Recurso: 142.018 - Processo: 10380.010013/2004-55 Recorrente: YPIOCA AGROINDUSTRIAL LTDA. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

46 - Recurso: 155.821 - Processo: 11060.002822/2005-50 Recorrente: NARIO OSVALDO PINTO GONÇALVES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001, 2002, 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.430

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso para acertar as bases de cálculo da omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários para os seguintes valores, nos termos do voto do Relator:

· Ano-calendário 2000 - R$ 12.132,91;

· Ano-calendário 2001 - R$ 50.532,01;

· Ano-calendário 2002 - R$ 0,00; e

· Ano-calendário 2003 - R$ 42.172,31.

47 - Recurso: 163.897 - Processo: 10215.000135/2005-26 Recorrente: EDMILSON ALVES CORREIA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.431

Por unanimidade de votos, não conhecer o recurso voluntário interposto, pois perempto, nos termos do voto do Relator.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48 - Recurso: 168.328 - Processo: 18471.000897/2007-75 Recorrente: MAURO ALVIM GODOY - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.432

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator.

49 - Recurso: 163.516 - Processo: 18088.000051/2007-69 Recorrente: NADIM REMAILI - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.433

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário referente ao ano-calendário 2001, bem como para reduzir a multa de ofício de 150% para 75% em relação ao crédito tributário remanescente, nos termos do voto do Relator.

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

50 - Recurso: 159.952 - Processo: 10835.000880/2001-44 - Recorrente: SAMIRA SALETE SANTANA MARTOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 1997.

Acórdão nº. 2102-00.434

Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade da decisão de primeira instância e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

51 - Recurso: 159.927 - Processo: 18471.000706/2005-11 - Recorrente: ANTONIO MANOEL MIRANDA DE OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.435

Por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso, para excluir a multa isolada do carnê-leão, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura (Relatora) que somente a reduzia para 50%. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

52 - Recurso: 160223 - Processo: 13808.006149/2001-48 - Recorrente: MARIA CRISTINA DE SOUZA FIGUEIREDO HADDAD - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 1997.

Acórdão nº. 2102-00.436

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

53 - Recurso 166.634 - 15586.000349/2006-89 - Recorrente: ROMA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Exercícios: 2001, 2002 e 2003.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

54 - Recurso: 173.108 - Processo: 13854.000486/2007-61 - Recorrente: CELSO CARLOS MARQUES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2004.

Acórdão nº. 2102-00.437

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

55 - Recurso: 173.109 - Processo: 13854.000600/2007-53 - Recorrente: CELSO CARLOS MARQUES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.438

Por unanimidade de votos, reconhecer o direito à isenção e dar provimento ao recurso em relação à matéria recorrida, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

56 - Recurso: 143.701 - Processo: 16045.000216/2005-10 - Recorrente: BOCAÍNA DO SUL PARTICIPAÇÕES S.A. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos

57 - Recurso: 143.709 - Processo: 13971.002417/2006-75 - Recorrente: ÁGUAS NEGRAS INDÚSTRIA DE PAPEL - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

58 - Recurso: 168.426 - Processo: 13851.000663/2005-78 - Recorrente: TÂNIA CAMPONEZ LIMONGI VARELA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 e 2002.

Acórdão nº. 2102-00.439

Por maioria de votos, rejeitar a preliminar de irretroatividade das Leis complementar nº 105/2001 e ordinária nº 10.174/2001, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti, e, no mérito, por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator.

59 - Recurso: 158.358 - Processo: 10945.005397/2006-13 - Recorrente: LUIS ALBERTO DA SOLER - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.440

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares de nulidade e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso para cancelar a infração referente ao ganho de capital e excluir da base de cálculo do acréscimo patrimonial a descoberto os seguintes valores, nos termos do voto do Relator:

·ano-calendário 2002- R$ 12.500,00

·ano-calendário 2003 - R$ 30.000,00

·ano-calendário 2004 - R$ 142.000,00

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

60 - Recurso: 164.657 - Processo: 18088.000094/2007-44 - Recorrente: CARLOS ROBERTO MICELLI - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.441

Por unanimidade de votos, rejeitar o pedido de reabertura de prazo para produção probatória e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

61 - Recurso: 164.367 - Processo: 10640.001469/2007-69 - Recorrente: JOSÉ TARCÍSIO ARAÚJO LOBATO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003 e 2004.

Inclusão indevida em pauta. Processo julgado na Reunião de outubro de 2009 deste Colegiado.

62 - Recurso: 163.750 - Processo: 19515.004297/2003-61 - Recorrente: BWU VÍDEO LTDA. Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Exercícios: 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.

Inclusão indevida em pauta. Processo julgado na Reunião de outubro de 2009 deste Colegiado.

Relatora: VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

63 - Recurso: 159.802 - Processo: 18471.002645/2003-57 - Recorrente: SICÍNIO PARAÍSO NETO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Vista para Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

64 - Recurso: 153.200 - Processo: 18471.002523/2003-61 - Recorrente: PAULO JOSÉ PAIM SAMPAIO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Vista para Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

65 - Recurso: 158.414 - Processo: 19515.000252/2002-37 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE CAMPOS MACHADO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998 e 1999.

Acórdão nº. 2102-00.442

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, por maioria, dar parcial provimento ao recurso para excluir a multa de ofício de 75%, nos termos do voto do Relator, vencidas as Conselheiras Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Vanessa Pereira Rodrigues Domene que davam provimento ao recurso e a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

66 - Recurso: 174.085 - Processo: 18471.000021/2008-18 - Recorrente: ALFREDO SEVERINO CAREGNATO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.443

Por maioria de votos, reconhecer que a ciência do lançamento se aperfeiçoou em 02/01/2008, vencidos os Conselheiros Rubens Maurício Carvalho (Relator) e Giovanni Christian Nunes Campos, e, no mérito, dar parcial provimento para reduzir a multa de ofício de 225% para 150%, vencido o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho (Relator). Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Núbia Matos Moura.

Realizou sustentação oral o Dr. Amador Outerelo Fernández, OAB/DF nº 7.100.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

67 - Recurso: 143.767 - Processo: 10820.001885/2006-68 - Recorrente: JÉFERSON JORGE SALOMÃO - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

68 - Recurso: 143.467 - Processo: 13502.000815/2002-50 - Recorrente: ELISABETH GUEDES DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 1998.

Acórdão nº. 2102-00.444

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares argüidas e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

69 - Recurso: 174.220 - Processo: 18471.001649/2006-61 - Recorrente: ANDRÉ LUIS BORBA TORRES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.445

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário do ano-calendário 2000 e reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

70 - Recurso: 174.349 - Processo: 19515.000756/2007-61 - Recorrente: THIAGO MADEIRA DE LIMA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.446

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reduzir a base de cálculo da infração do ano-calendário 2003 de R$ 312.094,02 para R$ 126.033,56 e cancelar a infração do ano-calendário 2004, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

71 - Recurso: 154.641 - Processo: 11040.001405/2005-28 - Recorrente: CARMEM LUIZA CONTER FERRÃO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.447

Por maioria de votos, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, por maioria, dar parcial provimento para, nos termos do voto do Relator:

1) subtrair do imposto devido os valores correspondentes aos tributos pagos pelas empresas Pompéia Participações e Empreendimentos Ltda. e Lifepart Ltda. incidentes sobre as receitas consideradas na autuação como rendimentos da pessoa física do autuado;

2) subtrair da base de cálculo da multa de ofício os valores constantes do item anterior; e

3) reduzir a multa de ofício de 150% para 75%.

Vencidas as Conselheiras Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso e Vanessa Pereira Rodrigues Domene que dava provimento ao recurso.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme eu, Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, a assino com o Presidente da Turma de Julgamento.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2010

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Rubens Maurício Carvalho e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Acompanhando os trabalhos pela Procuradoria da Fazenda Nacional o PFN Péricles Patriota.

Completaram o Colegiado os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado), Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro Convocado), Marcelo Magalhães Peixoto, Robinson Passos de Castro e Silva e Gonçalo Bonet Allage para o julgamento dos recursos em que são citados.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados futuramente, resultando na seguinte distribuição:

À Conselheira Núbia Matos Moura os recursos:

173.128, 173.136, 173.125, 170.014, 170.059, 170.296, 174.443, 179.591, 170.624 e 173.544.

Ao Conselheiro Rubens Maurício Carvalho os recursos:

170.067, 170.147, 170.964, 171.210, 172.410, 173.134, 174.434, 176.935, 177.502 e 177.621.

Ao Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos os recursos:

168.918, 170.071, 170.076, 170.081, 170.086, 173.122, 173.138, 173.200, 173.749, 177.835, 158.689, 176.930, 171.404, 171.365, 172.924, 174.449, 177.489, 171.397, 172.401, 173.643, 170.087, 171.658, 170.414, 172.795, 171.714, 170.656, 174.637, 171.977 e 173.290.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão sendo, a seguir, lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 163.722 - Processo: 16327.000657/2006-28 Recorrente: DEUTSCHE BANK S/A BANCO ALEMÃO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ - Matéria: IRRF - Exercícios: 2002 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.448

Por unanimidade de votos, negar provimento aos recursos de ofício e voluntário e, no que tange à decadência acolhida no julgamento do recurso de ofício, os demais Conselheiros acompanham pelas conclusões, já que não consideram relevante o pagamento para definição do prazo decadencial dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

02 - Recurso: 165.934 - Processo: 19515.002580/2006-00 - Recorrente: RHESUS MEDICINA AUXILIAR LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO I/SP - Matéria: IRRF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.449

Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade do lançamento e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

03 - Recurso: 158.522 - Processo: 14120.000160/2006-09 Recorrente: WILSON AYACH - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE - Matéria: IRPF - Exercício: 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.450

Por unanimidade de votos, afastar as preliminares e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso, reduzindo o percentual da multa aplicada de 150% para 75%, mantendo as demais exigências tributárias, nos termos do voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

04 - Recurso: 161.856 - Processo: 13603.002065/2006-46 Recorrente: FIAT AUTOMÓVEIS S. A. - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRRF - Exercício: 2007.

Acórdão nº. 2102-00.451

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

05 - Recurso: 160.250 - Processo: 11020.002456/2005-13 Recorrente: DECORWOOD LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE-RS - Matéria: IRRF - Exercício: 2004 e 2005.

Retirada de pauta por inclusão indevida, incompetência da 2ª Seção para o julgamento.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

06 - Recurso: 158.661 - Processo: 10120.007233/2004-62 - Recorrente: ABADIO PEREIRA CARDOSO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2001 e 2002.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

07 - Recurso: 164.430 - Processo: 10925.001928/2006-37 - Recorrente: VERÔNICA DUARTE NORA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001, 2002; 2003 e 2004.

Resolução nº. 2102-0.015

Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

08 - Recurso: 156.528 - Processo: 19515.001848/2004-16 - Recorrente: CARBONÍFERA DO CAMBUÍ - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRRF - Exercícios: 2000, 2001, 2002 e 2003.

Retirado de pauta por desistência do recurso em razão do contribuinte ter apresentado requerimento desistindo da lide.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

09 - Recurso: 161.167 - Processo: 10768.003115/2003-99 - Recorrente: BANCO MULTISTOCK S. A. - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRRF - Exercício: 2003.

Retirado de pauta por incompetência da Turma para julgamento do litígio.

10 - Recurso: 172.179 - Processo: 13609.001451/2007-41 - Recorrente: JOSÉ CARLOS SOIER - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2003 E 2004.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

11 - Recurso: 161.296 - Processo: 10680.001533/2007-35 - Recorrente: RAMON HOLLEBACH CARDOSO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.452

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

12 - Recurso: 341.882 - Processo: 11020.001577/2005-30 - Recorrente: PETROPAR AGROFLORESTAL LTDA - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE - Matéria: ITR.

Acórdão nº. 2102-00.453

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

13 - Recurso: 166.127 - Processo: 15983.000055/2007-55 - Recorrente: DENNIS WAGNER RESMINI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003 e 2004.

Acórdão nº. 2102-00.454

Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e, no mérito, por maioria de votos, DAR PARCIAL provimento para, nos termos do voto do Relator:

· reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário do ano-calendário 2001;

· excluir da base de cálculo da omissão de rendimentos oriundos dos aluguéis percebidos de pessoas físicas os montantes de R$ 16.039,08 e R$ 16.188,00, nos anos-calendário 2002 e 2003, respectivamente;

· cancelar o acréscimo patrimonial a descoberto do anos-calendário 2002 e 2003; e

· cancelar a multa isolada pelo não pagamento do carnê-leão.

Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que não excluía a multa isolada pelo não pagamento do carnê-leão.

Presentes os Conselheiros Marcelo Freitas de Souza Costa (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

14 - Recurso: 161.382 - Processo: 19515.001433/2002-81 - Recorrente: PLANEFIN - S/C LTDA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO I/SP - Matéria: IRRF - Exercícios: 2000; 2001.

Acórdão nº. 2102-00.455

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura (Relatora) e Rubens Maurício Carvalho. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

15 - Recurso: 159.350 - Processo: 14041.000323/2004-63 - Recorrente: MARIA CRISTINA BONER LEO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercícios: 1999, 2001 e 2002.

Acórdão nº. 2102-00.456

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, acolhendo a decadência para o fato gerador do ano-calendário 1998, sendo que os demais Conselheiros acompanham a relatora pelas conclusões, já que não consideram relevante o pagamento para definição do prazo decadencial dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, e cancelar o crédito tributário do ano-calendário 2000, nos termos do voto da Relatora.

Realizou sustentação oral o Dr. Oldair Geraldo Gomes, OAB/DF nº 20.919.

Presente o Conselheiro Gonçalo Bonet Allage (Conselheiro convocado).

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

16 - Recurso: 168.605 - Processo: 10980.008192/2007-44 - Recorrente: PHILIP MORRIS BRASIL S. A. - Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRRF - Exercícios: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.457

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

17 - Recurso: 150.079 - Processo: 18471.002796/2003-13 - Recorrente: MOISE BEHAR - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Retirado de pauta a pedido justificado do recorrente.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

18 - Recurso: 161.773 - Processo: 18471.000534/2006-59 - Recorrente: SANTA CRUZ MELTING S. A. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ - Matéria: IRRF - Exercícios: 2000, 2001, 2002 e 2003.

Acórdão nº. 2102-00.458

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

19 - Recurso: 342.018 - Processo: 10380.010013/2004-55 - Recorrente: YPIOCA AGROINDUSTRIAL LTDA. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR.

Acórdão nº. 2102-00.459

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Declarou-se impedido o Conselheiro Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado).

Presente o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

20 - Recurso: 151.006 - Processo: 19740.000292/2005-68 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL BRASLIGHT - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ - Matéria: Compensação - Exercícios: 2005 e 2006.

Retirado de pauta a pedido do recorrente e para vista de documento novo à Procuradoria da Fazenda Nacional.

DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

21 - Recurso: 344.162 - Processo: 10140.720061/2007-21 - Recorrente: EMANUEL ALFREDO DORILEO E OUTROS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº. 2102-00.460

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

22 - Recurso: 344.163 - Processo: 10140.720052/2007-30 - Recorrente: EMANUEL ALFREDO DORILEO E OUTROS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.461

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

23 - Recurso: 344.165 - Processo: 10140.720057/2007-62 - Recorrente: EMANUEL ALFREDO DORILEO E OUTROS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº. 2102-00.462

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

24 - Recurso: 162.976 - Processo: 10730.005060/2004-60 - Recorrente: AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA. - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ - Matéria: IRRF - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.463

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

25 - Recurso: 166.245 - Processo: 10707.001508/2006-25 Recorrente: RAFAEL CORREIA SÁ - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 e 2002.

Acórdão nº. 2102-00.464

Por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, por maioria, dar parcial provimento ao recurso para reduzir a multa de ofício de 150% para 75%, reconhecer que a decadência extinguiu todo o crédito tributário do ano-calendário 2000 e o decorrente do ganho de capital, e cancelar o acréscimo patrimonial a descoberto do ano-calendário 2001, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que não desqualificava a multa de ofício das infrações referentes à dedução indevida de despesas médicas, despesa com instrução e com previdência privada e que não reconhecia a decadência em face da infração do ganho de capital, aplicando, na espécie, o prazo do art. 173, I, do CTN.

Fez sustentação oral o Dr. Humberto Esmeraldo Barreto Filho, OAB-DF nº 7643.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 - Recurso: 165.002 - Processo: 13864.000242/2007-60 - Recorrente: EMERSON SISTEMAS DE ENERGIA LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRRF - Ano-calendário: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.465

Por voto de qualidade, negar provimento ao recurso, vencidos os Conselheiros Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Relatora), Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado) e Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado), que davam parcial provimento para desqualificar a multa de ofício. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

27 - Recurso: 143.701 - Processo: 16045.000216/2005-10 - Recorrente: BOCAÍNA DO SUL PARTICIPAÇÕES S. A. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

28 - Recurso: 168.389 - Processo: 19515.002624/2007-74 - Recorrente: LÚCIO BOLONHA FUNARO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2004 e 2005.

Retirado de pauta a pedido do recorrente.

DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

29 - Recurso: 163.790 - Processo: 13802.001310/96-46 - Recorrente: ESPÓLIO DE ANTÔNIO ABDO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Exercício: 1992.

Acórdão nº. 2102-00.466

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Presente o Conselheiro Gonçalo Bonet Allage (Conselheiro convocado) e Robinson Passos de Castro e Silva (Conselheiro convocado).

30 - Recurso: 163.901 - Processo: 10880.016982/00-20 - Recorrente: MARIO SÉRGIO SEPAROVIC RODRIGUES - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1997.

Acórdão nº. 2102-00.467

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

31 - Recurso: 136.623 - Processo: 10855.004766/2002-36 - Recorrente: JOSÉ NELSON CARNEIRO DO VAL - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1998.

Acórdão nº. 2102-00.468

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, desqualificando a multa de ofício e acolhendo a decadência, na forma do art. 150, § 4º, do CTN, vencidos os Conselheiros Rubens Maurício Carvalho (Relator), que negava provimento ao recurso, e a Conselheira Núbia Matos Moura que apenas desqualificava a multa de ofício. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

32 - Recurso: 343.019 - Processo: 10183.720129/2006-94 - Recorrente: AGROPECUÁRIA MUDANÇA LTDA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

33 - Recurso: 165.183 - Processo: 19515.002575/2006-99 - Recorrente: PAULINVEL VEÍCULOS LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO I/SP - Matéria: IRRF - Exercício: 1995.

Retirado de pauta por despacho da relatora, por incompetência da Segunda Seção para o julgamento.

34 - Recurso: 168.447 - Processo: 11516.003537/2006-31 - Recorrente: LUIZ ALBERTO GONÇALVES GRASSIA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 2002, 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.469

Por maioria de votos, dar provimento parcial ao Recurso para: i) excluir da base de cálculo do item 004 do lançamento, relativo à omissão por depósitos bancários os valores de R$ 32.235,24 no ano de 2002, R$ 40.043,55 do ano de 2003 e R$ 59.370,00 no ano de 2004; e ii) excluir do item 006 do lançamento os valores relativos a fatos geradores ocorridos nos anos de 2002, 2003 e 2004, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que não excluía a multa isolada do carnê-leão.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

35 - Recurso: 343.709 - Processo: 13971.002417/2006-75 - Recorrente: ÁGUAS NEGRAS S/A INDÚSTRIA DE PAPEL - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº. 2102-00.470

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

36 - Recurso: 156.029 - Processo: 13808.001708/99-84 - Recorrente: BRAULINO BASÍLIO MAIA FILHO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercícios: 1996, 1997 e 1998.

Retirado de pauta por despacho. Embargos de declaração não acolhidos.

37 - Recurso: 153.896 - Processo: 11060.000209/2003-36 - Recorrente: RONI ARLINDO DE BONA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998, 1999, 2000 e 2001.

Retirado de pauta por despacho. Embargos de declaração não acolhidos.

DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

38 - Recurso: 164.866 - Processo: 11516.003896/2006-99 - Recorrente: WILFRIDO JOÃO VICENTE GOMES - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003, 2004 e 2005.

Adiado o julgamento a pedido do recorrente.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

39 - Recurso: 343.005 - Processo: 10680.720569/2007-11 - Recorrente: MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S. A. - MBR - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Realizou sustentação oral o Dr. Lauro de Oliveira Vianna, OAB/RJ nº 130.789.

40 - Recurso: 341.283 - Processo: 10183.003755/2006-12 - Recorrente: ADELMAR PINHEIRO DA SILVA - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

41 - Recurso: 343.025 - Processo: 10980.010880/2006-93 - Recorrente: LANDMARK PARTICIPAÇÕES S/C LTDA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.471

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Gonçalo Bonet Allage (Conselheiro convocado), Robinson Passos de Castro e Silva (Conselheiro convocado).

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

42 - Recurso: 156.231 - Processo: 10746.000704/2006-16 - Recorrente: PEDRO ALVES DA SILVA SOBRINHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Retirado de pauta a pedido da Conselheira Relatora.

43 - Recurso: 154.006 - Processo: 10283.007855/2002-66 - Recorrente: OSCAR SAMPAIO DE MELLO JÚNIOR - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998, 1999, 2000 e 2001.

Retirado de pauta a pedido da Conselheira Relatora.

Esteve presente o Dr. Paulo Roberto da Conceição, OAB/BA nº 15.189.

44 - Recurso: 343.767 - Processo: 10820.001885/2006-68 - Recorrente: JÉFERSON JORGE SALOMÃO - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº. 2102-00.472

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Marcelo Magalhães Peixoto (Conselheiro convocado) e Rogério de Lellis Pinto (Conselheiro convocado).

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

45 - Recurso: 161.416 - Processo: 11020.000947/2007-83 - Recorrente: GIOVANI BORGES PEIXOTO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003, 2004 e 2005.

Retirado de pauta por inclusão indevida.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, eu Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, a assino com o Presidente da Turma de Julgamento.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2010

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número duzentos e dois, localizada no segundo andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Ewan Teles Aguiar, Rubens Maurício Carvalho, Carlos André Rodrigues Pereira de Lima e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

No dia nove de março do ano de dois mil e dez, primeiro dia de sessão de julgamento, foram empossados os Conselheiros Ewan Teles Aguiar e Carlos André Rodrigues Pereira de Lima, representantes dos Contribuintes.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados futuramente, resultando na seguinte distribuição:

Ao Conselheiro Ewan Teles Aguiar os recursos:

152.646, 160.871, 161.023, 161.017, 161.019, 161.276, 161.254, 161.612, 161.593, 161.554, 161.710, 161.817, 161.934, 161.928, 161.942, 162.019, 161.947, 162.079, 162.147, 162.323, 162.420, 162.422, 162.371, 162.475, 162.509, 162.478, 162.467, 162.468, 162.525, 162.699, 162.731, 162.679, 162.733, 162.672, 162.879, 162.989, 163.027, 163.322, 163.316, 163.350, 163.418, 163.400, 163.091, 164.362 e 164.195.

Ao Conselheiro Carlos André Rodrigues Pereira de Lima os recursos:

160.839, 161.124, 161.217, 161.610, 161.761, 161.804, 161.718, 161.739, 161.728, 161.922, 161.931, 161.840, 161.997, 162.013, 161.987, 162.095, 162.099, 162.045, 162.110, 162.327, 162.303, 162.381, 162.432, 162.458, 162.477, 162.515, 162.511, 162.568, 162.565, 162.735, 162.671, 162.732, 162.869, 162.876, 162.920, 162.890, 162.945, 162.990, 163.023, 163.164, 163.422, 163.437, 163.155 e 155.444.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 09 DE MARÇO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 164.866 - Processo: 11516.003896/2006-99 Recorrente: WILFREDO JOÃO VICENTE GOMES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRRF - Exercícios: 2002; 2003, 2004, 2005.

Acórdão nº. 2102-00.473

Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade do lançamento e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para excluir da tributação a infração de omissão de rendimentos recebidos da pessoa jurídica Eugênio Publicidade Ltda (item 001 do Auto de Infração), nos termos do voto da Relatora.

Fez sustentação oral o Dr. Igor Nascimento de Souza, OAB/SP nº 173.167.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Carlos André Rodrigues Rodrigues Pereira Lima.

02 - Recurso: 167.391 - Processo: 10980.008241/2007-49 - Recorrente: WOLNEY SERPA SÁ - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRRF - Exercícios: 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Acórdão nº. 2102-00.474

Por unanimidade de votos, acolher a preliminar de decadência para os fatos geradores ocorridos no ano-calendário 2001, sendo que os Conselheiros Rubens Maurício Carvalho, Carlos André Rodrigues Pereira Lima, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Giovanni Christian Nunes Campos acompanham pelas conclusões, já que não consideram relevante o pagamento para definição do prazo decadencial dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, e, no mérito, por maioria, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que acolhia a dedução das despesas médicas.

03 - Recurso: 165.478 - Processo: 13839.001691/00-02 - Recorrente: FRANCISCO ASSIS DE SOUZA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 1998.

Acórdão nº. 2102-00.475

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relatora: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

04 - Recurso: 150.709 - Processo: 18471.002796/2003-13 Recorrente: MOISE BEHAR Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº. 2102-00.476

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

05 - Recurso: 343.019 - Processo: 10183.720129/2006-94 Recorrente: AGROPECUÁRIA MUDANÇA LTDA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº. 2102-00.477

Por unanimidade de votos, anular a decisão de primeira instância, por cerceamento do direito de defesa, nos termos do voto do Relator.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

06 - Recurso: 343.005 - Processo: 10680.720569/2007-11 Recorrente: MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A. - MBR - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Resolução nº. 2102-0.016

Por maioria de votos, converter o julgamento em diligência, vencidos os Conselheiros Rubens Maurício Carvalho (Relator) e Núbia Matos Moura. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

07 - Recurso: 341.283 - Processo: 10183.003755/2006-12 Recorrente: ADELMAR PINHEIRO DA SILVA - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.478

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício. Por maioria de votos, negar provimento ao recurso voluntário nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que dava provimento.

Realizou sustentação oral o Dr. Alberto Daudt de Oliveira, OAB/RJ nº 50.932.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

08 - Recurso: 144.723 - Processo: 19515.000474/2002-50 Recorrente: ROBERTO CARVALHO ENGLER PINTO - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO-SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998, 1999.

Acórdão nº. 2102-00.479

Por unanimidade de votos, conhecer dos embargos para, sanando as omissões apontadas, negar provimento aos mesmos, rerratificando o Acórdão nº 106-15.490, de 27 de abril de 2006, sem alteração de resultado nos termos do voto do Relator.

Realizou sustentação oral o Dr. Remis Almeida Estol, OAB/RJ nº 45.196.

09 - Recurso: 156.231 - Processo: 10746.000704/2006-16 Recorrente: PEDRO ALVES DA SILVA SOBRINHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.480

Por unanimidade de votos, conhecer dos embargos opostos para sanar a omissão apontada, rerratificar o Acórdão nº 106-16.865, proferido em 24 de abril de 2008, sem alteração de resultado, nos termos do voto do Relator.

10 - Recurso: 154.006 - Processo: 10283.007855/2002-66 Recorrente: OSCAR SAMPAIO MELLO JUNIOR - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998, 1999, 2000, 2001.

Acórdão nº. 2102-00481

Por unanimidade de votos, acolher em parte os embargos de declaração para sanar a omissão e contradição apontadas, rerratificar o Acórdão nº 106-16.546, sem alteração de resultados, e corrigir lapso manifesto nele contido, para que sejam desconsideradas as partes daquele julgado que tratam da nulidade do MPF, bem como da aplicação da taxa Selic ao crédito tributário lançado nos termos do voto da Relatora.

Realizou sustentação oral o Dr. Paulo Roberto da Conceição, OAB-BA nº 15.189, quando solicitou "que constasse na pauta de forma expressa e inequívoca que, desde a primeva impetração do recurso, em sede de embargos de declaração, e, com especialidade em sustentação oral, quando do julgamento dos embargos de declaração precitado, demonstrou de forma cabal e inconteste afronta e menoscabo a decisão judicial transitada em julgada que está capeada no acórdão do Tribunal Regional Federal proferido no processo nº 0005991-24.2002.4.01.3200 originário dos autos nº 2002.32.00.005997-5/AM", dicção essa também constante de petição entregue a esta Presidência.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

11 - Recurso: 158.661 - Processo: 10120.007233/2004-62 - Recorrente: ABADIO PEREIRA CARDOSO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2001, 2002.

Resolução nº. 2102-0.017

Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

12 - Recurso: 168.389 - Processo: 19515.002624/2007-74 - Recorrente: LÚCIO BOLONHA FUNARO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2004 e 2005.

Resolução nº. 2102-0.018

Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

Realizou sustentação oral a Dra. Adriana Oliveira e Ribeiro, OAB/DF nº 19.961.

13 - Recurso: 153.402 - Processo: 10280.003300/2003-56 - Recorrente: HÉLIO COUTO DE OLIVEIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº. 2102-00.482

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para reconhecer o direito creditório do contribuinte em face da Fazenda Nacional no montante de R$ 5.398,07, que deve ser corrigido na forma dos valores a repetir apurados em declaração de ajuste anual nos termos do voto do Relator.

14 - Recurso: 150.287 - Processo: 10830.003333/2002-41 - Recorrente: AQUAGEL REFRIGERAÇÃO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: ILL - Exercícios: 1991, 1992, 1993.

Acórdão nº. 2102-00.483

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 09 DE MARÇO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

15 - Recurso: 170.149 - Processo: 10730.008018/2007-43 - Recorrente: CARLOS ALBERTO BAIÃO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRRF - Exercício: 2004.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

16 - Recurso: 167.814 - Processo: 19515.000892/2007-51 - Recorrente: GIOVANNI FERRUCCIO DUILIO FARINA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.484

Por unanimidade de votos, desqualificar a multa de ofício e, por maioria, reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário, vencidos a relatora e o Conselheiro Ewan Teles Aguiar que não acatavam a decadência. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

17 - Recurso: 167.151 - Processo: 13657.000323/2007-13 - Recorrente: LUIZ ANTONIO MARQUES DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001, 2002.

Acórdão nº. 2102-00.485

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

18 - Recurso: 151.024 - Processo: 10768.005753/2004-25 - Recorrente: LUCIO MANOEL DOS SANTOS PICANÇO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000, 2001, 2002, 2003.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos

19 - Recurso: 341.025 - Processo: 10670.000704/2005-66 - Recorrente: BURITI AGRO PASTORIL S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

20 - Recurso: 343.695 - Processo: 10980.017065/2007-36 - Recorrente: EINAR ALBERTO KOK E OUTROS - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercícios: 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.486

Por maioria de votos, negar provimento ao recurso de ofício, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura, e, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário nos termos do voto do Relator.

21 - Recurso: 340.935 - Processo: 10240.000645/2004-13 - Recorrente: TRIÂNGULO PISOS E PAINÉIS LTDA. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

22 - Recurso: 146.153 - Processo: 19515.000470/2002-71 - Recorrente: JOÃO MARCELO FIORESE GONÇALVES - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998, 1999.

Acórdão nº. 2102-00.487

Por unanimidade de votos, não conhecer dos embargos, nos termos do voto da Relatora.

Realizou sustentação oral o Dr. Remis Almeida Estol, OAB/RJ nº 45.196.

23 - Recurso: 168.468 - Processo: 13971.003561/2007-18 - Recorrente: LUANA CRISTINA DE SIO PUETER - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.488

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

24 - Recurso: 163.462 - Processo: 13899.000208/2007-98 - Recorrente: JAIR RODRIGUES DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003, 2004 e 2005.

Acórdão nº. 2102-00.489

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade suscitada e, no mérito, dar parcial provimento ao Recurso para que sejam excluídos da base de cálculo do lançamento os seguintes valores: R$ 74.825,50 no ano-calendário 2002, R$ 84.011,06 no ano-calendário 2003 e R$ 123.024,49 no ano-calendário 2004, e ainda para que seja reduzida a multa de ofício ao percentual de 75%, nos termos do voto da Relatora.

25 - Recurso: 156.648 - Processo: 11516.000848/2006-49 - Recorrente: VLADIMIR FERNANDES VARGAS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.490

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso, a fim de que seja excluído da base de cálculo do lançamento o montante de R$ 20.742,86, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

26 - Recurso: 344.347 - Processo: 10680.720570/2008-27 - Recorrente: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2006.

Acórdão nº. 2102-00.491

Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar vindicada e, no mérito, dar provimento ao recurso para considerar o valor da terra nua no montante de R$ 5.571.678,90 (item 22 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - fl. 04), reduzindo o imposto devido para R$ 225.139,19, a ser acrescido de multa de ofício e juros de mora.

27 - Recurso: 343.590 - Processo: 10183.002642/95-59 - Recorrente: FLAMBOYANT AGRO PASTORIL LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 1994.

Acórdão nº. 2102-00.492

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir a cobrança da multa de mora sobre a notificação de lançamento, nos termos do voto do Relator.

28 - Recurso: 343.589 - Processo: 13164.000001/99-18 - Recorrente: FLAMBOYANT AGRO PASTORIL LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 1994.

Acórdão nº. 2102-00.493

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para excluir a cobrança da multa de mora sobre a notificação de lançamento, nos termos do voto do Relator.

29 - Recurso: 343.585 - Processo: 13164.000003/99-35 - Recorrente: FLAMBOYANT AGRO PASTORIL LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 1996.

Acórdão nº. 2102-00.494

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 10 DE MARÇO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

30 - Recurso: 165.951 - Processo: 13738.000503/2006-14 - Recorrente: GILDA VERBICÁRIO SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº. 2102-00.495

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para acolher a decadência do crédito tributário exigido e indeferir o direito creditório apurado na declaração retificadora, sendo que os Conselheiros Rubens Maurício Carvalho, Carlos André Rodrigues Pereira Lima, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Giovanni Christian Nunes Campos acompanham pelas conclusões, já que não consideram relevante o pagamento para definição do prazo decadencial dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, nos termos do voto do Relatora.

31 - Recurso: 174.117 - Processo: 18471.000432/2007-14 - Recorrente: TEODORO ELEUTÉRIO M RAMOS GIMENEZ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2004, 2005, 2006.

Acórdão nº. 2102-00.496

Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade do lançamento e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para: (i) cancelar a infração de omissão de rendimentos evidenciada pela não-comprovação de empréstimo tomado de José Tofi Bassil e pela não-comprovação da origem dos recursos utilizados na integralização do capital social da empresa Automarket Veículos Ltda e (ii) reduzir o percentual da multa de ofício, no que se refere à infração de omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários com origem não comprovada, de 150% para 75%.

32 - Recurso: 343.021 - Processo: 10183.720137/2006-31 - Recorrente: AGROPECUÁRIA NOVA FRONTEIRA LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.497

Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade da decisão de primeira instância e, no mérito, negar provimento ao recurso.

33 - Recurso: 341.281 - Processo: 10183.002856/2006-76 - Recorrente: JOSÉ MAURÍCIO JUNQUEIRA DE ANDRADE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ- CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.498

Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso para reconhecer a área de utilização permanente (reserva legal) de 8.869,0 ha nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

34 - Recurso: 344.449 - Processo: 10183.004126/2006-18 - Recorrente: RURAL AGROINVEST - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.499

Por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para considerar a área de 12.487,5 hectares como de utilização limitada, nos termos do voto do Relator.

35 - Recurso: 344.242 - Processo: 10183.002377/2006-50 - Recorrente: AIRTON NOGUEIRA COSTA - Recorrida: DRJ- CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.500

Por unanimidade de votos, sobrestar o presente julgamento, devendo ser aguardada a mensuração definitiva do ITR, exercício 2001, conforme lançamento tombado no processo administrativo nº 10183.006350/2005-55, em trâmite neste CARF nos termos do voto do Relator.

36 - Recurso: 342.471 - Processo: 10875.001841/2005-11 - Recorrente: ANTÔNIO DE OLIVEIRA COSTA - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

37 - Recurso: 344.337 - Processo: 11610.009693/2006-38 - Recorrente: ANTÔNIO CARLOS CUOCO - Recorrida: DRJ- CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº. 2102-00.501

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

38 - Recurso: 155.477 - Processo: 10945.001961/2006-29 - Recorrente: LU CHIH KANG - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003.

Acórdão nº. 2102-00.502

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

39 - Recurso: 156.051 - Processo: 10945.001013/2006-93 - Recorrente: NGAI PEK CHAO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.503

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

40 - Recurso: 155.403 - Processo: 10675.002954/2005-91 - Recorrente: PAULO SERGIO DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001, 2002.

Acórdão nº. 2102-00.504

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

41 - Recurso: 342.454 - Processo: 10283.006158/2005-31 - Recorrente: DORON ADMONI - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.505

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

42 - Recurso: 342.455 - Processo: 10283.006166/2005-87 - Recorrente: DORON ADMONI - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.506

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

43 - Recurso: 342.459 - Processo: 10283.006165/2005-32 - Recorrente: DORON ADMONI - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Acórdão nº. 2102-00.507

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, reconhecendo que a decadência extinguiu o crédito tributário, nos termos do voto do Relator.

DIA 10 DE MARÇO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

44 - Recurso: 341.303 - Processo: 10183.720112/2006-37 - Recorrente: ANA PAULA DA SILVA CAROLO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº. 2102-00.508

Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade do lançamento por cerceamento do direito de defesa e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

45 - Recurso: 161.272 - Processo: 13709.001711/2004-16 - Recorrente: AMPARE CLÍNICA PEDIÁTRICA LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRRF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.509

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

46 - Recurso: 161.268 - Processo: 13709.001714/2004-41 - Recorrente: POSTO DE SERVIÇOS KIM LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRRF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.510

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

47 - Recurso: 161.287 - Processo: 10730.003028/2004-40 - Recorrente: AUTO POSTO DANY LTDA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRRF - Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.511

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

48 - Recurso: 342.800 - Processo: 10425.001895/2005-85 - Recorrente: DÉLIO HOLANDA ROLIM - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.512

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

49 - Recurso: 343.546 - Processo: 13805.011048/96-36 Recorrente: ALMIRO DE SOUZA THIBÚRCIO - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: ITR - Exercício: 1995.

Acórdão nº. 2102-00.513

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

50 - Recurso: 343.547 - Processo: 13805.011047/96-73 Recorrente: ALMIRO DE SOUZA THIBÚRCIO - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: ITR - Exercício: 1995.

Acórdão nº. 2102-00.514

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

51 - Recurso: 164.854 - Processo: 10660.000862/2007-05 - Recorrente: EXPRESSO NEPOMUCENO S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRF - Anos Calendário: 2002, 2003, 2004, 2005.

Acórdão nº. 2102-00.515

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

52 - Recurso: 164.841 - Processo: 11634.000567/2007-21 - Recorrente: MOUSSA YOUSSEF HAKME - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº. 2102-00.516

DECISÃO: por unanimidade de votos, DESQUALIFICAR a multa de ofício e, no mérito, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

53 - Recurso: 147.384 - Processo: 14041.000156/2005-31 - Recorrente: MARIA DO CARMO DE CAMARGO CIUCCI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Retirado de pauta por inclusão indevida.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

54 - Recurso: 343.678 - Processo: 13161.000679/2006-30 - Recorrente: EDUARDO JOSÉ BERNARDES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR -Exercício: 2002.

Acórdão nº. 2102-00.517

Por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho.

55 - Recurso: 342.693 - Processo: 13019.000065/2005-11 - Recorrente: EDNA MENEGAZ e OUTRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ- CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Acórdão nº. 2102-00.518

Por unanimidade de votos, sobrestar o presente julgamento, devendo ser aguardado a mensuração definitiva do ITR - exercício 2000, conforme lançamento tombado no processo administrativo nº 11020.003266/2004-24, em trâmite na Câmara Superior de Recursos Fiscais.

56 - Recurso: 342.423 - Processo: 10325.001300/2005-10 - Recorrente: DOMINGOS RODRIGUES DE CARVALHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº. 2102-00.519

Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, eu Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, a assino com o Presidente da Turma de Julgamento.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Ewan Teles Aguiar, Rubens Maurício Carvalho, Carlos André Rodrigues Pereira de Lima e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados futuramente, resultando na seguinte distribuição:

Ao Conselheiro Ewan Teles Aguiar os seguintes processos: 10166.908649/2009-88, 10384.720190/2007-56, 10650.001145/2006-21, 10830.003033/2005-13, 10830.010077/2007-53, 10830.720350/2007-51, 10830.720360/2007-97, 10845.002870/2007-10, 10940.001424/2006-29, 11040.720084/2007-26, 11543.002560/2007-62, 11543.003169/2008-66, 11610.008588/2003-39, 13855.002477/2006-14, 17883.000170/2006-01.

Ao Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos os seguintes processos: 10073.002083/2008-37, 10830.001885/2006-49, 10830.010233/2008-67, 10845.001251/2009-70, 10980.015225/2007-11, 11543.003578/2007-81, 13706.006025/2008-87, 13732.000125/2008-82, 13767.000021/2007-90, 13842.000025/2008-17, 15586.000313/2006-03, 15593.000031/2007-04, 19515.000805/2007-66, 19515.001983/2005-42, 10880.024423/99-88.

Ao Conselheiro Rubens Maurício Carvalho os seguintes processos: 10183.100038/2007-19, 10240.720145/2007-36, 10240.720149/2007-14, 10283.000728/2008-21, 10730.013124/2008-20, 10830.002354/2007-54, 10830.002960/2007-70, 10865.720271/2007-43, 13660.000176/2007-14, 13726.000248/2007-11, 13811.001684/2007-49, 13876.000788/2007-81, 13882.000412/2007-98, 13899.000800/2006-17, 15971.000090/2007-11, 18471.002030/2005-92.

À Conselheira Núbia Matos Moura os seguintes processos: 10410.003504/2007-98, 10730.002202/2008-61, 10730.010118/2008-11, 10735.000368/2005-50, 10830.001968/2008-08, 10840.002652/2008-14, 11080.001599/2008-38, 13629.000854/2007-35, 13819.002016/2007-69, 13839.000769/2005-30, 13855.000128/2008-20, 13882.001288/2007-88, 13893.000486/2007-03, 18186.007046/2008-50, 19515.003918/2008-02.

À Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti os seguintes processos: 10730.008343/2007-14, 10730.009543/2008-67, 10830.010865/2007-40, 10980.006407/2007-92, 11080.007211/2008-11, 13688.000187/2007-96, 13706.002541/2007-51, 13732.000643/2008-04, 13770.000177/2007-11, 13771.002635/2008-28, 13855.720131/2007-82, 13855.720135/2007-61, 13855.720139/2007-49, 13856.000049/2007-28, 18186.007045/2008-13, 19515.001033/2007-80.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 14 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 170.149 - Processo: 10730.008018/2007-43 - Recorrente: CARLOS ALBERTO BAIÃO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.520

Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para reconhecer o direito creditório do contribuinte, no valor de R$ 169.688,63, acompanhado dos devidos acréscimos moratórios, nos termos do voto da Relatora.

02 - Recurso: 136.983 - Processo: 11971.000292/2001-17 - Recorrente: JOSEFA SOARES DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.521

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora, para reconhecer o direito creditório no valor de R$ 11.422,50, acrescido dos encargos moratórios.

03 - Recurso: 149.853 - Processo: 18471.000541/2004-99 - Recorrente: ANTONIO CARLOS BRAGA LEMGRUBER - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2000, 2001.

Acórdão nº: 2102-00.522

DECISÃO: por unanimidade de votos, AFASTAR a preliminar de nulidade do lançamento, por uso de prova ilícita, e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

04 - Recurso: 341.619 (141.619 do ex-3ºCC) - Processo: 10166.012190/2005-91 - Recorrente: ANTONIO JORGE ROGOSKI - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.523

DECISÃO: por unanimidade de votos, sobrestar o presente julgamento, devendo ser aguardado a mensuração definitiva do ITR, exercício 2001, conforme lançamento tombado no processo administrativo nº 10325.000815/2005-01, em trâmite neste CARF.

05 - Recurso: 343.323 (143.323 do ex-3ºCC) - Processo: 10510.001686/2005-72 Recorrente: ANTÔNIO MACHADO DE ALMEIDA - Recorrida: DRJ- RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.524

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

06 - Recurso: 342.265 (142.265 do ex-3ºCC) - Processo: 10283.002279/2005-11 Recorrente: ARISTIDES RODRIGUES - Recorrida: DRJ- RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.525

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

07 - Recurso: 162.907 - Processo: 10580.005686/2007-80 Recorrente: ANTONIO FERNANDO ANGRISANI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR-BA - Matéria: IRPF - Período de Apuração: 2002, 2003, 2004.

Acórdão nº: 2102-00.526

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Fez sustentação oral o Dr. Oscar Luiz Mendonça de Aguiar, OAB-BA nº 9.318.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

08 - Recurso: 344.348 (144.348 do ex-3ºCC) - Processo: 10680.720494/2008-50 - Recorrente: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.527

DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar vindicada e, no mérito, DAR provimento ao recurso para considerar o valor da terra nua no montante de R$ 1.994.550,94 (item 20 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - fl. 03), reduzindo o imposto a pagar suplementar (apurado - declarado) para R$ 68.008,30, a ser acrescido de multa de ofício e juros de mora.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

09 - Recurso: 344.349 (144.349 do ex-3ºCC) - Processo: 10680.720495/2008-02 - Recorrente: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Retirado de pauta em decorrência de o contribuinte ter desistido do recurso, para fruição dos benefícios da Lei nº 11.941/2009.

10 - Recurso: 342.005 (142.005 do ex-3ºCC) - Processo: 10325.000816/2005-47 - Recorrente: WAGNER TEIXEIRA MASCARENHAS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.528

DECISÃO: por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho.

11 - Recurso: 342.692 (142.692 do ex-3ºCC) - Processo: 11020.003424/2005-27 - Recorrente: EDNA MENEGAZ E OUTRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.529

DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

12 - Recurso: 343.227 (143227 do ex-3ºCC) - Processo: 13362.000547/2005-61 - Recorrente: FILADELFO FREIRE DE CASTRO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.530

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

13 - Recurso: 342.666 (142.666 do ex-3ºCC) - Processo: 10280.005095/2005-25 - Recorrente: JOAQUIM DE JESUS DOS ANJOS BITTERNCOURT (ESPÓLIO) - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.531

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

14 - Recurso: 163.164 - Processo: 10070.000078/2003-13 - Recorrente: JOSÉ REINALDO PRADO DOS SANTOS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Período de Apuração: 2000.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

15 - Recurso: 161.987 - Processo: 10166.008859/2006-21 - Recorrente: RENATO RIBEIRO SOARES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.532

DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso em razão da sua manifesta intempestividade.

DIA 15 DE ABRIL DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

16 - Recurso: 151.791 - Processo: 10680.014086/2001-99 Recorrente: KLEBER ALBUQUERQUE DE VASCONCELOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZOTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.533

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso, para reduzir a infração de omissão de rendimentos, recebidos de Performance Ltda, para R$ 5.390,04.

17 - Recurso: 167.371 - Processo: 18471.001032/2006-45 - Recorrente: AIRES LERNER - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercício: 2002, 2003.

Acórdão nº: 2102-00.534

DECISÃO: por unanimidade de votos, AFASTAR a preliminar de nulidade do lançamento e, no mérito, DAR provimento ao recurso.

18 - Recurso: 164.339 - Processo: 19515.004206/2003-98 - Recorrente: JOSÉ ALEXANDRE SILVA FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.535

DECISÃO: por unanimidade de votos, AFASTAR as preliminares suscitadas, indeferir o pedido de diligência e, no mérito, DAR provimento parcial ao recurso para excluir da tributação os depósitos bancários que perfazem o somatório de R$ 19.587,44.

Relatora: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

19 - Recurso: 342206 (142.206 do ex-3ºCC) - Processo: 10283.002278/2005-69 - Recorrente: ARISTIDES RODRIGUES - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.536

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

20 - Recurso: 342.065 (142.065 do ex-3ºCC) - Processo: 10325.001343/2005-03 - Recorrente: WILLI ESSER - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.537

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

21 - Recurso: 343.093 (143.093 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720024/2007-24 - Recorrente: BURITI AGRO PASTORIL S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.538

DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso voluntário em razão da sua manifesta intempestividade.

22 - Recurso: 341.025 (141.025 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.000704/2005-66 - Recorrente: BURITI AGRO PASTORIL S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.539

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

23 - Recurso: 159.652 - Processo: 10218.000412/2005-71 - Recorrente: AGRO PECUÁRIA BACURI S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRF.

Vista para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Fez sustentação oral o Dr. Leonardo Mendonça Marques, OAB-DF nº 17.528, patrocinando a defesa da empresa Agro Pecuária Bacuri S/A.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

24 - Recurso: 344.442 (144.442 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720093/2007-70 - Recorrente: EDUARDO FONSECA SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.540

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

25 - Recurso: 344.441 (144.441 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720099/2007-47 - Recorrente: EDUARDO FONSECA SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.541

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

26 - Recurso: 344.440 (144.440 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720105/2007-66 - Recorrente: EDUARDO FONSECA SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.542

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

27 - Recurso: 343.387 (143.387 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720035/2007-46 - Recorrente: FAZENDA REUNIDAS GALHÃO S.A. - FARGA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.543

DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso voluntário em razão da sua manifesta intempestividade.

28 - Recurso: 343.385 (143.385 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720050/2007-94 - Recorrente: FAZENDA REUNIDAS GALHÃO S.A. - FARGA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.544

DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso voluntário em razão da sua manifesta intempestividade.

29 - Recurso: 343.386 (143.386 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720063/2007-63 - Recorrente: FAZENDA REUNIDAS GALHÃO S.A. - FARGA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.545

DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso voluntário em razão da sua manifesta intempestividade.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

30 - Recurso: 162.110 - Processo: 10235.000412/2005-62 - Recorrente: MARIA ZELITA DA COSTA FARIAS - Recorrida: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2000, 2001, 2002.

Resolução nº 2102-0019

DECISÃO: por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator.

31 - Recurso: 161.124 - Processo: 10280.001094/2004-21 - Recorrente: VALDEMAR DORIA DE VASCONCELOS - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.546

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 15 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

32 - Recurso: 170.119 - Processo: 10680.019565/2007-97 - Recorrente: PETER JORDAN - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003.

Acórdão nº: 2102-00..547

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício e DAR provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto da Relatora.

33 - Recurso: 170.855 - Processo: 10925.001950/2007-68 - Recorrente: MÁRCIO ADRIANO SLONGO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003 e 2004.

Acórdão nº: 2102-00..548

DECISÃO: por unanimidade de votos, AFASTAR a preliminar de nulidade das intimações efetivadas durante o procedimento fiscal e, no mérito, DAR provimento parcial ao recurso para reduzir o percentual da multa de ofício de 150% para 75%.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

34 - Recurso: 340.935 (140.935 do ex-3º CC) - Processo: 10240.000645/2004-13 - Recorrente: TRIÂNGULO PISOS E PAINÉIS LTDA. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.549

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para restabelecer 56.379,0 hectares como área de exploração extrativa, nos termos do voto do Relator.

35 - Recurso: 151.024 - Processo: 10768.005753/2004-25 - Recorrente: LUCIO MANOEL DOS SANTOS PICANÇO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000, 2001, 2002, 2003.

Vista para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

36 - Recurso: 163.362 - Processo: 18471.000211/2007-46 - Recorrente: ANTONIO GONÇALVES CARNEIRO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Período de Apuração: 2002, 2003.

Vista para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

37 - Recurso: 343.345 (143.345 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.000845/2006-21 - Recorrente: FISCHER FRAIBURGO AGRÍCOLA LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.550

DECISÃO: por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho que negavam provimento.

38 - Recurso: 344.060 (144.060 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.000851/2006-88 - Recorrente: FISCHER FRAIBURGO AGRÍCOLA LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002

Acórdão nº: 2102-00.551

DECISÃO: por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reconhecer a área de reserva legal de 201,28 hectares, vencidos os Conselheiros Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho que negavam provimento.

39 - Recurso: 342.131 (142.131 do ex-3ºCC) - Processo: 10920.003821/2005-92 - Recorrente: CONSTRUTORA SÃO LUIZ LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.552

DECISÃO: por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento.

40 - Recurso: 344.077 (144.077 do ex-3ºCC) - Processo: 10920.002858/2006-84 - Recorrente: CONSTRUTORA SÃO LUIZ LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.553

DECISÃO: por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento.

41 - Recurso: 344.113 (144.113 do ex-3ºCC) - Processo: 10980.014219/2006-57 - Recorrente: EDSON LUIZ PERACCHI - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.554

DECISÃO: por unanimidade de votos, acolher a preliminar de decadência do lançamento suscitada pelo Relator.

42 - Recurso: 344.112 (144.112 do ex-3ºCC) - Processo: 10980.014220/2006-81 - Recorrente: EDSON LUIZ PERACCHI - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.555

DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar e, no mérito, DAR parcial provimento para:

· restabelecer as seguintes áreas utilizadas:

. produtos vegetais - 3,21ha;

. pastagens - 16,86ha;

. exploração extrativa - 6,07ha.

· alterar o valor da terra nua tributável para R$ 243.000,00, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

43 - Recurso: 162.511 - Processo: 10280.005714/2005-81 - Recorrente: SEVERA GONÇALVES FERNANDES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM-PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.556

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

44 - Recurso: 162.477 - Processo: 10380.005718/2004-51 - Recorrente: ANTÔNIO ANDRADE DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.557

DECISÃO: por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto do Relator. Julgou-se impedida a Conselheira Núbia Matos Moura.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

45 - Recurso: 340.475 (140.475 do ex-33º CC) - Processo: 10215.000477/2004-65 - Recorrente: RODON PROJETOS ECOLÓGICOS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.558

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reconhecer a área de preservação permanente de 22.758,10 ha.

46 - Recurso: 340.761 (140.761 do ex-33º CC) - Processo: 10183.720078/2006-09 - Recorrente: IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA SÃO JOSÉ LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.559

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento aos recursos voluntário e de ofício, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

47 - Recurso: 342.471 - Processo: 10875.001841/2005-11 - Recorrente: ANTÔNIO DE OLIVEIRA COSTA - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.560

DECISÃO: por unanimidade de votos, reconhecer a decadência, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

48 - Recurso: 155.384 - Processo: 10945.001614/2006-04 - Recorrente: DIRCE TERESINHA KUHNE - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003, 2004, 2005.

Acórdão nº: 2102-00.561

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR PARCIAL provimento ao Recurso para que seja desqualificada a multa de ofício aplicada, reduzindo-a ao percentual de 75%.

Fez sustentação oral o Dr. André Alquimim Cordeiro, OAB-PR nº 34.651.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

49 - Recurso: 341.761 (141.761 do ex-3º CC) - Processo: 10980.014226/2005-78 - Recorrente: PAULINO JOAQUIM SLOMP (ESPÓLIO) - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.562

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para restabelecer as áreas na forma que segue:

·área de preservação permanente - 90,19ha;

·área de utilização limitada (reserva legal) - 200,17ha;

50 - Recurso: 342.231 (142.231 do ex-3º CC) - Processo: 10950.002712/2005-09 - Recorrente: FABIANA KRISTINA CARRARO BUOSI - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.563

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

51 - Recurso: 344.421 (144.421 do ex-3º CC) - Processo: 15563.000203/2006-00 - Recorrente: EMPRESAS REUNIDAS AGRO INDUSTRIAL MICKAEL S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.564

DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e, no mérito, DAR provimento ao recurso.

52 - Recurso: 344.030 (144.030 do ex-3º CC) - Processo: 10240.001596/2006-90 - Recorrente: FAZENDA RIO MADEIRA S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.565

DECISÃO: por unanimidade de votos, reconhecer a concomitância das instâncias, judicial e administrativa, sobre a discussão do cabimento do ADA sobre a área de preservação permanente, não havendo controvérsia adicional a ser deslindada por esta Turma de Julgamento.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

53 - Recurso: 161.728 - Processo: 10410.002820/2005-81 - Recorrente: JAIME FERREIRA LIMA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.566

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário lançado.

54- Recurso: 162.671 - Processo: 10510.002980/2005-00 - Recorrente: GILBERTO LINHARES TEIXEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.567

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, para determinar o retorno dos autos para a DRJ recorrida, a fim de que seja apreciado como impugnação o documento de fls. 20 a 24 dos autos.

DIA 16 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

55 - Recurso: 167.312 - Processo: 10680.012217/2007-99 - Recorrente: RONALDO ANTUNES FREITAS - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.568

DECISÃO: por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

56 - Recurso: 342.074 (142074 do ex-33º CC) - Processo: 13433.000838/2005-78 - Recorrente: CLÓVIS AUGUSTO DE MIRANDA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.569

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

57 - Recurso: 172.179 - Processo: 13609.001451/2007-41 - Recorrente: JOSÉ CARLOS SOIER - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003, 2004.

Retirado o recurso de pauta em decorrência da ausência dos autos na sessão de julgamento.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

58 - Recurso: 165.994 - Processo: 13856.000078/00-05 - Recorrente: MAURÍCIO DE MATTOS PIOVEZAN - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Exercício: 1997.

Acórdão nº: 2102-00.570

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

59 - Recurso: 343.279 (143279 do ex-3º CC) - Processo: 13362.000560/2005-10 - Recorrente: FAZENDA CONDADO S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.571

DECISÃO: por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, restabelecendo a área de reserva legal de 2.271,5 hectares, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

60 - Recurso: 344.132 (144132 do ex-3º CC) - Processo: 16707.001673/2005-82 - Recorrente: ÊXITO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.572

DECISÃO: por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

61 - Recurso: 342.264 (142264 do ex-3º CC) - Processo: 10920.003783/2005-78 - Recorrente: ERNESTO PAULO HEYSE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.573

DECISÃO: por unanimidade de votos, AFASTAR a preliminar e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

62 - Recurso: 148.366 - Processo: 11080.009153/2004-28 - Recorrente: JOSÉ CARLOS BISOGNIN PANZENHAGEN - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.574

DECISÃO: por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração opostos, ratificando o Acórdão nº 102-48.656, de 04 de julho de 2007.

63 - Recurso: 153.039- Processo: 11070.002996/2002-51- Recorrente: ARNILDO JOSÉ POSSER - Recorrida: 2ª Turma/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 1998.

Acórdão nº: 2102-00.575

DECISÃO: por unanimidade de votos, ACOLHER os embargos inominados para manter a infração referente à omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada do ano-calendário 1998, retificando o Acórdão nº 106-17.186, de 16 de dezembro de 2008, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

64 - Recurso: 162.327 - Processo: 10540.000313/2004-46 - Recorrente: ZEZITA MOREIRA SANTOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercícios: 2001 e 2002.

Acórdão nº: 2102-00.576

DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

65- Recurso: 162.869 - Processo: 10580.001010/2004-74 - Recorrente: HÉLIO MENDES CAZUQUEL - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.577

DECISÃO: por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto do Relator.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às nove horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Ewan Teles Aguiar, Rubens Maurício Carvalho, Carlos André Rodrigues Pereira de Lima e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Devido à carga de processos em poder dos Conselheiros não houve sorteio na presente sessão.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão, sendo a seguir lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 12 DE MAIO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 340.663 (140.663 do ex-3ºCC) - Processo: 10675.720038/2007-06 - Recorrente: CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.578

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

02 - Recurso: 342.275 (142.275 do ex-3ºCC) - Processo: 10746.000422/2006-19 Recorrente: ANTÔNIO FRANCISCO PARENTES FORTES - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.579

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

03 - Recurso: 342.470 (142.470 do ex-3ºCC) - Processo: 10425.000686/2005-14 Recorrente: ANTÔNIO TORREÃO DE SÁ - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.580

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

04 - Recurso: 344.445 (144.445 do ex-3ºCC) - Processo: 11522.001379/2006-04 Recorrente: WILLIAMS JOÃO SILVA - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.581

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

05 - Recurso: 343.701 (143.701 do ex3º CC) - Processo: 16045.000216/2005-10 Recorrente: BOCAÍNA DO SUL PARTICIPAÇÕES S.A. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Vistas para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

06 - Recurso: 159.652 - Processo: 10218.000412/2005-71 - Recorrente: AGRO PECUÁRIA BACURI S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRRF - Exercícios: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.582

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR PARCIAL provimento ao Recurso de Ofício, para manter a decisão recorrida tão-somente no que diz respeito à exclusão do fato gerador ocorrido em 30.06.2000, no valor de R$ 313.846,15 (base já reajustada). No tocante aos recursos voluntários, por unanimidade de voto, nos termos do voto da Relatora:

·DAR PARCIAL provimento ao interposto pela Agropecuária Bacuri, para excluir da base de cálculo do lançamento os seguintes valores: a) R$ 307.692,31, em 20.03.2000, b) R$ 30.769,23, em 14.08.2000, c) R$ 23.076,92, em 24.08.2000, e d) R$ 46.153,85, em 28.06.2000 (todos relativos à base já reajustada);

·DAR PROVIMENTO ao interposto por José Maurício Bicalho Dias.

Acompanhou o julgamento o Dr. Leonardo Mendonça Marques, OAB-DF nº 17.528, patrocinando a defesa da empresa Agro Pecuária Bacuri S/A, que fez sustentação oral na Sessão respectiva do mês de abril de 2010.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

07 - Recurso: 342.587 (142.587 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720131/2007-52 - Recorrente: FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.583

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a nulidade vindicada e, no mérito, DAR parcial provimento para, nos termos do voto do Relator:

· excluir a área de preservação permanente de 892,0 hectares da área tributável;

· reconhecer o estado de calamidade pública, com o devido impacto no grau de utilização da propriedade;

· acatar o valor da terra nua constante no Laudo Técnico trazido pelo recorrente, implicando em um VTN de R$ 175.090,34 (item 17 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - fl. 04).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

08 - Recurso: 342.586 (142.586 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720134/2007-96 - Recorrente: FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.584

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a nulidade vindicada e, no mérito, DAR provimento PARCIAL para acatar o valor da terra nua constante no Laudo Técnico trazido pelo recorrente, para o exercício 2004, no valor de R$ 31,19 por hectare, o que implica em um valor da terra nua de R$ 224.642,85 (item 20 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - fl. 04), e o estado de calamidade pública, nos termos do voto do Relator.

09 - Recurso: 343.088 (143.088 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720136/2007-85 - Recorrente: FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.585

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a nulidade vindicada e, no mérito, DAR parcial provimento para acatar o valor da terra nua constante no Laudo Técnico trazido pelo recorrente, para o exercício 2005, no valor de R$ 26,06 por hectare, o que implica em um valor da terra nua de R$ 187.694,54 (item 22 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - fl. 04), e o estado de calamidade pública, nos termos do voto do Relator.

10 - Recurso: 344.304 (144.304 do ex-3ºCC) - Processo: 11543.003326/2001-67 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 1997.

Acórdão nº: 2102-00.586

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso voluntário interposto, já que o Incarpe não detém legitimidade para combater o lançamento controlado no presente procedimento administrativo fiscal, nos termos do voto do Relator.

11 - Recurso: 343.237 (143.237 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.000705/2006-52 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.587

Decisão: Por unanimidade de votos, acolher a decadência do lançamento, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

12 - Recurso: 163.164 - Processo: 10070.000078/2003-13 - Recorrente: JOSÉ REINALDO PRADO DOS SANTOS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.588

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por concomitância das instâncias judicial e administrativa, nos termos do voto do Relator.

13 - Recurso: 162.099 - Processo: 19647.011480/2004-07 - Recorrente: ANTÔNIO GUILHERME BEZERRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.589

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso do contribuinte, reconhecendo a improcedência parcial do auto de infração, cancelando o lançamento do IRPF suplementar e reconhecendo o direito à restituição do valor de R$ 1.437,00 e acréscimos legais, nos termos do voto do Relator.

14 - Recurso: 163.023 - Processo: 16707.005705/2004-38 - Recorrente: JOSÉ MIGUEL FERNANDES FILHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 1996, 1997.

Acórdão nº: 2102-00.590

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

15 - Recurso: 162.045 - Processo: 19647.007316/2005-78 - Recorrente: MANOEL JAIME DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.591

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 12 DE MAIO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

16 - Recurso: 344.111 (144.111 do ex-3ºCC) - Processo: 10675.720035/2008-45 - Recorrente: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2006.

Acórdão nº: 2102-00.592

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

17 - Recurso: 342.270 (142.270 do ex-3ºCC) - Processo: 10680.019936/2007-31 - Recorrente: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercícios: 2003, 2004, 2005, 2006.

Acórdão nº: 2102-00.593

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

18 - Recurso: 343.544 (143.544 do ex-3ºCC) - Processo: 10680.020303/2007-75 - Recorrente: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercícios: 2005, 2006.

Acórdão nº: 2102-00.594

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

19 - Recurso: 343.987 (143.987 do ex-3ºCC) - Processo: 10746.000975/2006-71 - Recorrente: ALBERI AMARAL BOTEGA - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.595

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso, determinando que sejam considerados 568,0 ha como áreas de pastagens existentes na propriedade, nos termos do voto Relator.

20 - Recurso: 342.476 (142.476 do ex-3ºCC) - Processo: 13413.000160/2005-61 - Recorrente: ALUIZIO DE LIMA E SÁ - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Vistas para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

21 - Recurso: 163.362 - Processo: 18471.000211/2007-46 - Recorrente: ANTONIO GONÇALVES CARNEIRO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2003.

Acórdão nº: 2102-00.596

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR PARCIAL provimento ao Recurso, para determinar a desqualificação da multa de ofício, que deverá ser reduzida ao percentual de 75%, nos termos do voto da Relatora.

22 - Recurso: 163.968 - Processo: 10840.004547/2003-05 - Recorrente: ROMEU BONINI - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IRPF - Exercícios: 1998, 1999.

Acórdão nº: 2102-00.597

Decisão: Por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso, para reduzir a multa de ofício qualificada de 150% para 75% referente às despesas médicas relativas aos profissionais não sumulados, vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreiora Pagetti (Relatora) que restabelecia as despesas dos profissionais Claudio Henrique Bichuete e Márcia Aparecida Moreira Teixeira. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

23 - Recurso: 343.591 (143.591 do ex-3ºCC) - Processo: 10880.721387/2006-21 - Recorrente: ESCOL COMPANHIA AGRÍCOLA E COMERCIAL - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ- CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Resolução nº: 2102-0.020

Decisão: Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

24 - Recurso: 343.268 (143.268 do ex-3ºCC) - Processo: 10880.721441/2006-38 - Recorrente: ESCOL COMPANHIA AGRÍCOLA E COMERCIAL - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ- CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Resolução nº: 2102-0.021

Decisão: Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

25 - Recurso: 342.590 (142.590 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720069/2007-07 - Recorrente: EMPRESA AGRÍCOLA SÃO GABRIEL LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.598

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR as nulidades vindicadas e, no mérito, por maioria, DAR parcial provimento ao recurso para deferir o valor da terra nua constante no Laudo Técnico trazido pelo recorrente, implicando em um VTN de R$ 415.978,28 (item 22 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - VALOR DA TERRA NUA - fl. 04), com a redução do imposto lançado para R$ 26.005,64, a ser acrescido de juros de mora e multa de ofício, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

26 - Recurso: 342.588 (142.588 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720064/2007-76 - Recorrente: EMPRESA AGRÍCOLA SÃO GABRIEL LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.599

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a nulidade vindicada e, no mérito, por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso para deferir o valor da terra nua constante no Laudo Técnico trazido pelo recorrente, implicando em um VTN de R$ 462.206,04 (item 20 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - VALOR DA TERRA NUA - fl. 04), com a redução do imposto lançado para R$ 1.566,06, a ser acrescido de juros de mora e multa de ofício, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

27 - Recurso: 342.591 (142.591 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720059/2007-63 - Recorrente: EMPRESA AGRÍCOLA SÃO GABRIEL LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.600

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a nulidade vindicada e, no mérito, por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso para deferir o valor da terra nua constante no Laudo Técnico trazido pelo recorrente, implicando em um VTN de R$ 355.581,64 (item 17 do Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido - VALOR DA TERRA NUA - fl. 04), com redução do imposto lançado para R$ 52.542,79, a ser acrescido de juros de mora e multa de ofício, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

28 - Recurso: 162.303 - Processo: 13888.000448/2003-98 - Recorrente: WALÉRIA MELCHER - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.601

Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

29 - Recurso: 161.761 - Processo: 13878.000069/2003-17 - Recorrente: ELI TEIXEIRA DE LIMA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.602

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 13 DE MAIO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

30 - Recurso: 343.346 (143.346 do ex-3ºCC) - Processo: 10640.720135/2007-98 - Recorrente: BRASCAN ENERGÉTICA MINAS GERAIS S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.603

Decisão: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para excluir a área alagada de 189,6 ha, do cálculo da área tributável do imóvel, nos termos do voto da Relatora.

31 - Recurso: 343.060 (143.060 do ex-3ºCC) - Processo: 10640.720137/2007-87 - Recorrente: BRASCAN ENERGÉTICA MINAS GERAIS S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.604

Decisão: Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, para excluir a área alagada de 189,6 ha, do cálculo da área tributável do imóvel, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

32 - Recurso: 342.926(142.926 do ex-3ºCC) - Processo: 13161.000212/2006-90 Recorrente: ALVERNE MOREIRA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.605

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, restabelecendo na DITR objeto do lançamento 232,4 ha como Área de Preservação Permanente e 787,7 ha como Área de Utilização Limitada (Reserva Legal), nos termos do voto do Relator.

33 - Recurso: 343.091 (143.091 do ex-3ºCC) - Processo: 10675.002100/2006-95 - Recorrente: ANTÔNIO DE VASCONCELOS - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.606

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso, restabelecendo na DITR objeto do lançamento os 910,0 ha como Área de Utilização Limitada (Reserva Legal), mantendo as demais condições do lançamento, nos termos do voto do Relator.

34 - Recurso: 151.024 - Processo: 10768.005753/2004-25 - Recorrente: LUCIO MANOEL DOS SANTOS PICANÇO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000, 2001, 2002, 2003.

Vistas para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

35 - Recurso: 164.947 - Processo: 19647.010536/2006-60 - Recorrente: JOSÉ ROBERTO RIOS BARRETO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.607

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR PARCIAL provimento ao Recurso, para restabelecer a dedução de despesas médicas no valor de R$ 27.720,00 no ano-calendário 2004, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

36 - Recurso: 343.090 (143.090 do ex-3ºCC) - Processo: 10183.720130/2007-08 - Recorrente: TAUFICK MIGUEL CHEDICK - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Resolução nº: 2102-0.022

Decisão: Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

37 - Recurso: 343.092 (143.092 do ex-3ºCC) - Processo: 10183.720127/2007-86 - Recorrente: TAUFICK MIGUEL CHEDICK - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Resolução nº: 2102-0.023

Decisão: Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

38 - Recurso: 341.558 (141.558 do ex-3ºCC) - Processo: 10675.003098/2006-71 - Recorrente: EURICO FERREIRA DA CUNHA - ESPÓLIO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.608

Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares de nulidade e, no mérito, DAR parcial provimento ao recurso para deferir a exclusão da área de preservação permanente (1.547,3 hectares) da área tributável, considerar como benfeitorias a área de ferrovia (50,63 hectares) e reduzir a alíquota do ITR para 0,3%, nos termos do voto do Relator.

39 - Recurso: 342.058 (142.058 do ex-3ºCC) - Processo: 10680.006851/2005-21 - Recorrente: COPEC CONSTRUÇÕES E PECUÁRIA LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2001, 2002.

Acórdão nº: 2102-00.609

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso, para deferir a exclusão da área tributável da Área de Preservação Permanente (40 hectares) e de reserva legal (205 hectares), nos exercícios 2001 e 2002, e reduzir o Valor da Terra Nua de R$ 1.277.859,42 para R$ 1.080.524,34, no exercício 2001 (item 16 do Demonstrativo de Apuração do ITR do exercício 2001 - fl. 13) , nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

40 - Recurso: 162.735 - Processo: 13837.000224/2005-43 - Recorrente: BRENO JACINTO DE O. DE LÓCIO E SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.610

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

41 - Recurso: 162.568 - Processo: 13708.002538/2003-94 - Recorrente: WALÉRIA BRANDÃO CAMEL - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.611

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 13 DE MAIO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

42 - Recurso: 343.098 (143.098 do ex-3ºCC) - Processo: 10640.720134/2007-43 - Recorrente: BRASCAN ENERGÉTICA MINAS GERAIS S.A. - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.612

Decisão: Por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para excluir a área alagada de 682,9 ha, do cálculo da área tributável do imóvel, nos termos do voto da Relatora.

43 - Recurso: 337.435 (137.435 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.002090/2003-56 - Recorrente: FLASA PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.613

Decisão: Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade do lançamento e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para restabelecer a área de preservação permanente de 150 ha e a área de reserva legal de 170 ha, para fins de cálculo do ITR, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

44 - Recurso: 341.665 (141.665 do ex-3ºCC) - Processo: 10183.004604/2006-81 Recorrente: ANTÔNIO FANCELLI - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 1995.

Acórdão nº: 2102-00.614

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso, para reconhecer área de preservação permanente constante do Laudo Técnico, nos termos do voto do Relator.

45 - Recurso: 341.666 (141.666 do ex-3ºCC) - Processo: 10183.004828/2006-93 Recorrente: ANTÔNIO FANCELLI - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 1996.

Acórdão nº: 2102-00.615

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso, para reconhecer área de preservação permanente constante do Laudo Técnico, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

46 - Recurso: 163.783 - Processo: 13805.001144/96-01 - Recorrente: NELSON TIRABASSO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Exercícios: 1993, 1994, 1995.

Acórdão nº: 2102-00.616

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

47 - Recurso: 167.382 - Processo: 15956.000313/2007-21 - Recorrente: ANTONIO CARLOS CRULHAS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IRPF - Exercícios: 2002, 2004, 2005, 2006.

Acórdão nº: 2102-00.617

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

48 - Recurso: 344.164 (144.164 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.001553/2006-13 - Recorrente: DISSENHA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.618

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

49 - Recurso: 341.789 (141.789 do ex-3ºCC) - Processo: 16045.000248/2005-15 - Recorrente: EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001 e 2002.

Acórdão nº: 2102-00.619

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

50 - Recurso: 341.763 (141.763 do ex-3ºCC) - Processo: 10540.000011/2003-97 - Recorrente: FLORENTINO ROSSATO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 1998.

Acórdão nº: 2102-00.620

Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade suscitada e, no mérito, DAR parcial provimento ao recurso para considerar a área de 581,70 hectares como de preservação permanente, nos termos do voto do Relator.

51 - Recurso: 341.536 (141.536 do ex-3ºCC) - Processo: 13603.001137/2005-57 - Recorrente: FAZENDA REUNIDAS MINAS GERAIS S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercícios: 2001, 2002.

Vistas para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

52 - Recurso: 161.840 - Processo: 13831.000146/2003-75 - Recorrente: EDSON SEN - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.621

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

53 - Recurso: 161.931 - Processo: 13707.000450/2003-48 - Recorrente: CLACILDES DAS NEVES CRUZ - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.622

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 14 DE MAIO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

54 - Recurso: 337.345 (137.345 do ex-3ºCC) - Processo: 10215.000388/2001-76 - Recorrente: JOÃO BAPTISTA COELHO NETTO. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercícios: 1995, 1996.

Resolução nº: 2102-0.024

Decisão: Por unanimidade de votos, a Turma resolveu converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora.

55 - Recurso: 342.071 (142.071 do ex-3ºCC) - Processo: 10325.001360/2005-32 - Recorrente: BENEDITA VIEIRA BORGES - Recorrida: DRJ- RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.623

Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

56 - Recurso: 343.769 (143.769 do ex-3ºCC) - Processo: 13161.000211/2006-45 Recorrente: ARMANDO BROCH - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.624

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

57 - Recurso: 343.335 (143.335 do ex-3ºCC) - Processo: 13161.720131/2007-91 Recorrente: ARMANDO BROCH - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.625

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para reconhecer as áreas de preservação permanente e de reserva legal, considerando o valor da terra nua alterado pela autoridade autuante não controvertido, nos termos do voto do Relator.

58 - Recurso: 343.252 (143.252 do ex-3ºCC) - Processo: 13161.720151/2007-61 Recorrente: ARMANDO BROCH - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.626

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para reconhecer as áreas de preservação permanente e de reserva legal, considerando o valor da terra nua alterado pela autoridade autuante não controvertido, nos termos do voto do Relator.

59 - Recurso: 343.336 (143.336 do ex-3ºCC) - Processo: 13161.720165/2007-85 Recorrente: ARMANDO BROCH - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.627

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para reconhecer as áreas de preservação permanente e de reserva legal, considerando o valor da terra nua alterado pela autoridade autuante não controvertido, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

60 - Recurso: 167.672 - Processo: 10855.000067/2007-21 - Recorrente: LAUREANO PIRES DE CAMARGO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.628

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso, para reduzir a multa de ofício qualificada de 150% para 75%, nos termos do voto da Relatora.

61 - Recurso: 168.432 - Processo: 19515.003389/2007-58 - Recorrente: CAIO VINICIUS CURSINI - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2002, 2003.

Acórdão nº: 2102-00.629

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Fez sustentação oral a Dra. Harumi Okamoto, OAB-PR nº 53.993.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

62 - Recurso: 342.513 (142.513 do ex-3ºCC) - Processo: 10680.018261/2005-41 - Recorrente: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Vistas para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

63 - Recurso: 343.713 (143.713 do ex-3ºCC) - Processo: 10384.004165/2005-60 - Recorrente: DIOCESE DE CAMPO MAIOR - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.630

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

64 - Recurso: 344.240 (144.240 do ex-3ºCC) - Processo: 13433.000613/2005-11 - Recorrente: FAZENDA SÃO JOÃO LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ- RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.631

Decisão: Por unanimidade de votos, acolher a preliminar de decadência do lançamento suscitada pelo Relator.

65 - Recurso: 343.787 (143.787 do ex-3ºCC) - Processo: 11060.001715/2006-95 - Recorrente: FRANCISCO DE PAULA DE SOUZA MASCARENHAS - ESPÓLIO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.632

Decisão: Por unanimidade de votos, reconhecer a preliminar de ilegitimidade do sujeito passivo autuado, dando provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

66 - Recurso: 161.217 - Processo: 13706.002740/2006-89 - Recorrente: ENÉAS PAIVA FERREIRA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.633

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

67 - Recurso: 162.990 - Processo: 13002.000184/2004-00 - Recorrente: CARLOS ITAMAR RESSMANN - Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Vistas para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

DIA 14 DE MAIO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

68 - Recurso: 342.273 (142.273 do ex-3ºCC) - Processo: 13830.000316/2005-93 - Recorrente: CARLOS THOMAZ WHATELY - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercícios: 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004.

Acórdão nº: 2102-00.634

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

69 - Recurso: 344.153 (144.153 do ex-3ºCC) - Processo: 13215.000037/2005-87 - Recorrente: CLEDSON VALE AMORIM - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.635

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

70 - Recurso: 344.194 (144.194 do ex-3ºCC) - Processo: 10240.001284/2006-86 Recorrente: ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.636

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

71 - Recurso: 344.195 (144.195 do ex-3ºCC) - Processo: 10240.001283/2006-31 Recorrente: ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.637

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

72 - Recurso: 172.179 - Processo: 13609.001451/2007-41 - Recorrente: JOSÉ CARLOS SOIER - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003, 2004.

Retirado de Pauta, por ausência dos autos na Sessão de julgamento.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

73 - Recurso: 153.452 - Processo: 11080.008958/2001-10 - Recorrente: HELIO GONÇALVES - Recorrida: 6ª CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - Matéria: IRPF - Exercício: 1997.

Acórdão nº: 2102-00.638

Decisão: Por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos para sanar as omissões apontadas e RERRATIFICAR o Acórdão nº 106-16.652, de 05.12.2007, sem alteração de resultado, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

74 - Recurso: 342.839 (142.839 do ex-3ºCC) - Processo: 14751.000086/2005-13 - Recorrente: COMPANHIA PARAÍBA DE CIMENTO PORTLAND - CIMEPAR - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercícios: 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.

Acórdão nº: 2102-00.639

Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar e, no mérito, DAR parcial provimento ao recurso para reconhecer que a decadência extinguiu o crédito tributário do exercício 2000 e para restabelecer o valor declarado das benfeitorias (R$ 360.000,00) , nos termos do voto do Relator.

75 - Recurso: 341.983 (141.983 do ex-3ºCC) - Processo: 10675.003369/2006-99 - Recorrente: DARCI GOUVEIA DE OLIVEIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.640

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso para considerar a área de 457,38ha como de reserva legal, nos termos do voto do Relator.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

76 - Recurso: 342.244 (142.2447 do ex-3ºCC) - Processo: 13830.000341/2005-77 - Recorrente: COMPANHIA SULRIOGRANDENSE DE IMÓVEIS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercícios: 2001, 2002.

Acórdão nº: 2102-00.641

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para restabelecer a área de reserva legal de 759,8 ha nos exercícios 2001 e 2002, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA

77 - Recurso: 161.997 - Processo: 13660.000143/2006-93 - Recorrente: SIDNEY AURÉLIO LÉO SOUZA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.642

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme eu Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, assino com o Presidente.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2010

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, de número trezentos e dois, localizada no terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 1, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os Membros da Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Segunda Seção deste Conselho, estando presentes os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos (Presidente), Núbia Matos Moura, Ewan Teles Aguiar, Rubens Maurício Carvalho, Carlos André Rodrigues Pereira Lima e Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti (Vice-Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Durante o expediente, procedeu-se ao sorteio de recursos a serem relatados futuramente, pelos Conselheiros desta Turma, resultando na seguinte distribuição:

Ao Conselheiro Rubens Maurício Carvalho os seguintes processos:

10247.000124/2005-79, 10247.000126/2005-68, 10247.000128/2005-57, 10247.000130/2005-26, 10435.002110/2002-20, 10510.003039/2003-33, 10768.004208/2001-79, 10768.004383/2001-66, 10909.003445/2004-11, 13562.000024/2004-87, 13562.000026/2004-76, 10070.001991/2007-52, 10120.000239/2007-51, 10148.000125/2007-01, 10183.005381/2007-51, 10510.000367/2007-10, 10830.001756/2006-51, 10830.005653/2005-89, 10980.001266/2007-11, 11060.003934/2007-90, 12965.000682/2007-16, 13509.000202/2007-67, 13520.000217/2006-96, 13551.000164/2007-27, 13855.001322/2007-41, 15471.002715/2007-11.

À Conselheira Núbia Matos Moura os seguintes processos:

10183.004214/2006-10, 10183.004850/2005-52, 10183.004854/2005-31, 10183.005821/2005-16, 10183.005823/2005-05, 10183.006087/2005-02, 10183.720139/2006-20, 10675.002749/2005-25, 10675.004524/2007-75, 10830.001766/2006-96, 10840.000625/2006-37, 10882.001949/2005-15, 11030.001613/2006-27, 11543.000841/2004-38, 13409.000225/2006-19, 13688.000093/2006-36, 13708.000290/2004-16, 13709.001615/2005-41, 13710.000497/2001-91, 13817.000339/2006-57, 13839.001107/2004-04, 13886.000122/2004-61, 16707.001129/2005-31, 19515.002998/2005-28.

Ao Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos os seguintes processos:

10166.001506/2008-62, 10680.013336/2007-69, 10820.002540/2002-06, 10830.003926/2006-31, 10840.002798/2006-90, 13736.000376/2008-27, 13736.001104/2008-44, 15758.000086/2008-51, 19707.000069/2005-27, 10073.000344/2005-31, 10120.002432/2007-27, 10120.007075/2007-93, 10120.009092/2007-65, 10183.004782/2007-93, 10219.000104/2006-16, 10510.001657/2006-91, 10675.002589/2006-03, 13026.000352/2006-12, 13727.000075/2006-41, 13727.000257/2005-31, 13873.000831/2007-39, 13925.000107/2006-71, 13963.000417/2007-11.

Verificado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão.

Em seguida deu-se início ao julgamento dos recursos constantes da pauta.

DIA 16 DE JUNHO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

01 - Recurso: 172.179 - Processo: 13609.001451/2007-41 - Recorrente: JOSÉ CARLOS SOIER - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercícios: 2003, 2004.

Processo retirado de pauta por inclusão indevida.

02 - Recurso: 344.089 (144.089 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720068/2007-96 - Recorrente: CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Retirado de pauta. Recorrente desistiu do recurso para aderir ao parcelamento da Lei nº 11.491/2009.

03 - Recurso: 344.088 (144.088 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720073/2007-07 - Recorrente: CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Retirado de pauta. Recorrente desistiu do recurso para aderir ao parcelamento da Lei nº 11.491/2009.

04 - Recurso: 344.090 (144.090 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720070/2007-65 - Recorrente: CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.643

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

05 - Recurso: 343.256 (143.256 do ex-3ºCC) - Processo: 10183.720080/2006-70 - Recorrente: CARLOS REINERS - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.644

Decisão: Por unanimidade de votos, indeferir o pedido de perícia e, no mérito, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para reconhecer a área de preservação permanente de 755,0 ha e reduzir o arbitramento do VTN para R$ 9.542.802,04, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que dava parcial provimento em maior extensão para também reconhecer a área de reserva legal de 17.863,8 ha.

06 - Recurso: 343.309 (143.309 do ex-3ºCC) - Processo: 10183.720079/2006-45 - Recorrente: CARLOS REINERS - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.645

Decisão: Por unanimidade de votos, indeferir o pedido de perícia e, no mérito, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para reconhecer a área de preservação permanente de 755,0 ha, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que dava parcial provimento em maior extensão para também reconhecer a área de reserva legal de 17.863,8 ha.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

07 - Recurso: 343.068 (143.068 do ex-3ºCC) - Processo: 10980.002807/2006-48 - Recorrente: AIRTON JOÃO CORNELSEN - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.646

Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

08 - Recurso: 342.055 (142.055 do ex-3ºCC) - Processo: 10120.007426/2005-02 - Recorrente: ALBERTO RODRIGUES SOBRINHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.647

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

09 - Recurso: 342.476 (142.476 do ex-3ºCC) - Processo: 13413.000160/2005-61 - Recorrente: ALUIZIO DE LIMA E SÁ - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.648

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para acatar uma área de pastagens de 1.816,0 hectares e o valor da terra nua de R$ 409.800,00, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

10 - Recurso: 342.472 (142.472 do ex3º CC) - Processo: 10950.000274/2005-36 - Recorrente: ADRIANA ANTONIA BORTOLON - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.649

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

11 - Recurso: 342.473 (142.473 do ex3º CC) - Processo: 10950.000273/2005-91 - Recorrente: ADRIANA ANTONIA BORTOLON - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.650

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

12 - Recurso: 341.536 (141.536 do ex-3ºCC) - Processo: 13603.001137/2005-57 - Recorrente: FAZENDAS REUNIDAS MINAS GERAIS S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercícios: 2001, 2002.

Resolução nº: 2102-0.025

Decisão: Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

13 - Recurso: 342.513 (142.513 do ex-3ºCC) - Processo: 10680.018261/2005-41 - Recorrente: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Retirado de pauta. Recorrente desistiu do recurso para aderir ao parcelamento da Lei nº 11.491/2009.

14 - Recurso: 168.918 - Processo: 10166.011436/2006-99 - Recorrente: GILDO CORREA FERRAZ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.651

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA LIMA

15 - Recurso: 162.565 - Processo: 13876.000229/00-89 - Recorrente: JOÃO BATISTA AMANTEA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1995.

Acórdão nº: 2102-00.652

Decisão: Por unanimidade de votos, anular a decisão recorrida, determinando o envio dos autos para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para análise do pedido de restituição da CPSSS, nos termos do voto do Relator.

16 - Recurso: 162.381 - Processo: 10580.004615/2005-06 - Recorrente: WALLACE MOURA DOS SANTOS - Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Vistas para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relator: EWAN TELES AGUIAR

17 - Recurso: 161.019 - Processo: 10835.000001/99-16 - Recorrente: LUIZ GUEDES DEAK - Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.653

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

18 - Recurso: 163.400 - Processo: 10120.002587/2005-00 - Recorrente: VILMAR ARAÚJO DOS SANTOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.654

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

19 - Recurso: 161.023 - Processo: 10120.004674/2005-93 - Recorrente: GERACY BARBOSA DA SILVA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.655

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

20 - Recurso: 163.350 - Processo: 10166.005410/2006-10 - Recorrente: ELIANE MARIA NUNES GOMES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.Acórdão nº: 2102-00.656

Decisão: Por maioria de votos, DAR provimento parcial ao recurso para excluir a multa isolada do carnê-leão, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

DIA 17 DE JUNHO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

21 - Recurso: 343.715 (143.715 do ex-3ºCC) - Processo: 16045.000199/2005-11 - Recorrente: BOCAÍNA DESENVOLVIMENTO, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercícios: 2001, 2002.

Acórdão nº: 2102-00.657

Decisão: Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade do lançamento, indeferir o pedido de perícia e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

22 - Recurso: 343.789 (143.789 do ex-3ºCC) - Processo: 16045.000214/2005-12 - Recorrente: BOCAÍNA DESENVOLVIMENTO, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: DRJ-CAMPO GR ANDE/MS - Matéria: ITR - Exercícios: 2001, 2002.

Acórdão nº: 2102-00.658

Decisão: Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade do lançamento, indeferir o pedido de perícia e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

23 - Recurso: 344.159 (144.159 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720118/2007-35 - Recorrente: WALTER MACHADO DE VASCONCELOS - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.659

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

24 - Recurso: 344.157 (144.157 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720132/2007-39 - Recorrente: WALTER MACHADO DE VASCONCELOS - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.660

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

25 - Recurso: 344.158 (144.158 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720125/2007-37 - Recorrente: WALTER MACHADO DE VASCONCELOS - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.661

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

26 - Recurso: 341.557 (141.557 do ex-3ºCC) - Processo: 10820.001316/2005-31 - Recorrente: ANALTIVA SILVA JUNQUEIRA DE ANDRADE - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.662

Decisão: Por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, para reconhecer uma área de 74,0ha como de preservação permanente e 404,8ha como de utilização limitada, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que somente reconhecia a área de preservação permanente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

27 - Recurso: 344.256 (144.256 do ex-3ºCC) - Processo: 10820.001993/2006-31 - Recorrente: ANALTIVA SILVA JUNQUEIRA DE ANDRADE - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.663

Decisão: Por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, para reconhecer uma área de 74,0ha como de preservação permanente e 404,8ha como de utilização limitada, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que somente reconhecia a área de preservação permanente.

28 - Recurso: 151.024 - Processo: 10768.005753/2004-25 - Recorrente: LUCIO MANOEL DOS SANTOS PICANÇO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Exercícios: 2000, 2001, 2002, 2003.

Vistas para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

29 - Recurso: 344.427 (144.427 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720121/2007-59 - Recorrente: ADOLFO NILSON DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.664

Decisão: Por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reconhecer as áreas de preservação permanente de 1.507,50ha e de reserva legal 1.765,0ha, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

30 - Recurso: 344.428 (144.428 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720128/2007-71 - Recorrente: ADOLFO NILSON DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.665

Decisão: Por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reconhecer as áreas de preservação permanente de 1.507,50ha e de reserva legal 1.765,0ha, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

31 - Recurso: 344.429 (144.429 do ex-3ºCC) - Processo: 13609.720115/2007-00 - Recorrente: ADOLFO NILSON DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.666

Decisão: Por maioria de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reconhecer as áreas de preservação permanente de 1.507,50ha e de reserva legal 1.765,0ha, nos termos do voto da Relatora. Vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

32 - Recurso: 170.656 - Processo: 10860.001280/2004-39 - Recorrente: MANOEL MAURICIO FERRARI MENDES - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.667

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para alterar a despesa com instrução de R$ 380,00 para R$ 1.220,91, nos termos do voto do Relator.

33 - Recurso: 171.714 - Processo: 11610.003619/2006-16 - Recorrente: JOÃO LAURO PIRES VIEIRA DO AMARAL - Recorrida: 9ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.668

Decisão: Por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti que dava parcial provimento ao recurso por entender que a base de cálculo da infração seria o saldo do imposto apurado no ajuste anual.

34 - Recurso: 171.977 - Processo: 13404.000081/2006-41 - Recorrente: REGINALDO MANOEL DA SILVA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.669

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA LIMA

35 - Recurso: 162.732 - Processo: 10580.009421/2005-99 - Recorrente: JOÃO DONATO SOUZA RIBEIRO - Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.670

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

36 - Recurso: 162.945 - Processo: 10680.001259/2004-51 - Recorrente: VALÉRIO RODRIGUES CIPRIANO - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.671

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso voluntário, para julgar improcedente o lançamento do crédito tributário, em face do prévio pagamento, não reconhecendo, no ano-calendário 2001, qualquer direito a isenção, nos termos do voto do Relator.

Relator: EWAN TELES AGUIAR

37 - Recurso: 161.947 - Processo: 10235.000317/2004-88 - Recorrente: CARLOS PINTO PEREIRA - Recorrida: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 2001, 2002, 2003.

Vistas para a Conselheira Núbia Matos Moura.

38 - Recurso: 162.422 - Processo: 10280.004861/2003-72 - Recorrente: RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA ROSA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.672

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

39 - Recurso: 164.362 - Processo: 10410.001773/2004-77 - Recorrente: CLÁUDIA RAMIRO COSTA SAMPAIO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.673

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto do Relator.

40 - Recurso: 162.699 - Processo: 10425.001560/2004-86 - Recorrente: LUCINEIDE DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.674

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 17 DE JUNHO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

41 - Recurso: 342.117 (142.117 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.000607/2005-73 - Recorrente: CLÁUDIO GIANOTTI - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Resolução nº. 2102-0026

Decisão: Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora.

42 - Recurso: 343.933 (143.933 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720151/2007-23 - Recorrente: CLÁUDIO GIANOTTI - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.675

Decisão: Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de inconstitucionalidade suscitada e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso para restabelecer as áreas de preservação permanente (1.900,0 ha) e de reserva legal (1.989,0 ha) e reduzir o arbitramento do valor da terra nua para R$ 568.458,00, nos termos do voto da Relatora.

43 - Recurso: 343.931 (143.931 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720160/2007-14 - Recorrente: CLÁUDIO GIANOTTI - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2004.

Acórdão nº: 2102-00.676

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a preliminar de inconstitucionalidade suscitada e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

44 - Recurso: 343.932 (143.932 do ex-3ºCC) - Processo: 10670.720167/2007-36 - Recorrente: CLÁUDIO GIANOTTI - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.677

Decisão: Por unanimidade de votos, AFASTAR a preliminar de inconstitucionalidade suscitada e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

45 - Recurso: 343.376 (143.376 do ex-3ºCC) - Processo: 10909.002913/2006-94 - Recorrente: CONFLORESTA CIA. CATARINENSE DE EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Retirado de pauta. Recorrente desistiu do recurso para aderir ao parcelamento da Lei nº 11.491/2009.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

46 - Recurso: 342.209 (142.209 do ex-3ºCC) - Processo: 10835.002850/2003-34 - Recorrente: ANTONIO ARMELIN - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 1994.

Acórdão nº: 2102-00.678

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto do Relator.

47 - Recurso: 342.642 (142.642 do ex-3ºCC) - Processo: 13116.000645/2004-29 - Recorrente: ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS - Recorrida: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Vistas para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

48 - Recurso: 343.294 (143.294 do ex-3ºCC) - Processo: 10283.006361/2005-15 - Recorrente: ADELCIO NAVARRO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.679

Decisão: Por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, vencida a Conselheira Núbia Matos Moura que negava provimento ao recurso.

49 - Recurso: 343.295 (143.295 do ex-3ºCC) - Processo: 10283.006362/2005-51 - Recorrente: ADELCIO NAVARRO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.680

Decisão: Por unanimidade de votos, RECONHECER que a decadência extinguiu o crédito tributário, nos termos do voto da Relatora.

50 - Recurso: 343.322 (143.322 do ex-3ºCC) - Processo: 10283.006363/2005-04 - Recorrente: ADELCIO NAVARRO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.681

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

51 - Recurso: 172.795 - Processo: 13898.000210/2003-43 - Recorrente: PAULO APARECIDO DE SOUZA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.682

Decisão: Por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso interposto, nos termos do voto do Relator.

52 - Recurso: 173.749 - Processo: 16327.000134/00-70 - Recorrente: EDMOND ROUBEN - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercícios: 1996, 1997.

Acórdão nº: 2102-00.683

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

53 - Recurso: 173.200 - Processo: 13871.000245/2006-23 - Recorrente: DOUGLAS SIMÕES CASTRO - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.684

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA LIMA

54 - Recurso: 161.804 - Processo: 10725.000040/2007-14 - Recorrente: DÉSIO MANHÃES DE LIMA FILHO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Vistas para a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

55 - Recurso: 161.610 - Processo: 10730.001174/2007-83 - Recorrente: JOÃO LUIS RIBEIRO FRANCO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.685

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: EWAN TELES AGUIAR

56 - Recurso: 162.731 - Processo: 10510.001567/2003-58 - Recorrente: RISMAR SANTOS - Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.686

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para reconhecer o menor Igor Gabriel Soares Santos como dependente da Recorrente, nos termos do voto do Relator.

57 - Recurso: 163.091 - Processo: 10540.000408/2004-60 - Recorrente: EDIVALDO PASSOS SOUZA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.687

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

58 - Recurso: 161.276 - Processo: 10580.005883/2001-11 - Recorrente: EDUARDO ALVES DOS SANTOS - ESPÓLIO - Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IRPF - Exercício: 1997.

Acórdão nº: 2102-00.688

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto do Relator.

59 - Recurso: 160.871 - Processo: 10680.003822/2001-83 - Recorrente: MARIA CECÍLIA DE OLIVEIRA TELLES HORTA - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.689

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 18 DE JUNHO DE 2010, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

60 - Recurso: 343.292 (143.292 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.002148/2005-23 - Recorrente: CELULOSE IRANI S.A. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.690

Decisão: Por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso. Votam pelas conclusões os demais Conselheiros no tocante à manutenção da glosa da área de reserva legal, já que não consideram a averbação cartorária intempestiva como um óbice à fruição da isenção no âmbito do ITR.

61 - Recurso: 343.298 (143.298 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.001740/2005-16 - Recorrente: CELULOSE IRANI S.A. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Vistas para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

62 - Recurso: 343.278 (143.278 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.001330/2006-48 - Recorrente: CELULOSE IRANI S.A. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Vistas para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

63 - Recurso: 343.275 (143.275 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.002272/2007-51 - Recorrente: CELULOSE IRANI S.A. - Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR - Exercício: 2003.

Vistas para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

64 - Recurso: 342.615 (142.615 do ex-3ºCC) - Processo: 10725.001059/2005-16 - Recorrente: CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.691

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Realizou sustentação oral o Dr. Lauro de Oliveira Vianna, OAB-RJ nº 130.789.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

65 - Recurso: 342.503 (142.503 do ex-3ºCC) - Processo: 10283.000743/2005-27 - Recorrente: APLUB AGRO FLORESTAL AMAZÔNIA S.A. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.692

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

66 - Recurso: 342.596 (142.596 do ex-3ºCC) - Processo: 10283.000744/2005-71 - Recorrente: APLUB AGRO FLORESTAL AMAZÔNIA S.A. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.693

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

67 - Recurso: 341.664 (141.664 do ex-3ºCC) - Processo: 16045.000215/2005-67 - Recorrente: ACORB AGROPECUÁRIA S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.694

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

68 - Recurso: 342.416 (142.416 do ex-3ºCC) - Processo: 10925.001726/2005-12 - Recorrente: ADAMI S.A. MADEIRAS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Vistas para o Conselheiro Rubens Maurício Carvalho.

69 - Recurso: 341.879 (141.879 do ex-3ºCC) - Processo: 10945.002943/2005-83 - Recorrente: ADELAR JOSÉ MARAFON - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.695

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

70 - Recurso: 173.138 - Processo: 13855.002042/2005-99 - Recorrente: MÁRCIA LOPES URQUIZA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.696

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

71 - Recurso: 170.076 - Processo: 10680.005217/2008-13 - Recorrente: ARTALIDE LOPES CUNHA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2005.

Acórdão nº: 2102-00.697

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

72 - Recurso: 171.397 - Processo: 11080.006036/2004-11 - Recorrente: TADEU CARLOS DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.698

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA LIMA

73 - Recurso: 161.739 - Processo: 10730.003168/2005-07 - Recorrente: JOSÉ MARIA TIBÚRCIO BARROSO - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.699

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

74 - Recurso: 162.013 - Processo: 10805.001711/2001-89 - Recorrente: JOSÉ CLÁUDIO RODRIGUES DA SILVA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Acórdão nº: 2102-00.700

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: EWAN TELES AGUIAR

75 - Recurso: 162.371 - Processo: 10680.014146/2004-16 - Recorrente: ANNA LIESE PRATES - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.701

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

76 - Recurso: 161.593 - Processo: 10725.000078/2007-97 - Recorrente: MAILTON PEREIRA DA SILVA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Vistas para a Conselheira Núbia Matos Moura.

77 - Recurso: 162.525 - Processo: 10730.000574/2007-71 - Recorrente: ANTÔNIO AUGUSTO DE MENEZES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.702

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

78 - Recurso: 163.418 - Processo: 10730.000856/2003-45 - Recorrente: RAUL LIMA DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.703

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

DIA 18 DE JUNHO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

79 - Recurso: 343.141 (143.141 do ex-3ºCC) - Processo: 10073.000010/2005-68 - Recorrente: CID MAGALHÃES SILVA - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2000.

Acórdão nº: 2102-00.704

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

80 - Recurso: 343.230 (143.230 do ex-3ºCC) - Processo: 17883.000225/2005-93 - Recorrente: CID MAGALHÃES SILVA - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.705

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

81 - Recurso: 342.597 (142.597 do ex-3ºCC) - Processo: 10735.002759/2005-17 - Recorrente: CID RIBEIRO - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.706

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempto, nos termos do voto da Relatora.

82 - Recurso: 341.787 (141.787 do ex-3ºCC) - Processo: 18384.003013/2005-40 - Recorrente: BENEDITA PEREIRA DE SOUZA - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.707

Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR a nulidade suscitada e, no mérito, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

83 - Recurso: 342.479 (142.479 do ex-3ºCC) - Processo: 10735.002712/2005-45 - Recorrente: BERNARDO JOAQUIM BRANDÃO DE FIGUEIREDO - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.708

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

84 - Recurso: 341.533 (141.533 do ex-3ºCC) - Processo: 10073.001624/2005-67 - Recorrente: CELSO BARROS DE LALOR - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Acórdão nº: 2102-00.709

Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade e, no mérito, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

85 - Recurso: 344.433 (144.433 do ex-3ºCC) - Processo: 10235.001290/2005-21 - Recorrente: AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE S.A. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Resolução nº: 2102-0.027

Decisão: Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

86 - Recurso: 344.435 (144.435 do ex-3ºCC) - Processo: 10235.001294/2005-18 - Recorrente: AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE S.A. - Recorrida: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: ITR - Exercício: 2001.

Resolução nº: 2102-0.028

Decisão: Por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

87 - Recurso: 343.771 (143.771 do ex-3ºCC) - Processo: 10675.003092/2005-13 - Recorrente: ABC AGRICULTURA E PECUÁRIA S.A. - ABC A&P - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.710

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

88 - Recurso: 342.072 (142.072 do ex-3ºCC) - Processo: 10675.003087/2005-19 - Recorrente: ABC AGRICULTURA E PECUÁRIA S.A. - ABC A&P - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.711

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

89 - Recurso: 343.701 (143.701 do ex-3ºCC) - Processo: 16045.000216/2005-10 - Recorrente: BOCAÍNA DO SUL PARTICIPAÇÕES S.A - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MSDF - Matéria: ITR.

Acórdão nº: 2102-00.712

Decisão: Por unanimidade de votos, acolher a preliminar de nulidade da decisão recorrida, por cerceamento do direito de defesa, levantada de ofício pela Conselheira Relatora.

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

90 - Recurso: 172.401 - Processo: 13736.001005/2008-62 - Recorrente: RENATO LIMA PINTO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2007.

Acórdão nº: 2102-00.713

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

91 - Recurso: 171.365 - Processo: 11080.002606/2004-95 - Recorrente: MARIA BERENICE DA LUZ - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.714

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

92 - Recurso: 172.924 - Processo: 13830.000333/2006-10 - Recorrente: BENEDITO ANTONIO FREIRE - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.715

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Relator: CARLOS ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA LIMA

93 - Recurso: 160.839 - Processo: 10830.008822/2003-71 - Recorrente: MARIA MADALENA DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.716

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

94 - Recurso: 162.095 - Processo: 13657.000759/2005-32 - Recorrente: ILDO SOARES DE LIMA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.717

Decisão: Por unanimidade de votos, DAR parcial provimento ao recurso para: (a) reconhecer a isenção dos rendimentos pagos pela PETROS de agosto de 2002 a dezembro de 2002; (b) não conhecer do recurso voluntário na parte que se refere ao recurso do Agravo de Petição nº 1992199406602028, em tramitação na 66ª Vara do Trabalho de São Paulo, por renúncia à instância administrativa, nos termos do voto do Relator.

95 - Recurso: 162.990 - Processo: 13002.000184/2004-71 - Recorrente: CARLOS ITAMAR RESSMANN - Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.718

Decisão: Por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por renúncia a instância administrativa em decorrência de pedido de parcelamento, nos termos do voto do Relator.

Relator: EWAN TELES AGUIAR

96 - Recurso: 162.989 - Processo: 10768.003321/2006-41 - Recorrente: ANTONIO RODRIGUES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ - Matéria: IRPF - Exercício: 2002.

Acórdão nº: 2102-00.719

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

97 - Recurso: 163.316 - Processo: 10820.002130/2005-08 - Recorrente: CONCEIÇÃO TORRES LOPES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 2003.

Acórdão nº: 2102-00.720

Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

98 - Recurso: 152.646 - Processo: 10830.009646/2003-94 - Recorrente: JÚLIO CESAR DE CAMPOS - ESPÓLIO - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1993.

Vistas para o Conselheiro Giovanni Christian Nunes Campos.

99 - Recurso: 161.254 - Processo: 10830.009664/2002-95 - Recorrente: ROGÉRIO FERRAZ DE OLIVEIRA - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO II/SP - Matéria: IRPF - Exercício: 1999.

Vistas para a Conselheira Núbia Matos Moura.

Finalmente, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme eu Maria Aparecida Pereira dos Santos, Chefe da Secretaria da Câmara, assino com o Presidente.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

ATA DA 146ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2011

Pauta publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2011, Seção I, páginas 25/26.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 24º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 10h00 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pelo Sr. Presidente, Dr. Francisco Teixeira de Almeida, tendo como Secretária-Executiva a Sra. Theresa Christina Cunha Martins. Presentes pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Drs. Maria Eli Trachtenberg e Agostinho do Nascimento Netto.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Francisco Teixeira de Almeida, Raquel Passareli de Souza Toledo de Campos, Maria da Glória Faria, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Francisco Alves de Souza e Claudio Carvalho Pacheco. Ausência justificada da representação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

2.2 - LEITURA E APROVAÇÃO DE ATAS - Foi aprovada a Ata da 145ª sessão.

2.3 - RECURSOS A SEREM SORTEADOS PARA RELATOR E REVISOR:

RECURSO Nº 4740 - Processo SUSEP nº 15414.003683/2005-85 - Recorrente: Viagens Internacionais - Comércio de Serviços de Assistência ao Viajante Ltda.; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4802 - Processo SUSEP nº 15414.001648/2005-21 - Recorrente: União Previdenciária Cometa do Brasil - COMPREV; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra;Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4842 - Processo SUSEP nº 15414.001798/2005-35 - Recorrente: Inácio Chevalier Junior ex - Diretor da Valor Capitalização S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Claudio Carvalho Pacheco.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RECURSO Nº 4864 - Processo SUSEP nº 15414.100651/2006-16 - Recorrente: Itaú Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4868 - Processo SUSEP nº 15414.200140/2004-23 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4886 - Processo SUSEP nº 15414.004835/2003-03 - Recorrente: Sociedade Auxiliadora; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4892 - Processo SUSEP nº 15414.001659/2007-73 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4896 - Processo SUSEP nº 15414.101015/2002-70 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4906 - Processo SUSEP nº 15414.003895/2004-81 - Recorrente: Sabemi Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Pedro Lúcio Lyra; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4908 - Processo SUSEP nº 15414.100841/2004-63 - Recorrente: Brasil Veículos Companhia de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha;Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 4920 - Processo SUSEP nº 15414.200196/2005-69 - Recorrente: Sabemi Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5012 - Processo SUSEP nº 15414.001855/2004-03 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5014 - Processo SUSEP nº 15414.001136/2007-27 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5016 - Processo SUSEP nº 15414.004692/2003-21 - Recorrente: Bradesco Capitalização S.A; Conselheiro (a) Relator (a): Claudio Carvalho Pacheco; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5020 - Processo SUSEP nº 15414.005349/2006-47 - Recorrente: Federal Vida e Previdência S.A.; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5024 - Processo SUSEP nº 15414001813/2007-15 - Recorrente: APLUB Previdência Privada; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5028 - Processo SUSEP nº 15414.003954/2007-64 - Recorrente: SABEMI Previdência Privada; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5054 - Processo SUSEP nº 15414.100441/2005-39 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A.; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

RECURSO Nº 5062 - Processo SUSEP nº 15414.200063/2005-92 - Recorrente: Bradesco AUTO/RE Companhia de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto;Conselheiro (a) Revisor (a): Pedro Lúcio Lyra.

2.4 - JULGAMENTO - Foi realizado o julgamento dos recursos constantes da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 0823 - Processo SUSEP nº 15414.001425/98-47 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não informar o prazo de diferimento nas propostas nºs. 21745, 21746, 21953 e 20719, subscritas pelo Sr. Luiz Russo. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 775,90. BASE LEGAL: Art. 29, inciso III do Decreto nº 81.402/78. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3078/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, preliminarmente, enfrentar a questão relativa a admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por unanimidade, conhecer o recurso em face da determinação contida na Súmula Vinculante nº 21, do E. Supremo Tribunal Federal. Vencida a preliminar decidem, por unanimidade, negar provimento ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada já que o aludido Plano T previa a concessão de uma renda mensal por sobrevivência, após um prazo de diferimento não determinado na Proposta de Inscrição. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 0946 - Processo SUSEP nº 005-00490/99 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Negar pagamento integral de indenização de seguro de vida em grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3079/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em face da sua intempestividade. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pelo não conhecimento do recurso. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 1081 - Processo SUSEP nº 005-00761/99 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização relativa a seguro de vida, estando o prêmio quitado. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3080/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP para retirar o aumento aplicado como reincidência e determinar a devolução da importância recolhida a maior como garantia recursal. A representação da FENACOR negou provimento ao recurso. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 1331 - Processo SUSEP nº 10.003490/99-81 - II volumes - Recorrente: Vera Cruz Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item 1 - contabilizar prêmios no Registro de Cobrança de Apólices (RDC) em data diferente daquela em que o prêmio foi efetivamente quitado; e Item 3 - indenizar sinistros sem o preenchimento de documento essencial. PENALIDADE: Multas no valor de R$ 2.676,31 para cada item. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3081/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Vera Cruz Seguradora S.A., uma vez que a materialidade das infrações está devidamente comprovada nos autos e a Recorrente não trouxe argumentos que descaracterizassem as infrações cometidas.

RECURSO Nº 1508 - Processo SUSEP nº 15414.200172/2002-67 - Recorrente: Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não atender à exigência formulada pela Autarquia no ofício SUSEP/DEFIS/GEFIS Nº 115/02. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 52.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3082/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros, pois está evidenciado o não atendimento da solicitação feita pela Autarquia Fiscalizadora. Num contexto de atividade regulada, não parece razoável que, havendo solicitado dilação por mais dez dias do prazo assinalado no ofício em comento, a Recorrente só tenha atendido a solicitação da SUSEP depois de 44 (quarenta e quatro) dias, sob o argumento de que estava aguardando a manifestação daquela Autarquia ao seu pedido de dilação de prazo, como se o atendimento da solicitação estivesse condicionado a uma manifestação desta a respeito de uma dilação solicitada pelo Administrado. A concessão de dilação de prazo ou uma nova intimação para o cumprimento de determinada solicitação não produz efeitos de novação da determinação original pendente de cumprimento, de sorte que aguardar uma nova manifestação da Administração Pública quanto à dilação do prazo para então se cumprir a determinação é uma postura que oscila entre a inocuidade (na hipótese de negativa à dilação solicitada) e o desperdício de tempo (na hipótese de concessão da dilação, que sempre será mera extensão do prazo originalmente estipulado, e não contado da data da ciência da concessão da dilação). Presente o advogado Dr. Juraí Alves Monteiro que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 1564 - Processo SUSEP nº 10.004202/01-57 - II volumes - Recorrente: Bemge Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item 1 - não atender a solicitação da Autarquia; Item 2 - possuir nota de seguro lançada fora da competência; e Item 3 - apresentar diferença entre o valor lançado no DSH e os constantes do RPE. PENALIDADE: Multas no valor de R$ 15.057,84, R$ 1.676,31 e R$ 7.028,92, respectivamente. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 e art. 177 da Lei nº 6.404/76. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3083/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Bemge Seguradora S.A. para excluir agravamento de pena por reincidência relativa ao item 1 e para aplicar a regra do art. 34, § 1º, inciso III,c/c § 2º, alínea "a", in fine, das Normas Anexas à Resolução CNSP nº 14/95 a todos os itens. A representação da FENACOR votou pela concessão das atenuantes, mas manteve a reincidência aplicada ao item 1. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 2011 - Processo SUSEP nº 10.005621/01-15 - Recorrente: Creficap Capitalização S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não enviar à Autarquia o termo de compromisso do FIP do mês de agosto de 2001. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 9.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3084/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Creficap Capitalização S.A. no sentido de conceder a atenuante prevista no inciso III do art. 53 da Resolução CNSP nº 60/2001, visto que o Termo de Compromisso foi entregue em data anterior ao julgamento de primeira instância administrativa. A representação da FENASEG, considerando que é de conhecimento comum e observado em documentos que fazem parte de outros autos deste Conselho que os carimbos de protocolo são apostos sempre na carta ou ofício recebidos, não sendo habitual que os anexos a esses expedientes sejam também carimbados um a um; considerando que o carimbo na primeira folha do expediente e, por si só, suficiente; considerando que a sociedade jamais poderá provar que fez a entrega; considerando que a administração, em que pese sua fé pública, jamais poderá provar que não o recebeu; e considerando o princípio do in dúbio pro reo deu provimento ao recurso.

RECURSO Nº 2031 - Processo SUSEP nº 15414.006112/2002-50 - Recorrente: Companhia de Seguros Minas Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item 1 - efetuar escrituração dos sinistros pagos no ramo 66 sem observar o mês de competência; Item 2 - não equivalência entre os números dos dossiês registrados nos documentos de prestação de contas do seguro habitacional e a de sinistros lançados no registro oficial de sinistros pagos; e Item 3 - lançar desembolso com sinistros no ramo 66 sem a devida comprovação documental de origem e sem apresentação de recibos e comprovantes bancários. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00 para cada item. BASE LEGAL: Art. 177 da Lei nº 6.404/76 e art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3085/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da Companhia de Seguros Minas Brasil, uma vez que no presente caso os erros apontados nos itens 1 e 2 do auto de infração se referem a um único livro contábil, que é o "Registro de Sinistros Pagos". Logo, os itens 1 e 2 do auto de infração compõem uma única infração, devendo ambos serem agregados e resultando na aplicação de uma única multa. Em relação ao item 3 foi mantida a penalidade, nos termos da decisão recorrida. Presente o advogado Dr. Juraí Alves Monteiro que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 2226 - Processo SUSEP nº 006-00371/00 - Recorrente: Marítima Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3086/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Marítima Seguros S.A. no sentido de excluir o aumento da pena por reincidência. A representação da FENACOR negou provimento ao recurso e manteve a aplicação da reincidência, tendo em vista que esta não foi suscitada na peça recursal. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 2589 - Processo SUSEP nº 006-00215/99 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Atrasar pagamento de indenização e do seu pagamento a menor em seguro de penhor rural. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3087/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, amparados no parecer da Douta Representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional neste Conselho (fl.138), nos termos do art. 50, § 1º da Lei nº 9.784/99. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 2615 - Processo SUSEP nº 010-000126/99 - Recorrente: Federal de Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Demora no pagamento da indenização e indeni-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

zação a menor. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3088/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Federal de Seguros S.A. para retirar o aumento aplicado como reincidência e determinar a devolução da importância recolhida a maior como garantia recursal. A representação da FENACOR negou provimento ao recurso, visto que restou plenamente configurada a materialidade da infração já que o aviso de sinistro se deu em 16 de setembro de 1998 e os recibos de quitação estão datados de 10 e 17 de setembro de 1999, ou seja, um ano após o pedido do beneficiário. Com relação a reincidência apurada, a representação entende que pode ser reconhecida de ofício pelo órgão julgador, sem que haja violação ao princípio da ampla defesa. Na havia, também, à época, qualquer exigência no sentido de que a intimação para apresentar defesa inicial, ou ainda, que os atos iniciais do processo administrativo consignassem eventual reincidência existente nos registros cadastrais das pessoas físicas e jurídicas sujeitas à fiscalização da SUSEP. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 3050 - Processo SUSEP nº 15414.002471/2004-08 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não enviar, no prazo estabelecido, os dados referentes aos seguros de vida em grupo e acidentes pessoais para a Tábua Biométrica. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 32.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3089/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Caixa Seguradora S.A., vez que não há vício que macule a decisão atacada, visto ser ela fruto do adequado exercício do poder de polícia da SUSEP, e a materialidade da infração se encontra plenamente configurada, a teor do contido no documento de fls. 2 e no parecer técnico de fls.7/8. Em relação ao pedido de expurgo da reincidência, a Recorrente não apresenta argumentos suficientes para tanto, considerando, ainda, que o processo paradigma consta da própria Representação. Presente o advogado Dr. Juraí Alves Monteiro que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 3089 - Processo SUSEP nº 15414.003087/2003-33 - Recorrente: Global Capitalização S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item 1 - a sociedade não possui os Registros Obrigatórios determinados pela Circular SUSEP nº 226/2003; e Item 2 - Não atender à solicitação de documentos efetuada através do Ofício SUSEP/DEFIS/GEFIP Nº 29-02/03. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 9.000,00 para o item 1 e R$ 52.000,00 para o item 2. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3090/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Global Capitalização S.A., em face da sua intempestividade. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 3167 - Processo SUSEP nº 15414.005558/2002-67 - Recorrente: Vera Cruz Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não cumprir os compromissos resultantes de contratos de seguros. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3091/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, preliminarmente, enfrentar a questão relativa à admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por unanimidade, conhecer o recurso, em virtude do teor da Carta SUSEP/DEFIS/GFRSP nº 39/05, que concedeu suspensão do prazo recursal entre o dia 20 de dezembro de 2004 a 4 de janeiro de 2005. Muito embora o Senhor Coordenador da Gerência Regional de Fiscalização no Estado de São Paulo não possuísse (e nem possui) poderes normativos para conceder a dita suspensão do prazo, não se pode ignorar que a sua manifestação tem o condão de induzir o Administrado em errar o prazo recursal e, via de consequência, prejudicar o exercício do direito de recorrer titularizado por este último. Vencida a preliminar decidem, por unanimidade, dar provimento ao recurso da Vera Cruz Seguradora S.A. visto que a Recorrente trouxe aos autos o termo aditivo firmado com a estipulante, no qual consta a alteração na taxa do seguro. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 3173 - Processo SUSEP nº 15414.002003/97-81 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 32.115,68. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3092/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Bradesco Seguros S.A. no sentido de excluir o aumento da pena por reincidência. A representação da FENACOR negou provimento ao recurso e manteve a aplicação da reincidência. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 3188 - Processo SUSEP nº 15414.002433/2002-85 - Apenso Processo SUSEP nº 005-00024/00 - Recorrente: UNIPREV - União Previdenciária; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagar pecúlio ao participante quando completado o tempo de contribuição. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,31. BASE LEGAL: § 3º do art. 22 do Decreto nº 81.402/78. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3093/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da UNIPREV - União Previdenciária, tendo em vista que a Entidade deveria ter percebido o término do prazo de diferimento e sustado a emissão de novos boletos, providenciando o pagamento do benefício.

RECURSO Nº 3478 - Processo SUSEP nº 15414.100232/2004-12 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não atendimento às cartas SUSEP/DEFIS/GRFSP Nºs. 3275/03 e 215/04. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 52.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3094/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, preliminarmente, enfrentar a questão relativa a admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por unanimidade, conhecer o recurso em face da determinação contida na Súmula Vinculante nº 21, do E. Supremo Tribunal Federal. Vencida a preliminar decidem, por unanimidade, negar provimento ao recurso do Unibanco AIG Seguros S.A., tendo em vista que a Recorrente não só deixou de cumprir o pedido inicial da Autarquia, como, também, a própria reiteração que lhe foi encaminhada, conforme asseverado pela fiscalização no ato inaugural. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pelo conhecimento do recurso e seu desprovimento.

RECURSO Nº 3547 - Processo SUSEP nº 15414.200133/2003-41 - Recorrente: Extra Club Administração e Serviços S/C Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não recolher prêmios recebidos, na soma de R$ 341.207,99, no período entre março de 2002 e março de 2003. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 682.212,18. BASE LEGAL: § 4º do art. 21 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3095/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso do Extra Club Administração e Serviços S/C Ltda., posto que está plenamente comprovado o não recolhimento do valor dos prêmios pela estipulante. A celebração de um acordo com a seguradora para recebimento parcelado daquele valor é prova mais que cabal. A estipulante recebeu os prêmios e não os recolheu nos prazos devidos, vindo inclusive a fazer acordo para parcelar o montante do débito.

RECURSO Nº 3711 - Processo SUSEP nº 15414.000790/2004-71 - II volumes - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não atender à carta SUSEP/DETEC/GEPEP/DIPLA/Nº 107/2004. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 12.000,00. BASE LEGAL: § 3º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3096/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, preliminarmente, enfrentar a questão relativa à admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por unanimidade, pelo conhecimento do recurso, uma vez que o Conselho Diretor da SUSEP o apreciou, embora tenha sido apresentado a destempo. Vencida a preliminar decidem, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Companhia Mutual de Seguros visto que dúvida não há de que a Recorrente não atendeu a solicitação da SUSEP, o que representa incontestavelmente uma infração.

RECURSO Nº 3811 - Processo SUSEP nº 005-00426/01 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Valor pago a menor ao participante. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3097/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada, já que a materialidade da infração está cabalmente comprovada e a recorrente não trouxe aos autos argumentos suficientes que a descaracterizassem. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 3845 - Processo SUSEP nº 005-00634/01 - II volumes - Recorrente: Marco Antônio Prieto Wruck - corretor de seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagar prêmio à seguradora, ocasionando o cancelamento da apólice e a não cobertura do sinistro ocorrido. PENALIDADE: Cancelamento do registro. BASE LEGAL: Art. 127 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3098/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso de Marco Antônio Prieto Wruck - corretor de seguros, por ser intempestivo. Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 3899 - Processo SUSEP nº 15414.003036/2005-73 - Recorrente: Previcorp Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não atender exigência feita pela Autarquia contida na carta SUSEP/DETEC/GERES/DIVIP/Nº 162/05. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 12.000,00. BASE LEGAL:§ 3º, art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3099/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Previcorp Previdência Privada, tendo em vista que a entidade efetivamente não atendeu à correspondência da SUSEP que solicitava expressamente o envio do teste de consistência referente à POR. Ela própria reconhece isso e dá explicações de por que não o fez.

RECURSO Nº 3920 - Processo SUSEP nº 15414.002768/2005-46 - Recorrente: Newprev Previdência Privada S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Apresentar no mês de maio de 2005, Patrimônio Líquido Ajustado inferior ao Capital Mínimo Exigido. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 17.000,00. BASE LEGAL: Arts. 5º e 74 c/c o inciso III do art. 37 da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3100/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Newprev Previdência Privada S.A., em face da sua intempestividade.

RECURSO Nº 4003 - Processo SUSEP nº 006-00032/00 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Valor pago a menor ao participante. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3101/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada, apenas para excluir a reincidência. A representação da FENACOR negou provimento ao recurso. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto. Ausente a representação da FENAPREVI.

RECURSO Nº 4050 - Processo SUSEP nº 15414.100534/2004-82 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 36.000,00. BASE LEGAL: § 1º do art. 5º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3102/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros, uma vez que cabe reparo à decisão quanto ao agravamento de pena por reincidência, visto que os paradigmas apontados não foram informados à ora Recorrente em tempo hábil para que a mesma pudesse se manifestar sobre a pertinência do mesmo, ensejando assim uma violação ao princípio constitucional do contraditório. Como remédio à inobservância do princípio constitucional enunciado, cabe a exclusão do agravamento de pena. Por outro lado, a Recorrente é merecedora da circunstância atenuante prevista no art. 53, inciso III da Resolução CNSP nº 60/2001, por ter comprovado, antes do julgamento de 1ª instância, o pagamento da indenização às beneficiárias. As representações da FENACOR e SUSEP votaram pela concessão da atenuante, mas mantiveram a reincidência. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RECURSO Nº 4175 - Processo SUSEP nº 15414.000964/2006-67 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Enviar FIP referente ao mês de novembro de 2005 com dados incorretos. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 7.000,00. BASE LEGAL: Art. 40, caput, e artigos 5º e 74 da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3103/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento ao recurso Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL, visto que a fiscalizada providenciou a recarga do FIP voluntariamente, sem qualquer ato anterior da Autarquia e nenhum dano à ação fiscalizadora da SUSEP, posto que, no presente caso, o pedido de recarga foi feito em 24 de janeiro de 2006 e a representação lavrada em 10 de março de 2006. Presente o advogado Dr. Danilo Nuñez que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto. Participou do julgamento o Conselheiro Titular da FENAPREVI, Dr. Francisco Alves de Souza.

RECURSO Nº 4480 - Processo SUSEP nº 15414.003339/2006-77 - Recorrente: Metlife Vida e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Realizar operações compromissadas com empresa a ela coligada. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.000,00. BASE LEGAL: Inciso III do art. 32 e art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 3104/11. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Metlife Vida e Previdência S.A. pois no Regulamento do Fundo está permitida a aplicação de até 10% do patrimônio líquido em títulos e valores mobiliários de emissão da própria administradora, o que não é permitido pela Resolução CNSP nº 98/02.

2.5 - ASSUNTOS GERAIS:

2.5.1 - Os recursos nº 1153 - Processo SUSEP nº 10.002008/99-87 e 1180 - Processo SUSEP nº 10.004841/01-86 tiveram seus julgamentos adiados em vista da ausência do relator.

2.5.2 - Foram retirados de pauta os recursos 3454 - Processo SUSEP nº 005-00709/01 e 3516 - Processo SUSEP nº 005-00274/98, a pedido do Conselheiro Relator.

2.5.3 - A pedido do Conselheiro Relator o julgamento do recurso nº 3795 - Processo SUSEP nº 10.003203/01-84 foi adiado.

2.5.4 - Por impedimento da Conselheira representante da SUSEP foi adiado o julgamento do recurso nº 4022 - Processo SUSEP nº 15414.003152/2003-21.

2.5.5 - A Conselheira Relatora do recurso nº 4294 - Processo SUSEP nº 10.000739/01-48 solicitou vistas do processo para exame dos efeitos da adequação do contrato.

2.5.6 - A pedido do Conselheiro Revisor o recurso nº 4306 - Processo SUSEP nº 15414.003867/2004-64 e Apensos teve seu julgamento adiado.

2.5.7 - O recurso nº 4325 - Processo SUSEP nº 15414.200270/2004-66 foi retirado de pauta por solicitação da Conselheira Relatora.

2.5.8 - Em virtude da ausência da Conselheira Relatora o recurso nº 4487 - Processo SUSEP nº 15414.004148/2006-22 não foi julgado.

2.5.9 - A pedido da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o recurso nº 4470 - Processo SUSEP nº 15414.100749/2004-01 foi retirado de pauta para exame do mérito, tendo em vista que na data da intimação, do recebimento e da interposição do recurso já vigorava a Lei Complementar nº 126/07.

.5.10 - Foi iniciado o julgamento do recurso nº 4531 - Processo SUSEP nº 15414.200098/2002-89 e as representações da FENASEG, FENACOR e Ministério da Fazenda votaram pelo provimento do recurso. A representação da SUSEP pediu vistas do processo. Presente o advogado Dr. Juraí Alves Monteiro que sustentou oralmente em favor da recorrente. Ausente a representação da FENAPREVI.

2.5.11 - Não foi julgado o recurso nº 4683 - Processo SUSEP nº 15414.100680/2004-16 por solicitação do Conselheiro Relator.

2.6 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 145ª (centésima quadragésima sexta) Sessão Pública de Julgamento, pelo Presidente, e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária-Executiva lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente, Procuradores da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2011.
FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente

MARIA ELI TRACHTENBERG
Procuradora da Fazenda Nacional

AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO
Procurador da Fazenda Nacional

RAQUEL PASSARELI DE SOUZA TOLEDO DE CAMPOS
Conselheira

MARIA DA GLÓRIA FARIA
Conselheira

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

FRANCISCO ALVES DE SOUZA
Conselheiro

CLAUDIO CARVALHO PACHECO
Conselheiro

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

PAUTA DE JULGAMENTO DA 153ª SESSÃO A SER REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2011

Pauta de Julgamento de Recursos da 153ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, localizada na Av. Presidente Vargas, 730, 24º andar - sala 2 - Centro - Rio de Janeiro.

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 10h.

01)RECURSO Nº 1426 - Processo SUSEP nº 10.006905/01-38 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança da Bahia; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

02)RECURSO Nº 1627 - Processo SUSEP nº 15414.001663/2002-27 - Recorrente: AIG Brasil Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

03)RECURSO Nº 2896 - Processo SUSEP nº 10.005998/01-83 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

04)RECURSO Nº 3148 - Processo SUSEP nº 10.003690/99-71 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

05)RECURSO Nº 3258 - Processo SUSEP nº 010-00195/00 - Recorrente: Real Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

06)RECURSO Nº 3377 - Processo SUSEP nº 10.000859/99-11 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

07)RECURSO Nº 3390 - Processo SUSEP nº 15414.006151/98-09 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

08)RECURSO Nº 3402 - Processo SUSEP nº 15414.002828/2003-69 - apenso Processo SUSEP nº 004-00167/98 - Recorrente: União Previdenciária Cometa do Brasil - COMPREV; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Relator de Vistas: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

09)RECURSO Nº 3436 - Processo SUSEP nº 15414.001901/97-21 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

10)RECURSO Nº 3565 - Processo SUSEP nº 15414.000273/98-65 - II volumes - Recorrente: UNIPREV União Previdenciária; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

11)RECURSO Nº 3626 - Processo SUSEP nº 15414.002609/98-15 - II volumes - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

12)RECURSO Nº 3742 - Processo SUSEP nº 10.003918/99-87 - II volumes - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

13)RECURSO Nº 3815 - Processo SUSEP nº 010-00050/99 - Recorrente: Sabemi Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

14)RECURSO Nº 4022 - Processo SUSEP nº 15414.003152/2003-21 - Recorrente: Icatu Hartford Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

15)RECURSO Nº 4237 - Processo SUSEP nº 15414.002354/2006-06 - Recorrente: APS Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

16)RECURSO Nº 4306 - Processo SUSEP nº 15414.003867/2004-64 - Apensos Processos SUSEP nºs 15414.001615/2004-09 - recurso nº 4311, 15414.002558/2004-77 - recurso nº 4341, 15414.003516/2004-53 - recurso nº 4342, 15414.002955/2003-68 - recurso nº 4348, 15414.001276/2004-52 - recurso nº 4349, 15414.001369/2004-87 - recurso nº 4351, 15414.001365/2004-07 - recurso nº 4353, 15414.002555/2004-33 - recurso nº 4355, 15414.002967/2004-73 - recurso nº 4356, 15414.002546/2004-42 - recurso nº 4358, 15414002550/2004-19 - recurso nº 4359, 15414.001155/2004-19 - recurso nº 4360, 15414.003358/2004-31 - recurso nº 4361, 15414.001367/2004-98 - recurso nº 4362, 15414.002021/2004-15 - recurso nº 4363, 15414.002125/2004-11 - recurso 4364, 15414.002556/2004-88 - recurso nº 4365, 15414.002559/2004-11 - recurso nº 4366, 15414.002531/2004-84 - recurso nº 4367, 15414.003853/2004-41 - recurso nº 4370, 15414.003862/2004-31 - recurso nº 4371, 15414.003850/2004-15 - recurso nº 4372, 15414.002023/2004-04 - recurso nº 4373, 15414.001645/2004-15 - recurso nº 4374, 15414.002523/2004-38 - recurso nº 4375, 15414.001163/2004-57 - recurso nº 4391, 15414.001370/2004-10 - recurso nº 4392, 15414.002530/2004-30 - recurso nº 4393, 15414.004081/2004-64 - recurso nº 4394; 15414.001156/2004-55 - recurso nº 4402; 15414.004136/2004-36 - recurso nº 4409, 15414.002605/2004-82 - recurso nº 4410, 15414.002476/2004-22 - recurso nº 4411, 15414.002557/2004-22 - recurso nº 4412, 15414.002478/2004-11 - recurso nº 4501, 15414.002124/2004-77 - recurso nº 4584, 15414.002452/2004-73 - recurso nº 4585, 15414.002240/2004-96 - recurso nº 4586, 15414.002022/2004-51 - recurso nº 4604, 15414.002549/2004-86 - recurso nº 4606, 15414.002524/2004-82 - recurso nº 4607, 15414.002548/2004-31 - recurso nº 4608, 15414.003547/2004-12 - recurso nº 4609, 15414.001364/2004-54 - recurso nº 4635, 15414.002529/2004-13 - recurso nº 4651, 15414.003515/2004-17 - recurso 4248, 15414.001368/2004-32 - recurso 4253, 15414.002525/2004-27 - recurso 4308, 15414.002553/2004-44 - recurso 4352 e 15414.000147/2005-28 - recurso 5060 - Recorrente: Sul América Capitalização S.A. - SULACAP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima; Relator de Vistas: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

17)RECURSO Nº 4314 - Processo SUSEP nº 15414.006616/98-22 - III volumes - Recorrente: Rural Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

18)RECURSO Nº 4325 - Processo SUSEP nº 15414.200270/2004-66 - Recorrente: Vida Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

19)RECURSO Nº 4344 - Processo SUSEP nº 10.003757/99-40 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

20)RECURSO Nº 4381 - Processo SUSEP nº 15414.004202/2003-97 - Recorrente: UNIPREV - União Previdenciária; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

21)RECURSO Nº 4396 - Processo SUSEP nº 10.004952/01-47 - II volumes - Recorrente: AGF Brasil Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

22)RECURSO Nº 4403 - Processo SUSEP nº 15414.100483/2004-99 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

Observação:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1) Segundo o disposto no § 3º, do artigo 18 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto Nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, "nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

2) Em relação aos processos incluídos na pauta de julgamento acima, o Senhor Conselheiro Presidente do CRSNSP proferiu o seguinte despacho: "Para melhor planejamento dos trabalhos a serem realizados durante a sessão de julgamento designada para o dia 6 de outubro de 2011, e tendo em vista o expressivo número de processos incluídos em pauta, DETERMINO, nos termos do art. 7º, incisos I, II e XII do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto Nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, que os recorrentes ou representantes legais que desejarem fazer sustentação oral durante a sessão de julgamento encaminhem o correspondente pedido de inscrição à Secretaria-Executiva do CRSNSP até o dia 5 de outubro de 2011".

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2011.
FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.195, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.073, de 1º de outubro de 2010, que dispõe sobre o controle aduaneiro informatizado da movimentação e Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.965, de 31 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Os arts. 4º, 16, 25, 29, 33 e 37 da Instrução Normativa RFB nº 1.073, de 1º de outubro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º.....

.....

XI - cheques e traveller's cheques, independentemente do valor, quando remetidos ou recebidos por instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, para cobrança ou liquidação internacional.

.....

§2º.....

.....

II - bens usados ou recondicionados, exceto os destinados a uso ou consumo pessoal;

.....

IV - moeda corrente;

.....

§ 3º A empresa de transporte expresso internacional deverá verificar no sítio do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço <http://www.bcb.gov.br/?IAMCIFO>, antes de contratar seus serviços em relação ao despacho previsto no inciso XI do caput, se as instituições que pretendem receber ou enviar essas remessas contendo cheques e traveller´s cheques estão autorizadas a operar no mercado de câmbio.

§ 4º Para fins do disposto no inciso II do § 2º:

I - a caracterização de bens como de uso ou consumo pessoal deverá observar a definição da legislação específica sobre bagagem;

II - a restrição não se aplica quando se tratar de bens importados em retorno após exportação temporária, nos termos do inciso VIII do caput." (NR)

"Art.16.....

.....

§ 4º Nos termos da legislação em vigor, não incidem tributos sobre os bens de que tratam os incisos I, VI, VII, VIII e XI do caput do art. 4º desta Instrução Normativa.

....." (NR)

"Art.25.....

.....

§ 4º O registro da DIRE será cancelado pela fiscalização aduaneira nos casos de remessas:

I - baixadas no manifesto eletrônico, exceto se ficar comprovado que a mercadoria declarada ingressou no País; e

II - atracadas para serem despachadas com base em outro tipo de declaração de importação." (NR)

"Art.29.....

.....

§ 5º Quando a DIRE for selecionada automaticamente pelo sistema, a fiscalização aduaneira poderá dispensar a verificação da mercadoria nos seguintes casos:

I - devolução ao exterior decorrente da não liberação de outros órgãos ou agências da Administração Pública Federal;

II - atracação, quando não aplicado o tratamento de remessa expressa; e

III - remessas aguardando manifestação de outros órgãos ou agências da Administração Pública Federal, quando decorridos mais de 60 (sessenta) dias." (NR)

"Art.33.....

.....

§ 5º Nas operações previstas no inciso XI do caput do art. 4º, para fins de controle aduaneiro, deverá:

I - ser informado, na respectiva declaração, tratar-se de operação de remessa de cheques e traveller´s cheques não tributável;

II - na importação, ser o destinatário instituição autorizada a operar no mercado de câmbio;

III - na exportação, ser o remetente instituição autorizada a operar no mercado de câmbio; e

IV - haver elementos de identificação ostensiva nos volumes." (NR)

"Art.37.....

.....

§ 5º Para fins do disposto no § 3º, poderá ser dispensada a informação no sistema REMESSA, a critério da unidade local, nos casos em que não for possível o registro da DIRE, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - a remessa será retida mediante preenchimento do formulário constante do Anexo VII e submetida à fiscalização para despacho por meio de DRE-E, para que se proceda a sua regular devolução ao exterior;

II - cumprirá à fiscalização aduaneira registrar a baixa da remessa, indicando o número da respectiva DRE-E:

a) no formulário constante do Anexo VII; e

b) de forma complementar, quando a operação for registrada no sistema REMESSA, por meio das funcionalidades "Controle de Divergências" e "Registro Abandono." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Divulga o valor do dólar dos Estados Unidos da América para efeito da apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, no mês de outubro de 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, declara:

Artigo único. Para efeito da apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior:

I - os rendimentos em moeda estrangeira que forem recebidos no mês de outubro de 2011, bem assim o imposto pago no exterior, serão convertidos em reais mediante a utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para compra no dia 15/09/2011, cujo valor corresponde a R$ 1,7098;

II - as deduções que serão permitidas no mês de outubro de 2011 (incisos II, IV e V do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995) serão convertidas em reais mediante a utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para venda no dia 15/09/2011, cujo valor corresponde a R$ 1,7106.

FERNANDO MOMBELLI

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Declara cancelada, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso da competência que lhe conferem o Art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, e o Art. 31, da IN RFB nº 1.042, de 10.06.2010, e fundamentado no art. 30, inciso I, da IN RFB nº 1.042/2010 declara:

Art. 1º. Cancelada, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, de nº 700.523.581-94, em nome de Rita Dop Carmo de Paula, em virtude de atribuição de mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física, conforme processo nº 118583.000025/2011-50.

JOEL MIYAZAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Declara, NULA inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Brasília - DF, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 295 inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e § 1º do Art. 35 da Instrução Normativa SRF n.º 1005, de 08 de fevereiro de 2010, e fundamentados no Art. 35, inciso I, da IN 1005/10. DECLARA anulada, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda de n.º 97.548.565/0001-40, em nome de SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS , por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, conforme consta no processo n.º 11853..000642/2011-55.

JOEL MIYAZAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Cancela, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, em virtude de atribuição de mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Brasília-DF, no uso da competência que lhe conferem o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e o Art. 31, da IN SRF nº 1042, de 10 de junho de 2010, e fundamentado no Art.30 inciso I, da IN SRF nº 1.042/10, declara:

Art. 1º. Canceladas, as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda dos CPFs 034.690.981-31, 603.461.603-40. em nome de JOÃO DE DEUS ALVES SENA, em virtude de ter sido atribuído mais de um número para a mesma pessoa física, conforme consta no processo nº 10166.016349/2002-02.

JOEL MIYAZAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Declara, baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Brasília - DF, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 295 inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e § 2º do Art. 30 da Instrução Normativa RFB n.º 1005, de 08 de fevereiro de 2010, e fundamentados no Art. 28, inciso II, da IN 1005/10. DECLARA Baixada, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda de n.º 05.881.031/0001-12, em nome de ABATEDOURO SOBRADINHO DOS MELOS LTDA, por inexistência de fato, conforme consta no processo n.º 14041.000233/2010-11.

JOEL MIYAZAKI

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JI-PARANÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a inscrição no registro especial para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos - Modalidade GRÁFICA.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JI-PARANÁ/RO, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI e VII do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 125, de 4 de março de 2009, e considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com alterações dadas pela Instrução Normativa RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, declara:

Art. 1º. CONCEDER o Registro Especial de GRÁFICA para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de número GP-02502/0011, do estabelecimento da empresa LEONORA COMÉRCIO DE PAPÉIS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o número 03.064.692/0007-15 localizado na Av. Celso Mazutti, 4.071, Jardim América, Vilhena, RO, de acordo com os autos do processo nº 10242.000013/2011-51.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONILDO CAMILO ROSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 107, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada do Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010 e considerando o disposto no inciso I, do Art. 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 9 de fevereiro de 2005, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte TOP INTERNACIONAL LTDA., CNPJ 04.387.155/0001-83, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas Registro Especial n.º 02201/0001, localizado à Rua Guilherme Moreira n.º 155 - Centro - CEP: 69055-330, Manaus-AM/Brasil, formulado nos autos do processo n.º 18365.721321/2011-39, declara:

Artigo único. Fica autorizado o fornecimento de 10.440 (dez mil, quatrocentos e quarenta) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código TIPI 9729-14, tipo Uísque, Cor Amarela, para os produtos e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Marca Comercial	Característica	Quantidade de Caixas	Quantidade de Unidade
CHIVAS REGAL	Uísque 12 anos; 24x500ML	50	1.200
CHIVAS REGAL	Uísque 12 anos; 12x1000ML	250	3.000
BALLANTINES FINEST	Uísque 08 anos; 12x1000ML	300	3.600
SOMETHING SPECIAL	Uísque 08 anos; 12x1000ML	220	2.640
TOTAL	-	-	10.440

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 108, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada do Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010 e considerando o disposto no inciso I, do Art. 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 9 de fevereiro de 2005, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte TOP INTERNACIONAL LTDA., CNPJ 04.387.155/0001-83, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas Registro Especial n.º 02201/0001, localizado à Rua Guilherme Moreira n.º 155 - Centro - CEP: 69055-330, Manaus-AM/Brasil, formulado nos autos do processo n.º 18365.721347/2011-87, declara:

Artigo único. Fica autorizado o fornecimento de 11.760 (onze mil, setecentos e sessenta) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código TIPI 9729-14, tipo Uísque, Cor Amarela, para os produtos e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Marca Comercial	Característica	Quantidade de Caixas	Quantidade de Unidade
JOHNNIE WALKER RED LABEL	Uísque 8 anos; 12x1000ML	980	11.760
TOTAL	-	-	11.760

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 109, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada do Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010 e considerando o disposto no inciso I, do Art. 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 9 de fevereiro de 2005, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte TOP INTERNACIONAL LTDA., CNPJ 04.387.155/0001-83, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas Registro Especial n.º 02201/0001, localizado à Rua Guilherme Moreira n.º 155 - Centro - CEP: 69055-330, Manaus-AM/Brasil, formulado nos autos do processo n.º 18365.721348/2011-21, declara:

Artigo único. Fica autorizado o fornecimento de 11.760 (onze mil, setecentos e sessenta) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código TIPI 9729-14, tipo Uísque, Cor Amarela, para os produtos e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Marca Comercial	Característica	Quantidade de Caixas	Quantidade de Unidade
JOHNNIE WALKER RED LABEL	Uísque 8 anos; 12x1000ML	980	11.760
TOTAL	-	-	11.760

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a exclusão de empresa do SIMPLES NACIONAL, por infringência ao inciso XI do art. 17 da Lei Complementar nº 123 de 2006, combinado com o art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso II do artigo 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e o artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e considerando o disposto no artigo 4º da Resolução nº 15, de 23 de julho de 2007, do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), e o apurado no Processo nº 10384.721.656/2011-17 declara: o contribuinte CONSTRUTORA FENIX LTDA, CNPJ 02.047.087/0001-88, EXCLUÍDO do SISTEMA NACIONAL, pelo motivo abaixo discriminado:

- O contribuinte não apresentou Livro Caixa ou Diário e Razão referentes ao ano calendário de 2008, por não possuir e não ter como escriturar os livros solicitados face a ausência de documentação, infringindo o inciso 1º, do art. 29, da Lei Complementar 123/2006.

Os efeitos da exclusão, em obediência às disposições contidas no art. 29, do inciso 1º, da Lei Complementar 123/2006, surtirão a partir de primeiro de janeiro de 2008.

Fica assegurado ao contribuinte o direito de, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do presente Ato Declaratório Executivo, interpor manifestação de inconformidade contra a exclusão do SIMPLES, por meio de expediente escrito, dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Teresina-PI.

Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JOÃO BATISTA BARROS DA SILVA FILHO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 22, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Assunto: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. GFIP. CONSTRUÇÃO CIVIL. SUBCONTRATAÇÃO. Ocorrendo a subcontratação dos serviços de construção civil, a contratada deve exigir da subcontratada as GFIP desta, onde conste a matrícula CEI da obra, preenchida no campo "CNPJ/CEI do tomador/obra", e a denominação social da contratada, no campo "Denominação social do tomador/obra".

Dispositivos Legais: IN RFB n.º 971, de 2009 (com redação atualizada pela IN RFB n.º 1.071, de 2010), artigo 127, parágrafo 2º, inciso III.

RAIMUNDO VALNÊ BRITO SIEBRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 23, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Assunto: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - EFD. SOCIEDADE SEM MOVIMENTO. OBRIGATORIEDADE. A sociedade empresária, ainda que sem movimento, tem a obrigatoriedade de entregar a Escrituração Fiscal Digital - EFD por intermédio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Dispositivos Legais: Decreto n.º 6.022, de 2007, artigos 2º e 8º, parágrafo 2º; e Convênio ICMS n.º 143, de 2006, cláusulas 1ª, 3ª, parágrafo 1º, e 8ª.

RAIMUNDO VALNÊ BRITO SIEBRA
Chefe

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 180, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Declara INAPTA a inscrição do contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, e considerando o estabelecido nos arts. 37, inciso II e Art. 39, inciso II da Instrução Normativa RFB n° 1.183 de 19/08/2011, DOU 22/08/2011, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 15504.020413/2010-97, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTA por Inexistência de Fato, perante o Cadastro Nacional Pessoa Jurídica a sociedade empresária NUTRINORTE COMÉRCIO DE RAÇÕES LTDA, CNPJ 07.380.513/0001-14, por não ter sido localizada no endereço constante no Cadastro CNPJ.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes do art. 37 e 39, da supracitada Instrução Normativa.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Cancelamento da inscrição de pessoas jurídicas no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS (MG), no uso da competência delegada pelo artigo 307, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e pela Instrução Normativa RFB nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, tendo em vista as informações constantes dos Processos MF n.ºs 13683.000107/2004-08, 13683.000076/96-14 e 13609.000945/2010-12, declara:

Art. 1º Cancelados os Registros Especiais dos estabelecimentos abaixo relacionados, em razão da alteração da unidade jurisdicionante:

REGISTRO	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	ADE
06102/0035 - PRODUTOR	AGLABANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	04.124.294/0001-14	27/2004
06102/0036 - ENGARRAFADOR	AGLABANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	04.124.294/0001-14	28/2004
06113/0057 - PRODUTOR	VIENA FAZENDAS REUNIDAS LTDA	19.527.852/0001-60	68/2007
06113/0058 - ENGARRAFADOR	VIENA FAZENDAS REUNIDAS LTDA	19.527.852/0001-60	69/2007
06113/111 - PRODUTOR	CANA PONTAL CACHAÇARIA LTDA	11.154.888/0001-33	39/2010
06113/112 - ENGARRAFADOR	CANA PONTAL CACHAÇARIA LTDA	11.154.888/0001-33	40/2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º. Os efeitos do cancelamento obedecem ao disposto no art. 3º da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010.

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS ALVES VASCONCELOS

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Suspensão do Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do § 8º do art.76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, observando o que determina o inciso II do § 10 do art.735 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 12466.003214/2009-96, resolve:

Art.1º Aplicar a penalidade de suspensão do credenciamento, pelo prazo de 4 (quatro) meses, do Ajudante de Despachante Aduaneiro , registro nº 7A/03.936, inscrito no CPF sob o nº 031.020.207-80, por transgressão às disposições da alínea "e" do inciso II do art.76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art.2º Fica vedado o ingresso do despachante em local sob controle aduaneiro, sem expressa permissão do titular da unidade jurisdicionante, enquanto perdurarem os efeitos da penalidade ora imposta, conforme imposição do § 7º do art.76 da Lei nº 10.833, de 2003.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLAVIO JOSE PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O Delegado da Receita Federal do Brasil, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 149 e 150 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), e tendo em vista o Decreto nº6.520,de 30 de julho de 2008 e o Decreto nº 6.588, de 01 de outubro de 2008, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Art.2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

ANEXO ÚNICO

Classificação de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI.

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRA-MENTO (letra)
00.748.635/0001-71	SAO SEBASTIAO (VIDRO RETORNAVEL) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	F
04.310.237/0001-20	FIO DE OURO (VIDRO RETORNAVEL) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	G
04.310.237/0001-20	FIO DE OURO (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	D
04.310.237/0001-20	PERONINHA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	E
04.310.237/0001-20	PROVIDÊNCIA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	E
04.310.257/0001-09	OURO CANA (VIDRO RETORNAVEL) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	G
04.310.257/0001-09	GAIVOTA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	G
04.334.896/0001-04	POMERANA (VIDRO RETORNAVEL) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
07.552.312/0001-57	CACHACA TEIMOSINHA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	K
08.462.134/0001-36	CACHAÇA CAIANA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
08.462.134/0001-36	CACHAÇA CAIANA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	Até 180ml	2208.40.00	A
08.462.134/0001-36	CACHAÇA CAIANA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	Até 180ml	2208.40.00	A
08.462.134/0001-36	CAÇACHA CAIANA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D
08.462.134/0001-36	CACHAÇA CAIANA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 181ml até 375ml	2208.40.00	B
27.564.111/0001-87	DORADINHA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	Até 180ml	2208.40.00	G
27.755.255/0001-10	CACHAÇA ALEGRIA DO POBRE (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	I
27.959.097/0001-10	SEREINHA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
30.789.143/0001-95	ESPANHOLA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
30.789.143/0001-95	A FAZENDA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	G
30.789.143/0001-95	DONA AMÉLIA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	G
31.470.024/0001-38	COQUETEL CATUABA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
31.470.024/0001-38	REGGIO REGGIANI (AGUARDENTE COMPOSTA DE GENGIBRE) (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA,DE GENGIBRE)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
31.470.024/0001-38	AMARGO BÍTTER (APERITIVOS E AMARGOS)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
31.470.024/0001-38	XIXA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
31.470.024/0001-38	CANECA	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
31.470.024/0001-38	CANECA	Acima de 1000ml	2206.00.90	D
31.470.024/0001-38	CANECA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
31.470.024/0001-38	XIXINHA	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
35.971.084/0001-95	BOA VISTA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
35.971.084/0001-95	BOA VISTA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	F

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga credenciamento aos candidatos habilitados no processo seletivo público para a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010, resolve:

Art. 1º.Credenciar, durante o período de 01 de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2013, para a prestação de assistência técnica na identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda, os profissionais relacionados neste Ato, nas respectivas áreas de especialização:

ELÉTRICA/ELETRÔNICA/COMPUTAÇÃO	CELSO EDUARDO CASIMIRO DE ARAUJO
	SERGIO DE CAMPOS GOMES
	ROBERTO RAYA DA SILVA
EQUIPAMENTOS MÉDICOS	CELSO EDUARDO CASIMIRO DE ARAUJO
FARMÁCIA	JOSE CARLOS SPERANDEU
MECÂNICA	FABIO CAMPOS FATALLA
	JUVENAL DE CARVALHO SAMPAIO
	ELCINO DEL PENHO JUNIOR
METALURGIA	JOSÉ MOUTINHO MOREIRA DA SILVA
	MARIO GONÇALVES LIMA
PLÁSTICOS	LUIZ AURELIO ALONSO
	JOSE CARLOS SPERANDEU
PREPARAÇÕES DA INDÚSTRIA QUÍMICA	JOSE CARLOS SPERANDEU
	LUIZ AURELIO ALONSO
	CLAUDIO ESTANQUEIROS DO REGO
SIDERURGIA	MARIO GONÇALVES LIMA
TÊXTEIS	JOSE ANTONIO BAUAB FILHO
	FABIO CAMPOS FATALLA
	ALEXANDRE EDUARDO SANTOS RATTON

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no período de 01/10/2011 a 30/09/2013.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

Cancela inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - II , no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pelas Instruções Normativas RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, IN/RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e IN/RFB 1.153, de 11 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a inscrição nº UP-07109/014 no registro especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, concedida a IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS, CNPJ 30.902.803/0001-00.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a inidoneidade de KLEYR AGUIAR BEZERRA DA SILVA, CPF 029.829.90709, Registrado no Conselho Regional de Fisioterapia, com o número 2.5147FPF, para assinar recibos de tratamento fisioterapeutico sujeitos a apreciação da RFB.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, declara:

Nome: KLEYR AGUIAR BEZERRA DA SILVA, CPF 029.829.90709, com endereço a Travessa Talita, 111, casa, Sete Pontes, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24.412480, INIDONEO para assinar recibos de tratamento fisioterapeutico, sujeitos à apreciação da RFB, tendo em vista tais recibos serem ideologicamente falsos e, portanto, imprestáveis e ineficazes para dedução de rendimentos tributáveis de quaisquer pessoas físicas, em consonância com o que consta na Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz, conforme processo administrativo nº 10730.723358/201184D.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de PequenoPorte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO(A) DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e no art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de omitir de documento de informações previsto pela legislação previdenciária (Art. 32, IV, da Lei nº 8.212, de 24/07/1991), a partir de janeiro de 2008 e durante todo este exercício, diversos segurados obrigatórios da Previdência Social (segurados empregados e contribuintes individuais) que lhe prestaram serviço, além da falta de escrituração do livro-caixa, conforme disposto nos incisos VIII e XII do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos incisos VIII e XIV do art. 5º, da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007. A empresa também excedeu, no ano calendário de 2008, o limite da receita bruta anual, conforme disposto no artigo 3º incisos I e II da Lei Complementar nº 123/2006.

Nome Empresarial: MEGADUDA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CNPJ: 07.659.565/0001-24

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2008, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006 e no inciso VI do art. 6º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, com base na Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996, e nas disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, resolve:

Baixar a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade JC 2007 COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ: 08.696.931/0001-88, conforme o artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral e no não atendimento à intimação constante do Edital nº 70, de 17 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 117, de 20 de junho de 2011, página 72, Seção 3, constatando-se a inexistência de fato do contribuinte, de acordo com o art. 27, inciso II, alínea "b", da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011, e em conformidade com os registros contidos no processo administrativo nº 18470.722282/2011-90.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, com base na Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996, e nas disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, resolve:

Baixar a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade DROGARIA DESCONTÃO DO JACAREZINHO LTDA., CNPJ: 07.776.134/0001-48, conforme o artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011.

A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral e no não atendimento à intimação constante do Edital nº 60, de 25 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 100, de 26 de maio de 2011, página 86, Seção 3, constatando-se a inexistência de fato do contribuinte, de acordo com o art. 27, inciso II, alínea "b", da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 2011, e em conformidade com os registros contidos no processo administrativo nº 18470.727581/2011-11.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS

PORTARIA Nº 113, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - DELEGAR competência ao Delegado Adjunto da Receita Federal do Brasil em Campinas, para praticar os seguintes atos:

I- aprovar as despesas decorrentes de reconhecimentos de dívida e de exercícios anteriores das despesas correntes, da DRF/Campinas e Agências Jurisdicionadas;

II- aprovar as despesas decorrentes de repactuação/reajuste de preços dos contratos administrativos mantidos com os prestadores de serviços da DRF/Campinas e Agências Jurisdicionadas.

WALMIR MARTINEZ THOMAZ

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a empresa que menciona excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB, lotado e em exercício no Serviço de Fiscalização - SEFIS - da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do artigo 3º da Portaria Nº 23, de 21/02/2011, e da delegação de competência contida no inciso IV do artigo 6º da Portaria Nº 22, de 21/02/2011, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, publicadas no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, tendo em vista a Representação para Exclusão do SIMPLES que consta do processo administrativo fiscal n° D 10830.724221/2011-19, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL - (Lei Complementar 123/2006), a partir de 01/07/2007, a empresa abaixo identificada, pela ocorrência da situação excludente conforme a seguir:

Razão Social:	BRUNA G MEGIOLARO
CNPJ:	03.917.904/0001-74
Endereço:	Rua Prefeito Luiz Teixeira de Camargo Junior, 228, Jd. Esplanada, Indaiatuba-SP, CEP: 13.331-515
Descrição da situação excludente:	Falta de escrituração do Livro-Caixa nos anos-calendário 2007 e 2008, especificamente de 01/07/2007 a 31/12/2008, não permitindo a identificação da sua movimentação bancária.
Período Excluído:	A partir de 01/07/2007
Fundamentação legal da exclusão:	inciso VIII , § 1º do art 29º da Lei Complementar 123, de 14/12/2006

Art. 2º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito,assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Artigo 196, parágrafo único do RIR/99, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas.

Art. 3º. - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES NACIONAL tornar-se-á definitiva.

CÁSSIO ANTONIO DE GODOY

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a inaptidão da pessoa jurídica, nos termos da Instrução Normativa do RFB de número 1.183, de 19 de agosto de 2.011.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ, Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 295, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda de número 587, de 21 de dezembro de 2.010, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 39, da Instrução Normativa do SRF de número 1.183, de 19 de agosto de 2.011, resolve:

Artigo 1º - Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de número 04.303.645/0001-54, em nome da pessoa jurídica GALUTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., por considerá-la NÃO LOCALIZADA, nos termos do inciso II, do artigo 37, combinado com o inciso II, do artigo 39, da Instrução Normativa do SRF de número 1.183, acima referida, sendo considerados tributariamente ineficazes, os documentos fiscais emitidos pela mesma a partir da data de publicação do presente Ato Declaratório Executivo, conforme previsão da alínea "b", do inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 43, da IN do SRF acima referida e nos termos do processo administrativo de número 15758.000026/2011-33.

RUBENS FERNANDO RIBAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Declara canceladas, de ofício, inscrições no Cadastro de Pessoa Física.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ, Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF de número 125, de 4 de março de 2.009 e tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 26 e no artigo 31 da Instrução Normativa do SRF de número 1.042, de 10 de junho de 2.010, resolve:

Artigo 1º - Declarar CANCELADA POR MULTIPLICIDADE a inscrição de número 038.562.048-90, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, em nome de VERA NILSE FRUTUOSO, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física, com fundamento no inciso I do artigo 30 da Instrução Normativa do SRF de número 1.042, de 10 de junho de 2.010 e de acordo com o Processo Administrativo de número 10805.000142/2008-21.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 21 SETEMBRO DE 2011

A CHEFE SUBSTITUTA DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO JOSE DO RIO PRETO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela portaria DRF/SJR/nº 48 de 26/04/2011, publicada no Diário Oficial da União em 27/04/2011 e tendo em vista o disposto nos artigos 32 a 34 da IN 1.042/2010 e, considerando o que consta do processo10811.720274/2011-90 declara:

1º-Está ANULADA a inscrição no Cadastro da Pessoa Física nº 015.702.352-44, em nome de JACQUELINE DA SILVA NOGUEIRA por motivo de FRAUDE

2º A declaração de NULIDADE da inscrição no CPF produz efeitos retroativos (ex tunc)

SUELI BETETE SERRANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 23 SETEMBRO DE 2011

A CHEFE SUBSTITUTA DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO JOSE DO RIO PRETO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela portaria DRF/SJR/nº 48 de 26/04/2011, publicada no Diário Oficial da União em 27/04/2011 e tendo em vista o disposto nos artigos 33 da IN 1.183, DE 19 de agosto de 2011 e, considerando o que consta do processo 10850.722538/2011-82 declara:

1-Está ANULADA a inscrição no cadastro CNPJ nº 13.681.398/0001-10, em nome de ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE MIRASSOL E REGIÃO APRAMIR, por motivo de FRAUDE por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo CNPJ.

2-Os efeitos são a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

SUELI BETETE SERRANO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Inscrevem contribuintes no registro especial destinado a estabelecimento que realize importação de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº 49 de 21de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Nº 239 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/118, o estabelecimento da empresa INTERFUSÃO DISTRIBUIDOR COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 55.096.291/0001-55, localizado na Rua Vergueiro nº 2949 - 5º Andar CJ.53 e 54 - Vila Mariana - São Paulo/SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.720111/2011-25.

Nº 240 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/119, o estabelecimento da empresa VERO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 04.290.436/0001-13, localizado na Rua Jacinto Paes nº 84 - Vila Jacinto Paes - São Paulo/SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.720059/2011-15.
Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

PORTARIA Nº 170, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, usando da competência que lhe confere o artigo 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de Dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de Dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no Art 1º da Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto na Resolução CG/REFIS nº 9, de 12 de janeiro de 2000, com a redação dada pela Resolução CG/REFIS nº 20, de 27 de setembro de 2001 e pela Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso XI do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social - a pessoa jurídica MOINHO RIO NEGRO LTDA, CNPJ: 80.139.157/0001-31, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2011, conforme os fatos relatados no processo administrativo nº 14486.000.340/2010-10, cuja decisão foi emitida por esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR, mediante delegação de competência concedida pela Resolução CG/REFIS nº 09 de 12 de janeiro de 2001, alterada parcialmente pela Resolução CG/REFIS nº 20 de 27 de setembro de 2001 e pela Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 199, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa de oficio por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 220 e 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e cumprindo o que determina o parágrafo 2º do art. 29º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, DOU de 22/08/2011, declara:

I - BAIXADA DE OFICIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 03.205.524/0001-07, da empresa MF CONSULTORIA LTDA, considerando o teor do processo nº 11516.002234/2010-88, em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica conforme alíneas "a" "b" e "c" do inciso II, do artigo 27º da Instrução Normativa 1.183, de 19/08/2011.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 200, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa de oficio por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 220 e 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e cumprindo o que determina o parágrafo 2º do art. 29º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, DOU de 22/08/2011, declara:

I - BAIXADA DE OFICIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 03.790.438/0001-09, da empresa JURERE RENT A BIKE, considerando o teor do processo nº 11516.002233/2010-33, em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica conforme alínea "a" do inciso II, do artigo 27º da Instrução Normativa 1.183, de 19/08/2011.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Declara inapta inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 295, inc. III do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.° 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações e tendo em vista o disposto no art. 37, caput, inciso III, art. 40, art. 43 caput e § 3º, todos da Instrução Normativa RFB n.° 1.183, de 19 de agosto de 2011, e as informações constantes do processo n.° 10909.720214/2011-97, declara:

Art. 1.° Inapta a inscrição número 12.609.462/0001-90, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, da empresa 8MXR8 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, em face de irregularidade em operações de comércio exterior.

Art. 2.° Os documentos emitidos pela empresa 8MXR8 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA são considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados desde 14/03/2011 (art. 43, § 3º, inciso II da Instrução Normativa RFB 1.183/11).

Art. 3.° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE ARAUJO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Declara inapta inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 295, inc. III do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.° 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações e tendo em vista o disposto no art. 37, caput, inciso III, art. 40, art. 43 caput e § 3º, todos da Instrução Normativa RFB n.° 1.183, de 19 de agosto de 2011, e as informações constantes do processo n.° 10909.720367/2011-34, declara:

Art. 1.° Inapta a inscrição número 08.214.283/0001-86, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, da empresa JUNIOR & CAPELANES LTDA ME, em face de irregularidade em operações de comércio exterior.

Art. 2.° Os documentos emitidos pela empresa JUNIOR & CAPELANES LTDA ME são considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados desde 01/07/2009 (art. 43, § 3º, inciso II da Instrução Normativa RFB 1.183/11).

Art. 3.° Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 4.204, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004; considerando o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.003010/2011-73, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de RURAL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 42.366.302/0001-28, com sede social na cidade de Belo Horizonte - MG, na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de junho de 2011:

I - alterar a denominação social para INVESTPREV SEGURADORA S.A.;

II - alterar o endereço da sede social para Avenida Carlos Gomes, nº 222, conjunto 1.001, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre, Rio Grande do Sul - CEP 90480-000;

III - alterar o artigo 1º e o caput do artigo 2º do estatuto social, em função da alteração da denominação social e do endereço da companhia; e

IV - eleição para o conselho de administração.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

PORTARIA Nº 4.207, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004; considerando o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.001987/2011-56, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas da SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ nº 33.041.062/0001-09, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral ordinária e extraordinária realizadas, cumulativamente, em 31 de março de 2011:

I - o aumento do capital social no valor de R$ 371.866.364,69, sem emissão de ações, mediante a capitalização de reservas de lucros, elevando-o de R$ 878.133.635,31 paraR$ 1.250.000.000,00, dividido em 409 ações ordinárias nominativas, integralizadas, sem valor nominal;

II - a alteração do artigo 5º do estatuto social; e

III - a reeleição e eleição de membros do conselho de administração.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 26 de setembro de 2011

Nº 1.083 - Ref.: Processo nº 08802.010380/2011-28. Interessado(a): Antônio Carlos Nunes de Lima. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0587 de 9 de maio de 2003, nos termos da NOTA n.º 294/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.084 - Ref.: Processo nº 08802.010369/2011-68. Interessado(a): Antônio Carlos Hetes Filho. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1274 de 5 de maio de 2004, nos termos da NOTA n.º 295/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.085 - Ref.: Processo nº 08802.010311/2011-14. Interessado(a): Amauri José de Oliveira Melo. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2235 de 13 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 296/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.086 - Ref.: Processo nº 08802.012098/2011-85. Interessado(a): Alaide Meins, viúva de Paulo Meins. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2112 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 297/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.087 - Ref.: Processo nº 08802.011289/2011-20. Interessado(a): Adiles Gomes Bender (Eugênio Lothário Bender). Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 508 de 06 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 298/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.088 - Ref.: Processo nº 08802.010387/2011-40. Interessado(a): Antonio Carlos Ramos. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2242 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 299/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.089 - Ref.: Processo nº 08802.012223/2011-57. Interessado(a): Amauri da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1777 de 29 de setembro de 2006, nos termos da NOTA n.º 300/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.090 - Ref.: Processo nº 08802.010425/2011-64. Interessado(a): Antônio Lhamas Hernandes. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 544 de 6 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 301/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.091 - Ref.: Processo nº 08802.010517/2011-44. Interessado(a): Benedicto da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 580 de 6 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 302/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.092 - Ref.: Processo nº 08802.010536/2011-71. Interessado(a): Beli Nascimento da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2327 de 12 de dezembro de 2006, nos termos da NOTA n.º 303/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.093 - Ref.: Processo nº 08802.010530/2011-01. Interessado(a): Braz Caldeira. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2198 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 304/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.094 - Ref.: Processo nº 08802.010522/2011-57. Interessado(a): Benwilson Nunes de Souza. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2637 de 19 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 305/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.095 - Ref.: Processo nº 08802.010535/2011-25. Interessado(a): Braz Ricardo de Sant Ana Filho. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3890 de 22 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 306/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.096 - Ref.: Processo nº 08802.010197/2011-22. Interessado(a): Camilo Flamarion Pires. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1907 de 25 de novembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 307/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.097 - Ref.: Processo nº 08802.010202/2011-05. Interessado(a): Carlos Alberto Moreira Machado. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 504 de 06 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 308/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.098 - Ref.: Processo nº 08802.012274/2011-89. Interessado(a): Cezarina Fernandes Costa. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0649 de 14 de maio de 2003, nos termos da NOTA n.º 309/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.099 - Ref.: Processo nº 08802.010696/2011-10. Interessado(a): Clovis Vieira de Melo. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2465 de 17 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 310/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.100 - Ref.: Processo nº 08802.010699/2011-53. Interessado(a): Coriolano de Souza Pinto. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 731 de 20 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 311/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.101 - Ref.: Processo nº 08802.011183/2011-26. Interessado(a): Luiz Carlos Ferreira. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2154 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 312/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.102 - Ref.: Processo nº 08802.010304/2011-12. Interessado(a): Amaury Braz da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 552 de 06 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 286/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.103 - Ref.: Processo nº 08802.010153/2011-01. Interessado(a): Agustinho Lins da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2243 de 13 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 287/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.104 - Ref.: Processo nº 08802.010382/2011-17. Interessado(a): Antonio Bedeschi Sobrinho. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1588 de 27 de novembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 288/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.105 - Ref.: Processo nº 08802.010308/2011-09. Interessado(a): Amauri Silva Ferreira. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1830 de 05 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 289/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.106 - Ref.: Processo nº 08802.012271/2011-45. Interessado(a): Antonio Carlos Ribeiro Monsores. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1789 de 05 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 290/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.107 - Ref.: Processo nº 08802.010437/2011-99. Interessado(a): Antônio Vieira da Cunha. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2425 de 16 de dezembro de 2005, nos termos da NOTA n.º 291/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.108 - Ref.: Processo nº 08802.010147/2011-45. Interessado(a): Ademar Matias Pereira. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3669 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 293/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.109 - Ref.: Processo nº 08802.011442/2011-19. Interessado(a): Odenir José de Souza Brandão. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2325 de 17 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 268/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.110 - Ref.: Processo nº 08802.010377/2011-12. Interessado(a): Antônio Carlos Pires de Almeida. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 425 de 05 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 269/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.111 - Ref.: Processo nº 08802.010518/2011-99. Interessado(a): Benonir Sergio de Farias. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 486 de 6 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 270/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.112 - Ref.: Processo nº 08802.011705/2011-90. Interessado(a): Antonio Lima. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2285 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 271/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.113 - Ref.: Processo nº 08802.010524/2011-46. Interessado(a): Braz José Marques Seabra. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1759 de 3 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 272/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.114 - Ref.: Processo nº 08802.010513/2011-66. Interessado(a): Baltazar Alves da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2270 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 273/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.115 - Ref.: Processo nº 08802.010166/2011-71. Interessado(a): Ailton Gomes de Araújo. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0697 de 23 de maio de 2003, nos termos da NOTA n.º 274/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.116 - Ref.: Processo nº 08802.012424/2011-54. Interessado(a): Amaro Dias de Andrade Filho. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1894 de 14 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 275/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.117 - Ref.: Processo nº 08802.010260/2011-21. Interessado(a): Alamilio Guisã Conceição. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1998 de 20 de outubro de 2005, nos termos da NOTA n.º 276/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.118 - Ref.: Processo nº 08802.010298/2011-01. Interessado(a): Aluísio Colares Camargo. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1766 de 8 de setembro de 2005, nos termos da NOTA n.º 277/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.119 - Ref.: Processo nº 08802.010527/2011-80. Interessado(a): Benedito Severino da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2050 de 3 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 278/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.120 - Ref.: Processo nº 08802.011676/2011-66. Interessado(a): Nelson Ferreira. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2228 de 29 de novembro de 2005, nos termos da NOTA n.º 279/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.121 - Ref.: Processo nº 08802.010514/2011-19. Interessado(a): Barnabé Assunção Martins Filho. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2300 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 280/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.122 - Ref.: Processo nº 08802.010529/2011-79. Interessado(a): Benedito Belém das Neves Costa. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0622 de 14 de maio de 2003, nos termos da NOTA n.º 281/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.123 - Ref.: Processo nº 08802.011421/2011-01. Interessado(a): Dardi Moraes Pinho. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1890 de 14 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 282/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.124 - Ref.: Processo nº 08802.010086/2011-16. Interessado(a): Adelmo Justino. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1245 de 08 de outubro de 2002, nos termos da NOTA n.º 283/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.125 - Ref.: Processo nº 08802.010421/2011-86. Interessado(a): Antônio José Henriques. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 730 de 20 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 284/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.126 - Ref.: Processo nº 08802.012531/2011-82. Interessado(a): Jurea dos Passos Macedo. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0686 de 25 de abril de 2005, nos termos da NOTA n.º 216/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.127 - Ref.: Processo nº 08802.011029/2011-54. Interessado(a): José da Silva Paula. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1648 de 06 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 217/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.128 - Ref.: Processo nº 08802.012066/2011-80. Interessado(a): Bernardete Fernandes Mathias, viúva de Jumberto Mathias. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1779 de 29 de setembro de 2006, nos termos da NOTA n.º 218/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.129 - Ref.: Processo nº 08802.010231/2011-46. Interessado(a): João Trajano da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2155 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 219/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.130 - Ref.: Processo nº 08802.011024/2011-21. Interessado(a): José Rodrigues. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2275 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 220/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.131 - Ref.: Processo nº 08802.012062/2011-00. Interessado(a): Jurandir Guilherme da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2100 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 221/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.132 - Ref.: Processo nº 08802.011756/2011-11. Interessado(a): José Alves Guimarães Neto. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2018 de 11 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 222/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.133 - Ref.: Processo nº 08802.010758/2011-93. Interessado(a): José Valdir Francisco. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1985 de 28 de novembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 223/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.134 - Ref.: Processo nº 08802.010891/2011-40. Interessado(a): Jorge Moreira de Assis. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2305 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 224/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.135 - Ref.: Processo nº 08802.010841/2011-62. Interessado(a): João Gomes Sobrinho. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3320 de 04 de novembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 225/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.136 - Ref.: Processo nº 08802.011785/2011-83. Interessado(a): José Maria Teixeira da Costa. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2130 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 226/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.137 - Ref.: Processo nº 08802.010944/2011-22. Interessado(a): Jayme dos Santos Lima. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3671 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 227/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.138 - Ref.: Processo nº 08802.010401/2011-13. Interessado(a): Antônio Ferreira da Cruz. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1666 de 22 de agosto de 2005, nos termos da NOTA n.º 228/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.139 - Ref.: Processo nº 08802.010880/2011-60. Interessado(a): João Bairos Coelho. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1403 de 22 de outubro de 2002, nos termos da NOTA n.º 229/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.140 - Ref.: Processo nº 08802.012536/2011-13. Interessado(a): Judiber Felipe da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1938 de 11 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 230/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.141 - Ref.: Processo nº 08802.012127/2011-17. Interessado(a): José Bezerra Neto. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2028 de 28 de novembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 231/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.142 - Ref.: Processo nº 08802.011758/2011-19. Interessado(a): José Barbosa Uchoa. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3642 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 232/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.143 - Ref.: Processo nº 08802.011050/2011-50. Interessado(a): José Bezerra da Rocha. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1226 de 05 de maio de 2004, nos termos da NOTA n.º 233/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.144 - Ref.: Processo nº 08802.011000/2011-72. Interessado(a): José Dias de Moraes. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1183 de 21 de junho de 2005, nos termos da NOTA n.º 234/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.145 - Ref.: Processo nº 08802.010840/2011-18. Interessado(a): João Cirino da Silva. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2490 de 17 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 235/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.146 - Ref.: Processo nº 08802.011445/2011-52. Interessado(a): Og da Penha. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1892 de 14 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 236/2011, do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.147 - Ref.: Processo nº 08802.011453/2011-07. Interessado(a): Olair de Moraes. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3880 de 22 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 237/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.148 - Ref.: Processo nº 08802.011475/2011-69. Interessado(a): Osvaldo Pereira Grosa. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3711 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 239/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.149 - Ref.: Processo nº 08802.011424/2011-37. Interessado(a): Osni Kling. Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1706 de 08 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 240/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMISSÃO DE ANISTIA

ADITAMENTO À PAUTA DA 5ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 28 de setembro de 2011, à partir das 10 horas, na sala 304 do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2002.01.11048	A	ARLINDO TEIXEIRA LUZ	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	71
2.	2002.01.11216	A R	EURILO CAMPELO DE ASSIS TEREZINHA MORAIS CAMPELO DE ASSIS	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	68
3.	2002.01.11223	A	RICARDO TORRES	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	68

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

PAUTA DA 11ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE TURMA A SER REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 28 de setembro de 2011, à partir das 9 horas, na sala 304 do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2003.02.24079	A	ANTONIO MODESTO DA SILVEIRA	Conselheira Márcia Elayne Berbich de Moraes Vistas Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	84
2.	2006.01.54074	A	EDVALDO BENTO PEREIRA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	68
3.	2006.01.54110	A	EDGARD FERREIRA DA SILVA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	73
4.	2007.01.55887	A R	WASHINGTON FRAZÃO BRAGA ELZA CARDOSO BRAGA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	94
5.	2007.01.56705	A	HAMILTON ALTIVO COSTA DE ANDRADE	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	78

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 1.861 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:

BEATRIZ PATRICIA SANCHEZ GROOSCORS - V444357-9, natural da Bolívia, nascida em 4 de fevereiro de 1979, filha de Luis Fernando Sanchez Flores e de Patricia Grooscors Oropeza, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.024500/2009-96);

CHE JUNG KU - V165964-T, natural da China (Taiwan), nascido em 25 de junho de 1975, filho de Jen Fa Ku e de Huang Mei Chao, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.011188/2011-11);

ERNESTO ALBERTO BRAVO - V211064-Y, natural de Cuba, nascido em 7 de novembro de 1966, filho de Edito Ramón Alberto Pérez e de Oilda de Jesus Bravo Escobar, residente no Estado do Piauí (Processo nº 08410.002139/2009-14);

LESLIE MARISSEL CID CASTRO BEZERRA - V514328-R, natural do Chile, nascida em 19 de janeiro de 1986, filha de Domingo Gaston Cid Contreras e de Maria Angelica Castro Quilodran, residente no Estado de Sergipe (Processo nº 08520.014488/2010-75);

LODEWIJK ANDREA WELLENS - V480804-6, natural da Bélgica, nascido em 6 de novembro de 1947, filho de Victor Josephus Wellens e de Joanna Catharina Paulina Oris, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.004542/2010-05);

MARCELINO JOSÉ CAETANO - V316855-8, natural de Guiné- Bissau, nascido em 10 de janeiro de 1976, filho de José Caetano e de N`Guêssa Sanha, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 08230.007321/2010-13);

MARIENELA OLIMPIA BILBAO UGARTE - V374160-H, natural da Bolívia, nascida em 25 de setembro de 1968, filha de Eliseo Bilbao Ayaviri e de Olimpia Ugarte Bascope, residente no Estado de Tocantins (Processo nº 08531.000971/2011-24);

TIAGO JORGE ROCHA E SILVA MATEUS DAS NEVES - V182641-J, natural de Angola, nascido em 23 de abril de 1969, filho de Vitor Manuel das Neves e de Maria Manuela Cadeco da Rocha e Silva das Neves, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.003363/2006-21); e

YANN BENECH - V299108-Q, natural da França, nascido em 3 de maio de 1964, filho de Michel Yves Benech e de Monique Jeanne Faure, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.005107/2010-46).

Nº 1.862 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:

AIDA DE JESUS TEIXEIRA - W700027-8, natural de Portugal, nascida em 20 de dezembro de 1942, filha de Luís Antonio e de Laurinda Maria Monteiro, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.059583/2010-96);

ANA LAURA ACOSTA SUAREZ - W511230-E, natural do Uruguai, nascida em 2 de novembro de 1965, filha de Algy Walter Acosta Garcia e de Rosa Blanca Suarez Moraes de Acosta, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08437.000495/2011-10);

IMAN ABDALLAH FARES - V146415-W, natural do Líbano, nascida em 7 de novembro de 1987, filha de Abdallah Fares e de Sawsan Fares, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.005114/2010-57);

JOHN DAVID BAGNALL - W286393-E, natural da Irlanda, nascido em 12 de agosto de 1950, filho de Patrick Bagnall e de Nancy Bagnall, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08701.000409/2008-04);

KAZUKO IGUMA - W393816-E, natural do Japão, nascida em 9 de fevereiro de 1939, filha de Hiromi Iguma e de Tosie Iguma, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.010923/2011-61);

MARIA DE LOS DOLORES FREIXA PASCUAL - W539291-G, natural da Espanha, nascida em 9 de julho de 1951, filha de José Maria Freixa Olivar e de Maria Pascual Giralt de Freixa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.026731/2011-77);

MARIANA GIMÉNEZ PRIORE - Y005549-N, natural do Uruguai, nascida em 9 de maio de 1982, filha de Roberto Giménez Sánchez e de Ana Maria Priore Bastos, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000750/2010-54);

MARK HYDE PITT - W394399-0, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 19 de agosto de 1949, filho de Kenneth Pershing Pitt e de Edith Ester Kirchner Pitt, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.053984/2010-32); e

SUMIKO KANAI - W135533-T, natural do Japão, nascida em 27 de fevereiro de 1931, filha de Hisati Tamura e de Kiku Tamura, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.005378/2011-91).

LUIZ PAULO BARRETO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONSELHO SUPERIOR

PORTARIA Nº 531, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Subdefensor Público-Geral Federal e Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso XIV, da Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994, resolve:

I - Convocar a 131ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União a se realizar em 03 de outubro de 2011, às 9h, na Sala de Sessões do Conselho.

II - Publicar a Pauta da Reunião supracitada.

AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Pauta da 131ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União.

I - AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS PROBATÓRIOS:

Item 01

Processos: 08038.017166/2011-19, 08038.026611/2011-23, 08038.014784/2011-07, 08038.015756/2011-07, 08038.015057/2011-59.

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Assunto: Homologação do Estágio probatório dos Defensores Públicos Federais: Dr. Eduardo Marcelo de Negreiros Freitas, Dra. Francisca das Chagas Polianna de Sousa Maia, Dra. Marina Gimenez Butkeraitis, Dra. Séfora Azevedo Silva e Dra. Viviane Ceolin Dallasta.

II - JULGAMENTO DOS PROCESSOS JÁ INICIADOS:

Item 02

Processo: 08038.023380/2010-15

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Assunto: Limitação de Atuação DPU/Foz do Iguaçu.

Item 03

Processo: 08038.011839/2011-19

Voto-vista: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Assunto: Especialização de ofícios na DPU/MS.

Item 04

Processo: 08038.019031/2011-80

Relator: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Assunto: Indicação de DPF para Conselho Penitenciário na Bahia.

Item 05

Processo: 08038.003599/2008-83

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Assunto: Proposta de Criação da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública da União. Interessado: Dr. Eduardo Flores Vieira

Item 06

Processo: 08038.011077/2011-51

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Consulta sobre a necessidade dos Defensores Públicos Federais manterem-se inscritos junto à OAB.

Item 07

Processo: 08038.014421/2010-82

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Meneses

Assunto: Consulta. Possibilidade de deprecação de atos de uma unidade da DPU a outra. Limitação de atuação na matéria por ato da DPGU

Interessado: Dr. Gabriel Faria Oliveira.

Item 08

Processo: 08038.022032/2011-10

Relator: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Assunto: Solicitação de restrição de atendimento

Interessado: DPU/SC/Joinville.

Item 09

Processo: 08038.012543/2010-34

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior

Assunto: Prazo mínimo para prática de ato pelo defensor público federal

Item 10

Processo: 08038.010089/2010-87

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Meneses

Assunto: Consulta. Colidência de defesa e prevenção de DPF em PAJs criminais de "assistidos contumazes".

III - JULGAMENTO DOS PROCESSOS NÃO INICIADOS:

Item 11

Processo: 08038.014187/2011-74

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Assunto: Averbação de Tempo de Serviço do Exmo. Dr. Gilmar Menezes da Silva Júnior

Item 12

Processo: 08038.021659/2011-45

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos

Assunto: Pedido para aplicação excepcional da Portaria 493/2008 DPGU.

Item 13

Processo: 08038.022611/2011-54

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Menezes

Assunto: Requerimento de extinção do Núcleo da DPU para a criação de novo Núcleo. Interessado: Márcio Melo Franco

Item 14

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Junior

Assunto: 20º Concurso de Remoção de Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria.

Item 15

Processo: 08038.014911/2011-60

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Aumento do quadro de Defensores. Interessado: Carlos Maia Fonseca (DPU/Feira de Santana).

Item 16

Processo: 08038.007249/2010-19

Relator: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Assunto: Solicitação de desistência de licença para capacitação.

Item 17

Processo: 08038.027668/2011-40

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Assunto: Autorização para Fechamento de Unidade da DPU/MG. Interessada: Dra. Larissa Arantes Rodrigues

Item 18

Processo: 08038.018040/2011-53

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Solicitação de integrantes para a Câmara de Coordenação.

Item 19

Processo: 08038.016125/2011-05

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Junior

Assunto: Pedido de Permuta entre DPF (Sorocaba/SP e ABC/SP)

Item 20

Processo: 08038.007939/2011-41

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Solicitação de normatização das designações extraordinárias na DPU.

Item 21

Processo: 08038.022410/2011-57, 08038.021778/2011-06, 08038.022687/2011-15 e 08038.022800/2011-27

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Assunto: Seleção de novo Membro para a Câmara de Coordenação Previdenciária e Trabalhista. Interessados: Dra. Liana Lidiane Pacheco Dani, Dr. Frederico Rodrigues Viana de Lima, Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães e Dr. André Luis Naves Silva Ferraz

Item 22

Processo: 08038.016900/2011-14

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Sugestão de alteração de portaria.

Item 23

Processo: 08038.015430/2010-91

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Junior

Assunto: Proposta de resolução apresentada pelo Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima para regulamentação da organização de plantões

Item 24

Processo: 08038.015431/2010-35

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Proposta de Resolução sobre falta funcional

Item 25

Processo: 08038.018042/2011-42

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Reitera solicitação de normatização. (Referência aos processos 08038.015581/2010-49 e 08038.006408/2010-50).

Item 26

Processo: 08038.015129/2010-87 apensado ao 08038.015127/2010-98

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Junior

Assunto: Solicitação de Regulamentação conforme inciso I do artigo 10 da LC nº 80/94.

Item 27

Processo: 08038.008502/2011-24

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Solicitação de diferença de subsídios de 2º e 1º categoria.

Item 28

Processo: 08038.017132/2011-16

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Junior

Assunto: Plano de atuação.

IV - MATÉRIA SIGILOSA:

Item 29

Processo: 08038.012494/2011-11

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes.

Item 30

Processo: 08038.013025/2011-19

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Item 31

Processo: 08038.016579/2011-78

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Item 32

Processo: 08038.0172062010-33

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 33

Processo: 08038.017558/2011-70

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Item 34

Processo: 08038.004725/2008-17

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 35

Processo: 08038.015710/2011-80

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro

Item 36

Processo: 08038.012167/2010-88

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 37

Processo: 08038.009970/2011-16

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 38

Processo: 08038.004298/2011-72

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 39

Processo: 08038.019297/2011-22 e 08038.016857/2011-97

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 40

Processo: 08038.011718/2010-96

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 41

Processo: 08038.016552/2011-85

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 42

Processo: 08038.013750/2011-97

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 43

Processo: 08038.016577/2011-89

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 44

Processo: 08038.004489/2011-34

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

Item 45

Processo: 08038.014862/2011-65

Relator: Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes

PORTARIA Nº 532, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Subdefensor Público-Geral Federal e Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso XIV, da Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994, resolve:

I - Convocar a 50ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União a se realizar em 04 de outubro de 2011, às 9h, na Sala de Sessões do Conselho.

II - Publicar a Pauta da Reunião supracitada.

AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO

ANEXO

Pauta da 50ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União

Item 1

Processo: 08038.006408/2010-50

Relator: Tatiana Siqueira Lemos

Assunto: Proposta de Resolução para alteração das Câmaras de Coordenação

Item 2

Processo: 08038.017754/2010-63

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Menezes

Assunto: Proposta de Resolução para alteração dos critérios de promoção por merecimento

Item 3

Processo: 08038.013081/2011-53

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Redação final da Resolução nº 53

Item 4

Processo: 08038.027061/2010-89

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Meneses

Assunto: Proposta de resolução sobre a nomeação e lotação de candidatos portadores de necessidades especiais.

Item 5

Processo: 08038.000415/2011-29

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Proposta de resolução quanto à escolha de DPF para atuar perante o STF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.568, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08532.000726/2011-15-DPF/ROO/MT, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORTOX S.A , CNPJ nº 75.263.400/0011-60, para atuar em MATO GROSSO, com Certificado de Segurança nº 023888, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.579, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08240.000107/2011-06-SR/DFP/AM, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO GERAL DO MILLENIUM CENTER , CNPJ nº 07.119.723/0001-53, para atuar no AMAZONAS.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.581, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.004812/2011-59-SR/DPF/RJ, resolve:

a)REVOGAR o Alvará nº 1472 de 03 de agosto de 2011, publicado no D.O.U em 12 de agosto de 2011;

b)DECLARAR revista a autorização para funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa H STERN COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A, CNPJ nº 33.388.943/0001-92, para atuar no RIO DE JANEIRO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.847, DE 4 DE MARÇO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/541/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POSTO XINGU LTDA, CNPJ nº 03.786.763/0001-06 para atuar em PERNAMBUCO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 13.109, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003481/DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA , CNPJ nº 84.697.051/0001-04, para atuar em SANTA CATARINA.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.226, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3553 DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COMANDER VIGILÂNCIA & SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.222.248/0001-13, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

20 (vinte) Revólver(es) calibre 38,

360 (trezentos e sessenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.231, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3581 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0025-52, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

34 (trinta e quatro) Revólver(es) calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3642 DPF/XAP/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0077-33, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

184 (cento e oitenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38,

22 (vinte e dois) Cartuchos de Munição calibre .380,

288 (duzentos e oitenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.262, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3640 DPF/IJI/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0076-52, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

700 (setecentos) Cartuchos de Munição calibre 38,

100 (cem) Cartuchos de Munição calibre .380,

432 (quatrocentos e trinta e dois) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.264, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3644 DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0078-14, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

898 (oitocentos e noventa e oito) Cartuchos de Munição calibre 38,

132 (cento e trinta e dois) Cartuchos de Munição calibre .380,

600 (seiscentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.265, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3646 DPF/CCM/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0080-39, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

160 (cento e sessenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

62 (sessenta e dois) Cartuchos de Munição calibre .380,

264 (duzentos e sessenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.266, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3645 DPF/LGE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0079-03, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

264 (duzentos e sessenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38,

22 (vinte e dois) Cartuchos de Munição calibre .380,

288 (duzentos e oitenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.269, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3619 DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMBRACON SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.452.053/0001-02, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1 (um) Revólver(es) calibre 38,

10 (dez) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.271, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3638 DPF/CCM/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0074-90, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

432 (quatrocentos e trinta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,

34 (trinta e quatro) Cartuchos de Munição calibre .380,

480 (quatrocentos e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.274, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3639 DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0075-71, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1052 (um mil e cinquenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,

224 (duzentos e vinte e quatro) Cartuchos de Munição calibre .380,

1224 (um mil, duzentos e vinte e quatro) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.275, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003183/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1659/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.276, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003356/DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 02.650.833/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada, para atuar no PARÁ , com Certificado de Segurança nº 1681/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.287, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3586 DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ADVANCED CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.089.344/0001-44, sediada em SERGIPE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

4 (quatro) Revólver(es) calibre 38,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre 38,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.294, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002918/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMFORVIGIL EMPRESA ESPECIALIZADA FORMAÇÃO DE VIGILANTES S/A, CNPJ nº 58.805.508/0001-47, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1661/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 26 de setembro de 2011

Nº 775. Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.005205/2009-09. Representante: Casa de Saúde e Maternidade Santa Filomena S.A. e Filosânitas Saúde Ltda. Representada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro. Advs.: Não constam advogados constituídos até o momento. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pela instauração de Processo Administrativo com fulcro no art. 32 da Lei nº 8.884/94 e no art. 52 da Portaria MJ nº 4/2006, para apurar possíveis condutas infringentes à ordem econômica passíveis de enquadramento no art. 20, incisos I, II e IV c/c art. 21, incisos IV e V, ambos da Lei nº 8.884/94. Notifique-se a Representada, nos termos do Artigo 33 da Lei nº 8.884/94. Ao Departamento de Proteção e Defesa Econômica.

Nº 776. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.007033/2006-57. Representante: Procon de Londrina/PR. Representados: Irmandade Santa Clara de Londrina, Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina - Hospital Evangélico, Clínica de Ortopedia e Traumatologia de Londrina S/C Ltda. e Hospital do Câncer de Londrina. Advogados: Deborah Alessandra de Oliveira Dantas, Karen Gonçalves Leite. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Intimo os Representados para que, em consonância com o disposto nos artigos 35 e 37, §1º, da Lei nº 8.884/94, especifique, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que pretende produzir, justificando sua necessidade e apresentando, na oportunidade, o rol das testemunhas, em número não superior a 03 (três), caso esse meio probatório seja de seu interesse. Intimo, ainda, a Irmandade da Santa Casa de Londrina e a Clínica de Ortopedia e Traumatologia de Londrina para que confirmem em 10 dias, sua intenção de ouvir as testemunhas apresentadas na peça de defesa, apresentando a essa Secretaria o endereço atualizado das testemunhas arroladas. Intimo, também, o Hospital do Câncer de Londrina para que, em 10 dias, confirme sua intenção de colher o depoimento do superintendente da CAAPSML e apresente o nome e o endereço do Superintendente da CAAPSMIL. Caso seja de interesse dos Representados que as informações a serem prestadas pelas pessoas arroladas sejam requeridas por via postal, intimo-os para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem: i) questionamentos escritos a serem endereçados às pessoas especificadas, ou, facultativamente, ii) declarações das citadas pessoas com as informações fáticas que conhecem a respeito do mérito do Processo Administrativo em epígrafe.

Nº 777. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.001029/2007-66 Representante: SDE Ex-officio Representados: Evonik Degussa GmgH, Evonik Degussa Brasil Ltda., Solvay S.A., Heinz Von Zur Muehlen, Jean Marie Demoulin, Eric Degroote - Advogados: Antonio Carlos Gonçalves; João Berchmans C. Serra; José Alexandre Buaiz Neto; Marco Aurélio M Barbosa; Leonado Peres da Rocha e Silva; e outros [Evonik Degussa Brasil Ltda; Evonik Degussa GmgH, e Heinz Von Zur Muehlen - proc. Fl. 158-168; 1020-1025] Mauro Grinberg; Fábio Malatesta dos Santos; Ricardo Casanova Motta; Carlos Amadeu B.P. de Barros; e outros [Solvay S.A. - proc.fl. 628-630] Cristiane Romano Farhat Ferraz; Tito Amaral Andrade; Maria Eugênia Novis de Oliveira; Érica Sumie Yamashita; Helena Borges Pereira Cyrino de Sá; Ana Thaís Muniz Magalhães; e Victor Borges Cherulli [Jean Marie Demoulin, proc.fl. 1093 e Eric Degroote] Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Intimo os Representados para que, em consonância com o disposto nos artigos 35 e 37, §1º, da Lei nº 8.884/94, no prazo de 10 (quinze) dias, a ser contado em dobro, nos termos do artigo 191 do Código de Processo Civil, especifiquem as provas que pretendem ver produzidas, justificando sua necessidade e apresentando, na oportunidade, o rol das testemunhas, em número não superior a 03 (três), caso esse meio probatório seja de seu interesse. Também, os Representados poderão requerer alternativamente que as informações a serem acrescidas pelas referidas pessoas sejam prestadas por via postal, ressalvando-se a alteração da natureza da prova que, colhida por escrito, passará a ter caráter documental. Nesse caso, não haverá limitação de número de pessoas. Sendo acatada a alternativa acima proposta, os Representados ficam intimados para que, no prazo acima mencionado apresentem: i) questionamentos escritos e endereço completo das referidas pessoas ou, facultativamente, ii) declarações das citadas pessoas com as informações fáticas que conhecem a respeito do mérito do Processo Administrativo em epígrafe. Também, neste prazo de 10 dias, contado em dobro, a Solvay S.A e a Solvay do Brasil Ltda deverão ser intimadas para apresentar a procuração original ou autenticada aos autos.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS

Determino o arquivamento do pedido de prorrogação de prazo, por já ter decorrido prazo(s) superior(es) ao da(s) estada(s) solicitada(s). Processo Nº 08000.002627/2011-78 - RAVINDRA VITTHAL SHELKE .

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.005354/2011-13 - DENNIS GUNTER GRIMM.

Determino o arquivamento do presente processo, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva, através do processo nº 08505.073000/2010-30. Processo Nº 08505.002007/2010-77 - THOMAS RICHARD VICTOR PILLET.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.012162/2011-63 - VINCENT EPTING, até 27/12/2012

Processo Nº 08000.012441/2011-27 - TERJE DALSTEIN MYRVANG, até 07/05/2013

Processo Nº 08000.013143/2011-54 - HAROLD RAY HANVY, até 05/10/2013

Processo Nº 08000.013145/2011-43 - EDWARD CLAYTON WALDERS JR, até 07/10/2013

Processo Nº 08000.013147/2011-32 - NEYLIN PAUL ARMAND, até 14/10/2013

Processo Nº 08102.005065/2011-76 - HERMANNUS HENDERIKUS ROELFS, até 22/08/2012.

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no país, temporário Item V, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.

Processo Nº 08000.001099/2011-30 - NIKOLAY BIBIK

Processo Nº 08000.001100/2011-26 - ANDREY KRUZHILIN

Processo Nº 08000.002724/2011-61 - MORTEN KAPPERS

Processo Nº 08000.004726/2011-94 - JEREMY JOSEPH PATORA

Processo Nº 08000.005055/2011-89 - SHEIK MOHAMMAD PARVEZ

Processo Nº 08000.006668/2011-33 - HASSAN KUNNUGANDUGE

Processo Nº 08000.006671/2011-57 - KASIMAHANTHI SUNIL KUMAR

Processo Nº 08000.006952/2011-18 - JHONNY HAYAHAY TUBONGBANUA

Processo Nº 08000.007153/2011-51 - EMIL COJOCARU

Processo Nº 08000.014628/2010-84 - LOIC VUILLEMIN

Processo Nº 08000.019390/2010-83 - ELLIOT SOL SPITZ e NIRA MAZAL SPITZ

Processo Nº 08065.008689/2010-58 - PIERRE RAOUL MARIE RIGAUD

Processo Nº 08102.010276/2010-40 - JEFFREY ROY TURNER e Lindsay Gayle Cart Turner

Processo Nº 08260.006011/2010-24 - ANA FERRAZ DE LIZ VALENTE

Processo Nº 08286.001000/2011-41 - RUTH JAQUELINE MENESES

Processo Nº 08451.013319/2010-89 - CRISTIAN MARTINEZ BORJA

Processo Nº 08460.004273/2011-89 - ARTURO SANDOVAL

Processo Nº 08505.006544/2011-77 - STEPHANE HENRI ANDRE CHAMPAGNE, ALISSENDE CHAMPAGNE e SONIA DEL PILAR ORTIZ INGA

Processo Nº 08701.013314/2010-67 - RAMON CANO PORTAL

Processo Nº 08701.013316/2010-56 - ALBERTO SANCHEZ ESCOBAR.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 21/07/2011, Seção I, Pág. 33, Onde se lê: Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo Nº 08508.004307/99-11 - Najah Fouad Hanna

Leia-se: Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo Nº 08508.004307/99-11 - NAJAH HANNA EL KHOURI.

No Diário Oficial da União de 21/07/2011, Seção I, Pág. 33, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.011981/2011-93 - Jesus Cuautli Bravo Ibarra, até 30/06/2013

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.011981/2011-93 - JESUS CUAUTLI BRAVO IBARRA, até 30/06/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 261, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Programa: O MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO 2011 (Brasil - 2011)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Marco Antonio Casado
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Cultura Nordestina
Processo: 08017.003224/2011-67
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: A SERPENTE VERMELHA (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 01 - V17769
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003649/2011-76
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: O JURAMENTO DO GLADIADOR (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 02 - V17770
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003650/2011-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: LENDAS (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 03 - V17771
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003651/2011-45
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: A ARENA DO SUBMUNDO (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 04 - V17772
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003652/2011-90
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: JOGOS DAS SOMBRAS (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 05 - V17775
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003653/2011-34
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: COISAS DELICADAS (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 06 - V17774
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003654/2011-89
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: INFORTÚNIOS (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 07 - V17776
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003655/2011-23
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: MARCA DA IRMANDADE (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 08 - V17777
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003656/2011-78
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: PROSTITUTA (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 09 - V17778
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003657/2011-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FAVORES (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 10 - V17779
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003658/2011-67
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FERIDAS ANTIGAS (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 11 - V17780
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003659/2011-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: REVELAÇÕES (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 12 - V17781
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003660/2011-36
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: MATE A TODOS (SPARTACUS - BLOOD AND SAND - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 13 - V17782
Título da Série: SPARTACUS - SANGUE E AREIA - 1ª TEMPORADA
Produtor(es): Sam Raimi/Robert G. Tapert/Steven Deknight
Diretor(es): Michael Hurst/Rick Jacobson/Jesse Warn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Tema: Gladiadores
Processo: 08017.003661/2011-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: POLAROID CIRCUS (Brasil - 2011)
Produtor(es): Rénne Castrucci
Diretor(es): Marcos Mello/Jacques Dequeker
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Fotografia
Processo: 08017.003670/2011-71
Requerente: CAVALLARIA FILMES E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.

Filme: A MÚSICA AUDAZ DE TONINHO HORTA (Brasil - 2011)
Produtor(es): Fernando de Assis Libânio
Diretor(es): Fernando de Assis Libânio
Distribuidor(es): Não Há
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Documentário
Processo: 08017.003678/2011-38
Requerente: FERNANDO DE ASSIS LIBÂNIO

Filme: PRIMEIRO TEMPO (Brasil - 2011)
Produtor(es): Oka Comunicações
Diretor(es): Rogério Zagallo
Distribuidor(es): Oka Comunicações
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Futebol
Processo: 08017.003686/2011-84
Requerente: OKA COMUNICAÇÕES

Filme: O TÉCNICO DA TV (Brasil - 2006)
Produtor(es): Alexandre Damiano Junior
Diretor(es): Alexandre Damiano Junior
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Tema: Descaminhos
Processo: 08017.003688/2011-73
Requerente: ALEXANDRE DAMIANO JUNIOR

Filme: FELIZ ANIVERSÁRIO (Brasil - 2008)
Produtor(es): Alexandre Damiano Junior
Diretor(es): Alexandre Damiano Junior
Distribuidor(es):

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Amor
Processo: 08017.003689/2011-18
Requerente: ALEXANDRE DAMIANO JUNIOR

Filme: TRÊS REAIS (Brasil - 2008)
Produtor(es): Alexandre Damiano Junior
Diretor(es): Alexandre Damiano Junior
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Relacionamento
Processo: 08017.003690/2011-42
Requerente: ALEXANDRE DAMIANO JUNIOR

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 262, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Episódio: APLICATIVO ASSASSINO (LIE TO ME - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 13 - 3APW13
Título da Série: LIE TO ME - 3ª TEMPORADA
Produtor(es): Samuel Baum
Diretor(es): Adan Davidson/Daniel Sackheim
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.003614/2011-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Musical: PIETRO MASCAGNI - CAVALLERIA RUSTICANA/ RUGGERO LEONCAVALLO PAGLIACCI (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Michael Bronson
Diretor(es): Kirk Browning
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Tensão
Tema: Musical
Processo: 08017.003647/2011-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Musical: W. A MOZART - THE MAGIC FLAUTE (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Peter Gelb
Diretor(es): Julie Taymor
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Documentário
Processo: 08017.003648/2011-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: EMBARGO (Brasil - 2010)
Produtor(es): António Ferreira/Tathiani Sacilotto
Diretor(es): António Ferreira
Distribuidor(es): Raiz Distribuidora
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Tema: Embargo Petrolífero
Processo: 08017.003665/2011-69
Requerente: RAIZ DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA.

Filme: A HORA DO ESPANTO (FRIGHT NIGHT, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Dreamworks SKG
Diretor(es): Craig Gillespie
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Terror/Ficção
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.003674/2011-50
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: GIGANTES DE AÇO (REAL STEEL, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Dreamworks SKG/Touchstone Pictures
Diretor(es): Shaw Levy
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Ficção/Ação
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Amizade
Processo: 08017.003675/2011-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: OS PINGUINS DE MADAGASCAR - FELIZ DIA DO REI JULIEN! (THE PENGUINS OF MADAGASCAR - HAPPY KING JULIEN DAY!, Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es): Mark McCorkie/Robert Schooley
Diretor(es): Brandon Sawyer
Distribuidor(es): Videolar S/A./Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventura
Processo: 08017.003676/2011-49
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BAHÊA MINHA VIDA - O FILME (Brasil - 2011)
Produtor(es): Sheila Gomes
Diretor(es): Marcio Cavalcante
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Tema: Esporte
Processo: 08017.003681/2011-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CONTÁGIO (CONTAGION, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Gregory Jacobs
Diretor(es): Steven Soderbergh
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Vírus
Processo: 08017.003682/2011-04
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: WINTER - O GOLFINHO - TRAILER 02 (DOLPHIN TALE, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Todd Phillips
Diretor(es): Charlew Martin Smith
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Processo: 08017.003745/2011-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: WINTER - O GOLFINHO (DOLPHIN TALE, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): David Yates
Diretor(es): Charles Martin Smith
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Tema: Superação
Processo: 08017.003824/2011-25
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A ÁRVORE DO AMOR (UNDER THE HAETHORN TREE, China - 2010)
Produtor(es): Cao Huaiyi
Diretor(es): Zhang Yimou
Distribuidor(es): Serendip Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Processo: 08017.003832/2011-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: LATE BLOOMERS - O AMOR NÃO TEM FIM (LATE BLOOMERS, Inglaterra - 2011)
Produtor(es): Sylvine Pialat
Diretor(es): Julie Gravas
Distribuidor(es): Serendip Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Romance
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Processo: 08017.003833/2011-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: QUAL O SEU NUMERO? (WHAT`S YOURS NUMBER?, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Beau Flynn
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Relacionamento
Processo: 08017.003865/2011-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: AMANHÃ NUNCA MAIS (Brasil - 2011)
Produtor(es): Paulo Roberto Schmidt
Diretor(es): Tadeu Jungle
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.003886/2011-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PALAVRA CANTADA 3D (Brasil - 2011)
Produtor(es): Marcelo Mazzetti Siqueira
Diretor(es): Marcelo Mazzetti Siqueira
Distribuidor(es): Cinemark
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aprendizado
Processo: 08017.003902/2011-91
Requerente: MARCELO MAZZETTI SIQUEIRA

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 23 de setembro de 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007;

Processo MJ nº 08017.002398/2011-11
Série: "ENTOURAGE - FAMA E AMIZADE III"
Título Original: "ENTOURAGE III"
Episódios: 301 a 320
Emissora: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A
Tema: Celebridades

CONSIDERANDO que a terceira temporada da série "ENTOURAGE - FAMA E AMIZADE" foi apresentada sob a forma de autoclassificação por episódio, formando-se 20 processos com seus respectivos números de protocolo de 08017.002398/2011-11 a 08017.002417/2011-09.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou haver coerência temática entre eles.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem como objetivo transmitir aos cidadãos informação completa e de fácil compreensão sobre o conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que, no presente caso, para melhor informar aos cidadãos e em atenção aos princípios da razoabilidade, do interesse público e da eficiência.

CONSIDERANDO o requerimento de classificação de "não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos".

CONSIDERANDO as cenas de consumo de drogas lícitas e referência a drogas ilícitas, bem como de linguagem chula e relação sexual.

Resolvo apensar os processos de número protocolar de 08017.002399/2011-57 a 08017.002417/2011-09 ao processo 08017.002398/2011-11, e

INDEFERIR os pedidos de autoclassificação dos episódios aqui referidos para atribuir à 3ª Temporada da série "ENTOURAGE - FAMA E AMIZADE III" a classificação única de "Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos", por apresentar drogas, linguagem imprópria e conteúdo sexual.

Processo MJ nº 08017.002245/2011-65
Série: "ELAS E EU - 4ª TEMPORADA"
Título Original: "ALL OF US"
Episódios: 5851 a 5872
Emissora: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Tema: Relacionamento

CONSIDERANDO que a quarta temporada da série "ELAS E EU" foi apresentada na forma de autoclassificação por episódio, formando-se vinte e dois processos com seus respectivos números de protocolo de 08017.002245/2011-65 a 08017.002266/2011-81.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou haver continuidade da trama, e coerência temática dos episódios.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem o objetivo de transmitir informação completa e de fácil compreensão acerca do conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que, no presente caso, para melhor informar aos cidadãos e em atenção aos princípios da razoabilidade, do interesse público e da eficiência.

CONSIDERANDO que a obra apresenta consumo de drogas lícitas e conteúdos de sexo apresentado em baixa freqüência e com pouca relevância para a compreensão da trama.

Resolvo apensar os processos de número 08017.002246/2011-18 a 08017.002266/2011-81 ao processo 08017.002245/2011-65, e

DEFERIR os pedidos de autoclassificação dos episódios aqui referidos e atribuir à 4ª Temporada da série "ELAS E EU" a classificação única de "Livre".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Interministerial MPS/MF/Nº 579, de 23 de setembro de 2011, publicada no DOU de 26/9/2011, seção 1, página 31, no art. 3º, parágrafo 2º, onde se lê: "...no período de 1º de outubro de 2011 até 30 de novembro de 2011..." leia-se: "...no período de 1º de outubro de 2011 até 1º de novembro de 2011...".

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE
EM RECIFE
GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM TERESINA

DESPACHO DO GERENTE EXECUTIVO

Despacho Decisório Conjunto PRES/DIROFL nº 42/2010, de 06/12/2010 - Processo nº 35226.001887/2010-73 - INTERESSADA: Gerência Executiva em Teresina-PI - ASSUNTO: Alienação de imóvel do Plano Nacional de Desimobilização - PND. -MODALIZADE: Venda Direta. - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.481 de 31.05.2007 e Lei nº 8.666 de 31.06.1993 e demais normas em vigor. DECISÃO: 1- Considerando os vários procedimentos constantes do processo, estando o mesmo instruído de acordo as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas do Regimento Interno aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009, publicada no DOU nº 214, de 10.11.2009, e Portaria nº 1.003/INSS/PRES, de 17.10.2008, publicada no DOU nº 210, de 29.10.2008, HOMOLOGO o procedimento de alienação mediante Venda Direta e ADJUDICO o imóvel situado na Rua Clodoaldo Freitas, 967, Centro, Teresina-Piauí, alienado por Venda Direta ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, com o CNPJ nº 06.981.344/0001-05, pelo valor de R$ 1.941.000,00 (um milhão, novecentos e quarenta e um mil reais) à vista.

CARLOS AUGUSTO DA SILVA VIANA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.277, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Certifica unidades hospitalares como Hospital de Ensino.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400, de 2 de outubro de 2007, que estabelece os critérios obrigatórios para a certificação como Hospitais de Ensino das instituições hospitalares que servirem de campo para a prática de atividades curriculares na área da saúde, sejam Hospitais Gerais e, ou Especializados, vinculados a Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, ou, ainda, formalmente conveniados com Instituição de Ensino Superior; e

Considerando a Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.916, de 21 de setembro de 2010, que constitui a Comissão de Certificação dos Hospitais de Ensino e o Grupo de Técnicos Certificadores, resolvem:

Art. 1º Certificar, como Hospital de Ensino, as unidades hospitalares descritas no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º A certificação de que trata este ato terá a validade de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar, conforme § 3º, art. 4º, da Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400 de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Sáude

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	HOSPITAL	CNPJ	CNES
PR	Cascavel	Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE	00.944.673/0002-80	2738368
PR	Curitiba	Hospital Erasto Gaertner/ Liga Paranaense de Combate ao Câncer	76.591.049/0001-28	0015644
PR	Curitiba	Hospital da Cruz Vermelha	07.404.052/0001-72	0015423
RS	Pelotas	Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	89.876.114/0001-03	2252694
RS	Pelotas	Santa Casa de Misericórdia de Pelotas	92.219.559/0001-25	2253054

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.278, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Certifica 8 (oito) unidades hospitalares como Hospital de Ensino.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.400, de 2 de outubro de 2007, que estabelece os critérios obrigatórios para a certificação como Hospitais de Ensino das instituições hospitalares que servirem de campo para a prática de atividades curriculares na área da saúde, sejam Hospitais Gerais e, ou Especializados, vinculados a Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, ou, ainda, formalmente conveniados com Instituição de Ensino Superior; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.916, de 21 de setembro de 2010, que constitui a Comissão de Certificação dos Hospitais de Ensino e o Grupo de Técnicos Certificadores, resolvem:

Art. 1º Certificar, como Hospital de Ensino, as unidades hospitalares descritas a seguir:

UF	MUNICÍPIO	HOSPITAL	CNPJ	CNES
AL	Maceió	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	24.464.109/0001-48	2006197
BA	Salvador	Hospital Ana Nery	02.466.144/0001-63	0003875
MG	Belo Horizonte	Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves	18.720.938/0001-41	0027863
PA	Belém	Hospital João de Barros Barretos	00.394.544/0059-00	2332981
RJ	Campos dos Goytacazes	Hospital Álvaro Alvim	28.964.252/0001-50	2287447
RJ	Rio de Janeiro	Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas	33.781.055/0010-26	2288338
SP	Bauru	Hospital de Reabilitações de Anomalias Faciais	63.025.530/0082-70	2790564
SP	São Paulo	Hospital A. C. Camargo	60.961.968/0001-06	2077531

Art. 2º A certificação de que trata este ato terá a validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar, conforme parágrafo 3º, art. 4º, da Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400, de 2 de outubro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Sáude

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.279, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Altera, para 30 de novembro de 2011, o prazo fixado para validade da Certificação como Hospital de Ensino.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400, de 2 de outubro de 2007, que estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospital de Ensino; e

Considerando a necessidade de adequar o prazo para a validade da certificação dos Hospitais de Ensino, instituído pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 439, de 4 de março de 2009, resolvem:

Art. 1º Alterar, para 30 de novembro de 2011, o prazo fixado para validade da certificação como Hospital de Ensino das unidades hospitalares descritas no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Sáude

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	CNPJ	CNES
PB	João Pessoa	Hospital Universitário Lauro Wanderley - UFPB	24.098.477/0007-05	2400243
PE	Recife	Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros - CISAM	11.022.597/0012-44	2711613
RJ	Nitéroi	Hospital Universitário Antonio Pedro	28.523.215/0003-78	0012505
SP	Campinas	Hospital Municipal Dr. Mário Gatti	47.018.676/0001-76	2081490

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 40, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.003206/2010-61	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Art. 20, caput, da Lei nº 9.656/98 c/c art. 7º, da RN 99/05, c/ penalidade prev. no art. 34, da RN nº124/06, pela constatação da conduta de "não comunicar à ANS os percentuais aplicados às contraprestações pecuniárias de contratos coletivos, no prazo prev. em resolução específica, benef. A.C.V.M., contrato coletivo por Adesão, firmado através da Divicom, plano Class 620 A, 29%, em 04/10, prod. registrado sob o n.º 439249023...".	Anulação do AI 35588

JAILTON AZEVEDO CANCIO

NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.003720/2010-37	CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO LTDA.	363766.	31.488.208/0001-25	Cobrar co-participação de pacote pronto socorro ref. consultas realizadas nos dias 23/01/10, 25/03/10 e 16/04/10, no valor de 33,50, do Sr. R.R.R., nos boletos c/ vencimento em 10/03/10 e 10/05/10, em desacordo c/ Anexo B do contrato.(Art.25 da Lei 9.656)	144.000,00 (CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO NO PARÁ

DECISÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo Pará - NUCLEO DA ANS PARA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25773.012936/2009-18	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Deix. de gar.cob.proc. medicamento nacionalizado remicade p/ tratamento de patologia prev. na bula do prod., ao benef. MFC, em 10/09. Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.003971/2010-82	SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO BRAZ	SEM REGISTRO.	04.932.315/0001-28	Descumprimento de natureza contratual, estabelecido no item exames de laboratório, do contrato do benef. JSS, ao deix. de gar.cob.proc.troponina, hemograma, CPK, CP-MB, TGO e TGP, solic. em 29/5/10. Infr. art. 25 da Lei 9656/98.	60000 (SESSENTA MIL REAIS)
25773.009543/2010-52	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Deix. de gar.cob.proc. p/ exames fosfatase alcalina, birlirrubina, amilase, lipase e proteína C reativa, solic. em 9/6/10, à benef. MLB. Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25773.000018/2010-71	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Deix. de gar.cob.proc. artroscopia do ombro direito, solic. em 4/11/09, a benef. MEMB.Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25773.011493/2010-73	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deix. de gar.cob.proc. de punção venosa profunda p/ colocação de catéter, em 14/7/10, ao benef. BMC.Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25773.013850/2010-38	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deix. de gar.cob.proc. cintilografia do corpo inteiro (pci), solic. em 01/7/10, a benef. ACRAN.Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25773.011925/2010-46	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deix. de gar.cob.proc. despesas hospitalares, no hospital Antônio Prudente, em 14/5/10, ao benef. AOCB.Infr. art.12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25773.007988/2010-06	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Deix. de gar.cob.proc. angiotomografia de aorta torácica, em caráter de emergência, ao benef. SBFQ, em 04/10. Infr.art. 35-C da Lei 9656/98.	100000 (CEM MIL REAIS)
25773.010839/2010-16	CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA	416339.	07.966.459/0001-93	Aplicar reaj. na mensalidade da benef. MROD, em percentual acima do autorizado pela ANS, em 05/10.Infr. art. 25 da Lei 9656/98.	27000 (VINTE E SETE MIL REAIS)
25773.011516/2010-40	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Aplicar reaj. por variação de faixa etária acima do contratado, a partir de 10/03, parcelado em 10 anos, em descumprimento ao contrato da benef. RSV. Aplicar reaj. por variação anual de custos, acima do contratado, em 02/07 e 2010, na mensalidade da benef. RSV.Infr. art. 25 da Lei 9656/98.	135000 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL REAIS)
25773.013523/2010-86	UNIMED NATAL SOC. COOP. DE TRAB. MEDICO	335592.	08.380.701/0001-05	Deix de gar.cob.proc. consulta mécia na especialidade de pediatria, em 14/9/10, à benef. ALSRPM. Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25773.010734/2010-67	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Aplicar reaj. de 70,82% por variação de faixa etária, em 04/10, sobre a mensalidade do benef. FALB, sem previsão de percentual ou variação de valores entre as faixas estárias estabelecidas no contrato. Infr. art. 15 da Lei 9656/98.	45000 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25773.010740/2010-14	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Deix. de gar.cob.proc. de PCR p/ BCR-ABL-P190, PCR p/ BCR-ABL-P210 e PCR p/ BCR-ABL-P230, solic. 06/10, ao benef. LNPC. Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25773.010838/2010-71	CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA	416339.	07.966.459/0001-93	Aplicar, em 05/10, reaj. por variação anual de custos na mensalidade do benef. AAA, em desacordo c/ a cláusula 13.2 do contrato do benef..Infr. art. 25 da Lei 9656/98.	27000 (VINTE E SETE MIL REAIS)
25780.005631/2010-96	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deix. de gar.cob.proc. cirúrgico de colelitiase, a partir de 23/4/10, para a benef. LCAE.Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)

UENDER SOARES XAVIER

NÚCLEO NO PARANÁ

DECISÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A Chefe - NUCLEO DA ANS PARANA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.012113/2010-17	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Deix. de gar. as coberts. obrigats. prevs. no art. 12, I, "a" da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde (Art.12, I, "a" da Lei 9.656)	80000 (OITENTA MIL REAIS)

TATIANA NOZAKI GRAVE

NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

DECISÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.014058/2011-11	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deix. de gar. as coberts. obrigats. prevs no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

LUIZ PAULO FAGGIONI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.214563/2010-59	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deix. de cumprir as obrigações prevs. nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 47.104 / Arquivamento
33902.287642/2010-89	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Exigir ou aplicar reajs. ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.25 da Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.199279/2010-45	MAYER SISTEMAS DE SAÚDE LTDA	412244.	03.749.638/0001-18	Deix. de garant. as coberts. obrigats. prevs. (Art.12, I da Lei 9.656/98)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.079, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Centro Beneficente dos Motoristas de São Paulo.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXIV do art. 4º da Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o inciso I e III do art. 82, da RN n.º 197, de 16 de julho de 2009, e na forma do disposto no art. 24 da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, em reunião ordinária de 12 de julho de 2011, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves, constantes no processo administrativo n.º 33902.075918/2010-88, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretado o regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Centro Beneficente dos Motoristas de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.440.185/0001-02, registro ANS nº 30808-1 e com fulcro no § 2º, do art. 99, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação da operadora, o dia 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE n° 2.018, de 12 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 92, de 16 de maio de 2011, Seção 1 pág. 66, Suplemento pág. 47.

Onde se lê:
EMPRESA: ABUD TRANSPORTE LTDA
ENDEREÇO: RUA ITAGUAJÉ 16
BAIRRO: CUMBICA CEP: 07170520 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 53.641.692/0001-13
PROCESSO: 25351.203703/2011-86 AUTORIZ/MS: 1.08816.0
ATIVIDADE/ CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: ABUD TRANSPORTE LTDA
ENDEREÇO: RUA ITAGUAJÉ 16
BAIRRO: CUMBICA CEP: 07170520 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 53.641.692/0001-13
PROCESSO: 25351.203703/2011-86 AUTORIZ/MS: 1.08816.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 3.234, de 26 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 146, de 1 de agosto de 2011, Seção 1 pág. 74, Suplemento pág. 61 e 62.

Onde se lê:
EMPRESA: ROYTON QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CASA GRANDE, N° 850
BAIRRO: JARDIM PIRAPORINHA CEP: 09961350 - DIADEMA/SP
CNPJ: 46.385.514/0001-03
PROCESSO: 25992.002972/77 AUTORIZ/MS: 1.00408.1
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
FRACIONAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FAR
Leia-se:
EMPRESA: ROYTON QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CASA GRANDE, N° 874
BAIRRO: JARDIM PIRAPORINHA CEP: 09961350 - DIADEMA/SP
CNPJ: 46.385.514/0001-03
PROCESSO: 25992.002972/77 AUTORIZ/MS: 1.00408.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
FRACIONAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE N.º 3.460, de 05 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 151, de 08 de agosto de 2011, Seção 1 Pag. 81 e Suplemento Págs. 76, 86 e 87.

Onde se lê:
EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: AVENIDA WASHINGTON SOARES N°4200
BAIRRO: SEIS BOCAS CEP: 60830641 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 06.626.253/0145-35
PROCESSO: 25351.298679/2011-79 AUTORIZ/MS: 0.77994.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: AVENIDA WASHINGTON SOARES N°4200
BAIRRO: SEIS BOCAS CEP: 60830641 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 06.626.253/0145-35
PROCESSO: 25351.298679/2011-79 AUTORIZ/MS: 0.77994.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA ROSARIO S/A
ENDEREÇO: PRA DOM EMANOEL GOMES DE OLIVEIRA N°
184 QD C LT 20
BAIRRO: JUNDIAI CEP: 75113020 - ANÁPOLIS/GO
CNPJ: 00.447.821/0046-72
PROCESSO: 25351.375462/2011-90 AUTORIZ/MS: 0.77961.6
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA ROSARIO S/A
ENDEREÇO: PRA DOM EMANOEL GOMES DE OLIVEIRA N° 184 QD C LT 20
BAIRRO: JUNDIAI CEP: 75113020 - ANÁPOLIS/GO
CNPJ: 00.447.821/0046-72
PROCESSO: 25351.375462/2011-90 AUTORIZ/MS: 0.77961.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 4.090, de 09 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 175, de 12 de setembro de 2011, Seção 1 Pag. 41 e Suplemento Págs 55 e 67.

Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA SÃO PAULO S/A.
ENDEREÇO: RUA PREFEITO AMERICO PERRELLA, Nº 83
BAIRRO: CENTRO CEP: 09310000 - MAUÁ/SP
CNPJ: 61.412.110/0029-56
PROCESSO: 25351.659433/2010-24 AUTORIZ/MS: 0.70330.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA SÃO PAULO S/A.
ENDEREÇO: RUA PREFEITO AMERICO PERRELLA, Nº 83
BAIRRO: CENTRO CEP: 09310000 - MAUÁ/SP
CNPJ: 61.412.110/0029-56
PROCESSO: 25351.659433/2010-24 AUTORIZ/MS: 0.70330.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE n° 5.304, de 19 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 222, de 22 de novembro de 2010, Seção 1 pág. 72, Suplemento pág. 4.

Onde se lê:
EMPRESA: AEROSOFT CARGAS AÉREAS LTDA
ENDEREÇO: AV. DAMASCENO VIEIRA No- 135
BAIRRO: VILA SANTA CATARINA CEP: 04363040 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 01.014.373/0001-84
PROCESSO: 25351.26285/2010-34 AUTORIZ/MS: 1.08346.6
ATIVIDADE/CLASSE:
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: AEROSOFT CARGAS AÉREAS LTDA
ENDEREÇO: AV. DAMASCENO VIEIRA Nº 135
BAIRRO: VILA SANTA CATARINA CEP: 04363040 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 01.014.373/0001-84
PROCESSO: 25351.262865/2010-34 AUTORIZ/MS: 1.22583.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Na Resolução - RE N.º 5.608, de 03 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 232, de 06 de dezembro de 2010, Seção 1 Pag. 54 e Suplemento Págs. 47 e 52.

Onde se lê:

EMPRESA: farmacia pisoni ltda me

ENDEREÇO: JULIO DE CASTILHOS, Nº 594

BAIRRO: centro CEP: 96810000 - SANTA CRUZ DO SUL/RS

CNPJ: 10.398.085/0001-61

PROCESSO: 25351.733068/2010-86 AUTORIZ/MS: 0.71798.6

ATIVIDADE/ CLASSE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: farmacia pisoni ltda me

ENDEREÇO: JULIO DE CASTILHOS, Nº 594

BAIRRO: centro CEP: 96810000 - SANTA CRUZ DO SUL/RS

CNPJ: 10.398.085/0001-61

PROCESSO: 25351.733068/2010-86 AUTORIZ/MS: 0.71798.6

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 15 de setembro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ALERE S/A

25759.234926/2008-21 - AIS:297952/08-7(095/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

25759.161589/2008-45 - AIS:205284/08-9(473/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

AMETECH TRADING LTDA

25743.272836/2008-15 - AIS:344991/08-2(005/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

CAFE E BAR AEROPORTO SANTOS DUMONT LTDA

25752.381549/2006-16 - AIS:510696/06-6(019/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

COM. IMP. DE PROD. MED. HOSP. PROSINTESE LTDA

25759.096550/2008-40 - AIS:125851/08-6(058/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

DOHLER AMERICA LATINA LTDA

25759.601480/2007-73 - AIS:749989/07-2(1005//07)-(25759.601554/2007-71- APENSO) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

DUAS RODAS INDUSTRIAL LTDA.

25759.602570/2007-81 - AIS:751328/07-3(1017/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

25351.826382/2008-28 - AIS:035334/08-5(009/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

FLEXIMED COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

25759.145416/2008-80 - AIS:185201/08-9(472/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃOPAULO

25759.117921/2008-34 - AIS:151323/08-1(080/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA

25752.301695/2006-76 - AIS:401319/06-1(039/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

ISS MARINE SERVICES LTDA

25752.124187/2006-68 - AIS:166416/06-6(010/06)-(25752.124247/2006-42 - APENSO) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

ISS MARINE SERVICES LTDA

25752.124218/2006-81 - AIS:166458/06-1(011/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

LOGISTIC NETWORK TECHNOLOGY COMERCIO IN-PORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A

25741.420582/2008-60 - AIS:551970/08-5(008/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

MCCAIN DO BRASIL ALIMENTOS LTDA

25759.086799/2008-47 - AIS:114261/08-5(057/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil (reais)

MEIWAY - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

25767.725371/2008-11 - AIS:931556/08-0(142/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA

25752.123850/2006-15 - AIS:165970/06-7(008/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

SARSTEDT LTDA

25759.602357/2007-70 - AIS:751072/07-1(1007/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

SC BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

25741.626212/2008-34 - AIS:807789/08-4(016/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

SUPORTE HOSPITALAR LTDA

25752.024086/2006-98 - AIS:031558/06-3(003/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais)

Em 21 de setembro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ALPHA TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA

25759.662318/2008-11 - AIS:853196/08-0(118/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)

AMWAY DO BRASIL LIMITADA

25759.228164/2008-23 - AIS:289090/08-9(980/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)

ATRAMAT DO BRASIL LTDA

25759.111477/2008-43 - AIS:143744/08-5(360/07)-(25759.111451/2008-03 APENSO) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA S.A.

25759.296253/2007-11 - AIS:381850/07-1(552/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

CALIMP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

25759.664130/2008-07 - AIS:855441/08-2(061/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

CARGILL AGRICOLA S A

25759.573039/2007-94 - AIS:714898/07-4(053/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

CONRAD MILLA COMERCIAL LTDA ME

25759.118557/2008-20 - AIS:152080/08-6(002/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

25351.233564/2009-21 - AIS:300448/09-1(015/09) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

ESTRELA DO SUL SAUDE AMBIENTAL LTDA ME

25759.018790/2007-22 - AIS:023580/07-6(794/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

ID COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

25759.664976/2008-39 - AIS:856405/08-1(090/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

LABORATÓRIO AMERICANO DE FARMACOTERAPIA S/A

25759.183216/2007-44 - AIS:232466/07-1(334/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S/A

25759.224788/2007-91 - AIS:286628/07-5(458/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

RODOVISA TRANSPORTES LTDA

25759.494012/2007-36 - AIS:626762/07-9(938/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

SABUGÍ LOGÍSTICA LTDA

25759.228106/2008-08 - AIS:289005/08-4(929/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

SOCIEDADE HOSPITAL SAMARITANO

25759.195539/2007-81 - AIS:248950/07-3(414/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

TRANSPORTE GUGA

25751.009512/2009-66 - AIS:011908/09-3(013/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA

25351.233684/2009-70 - AIS:300620/09-4(023/09) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

WELEDA DO BRASIL LABORATÓRIO E FARMÁCIA LTDA

25759.228127/2008-15 - AIS:289040/08-2(952/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

WELEDA DO BRASIL LABORATÓRIO E FARMÁCIA LTDA

25759.228138/2008-03 - AIS:289057/08-7(953/06) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA

25759.438921/2007-94 - AIS:564302/07-3 (744/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

AEROSUR - AEROTRADE BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA

25759.237262/2007-71 - AIS:303199/07-3 (473/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA

25759.227329/2007-69 - AIS:290025/07-4 (465/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

CENTRO AUDITIVO WIDEX BRASITOM LTDA

25759.321766/2007-78 - AIS:415411/07-8 (594/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

25759.124514/2008-83 - AIS:159088/08-0 (104/08) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

DADE BEHRING LTDA

25759.533348/2007-21 - AIS:669106/07-4 (805/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

25759.035012/2007-06 - AIS:044845/07-1 (39/07) - GG-PAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25759.163253/2008-17 - AIS:207172/08-0 (087/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
FORMED - REPRESENTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS, ESTETICOS E COSMETICOS LTDA.
25759.447649/2007-33 - AIS:574034/07-7 (749/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
25767.432849/2008-73 - AIS:570250/08-0 (025/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
MD INTERNATIONAL, EQUIPAMENTOS MEDICOS, COMERCIO E SERVICO LTDA.
25759.224763/2007-97 - AIS:286596/07-3 (457/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
MEDICAL LINE COMÉRCIO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
25759.050764/2007-99 - AIS:065769/07-7 (067/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A
25759.296362/2007-39 - AIS:381993/07-1 (563/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A
25759.057623/2007-05 - AIS:074755/07-6 (070/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A
25759.483878/2007-11 - AIS:615462/07-0 (825/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
SWISSPORT BRASIL LTDA
25759.659538/2008-59 - AIS:849751/08-6 (35/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
VISTATEK PRODUTOS OTICOS S/A
25759.321817/2007-61 - AIS:415472/07-0 (602/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
VRG LINHAS AÉREAS S/A
25759.309971/2007-65 - AIS:399805/07-3 (574/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

Em 22 de setembro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

BAYER S/A
25759.201694/2008-24 - AIS:255279/08-5 (903/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
BLAUSIEGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25759.576890/2007-79 - AIS:720147/07-8 (970/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)
DELLY KOSMETIC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
25752.176803/2006-66 - AIS:235924/06-3 (016/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
ISP DO BRASIL LTDA
25759.664244/2008-49 - AIS:855566/08-4 (79/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A
25752.020647/2007-61 - AIS:026070/07-3 (027/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
LACSA LINEAS AEREAS COSTARRICENCES S/A
25759.224657/2007-11 - AIS:286458/07-4 (448/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
LACSA LINEAS AEREAS COSTARRICENCS S/A
25759.447902/2007-59 - AIS:574303/07-6 (757/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
25759.168317/2007-95 - AIS:213496/07-9 (198/05) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA
25759.624020/2007-13 - AIS:777439/07-7 (1068/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
RADIM LATINO AMERICA DIAGNOSTICO LTDA.
25767.277249/2008-36 - AIS:352116/08-8 (025/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
SUPERINTENDENCIA DO PORTO DO RIO GRANDE
25751.098350/2009-89 - AIS:124534/09-1 (02/09) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
TAM LINHAS AÉREAS S/A
25756.141361/2009-19 - AIS:183192/09-5 (007/09) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)
TERMINAL PARA CONTEINERES DA MARGEM DIREITA S.A.
25767.433179/2008-11 - AIS:570690/08-4 (024/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA
25759.644471/2007-77 - AIS:801240/07-7 (1089/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A
25759.479824/2006-71 - AIS:642147/06-4 (692/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
EDUARDO DE FARIA LOYO
25757.082106/2009-84 - AIS:102616/09-0 (01/09) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA
25759.478948/2007-10 - AIS:610042/07-2 (129/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
FUNDAÇÃO UNIVESITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO
25752.159121/2007-70 - AIS:201985/07-0 (22/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
25752.242088/2006-67 - AIS:323175/06-5 (92/06) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
IMPRINT DO BRASIL LTDA
25759.541036/2008-72 - AIS:705504/08-8 (206/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
INTERNACIONAL MARITIMA LTDA
25745.687663/2008-16 - AIS:884725/08-8 (27/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
INTERNACIONAL MARITIMA LTDA
25745.684037/2008-60 - AIS:880174/08-6 (26/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.145405/2008-08 - AIS:185189/08-6 (480/07) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
MARIA IZABEL DIAS SANTOS
25765.206765/2009-75 - AIS:266809/09-2 (06/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 13.000,00 (Treze mil reais)
SABINO DE OLIVEIRA COMERCIO E NAVEGAÇAO - SANAVE S/A
25753.737331/2008-89 - AIS:946289/08-9 (36/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
SOUTH AFRICAN AIRWAYS
25759.245739/2007-91 - AIS:314317/07-1 (488/07) 25759.309980/2007-56 apenso) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
SOUTH AFRICAN AIRWAYS
25759.553428/2007-01 - AIS:691752/07-6 (956/07) 25759.592055/2007-86 e 25759.604421/2007-57 apensos) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
25743.784160/2008-51 - AIS:173472/08-5 (024/08) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
VRG LINHAS AÉREAS S/A
25759.171188/2007-12 - AIS:217214/07-3 (366/07) 25759.180522/2007-29 apenso) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

CARESTREAM DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
25759.148111/2008-20 - AIS:188650/08-9 - (710/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
25767.346168/2006-21 - AIS:462901/06-9 - (100/05)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
COM. IMP. DE PROD. MED. HOSP. PROSINTESE LTDA
25759.644384/2007-10 - AIS:801119/07-2 -(1061/07)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA
25759.661947/2008-15 - AIS:852724/08-5 - (034/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
J. R. COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA.
25747.170205/2009-90 - AIS:221371/09-1 - (002/09)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.487034/2007-40 - AIS:618645/07-9 - (201/06)- GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
K G SORENSEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
25759.055557/2003-05 - AIS:204743/03-8 - (218/03)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
KRONOS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA.-ME
25767.316067/2007-15 - AIS:407722/07-9 - (069/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
M17 CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP
25759.772173/2008-91 - AIS:989574/08-4 - (056/08)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
OPTO ELETRÔNICA S/A
25759.156510/2008-64 - AIS:198804/08-2 - (479/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
ORTHO PAUHER INDUSTRIA E COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA
25759.610333/2007-94 - AIS:760844/07-6 - (1043/07)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
PURAS DO BRASIL S/A
25765.223356/2009-22 - AIS:287484/09-9 - (002/09)-GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RADIM LATINO AMERICA DIAGNOSTICO LTDA.
25759.661976/2008-87 - AIS:852758/08-0 - (035/07)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA.
25758.251543/2009-76 - AIS:323686/09-2 - (08/09)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
25767.012884/2009-61 - AIS:016006/09-7 - (185/08)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
STRYKER DO BRASIL LTDA
25759.040941/2008-18 - AIS:051641/08-4 - (1002/07)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
TERRESTRE AMBIENTAL LTDA
25767.533943/2008-49 - AIS:696720/08-5 -(108/08)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
ZIM DO BRASIL LTDA.
25767.064489/2007-91 - AIS:083152/07-2 - (027/07)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Em 23 de setembro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ALCON LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.
25759.642261/2008-25 - AIS:827830/08-0 (265/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS
25767.886134/2008-32 - AIS:650428/08-1 (165/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)
EMPRESA: COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS
25767.809056/2008-91 - AIS:767168/08-7 (159/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
DUAS RODAS INDUSTRIAL LTDA.
25741.892986/2008-88 - AIS:439324/08-4 (05/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
FIRMENICH & CIA. LTDA
25759.337696/2008-51 - AIS:426646/08-3 (157/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
GAMBRO DO BRASIL LTDA
25759.730747/2008-35 - AIS:938107/08-4 (50/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA
25759.333027/2008-18 - AIS:421538/08-9 (171/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
GOL TRANSPORTES AÉREOS S.A
25759.407597/2007-62 - AIS:526167/07-8 (707/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
IFF ESSÊNCIAS E FRAGÂNCIAS LTDA
25759.476522/2008-11 - AIS:625284/08-2 (172/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
IFF ESSÊNCIAS E FRAGÂNCIAS LTDA
25759.540994/2008-26 - AIS:705459/08-9 (242/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.371738/2008-82 - AIS:474837/08-9 (141/08) 25759.376739/2008-13 25759.475528/2008-62 (apensos) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 192.000,00 (Cento e noventa e dois mil reais)
KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25741.041554/2009-95 - AIS:050983/09-3 (04/09) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
M.A GOBBI DEDETIZADORA ME
25759.691684/2008-79 - AIS:889763/08-8 (39/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25759.541910/2008-71 - AIS:706523/08-0 (233/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
MESQUITA S/A TRANPORTES E SERVIÇOS
25767.758524/2008-07 - AIS:972958/08-5 (155/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
OCEANUS AGENCIA MARITIMA SA
25745.805504/2008-11 - AIS:431059/08-4 (42/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
TAM LINHAS AEREAS S/A
25751.836485/2008-23 - AIS:613309/08-6 (031/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
ZIM DO BRASIL LTDA.
25767.543066/2008-14 - AIS:707886/08-2 (116/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)

PAULO BIANCARDI COURY

RETIFICAÇÃO

No DOU nº.171 , de 05/09/2011, Seção 1, pág. 92, do Processo 25759.662094/2008-39 AIS 852902/08-7 (052/07) - GG-PAF/ANVISA, da empresa DIAGNO PLAN. COM. EXPORTAÇÃO LTDA

Onde se lê: "Penalidade de multa no valor de R$ 600,00 (seicentos reais)",

Leia-se: "Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)".

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 588, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre/RS

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 98/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052918/2010-45, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, CNES nº 6592783, inscrita no CNPJ nº 92.741.016/0001-73, com sede em Porto Alegre/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 589, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Santa Casa de Caridade de Uruguaiana, com sede em Uruguaiana /RS.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 111/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052747/2010-54(CNAS nº 71000.115853/2009-30), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Santa Casa de Caridade de Uruguaiana, CNES nº 2248190, inscrita no CNPJ nº 98.416.225/0001-28, com sede em Uruguaiana/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 590, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Associação Hospitalar Santa Teresa, com sede em Guarani das Missões/RS.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 101/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.023622/2010-17 (CNAS nº 71000.042379/2009-10), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 2.536/1998 e legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Associação Hospitalar Santa Teresa, CNES nº 2259931, inscrita no CNPJ nº 90.456.070/0001-41, com sede em Guarani das Missões/RS.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 19/10/2009 a 18/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 591, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Asilo Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede em Santa Bárbara/MG.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 93/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.655887/2009-45, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Asilo Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, CNES nº 2144638, inscrita no CNPJ nº 24.378.986/0001-04, com sede em Santa Bárbara/MG .

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 592, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano, com sede em Pedro Leopoldo/MG.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 112/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.663671/2009-53, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano, CNES nº 2154560, inscrita no CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo/MG.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 593, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Associação da Casa de Caridade de Conservatória, com sede em Valença/RJ.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 107/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.661129/2009-66, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Associação da Casa de Caridade de Conservatória, CNES nº 2295075, inscrita no CNPJ nº 32.352.809/0001-79, com sede em Valença/RJ.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 594, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Casa de Caridade de Piraí, com sede em Piraí/RJ.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 95/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.657160/2009-01, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Casa de Caridade de Piraí, CNES nº 2267187, inscrita no CNPJ nº 31.424.245/0001-70, com sede em Piraí/RJ.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 595, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, com sede em Descanso/SC.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 96/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.660218/2009-95, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, CNES nº 2378876, inscrita no CNPJ nº 83.520.122/0001-36, com sede em Descanso/SC.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 10/11/2011 a 09/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 596, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Indefere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Movimento de Reintegração do Hanseniano Núcleo Anápolis, com sede em Anápolis/GO.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE);

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade; e

Considerando o Parecer Técnico nº 100/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.023501/2010-75 (CNAS nº 71010.001617/2009-18), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos constantes dos Incisos I, III e IV do art. 4º do Decreto nº 2.536/1998 e NBCT 3.2, 3.5, 3.6 e 10.19.2.1, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Movimento de Reintegração do Hanseniano Núcleo Anápolis, CNES nº 2442841, inscrito no CNPJ nº 01.688.746/0001-00, com sede em Anápolis/GO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 597, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Indefere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Sociedade Espanhola de Beneficência, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE);

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade; e

Considerando o Parecer Técnico nº 92/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052827/2010-18(CNAS Nº 71010.005045/2009-46), que concluiu não terem sido atendidos os requisitos constantes do Inciso I do art. 8º da Lei 12.101/2009, do Decreto nº 7.237/2010, da NBCT 10.19.2.2 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Sociedade Espanhola de Beneficência, CNES nº 2298759, inscrita no CNPJ nº 33.005.638/0001-74, com sede no Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 598, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba, com sede em Piracicaba/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições;

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 105/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.659981/2009-73, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba, CNES nº 2772310, inscrita no CNPJ nº 54.370.630/0001-87, com sede em Piracicaba/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 599, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Fundação Luiz João Labronici, com sede em Boituva/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n°. 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 117/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052888/2010-77, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 7.237/2010 e demais atos regulamentares, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Fundação Luiz João Labronici, CNES nº 2081261, inscrita no CNPJ nº 45.484.383/0001-59, com sede em Boituva/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 600, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Riolândia, com sede em Riolândia/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social,

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 109/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052928/2010-81(CNAS nº 71000.115954/2009-19), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Riolândia, CNES nº 2081571, inscrito no CNPJ nº 49.017.353/0001-93, com sede em Riolândia/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 21/03/2010 a 20/03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 601, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Santa Casa Anna Cintra, com sede em Amparo/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos,

Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 104/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.025131/2010-19 (CNAS nº 71010.001675/2009-41), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 2.536/1998 e legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Santa Casa Anna Cintra, CNES nº 2078848, inscrita no CNPJ nº 43.464.197/0001-22, com sede em Amparo/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 602, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul, com sede em Vargem Grande do Sul/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 116/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.665309/2009-17, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde ao Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul, CNES nº 2081903, inscrita no CNPJ nº 72.863.665/0001-30, com sede em Vargem Grande do Sul/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 603, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Fé do Sul, com sede em Santa Fé do Sul/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 97/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052871/2010-10 (CNAS nº 71000.115953/2009-66), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Fé do Sul, CNES nº 2093332, inscrita no CNPJ nº 50.572.395/0001-75, com sede em Santa Fé do Sul/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 604, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, com sede em Mogi Mirim/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 106/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.052778/2010-13 (CNAS Nº 71010.005103/2009-31), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, CNES nº 2088193, inscrita no CNPJ nº 52.775.392/0001-64, com sede em Mogi Mirim/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 605, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Fundação Leonor de Barros Camargo, com sede em São Paulo/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos,

Considerando o Art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

Considerando o Parecer Técnico nº 115/2011-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.024455/2010-21 (CNAS nº 71000.042851/2009-14), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 2.536/1998 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Fundação Leonor de Barros Camargo, inscrita no CNPJ nº 60.499.365/0001-34, com sede em São Paulo/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 29/05/2009 a 28/05/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 606, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Associação Beneficente São José e Santa Casa de Misericórdia São José, com sede em Cachoeira Paulista/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE); e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o Parecer Técnico nº 110/2011-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.055144//2010-12(CNAS Nº 71000.115613/2009-35), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde à Associação Beneficente São José e Santa Casa de Misericórdia São José, CNES nº 2024772, inscrita no CNPJ nº 45.889.623/0001-03, com sede em Cachoeira Paulista/SP.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 53, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Proposta de Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua Reunião nº 622, realizada em 22 de setembro de 2011, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do art. 42 da Lei nº 9.472, de 1997, e do art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, bem como do constante dos autos do Processo nº 53500.011501/2011, Proposta de Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais, na forma do Anexo a presente Consulta Pública.

A presente proposta de norma tem por objetivo uniformizar procedimentos de certificação de produtos para telecomunicações relativos à Categoria II, assim definidos de acordo com as disposições estabelecidas no Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000.

Como resultado da presente Consulta Pública, a Anatel pretende publicar a Norma anexa.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 26 de outubro de 2011, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 24 de outubro de 2011, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 53, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Proposta de Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

70070-940 - Brasília - DF - Fax. (061) 2312-2002

biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 29 de agosto de 2011

N.º 7.029 - Ref.: Processo nº 53520.000587/2008.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela BRASIL TELECOM S/A, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nos Setores 18, 19, 21, 23, 24, 26, 28, 29 e 30 do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ/MF n. 76.535.764/0322-66, 76.535.764/0321-85, 76.535.764/0324-28, 76.535.764/0329-32, 76.535.764/0328-51, 76.535.764/0326-90, 76.535.764/0327-70, 76.535.764/0002-24 e 76.535.764/0330-76, em face de decisão do Conselho Diretor da Anatel, exarada por meio do Despacho nº 1.365/2011-CD, de 17 de fevereiro de 2011, presente nos autos do processo referenciado, que tem por objeto a apuração de infrações referentes ao descumprimento de obrigações previstas no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RSTFC), no Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC (PGMQ), no Regulamento de Indicadores de Qualidade do STFC (RIQ), decidiu, em sua Reunião nº 619, realizada em 25 de agosto de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 452/2011-GCER, de 19 de agosto de 2011.

Em 31 de agosto de 2011

Nº 7.131 - Ref.: Processo nº 53500.013551/2005; 53500.016230/2005; 53500.017237/2005 e 53500.016184/2005

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Região I do Plano Geral de Outorgas, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho nº 4.182/2011-CD, de 26 de maio de 2011, nos autos dos processos em epígrafe, instaurado para averiguação de descumprimento de metas e obrigações estabelecidas no Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ), decidiu, em sua Reunião nº 619, realizada em 25 de agosto de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 591/2011-GCJR, de 19 de agosto de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 6.560, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, no período de 30/09/2011 a 02/10/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 6.562, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar J. F. RACING S/C LTDA, CNPJ nº 97.383.137/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, no período de 28/09/2011 a 03/10/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº Nº 6.563, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar KING TRUCK SHOW EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.257.590/0001-93 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Guaporé/RS, no período de 07/10/2011 a 09/10/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 6.565, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar R.C COMPETIÇÕES LTDA , CNPJ nº 03.050.517/0001-83 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, no período de 30/09/2011 a 02/10/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 6.566, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar RCM MOTORSPORT LTDA, CNPJ nº 08.704.404/0001-78 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, no período de 30/09/2011 a 02/10/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 6.556, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53000.007831/08. RÁDIO QUIGUAY LTDA - FM - Francisco Beltrão/PR - Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programa.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.557, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53000.029659/08. SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. - F M - Sarandi/PR - Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programa.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.558, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.023658/10. CB EMPREENDIMENTOS LTDA - FM - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programa.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

ATO Nº 6.468, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n. 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução n.º 489, de 05 de dezembro de 2007, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Portaria MC n.º 652, de 10 de outubro de 2006, que estabeleceu critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofreqüência destinados à transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 37, de 27 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União no dia 29 subseqüente, referente ao planejamento de canais para uso da Televisão Digital no Estado do Rio Grande do Sul, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos Anexos I, II e III deste Ato.

Art. 2º Fixar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do presente Ato, para que as entidades executantes do Serviço de Transmissão de Televisão e as do Serviço de Retransmissão de Televisão nos canais distribuídos, respectivamente, pelo PBTV e pelo PBRTV, cujas características técnicas ora estão sendo alteradas, apresentem ao Ministério das Comunicações a documentação necessária à regularização de suas novas condições de operação, incluindo o formulário padronizado, conforme a legislação vigente.

Art. 3º O prazo para alteração de freqüência de que trata o artigo 2º será definido pelo Ministério das Comunicações no ato de aprovação das novas características técnicas das emissoras.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE HENRIQUETA COSSETIN SCHOLZE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

1) Proposta de Alteração de canais do PBTV, para comentários públicos:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Caxias do Sul	31+	29S1100	51W1200	16,000	0 11 30 349	4,500 4,000 13,000 2,500	Coordenadas pré-fixadas: 29S1100 51W1200 SBTVD
RS	Montenegro	53+E	29S4123	51W2812	1,000			Coordenadas pré-fixadas: 29S4123 51W2812 SBTVD
RS	Novo Hamburgo	52+E	29S3821	51W0538	12,600			Coordenadas pré-fixadas: 29S3821 51W0538 Co-localizado com o canal 51D SBTVD
RS	Pelotas	18	31S4619	52W2033	1,600			SBTVD
RS	Pelotas	30	31S4619	52W2033	1,600			SBTVD
RS	Santa Cruz do Sul	19E	29S4303	52W2533	1,600			
RS	Santa Maria	12+	29S3911	53W5039	31,600			SBTVD
RS	Santiago	23E	29S1130	54W5202	0,250			SBTVD

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Caxias do Sul	31	29S0931	51W1022	16,000			SBTVD
RS	Montenegro	53+E	29S4123	51W2812	1,000			Coordenadas pré-fixadas: 29S4123 51W2812 Co-localizado com o canal 54D SBTVD
RS	Novo Hamburgo	52+E	29S3821	51W0538	100,000	25 a 54 54 a 105 105 a 120 266 a 297	12,600 70,000 50,000 42,000	Coordenadas pré-fixadas: 29S3821 51W0538 Co-localizado com o canal 51D SBTVD
RS	Pelotas	18	31S4619	52W2033	1,600			Co-localizado com os canais 17D e 19D SBTVD
RS	Pelotas	30	31S4619	52W2033	1,600			Co-localizado com o canal 29D SBTVD
RS	Santa Cruz do Sul	19E	29S4347	52W2459	1,600			Co-localizado com o canal 18D SBTVD
RS	Santa Maria	12+	29S3915	53W4957	63,000			SBTVD
RS	Santiago	23E	29S1130	54W5202	0,250			Co-localizado com o canal 24D SBTVD

2) Proposta de Exclusão de canais do PBTV, para comentários públicos:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Alecrim	32-	27S3918	54W4550	1,600			
RS	Alegria	28+	27S4958	54W0341	1,542			
RS	Arambaré	50	30S5454	51W2952	1,600			
RS	Boa Vista do Buricá	34-	27S4007	54W0636	0,506			
RS	Bom Jesus	24	28S4004	50W2500	1,600			
RS	Bom Princípio	55E	29S2920	51W2112	1,000			
RS	Boqueirão do Leão	33+	29S1814	52W2546	0,440			
RS	Caibaté	30-	28S1716	54W3818	1,542			
RS	Campestre da Serra	16-	28S4741	51W0534	0,910			
RS	Campina das Missões	58	27S5900	54W5200	0,160			Coordenada pré-fixada: 27S5900 54W5200
RS	Candelária	22+	29S4009	52W4720	1,600			
RS	Canela	45	29S2300	50W5000	0,160	160 a 270	NULO	
RS	Capão da Canoa	28+	29S4444	50W0035	1,600			
RS	Catuípe	46-	28S1500	54W0042	1,600			
RS	Cerro Largo	27-	28S0855	54W4417	1,600			
RS	Chapada	35+	28S0319	53W0404	1,600			
RS	Charrua	34-	27S5708	52W0054	0,200			
RS	Chuvisca	32-	30S4527	51W5840	1,600			
RS	Ciríaco	32-	28S2037	51W5235	1,600			
RS	Colorado	33+	28S3126	52W5939	0,607			SBTVD
RS	Coronel Barros	49+	28S2259	54W0356	1,600			
RS	Derrubadas	24	27S1553	53W5139	0,946			
RS	Dezesseis de Novembro	23-	28S1331	55W0245	1,600			
RS	Dilermano de Aguiar	58	29S4223	54W1230	1,600			
RS	Encantado	52-	29S1410	51W5211	0,177			
RS	Erval Grande	33	27S2326	52W3414	0,422			
RS	Espumoso	27+	28S4329	52W5059	1,600			
RS	Faxinal do Soturno	25-	29S3429	53W2641	1,600			
RS	Formigueiro	29-	30S0001	53W2957	1,600			
RS	Fortaleza dos Valos	49	28S4750	53W1322	1,600			
RS	Frederico Westphalen	18	27S2133	53W2340	1,271			
RS	Getúlio Vargas	39+	27S5325	52W1339	1,600			
RS	Giruá	19+	28S0142	54W2059	1,600			
RS	Gramado	22	29S2300	50W5200	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S2300 50W52000
RS	Herval	38	32S0125	53W2344	1,600			
RS	Hulha Negra	44	31S2415	53W5210	1,600			
RS	Ibiraiaras	42-	28S2212	51W3811	1,600			
RS	Ibirapuitã	25+	28S3729	52W3041	1,222			
RS	Independência	24-	27S5000	54W1118	1,600			
RS	Itaara	57	29S3635	53W4553	1,600			
RS	Júlio de Castilho	39	29S1400	53W4100	0,160			
RS	Marau	17	28S2657	52W1200	1,600			Co-localizado com o canal 31
RS	Mata	24	29S3356	54W2737	1,600			
RS	Maximiliano de Almeida	41	27S3756	51W4812	0,971			
RS	Não-Me-Toque	50-	28S2733	52W4915	1,600			
RS	Novo Cabrais	50+	29S4407	52W5654	1,600			
RS	Novo Machado	38-	27S3425	54W3019	1,600			
RS	Paim Filho	43	27S4238	51W4538	0,162			
RS	Panambi	32-	28S1733	53W3006	1,600			
RS	Paraíso do Sul	59-	29S4007	53W0856	1,600			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Passo do Sobrado	59	29S4453	52W1629	0,352			
RS	Pejuçara	59-	28S2524	53W3921	0,849			
RS	Planalto	25-	27S1944	53W0331	1,600			
RS	Porto Mauá	42-	27S3431	54W4005	1,600			
RS	Porto Vera Cruz	35-	27S4410	54W5402	1,600			
RS	Progresso	44+	29S1439	52W1844	1,600			
RS	Restinga Seca	16	29S4848	53W2230	1,600			
RS	Ronda Alta	45-	27S4600	52W4807	1,600			
RS	Santo Antônio das Missões	24	28S3041	55W1340	1,600			
RS	Santo Cristo	59	27S4926	54W3946	1,600			
RS	São Domingos do Sul	33+	28S3151	51W5316	0,333			
RS	São João do Polêsine	35	29S3650	53W2644	1,057			
RS	São José das Missões	50	27S4648	53W0718	0,178			
RS	São Luiz Gonzaga	42	38S2430	54W5739	1,600			
RS	São Martinho	42	27S4100	53W5800	0,300			
RS	São Vicente do Sul	22	29S4130	54W4046	1,600			
RS	Seberi	57-	27S2841	53W2409	0,378			
RS	Segredo	42+	29S2029	52W5845	1,600			
RS	Senador Salgado Filho	31+	28S0151	54W3235	0,305			
RS	Silveira Martins	54-	29S3833	53W3508	1,208			
RS	Sinimbu	25	29S3219	52W3118	1,279			
RS	Tapejara	51-	28S0405	52W0050	1,285			
RS	Tapera	16	28S3734	52W5212	1,435			
RS	Taquara	56	29S3902	50W4650	0,160	340 a 20	NULO	Co-localizado com o canal 49-
RS	Tenente Portela	33-	27S2216	53W4530	1,600			
RS	Teutônia	25+E	29S2653	51W4823	0,160			
RS	Tramandaí	52+	29S5905	50W0801	1,600			
RS	Três de Maio	55	27S4624	54W1424	1,600			
RS	Trindade do Sul	34-	27S3113	52W5300	0,184			
RS	Tuparendi	26-	27S4523	54W2854	1,052			
RS	Vale do Sol	35-	29S3613	52W4059	0,586			
RS	Vera Cruz	21-	29S4253	52W3020	1,600			
RS	Veranópolis	40-	28S5610	51W3258	1,122			
RS	Viadutos	42	27S3410	52W0113	0,381			
RS	Vila Maria	29+	28S3205	52W0913	0,301			
RS	Vitória das Missões	52+	28S2104	54W2947	0,902			
RS	Xangri-lá	30-	29S4803	50W0237	1,600			
SC	Passo de Torres	38	29S2006	49W4322	0,448			
SC	Peritiba	38	27S2223	51W5414	0,724			

ANEXO II

Proposta de Inclusão de canal no PBRTV, para comentários públicos:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Não-Me-Toque	22-	28S2733	52W4915	0,600			

Proposta de Alteração de canais do PBRTV, para comentários públicos:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Alegrete	18	29S4842	55W4911	0,220			SBTVD
RS	Bagé	25+	31S1953	54W0625	5,000			
RS	Bagé	16	31S2100	54W0709	10,000			SBTVD
RS	Bagé	21	31S2000	54W0600	1,600			SBTVD
RS	Bagé	27	31S2123	54W0738	1,600			SBTVD
RS	Barracão	23	27S3900	51W2500	0,160			
RS	Bento Gonçalves	34+	29S1000	51W3100	1,600	56 a 75 294 a 314	0,400 0,160	Coordenada pré-fixada: 29S1000 51W3100 Colinear c/ os canais 20, 26
RS	Bento Gonçalves	36-	29S1000	51W3100	1,600	120 a 229	0,160	Coordenada pré-fixada: 29S1000 51W3100 Colinear c/ os canais 44E e 22+
RS	Bento Gonçalves	38	29S1017	51W3109	1,600			Co-localizado com o canal 24+
RS	Bento Gonçalves	44	29S1019	51W3032	1,600			
RS	Camaquã	19	30S5100	51W4900	0,160			
RS	Camaquã	25	30S5100	51W4900	0,160			
RS	Campo Bom	39-	29S3818	51W0533	5,000	28 a 83	0,500	Coordenada pré-fixada: 29S3818 51W0533 Co-localizado com os canais 31+ e 54+
RS	Candelária	33	29S4307	52W4844	0,160			Col. Canal 39
RS	Canela	33	29S2156	50W4856	0,160	160 a 270	NULO	29S2156 50W4856
RS	Canela	39	29S2300	50W5000	0,160	160 a 270	NULO	Co-localizado com o canal 24
RS	Canoas	14-	30S0449	51W1059	100,000	338 a 352	75,000	Coordenada pré-fixada: 30S0449 51W1059
RS	Canoas	38	30S0449	51W1101	160,000			Coordenada pré-fixada: 30S0449 51W1101 Co-localizado com os canais 24- e 46+
RS	Carazinho	32	28S1711	52W4721	1,600			Coordenada pré-fixada: 28S1711 52W4721
RS	Carazinho	44	28S1724	52W4754	1,600			SBTVD
RS	Caxias do Sul	19	29S1005	51W1055	1,600			Co-localizado com o canal 27+E SBTVD
RS	Caxias do Sul	55-	29S1005	51W1046	1,600			Coordenada pré fixada: 29S1005 51W1046 Co-localizado com o canal 41+
RS	Caxias do Sul	57+	29S1009	51W1047	10,000	126 a 220 243 a 269 248 a 254	3,160 0,316 0,316	Colinear c/ canal 49+ SBTVD
RS	Caxias do Sul	49+	29S1006	51W1059	4,000	18 a 54 245 a 297	3,500 3,500	Coordenada pré-fixada: 29S1004 51W1100 Co-localizado com os canais 35+E, 41+ e 57+
RS	Cruz Alta	17	28S3811	53W3528	10,000			SBTVD
RS	Cruz Alta	34	28S3830	53W3627	1,600			SBTVD
RS	Dom Pedrito	18	30S5926	54W4013	0,160			
RS	Encruzilhada do Sul	22	30S3322	52W3124	0,160			
RS	Encruzilhada do Sul	28	30S3100	52W3000	0,160			
RS	Erechim	25	27S3800	52W1700	1,600			SBTVD
RS	Flores da Cunha	23-	29S0126	51W1035	1,000	150 a 190	0,160	Coordenada pré-fixada: 29S0126 51W1035

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Getúlio Vargas	23	27S5240	52W1307	0,160			
RS	Gramado	40	29S2300	50W5200	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S2300 50W5200 Colinear com canais 34, 46
RS	Gramado	46	29S2300	50W5200	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S2300 50W5200 Colinear com os canais 40 e 52
RS	Guaporé	22	28S5053	51W5520	0,160			
RS	Guaporé	28	28S5102	51W5505	0,160			Colinear com canais 22, 34
RS	Horizontina	27	27S3721	54W1818	0,160			Colinear com canais 21 e 33
RS	Horizontina	39	27S3600	54W1900	0,160			Coordenada pré-fixada: 27S3600 54W1900
RS	Igrejinha	23	29S3245	50W5000	0,160	18 259	NULO NULO	
RS	Igrejinha	29	29S3245	50W5000	0,160	18	NULO	Colinear com canais 23, 35
RS	Igrejinha	35	29S3245	50W5000	0,160	18	NULO	Colinear com os canais 29 e 41
RS	Igrejinha	41	29S3245	50W5000	0,160	18 209 a 299	NULO NULO	Colinear com os canais 35 e 47
RS	Ijuí	36	28S2300	53W5500	1,600			
RS	Jaguarão	19	32S3400	53W2300	0,160			
RS	Jaguarão	25	32S3400	53W2300	0,160			
RS	Lajeado (ESTRELA)	21	29S2755	51W5717	0,160			
RS	Lajeado (ESTRELA)	27	29S2755	51W5717	0,160			
RS	Lajeado (ESTRELA)	33	29S2755	51W5717	0,160			
RS	Lajeado (ESTRELA)	39	29S2755	51W5717	0,160			
RS	Lajeado (ESTRELA)	45	29S2600	51W5800	0,160			
RS	Nova Petrópolis	26-	29S2235	51W0652	0,160			
RS	Osório	20	29S5250	50W1711	1,600	240 a 0	NULO	
RS	Palmeira das Missões	27	27S5400	53W1900	0,160			
RS	Passo Fundo	14+	28S1549	52W2429	10,000			SBTVD
RS	Passo Fundo	18	28S1600	52W2500	1,600			
RS	Passo Fundo	28	28S1551	52W2423	1,600			Coordenada pré-fixada: 28S1551 52W2423 Colinear com o canal 14+
RS	Pelotas	16+	31S4605	52W2028	4,000			Coordenada pré-fixada: 31S4605 52W2028
RS	Pinheiro Machado	19	31S3500	53W2200	0,160			
RS	Pinheiro Machado (CANDIOTA)	7+	31S2541	53W4014	0,100	190	NULO	Coordenada pré-fixada: 31S2541 53W4014
RS	Pinheiro Machado (CANDIOTA)	10+	31S2541	53W4014	0,316	86 356	0,030 0,010	Coordenada pré-fixada: 31S2541 53W4014
RS	Piratini	29	31S2618	53W0519	0,160			Colinear com canais 23,35
RS	Piratini	35	31S2700	53W0600	0,160			
RS	Porto Lucena	51	27S5108	55W0116	0,160			
RS	Porto Xavier	22	27S5534	55W0817	0,160			
RS	Porto Xavier	28	27S5400	55W0900	0,500			
RS	Rio Grande	25-	32S0206	52W0555	10,000	275 a 9	1,500	Coordenada pré-fixada: 32S0206 52W0555 Co-localizado com o canal 17
RS	Rio Grande	28	32S0100	52W0600	1,600			SBTVD
RS	Rio Grande	34	32S0152	52W0536	1,600			SBTVD
RS	Rio Pardo	23	29S5835	52W2209	0,160			
RS	Rolante	25	29S3922	50W3511	0,160	311	NULO	
RS	Rolante	31	29S3922	50W3511	0,160	311	NULO	
RS	Santa Cruz do Sul	16+	29S4341	52W2435	10,000			SBTVD
RS	Santa Cruz do Sul	31	29S4303	52W2533	1,600			SBTVD
RS	Santa Cruz do Sul	49	29S4200	52W2600	1,600			SBTVD
RS	Santa Maria	15-	29S3919	53W5000	31,600			SBTVD
RS	Santa Maria	34-	29S3914	53W4951	31,600	5 a 11	25,000	
RS	Santa Maria	17	29S3911	53W4945	40,000	359 a 21	20,000	Coordenada pré-fixada: 29S3911 53W4945 SBTVD
RS	Santa Rosa	29	27S5155	54W2837	1,600			SBTVD
RS	Santana do Livramento	27	30S5300	55W3200	1,600			
RS	Santana do Livramento	33	30S5300	55W3200	1,600			
RS	Santana do Livramento	39	30S5327	55W3158	1,600			Colinear c/ canal 33
RS	Santana do Livramento	45	30S5327	55W3158	1,600			Colinear c/ canal 33
RS	Santo Ângelo	16-	28S1742	54W1539	10,000	293 a 309	1,600	SBTVD
RS	Santo Ângelo	20	28S1757	54W1547	1,600			
RS	Santo Antônio da Patrulha	38	29S4903	50W3111	0,160	307	NULO	
RS	São Lourenço do Sul	20	31S2200	51W5900	0,160			
RS	São Luiz Gonzaga	25	28S2445	54W5614	0,160			
RS	São Sepé	25	30S0938	53W3355	0,160			
RS	Sapiranga	25+	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com o canal 33+
RS	Sapiranga	27-	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830
RS	Sapiranga	29+	29S3644	50S5830	10,000	37 a 90 270 a 36	NULO 0,160	Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com o canal 22
RS	Sapiranga	33+	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 25+ e 47-
RS	Sapiranga	47-	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com o canal 33+
RS	Sapiranga	22	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com o canal 29+
RS	Torres	25	29S2043	49W4343	0,160			
RS	Tramandaí (CIDREIRA)	8+	30S0955	50W1219	0,316	348	0,200	Coordenada pré-fixada: 30S1000 50W1200
RS	Três Coroas	21	29S3124	50W4555	0,160	275 a 355	NULO	
RS	Três Coroas	27	29S3124	50W4555	0,160	275 a 355	NULO	Colinear com canais 21, 33
RS	Três Coroas	39	29S3124	50W4555	0,160	275 a 355	NULO	Colinear com canais 33, 45
RS	Uruguaiana	16	29S4530	57W0509	10,000			SBTVD
RS	Vacaria	33	28S3000	50W5600	0,160			Colinear com canais 27, 39
RS	Venâncio Aires	34	29S3500	52W1100	0,160	20	NULO	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Alegrete	18	29S4842	55W4911	0,220			Co-localizado com o canal 17D SBTVD
RS	Bagé	25+	31S2106	54W0712	5,000			Co-localizado com o canal 26D SBTVD
RS	Bagé	16	31S2100	54W0709	10,000			Co-localizado com o canal 17D SBTVD
RS	Bagé	21	31S2000	54W0600	1,600			Co-localizado com o canal 20D SBTVD
RS	Bagé	27	31S2103	54W0710	1,600			Co-localizado com os canais 26D e 28D SBTVD
RS	Barracão	23	27S3900	51W2500	0,160			Co-localizado com o canal 24D SBTVD
RS	Bento Gonçalves	34+	29S1000	51W3100	1,600	56 a 75 294 a 314	0,400 0,160	Coordenada pré-fixada: 29S1000 51W3100 Co-localizado com os canais 20, 26 e 35D SBTVD
RS	Bento Gonçalves	36-	29S0959	51W3010	1,600	120 a 229	0,160	Coordenada pré-fixada: 29S0959 51W3010 Co-localizado com os canais 35D e 44E SBTVD
RS	Bento Gonçalves	38	29S1017	51W3109	1,600			Co-localizado com os canais 24+ e 39D SBTVD
RS	Bento Gonçalves	44	29S1019	51W3032	1,600			Co-localizado com o canal 45D SBTVD
RS	Camaquã	19	30S5100	51W4900	0,160			Co-localizado com o canal 20D SBTVD
RS	Camaquã	25	30S5100	51W4900	0,160			Co-localizado com o canal 26D SBTVD
RS	Campo Bom	46+	29S3818	51W0533	5,000			Coordenada pré-fixada: 29S3818 51W0533
RS	Candelária	51	29S4307	52W4844	0,160			Co-localizado com o canal 50D SBTVD
RS	Canela	53	29S2156	50W4856	0,160			SBTVD
RS	Canela	39	29S2300	50W5000	0,160	160 a 270	NULO	Co-localizado com os canais 24 e 40D SBTVD
RS	Canoas	14-	30S0449	51W1059	100,000	338 a 352	75,000	Coordenada pré-fixada: 30S0449 51W5830 Co-localizado com o canal 15D SBTVD
RS	Canoas	38	30S0448	51W1113	160,000			Coordenada pré-fixada: 30S0449 51W1101 Co-localizado com os canais 24-, 39D e 46+ SBTVD
RS	Carazinho	32	28S1711	52W4721	1,600			Coordenada pré-fixada: 28S1711 52W4721 Co-localizado com o canal 33D SBTVD
RS	Carazinho	44	28S1724	52W4754	1,600			Co-localizado com o canal 45D SBTVD
RS	Caxias do Sul	19	29S1005	51W1055	1,600			Co-localizado com os canais 18D e 27+E SBTVD
RS	Caxias do Sul	55-	29S1005	51W1046	1,600			Coordenada pré fixada: 29S1005 51W1046 Co-localizado com os canais 41+, 54D e 56D SBTVD
RS	Caxias do Sul	57+	29S1009	51W1047	10,000	126 a 220 243 a 269 248 a 254	3,160 0,316 0,316	Co-localizado com os canais 49+, 56D e 58D SBTVD
RS	Caxias do Sul	49+	29S1006	51W1059	20,000			Coordenada pré-fixada: 29S1006 51W1059 Co-localizado com os canais 35+E, 41+ e 57+
RS	Cruz Alta	17	28S3811	53W3528	10,000			Co-localizado com o canal 16D SBTVD
RS	Cruz Alta	34	28S3830	53W3627	1,600			
RS	Dom Pedrito	18	30S5926	54W4013	0,160			Co-localizado com o canal 17D SBTVD
RS	Encruzilhada do Sul	22	30S3322	52W3124	0,160			Co-localizado com o canal 21D SBTVD
RS	Encruzilhada do Sul	28	30S3100	52W3000	0,160			Co-localizado com o canal 29D SBTVD
RS	Erechim	25	27S3800	52W1700	1,600			Co-localizado com o canal 26D SBTVD
RS	Flores da Cunha	23-	29S0127	51W1042	1,000	150 a 190	0,160	Coordenada pré-fixada: 29S0127 51W1042 Co-localizado com o canal 24D SBTVD
RS	Getúlio Vargas	23	27S5240	52W1307	0,160			Co-localizado com o canal 24D SBTVD
RS	Gramado	40	29S2300	50W5200	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S2300 50W5200 Co-localizado com os canais 34, 39D e 46 SBTVD
RS	Gramado	22	29S2300	50W5200	0,160			Co-localizado com o canal 23D SBTVD
RS	Guaporé	22	28S5053	51W5520	0,160			Co-localizado com o canal 23D SBTVD
RS	Guaporé	28	28S5102	51W5505	0,160			Co-localizado com os canais 22, 29D e 34 SBTVD
RS	Horizontina	27	27S3721	54W1818	0,160			Co-localizado com os canais 21, 26D, 28D e 33 SBTVD
RS	Horizontina	39	27S3710	54W1828	0,160			Coordenada pré-fixada: 27S3710 54W1828 Co-localizado com o canal 38D SBTVD
RS	Igrejinha	23	29S3245	50W5000	0,160	18 259	NULO NULO	Co-localizado com o canal 22D SBTVD
RS	Igrejinha	29	29S3245	50W5000	0,160	18	NULO	Co-localizado com os canais 23, 28D e 35 SBTVD
RS	Igrejinha	27	29S3245	50W5000	0,160			Co-localizado com os canais 28D e 41 SBTVD
RS	Igrejinha	41	29S3245	50W5000	0,160	18 209 a 299	NULO NULO	Co-localizado com os canais 35, 40D e 47 SBTVD
RS	Ijuí	36	28S2300	53W5500	1,600			Co-localizado com o canal 35D SBTVD
RS	Jaguarão	18	32S3400	53W2300	0,160			Co-localizado com o canal 19D SBTVD
RS	Jaguarão	31	32S3400	53W2300	0,160			
RS	Lajeado	21	29S2755	51W5717	0,160			Co-localizado com o canal 22D SBTVD
RS	Lajeado	27	29S2755	51W5717	0,160			
RS	Lajeado	33	29S2755	51W5717	0,160			
RS	Lajeado	39	29S2755	51W5717	0,160			Co-localizado com o canal 38D SBTVD
RS	Lajeado	45	29S2600	51W5800	0,160			Co-localizado com o canal 44D SBTVD
RS	Nova Petrópolis	46	29S2235	51W0652	0,160			SBTVD
RS	Osório	20	29S5253	50W1715	1,600	240 a 0	NULO	Co-localizado com o canal 21D SBTVD
RS	Palmeira das Missões	27	27S5319	53W1818	0,160			Co-localizado com o canal 28D SBTVD
RS	Passo Fundo	16	28S1549	52W2429	10,000			Coordenada pré-fixada: 28S1549 52W2429 Co-localizado com os canais 17D, 24 e 30 SBTVD
RS	Passo Fundo	18	28S1547	52W2428	1,600			Co-localizado com o canal 17D SBTVD
RS	Passo Fundo	28	28S1551	52W2423	1,600			Coordenada pré-fixada: 28S1551 52W2423 Co-localizado com os canais 14+ e 27D SBTVD
RS	Pelotas	16+	31S4605	52W2028	4,000			Coordenada pré-fixada: 31S4605 52W2028 Co-localizado com o canal 17D SBTVD
RS	Pinheiro Machado	19	31S3500	53W2200	0,160			Co-localizado com o canal 20D SBTVD

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Candiota	7+	31S2541	53W4014	0,100	190	NULO	Coordenada pré-fixada: 31S2541 53W4014 SBTVD
RS	Candiota	10+	31S2541	53W4014	0,316	86 356	0,030 0,010	Coordenada pré-fixada: 31S2541 53W4014 SBTVD
RS	Piratini	29	31S2618	53W0519	0,160			Co-localizado com o canal 28D SBTVD
RS	Piratini	35	31S2700	53W0600	0,160			Co-localizado com o canal 34D SBTVD
RS	Porto Lucena	51	27S5108	55W0116	0,160			Co-localizado com o canal 50D SBTVD
RS	Porto Xavier	22	27S5534	55W0817	0,160			Co-localizado com o canal 23D SBTVD
RS	Porto Xavier	28	27S5400	55W0900	0,500			Co-localizado com o canal 27D SBTVD
RS	Rio Grande	25-	32S0151	52W0535	10,000	275 a 9	1,500	Coordenada pré-fixada: 32S0151 52W0535 Co-localizado com o canal 17
RS	Rio Grande	28	32S0100	52W0600	1,600			Co-localizado com o canal 27D SBTVD
RS	Rio Grande	34	32S0152	52W0536	1,600			Co-localizado com o canal 33D SBTVD
RS	Rio Pardo	23	29S5835	52W2209	0,160			Co-localizado com o canal 22D SBTVD
RS	Rolante	25	29S3922	50W3511	0,160	311	NULO	Co-localizado com o canal 26D SBTVD
RS	Rolante	31	29S3922	50W3511	0,160	311	NULO	Co-localizado com o canal 30D SBTVD
RS	Santa Cruz do Sul	16+	29S4341	52W2435	10,000			Co-localizado com o canal 17D SBTVD
RS	Santa Cruz do Sul	31	29S4303	52W2533	1,600			Co-localizado com o canal 30D SBTVD
RS	Santa Cruz do Sul	49	29S4200	52W2600	1,600			Co-localizado com os canais 48D e 50D SBTVD
RS	Santa Maria	15-	29S3919	53W5000	31,600			Co-localizado com o canal 16D SBTVD
RS	Santa Maria	34-	29S3914	53W4951	31,600	5 a 11	25,000	Co-localizado com os canais 33D e 35D SBTVD
RS	Santa Maria	17	29S3911	53W4945	40,000	359 a 21	20,000	Coordenada pré-fixada: 29S3911 53W4945 Co-localizado com o canal 16D SBTVD
RS	Santa Rosa	29	27S5155	54W2837	1,600			Co-localizado com o canal 30D SBTVD
RS	Santana do Livramento	27	30S5300	55W3200	1,600			Co-localizado com os canais 26D e 28D SBTVD
RS	Santana do Livramento	33	30S5300	55W3200	1,600			Co-localizado com o canal 34D SBTVD
RS	Santana do Livramento	39	30S5327	55W3158	1,600			Co-localizado com os canais 33 e 38D SBTVD
RS	Santana do Livramento	45	30S5327	55W3158	1,600			Co-localizado com o canal 46D SBTVD
RS	Santo Ângelo	16-	28S1742	54W1539	10,000	293 a 309	1,600	Co-localizado com o canal 17D SBTVD
RS	Santo Ângelo	20	28S1650	54W1534	1,600			Co-localizado com o canal 21D SBTVD
RS	Santo Antônio da Patrulha	38	29S4903	50W3111	0,160	307	NULO	Co-localizado com o canal 39D SBTVD
RS	São Lourenço do Sul	20	31S2200	51W5900	0,160			Co-localizado com o canal 19D SBTVD
RS	São Luiz Gonzaga	25	28S2445	54W5614	0,160			Co-localizado com o canal 24D SBTVD
RS	São Sepé	25	30S0938	53W3355	0,160			Co-localizado com os canais 24D e 26D SBTVD
RS	Sapiranga	25+	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 26D e 33+ SBTVD
RS	Sapiranga	27-	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 26D e 28D SBTVD
RS	Sapiranga	29+	29S3644	50S5830	10,000	37 a 90 270 a 36	NULO 0,160	Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 22, 28D e 30D SBTVD
RS	Sapiranga	33+	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 25+, 34D e 47- SBTVD
RS	Sapiranga	47-	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 33+ e 46D SBTVD
RS	Sapiranga	22	29S3644	50S5830	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 21D e 29+ SBTVD
RS	Torres	25	29S2043	49W4343	0,160			Co-localizado com o canal 26D SBTVD
RS	Cidreira	8+	30S0949	50W1236	0,316	348	0,200	Coordenada pré-fixada: 30S0949 50W1236 SBTVD
RS	Três Coroas	21	29S3124	50W4555	0,160	275 a 355	NULO	Co-localizado com o canal 22D SBTVD
RS	Três Coroas	27	29S3124	50W4555	0,160	275 a 355	NULO	Co-localizado com os canais 21, 28D e 33 SBTVD
RS	Três Coroas	39	29S3124	50W4555	0,160	275 a 355	NULO	Co-localizado com os canais 33, 38D e 45 SBTVD
RS	Uruguaiana	16	29S4530	57W0509	10,000			Co-localizado com o canal 17D SBTVD
RS	Vacaria	33	28S3000	50W5600	0,160			Co-localizado com os canais 27, 34D e 39 SBTVD
RS	Venâncio Aires	34	29S3500	52W1100	0,160	20	NULO	Co-localizado com o canal 35D SBTVD

Proposta de Exclusão de canais do PBRTV, para comentários públicos:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Arvorezinha	59	28S5300	52W1000	0,160			
RS	Bento Gonçalves	18-	29S1005	51W3118	1,600			Coordenada pré-fixada: 29S1005 51W3118 Colinear com os canais 26 e 32
RS	Caçapava do Sul	24	30S3000	53W2900	0,160			
RS	Caçapava do Sul	30	30S3000	53W2900	0,160			
RS	Cacequi	20-	29S5208	54W5010	2,000			
RS	Campina das Missões	34	27S5900	54W5200	0,160			Coordenada pré-fixada: 27S5900 54W5200
RS	Candelária	51	29S4009	52W4720	0,160	72	0,043	Colinear com os canais 45 e 57+
RS	Canela	24	29S2300	50W5000	0,400			Co-localizado com o canal 39
RS	Canguçu	33	31S2400	52W4100	1,600	295 a 303	1,000	
RS	Carazinho	20	28S1702	52W4711	1,600			
RS	Casca	49	28S3400	51W5900	0,160			
RS	Cerro Largo	43	58S0900	54W4500	0,160			
RS	Chiapetta	45	27S5522	53W5629	0,160			Colinear com o canal 51
RS	Chiapetta	51	27S5522	53W5629	0,160			Colinear com os canais 45 e 57
RS	Colorado	45	28S3200	53W0000	0,160			
RS	Colorado	51	28S3200	53W0000	0,160			Colinear com os canais 45 e 57 SBTVD
RS	Colorado	57	28S3200	53W0000	0,160			
RS	Constantina	51	27S4300	52W5900	0,160			
RS	Cruz Alta	50+	28S3723	53W3447	2,000			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Dom Pedrito	30	30S5900	54W4000	0,160			
RS	Dom Pedrito	36	30S5900	54W4000	0,160			
RS	Flores da Cunha	33+	29S0121	51W1036	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S0121 51W1036
RS	Flores da Cunha	39+	29S0121	51W1036	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S0121 51W1036
RS	Flores da Cunha	45+	29S0121	51W1036	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S0121 51W1036
RS	Garibaldi	56-	29S1523	51W3200	1,600	138 a 183	0,150	Coordenada pré-fixada: 29S1523 51W3200
RS	Gramado	34	29S2300	50W5200	0,160			Coordenada pré-fixada: 29S2300 50W5200 Colinear com os canais 28E e 40
RS	Gramado	52	29S2300	50W5200	0,160			
RS	Guarani das Missões	50	28S0827	54W3329	0,160			Colinear com os canais 44 e 56
RS	Humaitá	36-	27S3347	53W5827	0,160			
RS	Ibirubá	25	28S3800	53W0600	0,160			
RS	Ibirubá	31	28S3800	53W0600	0,160			
RS	Jaguarão	31	32S3400	53W2300	0,160			
RS	Júlio de Castilho	27	29S1400	53W4100	0,160			
RS	Júlio de Castilho	33	29S1400	53W4100	0,160			
RS	Marau	31-	28S2530	52W1227	1,600			Co-localizado com o canal 17
RS	Nova Prata	23	28S4700	51W3500	0,160			
RS	Nova Prata	29	28S4700	51W3500	0,160			
RS	Palmeira das Missões	33	27S5400	53W1900	0,160			
RS	Palmeira das Missões	39	27S5400	53W1900	0,160			
RS	Pinheiro Machado	25	31S3500	53W2200	0,160			
RS	Planalto	35	27S1800	53W0400	0,160			
RS	Restinga Seca	33+	29S4848	53W2230	0,300			
RS	Rio Pardo	29	29S5900	52W2200	0,160			
RS	Rio Pardo	53	29S5900	52W2200	0,160			
RS	Roca Sales (MORRO LOMANN)	15+	29S1939	51W5226	1,600	75 a 90 132 a 147	0,200 0,200	Coordenada pré-fixada: 29S1939 51W5226
RS	Roca Sales (MORRO LOMANN)	55+	29S1939	51W5226	1,600	110 a 260	NULO	Coordenada pré-fixada: 29S1939 51W5226
RS	Rondinha	42	27S4900	52W5400	0,160	50	0,080	
RS	Santa Vitória do Palmar	24	33S3108	53W2205	0,160			
RS	São Francisco de Paula	59-	29S2700	50W3500	1,000			Coordenada pré-fixada: 29S2700 50W3500
RS	São Lourenço do Sul	26	31S2200	51W5900	0,160			
RS	São Lourenço do Sul	32	31S2200	51W5900	0,160			
RS	São Marcos	22	28S5800	51W0100	0,160	62 161	NULO NULO	Coordenada pré-fixada: 28S5800 51W0100
RS	São Marcos	28	28S5800	51W0100	0,160	62 161	NULO NULO	Coordenada pré-fixada: 28S5800 51W0100 Colinear com os canais 22 e 34
RS	São Marcos	34	28S5800	51W0100	0,160	62 161	NULO NULO	Coordenada pré-fixada: 28S5800 51W0100 Colinear com os canais 28 e 40
RS	Soledade	23	28S5000	52W3100	0,160			
RS	Soledade	35	28S5000	52W3100	0,160			
RS	Soledade	41	28S5000	52W3100	0,160			
RS	Tapejara	33	28S0400	52W0100	0,160			Colinear com os canais 27 e 39
RS	Taquara	49-	29S3902	50W4650	0,160	340 a 20	NULO	Co-localizado com o canal 56
RS	Taquara	53	29S3815	50W4642	0,160	340 a 20	NULO	Coordenada pré-fixada: 29S3812 50W4642 Co-localizado com o canal 45
RS	Três Cachoeiras	21	29S2720	49W5528	0,160			
RS	Três Cachoeiras	33	29S2720	49W5528	0,160			Colinear com o canal 39
RS	Três Cachoeiras	57	29S2720	49W5528	0,160			Colinear com o canal 51
RS	Três Passos	25	27S2800	53W5700	0,160			
RS	Três Passos	31	27S2800	53W5700	0,160			
RS	Três Passos	43	27S2800	53W5700	0,160			
RS	Triunfo	54-	29S5636	51W4305	1,000			
RS	Vacaria	27	28S3000	50W5600	0,160			Colinear com os canais 21 e 33E
RS	Venâncio Aires	22	29S3500	52W1100	0,160	20	NULO	
RS	Veranópolis	46-	28S5600	51W3300	1,600	276 a 292	0,500	Coordenada pré-fixada: 28S5600 51W3300
RS	Veranópolis	50-	28S5610	51W3258	1,600			
SC	Chapecó	26+	27S0600	52W3700	10,000			Coordenada pré-fixada: 27S0600 52W3700

ANEXO III

Proposta de Inclusão de canais no PBTVD, para comentários públicos:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Aceguá	24	31S5155	54W1002	0,080			Coordenadas do sítio: 31S5155 54W1002
RS	Agudo	24	29S4059	53W1230	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4059 53W1230
RS	Agudo	59	29S3843	53W1424	0,800			Coordenadas do sítio: 29S3843 53W1424
RS	Alecrim	25	27S3935	54W4541	0,080			Coordenadas do sítio: 27S3935 54W4541
RS	Anta Gorda	24	28S5845	52W0053	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5845 52W0053
RS	Antônio Prado	17	28S5148	51W1730	0,800			Coordenadas do sítio: 28S5148 51W1730
RS	Antônio Prado	26	28S5148	51W1730	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5148 51W1730
RS	Antônio Prado	28	28S5148	51W1730	0,800			Coordenadas do sítio: 28S5148 51W1730
RS	Antônio Prado	39	28S5148	51W1730	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5148 51W1730
RS	Arroio do Sal	33	29S3038	50W0009	0,800			Coordenadas do sítio: 29S3038 50W0009 - Reuso do canal de Dom Pedro de Alcântara/RS
RS	Arroio Grande	19	32S1415	53W0513	0,080			Coordenadas do sítio: 32S1415 53W0513
RS	Arroio Grande	35	32S1046	53W0507	8,000			Coordenadas do sítio: 32S1046 53W0507
RS	Arvorezinha	25	28S5220	52W1021	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5220 52W1021
RS	Bagé	44	31S2017	54W0622	0,800			Coordenadas do sítio: 31S2017 54W0622
RS	Bagé	57	31S2103	54W0710	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2103 54W0710
RS	Barra do Guarita	24	27S1054	53W4132	0,080			Coordenadas do sítio: 27S1054 53W4132

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Barra do Quarai	35	30S1222	57W3226	0,800			Coordenadas do sítio: 30S1222 57W3226
RS	Barracão	24	27S4121	51W2734	0,080			Coordenadas do sítio: 27S4121 51W2734 Co-localizado com o canal 23
RS	Barros Cassal	24	29S0536	52W3458	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0536 52W3458
RS	Bento Gonçalves	22	29S0959	51W3010	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0959 51W3010
RS	Bento Gonçalves	29	29S1007	51W3108	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1007 51W3108
RS	Bento Gonçalves	35	29S0959	51W3010	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0959 51W3010 Co-localizado com os canais 34+ e 36-
RS	Bento Gonçalves	39	29S1007	51W3108	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1007 51W3108 Co-localizado com o canal 38
RS	Bento Gonçalves	45	29S1003	51W3022	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1003 51W3022 Co-localizado com os canais 44 e 46D
RS	Bento Gonçalves	46	29S1003	51W3022	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1003 51W3022 Co-localizado com o canal 45D
RS	Bento Gonçalves	49	29S1007	51W3108	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1007 51W3108
RS	Bento Gonçalves	52	29S1007	51W3108	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1007 51W3108
RS	Bento Gonçalves	59	29S1007	51W3108	0,800			Coordenadas do sítio: 29S1007 51W3108
RS	Bom Jesus	24	28S4139	50W2621	0,080			Coordenadas do sítio: 28S4139 50W2621
RS	Bossoroca	23	28S4348	54W5401	0,080			Coordenadas do sítio: 28S4348 54W5401
RS	Caçapava do Sul	29	30S2947	53W2814	0,800			Coordenadas do sítio: 30S2947 53W2814
RS	Caçapava do Sul	42	30S2947	53W2814	0,800			Coordenadas do sítio: 30S2947 53W2814
RS	Cacequi	23	29S5208	54W5010	0,080			Coordenadas do sítio: 29S5208 54W5010
RS	Cachoeira do Sul	53	30S0111	52W5336	8,000			Coordenadas do sítio: 30S0111 52W5336
RS	Cachoeira do Sul	57	30S0205	52W5404	0,080			Coordenadas do sítio: 30S0205 52W5404
RS	Camaquã	20	30S5104	51W4844	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5104 51W4844 Co-localizado com o canal 19
RS	Camaquã	26	30S5104	51W4844	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5104 51W4844 Co-localizado com o canal 25
RS	Camaquã	33	30S4929	51W4807	0,080			Coordenadas do sítio: 30S4929 51W4807
RS	Camaquã	35	30S4929	51W4807	8,000			Coordenadas do sítio: 30S4929 51W4807
RS	Camaquã	38	30S5104	51W4844	0,800			Coordenadas do sítio: 30S5104 51W4844
RS	Camaquã	50	30S4933	51W4845	0,800			Coordenadas do sítio: 30S4933 51W4845
RS	Camaquã	58	30S5104	51W4844	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5104 51W4844
RS	Campo Bom	26	29S3818	51W0533	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3818 51W0533 - Reuso do canal de Porto Alegre/RS
RS	Campo Bom	33	29S3818	51W0533	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3818 51W0533
RS	Campo Bom	47	29S4028	51W0306	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4028 51W0306
RS	Campo Bom	49	29S4028	51W0306	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4028 51W0306
RS	Campo Novo	25	27S4025	53W4915	0,800			Coordenadas do sítio: 27S4025 53W4915
RS	Candelária	35	29S4307	52W4847	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4307 52W4847
RS	Candelária	50	29S4307	52W4847	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4307 52W4847
RS	Candiota	20	31S2541	53W4014	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2541 53W4014
RS	Candiota	42	31S2541	53W4014	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2541 53W4014
RS	Canela	26	29S2211	50W4833	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2211 50W4833
RS	Canela	34	29S2211	50W4833	0,800			Coordenadas do sítio: 29S2211 50W4833
RS	Canela	40	29S2300	50W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2300 50W5000 Co-localizado com o canal 39
RS	Canela	58	29S2300	50W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2300 50W5000
RS	Canguçu	19	31S2333	52W4055	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2333 52W4055
RS	Canguçu	22	31S2333	52W4055	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2333 52W4055
RS	Canguçu	33	31S2333	52W4055	0,800			Coordenadas do sítio: 31S2333 52W4055
RS	Canguçu	50	31S2333	52W4055	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2333 52W4055
RS	Canoas	39	30S0449	51W1101	8,000			Coordenadas do sítio: 30S0449 51W1101 Co-localizado com os canais 38- e 40+
RS	Capão da Canoa	34	29S4742	50W0334	8,000			Coordenadas do sítio: 29S4742 50W0334
RS	Carazinho	53	28S1712	52W4723	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1712 52W4723
RS	Carazinho	57	28S1712	52W4723	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1712 52W4723
RS	Carlos Barbosa	33	29S1800	51W3000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1800 51W3000 - Reuso do canal de Caxias do Sul/RS
RS	Caxias do Sul	58	29S0954	51W1032	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com o canal 57+

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Cerro Largo	35	28S0920	54W4305	0,080			Coordenadas do sítio: 28S0920 54W4305
RS	Chapada	25	28S0457	53W0221	0,080			Coordenadas do sítio: 28S0457 53W0221
RS	Chuí	25	33S4128	53W2724	0,800			Coordenadas do sítio: 33S4128 53W2724
RS	Cidreira	23	30S0949	50W1236	0,080			Coordenadas do sítio: 30S0949 50W1236
RS	Crissiumal	34	27S3042	54W0535	0,800			Coordenadas do sítio: 27S3042 54W0535
RS	David Canabarro	23	28S2300	51W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2300 51W5000
RS	Dom Pedrito	17	30S5911	54W4018	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5911 54W4018 Co-localizado com o canal 18
RS	Dom Pedrito	22	30S5753	54W4019	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5753 54W4019
RS	Dom Pedrito	29	30S5753	54W4019	0,800			Coordenadas do sítio: 30S5753 54W4019
RS	Dom Pedrito	35	30S5753	54W4019	0,800			Coordenadas do sítio: 30S5753 54W4019
RS	Dom Pedro de Alcântara	33	29S2227	49W4851	0,800			Coordenadas do sítio: 29S2227 49W4851
RS	Encantado	42	29S1410	51W5211	0,800			Coordenadas do sítio: 29S1410 51W5211
RS	Encruzilhada do Sul	21	30S3259	52W3121	0,080			Coordenadas do sítio: 30S3259 52W3121 Co-localizado com o canal 22
RS	Encruzilhada do Sul	29	30S3100	52W3000	0,080			Coordenadas do sítio: 30S3100 52W3000 Co-localizado com o canal 28
RS	Encruzilhada do Sul	39	30S3100	52W3000	0,080			Coordenadas do sítio: 30S3100 52W3000
RS	Encruzilhada do Sul	42	30S3259	52W3121	0,080			Coordenadas do sítio: 30S3259 52W3121
RS	Erechim	58	27S3755	52W1640	0,080			Coordenadas do sítio: 27S3755 52W1640
RS	Espumoso	23	28S4400	52W5100	0,080			Coordenadas do sítio: 28S4815 52W3015
RS	Espumoso	27	28S4400	52W5100	0,080			Coordenadas do sítio: 28S4815 52W3015
RS	Espumoso	49	28S4400	52W5100	0,080			Coordenadas do sítio: 28S4815 52W3015
RS	Fagundes Varela	29	28S5236	51W4150	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5236 51W4150
RS	Fagundes Varela	39	28S5236	51W4150	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5236 51W4150
RS	Fagundes Varela	49	28S5236	51W4150	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5236 51W4150
RS	Farroupilha	23	29S1352	51W2025	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1352 51W2025
RS	Feliz	25	29S2516	51W1854	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2516 51W1854
RS	Flores da Cunha	42	29S0126	51W1035	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0126 51W1035
RS	Fontoura Xavier	42	28S5946	52W2256	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5946 52W2256
RS	Frederico Westphalen	18	27S2110	53W2440	0,800			Coordenadas do sítio: 27S2110 53W2440
RS	Frederico Westphalen	30	27S1900	53W2400	0,080			Coordenadas do sítio: 27S1900 53W2400
RS	Frederico Westphalen	34	27S2246	53W2343	0,080			Coordenadas do sítio: 27S2246 53W2343
RS	Frederico Westphalen	58	27S1900	53W2400	0,080			Coordenadas do sítio: 27S1900 53W2400
RS	Garibaldi	42	29S1540	51W3000	0,800			Coordenadas do sítio: 29S1540 51W3000
RS	Getúlio Vargas	17	27S5254	52W1330	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5254 52W1330 - Reuso do canal de Erechim/RS
RS	Getúlio Vargas	24	27S5254	52W1330	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5254 52W1330 Co-localizado com o canal 23
RS	Getúlio Vargas	39	27S5254	52W1330	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5254 52W1330
RS	Giruá	19	28S0149	54W2058	0,080			Coordenadas do sítio: 28S0149 54W2058
RS	Gramado	23	29S2259	50W5213	0,800			Coordenadas do sítio: 29S2259 50W5213
RS	Gramado	26	29S2259	50W5213	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2259 50W5213 - Reuso do canal de Canela/RS
RS	Gramado	39	29S2259	50W5213	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2259 50W5213 Co-localizado com o canal 40
RS	Gramado Xavier	42	29S1602	52W3428	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1602 52W3428
RS	Guaporé	23	28S5055	51W5522	0,800			Coordenadas do sítio: 28S5055 51W5522 Co-localizado com o canal 22
RS	Guaporé	29	28S5055	51W5522	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5055 51W5522 Co-localizado com o canal 28 - Reuso do canal de Fagundes Varela/RS
RS	Guaporé	38	28S5055	51W5522	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5055 51W5522
RS	Guaporé	49	28S5044	51W5325	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5044 51W5325 - Reuso do canal de Fagundes Varela/RS
RS	Guaporé	57	28S5044	51W5325	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5044 51W5325
RS	Guarani das Missões	24	28S0827	54W3329	0,800			Coordenadas do sítio: 28S0827 54W3329
RS	Herval	24	32S0048	53W2428	0,080			Coordenadas do sítio: 32S0048 53W2428
RS	Horizontina	26	27S3721	54W1818	0,080			Coordenadas do sítio: 27S3721 54W1818 Co-localizado com o canal 27
RS	Horizontina	28	27S3721	54W1818	0,080			Coordenadas do sítio: 27S3721 54W1818 Co-localizado com o canal 27
RS	Horizontina	38	27S3721	54W1818	0,080			Coordenadas do sítio: 27S3721 54W1818 Co-localizado com o canal 39

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Horizontina	42	27S3721	54W1818	0,080			Coordenadas do sítio: 27S3721 54W1818
RS	Ibiaçá	38	28S0257	51W5059	0,080			Coordenadas do sítio: 28S0257 51W5059 - Reuso do canal de Tapejara/RS
RS	Ibirubá	32	28S3743	53W0642	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3743 53W0642
RS	Ibirubá	35	28S3743	53W0642	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3743 53W0642
RS	Igrejinha	22	29S3245	50W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3245 50W5000 Co-localizado com o canal 23 - Reuso do canal de Três Coroas/RS
RS	Igrejinha	28	29S3245	50W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3245 50W5000 Co-localizado com os canais 27 e 29 - Reuso do canal de Sapiranga/RS
RS	Igrejinha	34	29S3245	50W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3245 50W5000 - Reuso do canal de Sapiranga/RS
RS	Igrejinha	40	29S3245	50W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3245 50W5000 Co-localizado com o canal 41 - Reuso do canal de Canela/RS
RS	Igrejinha	44	29S3245	50W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3245 50W5000
RS	Igrejinha	49	29S3245	50W5000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3245 50W5000 - Reuso do canal de Três Coroas/RS
RS	Ijuí	21	28S2457	53W5429	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2457 53W5429
RS	Ijuí	26	28S2300	53W5500	0,800			Coordenadas do sítio: 28S2300 53W5500 Co-localizado com o canal 27D
RS	Ijuí	27	28S2300	53W5500	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2300 53W5500 Co-localizado com o canal 26D
RS	Ijuí	35	28S2457	53W5429	0,800			Coordenadas do sítio: 28S2457 53W5429 Co-localizado com o canal 36
RS	Ijuí	39	28S2205	53W5534	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2205 53W5534
RS	Ijuí	45	28S2300	53W5500	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2300 53W5500
RS	Ijuí	59	28S2300	53W5500	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2300 53W5500
RS	Ilópolis	29	28S5600	52W0700	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5600 52W0700 - Reuso do canal de Guaporé/RS
RS	Ilópolis	35	28S5517	52W0822	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5517 52W0822
RS	Ilópolis	57	28S5600	52W0700	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5600 52W0700
RS	Ilópolis	59	28S5600	52W0700	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5600 52W0700
RS	Irai	35	27S1201	53W1327	0,080			Coordenadas do sítio: 27S1201 53W1327
RS	Itaqui	22	29S0757	56W3230	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0757 56W3230
RS	Itaqui	28	29S0757	56W3230	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0757 56W3230
RS	Itaqui	33	29S0900	56W3147	0,800			Coordenadas do sítio: 29S0900 56W3147
RS	Itaqui	39	29S0757	56W3230	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0757 56W3230
RS	Jaguarão	19	32S3358	53W2233	0,080			Coordenadas do sítio: 32S3358 53W2233 Co-localizado com o canal 18
RS	Jaguarão	25	32S3318	53W2314	0,080			Coordenadas do sítio: 32S3318 53W2314
RS	Jaguarão	55	32S3358	53W2233	0,080			Coordenadas do sítio: 32S3358 53W2233
RS	Jaguarão	57	32S3358	53W2233	0,080			Coordenadas do sítio: 32S3358 53W2233
RS	Jaguarão (GRANJA BRETANHA)	24	32S3013	53W0402	0,080			Coordenadas do sítio: 32S3013 53W0402
RS	Jaguari	20	29S3006	54W4126	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3006 54W4126
RS	Jaguari	25	29S2900	54W4324	8,000			Coordenadas do sítio: 29S2900 54W4324
RS	Júlio de Castilhos	23	29S1337	53W4054	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1337 53W4054
RS	Júlio de Castilhos	32	29S1440	53W4000	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1440 53W4000
RS	Lagoa Vermelha	17	28S1231	51W3133	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1231 51W3133
RS	Lagoa Vermelha	34	28S1320	51W3049	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1320 51W3049
RS	Lajeado	25	29S2853	51W5904	0,800			Coordenadas do sítio: 29S2853 51W5904
RS	Lajeado	50	29S2801	51W5741	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2801 51W5741
RS	Lajeado	59	29S2853	51W5904	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2853 51W5904
RS	Lajeado	22	29S2853	51W5904	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2853 51W5904 Co-localizado com os canais 21 e 23+
RS	Lajeado	38	29S2801	51W5741	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2801 51W5741 Co-localizado com o canal 39
RS	Lajeado	43	29S2600	51W5800	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2600 51W5800 Co-localizado com o canal 44D
RS	Lajeado	44	29S2600	51W5800	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2600 51W5800 Co-localizado com os canais 43D e 45
RS	Lajeado	56	29S2801	51W5741	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2801 51W5741
RS	Lavras do Sul	25	30S4813	53W5358	0,800			Coordenadas do sítio: 30S4813 53W5358
RS	Manoel Viana	25	29S3426	55W2821	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3426 55W2821

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Marau	26	28S2657	52W1200	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2657 52W1200
RS	Marau	33	28S2531	52W1222	0,800			Coordenadas do sítio: 28S2531 52W1222
RS	Marau	40	28S2531	52W1222	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2531 52W1222
RS	Não-Me-Toque	42	28S2651	52W4914	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2651 52W4914
RS	Nonoai	25	27S2024	52W4513	0,080			Coordenadas do sítio: 27S2024 52W4513
RS	Nova Petrópolis	35	29S2235	51W0652	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2235 51W0652 - Reuso do canal de Novo Hamburgo/RS
RS	Nova Prata	25	28S4619	51W3606	0,800			Coordenadas do sítio: 28S4619 51W3606
RS	Nova Prata	29	28S4619	51W3606	0,080			Coordenadas do sítio: 28S4619 51W3606 - Reuso do canal de Fagundes Varela/RS
RS	Osório	21	29S5250	50W1711	29,170			Coordenadas do sítio: 29S5250 50W1711 Co-localizado com o canal 20
RS	Osório	28	29S5250	50W1711	0,080			Coordenadas do sítio: 29S5250 50W1711
RS	Osório	30	29S5250	50W1711	0,800			Coordenadas do sítio: 29S5250 50W1711
RS	Osório	32	29S5250	50W1711	8,000			Coordenadas do sítio: 29S5250 50W1711
RS	Osório	35	29S5250	50W1711	80,000			Coordenadas do sítio: 29S5250 50W1711
RS	Osório	49	29S5250	50W1711	37,070			Coordenadas do sítio: 29S5250 50W1711
RS	Osório	58	29S5250	50W1711	0,800			Coordenadas do sítio: 29S5250 50W1711
RS	Palmeira das Missões	28	27S5358	53W1849	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5358 53W1849 Co-localizado com o canal 27
RS	Palmeira das Missões	30	27S5358	53W1849	0,800			Coordenadas do sítio: 27S5358 53W1849
RS	Palmeira das Missões	33	27S5315	53W1804	0,800			Coordenadas do sítio: 27S5315 53W1804
RS	Palmeira das Missões	39	27S5358	53W1849	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5358 53W1849
RS	Palmeira das Missões	50	27S5358	53W1849	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5358 53W1849
RS	Panambi	19	28S1740	53W2942	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1740 53W2942
RS	Panambi	23	28S1740	53W2942	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1740 53W2942
RS	Panambi	50	28S1740	53W2942	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1740 53W2942
RS	Passo Fundo	53	28S1547	52W2443	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1547 52W2443
RS	Passo Fundo	58	28S1547	52W2443	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1547 52W2443
RS	Pedro Osório	19	31S5151	52W4924	0,080			Coordenadas do sítio: 31S5151 52W4924
RS	Pedro Osório	25	31S5151	52W4924	0,800			Coordenadas do sítio: 31S5151 52W4924 Co-localizado com o canal 26D
RS	Pedro Osório	26	31S5151	52W4924	0,080			Coordenadas do sítio: 31S5151 52W4924 Co-localizado com o canal 25D
RS	Pelotas	51	31S4555	52W2017	0,800			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017
RS	Pelotas	57	31S4555	52W2017	0,080			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017
RS	Pinheiro Machado	20	31S3500	53W2200	0,080			Coordenadas do sítio: 31S3500 53W2200 Co-localizado com o canal 19
RS	Pinheiro Machado	22	31S3401	53W2338	0,800			Coordenadas do sítio: 31S3401 53W2338
RS	Pinheiro Machado	26	31S3442	53W2252	0,800			Coordenadas do sítio: 31S3442 53W2252
RS	Pinheiro Machado	33	31S3324	53W2437	0,800			Coordenadas do sítio: 31S3324 53W2437
RS	Pinheiro Machado	38	31S3401	53W2338	0,080			Coordenadas do sítio: 31S3401 53W2338
RS	Piratini	28	31S2653	53W0615	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2653 53W0615 Co-localizado com o canal 29
RS	Piratini	34	31S2618	53W0519	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2618 53W0519 Co-localizado com o canal 35
RS	Piratini	38	31S2618	53W0519	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2618 53W0519
RS	Piratini	49	31S2653	53W0615	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2653 53W0615
RS	Piratini	56	31S2653	53W0615	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2653 53W0615
RS	Planalto	25	27S1955	53S0304	0,080			Coordenadas do sítio: 27S1955 53W0304
RS	Porto Alegre	55	30S0449	51S1101	0,800			Coordenadas do sítio: 30S0449 51W1101 Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas
RS	Porto Lucena	50	27S5108	55W0116	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5108 55W0116
RS	Porto Xavier	23	27S5538	55W0852	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5538 55W0852 Co-localizado com o canal 22
RS	Porto Xavier	27	27S5445	55W0838	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5445 55W0838 Co-localizado com o canal 28
RS	Quarai	17	30S2300	56W2700	0,080			Coordenadas do sítio: 30S2300 56W2700
RS	Quarai	33	30S1914	56W2725	0,800			Coordenadas do sítio: 30S1914 56W2725
RS	Quarai	40	30S2300	56W2700	0,080			Coordenadas do sítio: 30S2300 56W2700
RS	Quarai	52	30S2300	56W2700	0,080			Coordenadas do sítio: 30S2300 56W2700
RS	Rio Grande	58	32S0206	52W0555	0,080			Coordenadas do sítio: 32S0206 52W0555

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Rio Grande (CASSINO)	23	32S1047	52W0934	0,800			Coordenadas do sítio: 32S1047 52W0934
RS	Rio Pardo	22	29S5846	52W2205	0,080			Coordenadas do sítio: 29S5846 52W2205 Co-localizado com o canal 23
RS	Rio Pardo	25	29S5846	52W2205	0,080			Coordenadas do sítio: 29S5846 52W2205
RS	Rio Pardo	29	29S5846	52W2205	0,080			Coordenadas do sítio: 29S5846 52W2205
RS	Rio Pardo	39	29S5846	52W2205	0,080			Coordenadas do sítio: 29S5846 52W2205
RS	Roca Sales	34	29S1935	51W5159	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1935 51W5159
RS	Rodeio Bonito	35	27S2908	53W1106	0,800			Coordenadas do sítio: 27S2908 53W1106
RS	Rolante	22	29S3922	50W3511	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3922 50W3511
RS	Rolante	26	29S3922	50W3511	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3922 50W3511 Co-localizado com o canal 25 - Reuso do canal de Taquara/RS
RS	Rolante	28	29S3922	50W3511	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3922 50W3511 - Reuso do canal de Santo Antônio da Patrulha/RS
RS	Rolante	30	29S3922	50W3511	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3922 50W3511 Co-localizado com o canal 31 - Reuso do canal de Santo Antônio da Patrulha/RS
RS	Rolante	33	29S3922	50W3511	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3922 50W3511
RS	Rolante	39	29S3922	50W3511	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3922 50W3511 - Reuso do canal de Santo Antônio da Patrulha/RS
RS	Rosário do Sul	17	30S1530	54W5451	0,080			Coordenadas do sítio: 30S1530 54W5451
RS	Rosário do Sul	34	30S1449	54W5544	0,080			Coordenadas do sítio: 30S1449 54W5544
RS	Rosário do Sul	38	30S1530	54W5451	0,080			Coordenadas do sítio: 30S1530 54W5451
RS	Salvador das Missões	42	28S0705	54W5010	0,800			Coordenadas do sítio: 28S0705 54W5010
RS	Santa Cruz do Sul	50	29S4341	52W2437	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 49
RS	Santa Cruz do Sul	58	29S4303	52W2533	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4303 52W2533
RS	Santa Maria	41	29S3919	53W5009	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009
RS	Santa Maria	53	29S3919	53W5009	0,800			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009
RS	Santa Maria	58	29S3919	53W5009	8,000			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009
RS	Santa Vitória do Palmar	23	33S0407	53W1127	0,080			Coordenadas do sítio: 33S0407 53W1127
RS	Santa Vitória do Palmar	24	33S3146	53W2143	0,080			Coordenadas do sítio: 33S3146 53W2143
RS	Santa Vitória do Palmar	27	33S3222	53W2259	0,080			Coordenadas do sítio: 33S3222 53W2259
RS	Santa Vitória do Palmar	39	33S3222	53W2259	0,080			Coordenadas do sítio: 33S3222 53W2259
RS	Santana do Livramento	19	30S5349	55W3101	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5349 55W3101
RS	Santana do Livramento	26	30S5349	55W3101	0,800			Coordenadas do sítio: 30S5349 55W3101 Co-localizado com o canal 27
RS	Santana do Livramento	28	30S5349	55W3101	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5349 55W3101 Co-localizado com o canal 27
RS	Santana do Livramento	30	30S5349	55W3101	0,800			Coordenadas do sítio: 30S5349 55W3101
RS	Santana do Livramento	34	30S5415	55W3028	8,000			Coordenadas do sítio: 30S5415 55W3028 Co-localizado com o canal 33
RS	Santana do Livramento	38	30S5314	55W3150	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5314 55W3150 Co-localizado com o canal 39
RS	Santana do Livramento	46	30S5314	55W3150	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5314 55W3150 Co-localizado com o canal 45
RS	Santana do Livramento	52	30S5314	55W3150	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5314 55W3150
RS	Santana do Livramento	57	30S5314	55W3150	0,080			Coordenadas do sítio: 30S5314 55W3150
RS	Santiago	43	29S1118	54W5159	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1118 54W5159
RS	Santo Ângelo	51	28S1754	54W1548	8,000			Coordenadas do sítio: 28S1754 54W1548
RS	Santo Ângelo	57	28S1754	54W1548	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1754 54W1548
RS	Santo Antônio da Patrulha	21	29S4903	50W3111	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4903 50W3111 - Reuso do canal de Osório/RS
RS	Santo Antônio da Patrulha	23	29S4903	50W3111	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4903 50W3111
RS	Santo Antônio da Patrulha	28	29S4903	50W3111	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4903 50W3111
RS	Santo Antônio da Patrulha	30	29S4903	50W3111	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4903 50W3111 - Reuso do canal de Osório/RS
RS	Santo Antônio da Patrulha	39	29S4903	50W3111	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4903 50W3111 Co-localizado com o canal 38
RS	Santo Antônio da Patrulha	53	29S4903	50W3111	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4903 50W3111
RS	Santo Antônio das Missões	33	28S3041	55W1340	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3041 55W1340
RS	Santo Augusto	23	27S5300	53W4602	0,800			Coordenadas do sítio: 27S5300 53W4602
RS	Santo Augusto	55	27S5112	53W4632	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5112 53W4632

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Santo Cristo	24	27S5042	54W3910	0,800			Coordenadas do sítio: 27S5042 54W3910
RS	São Borja	22	28S3943	56W0000	0,800			Coordenadas do sítio: 28S3943 56W0000
RS	São Borja	35	28S3943	56W0000	0,800			Coordenadas do sítio: 28S3943 56W0000
RS	São Borja	40	28S3943	56W0000	0,800			Coordenadas do sítio: 28S3943 56W0000
RS	São Borja	47	28S3943	56W0000	8,000			Coordenadas do sítio: 28S3943 56W0000
RS	São Borja	49	28S3943	56W0000	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3943 56W0000
RS	São Borja	57	28S3943	56W0000	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3943 56W0000
RS	São Francisco de Assis	33	29S3430	55W0651	0,800			Coordenadas do sítio: 29S3430 55W0651
RS	São Francisco de Paula	35	29S2700	50W3500	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2700 50W3500 - Reuso do canal de Osório/RS
RS	São Gabriel	17	30S2013	54W1921	0,080			Coordenadas do sítio: 30S2013 54W1921
RS	São Gabriel	23	30S2013	54W1921	0,080			Coordenadas do sítio: 30S2013 54W1921
RS	São Gabriel	29	30S2013	54W1921	0,080			Coordenadas do sítio: 30S2013 54W1921
RS	São Gabriel	49	30S2013	54W1921	0,080			Coordenadas do sítio: 30S2013 54W1921
RS	São Gabriel	57	30S2013	54W1921	0,080			Coordenadas do sítio: 30S2013 54W1921
RS	São José do Ouro	42	27S4610	51W3540	0,800			Coordenadas do sítio: 27S4610 51W3540
RS	São Lourenço do Sul	19	31S2200	51W5900	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2200 51W5900
RS	São Lourenço do Sul	23	31S2118	51W5914	8,000			Coordenadas do sítio: 31S2118 51W5914
RS	São Luiz Gonzaga	24	28S2452	54W5620	0,800			Coordenadas do sítio: 28S2452 54W5620 Co-localizado com o canal 25
RS	São Luiz Gonzaga	29	28S2452	54W5620	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2452 54W5620
RS	São Luiz Gonzaga	40	28S2452	54W5620	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2452 54W5620
RS	São Luiz Gonzaga	45	28S2418	54W5713	0,800			Coordenadas do sítio: 28S2418 54W5713
RS	São Luiz Gonzaga	58	28S2418	54W5713	0,080			Coordenadas do sítio: 28S2418 54W5713
RS	São Marcos	35	28S5743	51W0315	0,080			Coordenadas do sítio: 28S5743 51W0315
RS	São Martinho	24	27S4228	53W5742	0,080			Coordenadas do sítio: 27S4228 53W5742
RS	São Paulo das Missões	25	27S5914	55W0234	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5914 55W0234
RS	São Sebastião do Caí	24	29S3522	51W2206	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3522 51W2206
RS	São Sepé	24	30S0938	53W3355	8,000			Coordenadas do sítio: 30S0938 53W3355 Co-localizado com o canal 25
RS	São Sepé	26	30S0938	53W3355	0,080			Coordenadas do sítio: 30S0938 53W3355 Co-localizado com o canal 25
RS	São Valentim	42	27S3359	52W3054	8,000			Coordenadas do sítio: 27S3359 52W3054
RS	São Vicente do Sul	24	29S4130	54W4046	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4130 54W4046
RS	Sapiranga	21	29S3644	50W5830	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3644 50W5830 Co-localizado com o canal 22 - Reuso do canal de Porto Alegre/RS
RS	Sapiranga	26	29S3644	50W5830	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 25+ e 27- - Reuso do canal de Porto Alegre/RS
RS	Sapiranga	28	29S3644	50W5830	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3644 50W5830 Co-localizado com os canais 27- e 29+ - Reuso do canal de Porto Alegre/RS
RS	Sapiranga	30	29S3644	50W5830	0,800			Coordenadas do sítio: 29S3644 50W5830 Co-localizado com o canal 29+ - Reuso do canal de Porto Alegre/RS
RS	Sapiranga	34	29S3644	50W5830	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3644 50W5830 Co-localizado com o canal 33+ - Reuso do canal de Porto Alegre/RS
RS	Sapiranga	46	29S3644	50W5830	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3644 50W5830 Co-localizado com o canal 47-
RS	Sarandi	34	27S5756	52W5424	0,800			Coordenadas do sítio: 27S5756 52W5424
RS	Sobradinho	25	29S2704	53W0113	8,000			Coordenadas do sítio: 29S2704 53W0113
RS	Sobradinho	46	29S2517	53W0143	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2517 53W0143
RS	Soledade	26	28S4844	52W2951	0,800			Coordenadas do sítio: 28S4844 52W2951
RS	Soledade	32	28S4844	52W2951	0,080			Coordenadas do sítio: 28S4844 52W2951 Co-localizado com o canal 33D
RS	Soledade	33	28S4815	52W3015	0,800			Coordenadas do sítio: 28S4815 52W3015 Co-localizado com o canal 32D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Tapejara	25	28S0516	52W0100	0,080			Coordenadas do sítio: 28S0516 52W0100
RS	Tapejara	38	28S0442	52W0150	0,080			Coordenadas do sítio: 28S0442 52W0150
RS	Tapera	25	28S3808	52W5156	0,800			Coordenadas do sítio: 28S3808 52W5156
RS	Taquara	26	29S3815	50W4642	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3815 50W4642 - Reuso do canal de Sapiranga/RS
RS	Taquara	35	29S3815	50W4642	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3815 50W4642 - Reuso do canal de Osório/RS
RS	Taquara	56	29S3815	50W4642	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3815 50W4642 - Reuso do canal de Três Coroas/RS
RS	Taquari	35	29S4758	51W5151	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4758 51W5151
RS	Taquari	58	49S4235	51W4859	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4235 51W4859
RS	Tenente Portela	25	27S2229	53W4516	0,800			Coordenadas do sítio: 27S2229 53W4516
RS	Tenente Portela	47	27S2229	53W4516	0,080			Coordenadas do sítio: 27S2229 53W4516
RS	Terra de Areia	24	29S3449	50W0504	8,000			Coordenadas do sítio: 29S3449 50W0504
RS	Teutônia	24	29S2408	51W4804	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2408 51W4804
RS	Tiradentes do Sul	42	27S2349	54W0502	0,080			Coordenadas do sítio: 27S2349 54W0502
RS	Torres	17	29S2023	49W4350	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2023 49W4350
RS	Torres	21	29S2023	49W4350	0,800			Coordenadas do sítio: 29S2023 49W4350
RS	Torres	26	29S2023	49W4350	0,800			Coordenadas do sítio: 29S2023 49W4350 Co-localizado com o canal 25
RS	Torres	29	29S2023	49W4350	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2023 49W4350
RS	Torres	31	29S2023	49W4350	0,800			Coordenadas do sítio: 29S2023 49W4350
RS	Torres	34	29S2023	49W4350	8,000			Coordenadas do sítio: 29S2023 49W4350
RS	Torres	38	29S2023	49W4350	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2023 49W4350
RS	Tramandaí (SALINAS)	32	30S0800	50W1100	0,080			Coordenadas do sítio: 30S0800 50W1100 - Reuso do canal de Osório/RS
RS	Três Cachoeiras	57	29S2702	49W5533	0,080			Coordenadas do sítio: 29S2702 49W5533
RS	Três Coroas	22	29S3124	50W4555	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3124 50W4555 Co-localizado com o canal 21
RS	Três Coroas	24	29S3124	50W4555	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3124 50W4555
RS	Três Coroas	28	29S3124	50W4555	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3124 50W4555 Co-localizado com o canal 27 - Reuso do canal de Igrejinha/RS
RS	Três Coroas	30	29S3124	50W4555	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3124 50W4555 - Reuso do canal de Sapiranga/RS
RS	Três Coroas	38	29S3124	50W4555	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3124 50W4555 Co-localizado com o canal 39
RS	Três Coroas	49	29S3124	50W4555	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3124 50W4555
RS	Três Coroas	56	29S3124	50W4555	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3124 50W4555
RS	Três de Maio	25	27S4644	54W1403	0,800			Coordenadas do sítio: 27S4644 54W1403
RS	Três Passos	28	27S2746	53W5510	0,080			Coordenadas do sítio: 27S2746 53W5510
RS	Três Passos	32	27S2746	53W5510	0,080			Coordenadas do sítio: 27S2746 53W5510
RS	Três Passos	35	27S2746	53W5510	0,800			Coordenadas do sítio: 27S2746 53W5510
RS	Tupanciretã	24	29S0516	53W4857	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0516 53W4857
RS	Tupanciretã	29	29S0450	53W5009	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0450 53W5009
RS	Uruguaiana	58	29S4511	57W0505	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4511 57W0505
RS	Vacaria	16	28S3103	50W5541	0,800			Coordenadas do sítio: 28S3103 50W5541 Co-localizado com o canal 17-
RS	Vacaria	26	28S3000	50W5600	0,080			Coordenadas do sítio: 28S300050W5600
RS	Vacaria	28	28S3103	50W5541	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3103 50W5541
RS	Vacaria	34	28S3103	50W5541	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3103 50W5541 Co-localizado com o canal 33
RS	Vacaria	45	28S3000	50W5600	0,080			Coordenadas do sítio: 28S300050W5600 Co-localizado com o canal 44+
RS	Vacaria	58	28S3000	50W5600	0,080			Coordenadas do sítio: 28S300050W5600
RS	Venâncio Aires	14	29S3500	52W1100	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3500 52W1100 Co-localizado com o canal 15D
RS	Venâncio Aires	15	29S3500	52W1100	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3500 52W1100 Co-localizado com o canal 14D
RS	Venâncio Aires	35	29S3500	52W1100	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3500 52W1100 Co-localizado com o canal 34
RS	Venâncio Aires	49	29S3500	52W1100	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3500 52W1100
RS	Veranópolis	42	28S5542	51W3320	0,800			Coordenadas do sítio: 28S5542 51W3320

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proposta de Alteração de canais do PBTVD, para comentários públicos:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Alegrete	14	29S4914	55W4944	8,000			29S4914 55W4944
RS	Alegrete	16	29S4914	55W4944	0,080			29S4914 55W4944
RS	Alegrete	20	29S4914	55W4944	0,800			29S4914 55W4944
RS	Alegrete	22	29S4914	55W4944	0,800			29S4914 55W4944
RS	Alegrete	27	29S4914	55W4944	0,800			29S4914 55W4944
RS	Alegrete	29	29S4914	55W4944	0,800			29S4914 55W4944
RS	Alegrete	31	29S4914	55W4944	0,080			29S4914 55W4944
RS	Bagé	29	31S2103	54W0710	0,800			31S2103 54W0710
RS	Bagé	32	31S2103	54W0710	8,000			31S2103 54W0710
RS	Bagé	34	31S2103	54W0710	0,800			31S2103 54W0710
RS	Bagé	36	31S2103	54W0710	0,080			31S2103 54W0710
RS	Bagé	39	31S2103	54W0710	0,800			31S2103 54W0710
RS	Bagé	41	31S2103	54W0710	0,080			31S2103 54W0710
RS	Bagé	46	31S2103	54W0710	0,800			31S2103 54W0710
RS	Cachoeira do Sul	18	30S0111	52W5336	0,800			30S0111 52W5336
RS	Cachoeira do Sul	22	30S0111	52W5336	0,080			30S0111 52W5336
RS	Cachoeira do Sul	24	30S0111	52W5336	0,800			30S0111 52W5336
RS	Cachoeira do Sul	35	30S0111	52W5336	0,080			30S0111 52W5336
RS	Cachoeira do Sul	40	30S0111	52W5336	0,800			30S0111 52W5336
RS	Cachoeira do Sul	45	30S0111	52W5336	0,080			30S0111 52W5336
RS	Carazinho	29	28S1619	52W4641	0,080			28S1519 52W4641
RS	Carazinho	35	28S1619	52W4641	0,080			28S1519 52W4641
RS	Carazinho	42	28S1619	52W4641	8,000			28S1519 52W4641
RS	Carazinho	51	28S1619	52W4641	8,000			28S1519 52W4641
RS	Carazinho	57	28S1619	52W4641	0,080			28S1519 52W4641
RS	Caxias do Sul	14	29S0939	51W1017	0,080			29S0939 51W1017
RS	Caxias do Sul	16	29S0939	51W1017	0,800	297 a 304	0,08	29S0939 51W1017 Co-localizado com o canal 17D
RS	Caxias do Sul	17	29S0939	51W1017	8,000			29S0939 51W1017 Co-localizado com o canal 16D
RS	Caxias do Sul	38	29S0939	51W1017	0,800			Coordenadas do sítio: 29S0939 51W1017
RS	Caxias do Sul	42	29S0939	51W1017	0,080			29S0939 51W1017 Co-localizado com os canais 41 e 43
RS	Caxias do Sul	48	29S0939	51W1017	0,080			29S0939 51W1017 Co-localizado com os canais 47 e 49
RS	Caxias do Sul	53	29S0939	51W1017	0,080			29S0939 51W1017 Co-localizado com o canal 54D
RS	Caxias do Sul	54	29S0939	51W1017	0,080			29S0939 51W1017 Co-localizado com o canal 53D
RS	Caxias do Sul	56	29S0939	51W1017	0,080			29S0939 51W1017 Co-localizado com o canal 57
RS	Caxias do Sul	58	29S0939	51W1017	0,800	297 a 304		29S0939 51W1017 Co-localizado com o canal 57
RS	Cruz Alta	14	28S3737	53W3537	8,000			28S3737 53W3537
RS	Cruz Alta	16	28S3737	53W3537	0,800			28S3737 53W3537 Co-localizado com o canal 17
RS	Cruz Alta	23	28S3737	53W3537	0,080			28S3737 53W3537 Co-localizado com o canal 22
RS	Cruz Alta	38	28S3737	53W3537	0,080			28S3737 53W3537
RS	Cruz Alta	44	28S3737	53W3537	0,080			28S3737 53W3537
RS	Cruz Alta	46	28S3737	53W3537	0,800			28S3737 53W3537
RS	Cruz Alta	53	28S3737	53W3537	0,800			28S3737 53W3537
RS	Erechim	16	27S3749	52W1657	8,000			27S3749 52W1657
RS	Erechim	36	27S3749	52W1657	0,800			27S3749 52W1657
RS	Erechim	41	27S3749	52W1657	0,800			27S3749 52W1657
RS	Erechim	47	27S3749	52W1657	0,800			27S3749 52W1657
RS	Erechim	53	27S3749	52W1657	0,080			27S3749 52W1657
RS	Erechim	58	27S3749	52W1657	0,080			27S3749 52W1657
RS	Montenegro	15	29S3952	51W2730	0,080			29S3952 51W2730
RS	Montenegro	34	29S4123	51W2812	0,080			29S4123 51W2812
RS	Novo Hamburgo	51	29S3818	51W0535	0,800			Coordenadas do sítio: 29S3818 51W0535
RS	Novo Hamburgo	56	29S3818	51W0535	5,000			Coordenadas do sítio: 29S3818 51W0535
RS	Passo Fundo	21	28S1540	52W2423	0,800			28S1540 52W2423
RS	Passo Fundo	34	28S1540	52W2423	0,800			28S1540 52W2423
RS	Passo Fundo	39	28S1540	52W2423	0,800			28S1540 52W2423
RS	Passo Fundo	45	28S1540	52W2423	0,080			28S1540 52W2423
RS	Passo Fundo	49	28S1540	52W2423	0,800			28S1540 52W2423
RS	Passo Fundo	54	28S1540	52W2423	0,080			28S1540 52W2423
RS	Passo Fundo	56	28S1422	52W2235	10,000			28S1422 52W2235
RS	Pelotas	19	31S4555	52W2032	0,080			31S4555 52W2032 Co-localizado com o canal 18
RS	Pelotas	23	31S4555	52W2032	0,080			31S4555 52W2032 Co-localizado com o canal 24
RS	Pelotas	35	31S4504	52W1847	12,500			31S4504 52W1847
RS	Pelotas	43	31S4555	52W2032	8,000			31S4555 52W2032
RS	Pelotas	46	31S4555	52W2032	0,800			31S4555 52W2032
RS	Pelotas	49	31S4555	52W2032	0,800			31S4555 52W2032
RS	Pelotas	51	31S4555	52W2032	0,800			31S4555 52W2032
RS	Pelotas	53	31S4555	52W2032	0,080			31S4555 52W2032
RS	Rio Grande	15	32S0049	52W0757	0,080			32S0049 52W0757
RS	Rio Grande	39	32S0049	52W0757	0,800			32S0049 52W0757
RS	Rio Grande	41	32S0049	52W0757	0,080			32S0049 52W0757
RS	Rio Grande	45	32S0049	52W0757	0,800			32S0049 52W0757
RS	Rio Grande	47	32S0049	52W0757	0,800			32S0049 52W0757
RS	Rio Grande	50	32S0049	52W0757	0,080			32S0049 52W0757
RS	Rio Grande	52	32S0049	52W0757	0,800			32S0049 52W0757
RS	Rio Grande	55	32S0247	52W0754	8,000			32S0247 52W0754
RS	Santa Cruz do Sul	30	29S4341	52W2437	0,080			29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 31
RS	Santa Cruz do Sul	36	29S4341	52W2437	0,800	108 a 119	0,080	29S4341 52W2437
RS	Santa Cruz do Sul	42	29S4341	52W2437	0,800	108 a 119	0,08	29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 43
RS	Santa Cruz do Sul	44	29S4341	52W2437	0,800			29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 43
RS	Santa Cruz do Sul	48	29S4341	52W2437	0,080			29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 49
RS	Santa Cruz do Sul	54	29S4341	52W2437	0,800			29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 55
RS	Santa Cruz do Sul	56	29S4341	52W2437	0,080			29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 55

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Santa Cruz do Sul	58	29S4341	52W2437	15,800			29S4341 52W2437
RS	Santa Maria	27	29S3911	53W4945	8,000			29S3911 53W4945
RS	Santa Maria	36	29S3911	53W4945	0,800			29S3911 53W4945
RS	Santa Maria	39	29S3911	53W4945	8,000			29S3911 53W4945
RS	Santa Maria	41	29S3911	53W4945	0,800			29S3911 53W4945
RS	Santa Maria	48	29S3911	53W4945	0,080			29S3911 53W4945
RS	Santa Maria	50	29S3911	53W4945	0,800			29S3911 53W4945
RS	Santa Maria	53	29S3911	53W4945	0,800	174 a 192	0,080	29S3911 53W4945
RS	Santa Maria	55	29S3911	53W4945	0,800			29S3911 53W4945
RS	Santa Rosa	22	27S5158	54W2840	0,080			27S5158 54W2840 Co-localizado com o canal 23
RS	Santa Rosa	25	27S5158	54W2840	0,800			27S5158 54W2840
RS	Santa Rosa	43	27S5158	54W2840	0,800			27S5158 54W2840
RS	Santa Rosa	46	27S5158	54W2840	0,800			27S5158 54W2840
RS	Santa Rosa	49	27S5029	54W2834	15,800			27S5158 54W2840
RS	Santa Rosa	56	27S5158	54W2840	0,080			27S5158 54W2840
RS	Santiago	17	29S1118	54W5159	0,080			29S1118 54W5159
RS	Santiago	19	29S1118	54W5159	0,080			29S1118 54W5159
RS	Santiago	25	29S1118	54W5159	0,080			29S1118 54W5159
RS	Santo Ângelo	35	28S1814	54W1438	8,000			28S1814 54W1438
RS	Santo Ângelo	40	28S1814	54W1438	8,000			28S1814 54W1438
RS	Santo Ângelo	45	28S1814	54W1438	0,800			28S1814 54W1438
RS	Santo Ângelo	48	28S1814	54W1438	0,800			28S1814 54W1438
RS	Santo Ângelo	51	28S1814	54W1438	0,080			28S1814 54W1438
RS	Santo Ângelo	57	28S1814	54W1438	0,080			28S1814 54W1438
RS	Uruguaiana	18	29S4511	57W0505	0,080			29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	28	29S4511	57W0505	0,800			29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	30	29S4511	57W0505	0,800			29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	32	29S4511	57W0505	8,000			29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	36	29S4511	57W0505	0,800			29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	38	29S4511	57W0505	0,800			29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	40	29S4511	57W0505	0,080			29S4511 57W0505

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
RS	Alegrete	17	29S4900	55W4930	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4900 55W4930 Co-localizado com o canal 18
RS	Alegrete	26	29S4959	55W4731	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4959 55W4731
RS	Alegrete	34	29S4900	55W4930	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4900 55W4930
RS	Alegrete	38	29S4824	55W5111	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4824 55W5111
RS	Alegrete	45	29S4959	55W4731	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4959 55W4731
RS	Alegrete	58	29S4959	55W4731	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4959 55W4731
RS	Alegrete (PASSO NOVO)	23	29S4507	55W2739	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4507 55W2739
RS	Bagé	17	31S2103	54W0710	0,800			Coordenadas do sítio: 31S2103 54W0710 Co-localizado com o canal 16
RS	Bagé	20	31S2017	54W0622	0,080			Coordenadas do sítio: 31S2017 54W0622 Co-localizado com o canal 21
RS	Bagé	26	31S2017	54W0622	0,800			Coordenadas do sítio: 31S2017 54W0622 Co-localizado com os canais 25+ e 27
RS	Bagé	28	31S2017	54W0622	0,800			Coordenadas do sítio: 31S2017 54W0622 Co-localizado com o canal 27
RS	Bagé	32	31S2103	54W0710	0,800			Coordenadas do sítio: 31S2103 54W0710
RS	Bagé	34	31S2103	54W0710	8,000			Coordenadas do sítio: 31S2103 54W0710
RS	Bagé	41	31S2017	54W0622	0,800			Coordenadas do sítio: 31S2017 54W0622
RS	Cachoeira do Sul	17	30S0205	52W5404	0,800			Coordenadas do sítio: 30S0205 52W5404
RS	Cachoeira do Sul	29	30S0205	52W5404	0,080			Coordenadas do sítio: 30S0205 52W5404
RS	Cachoeira do Sul	40	30S0205	52W5404	0,080			Coordenadas do sítio: 30S0205 52W5404
RS	Cachoeira do Sul	42	30S0131	52W5404	8,000			Coordenadas do sítio: 30S0131 52W5404
RS	Cachoeira do Sul	45	30S0205	52W5404	0,080			Coordenadas do sítio: 30S0205 52W5404
RS	Cachoeira do Sul	49	30S0205	52W5404	0,080			Coordenadas do sítio: 30S0205 52W5404
RS	Carazinho	20	28S1712	52W4723	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1712 52W4723
RS	Carazinho	29	28S1712	52W4723	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1712 52W4723
RS	Carazinho	33	28S1712	52W4723	8,000			Coordenadas do sítio: 28S1712 52W4723 Co-localizado com o canal 32
RS	Carazinho	45	28S1712	52W4723	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1712 52W4723 Co-localizado com o canal 44
RS	Carazinho	51	28S1712	52W4723	8,000			Coordenadas do sítio: 28S1712 52W4723
RS	Caxias do Sul	14	29S1100	51W1200	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1100 51W1200
RS	Caxias do Sul	17	29S0954	51W1032	0,800			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com o canal 18D
RS	Caxias do Sul	18	29S0954	51W1032	0,800			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com os canais 17D e 19
RS	Caxias do Sul	29	29S0954	51W1032	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032
RS	Caxias do Sul	33	29S0954	51W1032	8,000			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032
RS	Caxias do Sul	38	29S0954	51W1032	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	Caxias do Sul	45	29S0954	51W1032	0,800			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032
RS	Caxias do Sul	53	29S0954	51W1032	8,000			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com o canal 54D
RS	Caxias do Sul	54	29S0954	51W1032	0,800			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com os canais 53D e 55-
RS	Caxias do Sul	56	29S0954	51W1032	0,080			Coordenadas do sítio: 29S0954 51W1032 Co-localizado com os canais 55- e 57+
RS	Cruz Alta	16	28S3746	53W3508	0,800			Coordenadas do sítio: 28S3746 53W3508 Co-localizado com o canal 17+
RS	Cruz Alta	33	28S3757	53W3550	8,000			Coordenadas do sítio: 28S3757 53W3550 Co-localizado com o canal 34
RS	Cruz Alta	38	28S3815	53W3636	0,800			Coordenadas do sítio: 28S3815 53W3636
RS	Cruz Alta	44	28S3815	53W3636	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3815 53W3636
RS	Cruz Alta	49	28S3746	53W3508	0,800			Coordenadas do sítio: 28S3746 53W3508
RS	Cruz Alta	53	28S3815	53W3636	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3815 53W3636
RS	Cruz Alta	57	28S3815	53W3636	0,080			Coordenadas do sítio: 28S3815 53W3636
RS	Erechim	17	27S3755	52W1640	0,800			Coordenadas do sítio: 27S3755 52W1640
RS	Erechim	26	27S3755	52W1640	0,080			Coordenadas do sítio: 27S3755 52W1640 Co-localizado com o canal 25
RS	Erechim	33	27S3755	52W1640	8,000			Coordenadas do sítio: 27S3755 52W1640
RS	Erechim	38	27S3835	52W1525	0,800			Coordenadas do sítio: 27S3835 52W1525
RS	Erechim	45	27S3755	52W1640	0,800			Coordenadas do sítio: 27S3755 52W1640
RS	Erechim	53	27S3835	52W1525	0,080			Coordenadas do sítio: 27S3835 52W1525
RS	Montenegro	33	29S3952	51W2730	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3952 51W2730
RS	Montenegro	54	29S4123	51W2812	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4123 51W2812
RS	Novo Hamburgo	51	29S3818	51W0535	8,000			Coordenadas do sítio: 29S3818 51W0535
RS	Novo Hamburgo	55	29S3818	51W0535	8,000			Coordenadas do sítio: 29S3818 51W0535
RS	Passo Fundo	14	28S1547	52W2443	0,800			Coordenadas do sítio: 28S1547 52W2443
RS	Passo Fundo	17	28S1547	52W2443	0,800			Coordenadas do sítio: 28S1547 52W2443 Co-localizado com os canais 16 e 18
RS	Passo Fundo	20	28S1547	52W2443	0,800			Coordenadas do sítio: 28S1547 52W2443
RS	Passo Fundo	27	28S1547	52W2443	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1547 52W2443 Co-localizado com o canal 28-
RS	Passo Fundo	39	28S1547	52W2443	0,800			Coordenadas do sítio: 28S1547 52W2443
RS	Passo Fundo	34	28S1454	52W2255	22,540			Coordenadas do sítio: 28S1454 52W2255
RS	Passo Fundo	49	28S1547	52W2443	0,800			Coordenadas do sítio: 28S1547 52W2443
RS	Pelotas	17	31S4555	52W2017	0,800			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017 Co-localizado com os canais 16+ e 18
RS	Pelotas	19	31S4555	52W2017	0,080			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017 Co-localizado com o canal 18
RS	Pelotas	26	31S4555	52W2017	8,000			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017
RS	Pelotas	29	31S4555	52W2017	0,800			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017 Co-localizado com o canal 30
RS	Pelotas	32	31S4555	52W2017	0,800			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017
RS	Pelotas	34	31S4504	52W1847	13,850			Coordenadas do sítio: 31S4504 52W1847
RS	Pelotas	43	31S4555	52W2017	0,080			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017
RS	Pelotas	45	31S4555	52W2017	0,800			Coordenadas do sítio: 31S4555 52W2017
RS	Rio Grande	15	32S0206	52W0555	0,800			Coordenadas do sítio: 32S0206 52W0555
RS	Rio Grande	19	32S0206	52W0555	0,080			Coordenadas do sítio: 32S0206 52W0555
RS	Rio Grande	27	32S0206	52W0555	0,800			Coordenadas do sítio: 32S0206 52W0555 Co-localizado com o canal 28
RS	Rio Grande	33	32S0247	52W0734	8,000			Coordenadas do sítio: 32S0247 52W0734 Co-localizado com o canal 34
RS	Rio Grande	39	32S0206	52W0555	0,080			Coordenadas do sítio: 32S0206 52W0555
RS	Rio Grande	45	32S0206	52W0555	0,800			Coordenadas do sítio: 32S0206 52W0555
RS	Rio Grande	50	32S0206	52W0555	0,800			Coordenadas do sítio: 32S0206 52W0555
RS	Rio Grande	53	32S0206	52W0555	0,800			Coordenadas do sítio: 32S0206 52W0555
RS	Santa Cruz do Sul	17	29S4341	52W2437	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4341 52W2437 Co-localizado com os canais 16+ e 18D
RS	Santa Cruz do Sul	18	29S4341	52W2437	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4341 52W2437 Co-localizado com os canais 17D e 19
RS	Santa Cruz do Sul	21	29S4341	52W2437	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4341 52W2437
RS	Santa Cruz do Sul	27	29S4341	52W2437	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4341 52W2437
RS	Santa Cruz do Sul	30	29S4341	52W2437	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 31

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	Santa Cruz do Sul	33	29S4341	52W2437	21,560			Coordenadas do sítio: 29S4341 52W2437
RS	Santa Cruz do Sul	38	29S4240	52W2414	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4240 52W2414
RS	Santa Cruz do Sul	48	29S4341	52W2437	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4341 52W2437 Co-localizado com o canal 49
RS	Santa Maria	16	29S3919	53W5009	8,000			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009 Co-localizado com os canais 15- e 17
RS	Santa Maria	19	29S3919	53W5009	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009
RS	Santa Maria	26	29S3919	53W5009	20,580			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009 Co-localizado com o canal 27D
RS	Santa Maria	27	29S3919	53W5009	8,000			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009 Co-localizado com o canal 26D
RS	Santa Maria	30	29S3919	53W5009	0,800			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009
RS	Santa Maria	33	29S3919	53W5009	38,310			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009 Co-localizado com o canal 34-
RS	Santa Maria	35	29S3919	53W5009	0,080			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009 Co-localizado com o canal 34-
RS	Santa Maria	39	29S3919	53W5009	0,800			Coordenadas do sítio: 29S3919 53W5009
RS	Santa Rosa	26	27S5158	54W2840	0,800			Coordenadas do sítio: 27S5158 54W2840 Co-localizado com o canal 27D
RS	Santa Rosa	27	27S5158	54W2840	0,800			Coordenadas do sítio: 27S5158 54W2840 Co-localizado com o canal 26D
RS	Santa Rosa	30	27S5158	54W2840	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5158 54W2840 Co-localizado com o canal 29
RS	Santa Rosa	32	27S5158	54W2840	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5158 54W2840
RS	Santa Rosa	34	27S5029	54W2834	21,700			Coordenadas do sítio: 27S5029 54W2834
RS	Santa Rosa	58	27S5158	54W2840	0,080			Coordenadas do sítio: 27S5158 54W2840
RS	Santiago	24	29S1243	54W5105	0,800			Coordenadas do sítio: 29S1243 54W5105 Co-localizado com o canal 23
RS	Santiago	26	29S1118	54W5159	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1118 54W5159
RS	Santiago	28	29S1118	54W5159	0,080			Coordenadas do sítio: 29S1118 54W5159
RS	Santo Ângelo	17	28S1754	54W1548	0,800			Coordenadas do sítio: 28S1754 54W1548 Co-localizado com o canal 16-
RS	Santo Ângelo	21	28S1649	54W1534	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1649 54W1534 Co-localizado com o canal 20
RS	Santo Ângelo	23	28S1816	54W1445	8,000			Coordenadas do sítio: 28S1816 54W1445
RS	Santo Ângelo	28	28S1754	54W1548	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1754 54W1548
RS	Santo Ângelo	45	28S1754	54W1548	0,800			Coordenadas do sítio: 28S1754 54W1548
RS	Santo Ângelo	49	28S1754	54W1548	0,080			Coordenadas do sítio: 28S1754 54W1548
RS	Uruguaiana	17	29S4511	57W0505	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4511 57W0505 Co-localizado com o canal 16
RS	Uruguaiana	22	29S4511	57W0505	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	28	29S4511	57W0505	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	30	29S4511	57W0505	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	34	29S4511	57W0505	8,000			Coordenadas do sítio: 29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	49	29S4511	57W0505	0,800			Coordenadas do sítio: 29S4511 57W0505
RS	Uruguaiana	52	29S4511	57W0505	0,080			Coordenadas do sítio: 29S4511 57W0505

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 50.586, DE 27 DE MAIO DE 2005

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no art. 194, inciso XI, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 da Lei n.º 9.472, LGT, de 16 de julho de 1997, no art. 16, XI do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 07 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO o disposto nas cláusulas 5.2 e 10.1, incisos I e III do Termo de Autorização do Serviço Móvel Pessoal - SMP, que dispõem, respectivamente, sobre a obrigatoriedade de cumprimento das metas de qualidade fixadas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o SMP - PGMQ-SMP, aprovado pela Resolução n.º 317, de 27 de setembro de 2002, e sobre as prerrogativas da Anatel em acompanhar e fiscalizar a exploração do serviço visando ao atendimento da regulamentação e aplicar penalidades;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução 316, de 27 de setembro de 2002, especialmente no artigo 100;

CONSIDERANDO o disposto no PGMQ-SMP, especialmente nos artigos 1°, 18 e inciso I do artigo 19, bem como o disposto no Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução n.º 335, de 17 de abril de 2003, especialmente nos artigos 1°, 3° e 26;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, especialmente nos artigos n.º 4°, 5°, 7°. 13 e 21;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) n.º 53500.031859/2004, instaurado para averiguar o descumprimento de obrigações relacionadas ao PGMQ-SMP por parte da prestado TIM SUL S.A. - PR, SC e RS, especialmente o Informe n.º 238/PVC-PA/PVCPR/PVCP, parte integrante desta decisão, resolve:

Art. 1° Aplicar à TIM SUL S.A. - PR, SC e RS, a pena de MULTA, com fundamento no art. 173, inciso II, da Lei n.º 9.472, LGT, de 16 de julho de 1997, no inciso II do artigo 4°, no artigo 7°, no inciso II do artigo 8° e no artigo 16, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, no valor de R$ 353.850,50 (trezentos e cinqüenta e três mil oitocentos e cinqüenta reais e cinqüenta centavos), pelo descumprimento da Cláusula 5.2 do Termo de Autorização do Serviço Móvel Pessoal - SMP, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento das metas de qualidade fixadas no Plano Geral de Metas de Qualidade de SMP - PGMQ-SMP, aprovado pela Resolução n.º 317, de 27 de dezembro de 2002.

Art. 2° Notificar as partes do teor deste ATO.

JARBAS JOSÉ VALENTE

ATO Nº 5.594, DE 11 DE AGOSTO DE 2011

PADO n.º 53500.006169/2011 - Aplica à TIM CELULAR S.A., inscrita no CNPJ n.º 04.206.050/0001-80, a sanção de multa, no valor de R$ 19.703,99 (dezenove mil, setecentos e três reais e noventa e nove centavos), em virtude da vulneração ao inciso I do artigo 10 e dos artigos 79 e 80 do RSMP, assim como a Cláusula 5.1, §1º do Termo de Autorização PVCP/SPV 001/2001 - ANATEL.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.469, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 53500.016906/2011 - Expede autorização para execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA, CNPJ n.º 13.937.149/0001-43, sem exclusividade, por prazo indeterminado, para todo o estado da Bahia, e outorga autorização do direito de uso de 70 (setenta) canais de radiofrequência para os municípios de Camaçari/BA, Candeias/BA, Salvador/BA, Simões Filho/BA e Lauro de Freitas/BA e 80 (oitenta) canais de radiofrequência para os municípios de Coração de Maria/BA e Feira de Santana/BA associados ao Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, sem exclusividade, por 15 (quinze) anos, e a título oneroso.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 6.480, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à VISEL-VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 32.401.341/0001-65 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.481, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 08.598.391/0001-08 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.482, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 01.615.814/0020-66 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.483, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SPACE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.707.116/0001-90 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.484, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A, CNPJ nº 06.981.176/0001-58 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.485, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 25.183.468/0001-90 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.486, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC, CNPJ nº 07.957.149/0002-93 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.487, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA, CNPJ nº 17.428.731/0001-35 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.488, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à PAULO AFONSO FRANCA FONTOURA, CPF nº 266.739.596-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.489, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à RIO BONITO EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 00.934.662/0001-39 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.490, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO RURAL CASTROLANDA LTDA, CNPJ nº 76.108.240/0001-76 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.491, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à BRASILSAT HARALD S/A, CNPJ nº 78.404.860/0001-88 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.492, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à EMPRESA PIONEIRA DE TRANSPORTES S/A, CNPJ nº 75.524.413/0001-74 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.493, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SUL BRASIL - RADIO E TELEVISAO LTDA., CNPJ nº 05.492.288/0001-82 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.494, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SERVTRON SERVICOS E COMERCIO DE ALARMES LTDA ME., CNPJ nº 09.201.726/0001-67 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.495, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ABIX TELECOM LTDA, CNPJ nº 03.068.511/0001-33 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.496, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à LEOCLIDES COMUNELLO, CPF nº 200.149.889-68 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.497, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SANKYU S A, CNPJ nº 43.211.325/0012-89 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.500, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JUNDIAI, CNPJ nº 45.780.103/0001-50 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.501, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE OLIMPIA, CNPJ nº 46.933.016/0001-58 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.502, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA., CNPJ nº 02.836.056/0068-13 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SEGVAP-SEGURANCA NO VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ nº 60.210.721/0001-58 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.504, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PINARA REFLORESTAMENTO E ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ nº 50.056.902/0001-18 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.505, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO FELIZ, CNPJ nº 46.634.481/0001-98 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.506, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CELIO FONTAO CARRIL, CPF nº 015.324.568-91 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.508, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à USINA ACUCAREIRA GUAIRA LTDA, CNPJ nº 44.346.583/0001-82 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.509, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à BIRIGUI PREFEITURA, CNPJ nº 46.151.718/0001-80 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 6.510, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CHARQUEADA PREFEITURA, CNPJ nº 45.732.013/0001-93 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.511, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à AGRO BERTOLO LTDA, CNPJ nº 61.224.267/0001-57 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.512, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SYLVIA LEDA AMARAL PINHO DE ALMEIDA, CPF nº 007.913.428-91 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.513, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO ORDINARIO DO NOVO SHOPPING CENTER RIBEIRAO PRETO, CNPJ nº 03.480.244/0001-07 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO CAPELA DO BARREIRO, CNPJ nº 52.352.457/0001-69 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.515, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO SHOPPING CENTER PIRACICABA, CNPJ nº 55.349.526/0001-73 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.516, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à CAIXETA TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 00.438.756/0001-17 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.517, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à BIO-EXTRATUS COSMETIC NATURAL LTDA, CNPJ nº 02.176.615/0001-07 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.518, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à USINA ITAPAGIPE ACUCAR E ALCOOL LTDA, CNPJ nº 06.059.962/0001-00 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.519, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à MINERACAO MINAS BAHIA S/A, CNPJ nº 07.241.422/0001-06 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.520, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à SAO BENTO SERVICOS LTDA ME, CNPJ nº 10.761.646/0001-45 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.521, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à CONSORCIO M.MARTINS - EMSA, CNPJ nº 11.794.469/0001-66 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.522, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à TRATEMI TRANSPORTE TERRAPLENAGEM E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 17.162.637/0001-87 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.523, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, CNPJ nº 18.318.618/0001-60 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.524, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à FUNDACAO DOM CABRAL, CNPJ nº 19.268.267/0001-92 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.525, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à LEME ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 33.633.561/0001-87 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.526, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à AGROPASTORIL JOTABASSO LTDA, CNPJ nº 87.700.746/0012-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.527, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à CONSTRUTORA ROCHA CAVALCANTE LTDA, CNPJ nº 09.323.098/0001-92 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.528, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI, CNPJ nº 06.517.387/0001-34 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.529, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à JUVENAL STEFFENON, CPF nº 370.379.359-72 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.530, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à TROPICAL COMUNICACAO LTDA, CNPJ nº 10.702.082/0001-70 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.531, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à DALKIA BRASIL S/A, CNPJ nº 02.386.450/0025-67 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.532, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à ERA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 12.837.700/0001-14 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.533, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à DEFEND VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.314.400/0001-13 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 6.534, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à J F KRINDGES & CIA LTDA, CNPJ nº 90.410.374/0001-78 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.535, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à DEIP VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA ME , CNPJ nº 07.898.515/0001-08 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.537, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à PRIME WORK SISTEMAS DE SERVICO LTDA, CNPJ nº 04.929.106/0002-06 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.538, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à EMBRAER S.A., CNPJ nº 07.689.002/0003-40 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.539, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à TRIUNFO IESA INFRA-ESTRUTURA S/A., CNPJ nº 10.579.577/0001-53 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.540, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à CONDOMINIO VOLUNTARIO DO SUBCONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI ALPHAVILLE, CNPJ nº 12.875.195/0001-00 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.541, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à COLI ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ nº 19.082.049/0001-69 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.542, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à ALFREDO CONSTANTINO, CPF nº 192.003.408-06 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.543, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Expede autorização à ORION ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - EPP, CNPJ nº 51.421.519/0001-84 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.544, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à LUNA L NUNES AVICOLA LTDA, CNPJ nº 24.321.382/0001-13 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.545, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV, CNPJ nº 02.808.708/0016-85 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.546, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA , CNPJ nº 00.375.972/0018-09 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.261, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 53500.028941/2005. Notifica a empresa TERACOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ n.º 04.039.720/0001-11, que, na forma do art. 91, §2º, do Regimento Interno desta Agência, o prazo para interposição de pedido de reconsideração em face da decisão exarada por meio do Ato n.º 2.872, de 27 de maio de 2009, do Conselho Diretor desta Agência, publicado no DOU de 17 de agosto de 2010, Seção 1, pg. 51, é de 10 (dez) dias contados a partir da publicação desta notificação.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 6.449, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 535000160752011- Homologa o Plano Alternativo de Serviço n.º 240 - Modalidade LDN da Concessionária Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 6.450, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 535000160732011- Homologa o Plano Alternativo de Serviço n.º 242 - Modalidade LDN da Concessionária Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 6.452, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 535000194742011- Homologa o Plano Alternativo de Serviço n.º 158A - Modalidade LDN da Concessionária Brasil Telecom S.A.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 6.453, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 535000160742011- Homologa o Plano Alternativo de Serviço n.º 241 - Modalidade LDN da Concessionária Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de abril de 2009

Nº 2423/2009/PBCPP/PBCP/SPB - Ref.: PADO n.º 535540003062005

Resolve rever o Despacho n.º 230/2009/PBCPP/PBCP/SPB, para deixar de aplicar a sanção de MULTA no valor de R$ 156.978,70 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e oito reais e setenta centavos) à Telemar Norte Leste S.A - Filial Bahia, e aplicar MULTA no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a infração ao art. 16 da Resolução n.º 85, de 30/12/1998, nos termos do art. 53 da Lei 9.784/99.

Em 28 de junho de 2011

N.º 5793/2011/PBCPP/PBCP/SPB - Ref.: PADO n.º 535000273262009

Resolve: i) arquivar o PADO em referência; conforme Informe n 290/2011/PBCPP/PBCP; ii) notificar a Brasil Telecom S/A-BrT acerca do presente Despacho.

Em 30 de junho de 2011

N.º5064/2011/PBCPP/PBCP/SPB - Ref.: PADO n.º 535040083562009.

Resolve aplicar sanção de MULTA à TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A - TELESP, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela infração ao disposto no art. 70.I do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n° 426, de 9 de dezembro de 2005, com base nos critérios de dosimetria expostos no Informe n° 240/2011/PBCPP/PBCP/SPB.

Em 8 de agosto de 2011

N.º 6.143/2011 - PBQID/PBQI/SPB - Ref.: Processo nº 53512.001762/2008 e apensos

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações - Pados nº 535120017622008, 535780004772009, 535080032942009, 535120010092009 e 535080138472009, instaurados contra Telemar Norte Leste S.A., Concessionária do STFC, Setores 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 14, 15, e 16 do Plano Geral de Outorgas (PGO), inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, nº 33.000.118/0003-30, nº 33.000.118/0002-50, nº 33.000.118/0005-00, nº 33.000.118/0004-11, nº 33.000.118/0013-02, nº 33.000.118/0014-93, nº 33.000.118/0012-21, nº 33.000.118/0015-74, nº 33.000.118/0009-26, nº 33.000.118/0006-83 e nº 33.000.118/0007-64, respectivamente, com o objetivo de apurar eventuais descumprimentos às obrigações estabelecidas no Regulamento de Portabilidade (RGP), aprovado pela Resolução nº 460/07, no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RSTFC), aprovado pela Resolução 426/05 e no Contrato de Concessão, considerando o teor da Nota Técnica nº 22/2010-PBQID, de 23/04/2010, do Informe nº 23/2011-PBOAC, de 31/05/2011 e do Informe nº 346/2011-PBQID/PBQI, de 27/07/2011, pelos argumentos neles expostos, RESOLVE: i) aplicar sanções de ADVERTÊNCIA à Telemar Norte Leste S/A., para cada uma das irregularidades verificadas para o art. art. 5º, § 3º; art. 7º, I, II; art. 10, I; art. 13, I, II, V, IX; art. 18; art. 23, II c/c art. 24, II; art 49, §§ 2º e 3º; art. 53 e art. 54, todos do Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), aprovado pela Resolução nº 460/07; ii) aplicar sanção de MULTA à Telemar Norte Leste S/A., no valor total de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), em função de infrações ao art. 17, § 7º do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RSTFC), aprovado pela Resolução nº 426/05.

Em 22 de setembro de 2011

N.º8092/2011/PBCPA/PBCP/SPB - Ref.: PADO n.º 535040210162007

Resolve arquivar o presente Procedimento, em virtude do exaurimento de sua finalidade, com base no exposto no Informe n° 362/2011/PBCPA/PBCP, de 21/09/2011.

ROBERTO PINTO MARTINS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 279, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA- SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 114, inciso IV, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Dar publicidade à Consulta Pública SCE 17/2011, constante do Anexo a esta Portaria, com vistas a submeter questionamento à população de Porto Velho, RO, sobre o interesse daquela comunidade em ter acesso à programação gerada pela Rádio eldorado Ltda. (programação básica do Esporte Interativo), por intermédio da Rádio e TV Maíra Ltda., autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão por meio do canal 25 (vinte e cinco).

Art. 2º A Consulta Pública a que se refere o art. 1º estará disponível no endereço eletrônico http://consultapublica.mc.gov.br/consulta/logon.asp, a partir das 14h do dia 27 de setembro de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º As contribuições deverão ser devidamente identificadas e encaminhadas preferencialmente por meio de formulário eletrônico do sistema informatizado do Ministério das Comunicações, disponível no sítio eletrônico http:// consultapublica.mc.gov.br/consulta/logon.asp, relativo a Consulta Pública, até às 23h 59hrs do dia 26 de outubro de 2011.

Art. 4º. Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, recebidas até às 18h do dia 31 de outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios Bloco R, Edifício Anexo, 3º andar, sala 300, ala oeste

CEP: 70044-900 - Brasília/DF

Parágrafo único. Serão consideradas somente manifestações individuais, sendo rejeitadas quaisquer outras encaminhadas no formato de abaixo-assinado ou similar.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

CONSIDERANDO que a Rádio e TV Maíra Ltda. é autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, através do canal 25 (vinte e cinco), visando à retransmissão dos sinais gerados pela TV Ômega (programação básica da Rede TV);

CONSIDERANDO que a programação básica da Rede TV já e transmitida no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por meio do canal 17 (dezessete), através da Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda., executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens; e,

CONSIDERANDO que no dia 11 de julho de 2011, a Rádio e TV Maíra Ltda, solicitou ao Ministério das Comunicações autorização para alterar a geradora de sua programação, TV Ômega Ltda (programação básica da Rede TV) por aquela gerada pela Rádio Eldorado Ltda. (programação básica do Esporte Interativo),

o Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica substituto, apresenta o seguinte questionamento à população de Porto Velho/RO:

É interesse da comunidade de Rancharia ter acesso à programação gerada pela Rádio Eldorado Ltda. (programação básica do Esporte Interativo)?

As manifestações no âmbito desta consulta pública devem ser encaminhadas preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema de Consulta Pública disponível no endereço http:// consultapublica.mc.gov.br/consulta/logon.asp, a partir das 14h do dia 27 de setembro de 2011 até as 23h59 do dia 26 de outubro de 2011.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, recebidas até às 18h do dia 31 de outubro de 2011, para o seguinte endereço:

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios Bloco R, Edifício Anexo, 3º andar, sala 300, ala oeste

CEP: 70044-900 - Brasília/DF

Serão consideradas somente manifestações individuais, sendo rejeitadas quaisquer outras encaminhadas no formato de abaixo- assinado ou similar.

PORTARIA Nº 230, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pela Portaria nº 591, publicada em 20/09/2006, Portaria nº 711, publicada em 13/11/2008, Portaria nº 401, publicada em 06.05.2010, Portaria nº 11, publicada em 28/01/2011, Portaria nº 19, publicada em 17/02/2011, e Portaria nº 69, publicada em 18 de março de 2011, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.013317/2009-19, resolve:

Art. 1º Consignar à Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, o canal 40 (quarenta) de TVD, correspondente à Faixa de Freqüência de 626MHz a 632MHz, para a transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na mesma localidade.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos, e do Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União, em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 236, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.039716/2011, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE INTEGRAÇÃO DO OESTE DE MINAS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Formiga, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 42+E (quarenta e dois, para mais, educativo), classe B.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 239, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.013772/2007, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da RÁDIO JAURÚ FM LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando o canal 215 (duzentos e quinze), classe A4.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 137, de 27 de junho de 2011, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Nº 199 - Processo n.º 53000.014854/2011:

Art. 1º Aplicar à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., outorgada para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, que opera no canal 12, no município de Rondonópolis, estado de Mato Grosso, a penalidade de multa no valor de R$ 12.897,00, com fundamento no caput art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com modificação introduzida pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, valor este calculado com base no art. 1º da Portaria MC nº 858, de 18 de dezembro de 2008, por contrariar o disposto no parágrafo único do art. 77 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e nas alíneas "f" e "g" da cláusula 4ª do Contrato de Concessão firmado entre a União e a emissora, publicado no Diário Oficial da União em 06 de setembro de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 200 - Processo n.º 53000.041333/2009:

Art. 1º Aplicar à Rádio Terra FM Ltda., outorgada para exploração do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, que opera no canal 270, no município de Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, a penalidade de multa no valor de R$ 674,87, com fundamento no caput do artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com modificação introduzida pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, valor este calculado com base no art. 1º da Portaria MC nº 85, de 10 de março de 1994, por contrariar o disposto no item 9 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 151, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.001631/2004, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo, utilizando o canal 50 (cinquentas).

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO NO CONTEXTO DE GRANDES EVENTOS INTERNACIONAIS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha
(doravante denominados "As Partes"),

Considerando que o Brasil é o país anfitrião da Conferência RIO+20, em 2012, da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro e de outros importantes eventos esportivos internacionais (doravante denominados "os Eventos");

Considerando a assinatura, em 03.12.2009, "Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica, sobretudo nos domínios da infraestrutura e da segurança, com vistas à Copa do Mundo Brasil, em 2014, e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro, em 2016";

Considerando que as Partes desejam aprofundar a Parceria Estratégica por meio da intensificação das relações bilaterais em todos os níveis e em suas variadas vertentes;

Manifestando a determinação em incrementar sua cooperação bilateral;

Reconhecendo a importância da cooperação conjunta em benefício de terceiros países como instrumento complementar às ações no campo do desenvolvimento;

Decididos a celebrar, no marco das áreas prioritárias de cooperação Brasil-Alemanha e em temas adicionais mutuamente acordados, uma estreita colaboração, para fortalecer as iniciativas brasileiras de preparação e execução dos Eventos, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país;

Desejando trabalhar em colaboração para promover cooperação, compreensão e troca de informações (incluindo melhores práticas),

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

O presente Memorando de Entendimento terá como objetivo apoiar as ações preparatórias para a organização dos Eventos por meio da prestação de cooperação técnica entre as Partes, que incluem atividades de formação profissional, capacitação técnica, transferência de conhecimento e fortalecimento institucional em áreas identificadas como de prioridade entre as Partes.

Artigo 2

Os seguintes tópicos foram identificados como prioridade para a cooperação técnica e financeira entre as Partes, sob a égide deste Memorando de Entendimento:

a) gestão e organização de grandes eventos internacionais;

b) participação de pequenas e médias empresas em grandes eventos internacionais;

c) programas desenvolvidos pelas cidades-sede, a exemplo do "Host City Program";

d) energias renováveis, como a solar e a eólica;

e) inovação tecnológica;

f) meio ambiente urbano e o programa "cidades sustentáveis";

g) outras áreas que as Partes julgarem convenientes.

Artigo 3

A cooperação entre as Partes ao abrigo deste Memorando de Entendimento poderá ser conduzida por meio de:

a) intercâmbio de boas práticas;

b) intercâmbio de missões de especialistas e técnicos;

c) capacitações e atividades de extensão;

d) modalidades de cooperação financeira, a serem acordadas por instrumentos apartados apropriados, na forma da legislação das Partes;

e) realização de seminários e workshops;

g) consultas entre representantes governamentais; e

h) visitas de planejamento a cidades que sediaram recentemente eventos semelhantes.

Artigo 4

A implementação deste Memorando de Entendimento será coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, em nome do Brasil, e pelo Ministério da Cooperação e do Desenvolvimento Econômico, em nome da Alemanha.

2. Como instrumento de implementação das ações no âmbito deste Memorando, as Partes formularão Documentos de Projetos específicos.

Artigo 5

1. Os custos relacionados às atividades sob este Memorando de Entendimento estão sujeitos à disponibilidade de fundos apropriados, em conformidade com as disposições orçamentárias e as leis relevantes de cada Parte.

2. Todos os custos derivados da cooperação sob este Memorando de Entendimento deverão ser pagos pela Parte que neles incorra, salvo acordo mútuo em contrário.

3. A troca de informações entre as Partes será feita conforme suas respectivas leis e regulamentos nacionais.

4. Este Memorando de Entendimento não cria direitos ou obrigações no âmbito do direito internacional.

Artigo 6

Este Memorando de Entendimento poderá, a qualquer momento, ser objeto de emendas por meio do consentimento escrito mútuo das Partes.

Artigo 7

1. Qualquer controvérsia relacionada à interpretação ou à implementação deste Memorando de Entendimento será resolvida por meio de consultas entre as Partes.

2. Qualquer das Partes poderá denunciar este Memorando de Entendimento mediante notificação à outra Parte por meio dos canais diplomáticos. O término da vigência do Memorando de Entendimento ocorrerá após três (3) meses contados a partir da data da notificação e não afetará as atividades em execução.

Artigo 8

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura. Este Memorando de Entendimento permanecerá em vigência por dois (2) anos.

Assinado em Brasília em 13 de setembro de 2011, em dois exemplares originais, em português, alemão e inglês, sendo todos os textos igualmente válidos. Em caso de divergência, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RUY NUNES PINTO NOGUEIRA
Secretário-Geral das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

DIRK NIEBEL
Ministro Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento

TROCA DE NOTAS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA CONFIRMANDO RECIPROCIDADE DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO REFERENTE A RENDIMENTOS AUFERIDOS POR GOVERNOS ESTRANGEIROS

Gz: Wi-551.20 BRA

A Brasília, 14 de setembro de 2011

Excelência,

Em nome do Governo da República Federal da Alemanha, desejando isentar do imposto retido na fonte, no Estado da residência do tomador de empréstimos, os pagamentos de juros sobre empréstimos concedidos por bancos de desenvolvimento e promoção econômica de um Estado, feitos por tomadores residentes, para fins tributários, no outro Estado, tenho a honra de informar a Vossa Excelência o que segue:

Os rendimentos auferidos por um banco brasileiro a título de pagamentos de juros, ou similares, bem como comissões e outros custos incidentais resultantes de contratos de empréstimos, garantias ou créditos por meio de garantias bancárias, originários da Alemanha, são isentos de impostos sobre a renda na Alemanha. Se exigência tributária advier de tal renda, em casos específicos previstos na legislação tributária nacional alemã, as autoridades financeiras alemãs concederão unilateralmente benefício fiscal de acordo com a seção 50(7) da Lei Alemã do Imposto de Renda.

Isso requer que as seguintes condições sejam atendidas:

1. o banco deve ser integralmente de propriedade da República Federativa do Brasil;

2. o banco deve desempenhar ou exercer uma função pública ou mandato, atuando dentro dos parâmetros internacionalmente aceitos para programas de desenvolvimento ou políticas de cooperação para o desenvolvimento;

3. os pagamentos de juros ou similares, bem como comissões e outras despesas incidentais devidas em função dos contratos de empréstimos, garantias ou créditos por meio de garantias bancárias, devem estar diretamente ligados a tal função pública ou mandato.

Muito agradeceria informar-me se for concedida reciprocidade de tratamento tributário à Kreditanstalt für Wiederaufbau e DEG - Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft GmbH, ambos residentes na República Federal da Alemanha e de propriedade integral da República Federal da Alemanha. Nesse caso, os rendimentos auferidos por um banco brasileiro a título de pagamentos de juros, ou similares, bem como comissões e outros custos incidentais resultantes de contratos de empréstimos, garantias ou créditos por meio de garantias bancárias, originários da Alemanha, serão isentos de impostos sobre a renda na Alemanha desde ou após a data de sua Resposta à Nota, sob as condições mencionadas.

Além disso, proponho, conforme haja necessidade, que as autoridades competentes da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha possam determinar, por entendimento mútuo, qualquer outra instituição governamental à qual a isenção de retenção de impostos na fonte deva aplicar-se.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e consideração.

Wilfried Grolig
Embaixador Plenipotenciário da República Federal da Alemanha

DCF/DAI/DE I/ 2 /EFIN RFA

Brasília, 14 de setembro de 2011.

À sua Excelência o Embaixador Wilfried Grolig
Embaixador Plenipotenciário da República Federal da Alemanha

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de confirmar o recebimento da Nota de Vossa Excelência com a data de hoje, cujo teor é o seguinte:

"Excelência,

Em nome do Governo da República Federal da Alemanha, desejando isentar do imposto retido na fonte, no Estado da residência do tomador de empréstimos, os pagamentos de juros sobre empréstimos concedidos por bancos de desenvolvimento e promoção econômica de um Estado, feitos por tomadores residentes, para fins tributários, no outro Estado, tenho a honra de informar a Vossa Excelência o que segue:

Os rendimentos auferidos por um banco brasileiro a título de pagamentos de juros, ou similares, bem como comissões e outros custos incidentais resultantes de contratos de empréstimos, garantias ou créditos por meio de garantias bancárias, originários da Alemanha, são isentos de impostos sobre a renda na Alemanha. Se exigência tributária advier de tal renda, em casos específicos previstos na le-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

gislação tributária nacional alemã, as autoridades financeiras alemãs concederão unilateralmente benefício fiscal de acordo com a seção 50(7) da Lei Alemã do Imposto de Renda.

Isso requer que as seguintes condições sejam atendidas:

1. o banco deve ser integralmente de propriedade da República Federativa do Brasil;

2. o banco deve desempenhar ou exercer uma função pública ou mandato, atuando dentro dos parâmetros internacionalmente aceitos para programas de desenvolvimento ou políticas de cooperação para o desenvolvimento;

3. os pagamentos de juros ou similares, bem como comissões e outras despesas incidentais devidas em função dos contratos de empréstimos, garantias ou créditos por meio de garantias bancárias, devem estar diretamente ligados a tal função pública ou mandato.

Muito agradeceria informar-me se for concedida reciprocidade de tratamento tributário à Kreditanstalt für Wiederaufbau e DEG - Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft GmbH, ambos residentes na República Federal da Alemanha e de propriedade integral da República Federal da Alemanha. Nesse caso, os rendimentos auferidos por um banco brasileiro a título de pagamentos de juros, ou similares, bem como comissões e outros custos incidentais resultantes de contratos de empréstimos, garantias ou créditos por meio de garantias bancárias, originários da Alemanha, serão isentos de impostos sobre a renda na Alemanha desde ou após a data de sua Resposta à Nota, sob as condições mencionadas.

Além disso, proponho, conforme haja necessidade, que as autoridades competentes da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha possam determinar, por entendimento mútuo, qualquer outra instituição governamental à qual a isenção de retenção de impostos na fonte deva aplicar-se.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e consideração.

Wilfried Grolig
Embaixador Plenipotenciário da República Federal da Alemanha"

Em resposta, informo Vossa Excelência que o artigo 5º da Lei nº 154, de 25 de novembro de 1947, tal como regulamentada pelo artigo 688 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, autoriza isenção específica do imposto sobre os rendimentos auferidos no País por governos estrangeiros, desde que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos auferidos em seus países pelo Governo brasileiro.

A Nota transcrita acima constitui prova de reciprocidade de tratamento e, portanto, condição suficiente para que as pessoas jurídicas representadas pelas entidades governamentais alemãs, como as citadas na Nota de Vossa Excelência, que concederem empréstimos a tomadores residentes no Brasil se beneficiem da isenção estabelecida na legislação aplicável, conforme mencionado acima, desde que também atendam a condições equivalentes às três condições requeridas pela contraparte alemã, quais sejam:

1. o banco deve ser integralmente de propriedade da República Federal da Alemanha;

2. o banco deve desempenhar ou exercer uma função pública ou mandato, atuando dentro dos parâmetros internacionalmente aceitos para programas de desenvolvimento ou políticas de cooperação para o desenvolvimento;

3. os pagamentos de juros ou similares, bem como comissões e outras despesas incidentais devidas em função dos contratos de empréstimos, garantias ou créditos por meio de garantias bancárias, devem estar diretamente ligados a tal função pública ou mandato.

Diante do exposto acima, o Governo da República Federativa do Brasil declara que fica reconhecida a reciprocidade de tratamento e que a isenção do imposto produz efeitos a partir da entrega desta Nota.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e consideração.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

(*) Observação: O presente Acordo, por troca de Notas, entrou em vigor em 14 de setembro de 2011.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.130, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Anui à transferência de controle societário direto das empresas Desa Morro dos Ventos I S.A., Desa Morro dos Ventos III S.A., Desa Morro dos Ventos IV S.A., Desa Morro dos Ventos VI S.A., Desa Morro dos Ventos IX S.A., Desa Eurus I S.A. e Desa Eurus III S.A., detido pela Dobrevê Energia S.A., para a Desa Eólica S.A..

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, no art. 4º, inciso XI, do anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nas Portarias MME nº 663, 664 e 665, de 27 de julho de 2010, nas Portarias MME nº 685 e 686, de 04 de agosto de 2010, na Portaria MME nº 264, de 19 de abril de 2011, na Portaria MME nº 266, de 20 de abril de 2011, e o que consta do Processo nº 48500.002751/2011-17, resolve:

Art. 1º Anuir à transferência do controle societário direto das autorizadas Desa Morro dos Ventos I S.A., Desa Morro dos Ventos III S.A., Desa Morro dos Ventos IV S.A., Desa Morro dos Ventos VI S.A., Desa Morro dos Ventos IX S.A., Desa Eurus I S.A. e Desa Eurus III S.A., detido pela Dobrevê Energia S.A., para Desa Eólica S.A.

§ 1º O prazo para implementação da operação de que trata o "caput" fica estabelecido em 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta resolução.

§ 2º As autorizadas deverão enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, cópias autenticadas dos documentos comprobatórios da formalização da operação de que trata o "caput", no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.131, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Anui à transferência de controle societário das autorizadas Asa Branca IV Energias Renováveis S.A., Asa Branca V Energias Renováveis S.A., Asa Branca VI Energias Renováveis S.A., Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. e Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A., detido pela Contour Global do Brasil Ltda., para a Asa Branca Holding S.A.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, com base no art. 4º, XI, do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nas Portarias MME nº 255/2011, 269/2011, 293/2011, 277/2011 e 272/2011, e o que consta do Processo nº 48500.004299/2011-28, resolve:

Art. 1º Anuir à transferência de controle societário das autorizadas Asa Branca IV Energias Renováveis S.A., Asa Branca V Energias Renováveis S.A., Asa Branca VI Energias Renováveis S.A., Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. e Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A., detido pela Contour Global do Brasil Ltda., para a Asa Branca Holding S.A.

§ 1º O prazo para implementação da operação de que trata o "caput" fica estabelecido em 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução.

§ 2º A autorizada deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização da operação de que trata o "caput", no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.134, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a empresa Central Eólica Fleixeiras I S.A a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica Fleixeiras I, com 30.004 kW de capacidade instalada e 29.105 kW de potência líquida, localizada no Município de Trairí, Estado do Ceará.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nas Resoluções Normativas nº 389 e nº 391, de 15 de dezembro de 2009, na Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto 2004, e na Resolução Normativa nº 420, de 30 de novembro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.001897/2008-40, resolve:

Art. 1º Autorizar a Central Eólica Fleixeiras I S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.096.120/0001-09, com sede na Rua Antônio Dib Mussi, 366, Parte, Centro, Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Usina Eólica (EOL) Fleixeiras I, localizada no Município de Trairí, no Estado do Ceará, às coordenadas geográficas 03º 11' 33" S e 39º 22' 0" W.

§ 1º A central geradora é constituída por treze unidades geradoras de 2.308 kW cada.

§ 2º Nos termos do artigo 3º da Resolução nº 420/2010, a central geradora terá Potência Instalada de 30.004 kW e Potência Líquida de 29.105 kW.

§ 3º A comercialização da energia elétrica dar-se-á em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e com o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º Autorizar a Central Eólica Fleixeiras I S.A. a implantar o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Fleixeiras I, constituído por:

I.Uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, com 160 MVA de capacidade, composto por dois transformadores de 50/62,5/80 MVA, cada, que será compartilhada com as eólicas Mundaú, Guajirú e Trairí;

II.Uma linha de transmissão em 34,5 kV, com aproximadamente 15 km de extensão, interligando a usina à subestação elevadora; e

III.Uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com aproximadamente 67 km de extensão, que será compartilhada com as eólicas Mundaú, Guajirú e Trairí, conectando a subestação elevadora ao barramento da SE Pecém II, em 230 kV, de propriedade da Transmissora Delmiro Gouveia (TDG).

Art. 3º A EOL Fleixeiras I deverá ser implantada conforme os marcos a seguir descritos:

a)Início da operação em teste da 1ª unidade geradora: até 1º de outubro de 2012;

b)Início da operação comercial da 1ª unidade geradora: até 03 de outubro de 2012;

c)Início da operação em teste da 2ª unidade geradora: até 3 de outubro de 2012;

d)Início da operação comercial da 2ª unidade geradora: até 06 de outubro de 2012;

e)Início da operação em teste da 3ª unidade geradora: até 6 de outubro de 2012;

f)Início da operação comercial da 3ª unidade geradora: até 08 de outubro de 2012;

g)Início da operação em teste da 4ª unidade geradora: até 8 de outubro de 2012;

h)Início da operação comercial da 4ª unidade geradora: até 11 de outubro de 2012;

i)Início da operação em teste da 5ª unidade geradora: até 11 de outubro de 2012;

j)Início da operação comercial da 5ª unidade geradora: até 13 de outubro de 2012;

k)Início da operação em teste da 6ª unidade geradora: até 13 de outubro de 2012;

l)Início da operação comercial da 6ª unidade geradora: até 16 de outubro de 2012;

m)Início da operação em teste da 7ª unidade geradora: até 16 de outubro de 2012;

n)Início da operação comercial da 7ª unidade geradora: até 18 de outubro de 2012;

o)Início da operação em teste da 8ª unidade geradora: até 18 de outubro de 2012;

p)Início da operação comercial da 8ª unidade geradora: até 21 de outubro de 2012;

q)Início da operação em teste da 9ª unidade geradora: até 21 de outubro de 2012;

r)Início da operação comercial da 9ª unidade geradora: até 23 de outubro de 2012;

s)Início da operação em teste da 10ª unidade geradora: até 23 de outubro de 2012;

t)Início da operação comercial da 10ª unidade geradora: até 26 de outubro de 2012;

u)Início da operação em teste da 11ª unidade geradora: até 26 de outubro de 2012;

v)Início da operação comercial da 11ª unidade geradora: até 28 de outubro de 2012;

w)Início da operação em teste da 12ª unidade geradora: até 28 de outubro de 2012;

x)Início da operação comercial da 12ª unidade geradora: até 31 de outubro de 2012;

y)Início da operação em teste da 13ª unidade geradora: até 31 de outubro de 2012; e

z)Início da operação comercial da 13ª unidade geradora: até 02 de novembro de 2012.

Art. 4º A Central Eólica Fleixeiras I S.A fica obrigada a inserir, em até 30 dias, o organograma do Grupo Econômico da empresa, em sistema disponibilizado no SITE da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 5º Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, quando devidas, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pela EOL, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 30.000 kW.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º Esta outorga vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação desta Resolução Autorizativa.

Parágrafo Único - A revogação da Autorização não acarretará para ao Poder Concedente ou para a ANEEL, em hipótese alguma, qualquer responsabilidade em relação a encargos, ônus, obrigações comerciais, civis, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outros compromissos assumidos pela autorizada em relação a terceiros, inclusive aqueles relativos aos seus empregados.

Art. 7º Esta Resolução Autorizativa entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.135, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a empresa Central Eólica Mundaú S.A a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica Mundaú, com 30.004 kW de capacidade instalada e 29.105 kW de potência líquida, localizada no Município de Trairí, Estado do Ceará.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nas Resoluções Normativas nº 389 e nº 391, de 15 de dezembro de 2009, na Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto 2004, e na Resolução Normativa nº 420, de 30 de novembro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.004793/2007-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a Central Eólica Mundaú S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.629.553/0001-10, com sede na Rua Antônio Dib Mussi, 366, Parte, Centro, Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Usina Eólica (EOL) Mundaú, localizada no Município de Trairí, no Estado do Ceará, às coordenadas geográficas 03º 11' 13" S e 39º 22' 35" W.

§ 1º A central geradora é constituída por treze unidades geradoras de 2.308 kW cada.

§ 2º Nos termos do artigo 3º da Resolução nº 420/2010, a central geradora terá Potência Instalada de 30.004 kW e Potência Líquida de 29.105 kW.

§ 3º A comercialização da energia elétrica dar-se-á em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e com o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º Autorizar a Central Eólica Mundaú S.A. a implantar o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Mundaú, constituído por:

I.Uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, com 160 MVA de capacidade, composto por dois transformadores de 50/62,5/80 MVA, cada, que será compartilhada com as eólicas Fleixeiras I, Guajirú e Trairí;

II. Uma linha de transmissão em 34,5 kV, com aproximadamente 15 km de extensão, interligando a usina à subestação elevadora; e

III. Uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com aproximadamente 67 km de extensão, que será compartilhada com as eólicas Fleixeiras I, Guajirú e Trairí, conectando a subestação elevadora ao barramento da SE Pecém II, em 230 kV, de propriedade da Transmissora Delmiro Gouveia (TDG).

Art. 3º A EOL Mundaú deverá ser implantada conforme os marcos a seguir descritos:

a) Início da operação em teste da 1ª unidade geradora: até 1º de outubro de 2012;

b) Início da operação comercial da 1ª unidade geradora: até 03 de outubro de 2012;

c) Início da operação em teste da 2ª unidade geradora: até 3 de outubro de 2012;

d) Início da operação comercial da 2ª unidade geradora: até 06 de outubro de 2012;

e) Início da operação em teste da 3ª unidade geradora: até 6 de outubro de 2012;

f) Início da operação comercial da 3ª unidade geradora: até 08 de outubro de 2012;

g) Início da operação em teste da 4ª unidade geradora: até 8 de outubro de 2012;

h) Início da operação comercial da 4ª unidade geradora: até 11 de outubro de 2012;

i) Início da operação em teste da 5ª unidade geradora: até 11 de outubro de 2012;

j) Início da operação comercial da 5ª unidade geradora: até 13 de outubro de 2012;

k) Início da operação em teste da 6ª unidade geradora: até 13 de outubro de 2012;

l) Início da operação comercial da 6ª unidade geradora: até 16 de outubro de 2012;

m) Início da operação em teste da 7ª unidade geradora: até 16 de outubro de 2012;

n) Início da operação comercial da 7ª unidade geradora: até 18 de outubro de 2012;

o) Início da operação em teste da 8ª unidade geradora: até 18 de outubro de 2012;

p) Início da operação comercial da 8ª unidade geradora: até 21 de outubro de 2012;

q) Início da operação em teste da 9ª unidade geradora: até 21 de outubro de 2012;

r) Início da operação comercial da 9ª unidade geradora: até 23 de outubro de 2012;

s) Início da operação em teste da 10ª unidade geradora: até 23 de outubro de 2012;

t) Início da operação comercial da 10ª unidade geradora: até 26 de outubro de 2012;

u) Início da operação em teste da 11ª unidade geradora: até 26 de outubro de 2012;

v) Início da operação comercial da 11ª unidade geradora: até 28 de outubro de 2012;

w) Início da operação em teste da 12ª unidade geradora: até 28 de outubro de 2012;

x) Início da operação comercial da 12ª unidade geradora: até 31 de outubro de 2012;

y) Início da operação em teste da 13ª unidade geradora: até 31 de outubro de 2012; e

z) Início da operação comercial da 13ª unidade geradora: até 02 de novembro de 2012.

Art. 4º A Central Eólica Mundaú S.A fica obrigada a inserir, em até 30 dias, o organograma do Grupo Econômico da empresa, em sistema disponibilizado no SITE da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 5º Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, quando devidas, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pela EOL, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 30.000 kW.

Art. 6º Esta outorga vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação desta Resolução Autorizativa.

Parágrafo Único - A revogação da Autorização não acarretará para ao Poder Concedente ou para a ANEEL, em hipótese alguma, qualquer responsabilidade em relação a encargos, ônus, obrigações comerciais, civis, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outros compromissos assumidos pela autorizada em relação a terceiros, inclusive aqueles relativos aos seus empregados.

Art. 7º Esta Resolução Autorizativa entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 449, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, na Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, o que consta do Processo n° 48500.002402/2007-19, e considerando que:

em função da Audiência Pública nº 044/2011 foram recebidas sugestões de diversos agentes do setor elétrico, bem como da sociedade em geral, que contribuíram para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º. Excluir os incisos II, III e IV do art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 2010.

Art. 2º. Alterar a redação do § 4º do art. 5º da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. .....

§ 4º A classe rural caracteriza-se pelo fornecimento à unidade consumidora que desenvolva atividades de agricultura, pecuária ou aquicultura, dispostas nos grupos 01.1 a 01.6 ou 03.2 da CNAE, considerando-se as seguintes subclasses:

I - agropecuária rural: localizada na área rural, onde seja desenvolvida atividade relativa à agropecuária, inclusive o beneficiamento ou a conservação dos produtos agrícolas oriundos da mesma propriedade e o fornecimento para:

a) instalações elétricas de poços de captação de água, para atender finalidades de que trata este inciso, desde que não haja comercialização da água; e

b) serviço de bombeamento de água destinada à atividade de irrigação.

II - agropecuária urbana: localizada na área urbana, onde sejam desenvolvidas as atividades do inciso I, observados os seguintes requisitos:

a) a carga instalada na unidade consumidora deve ser predominantemente destinada à atividade agropecuária, exceto para os casos de agricultura de subsistência; e

b) o titular da unidade consumidora deve possuir registro de produtor rural expedido por órgão público ou outro documento hábil que comprove o exercício da atividade agropecuária.

III - residencial rural: localizada na área rural, com fim residencial, utilizada por trabalhador rural ou aposentado nesta condição;

IV - cooperativa de eletrificação rural: localizada em área rural, que detenha a propriedade e opere instalações de energia elétrica de uso privativo de seus associados, cujas cargas se destinem ao desenvolvimento de atividade classificada como rural nos termos deste parágrafo, observada a legislação e os regulamentos aplicáveis;

V - agroindustrial: independente de sua localização, que se dedicar a atividades agroindustriais, em que sejam promovidos a transformação ou beneficiamento de produtos advindos diretamente da agropecuária, mesmo que oriundos de outras propriedades, desde que a potência disponibilizada seja de até 112,5 kVA;

VI - serviço público de irrigação rural: localizado na área rural em que seja desenvolvida a atividade de irrigação e explorado por entidade pertencente ou vinculada à Administração Direta, Indireta ou Fundações de Direito Público da União, dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios;

VII - escola agrotécnica: estabelecimento de ensino direcionado à agropecuária, localizado na área rural, sem fins lucrativos e explorada por entidade pertencente ou vinculada à Administração Direta, Indireta ou Fundações de Direito Público da União, dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

VIII - aquicultura: independente de sua localização, onde seja desenvolvida atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, sendo que o titular da unidade consumidora deve possuir registro de produtor rural expedido por órgão público, registro ou licença de aquicultor, exceto para aquicultura com fins de subsistência"

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 6 de setembro de 2011

Nº 3.634 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.005924/2000-61, resolve (i) acolher o pedido formulado pelo Consórcio UHE Itaocara de alteração do Contrato de Concessão n. 12/2001, de maneira a que seu objeto se adstrinja ao trecho denominado pelo agente de Itaocara I, com 145 MW potência, medida a ser formalizada por meio de termo aditivo ao Contrato; (ii) disponibilizar o trecho Itaocara II, em conjunto com trechos remanescentes no rio Paraíba do Sul, a serem especificados pela SGH, para que qualquer interessado realize estudo de inventário; e (iii) sobrestar a análise do pedido de adiamento do início de pagamento de UBP.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

Em 13 de setembro de 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos autos do Processo 48500.000358/2011-99, resolve por conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso de Furnas Centrais Elétricas S/A, mantendo na íntegra a decisão constante no Despacho nº 2.699/2011-SFE, que reduziu a penalidade de multa aplicada pelo AI nº 025/2011-SFE, de R$ 8.167.948,79 (oito milhões cento e sessenta e sete mil e novecentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) para R$ 7.330.210,44 (sete milhões trezentos e trinta mil duzentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

N° 3.723 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.003700/2010-21, resolve por conhecer do recurso administrativo interposto pela empresa Vicks Distribuição de Informática e Eletrônicos Ltda. em face da Decisão SLC nº 16/2011, de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a ANEEL, por um período de 6 (seis) meses, por descumprimento de cláusulas contratuais, para, no mérito, negar-lhe provimento.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

Em 20 de setembro de 2011

Nº 3.799 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006969/2009-26, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Lajeado Energia S.A, em face do Despacho nº 1.097/2010, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira, que não homologou o 3º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica firmado com a Bandeirante Energia S.A.

Nº 3.800 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.001026/2011-21, resolve conhecer do recurso interposto pela empresa Cascata Energia Eólica S.A. em face do Auto de Infração nº 14/2010, lavrado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc, em 29 de outubro de 2010, em face do descumprimento do cronograma de implantação da Usina Eólica Cascata, localizada no município de Água Doce, no estado de Santa Catarina, para no mérito negar-lhe provimento e manter a multa de R$ 17.454,01 (dezessete mil, quatrocentos e cinqüenta e quatro reais e um centavo), valor a ser atualizado nos termos da legislação vigente.

N° 3.802 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48100.001169/1996-73, resolve: I) recomendar ao Ministério de Minas e Energia - MME a prorrogação da concessão da UHE São Domingos, outorgada por meio do Decreto nº 86.023, de 22 de maio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de 1981, localizada no do rio São Domingos, no município de São Domingos, estado de Goiás, por 20 anos, no regime de serviço público de energia elétrica, de forma não onerosa, contado da data de vencimento da respectiva outorga, condicionada à comprovação de que a UHE São Domingos atende o aproveitamento ótimo do trecho ou que o aproveitamento se trata do ótimo local

Nº 3.808 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta nos autos do Processo n. 48500.003155/2010-73, resolve indeferir o pedido de alteração do cronograma de implantação da EOL Aratuá 3 formulado pela Aratuá Central Geradora Eólica S.A.

Nº 3.809 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta dos Processos n. 48500.003894/2009-21, 48500.004603/2010-56, 48500.004609/2010-23, 48500.004611/2010-01 48500.004621/2010-38 e 48500.004622/2010-82, resolve: (i) conhecer e dar provimento parcial ao pedido de reconsideração apresentado pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP em face da Resolução Autorizativa n. 2.919, de 31 de maio de 2011; e (ii) aprovar a retificação da referida Resolução para alterar o valor da parcela de RAP que consta do item I.4 do ANEXO I de R$230.819,84 (duzentos e trinta mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) para R$246.967,39 (duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos).

Nº 3.810 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002417/2009-49, resolve: (i) conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela Ampla Energia e Serviços S.A, em face do Auto de Infração nº 024/2010-SFE, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, reduzindo a multa total para R$ 2.957.443,48 (dois milhões, novecentos e cinqüenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos), a qual deverá ser recolhida com os acréscimos legais; (ii) manter o comando das determinações D.3 e D.4, cuja compensação financeira aos consumidores deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste despacho.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando os recursos administrativos interpostos em face de decisões da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS relativas a faturamentos de energia elétrica efetuados pelas concessionárias Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-D e Rio Grande Energia - RGE, em conformidade com a deliberação da Diretoria e o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Nº 3.812 - Processo nº 48500.004077/2010-24; INTERESSADOS: Maria Tereza Santarém e RGE.

(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Sra. Maria Tereza Santarém; (ii) reformar de ofício a decisão exarada pela AGERGS, permitindo que a RGE efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 9.077 kWh, correspondentes ao período de 22 de novembro de 2001 a 16 de dezembro de 2005, já deduzidos os valores de consumo e demanda faturados, com base na alínea "c" do inciso IV do Art. 72 da Resolução ANEEL nº 456/2000, utilizando a tarifa em vigor na data da apresentação da fatura; (iii) vedar à concessionária, no presente caso, a cobrança de custo administrativo adicional, segundo o disposto no § 2º do art. 72 da Resolução ANEEL nº 456/2000.

Nº 3.813 - Processo nº 48500.006094/2010-04; INTERESSADOS: Fernando Levandowski e CEEE-D.

(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo Sr. Fernando Levandowski; (ii) manter a decisão exarada pela ARGERGS permitindo que a CEEE-D efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 6.513 kWh, correspondentes ao período de 12 de abril de 2004 a 02 de agosto de 2006, já deduzidos os consumos faturados, com base na alínea "b" do inciso IV do Art. 72 da Resolução ANEEL nº 456/2000, mantendo-se a possibilidade da concessionária cobrar o custo administrativo adicional correspondente a no máximo 30% sobre o valor do consumo não faturado, utilizando a tarifa em vigor na data da apresentação da fatura.

Nº 3.814 - Processo nº 48500.006097/2010-30; INTERESSADOS: Terezinha dos Santos Reis e CEEE-D.

(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Sra. Terezinha dos Santos Reis; (ii) manter a decisão exarada pela AGERGS, permitindo que a CEEE-D efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 3.898 kWh, correspondentes ao período de 22 de março de 2003 a 26 de fevereiro de 2007, já deduzidos os consumos faturados, com base na alínea "b" do inciso IV do Art. 72 da Resolução ANEEL nº 456/2000; mantendo-se a possibilidade da concessionária cobrar o custo administrativo adicional correspondente a no máximo 30% sobre o valor do consumo não faturado, utilizando a tarifa em vigor na data da apresentação da fatura.

Nº 3.815 - Processo nº 48500.006107/2010-37; INTERESSADOS: Paulo Ricardo Amann e CEEE-D.

(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo Sr. Paulo Ricardo Amann; (ii) manter a decisão exarada pela AGERGS, permitindo que a CEEE-D efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 6.349 kWh, correspondentes ao período de 20 de agosto de 2002 a 28 de dezembro de 2005, já deduzidos os consumos faturados, com base na alínea "b" do inciso IV do Art. 72 da Resolução ANEEL nº 456/2000; mantendo-se a possibilidade da concessionária cobrar o custo administrativo adicional correspondente a no máximo 30% sobre o valor do consumo não faturado, utilizando a tarifa em vigor na data da apresentação da fatura.

Nº 3.816 - Processo nº 48500.006098/2010-84; INTERESSADOS: João Adroaldo da Silveira e CEEE-D.

(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo Sr. João Adroaldo da Silveira; (ii) manter a decisão exarada pela AGERGS, permitindo que a CEEE-D efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 9.500 kWh, correspondentes ao período de 16 de janeiro de 2002 a 16 de janeiro de 2007, já deduzidos os consumos faturados, com base na alínea "b" do inciso IV do Art. 72 da Resolução ANEEL nº 456/2000; mantendo-se a possibilidade da concessionária cobrar o custo administrativo adicional correspondente a no máximo 30% sobre o valor do consumo não faturado, utilizando a tarifa em vigor na data da apresentação da fatura.

Nº 3.817 - Processo nº 48500.005816/2010-03; INTERESSADOS: Instituto Britânico de Livros Ltda. e CEEE-D

(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo Instituto Britânico de Livros Ltda.; (ii) manter a decisão exarada pela AGERGS, permitindo que a CEEE-D efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 1.998 kWh, correspondentes ao período de 19 de setembro de 2006 a 23 de outubro de 2006, já deduzidos os consumos faturados, com base na alínea "b" do inciso IV do Art. 72 da Resolução ANEEL nº 456/2000; mantendo-se a possibilidade da concessionária cobrar o custo administrativo adicional correspondente a no máximo 30% sobre o valor do consumo não faturado, utilizando a tarifa em vigor na data da apresentação da fatura.

Em 26 de setembro de 2011

Nº 3.844 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto de 10 de março de 2009, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, com revisão aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta no processo nº 48500.001966/2008-15, resolve não conceder o efeito suspensivo requerido pela empresa INVERSORA GRAFICOL LTDA. por não se encontrar presente o requisito de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 2.919, de 31 de maio de 2011, publicada no D.O. de 09/06/2011, seção 1, p. 147, v. 148, n. 110, onde se lê, no item I.4 do ANEXO I (disponibilizado no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br), "...230.819,84..." leia-se "...246.967,39...".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de setembro de 2011

Nº 3.845 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002506/2011-18, resolve: I - Homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o "Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura, s/nº, de 30 de julho de 2010, que entre si celebram a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e a empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda."; II - Determinar que são obrigações da Detentora: a) observar o que dispõe a ABNT NBR 15688:2009, especialmente quanto aos afastamentos mínimos recomendados nas instalações, o Contrato de Concessão nº 162/98-ANEEL, que firmou com a União em 15 de junho de 1998, e a legislação de regência da prestação adequada de serviços públicos de distribuição de energia elétrica; e b) apurar, por meio do Sistema de Ordem de Serviço - ODS, gastos e receitas das atividades decorrentes do referido Contrato de Compartilhamento, em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. III - A receita proveniente do Contrato homologado no item I deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Eletropaulo Metropolitana, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

ADILSON SINCOTTO RUFATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de setembro de 2011

Nº 3.849 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição conferida pelo inciso IV do art. 1º da Portaria ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005025/2009-31, e considerando a necessidade de correção de formulações algébricas referentes à determinação da receita de venda para usinas comprometidas com CER que anteciparam o início da operação comercial e manifestaram interesse em ampliação do período de suprimento do contrato, resolve: (I) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o ajuste, nas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2010, aprovadas pela Resolução Normativa nº 385, de 08 de dezembro de 2009, de expressões algébricas constantes do Módulo de Contratação de Energia de Reserva, nos termos da Nota Técnica n° 123/2011-SEM/ANEEL, de 23 de setembro de 2011; e (II) determinar que a CCEE incorpore o disposto no inciso I ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva a ser realizada em setembro de 2011 (competência agosto de 2011).

Nº 3.850 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, conhece do pedido formulado pela Bolognesi Participações S.A. formulado na carta nº 68/2011, e, com base no que consta do Processo nº 48500.004918/2011-84, nega provimento ao pedido de afastamento da aplicação da Resolução Normativa 165/2005 à UTE Palmeiras de Goiás.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de setembro de 2011

Nº 3.846 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada nos termos do art. 3º, inciso IV, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e por meio do inciso XVI da Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, com base na documentação apresentada pelo titular de projeto de geração de energia elétrica, Central Eólica Praia do Morgado S/A, relacionada à apuração do impacto positivo do REIDI, do empreendimento Central Geradora Eólica - EOL Praia do Morgado, constante do processo nº 48500.001570/2011-73, resolve: I - validar o montante de R$ 4.177.030,86 (quatro milhões, cento e setenta e sete mil, trinta reais e oitenta e seis centavos) relativo ao impacto do REIDI em transações do titular acima descrito com fornecedores sujeitos ao regime não-cumulativo e cumulativo de PIS e COFINS; II - ressaltar que o montante acima mencionado deverá compor a fórmula de cálculo do valor VF, em R$/MWh, a ser considerado para fins de redução do preço de venda do contrato de venda de energia elétrica, conforme definido na fórmula do Anexo IV, item A.IV, da Portaria MME nº 263, de 17 de setembro de 2007; e III - informar o valor da Garantia Física (GF) do gerador de 10,23 MW médios.

Nº 3.847 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII, art. 3º, da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, incluída pela Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, na Resolução Normativa n° 334, de 21 de outubro de 2008, nos contratos de concessão números 01 a 06/1997 e 79/2000 e o que consta do Processo n° 48500.002889/2007-30, resolve não anuir à minuta do Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Científica, Tecnológica e de Apoio Recíproco celebrado entre a Companhia Energética de Minas Gerais, a Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição, em virtude do disposto no Art. 27 da Resolução Normativa n° 334, de 21 de outubro de 2008.

Nº 3.848 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, diante do disposto no Parágrafo Único do art. 1º da Resolução Autorizativa nº 2.949, de 07 de junho de 2011, publicada no DOU em 21 de junho de 2011, considerando a correspondência protocolada sob o número 48513.031119/2011-00 e o que consta do Processo nº. 48500.001008/2011-40, resolve anuir à prorrogação de prazo, em adicionais 90 (noventa) dias, contados a partir de 22 de setembro de 2011, para a alteração da participação no controle societário direto da Transenergia São Paulo S.A., detido por J. Malucelli Construtora de Obras S.A. para J. Malucelli Energia S.A., operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 2.949/2011.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

Nº 3.851 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro 1995, na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, na Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, no Contrato de Concessão nº 20/99 - ANEEL e o que consta do Processo nº 48500.004858/2011-08, resolve anuir ao pedido da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. para fazer parte do quadro de associados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo - SICOOB NORTE, da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Leste Capixaba - SICOOB LESTE CAPIXABA e da Cooperativa de

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A IMPRESSÃO COMERCIAL

Crédito de Livre Admissão Centro-Serrana do Espírito Santo - SICOOB CENTRO-SERRANA, ressaltando que a responsabilidade da Concessionária por participar das Cooperativas deve se limitar à subscrição das quotas-partes de capital em R$ 50,00 (cinqüenta reais), em cada uma delas, e à contratação dos convênios de arrecadação de contas.

Nº 3.852 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Documento nº 48513.031269/2011-00, resolve: I - anuir à dação de recebíveis em garantia, abaixo relacionada, formada pela vinculação de recebíveis, para compra de energia proveniente do 11º Leilão de Energia Nova, realizado em 17 de dezembro de 2010, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, consoante o Edital de Leilão nº 04/2010, produto Jan2015/Dez2044-H30, com início de suprimento em 01/01/2015, com trinta anos de duração:

CONCESSIONÁRIA	% Limite de Comprometimento da Receita Líquida
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	0,92

II - ressaltar que a possibilidade de as concessionárias oferecerem em garantia os direitos emergentes da concessão está limitada a montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; e III - registrar que esta manifestação não dará aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pelas concessionárias, dos seus compromissos financeiros.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 23 de setembro de 2011

Nº 3.833 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas pela Portaria nº 736, de 11 de setembro de 2007, com redação dada pela Portaria nº 1.376, de 9 de novembro de 2009, tendo em vista o que consta no processo nº 48500.003685/2011-01, resolve informar, de acordo com a base de dados aprovada pela Resolução Homologatória nº 1.173, de 28 de junho de 2011, as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST aplicáveis à Berneck S.A. Painéis e Cerrados, com ponto de conexão na subestação Cidade Industrial em 230 kV, com vigência entre 1º de julho de 2011 e 30 de junho de 2012, e Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratados por meio dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST permanentes nº 033/2011, na modalidade geração, conforme Tabela I, e nº 034/2011, na modalidade consumo, conforme Tabela II.

Tabela I: TUST-RB aplicável à Berneck S.A. Painéis e Cerrados, no segmento geração, para o ciclo tarifário 2011-2012.

PIE	PONTO DE CONEXÃO (Subestação)	Nº DA BARRA	TUST-RB (R$/kW.mês)
UTE Berneck	SE CIDADE INDUSTRIAL 230 kV	815	2,593

Tabela II: TUST-RB (ponta e fora ponta), TUST-CCC e TUST-CDE aplicáveis à Berneck S.A. Painéis e Cerrados, no segmento consumo, para o ciclo tarifário 2011-2012.

Consumidor Livre	PONTO DE CONEXÃO (Subestação)	Nº DA BARRA	TUST-RB (R$/kW.mês)		TUST Encargos (R$/MWh)			
					CCC Isolado*		CDE S/SE/CO*	
			PONTA	FORA PONTA	Cumulativo	Não-cumulativo	Cumulativo	Não-cumulativo
Berneck	CIDADE INDUSTRIAL230 kV	815	5,866	1,160	15,570	16,530	11,020	11,700

* As tarifas de CCC e CDE contemplam os dois regimes de tributação do PIS/PASEP e da COFINS;

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de setembro de 2011

Nº 1.131 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 139, de 1º de julho de 2010, com base na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997 e na Resolução ANP nº 17 de 11 de junho de 2010, e considerando:

- as informações, os estudos e os projetos apresentados pela PETROBRAS - TERMINAL DE CABIÚNAS - TECAB, CNPJ nº 33.000.167/1044-03, à ANP (conforme Processo ANP nº 48610.015323/2010-26) referentes à construção das seguintes unidades: Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN II) - U-211, Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural (UPCGN IV) - U-301, Unidade de Remoção de Mercúrio (URHG) - U-306, Unidades de Remoção de CO_2 (URCO2 I e II) - U-303/ U-304, Unidade de ratamento Cáustico de GLP - (UTC II) - U-305 e Coletores de Condensado (U-302);

- a solicitação feita pela PETROBRAS - TERMINAL DE CABIÚNAS, por meio das cartas GE-LPGN/PLGN 0007/2010 de 04 de outubro de 2010 e GE-PGI 0036/2011, de 01 de julho de 2011, constantes do processo acima mencionado, visando obter autorização para construção das instalações citadas, conforme determina o inciso I do § 1º do art. 1° da Resolução ANP nº 17, de 11 de junho de 2010;

- que após análise preliminar do material encaminhado à ANP, e tendo concluído que este atende aos requisitos mínimos em termos de documentação exigida;

torna público o seguinte ato:

1. fica autorizada a publicação do sumário do memorial descritivo do projeto em questão, que faz parte do Anexo do presente Despacho;

2. indica a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural da ANP, com endereço à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, para o encaminhamento, em até 30 (trinta) dias da presente publicação, dos comentários e sugestões sobre os referidos projetos;

3. informa que a documentação apresentada continua em processo de análise pela ANP e que a presente publicação não caracteriza, deste modo, qualquer autorização prévia concedida por esta Agência.

WALDYR MARTINS BARROSO

ANEXO

Ressalte-se, inicialmente, que todos os dados, incluindo valores numéricos e suas unidades, constantes do presente memorial descritivo, foram retirados do próprio material apresentado pela PETROBRAS -Terminal de Cabiúnas - TECAB à ANP.

1. Descrição Básica

A empresa PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ nº 33.000.167/0001-00, situada à Av. República do Chile, 65, Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-912, pretende realizar obras de ampliação das suas instalações e para tal solicita a autorização para a construção das seguintes unidades: Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN II) - U-211, Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural (UPCGN IV) - U-301, Unidade de Remoção de Mercúrio (URHG) - U-306, Unidades de Remoção de CO_2 (URCO2 I e II) - U-303/ U-304, Unidade de Tratamento Cáustico de GLP - (UTC II) - U-305 e Coletores de Condensado (U-302), a serem realizadas no Terminal de Cabiúnas - TECAB, CNPJ nº 33.000.167/1044-03, situado à Rodovia Amaral Peixoto, s/nº, km 188 - Macaé - RJ, CEP 27.973-030, visando garantir o aproveitamento do gás natural produzido no Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos (PPSBS), ampliando a capacidade de processamento de gás natural do TECAB.

Novas unidades e suas respectivas capacidades de projeto

Identificação	Processo	Capacidade Nominal
U-211	Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN II)	5.400.000 m³/d
U-301	Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural (UPCGN IV)	1.500 m³/d (líquido)
U-302	Coletor de Condensado	13.000.000 m³/d (gás) e 4.700 m³/d (líquido)
U-306	Unidade de Remoção de Mercúrio (URHG)	13.000.000 m³/d
U-303	Unidade de Remoção de CO_2 (URCO2 I)	6.500.000 m³/d
U-304	Unidade de Remoção de CO_2 (URCO2 II)	6.500.000 m³/d
U-305	Unidade de Tratamento Cáustico de GLP (UTC II)	1.760 m³/d

2. Meio Ambiente

Licença Ambiental Prévia: obtida no INEA - Instituto Estadual do Ambiente / Comissão Estadual do Controle Ambiental - CECA sob o número LP Nº IN017389, de 16 de agosto de 2011, com validade até 16 de agosto de 2013.

3. Prazos

As seguintes datas estão previstas:
- Início das obras: março/2012
- Término das obras: agosto/2014

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 438, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.010848/2011-56 e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste, constituído pelas empresas Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, Nova Transportadora do Sudeste S/A - NTS, Nova Transportadora do Nordeste S/A - NTN e Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 06.226.808/0001-78, autorizado a construir o Ponto de Entrega de Pindamonhangaba II situado próximo ao km 170 do Gasoduto Volta Redonda - RECAP (GASPAL 22"), no município de Pindamonhangaba, no Estado do São Paulo, com vazão máxima de 1.500.000 Nm³/dia.

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º As obras relativas à implantação das instalações elencadas na presente Autorização deverão ser executadas de acordo com o último cronograma enviado a esta Agência e constante do supracitado processo, devendo ser imediatamente comunicadas à ANP quaisquer alterações.

Art. 4º O Consórcio Malhas Sudeste Nordeste deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de setembro de 2011

Nº 1.130 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 206, de 09 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.008640/2011-77, considerando:

- as informações, os estudos e o projeto referente à construção do Ponto de Entrega de gás natural, denominado Ponto de Entrega de Linhares, interligado ao Gasoduto Cacimbas - Vitória, km 26+00, no município de Linhares/ES, projeto este apresentado pela Transportadora Associada de Gás S/A - TAG;

- a solicitação feita pela Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, por meio da correspondência TAG/DTO 0294/2011, datada de 24 de maio de 2011, e protocolizada nesta ANP em 25 de maio de 2011 resolve:

1. Publicar extrato (sumário) do memorial descritivo do projeto do Ponto de Entrega de Linhares, interligado ao Gasoduto Cacimbas - Vitória, km 26+00, no município de Linhares/ES, totalmente baseado nas informações, nos estudos e no projeto apresentados pela Transportadora Associada de Gás S/A - TAG à ANP, que faz parte do Anexo do presente despacho;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;

3. Informar que a publicação do presente despacho não implica em uma autorização prévia concedida pela ANP.

JOSE CESÁRIO CECCHI

ANEXO

Descrição Sucinta do Empreendimento

O empreendimento consiste na implantação do Ponto de Entrega de Linhares, localizado no município de Linhares/ES, que fornecerá gás natural para a PETROBRAS DISTRIBUIDORA. O Ponto de Entrega tem a finalidade de filtrar e medir as variáveis usadas para calcular a vazão e o volume de gás transferido para PETROBRAS DISTRIBUIDORA. O Ponto de Entrega será conectado ao gasoduto Cacimbas/Vitoria, no km 26+00.

A medição do volume de gás que será fornecido à PETROBRAS DISTRIBUIDORA será realizada em condição de pressão e temperatura variáveis.

O gás natural proveniente do Ponto de Entrega de Linhares, destina-se ao abastecimento do sistema de distribuição regional da BR PETROBRAS, concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo.

Aspectos Técnicos do Projeto

O Ponto de Entrega de gás natural foi projetado para operar nas condições descritas na Tabela 01.

Tabela 01 - Valores de Processo

		Condições de entrada	Condições de saída
VAZÃO (10^3 x m^3/d)*	**OPERAÇÃO**	20	20
	MÁXIMO	48	48
	MÍNIMA	10	10
	PROJETO	48	48
PRESSÃO (Kgf/cm^2 man.)	**NORMAL**	50 a 100	50 a 100
	MÁXIMO	100	100
	MÍNIMA	50	50
	PROJETO	100	100
TEMP (°C)	**OPERAÇÃO**	13,9 a 29,7	13,9 a 29,7
	MÁXIMO	29,7	29,7
	MÍNIMA	13,9	13,9
	PROJETO (mín/max)	0 / 55	0 / 55

*Vazão referenciada a 1 atm e 20°C.

Basicamente, o Ponto de Entrega será constituído pelas seguintes instalações:

- Filtragem;
- Medição de vazão;
- Interligação com Sistema Supervisório;
- Utilidades.

a) Filtragem

O gás natural proveniente do gasoduto será filtrado para redução da quantidade de impurezas. O módulo de filtragem possuirá um único tramo de filtragem, por ser o abastecimento considerado de tipo interruptível. O gás passará pelo filtro vertical em duas seções. A primeira conterá um filtro ciclone e, a segunda, um filtro cartucho.

Os principais componentes do sistema de filtragem serão:

a- um filtro, dimensionado para 100% da vazão máxima;

b- um transmissor de pressão diferencial para alarme em caso de alta pressão diferencial;

c- uma válvulas de bloqueio manual na entrada.

Será instalada, na entrada do módulo de filtragem, uma válvula do tipo esfera com atuação local para permitir o fechamento do ponto de entrega em caso de necessidade operacional ou emergencial.

b) Medição de vazão

Para a medição da vazão de gás natural será instalado um módulo de medição formado por dois tramos, sendo um reserva. Serão usados medidores rotativos de deslocamento positivo, com correção de pressão e temperatura realizada em computador de vazão. Cada tramo será dimensionado para 100% da vazão máxima do Ponto de Entrega.

Os principais componentes de cada tramo serão:

a- um medidor rotativo de deslocamento positivo com respectivo computador de vazão;

b- duas válvulas de bloqueio manual, uma na entrada e outra na saída, para isolar o tramo.

c) Sistema de controle local

Os seguintes parâmetros de processo serão controlados de forma local, utilizando a instrumentação de campo:

a- temperatura do gás na saída do Ponto de Entrega;

b- pressão do gás na saída do Ponto de Entrega.

d) Interligação com o Sistema Supervisório

O Ponto de Entrega transmitirá sinais de estado e valores de variáveis para o Sistema Supervisório (SCADA).

e) Utilidades

A energia elétrica para iluminação, instrumentação e telecomunicação será suprida pela concessionária local. Será instalado um sistema ininterrupto de energia (UPS), com baterias, para suprir o sistema SCADA por pelo menos três horas, em caso de falha no fornecimento de energia local.

O ponto de entrega será protegido contra descargas atmosféricas com instalação de malha de aterramento e pára-raios.

Não haverá instalações de água.

Meio Ambiente

Este projeto ainda se encontra em processo de obtenção da Licença de Instalação (LI) do órgão ambiental competente.

Normas

As principais normas a serem utilizadas neste Ponto de Entrega são:

Projeto - ABNT NBR-12712 / ASME B 31.8

Tubos - API 5L

Elétricas - IEC

Flanges - ASME B 16.5

Medição - AGA 7

Válvulas - API 6D

Cronograma de Execução

Atividade	Previsão Início	Previsão Fim
Projeto Básico	Jan/2011	Mar/2011
Licenciamento Ambiental	Jan/2011	Fev/2012
- Emissão da LI	Set/2011	Set/2011
- Emissão da LO	Fev/2012	Fev/2012
Autorizações (Agências Reguladoras)	Set/2011	Mar/2012
- Emissão da AC	Out/2011	Out/2011
- Emissão da AO	Fev/2012	Fev/2012
Contratações	Set/2011	Out/2011
Gerenciamento / Fiscalização	Jan/2011	Mar/2011
Construção e Montagem	Nov/2011	Fev/2012
Condicionamento / Testes / Pré-Operação	Fev/2012	Mar/2012
Partida	Mar/2012	Mar/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Relação nº 35/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

858.042/2011-AMPLUS MINERAÇÃO LTDA

858.099/2011-TAYNÁ TRAJANO FEIJÃO

858.102/2011-AMAZON GLOBAL CONSULT LTDA

858.103/2011-BEADELL BRASIL LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

858.080/2011-ZAMAPÁ MINERAÇÃO S.A.-OF. N°n º 409/2011

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)

858.048/2010-M M DESENVOLVIMENTO E GESTÃO LTDA-OF. N°nº 331/2010

858.022/2011-AMAPÁ METALS CORPORATION LTDA-OF. N°nº 180/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

858.007/2006-GREIPHIL MINAS LTDA- Alvará n°5.583/2006 - Cessionario:858.115/2011-IRENE PIMENTEL DA SILVA-ME- CPF ou CNPJ 00.402.745/0001-87

858.007/2006-GREIPHIL MINAS LTDA- Alvará n°5.583/2006 - Cessionario:858.114/2011-IRENE PIMENTEL DA SILVA-ME- CPF ou CNPJ 00.402.745/0001-87

858.007/2006-GREIPHIL MINAS LTDA- Alvará n°5.583/2006 - Cessionario:858.113/2011-IRENE PIMENTEL DA SILVA-ME- CPF ou CNPJ 00.402.745/0001-87

858.007/2006-GREIPHIL MINAS LTDA- Alvará n°5.583/2006 - Cessionario:858.112/2011-IRENE PIMENTEL DA SILVA-ME- CPF ou CNPJ 00.402.745/0001-87

Determina arquivamento Auto de infração(230)

858.059/2009-VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA-AI N°nº 012/2011

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

858.034/2001-BRAZ FERROS MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°nº 150/2011

858.005/2003-ORSA PRODUTOS E MATERIAIS DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°nº 369/2009

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

858.075/2010-ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA-Minerio de Ferro

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(635)

858.126/2009-F. ALVES DOS SANTOS-AI N°nº 066/2011

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

858.026/2001-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERIOS DO NORTE LTDA EPP.-AI N°N º 079/2010

858.027/2001-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERIOS DO NORTE LTDA EPP.-AI N°Nº 080/2010

858.061/2002-A GUIMARAES DA SILVA-AI N°nº 049/2011

858.026/2006-GRAN AMAPÁ DO BRASIL IMP. E EXP. LTDA-AI N°Nº 101/2011

Fase de Disponibilidade

Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)

850.855/1987-VOTORATIM METAIS NIQUEL S.A- DESPACHO DO SUPERINTENDENTE DE 09/06/2011.

Nega provimento ao recurso apresentado(1806)

858.037/2006- Recurso interposto por Mineração Vila Nova Ltda . E que a área continuando em disponibilidade até a publicação de novo edital de disponibilidade.

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

858.057/2006-ÁGUAS DA AMAZÔNIA LTDA- Topazza e Caimbé, Águas da Amazônia- MACAPÁ/AP

858.061/2006-M JOSÉ ARAÚJO ME- Cristal e Marca Água Mineral Amapá, modelo de 20 L para fonte Equinox.- MACAPÁ/AP

Determina a desinterdição da lavra(444)

850.832/1982-AM AMAPA MINERAÇÃO LTDA- N° do Termo de desinterdição:001/2011, de 30/08/2011 - Defere plano de retomada dos trabalhos de lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

851.676/1992-BEADELL BRASIL LTDA- AI N° nºs 048/2011, 050/2011

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

858.086/2011-R. REGIO DA SILVA-Registro de Licença n°17/2011 de 06/05/2011-Vencimento em 06/05/2012

858.087/2011-R. REGIO DA SILVA-Registro de Licença n°18/2011 de 05/05/2011-Vencimento em 05/05/2012

858.098/2011-CEZÁRIO CORTES DE MIRANDA-Registro de Licença n°nº 16/2011 de 29/09/2010-Vencimento em 29/09/2011

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

858.074/2011-G. A. BARBOSA DE ALMEIDA

Fase de Licenciamento

Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)

858.070/2009-TERRA CONSTRUÇOES LTDA

MARCIO ROBERTO PIMENTEL DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Relação nº 207/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

896.362/2006-TERCOL-TERAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA- Alvará n°16.510/2008 - Cessionario:896.975/2009-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 08.796.220/0001-85

896.264/2009-ONÉSIO DE PALMA- Alvará n°12.352/2.009 - Cessionario:896.282/2011-BRASILMAR GRANITOS LTDA - EPP- CPF ou CNPJ 09.545.467/0001-91

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

896.128/2002-CERÂMICA ARGIL LTDA-OF. N°3.544/2011 - DNPM/ES - Apresentar um aditivo de re-ratificação do instrumento particular de cessão de direito com firma reconhecida entre as partes.

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

896.740/2003-VALE S A-ALVARÁ N°7.701/2.005

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)

896.123/2002-MINERAÇÃO GRAVINALLI LTDA. - ME.-Alvará n°7.226/2.002 - Cessionário: N N EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA - ME- CNPJ 08.203.134/0001-11
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
896.157/1998-JOSUÉ ALVES DA SILVA-Não conheco o pedido de Reconsideração.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 375/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
860.595/2007-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Área de 1188,79 para 170,88-CALCÁRIO E AREIA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
860.746/2005-MINERAÇÃO SERRAS DO NORTE LTDA.-OURO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
860.765/1987-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
860.804/2008-PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA
861.228/2008-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA
860.123/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
860.126/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
860.127/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
861.545/2008-ROMERO DE OLIVEIRA MELO-ALVARÁ N°15088/2008
861.546/2008-ROMERO DE OLIVEIRA MELO-ALVARÁ N°15089/2008
862.097/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°17206/2011
862.098/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°17205/2008
862.107/2008-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°15036/2008
862.109/2008-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°15035/2008
862.111/2008-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°15034/2008
862.112/2008-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°15033/2008
862.114/2008-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°15032/2008
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.760/2006-COOPEDRAS DE PIRENÓPOLIS LTDA-OF. N°792/2011
861.358/2006-COOPEDRAS DE PIRENÓPOLIS LTDA-OF. N°791/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
861.172/1991-SEIVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°860/2011

VALDIJON ESTRELA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 194/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
867.396/2007-CRISPIM AUGUSTO LOURENÇO GOMES- DOU de 01/09/2011- Rel.172/11

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 126/2011

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
866.126/1993-ANFER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1340/11
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
866.602/1986-MINERAÇÃO ORO-YTÉ LTDA.-BELA VISTA/MS - Guia n° 01/2011-20.000toneladas-Calcário- Validade:22/03/2012
Fase de Concessão de Lavra
Determina a interdição da lavra(442)
868.017/2000-INDÚSTRIA DE GRANILHA MINERAL-N° do Termo de Interdição:02, de 15/09/2011- Lacre N° S/N
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
000.056/1966-VETORIAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/11
807.204/1971-VETORIAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/11
868.570/1994-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°221.44.025/11
868.009/1999-MINERADORA EVA LTDA-OF. N°221.44.029/11
868.009/2000-MINERADORA EVA LTDA-OF. N°221.44.029/11
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.122/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP-OF. N°1341/11
866.123/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP-OF. N°1341/11
866.125/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP-OF. N°1341/11
866.126/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP-OF. N°1341/11
866.127/1990-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP-OF. N°1341/11
868.874/1996-AREIAS TRÊS LAGOAS LTDA-OF. N°1405/11
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
866.588/1993-CONSTRUTORA SÃO JERÔNIMO OBRAS, TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA-OF. N°221.44.030/11
868.017/1999-CERÂMICA LÍDER LTDA ME-OF. N°221.44.031/11
868.142/2002-PAULO ROBERTO BORTOLETTO - ME-OF. N°221.44.020/11
868.213/2007-KALIFE E MENDONÇA LTDA - ME-OF. N°221.44.028/11
868.318/2007-J R EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°221.44.027/11
868.461/2007-PAULO ROBERTO BORTOLETTO - ME-OF. N°221.44.020/11
868.022/2008-SAME HASSAN GEBARA ME-OF. N°221.44.033/11
868.216/2008-APARECIDO VITAL DA SILVA-OF. N°221.44.032/11
868.660/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°221.44.025/11
868.010/2009-ELVÉCIO RUIZ MENEGÃO NETO-OF. N°221.44.034/11
868.228/2009-SAME HASSAN GEBARA ME-OF. N°221.44.033/11
868.128/2010-SAME HASSAN GEBARA ME-OF. N°221.44.033/11
868.194/2010-SAME HASSAN GEBARA ME-OF. N°221.44.033/11

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 614/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.865/2000-MINERADORA VALE DO PARAOPEBA LTDA-OF. N°5141/11-FISC
830.258/2001-MINERAÇÃO ARCO IRIS LTDA. ME-OF. N°5250/11-FISC
831.628/2001-CERÂMICA MISSON LTDA.-OF. N°5249/11-FISC
830.410/2005-JOSÉ MACHADO NETO-OF. N°23/11-ERPM
831.561/2005-MARCIO ERNANE DA COSTA-OF. N°17/11-ERPM
830.117/2008-JOSÉ GILSON DE PAULA-OF. N°5511/11-FISC
830.327/2009-CEZAR PEREIRA DE SOUZA-OF. N°16/11-ERPM
832.327/2009-WAGNER RODRIGUES DOS SANTOS-OF. N°15/11-ERPM
830.665/2010-FORTALEZA DE SANTA TERESINHA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°5246/11-FISC

Relação nº 615/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.364/1988-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°5264/11-FIS
831.495/1998-WELLINGTON REIS FILGUEIRAS-OF. N°5190/11-FISC
830.035/2001-FERNANDO ESTEVES FERNANDES-OF. N°13/11-ERPM
830.864/2001-FERNANDO ESTEVES FERNANDES-OF. N°14/11-ERPM
830.035/2003-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-OF. N°5259/11-FIS
830.405/2003-SIMONE VALÉRIA BORGES BOLINA-OF. N°5191/11-FIS
832.820/2004-NATALIO ALVES PEREIRA-OF. N°60/11-ESCGV
830.147/2005-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°5188/11-FISC
832.388/2007-MINERAÇÃO PARAOPEBA LTDA-OF. N°4840/11-FISC
832.573/2007-MINERAÇÃO NEW CALEDÔNIA LTDA ME-OF. N°5026/11-FISCAM

Relação nº 616/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.827/2003-MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°11.020/03
831.828/2003-MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°10.303/03
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
832.710/2007-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°17662/08
832.774/2007-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°17665/08
832.775/2007-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°17666/08
833.916/2007-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°17713/08
833.917/2007-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°17714/08
833.918/2007-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°17715/08

Relação nº 617/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
830.439/2008-MELQUIZEDEQUE GALINARI
830.440/2008-MELQUIZEDEQUE GALINARI
831.704/2010-JOSÉ CÉSAR RAIMUNDO
830.240/2011-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA
830.241/2011-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA
830.242/2011-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA
830.886/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
830.889/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
830.892/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
830.893/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
830.896/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
830.897/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
831.288/2011-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.016/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8800/11
830.017/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8801/11
830.018/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8802/11
830.019/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8803/11
830.020/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8804/11
830.021/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8805/11
830.022/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8806/11
830.023/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8807/11
830.026/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8808/11
830.030/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8809/11
830.031/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8810/11
830.032/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8811/11
830.033/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8812/11
830.035/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8813/11
830.036/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8814/11
830.037/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8815/11
830.038/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8816/11
830.039/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8817/11
830.041/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8818/11
830.042/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8819/11
830.043/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8820/11
830.044/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8821/11
830.045/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8822/11
830.047/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8823/11
830.048/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8824/11
830.049/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8825/11

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

830.052/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8826/11
830.053/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8827/11
830.067/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8829/11
830.069/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8830/11
830.070/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8831/11
830.071/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8832/11
830.072/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°8833/11
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
831.278/2002-CERAMICA CARMELO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
831.441/2007-VILMA DIAS DOS ANJOS E CIA LTDA
831.871/2008-AREEIRO COLINA DAS PEDRAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
830.399/2009-CERAMICA CARMELO LTDA

Relação nº 618/2011

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
002.062/1935-ANGLOGOLD ASHANTI MINERAÇÃO LTDA. - CNPJ:42.138.891/0001-97
Indefere proposta de habilitação à área colocada em disponibilidade(359)
002.062/1935-Ômega Gama Mineração Ltda;São Bento Mineração S.A e Mineração Iamgold

Relação nº 619/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.593/1984-DURAVEL MINERAÇÃO LTDA
831.637/1986-DURAVEL MINERAÇÃO LTDA
830.609/2003-GREEN PROJETOS

Relação nº 621/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.464/2007-ANDREA CARLA FERREIRA
834.404/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A.
832.239/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.
834.998/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
831.976/2011-EMGA EMPRESA MINEIRA DE GRANITOS LTDA
831.977/2011-EMGA EMPRESA MINEIRA DE GRANITOS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
832.964/2002-MINAS GRANITOS LTDA-ME -Alvará N°7153/03
833.025/2002-OPPS MINERAÇÃO, CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA -Alvará N°4574/03
834.439/2007-MARILENE HOSTALÁCIO DUARTE - MICRO EMPRESA -Alvará N°1460/09
830.858/2009-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A -Alvará N°6222/11
831.059/2009-BUNGE FERTILIZANTES S/A -Alvará N°7378/2010
830.845/2010-CÉSAR MOREIRA SAMPAIO -Alvará N°16145/10
831.108/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°8991/10
831.114/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°8994/10
831.115/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°8995/10
831.119/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°8997/10
831.120/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°8998/10
831.130/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°9000/10
831.379/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°9007/10
831.380/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°9008/10
831.381/2010-AGUIA METAIS LTDA -Alvará N°9009/10
834.725/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°6207/11
834.810/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°3692/11
834.817/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°3656/11

Relação nº 624/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.218/2009-EDMAR GILBERTO LEMBRANCE
833.025/2009-EDMAR GILBERTO LEMBRANCE

Relação nº 625/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.917/2001-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Área de 994,48 ha para 589,13 ha-Minério de Zinco e Chumbo
832.378/2005-GRANHA LIGAS LTDA- Área de 625,00 ha para 187,48 ha-Minério de Manganês
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.605/1997-CALSETE INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-calcário
831.961/2000-DRAGAGEM BRASIL LTDA ME-Areia
831.963/2000-DRAGAGEM BRASIL LTDA ME-Areia
831.964/2000-DRAGAGEM BRASIL LTDA ME-Areia
831.965/2000-DRAGAGEM BRASIL LTDA ME-Areia
833.867/2006-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de Ferro
831.755/2007-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.-Minério de Ferro
831.447/2009-MINERADORA TREVISAN LTDA ME-Quartzito

Relação nº 626/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
834.181/2007-AREIAS CAJURU LTDA ME-OF. N°2285/11- DGTM
831.227/2008-INGO GUSTAV WENDER-OF. N°2290/11-DGTM
832.640/2009-JOSE LOURENÇO VIANA NETO-OF. N°2286/11- DGTM
831.462/2011-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°2292/11- DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.707/2002-TRATEX MINERAÇAO LTDA-OF. N°2198/11 - DGTM
833.277/2004-ATALÉIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°59/11-ESCGV
832.146/2006-AREIAL JUSCELINO LTDA ME-OF. N°2230/11- DGTM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.031/1980-K M KALIUM MINERAÇÃO S A-OF. N°2295/11- DGTM
830.399/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA-OF. N°2283/11- DGTM
830.360/1991-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°2199/11- DGTM
832.415/1992-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA-OF. N°2284/11- DGTM
830.350/1998-INDUSTRIAS MINERAIS SANTA LUZIA LTDA-OF. N°2225/11- DGTM
832.457/2000-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA.-OF. N°2206/11-DGTM
830.751/2001-PEDREIRAS DO BRASIL S A-OF. N°2227/11- DGTM
831.407/2001-JOSEMAC DRAGAGEM E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°2229/11- DGTM
831.661/2001-JOSÉ BERNARDES VIDAL FI-OF. N°2210/11- DGTM
832.547/2001-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°2212/11- DGTM
831.876/2002-GRANITOS SALINAS LTDA. - ME.-OF. N°2208/11- DGTM
832.550/2004-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2209/11- DGTM
831.797/2005-GRANITOS SALINAS LTDA. - ME.-OF. N°2207/11- DGTM
830.105/2007-DRAGAGEM AREIA LIMPA LTDA-ME-OF. N°2228/11- DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
803.495/1968-VALE S A-OF. N°5271/11-FISC-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.554/1983-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2211/11- DGTM
831.141/1985-MONJOLOS MINERAÇÃO DE MANGANES LTDA-OF. N°2241/11- DGTM
830.360/1991-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°2200/11 - DGTM
830.050/1997-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°2226/11- DGTM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
832.398/1987-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°2277/11- DGTM
832.199/1996-EMPRESA DE EXTRAÇÃO DE PEDRAS SÃO TOMÉ LTDA-ME-OF. N°1942/11- DGTM
831.632/1997-ALVAREZ E CIA LTDA-OF. N°2278/11-DGTM
832.165/2001-BRITAGEM TRES IRMAOS LTDA-OF. N°2275/11- DGTM

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 64/2011

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
846.006/2006-Águia Metais Ltda
846.282/2006-Águia Metais Ltda
846.285/2006-Águia Metais Ltda
846.287/2006-Águia Metais Ltda
846.291/2006-Águia Metais Ltda
846.306/2006-Águia Metais Ltda
846.307/2006-Águia Metais Ltda
846.308/2006-Águia Metais Ltda
846.160/2007-Genival Matias de Oliveira Filho
846.161/2007-Genival Matias de Oliveira Filho
846.484/2007-Águia Metais Ltda
846.016/2008-MNB Comercial Ltda.
846.253/2008-NMB Comercial Ltda
846.332/2008-Águia Metais Ltda
300.284/2010-Clóris Monteiro Vieira de Melo
846.056/2010-Águia Metais Ltda
Indefere proposta de habilitação à área colocada em disponibilidade(359)
846.006/2006-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.282/2006-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.285/2006-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.287/2006-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.291/2006-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.306/2006-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.307/2006-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.308/2006-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.160/2007-Projetos Minerais e Ambientais LTDA.
846.161/2007-Projetos Minerais e Ambientais LTDA.
846.484/2007-Votorantim Cimentos NNE S.A
846.332/2008-Votorantim Cimentos NNE S.A
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
846.067/1997-Ranulfo Fernandes de Assis
846.016/2008-Drescon Mineração Ltda.
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
846.067/1997- HABILITADOS os proponentes: e INABILITADOS os proponentes: Casa Grande Mineração Ltda.
846.006/2006- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S.A e Águia Metais Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
846.282/2006- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S.A; Tomé Participações S.A; Águia Metais Ltda e Mitra Mineração e Transporte de Agregados Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
846.285/2006- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S/A e Tomé Participações S.A e Águia Metais S.A e INABILITADOS os proponentes:
846.287/2006- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S.A; Tomé Participações S.A e Águia Metais Ltda e INABILITADOS os proponentes:
846.291/2006- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S.A ; Tomé Participações S.A; Águia Metais Ltda e Jorge Isidro Gomes Elihimas. e INABILITADOS os proponentes:
846.306/2006- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S/A ; Tomé Participações S.A ; Águia Metais S.A e Mitra Mineração e Transportes de Agregados Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
846.307/2006- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S/A e Tomé Participações S.A e Águia Metais S.A e INABILITADOS os proponentes:
846.308/2006- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S.A; Tomé Participações S.A e Águia Metais Ltda e INABILITADOS os proponentes:
846.160/2007- HABILITADOS os proponentes: Genival Matias de Oliveira Filho e Projetos Minerais e Ambientais LTDA. e INABILITADOS os proponentes:
846.161/2007- HABILITADOS os proponentes: Genival Matias de Oliveira Filho e Projetos Minerais e Ambientais LTDA. e INABILITADOS os proponentes:
846.484/2007- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S.A e Águia Metais Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
846.016/2008- HABILITADOS os proponentes: MNB Comercial Ltda. e Projetos Minerais e Ambientais Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
846.253/2008- HABILITADOS os proponentes: Casa Grande de Mineração Ltda e NMB Comercial Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
846.332/2008- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos NNE S.A; Tomé Participações S.A e Águia Metais Ltda e INABILITADOS os proponentes:
300.228/2009- HABILITADOS os proponentes: Casa Grande de Mineração Ltda. e INABILITADOS os proponentes: Rio Tinto Desenvolvimento Minerais Ltda.
300.284/2010- HABILITADOS os proponentes: Clóris Monteiro Vieira de Melo e Mineração Boa Vista Ltda e INABILITADOS os proponentes:
846.056/2010- HABILITADOS os proponentes: Águia Metais Ltda e INABILITADOS os proponentes:
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

846.282/2006-Tomé Participações S.A e Mitra Mineração e Transporte de Agregados Ltda. - EDITAL N° 007/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
846.285/2006-Tomé Participações S.A - EDITAL N° 007/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
846.287/2006-Tomé Participações S.A - EDITAL N° 007/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
846.291/2006-Tomé Participações S.A e Jorge Isidro Gomes Elihimas - EDITAL N° 007/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
846.306/2006-Tomé Participações S.A e Mitra Mineração e Transporte de Agregados Ltda. - EDITAL N° 007/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
846.307/2006-Tomé Participações S.A - EDITAL N° 007/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
846.308/2006-Tomé Participações S.A - EDITAL N° 007/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
846.016/2008-Projetos Minerais e Ambientais LTDA. - EDITAL N° 010/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
846.253/2008-Casa Grande Mineração Ltda. - EDITAL N° 006/2010 - Publicado DOU de 03/05/2010
846.332/2008-Tomé Participações S.A - EDITAL N° 010/2010 - Publicado DOU de 24/05/2010
300.228/2009-Casa Grande Mineração Ltda. - EDITAL N° 024/2010 - Publicado DOU de 08/11/2010
300.284/2010-Mineração Boa Vista Ltda. - EDITAL N° 024/2010 - Publicado DOU de 08/11/2010

JOSE MADURO TOLEDO JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 185/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de aprovação do Relatório Pesquisa(196)
826.980/2001-POLIMIX CONCRETO LTDA- DOU de 31/08/2011
826.506/2007-MARGEM COMPANHIA DE MINERAÇÃO- DOU de 24/06/2011
Fase de Licenciamento
Torna sem efeito o cancelamento do Registro de Licença(796)
826.066/2009-ORLANDO FERNANDES GUERREIRO-DOU de 03/05/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
826.475/2001-CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ - Publicado DOU de 13/12/2002, Relação n° 521/2002, Seção 1, pág. 232- ONDE SE LÊ:...APROVA O RELATÓRIO DE PESQUISA..." LEIA-SE:"...APROVA O RELATÓRIO DE PESQUISA COM REDUÇÃO DE ÁREA...ÁREA DE 14,49 HA PARA 7,28 HA..."

Relação nº 186/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.454/2011-CERÂMICA TABORDA LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
826.001/2009-LEVI CEZAR PACHECO DOS SANTOS LIMA-Alvará N°4.061/2009
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.671/2006-MINERAÇÃO CASTELHANOS LTDA-Área de 990,77 HA para 578,25 HA-GRANITO
826.225/2007-GILMAR ARAUJO SANTOS & CIA LTDA ME- Área de 179,55 HA para 49,81 HA-AREIA
826.076/2009-LUIZ CARLOS GRANDI- Área de 46,39 HA para 23,13 HA-AREIA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
826.769/2007-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°15.675/2008
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.193/1985-CIA DE CIMENTO ITAMBÉ-OF. N°1055/2010-180 dias
826.037/1993-EXTRAÇÃO DE AREIA QUEDAS DO IGUAÇÚ LTDA.-OF. N°1192/2010-180 dias
826.527/1993-EXTRAÇÃO DE AREIA QUEDAS DO IGUAÇÚ LTDA.-OF. N°1192/2010-180 dias
826.901/1994-HOBI & CIA.LTDA.-OF. N°277/2011-180 dias
826.527/1995-ITATINGA CALCÁRIO E CORRETIVOS LTDA-OF. N°308/2011-180 dias
826.614/1998-HOBI & CIA.LTDA.-OF. N°455/2011-180 dias
826.427/2000-EXTRAÇÃO DE AREIA QUEDAS DO IGUAÇÚ LTDA.-OF. N°1192/2010-180 dias
826.428/2000-EXTRAÇÃO DE AREIA QUEDAS DO IGUAÇÚ LTDA.-OF. N°1182/2010-180 dias
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
826.359/2004-FRAZZATO E NERI LTDA-OF. N°1304/2011

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 57/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
803.136/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.138/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.141/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.142/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.143/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.144/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.145/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.373/2011-EAGLESTAR PETRÓLEO E MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-OF. N°962/2011
803.385/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°967/2011
803.386/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°968/2011
803.388/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°969/2011
803.389/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°970/2011
803.390/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°971/2011
803.391/2011-CUSTODIO CESAR BRITO ALMENDRA-OF. N°972/2011
803.409/2011-JORGE PEREIRA DE SOUZA-OF. N°974/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
804.496/2008-CAMILA CALDAS GONÇALVES- Alvará n°14368/2009 - Cessionario:803.419/2010-Cerâmica Alvorada Ltda-CPF ou CNPJ 07.250.099/0001-29
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.191/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°956/2011
803.192/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°955/2011
803.193/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°954/2011
803.332/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°959/2011
803.333/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°958/2011
803.334/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°957/2011
803.295/2009-MINOR MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA-OF. N°975/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
803.215/2010-PIERA FEITOSA COELHO- Cessionário:Dom Inocêncio Gelogia e Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 13.132.194/0001-20- Alvará n°10437/2010
803.217/2010-PIERA FEITOSA COELHO- Cessionário:Dom Inocêncio Geologia e Mineração Ltda.- CPF ou CNPJ 13.132.194/0001-20- Alvará n°10439/2010
803.218/2010-PIERA FEITOSA COELHO- Cessionário:Dom Inocêncio Geologia e Mineração Ltda.- CPF ou CNPJ 13.132.194/0001-20- Alvará n°10440/2010
803.219/2010-PIERA FEITOSA COELHO- Cessionário:Dom Inocêncio Geologia e Mineração Ltda.- CPF ou CNPJ 13.132.194/0001-20- Alvará n°10441/2010
803.220/2010-PIERA FEITOSA COELHO- Cessionário:Dom Inocêncio Geologia e Mineração Ltda.- CPF ou CNPJ 13.132.194/0001-20- Alvará n°10442/2010
803.396/2010-CONSTRUMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Cessionário:Valterlins Oliveira Gomes- CPF ou CNPJ 508.137.733-34- Alvará n°1792/2011
803.409/2010-ALICE ANANDA PINTO SANTOS- Cessionário:Nelci de Loudes Gráss- CPF ou CNPJ 309.597.640-20- Alvará n°7674/2011
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
803.336/2008-GCZ GEOLOGIA & MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°7.230/2008
803.337/2008-GCZ GEOLOGIA & MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°7.231/2008
803.338/2008-GCZ GEOLOGIA & MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°7.232/2008
803.339/2008-GCZ GEOLOGIA & MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°7.233/2008
803.340/2008-GCZ GEOLOGIA & MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°7.234/2008
803.341/2008-GCZ GEOLOGIA & MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°7.235/2008
Fase de Disponibilidade
Torno sem efeito declaração de disponibilidade da área - art. 26 do C.M(357)
803.274/2011-AGREGADOS MINERAIS ESPECIAIS-DOU de 14/09/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
803.122/2007-MINERIOS MONTANHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.234/2011-A. NETO ALMEIDA DE ANDRADE-Registro de Licença n°55/2011 de 20/09/2011-Vencimento em 25/07/2012
803.359/2011-EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI S/A.-Registro de Licença n°54/2011 de 09/09/2011-Vencimento em 22/06/2013
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
803.083/2007-ALSA AGROPECUÁRIA ALTO LONGA S/A
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
803.091/2005-ANASTACIO DE OLIVEIRA SANTOS- Registro de Licença No.:05/2011 - Vencimento em 21/06/2014
804.108/2008-ANTONIA DA SILVA OLIVEIRA- Registro de Licença No.:06/2011 - Vencimento em 25/07/2012
803.512/2010-JOSÉ BRAZ OLIVEIRA FILHO- Registro de Licença No.:07/2011 - Vencimento em 28/07/2012

Relação nº 58/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
803.077/2010-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- DOU de 17/05/2010
803.078/2010-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- DOU de 17/05/2010
803.079/2010-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- DOU de 17/05/2010
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
803.409/2010-ALICE ANANDA PINTO SANTOS- DOU de 08/08/2011

CARLOS EUGÊNIO LEAL BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 183/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.189/2007-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-OF. N°1224/2011
848.190/2007-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-OF. N°1224/2011
848.756/2010-UNAMGEN MINERAÇÃO E METALURGIA S.A.-OF. N°1208/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.209/2007-ALEMÃO EXPORTAÇÃO E MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA- Área de 272,33 ha para 127,83 ha-GRANITO
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
848.242/2008-MARCIO LOUCATELLI-Calcário e Argila
848.243/2008-MARCIO LOUCATELLI-Calcário e Argila
848.244/2008-MARCIO LOUCATELLI-Calcário e Argila
848.457/2008-CALVALE CALCINAÇÃO VALE DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Calcário
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.049/2000-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.
848.050/2000-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.
848.053/2000-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.
848.054/2000-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.
848.055/2000-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.
848.058/2000-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
848.353/2008-VOTORANTIM METAIS S.A-ALVARÁ N°10.832/2008
848.354/2008-VOTORANTIM METAIS S.A-ALVARÁ N°10.833/2008
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.709/2008-ADELINO JOEL PERAZZO LEITE GALVÃO-AI N°409/2011
848.710/2008-ADELINO JOEL PERAZZO LEITE GALVÃO-AI N°410/2011
848.711/2008-ADELINO JOEL PERAZZO LEITE GALVÃO-AI N°411/2011
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

848.222/2006-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
848.223/2006-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
848.225/2006-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Multa aplicada-Não início de pesquisa comunicado/prazo para pagamento30 dias(1026)
848.376/2008-FRANCISCO BONIFACIO DA SILVA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
848.220/2010-MARIA CELIA BALDUINO DE AZEVEDO-OF. N°1223/2011
848.221/2010-MARIA CELIA BALDUINO DE AZEVEDO-OF. N°1223/2011
848.222/2010-MARIA CELIA BALDUINO DE AZEVEDO-OF. N°1223/2011
848.223/2010-MARIA CELIA BALDUINO DE AZEVEDO-OF. N°1223/2011
848.224/2010-MARIA CELIA BALDUINO DE AZEVEDO-OF. N°1223/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.040/1998-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1207/2011
848.106/2004-MONT GRANITOS S/A-OF. N°1217/2011
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
848.187/2009-CERÂMICA SANTA ELVIRA LTDA- Registro de Licença No.:05/2010 - Vencimento em 18/08/2013
848.188/2009-CERÂMICA SANTA ELVIRA LTDA- Registro de Licença No.:15/2010 - Vencimento em 18/08/2013

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 51/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
810.676/2011-LUIS FELIPE PATTA CHEUICHE
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
810.051/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA
810.075/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA
810.220/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
810.363/1986-OLIMINAS MINERAÇÃO E PESQUISA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
812.562/1976-COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS-OF. N°277
812.634/1976-COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS-OF. N°276
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
810.335/1991-ELINOR THEOBALDO SPODE
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
811.074/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA-ANTÔNIO PRADO/RS - Guia n° 008/2011-6.500toneladas-basalto- Validade:11.05.2012
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
810.319/2007-HIDROMINERAL PEDRAS ALTAS LTDA -Alvará N°7872/2011
810.049/2009-COOPERATIVA MINERAÇÃO DE SAO MARCOS LTDA -Alvará N°11231/2009
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.457/2007-LUIZ GABRIEL ZANETTE-carvão
810.819/2007-HELGA MEYER-agua mineral
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.648/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA
810.857/2007-LUIZ GABRIEL ZANETTE
810.895/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
810.671/2006-LABORE IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-ALVARÁ N°11097/2008
810.672/2006-LABORE IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-ALVARÁ N°11091/2008
810.673/2006-LABORE IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-ALVARÁ N°11092/2008
810.674/2006-LABORE IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-ALVARÁ N°11093/2008
810.675/2006-LABORE IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-ALVARÁ N°11094/2008
810.676/2006-LABORE IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-ALVARÁ N°11095/2008
810.677/2006-LABORE IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-ALVARÁ N°11096/2008
810.678/2006-LABORE IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-ALVARÁ N°11097/2008
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
810.053/2008-MOACIR KWITKO-ALVARÁ N°9910/2009
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
810.682/2006-LEONARDO ZOUPANTIS LENZI-ALVARÁ N°11063/2008
810.653/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-ALVARÁ N°6409/2008
810.674/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-ALVARÁ N°6410/2008
810.676/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-ALVARÁ N°6411/2008
810.677/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-ALVARÁ N°6412/2008
810.061/2008-COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE-ALVARÁ N°8862/2008
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.874/2009-CAHY CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA-Registro de Licença n°154/2011 de 26.08.2011-Vencimento em 31.03.2014
810.910/2010-AREAL TRÊS FIGUEIRAS LTDA-Registro de Licença n°151/2011 de 23.08.2011-Vencimento em 05.05.2012
810.953/2010-PEDREIRA REAL LTDA-Registro de Licença n°162/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 02.09.2015
811.079/2010-JOSE ADÃO SCHIAVON ALDRIGHI ME-Registro de Licença n°163/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 23.09.2013
811.102/2010-CLEO SANCHES CASSALHA-Registro de Licença n°161/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 25.10.2015
811.214/2010-PEDRO AMORETTI DA SILVA E CIA LTDA ME-Registro de Licença n°164/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 26.05.2014
810.070/2011-BASALTO DAL BELLO LTDA-Registro de Licença n°166/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 09.09.2015
810.088/2011-ALTEMIR JOSÉ OLDEMBURG ME-Registro de Licença n°173/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 16.06.2015
810.188/2011-LUIZ CARLOS GELINGER-Registro de Licença n°159/2011 de 29.08.2011-Vencimento em 09.07.2012
810.265/2011-PEDREIRA CRUZ LTDA-Registro de Licença n°167/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 25.03.2015
810.287/2011-NEVIO MORES-Registro de Licença n°165/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 12.04.2016
810.436/2011-CONSTRUTORA CASA NOVA LTDA-Registro de Licença n°169/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 03.05.2014
810.495/2011-J. A. DIAS BOTELHO & CIA. LTDA. ME-Registro de Licença n°158/2011 de 29.08.2011-Vencimento em 12.07.2013
810.549/2011-OLARIA SANTA CRISTINA LTDA ME-Registro de Licença n°168/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 06.05.2015
810.662/2011-COMERCIO E TRANSPORTES AREIA BRANCA LTDA-Registro de Licença n°172/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 13.05.2015
810.723/2011-MORRO NEGRO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-Registro de Licença n°171/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 20.06.2015
810.790/2011-VALDIR PREISS-Registro de Licença n°170/2011 de 06.09.2011-Vencimento em 31.12.2013
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
810.808/2007-COMERCIAL DE AREIA CAROCHA LTDA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
811.131/2009-MAC ENGENHARIA LTDA
810.445/2011-LAUERMANN EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO MINERAL LTDA
810.446/2011-LAUERMANN EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO MINERAL LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
811.157/2010-JOSÉ EDUARDO DE BORBA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.591/1988-AREAL BARONESA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença No.:726/1988 - Vencimento em 30.05.2015
810.028/1992-BRITAGEM RIO BONITO LTDA- Registro de Licença No.:3105/2005 - Vencimento em 08.06.2014
810.437/1998-GISLAINE PINTO DE QUADROS- Registro de Licença No.:1670/1999 - Vencimento em 09.06.2015
810.125/2001-TV TECNICA VIARIA CONSTRUÇÕES LTDA- Registro de Licença No.:2087/2001 - Vencimento em 02.02.2013
810.669/2009-SARGIL COMERCIO E TRANSPORTE DE MINERAIS LTDA- Registro de Licença No.:129/2009 - Vencimento em 22.07.2015
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
810.535/2009-CERÂMICA CARPENEDO
Fase de Registro de Extração
Autorizo o aditamento de substância mineral(935)
811.236/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMPITUBA-cascalho e saibro-Registro de Extração N°03, DOU de 21.01.2011

SÉRGIO BIZARRO CESAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 175/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.080/2010-LENOIR ANTÔNIO GEREMIA-OF. N°3011/2011-DGTM
890.233/2010-MINERAÇÃO GALÁCIA LTDA-OF. N°3018/2011-DGTM
890.056/2011-OCLAM MINERAÇÕES LTDA-OF. N°3049/2011-DGTM
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.408/2008-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
890.409/2008-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
890.410/2008-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
890.412/2008-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
Determina arquivamento Auto de infração(230)
890.094/2004-MONTEIRO RIBEIRO-MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-AI N°972/2007
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
890.087/2007-HÉLIO GRECHI ROZA-AI N°763/2007-DIPAR
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.332/2003-JOSÉ LUIZ GONCALVES GUZZO-ME
890.336/2008-MARCOS JOSÉ FIGUEIREDO FRANCO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.572/2009-PAULO GUIMARÃES- Cessionário:INTERCON STRO IMPERMEABILIZAÇÕES E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME- CPF ou CNPJ 11.554.216/0001-15-Alvará n°2822/2010
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
890.150/2001-JOÃO BRASIL CARVALHO LEITE-AI N°294/2006
Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)
890.498/2009-TIBIRIÇA MARCELO BARCELOS DE LINHARES
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.074/2009-TAHOMA 2005 MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°3062/2011-DGTM
890.076/2009-TAHOMA 2005 MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°3068/2011-DGTM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.024/2006-EMPRESA DE MINERAÇÃO XERÉM LTDA- Alvará n°1340/2006 - Cessionário: EMPRESA DE MINERAÇÃO TRIÂNGULO DE XEREM LTDA.- CNPJ 08.964.349/0001-55
Fase de Concessão de Lavra
Determina arquivamento definitivo do processo(410)
000.390/1957-MINERAÇÃO INDUSTRIA E COM MARAPENDI SA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.305/1995-AREAL DA SERVERINA LTDA ME-OF. N°3057/2011-DGTM
890.388/2007-CERAMICA OLHOS D ÁGUA LTDA-OF. N°3070/2011-DGTM
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
890.382/2008-CERÂMICA J CORDEIRO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.035/2010-ANTÔNIO NC PORTELLA ME-Registro de Licença n°2.673/2.011 de 16/09/2011-Vencimento em 24/09/2012
890.137/2011-CONSTRUCESSO COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA-Registro de Licença n°2636/2011 de 28/03/2011-Vencimento em 01/03/2012
890.667/2011-DAC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA-Registro de Licença n°2.675/2.011 de 20/09/2011-Vencimento em 25/08/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.759/2010-DIVONE PÁDUA PEDRAS DECORATIVAS LTDA ME-OF. N°3020/2011-DGTM
890.482/2011-CERAMICA SANTA CÉLIA LTDA-OF. N°3.053/2011 DGTM
890.595/2011-CERÂMICA IRMÃOS SOUZA E SOBRINHOS LTDA.-OF. N°2622/2011-DGTM
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
890.713/2010-MINERAÇÃO PEDRAS DECORATIVA SANTA CATARINA LTDA ME
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.251/2010-BOSQUE FUNDO EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°3056/2011-DGTM
890.376/2010-JOSÉ ARAÚJO PEDREIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°2998/2011-DGTM
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

890.497/2010-FONTE DE AREIA RIO MINHO LTDA
890.005/2011-C G DA COSTA ARTEFATOS DE CIMENTO ME
890.020/2011-PRESERV EMPREITEIRA LTDA
890.153/2011-AREAL DO FUTURO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Relação nº 134/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.627/2011-VILMAR BUSSOLARO-OF. N°3435/11
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.651/2008-WALDEMIRO CARVALHO NETO- Alvará n°15415/2008 - Cessionario:815.364/2011-CARVALHO MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 13592123/0001-00
815.880/2008-MOISES RAMOS- Alvará n°1295/2009 - Cessionario:815.402/2011-FRANCISCO BATISTA LEAL- CPF ou CNPJ 378568989-68
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.119/2004-CONSTRUTORA NUNES LTDA-OF. N°3397/11
815.103/2006-GELSON LUCIANO BORGHEZAN-OF. N°3325/11
815.221/2006-RIBEIRÃO DO COBRE-EXTRAÇÃO,COM.TRANSP.EREPR.DE MINERIOS LTDA.-ME-OF. N°3399/11
815.550/2007-SERDEL SERVIÇOS DE DRENAGENS E ESCAVAÇÕES LTDA-OF. N°3395/11
815.409/2008-APARICIO HENRIQUE VIEIRA & CIA LTDA ME-OF. N°3348/11
815.333/2010-CUBATÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°3398/11
815.617/2010-FABIO ADRIANO MACCARI ME-OF. N°3433/11
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.899/2008-DR ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA- Cessionário:ROQUE GONZÁLEZ BOHORA JUSTINO- CPF ou CNPJ 596171109-97- Alvará n°8803/2008
815.760/2009-ENGEPLAN TERRAPLENAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA- Cessionário:HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI- CPF ou CNPJ 207450010-68- Alvará n°933/2010
815.802/2009-PAULO AFONSO DOS SANTOS JUNIOR-Cessionário:TRANSXANDOCA TRANSPORTADORA LTDA ME-CPF ou CNPJ 07365886/0001-16- Alvará n°3959/2010
815.533/2010-ANTONIO MENDES CORREA- Cessionário:A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 00993058/0001-83- Alvará n°10125/2010
815.248/2011-PAULO AFONSO DOS SANTOS JUNIOR-Cessionário:JOSÉ MÁRIO PIRES- CPF ou CNPJ 420179479-20-Alvará n°8717/2010
815.260/2011-AMILTON ESPINDOLA- Cessionário:WILL TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 01924058/0001-94- Alvará n°8723/2011
815.289/2011-ISRAEL DE SOUZA- Cessionário:CONSTRUPAV OBRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 05503336/0001-90- Alvará n°8732/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.143/2007-FABRÍCIO SEBASTIÃO MARIAN- Área de 989,78 ha para 50,00 ha-Areia
815.188/2010-SR EXTRAÇÃO,COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA.- Área de 55,13 ha para 42,94 ha-Areia
815.189/2010-SR EXTRAÇÃO,COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA.- Área de 238,55 ha para 44,62 ha-Areia
815.190/2010-SR EXTRAÇÃO,COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA.- Área de 51,01 ha para 46,11 ha-Areia
815.192/2010-SR EXTRAÇÃO,COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA.- Área de 116,68 ha para 43,05 ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.459/2008-OSNI PEREIRA ME-Saibro
815.072/2011-CESAR PEREIRA-Areia
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.041/2006-MAURICIO KLETTENBERG- Alvará n°2703/2006 - Cessionário: KLETTENBERG SERVIÇOS DE TERRAPLENAGENS LTDA- CNPJ 86993490/0001-90
815.358/2007-FLAVIANO VOLTOLINI- Alvará n°6193/2007 - Cessionário: PEDRO LUIZ VERNIER ME- CNPJ 72466519/0001-70
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.409/2008-APARICIO HENRIQUE VIEIRA & CIA LTDA ME-AI N°588/11
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.194/1991-TERRA MINERADORA LTDA ME-OF. N°3324/11
815.692/2003-DÊNIO FABIANO SOMMARIVA-OF. N°3346/2011 (DESMONTEC MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA)
815.623/2004-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-OF. N°3437/11
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
816.181/1995-DÁRIO RUBENS GOLL- Alvará n°6383/2004 - Cessionário: TERRAPLENAGEM GOLL LTDA-CNPJ 00667929/0001-79
816.282/1996-MOACIR NELSON ZUNINO JÚNIOR- Alvará n°1330/2001 - Cessionário: ZUNINO JR LTDA ME- CNPJ 11497582/0001-80
815.610/2004-LUIZ ALCEU MARANHO- Alvará n°641/2005 - Cessionário: PERENA GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA- CNPJ 01202119/0001-00
815.320/2006-RIBEIRÃO DO COBRE-EXTRAÇÃO,COM.TRANSP.EREPR.DE MINERIOS LTDA.-ME- Alvará n°7059/2006 - Cessionário: RIBEIRÃO MINERADORA LTDA - EPP- CNPJ 11419126/0001-11
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-AI N° 651/11, 652/11 e 653/11
003.156/1936-CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA- AI N° 650/11
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
815.135/2011-CERÂMICA PORTO NOVO LTDA

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 242, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o art. 7º da Portaria GM/MDIC nº 209, de 21 de outubro de 2010, e o disposto no § 8º, do art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado das Metas Globais de Desempenho Institucional, fixadas no Anexo à Portaria GM/MDIC nº 166, de 29 de julho de 2010, referente ao período avaliativo de 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011.

Art. 2º O resultado apurado será utilizado no cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, conforme Anexo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA

ANEXO

APURAÇÃO DAS METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Período de apuração: 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011.

Nº	DESCRIÇÃO	META		PONTOS
		Prevista	Atingida	
1.	Ações de apoio à implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.	2	5	4
2.	Pequenas e médias empresas apoiadas em projetos de internacionalização.	125	1.901	4
3.	Realização de eventos pertinentes aos temas Inovação nas Empresas e Setores Estratégicos.	10	11	4
4.	Campanha de fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional.	1	1	4
5.	Inserção do design em Setores Produtivos.	2	2	4
6.	Ações de fomento à Ecoeficiência nas cadeias produtivas.	4	4	4
7.	Treinamento de novas pessoas em Comércio Exterior - Rede Agentes.	100	774	4
8.	Realização de novos Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX	3	3	4
9.	Publicação da Balança Comercial Brasileira.	12	12	4
10.	Produção de Relatórios Estatísticos de Comércio Exterior.	144.000	219.865	4
11.	Inclusão de novos sites no Portal do Exportador.	10	20	4
12.	Realização de aperfeiçoamentos dos Sistemas Corporativos de Comércio Exterior, relacionados à Exportação, à Importação e ao Regime Aduaneiro Especial de Drawback.	4	10	4
13.	Instrução de pleitos de alteração temporária da Tarifa Externa Comum - TEC, no âmbito do Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 69/00 - GTAR 69, Grupo Técnico Interministerial de Revisão da Lista de Exceção à TEC - GTI da LETEC, bem como do Comitê de Análise de Ex-Tarifários - CAEX e outros.	20	2.105	4
14.	Elaboração de Minutas de Resolução CAMEX a respeito de alterações na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e TEC, bem como alterações temporárias no âmbito da Resolução GMC 69/00, Lista de Exceção à TEC, Lista de Exceção de Bens de Informática e Telecomunicações, Ex-Tarifários de Bens de Capital e de Informática, entre outras matérias.	20	30	4
15.	Atendimentos a requerimentos de informações solicitadas pelo Congresso Nacional, realizados no prazo.	100%	100%	4
16.	Realizar pelo menos 3 reuniões mensais do Comitê de Coordenação de Gestão do MDIC.	36	13	0
17.	Coordenar, supervisionar, redigir e revisar minutas de discursos, apresentações e artigos do Ministro.	100%	100%	4
18.	Dar tratamento às manifestações registradas na Ouvidoria.	100%	100%	4
19.	Obter resposta das manifestações registradas na Ouvidoria em até 30 dias após o registro.	95%	95%	4
20.	Atendimento às demandas administrativas dos públicos interno e externo.	80%	100%	4
21.	Analisar e deferir processos de constituição, alteração e baixa de empresas mercantis.	80%	100%	4
22.	Apoiar projetos de promoção comercial de microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com foco no mercado interno.	100	0	0
23.	Promover a capacitação de artesãos e multiplicadores com o objetivo de melhorar a produção artesanal no País.	600	7.781	4
24.	Apoio às ações para identificação e solução de problemas que afetem o acesso e/ou a competitividade do comércio de bens e serviços brasileiros nos mercados de países/blocos.	12	17	4
25.	Apoio à participação em eventos de promoção comercial e de investimentos de bens e serviços brasileiros em mercados estratégicos para o País.	12	12	4
	TOTAL	**100**		**92**

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 25, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Portaria GM/MDIC nº 6, de 11 de janeiro de 2008, e na Portaria SE/MDIC nº 134, de 29 de novembro de 2006, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração para, observada a legislação pertinente, praticar os seguintes atos:

I - coordenar e executar as atividades relacionadas à área de recursos humanos;

II - autorizar, ordenar despesas e praticar atos de gestão orçamentária e financeira na Unidade Gestora 280104 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

III - proceder ao pagamento de diárias e passagens, observados os subitens 3.1 dos Anexos às Portarias SPOA/SE-MDIC nºs 34 e 35, ambas de 29 de agosto de 2007;

IV - conceder ajuda de custo;

V - conceder progressão funcional;

VI - promover a capacitação e aperfeiçoamento dos servidores e empregados;

VII - conceder licenças, afastamentos e outras vantagens a servidores e empregados, exceto os previstos nos artigos 93 e 95 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VIII - conceder aposentadorias, pensões e suas atualizações;

IX - demitir empregados públicos;

X - exonerar e declarar vacância de servidores;

XI - expedir atos de aproveitamento e reversão ao serviço público;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XII - expedir atos de apostilamento;
XIII - autorizar o cadastramento de ações judiciais no SICAJ;
XIV - expedir atos de remoção de servidores;
XV - efetivar a localização e distribuir os servidores pelas Unidades do Ministério, observadas a lotação e a adequação funcional;
XVI - efetuar registros em assentamentos funcionais e Carteiras de Trabalho e Previdência Social;
XVII - expedir identidade funcional e certidões de tempo de serviço e de contribuição;
XVIII - firmar Termo de Compromisso de Estágio;
XIX - supervisionar, coordenar e executar as atividades necessárias ao cumprimento de acordos celebrados entre o Ministério e suas entidades vinculadas, no âmbito de sua competência;
XX - homologar ou referendar atos de sua competência.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Fica revogada a Portaria SPOA/SE-MDIC nº 04, de 22 de janeiro de 2008, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2008.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 306, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 14 e § 2º da Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, e nos termos da Nota Técnica nº 299/2011 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:
Art. 1º. AUTORIZAR o adicional de quotas de importação no valor de US$ 18,746.40 (dezoito mil, setecentos e quarenta e seis dólares norte-americanos e quarenta centavos), ao limite de importação de insumos do produto TOMADA POLARIZADA PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 1000 V. E CORRENTE IGUAL OU SUPERIOR A 16 A - Cód. Suframa nº 1613, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor atribuído à quota do 3º ano de produção, consignado pela Portaria nº 248, de 31/08/2004, emitida em nome da empresa STECK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA., com inscrição Suframa nº 20.1061.01-5.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

PORTARIA Nº 307, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 14, da Resolução nº 202, de 17 de maio de 2006 e nos termos da Nota Técnica nº 300/2011 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:
Art. 1º AUTORIZAR o adicional de cotas no valor de US$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) aos limites de importação de insumos do produto "BATERIA PARA TELEFONE CELULAR" - Código Suframa nº 0636, correspondente ao acréscimo de 36% (trinta por cento) do valor atribuído ao primeiro ano de produção consignado na Resolução nº 309, de 01 de novembro de 2005 , emitida em nome da empresa PALLADIUM ENERGY ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA, Inscrição Suframa nº 20.0773.01-1.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE PROJETOS INDUSTRIAIS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 079, de 11/08/2011, Resolução do CAS n.º 202, de 25/08/2011, Parecer Técnico n.º 189/2011 - SPR/CGPRI/COPEA e Parecer nº 779/2011 - RAT/PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote 3.21, com 58.832,40m², localizado na Av. Abiurana, n.º 330 - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa DOVAM S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.001151/1978.

Manaus - AM, 23 de setembro de 2011.
OLDEMAR IANCK
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 23 de setembro de 2011.
FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente

Ministério do Esporte

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

ATO DECLARATÓRIO Nº 1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Reconhece o direito à isenção de II e IPI a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO AQUÁTICO, nas aquisições no mercado interno e nas importações dos produtos que relaciona.

A Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, de conformidade com o disposto no art. 4º da Portaria nº 199, de 09 de agosto de 2002, tendo em vista o que consta do Processo nº 58701.002236/2011-24, no qual se acha comprovado que os equipamentos a serem importados foi homologado pela entidade internacional da respectiva modalidade esportiva e não possui similar nacional, expede o presente ATO DECLARATÓRIO a beneficiar a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO AQUÁTICO, CNPJ nº 29.980.273/0001-21, no direito à isenção do Imposto de Importação - II e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de acordo com os termos que trata a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, altera a legislação tributária federal e da outras providências conforme redação dada pela, Lei nº 11.827 de 20/11/2008, relativo ao equipamento para as modalidades: natação, saltos ornamentais, nado sincronizado e pólo aquático Tiro Esportivo abaixo relacionado:

ORD	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR(EUROS)
1	Console de Gerenciamento de evento -Sistema 6 -Inclui console com mala de transporte , entrada para teclado, relógio com calendário, portas paralelas e interface externa de impressora, display colorido para múltiplos eventos Acompanha Software para Natação e Saltos Ornamentais-Gerencia passagens e acumulados, tempo de backup entre outros dados	25	USD 124.875,00
2	Sistema de Partida Infinity, que gera o sinal de largada para o nadador. Gerencia o bip inicial da prova dando começo ao evento	19	USD 18.905,00
3	Scoreboard, ou placar eletrônico em LED vermelho, que mostra tempo e colocação do nadador, composto de estrutura de alumínio, placa mãe controladora, fonte de forca e LEDs em diodo vermelho	21	USD 46.305,00
4	Placas de toque-composta de estrutura em PVC rígido, forrado de PVC maleável- inclui cabos de ligação ao cabo central que recebe todos os periféricos- sua serventia dentro do sistema e colher o toque do nadador enviando o curto circuito elétrico ao Sistema 6.Placas modelo TP 60 com 1,65 metros por 60 centímetros	151	USD 135.718,80
5	Placas de toque-composta de estrutura em PVC rígido, forrado de PVC maleável- inclui cabos de ligação ao cabo central que recebe todos os periféricos- sua serventia dentro do sistema e colher o toque do nadador enviando o curto circuito elétrico ao Sistema 6.Placas modelo TP 60 com 1,95 metros por 90 centímetros	14	USD 17.500,00
6	Peras, ou push buttons, que são acionados pelos cronometristas e funciona como segurança no caso da placa falhar. E um copia de segurança, e são destinadas a cobrir cronometristas A e cronometristas B.Composta de estrutura em PVC com cabo de ligação ao cabo central	418	USD 30.723,00
7	Cable Harness 10 lanes CH4110 - composto de estrutura de 40 cabos internos, revestidos em PVC- permitindo 4 entradas físicas por raia de competição- Ponta em estrutura rígida para conexão no Sistema 6- Este cabo recebe todos os periféricos, sendo sua função receber todos estes e levar os dados ao console central.	18	USD 12.133,80
8	Som subaquático da marca Oceanears (mesmo utilizado no Pan Americano do Rio e nas ultimas Olimpíadas), modelo DRS-8 de Alta Fidelidade, com Tecnologia Piezelétrica, com cabos e estrutura toda isolada-Acompanha caixa para "interface" com potência máxima de saída de 125 Watts e cabo para ligação da Interface ao Amplificador. Acompanha corda para descer o Som Sub Aquático.Composto de Estrutura Metálica revestida em Epoxi, e caixa controladora (separado do falante- fica em área seca), a qual recebe os cabos externos vindo do Amplificador e Equalizador (não inclusos), e fazendo a conexão física ao falante-corda de nylon para subir e descer a caixa	17	USD 16.660,00
9	Prancha de Saltos Ornamentais da marca Duraflex-Maxiflex B Cheeseboard (o mesmo utilizado no Pan do Rio, e nas Ultimas 6 Olimpíadas), em duralumínio Aero Espacial,com 5 metros de comprimento (pranchão em duralumínio)	8	USD 28.872,00
10	Suporte "fulcro" feito em resina de epoxi e partes em metal, com regulagem de angulação do Salto, assim como suporte para a prancha .Sua função e receber a prancha de saltos e permitir a regulagem de angulação da prancha	8	USD 27.005,60
11	"Scoreboard P1", que mostra o tempo de posse de bola regressivo. Estrutura em alumínio e dígitos em LED cor vermelha- estrutura para receber dados do Sistema 6 através de sistema Wire Less (não incluso) .contem placa mãe, bateria, fonte de forca	5	USD 5.145,00
12	Sistema para Water Pólo completo, composto por um placar "Scoreboard 7 minutos" que mostra o tempo de jogo, placar dos 2 times-feito em Alumínio com dígitos em LED vermelho e conexão ao Sistema 6 para receber dados que podem ser enviados WireLess (não incluso) Com de Bateria e placa mãe na estrutura interna	5	USD 11.025,00
13	Sensores de revezamento, os quais são colocados nos blocos de partida, e com o intuito de marcar o pulo antecipado do nadador nos revezamentos e medir o tempo de resposta do mesmo. Estrutura em Alumínio com cabos e sensores piezoeletricos na estrutura. Conexão ao cabo central	20	USD 19.600,00
14	Sistema de Partida Champion complementar, com potencia maior e com tripé, que gera o sinal de largada para o nadador. Composto de estrutura em Alumino, pintada em epoxi, com bateria, placa mãe, alto falante, microfone.	1	USD 1.235,00
15	SCORE OLYMPEX DISPLAY FULL COLOR Com Leds coloridos, dimensionado para uso interno, com LEDs coloridos na distancia padrão de 21 mm e com capacidade gráfica para mostrar imagens, tempo, colocação dos nadadores, raias, tempo de passagens. Estrutura em Alumínio, e modular	1	USD 72.100,00
TOTAL			USD 567.803,20

RICARDO LEYSER GONÇALVES

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 388, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:
Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Eletrobrás Nuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Nuclebrás Engenharia S.A. - NUCLEN, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
Art. 2º Cabe à ELETRONUCLEAR notificar, no prazo de trinta dias, o empregado para se apresentar ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.
Art. 3º O empregado deverá se apresentar à ELETRONUCLEAR no prazo de trinta dias, contado da notificação a que se refere o artigo anterior.
Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.
Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ELETRONUCLEAR.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
356.686.107-30	ANTONIO LUIZ FERNANDES DA COSTA	04599.510016/2004-36
595.970.707-15	ELIAZAR DOS SANTOS DIAS	04599.510058/2004-77
098.840.417-68	GERALDO RODRIGUES MOREIRA	04599.510035/2004-62
100.043.007-34	PAULO SERGIO ALVES DA CRUZ	04599.510043/2004-17
046.816.907-59	SERGIO BARROS MARTA	04599.510049/2004-86

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA N° 770 , DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO INTERINO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM/MP n° 400, de 9 de setembro de 2010, e pela Portaria GM/MP nº 374, de 29 de outubro de 2009, e tendo em vista o disposto no § 1° do art. 12 do Decreto n° 6.693, de 12 de dezembro de 2008, e no § 2º do art. 5° do Decreto n° 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1 Divulgar o resultado, em percentual, da avaliação de desempenho institucional, por Unidade Administrativa, relativo ao período de 1° de março a 31 de agosto de 2011, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2° Para efeito da aplicação de cálculo de parcela institucional da avaliação de desempenho por Unidade Administrativa avaliada, consideram-se os seguintes percentuais:

I - Gabinete do Ministro - GM - cem por cento (100%);

II - Secretaria-Executiva - SE - cem por cento (100%);

III - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA - cem por cento (100%);

IV - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST - cem por cento (100%);

V - Departamento de Gestão do Acervo de Órgãos Extintos - DEAEX - cem por cento (100%);

VI - Departamento de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos - DERAP - cem por cento (100%);

VII - Assessoria Econômica - ASSEC - cem por cento (100%);

VIII - Consultoria Jurídica - CONJUR - cem por cento (100%);

IX - Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN - cem por cento (100%);

X - Secretaria de Gestão - SEGES - cem por cento (100%);

XI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI - cem por cento (100%);

XII - Secretaria de Orçamento Federal - SOF - cem por cento (100%);

XIII - Secretaria do Patrimônio da União - SPU - cem por cento (100%);

XIV - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI - cem por cento (100%); e

XV - Secretaria de Recursos Humanos - SRH - cem por cento (100%).

Parágrafo único.A média da avaliação de desempenho institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é de cem por cento (100%).

Art.3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 91, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de viabilizar a execução de despesas da ação "Investimento para a Qualificação de Atenção à Saúde e Gestão do SUS", as quais não podem ser atendidas com recursos da operação de crédito contratada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para o Projeto Qualisus-Rede; e

Considerando a não formalização, em tempo hábil, de operação de crédito referente ao contrato de empréstimo com o BIRD, alocada na dotação da ação "Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS"; e

Considerando a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, para o atendimento das despesas das referidas ações, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos e os identificadores de uso constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXOS

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0016	Gestão da Política de Saúde							46.024.771
		PROJETOS							
10 122	0016 7666	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS							46.024.771
10 122	0016 7666 0001	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS - Nacional							46.024.771
			S	3	2	90	0	151	2.760.090
			S	3	2	90	0	388	43.264.681
	1444	Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos							20.000.000
		PROJETOS							
10 305	1444 3994	Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS							20.000.000
10 305	1444 3994 0001	Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS - Nacional							20.000.000
			S	3	2	90	0	151	9.250.000
			S	3	2	90	0	388	9.250.000
			S	4	2	90	0	151	750.000
			S	4	2	90	0	388	750.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									66.024.771
TOTAL - GERAL									66.024.771

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0016	Gestão da Política de Saúde							46.024.771
		PROJETOS							
10 122	0016 7666	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS							46.024.771
10 122	0016 7666 0001	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS - Nacional							46.024.771
			S	3	2	41	0	148	43.264.681
			S	3	2	90	1	151	2.760.090
	1444	Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos							20.000.000
		PROJETOS							
10 305	1444 3994	Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS							20.000.000
10 305	1444 3994 0001	Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS - Nacional							20.000.000
			S	3	2	90	0	148	9.250.000
			S	3	2	90	1	151	9.250.000
			S	4	2	90	0	148	750.000
			S	4	2	90	1	151	750.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									66.024.771
TOTAL - GERAL									66.024.771

PORTARIA Nº 92, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de viabilizar a abertura de crédito adicional, cuja fonte de recurso da programação a ser cancelada é incompatível com o objeto da suplementação pretendida, em face das vinculações constitucionais e legais vigentes, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, no que concerne ao Ministério da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXOS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1073	Brasil Universitário							20.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364	1073 0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais							20.000.000
12 364	1073 0048 0604	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Aquisição de Equipamentos e Serviços - UERGS - No Estado do Rio Grande do Sul							10.000.000
			F	3	2	30	0	112	2.000.000
			F	4	2	30	0	112	8.000.000
12 364	1073 0048 0612	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Implantação de Campus Avançado da UERN em Apodi - RN							10.000.000
			F	4	2	30	0	112	10.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos							20.000.000
		ATIVIDADES							
12 366	1060 8790	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos							20.000.000
12 366	1060 8790 0001	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos - Nacional							20.000.000
			F	3	1	40	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1073	Brasil Universitário							20.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364	1073 0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais							20.000.000
12 364	1073 0048 0604	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Aquisição de Equipamentos e Serviços - UERGS - No Estado do Rio Grande do Sul							10.000.000
			F	3	2	30	0	100	2.000.000
			F	4	2	30	0	100	8.000.000
12 364	1073 0048 0612	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Implantação de Campus Avançado da UERN em Apodi - RN							10.000.000
			F	4	2	30	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos							20.000.000
		ATIVIDADES							
12 366	1060 8790	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos							20.000.000
12 366	1060 8790 0001	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos - Nacional							20.000.000
			F	3	1	40	0	112	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 93, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento do limite de movimentação e empenho constante do Anexo II da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	15.000	15.000
TOTAL		0	15.000	15.000

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092700097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15.000	0	15.000
TOTAL		15.000	0	15.000

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 94, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, incisos I e II e § 1º, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de movimentação e empenho de que tratam os Anexos I, II e IV do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
36000	Ministério da Saúde	500.000	334.000	834.000
TOTAL		500.000	334.000	834.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO IV DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
26000	Ministério da Educação	0	200.000	200.000
TOTAL		0	200.000	200.000

Fontes: 112, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	41.000	1.000	42.000
52000	Ministério da Defesa	884.000	0	884.000
TOTAL		925.000	1.000	926.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO IV

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	108.000	0	108.000
TOTAL		108.000	0	108.000

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO ACRE

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, Inciso III, da Portaria n.º 200, de 29 de julho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e, tendo em vista o disposto no art.º 18, § 1º, da Lei n.º 9636, de 15 de maio de 1998, com redação da pela Lei n.º 11.481, de 31 de maio de 2007, e, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo n.º 05540.002141/2010-53 resolve:

Art.1º Autorizar a Concessão de Direito Real de Uso Gratuito ao senhor Ribamar Ferreira de Brito, de imóvel urbano da União, com área de 266,76m² (duzentos e sessenta e seis metros quadrados e setenta e seis centímetros quadrados) para fins de regularização fundiária de interesse social, localizado à Travessa da Comara, n°18, Bairro Comara, município de Rio Branco/AC.

Parágrafo Único - O imóvel da União de que trata o caput deste artigo está registrado na serventia de registro de imóvel da Comarca de Rio Branco, matrícula nº 3776, Livro 2, folha 167 e cadastrado no SIAPA sob nº 01390100093-20.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se predominantemente à moradia de família de baixa renda, sendo tal concessão, dispensada de licitação (art. 17, I, "f" da Lei nº 8.666/93) e passível de transferência por ato inter vivos, ou por sucessão legítima ou testamentária, desde que previamente autorizada pela Superintendência do Patrimônio da União no Acre - SPU/AC.

Art. 3º Responderá o concessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao terreno de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º O imóvel será revertido automaticamente ao Patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas se, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 1º, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula do contrato de advindo desta portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLENILSON ARAÚJO FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 13, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, Inciso III, da Portaria n.º 200, de 29 de julho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e, tendo em vista o disposto no art.º 18, § 1º, da Lei n.º 9636, de 15 de maio de 1998, com redação da pela Lei n.º 11.481, de 31 de maio de 2007, e, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo n.º 05540.002143/2010-42 resolve:

Art.1º Autorizar a Concessão de Direito Real de Uso Gratuito ao senhor Antônio de Souza Lins, de imóvel urbano da União, com área de 353,48m² (trezentos e cinquenta e três metros quadrados e quarenta e oito centímetros quadrados) para fins de regularização fundiária de interesse social, localizado à Travessa da Comara, n° 48, Bairro Comara, município de Rio Branco/AC.

Parágrafo Único - O imóvel da União de que trata o caput deste artigo está registrado na serventia de registro de imóvel da Comarca de Rio Branco, matrícula nº 3776, Livro 2, folha 167 e cadastrado no SIAPA sob nº 01390100094-01.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se predominantemente à moradia de família de baixa renda, sendo tal concessão, dispensada de licitação (art. 17, I, "f" da Lei nº 8.666/93) e passível de transferência por ato inter vivos, ou por sucessão legítima ou testamentária, desde que previamente autorizada pela Superintendência do Patrimônio da União no Acre - SPU/AC.

Art. 3º Responderá o concessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao terreno de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º O imóvel será revertido automaticamente ao Patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas se, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 1º, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula do contrato de advindo desta portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLENILSON ARAÚJO FIGUEIREDO

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 43, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º, artigo 79 da Lei 9760/46, de 5 de setembro de 1946, bem como os elementos que integram o Processo nº 04941.001710/2010-68, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de um imóvel localizado na Rua 26 de Maio, 400, Centro, Barreiras/Ba, com área total de 708,96 m² e área construída de 261,66m².

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento da Gerencia Executiva do IBAMA em Barreiras/Ba.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo prazo de dez anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessíveis períodos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RITA MARIA RODRIGUES DA SILVA

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA GERAL
Em 26 de setembro de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Pelo arquivamento em razão de:

1.1 - Incidência da prescrição prevista §1º do art. 1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46215.011051/2007-27	014901293	B.C.P S/A	RJ
2	46215.011050/2007-82	014901285	B.C.P S/A	RJ
3	46215.027726/2007-50	015001831	B2b Comunicação e Marketing Ltda	RJ
4	46215.017901/2007-09	014949458	Baker Hughes do Brasil Ltda	RJ
5	46334.000991/2007-34	014907011	Balbina Ind. e Comércio De Móveis Ltda	RJ
6	46215.001436/2007-86	013974521	Banco do Brasil S/A	RJ
7	46215.021391/2007-66	014963957	Banco Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo	RJ
8	46215.000633/2007-88	014915511	Banco Itaú S/A	RJ
9	46228.000352/2007-86	011429763	Banco Itaú S/A	RJ
10	46228.001340/2007-79	011429925	Banco Itaú S/A	RJ
11	46228.000353/2007-21	011429771	Banco Itaú S/A	RJ
12	46231.000133/2007-48	013924834	Banco Itaú S/A	RJ
13	46215.000639/2007-55	013978501	Banco Itaú S/A	RJ
14	46231.000132/2007-01	013924826	Banco Itaú S/A	RJ
15	46215.006449/2007-41	014914620	Banco Santander - Banespa S/A	RJ
16	46215.004708/2007-08	014914522	Banco Santander Banespa S/A	RJ
17	46215.002184/2007-11	013987585	Banco Santander Banespa S/A	RJ
18	46215.009191/2007-35	014914409	Banco Santander Bovespa S/A	RJ
19	46215.009193/2007-24	014914417	Banco Santander Bovespa S/A	RJ
20	46215.004707/2007-55	014914557	Banco Santander Bovespa S/A	RJ
21	46215.025434/2007-82	014988097	Bar Cantinho de Madureira das Delícias Ltda	RJ
22	46215.025433/2007-38	014988101	Bar Cantinho de Madureira das Delícias Ltda	RJ
23	46215.001622/2007-15	014916304	Bar e Mercearia M. Lamachão Ltda ME	RJ
24	46215.007113/2007-04	014915898	Barao e Domingos Restaurantes Ltda	RJ
25	46670.000813/2007-92	014976579	Barbuda e Keka Com. de Drinks e Petiscos Ltda	RJ
26	46228.000072/2007-78	013971646	Barcelos e Cia Ltda	RJ
27	46228.000076/2007-56	013971689	Barcelos e Cia Ltda	RJ
28	46228.000074/2007-67	013971662	Barcelos e Cia Ltda	RJ
29	46228.000071/2007-23	013971638	Barcelos e Cia Ltda	RJ
30	46228.000077/2007-09	013971697	Barcelos e Cia Ltda	RJ
31	46228.000073/2007-12	013971654	Barcelos e Cia Ltda	RJ
32	46215.010053/2007-07	014929511	Bargoa S/A	RJ
33	46215.002913/2007-21	013966782	Barra Brasa Leblon Ltda	RJ
34	46215.011074/2007-31	011315202	Bauma Engenharia e Planejamento Ltda	RJ
35	46230.000491/2007-61	013879057	Bay Games de Niteroi Comercio Ltda - Me	RJ
36	46230.000490/2007-16	013879138	Bay Games de Niteroi Comercio Ltda - Me	RJ
37	46230.000492/2007-13	013879201	Bay Games de Niteroi Comercio Ltda - Me	RJ
38	46230.000488/2007-47	013879065	Bay Games de Niteroi Comercio Ltda - Me	RJ
39	46230.000489/2007-91	013879171	Bay Games de Niteroi Comercio Ltda - Me	RJ
40	46230.000493/2007-50	013879197	Bay Games de Niteroi Comercio Ltda - Me	RJ
41	46230.000487/2007-01	013879189	Bay Games de Niteroi Comercio Ltda - Me	RJ
42	46215.003705/2007-49	013974581	Bayer S/A	RJ
43	46334.000267/2007-19	013962612	Bayer S/A	RJ
44	46215.003706/2007-93	013974548	Bayer S/A	RJ
45	46215.004430/2007-61	013959174	Bayer S/A	RJ
46	46215.003703/2007-50	013974564	Bayer S/A	RJ
47	46215.004432/2007-50	013959166	Bayer S/A	RJ
48	46215.004431/2007-13	013959182	Bayer S/A	RJ
49	46215.004429/2007-36	013959191	Bayer S/A	RJ
50	46334.000343/2007-88	013949292	Bayer S/A	RJ
51	46215.003704/2007-02	013974572	Bayer S/A	RJ
52	46334.000346/2007-11	013949314	Bayer S/A	RJ
53	46215.015190/2007-20	013838156	Bazar Novo Maravilha Ltda - Me	RJ
54	46215.006302/2007-51	013933744	Bazar Three Hair Ltda	RJ
55	46670.000795/2007-49	014975912	Belas Artes Pedras e Materiais de Construção Ltda ME	RJ
56	46670.000794/2007-02	014975921	Belas Artes Pedras e Materiais De Construção Ltda ME	RJ
57	46215.021856/2007-89	014903563	Bento Lisboa 106 B Empreendimento Imobilário S/A	RJ
58	46215.021858/2007-78	014903571	Bento Lisboa 106 B Empreendimento Imobilário S/A	RJ
59	46313.002152/2007-07	014965534	Bergitex Indústria Têxtil Ltda	RJ
60	46334.000683/2007-17	014909596	Bermatel Alimentos Ltda	RJ
61	46334.000684/2007-53	014909600	Bermatel Alimentos Ltda	RJ
62	46215.006661/2007-17	013978641	Bermatel Alimentos Ltda	RJ
63	46215.002552/2007-12	013977547	Better Plus Consultoria Empresarial Ltda	RJ
64	46215.005448/2007-80	014911302	Better Seleção de Pessoal e Eventos Ltda	RJ
65	46215.004291/2007-75	013988867	Bicho A Rigor Centro de Estética Canina Ltda	RJ
66	46215.019431/2007-18	014979764	Bicho Fofo Artigos para Animais Ltda	RJ
67	46215.019430/2007-65	014933501	Bicho Fofo Artigos para Animais Ltda	RJ
68	46334.004485/2007-14	015050734	Big Truck Mecânica de Caminhões e Transportes Ltda	RJ
69	46231.001006/2007-66	013926888	Bijoteria da Praça Comercial Ltda	RJ
70	46334.002909/2007-14	014997843	Bontike Comércio de Utilidades do Lar 199 Ltda	RJ
71	46334.003901/2007-67	14998971	Botica Antiqua Farmacia de Manipulação Ltda - Me	RJ
72	46215.007807/2007-33	013973576	Brascan Imobiliaria, Engenharia e Construções S/A	RJ
73	46215.001298/2007-35	013954725	Brascov do Recreio Reboques Ltda	RJ
74	46215.001299/2007-80	013954733	Brascov do Recreio Reboques Ltda	RJ
75	46215.009570/2007-25	014926598	Braservis Ltda	RJ
76	46215.011872/2007-63	014932776	Brasfels S/A	RJ
77	46215.011871/2007-19	014932768	Brasfels S/A	RJ
78	46334.000070/2007-71	013969790	Brasil Transportes Intermodal Ltda	RJ
79	46334.000069/2007-47	013969803	Brasil Transportes Intermodal Ltda	RJ
80	46230.000808/2007-69	013980068	Brasitest Ltda	RJ
81	46230.000809/2007-11	013980076	Brasitest Ltda	RJ
82	46215.009686/2007-64	013977032	Breda Transportes e Turismo Rio Ltda	RJ
83	46231.001008/2007-55	013926918	Breder Transp. e Com. de Materiais de Construção Ltda	RJ
84	46670.000918/2007-41	014976455	Brincando Com os Lapis em Buzios Ltda - Me	RJ
85	46231.001187/2007-21	013926616	Brindes MS de Friburgo Ltda	RJ
86	46231.001188/2007-75	013926632	Brindes MS de Friburgo Ltda	RJ
87	46334.003125/2007-03	014951029	Brinmaq Serviços e Com. de Máquinas e Fabricação de Brinquedos Ltda	RJ
88	46334.003778/2007-84	014999137	Brita Corrida Pav. Comércio e Construção Ltda	RJ
89	46334.001747/2007-99	014908875	Broker Logistica Integrada Ltda	RJ
90	46215.010757/2007-71	014923874	Bruno S. Tausz Canil de Adestramento	RJ
91	46215.010756/2007-27	014923866	Bruno S. Tausz Canil de Adestramento	RJ
92	46215.019912/2007-15	014977770	BTI Produtos e Serviços Ltda	RJ
93	46215.019913/2007-60	014977788	BTI Produtos e Serviços Ltda	RJ
94	46215.019914/2007-12	014977796	BTI Produtos e Serviços Ltda	RJ
95	46215.011164/2007-22	013960695	By Truck Comércio e Serviços de Motores Ltda	RJ
96	46215.012673/2007-72	014923971	Pontal Country Clube	RJ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2) Não conhecimento da prescrição.
2.1 Pela reforma da decisão de arquivamento pela prescrição do art. 1º A da Lei 9873/99.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46291.000549/2003-28	006959539	Domingos Alves e Filhos	RN
2	46291.000365/2003-68	006956785	Edmundo Fernandes de Castro	RN
3	46291.000555/2003-85	006956921	Edmundo Fernandes de Castro	RN
4	46291.000385/2003-39	006944728	EMES - Empresa Mossoroense de Ensino Ltda	RN
5	46291.000375/2003-01	006939589	Escolas Integradas de Mossoró Ltda	RN
6	46291.000916/2003-93	009629572	Escolas Integradas de Mossoró Ltda	RN
7	46291.000257/2003-95	006945724	Everaldo Rodrigues Rebouças	RN
8	46291.000258/2003-30	006945708	Everaldo Rodrigues Rebouças	RN
9	46217.002720/2003-26	006951449	F N de Souza Ind. Com. e Serviços	RN
10	46217.002721/2003-71	006951457	F N de Souza Ind. Com. e Serviços	RN
11	46217.006807/2003-72	009626514	F. A. Araujo Indústria e Comércio	RN
12	46217.000086/2003-97	006949100	F. Antonio Soares	RN
13	46217.001791/2003-10	006940331	F. F. Distribuidora de Medicamentos e Material Hospitalar Ltda	RN
14	46217.005232/2003-71	006954201	Fabia Consuhele Gomes Lopes	RN
15	46247.001880/2003-58	006937462	Fasolak Empreendimentos de Lazer e Tursimo Ltda	RN
16	46217.001853/2003-85	006936717	Francisco de Assis Pinheiro de Araujo	RN
17	46217.001837/2003-92	006941681	Francisco Edson Carvalho	RN
18	46217.005372/2003-49	009623124	Freire e Santos Ltda	RN
19	46217.003731/2003-23	003518167	G. de Cássia Tenório Silva - M e R Self Service	RN
20	46217.003137/2003-32	006954090	Geraldo André Chatelain	RN
21	46217.001852/2003-31	006936695	Geraldo Pinheiro de Araújo	RN
22	46217.001858/2003-16	006939554	Geraldo Pinheiro de Araújo	RN
23	46217.001859/2003-52	006939562	Geraldo Pinheiro de Araújo	RN
24	46217.004358/2003-28	006959547	Gerdan Com. e Ind. de Madeiras Ltda	RN
25	46217.002127/2003-80	006951872	Golandim Comércio de Carnes	RN
26	46217.004601/2003-16	006941443	Gremio Recreativo do Empregados da TELERN	RN
27	46217.002918/2003-18	006955380	H. B. de Oliveira Fabricação	RN
28	46217.002913/2003-87	006927891	I M Oliveira	RN
29	46217.002961/2003-75	006955908	Indústria Paulista de Bebidas e Refrigerantes Ltda	RN
30	46217.004290/2003-87	006959105	Irmãos Escóssia Ltda	RN
31	46217.005968/2003-49	006958745	J & F Serviços Ltda	RN
32	46217.001712/2003-62	009641648	José Oliveira de Barros Serralharia	RN
33	46217.001713/2003-15	006941630	José Oliveira de Barros Serralharia	RN
34	46217.001714/2003-51	006941621	José Oliveira de Barros Serralharia	RN
35	46217.003576/2003-45	006952968	K F L Araujo	RN
36	46217.000413/2003-19	006950051	Korages - Centro Educacional Coração de Jesus Ltda	RN
37	46291.000951/2003-11	009629742	Salete Pereira Gomes	RN
38	46291.00822/2003-14	006958362	Sociedade Pan Médica Ltda	RN
39	46291.000591/2003-49	006959091	Somoveis Ltda	RN

HÉLIDA ALVES GIRÃO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
DIRETORIA
SECRETARIA-GERAL
UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DA CHEFE
Em 23 de setembro de 2011

Nº 33 - CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RETE nº 001/2011-AP-ODSE-082-11-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.001888/2011-11, instaurado em 12 de maio de 2011, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 082/2011-UARBL, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) à EMPRESA DE NAVEGAÇÃO J. CÉLIO SOUZA FONSECA - ME por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXIII, da Resolução n° 912/ANTAQ.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIA Nº 277, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Deliberação nº 158, de 12 de maio de 2010, Resolução ANTT nº 2.695/08 e no que consta do Processo nº 50510.004923/2011-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cemig Distribuição LTDA. a realizar obras de implantação de 03 (TRÊS) travessias aéreas de energia elétrica, sobre os km's 527+960m, 573+720m e 574+120m, no Município de Raposos/MG, na malha concedida à FCA.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eficácia dessa autorização fica condicionada à apresentação, pela Ferrovia Centro Atlântica - FCA, do contrato entre a Concessionária e a empresa interessada, assinado, alterando a Cláusula Quarta - Prazo - para 15 (quinze) anos, limitando a vigência do Contrato em comento à vigência do Contrato de Concessão.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada acordada em R$ 6.978,37 (seis mil, novecentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos) anuais, por travessia, a título de remuneração pela utilização da faixa de domínio, que serão anualmente reajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária.

Art. 4º A Concessionária deverá informar à ANTT a data de início e de conclusão das obras em epígrafe.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

PROCESSO N° 0.00.000.002023/2010-39
ASSUNTO: Procedimento de Controle Administrativo - PCA
RELATOR: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
REQUERENTE: Maria Isabela Santoro Caldari Matsubara
ADVOGADO: José Guilherme Santoro Caldari e José Roberto Caldari
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
DECISÃO
(...)Nesse sentido, não houve cumprimento do art. 108 do RICNMP, cuja prescrição diz respeito à necessidade de indicação clara e precisa do ato impugnado na petição inicial, o que não se verifica no caso em análise.

Ante o exposto, indefiro a petição inicial por sua inépcia, sem julgamento do mérito e determino o arquivamento do presente feito.

CONSELHEIRO ALMINO AFONSO
Relator

DECISÃO DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

PROCESSO: PP nº 0.00.000.000672/2011-86
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Patrícia Girelli
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
DECISÃO
(...)De acordo com o disposto no art. 39, § 2°, do RICNMP, as petições, representações ou notícias encaminhadas a este Conselho somente serão conhecidas se acompanhadas de qualificação do autor, contendo nome e endereço completo, número de documento de identidade, inscrição no CPF ou no CNPJ, além de apresentação de cópia dos respectivos documentos. Portanto, mostra-se de rigor o arquivamento do procedimento.

Ante todo o exposto, deixo de conhecer do presente Pedido de Providências e determino seu arquivamento com fulcro no art. 46, X, "a", do RICNMP.

Intime-se.

CONSELHEIRO MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

PROCESSO: PCA nº 0.00.000.001348/2010-02
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Maria José dos Santos
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
DECISÃO
(...)Diante do exposto, determino o arquivamento do presente Procedimento de Controle Administrativo, com fulcro no art. 46, X, "b", do RICNMP.

Intime-se.

CONSELHEIRO MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

DECISÃO LIMINAR DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Revisão de Processo Disciplinar 0.00.000.001122/2011-84
RELATOR: CONS. ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
REQUERENTE: SILVIA REGINA BECKER PINTO
REQUERIDO: COLÉGIO DE PROCURADORES DO MP/RS
DECISÃO LIMINAR
(...)Ante o exposto, indefiro o provimento liminar requerido.

Oficie-se ao Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca dos fatos narrados nesta Revisão de Processo Disciplinar.

CONSELHEIRO ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Relator

DECISÃO LIMINAR DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.002363/2010-60
Relator: Conselheiro José Lázaro Guimarães
Requerente: João Carlos Lopes Nunes
Requerido: Ministério Público da União
DECISÃO LIMINAR
(...)Ademais, os presentes autos já se encontram pautados para julgamento deste de 20 de setembro de 2011, com possibilidade de exame de mérito, pelo Plenário deste Conselho Nacional, na 10ª Sessão Ordinária datada de 18 de outubro de 2011.

Ante o exposto, indefiro a medida liminar pleiteada pelo peticionário.

Comunique-se o requerente.

Publique-se".

JOSÉ LÁZARO GUIMARÃES,
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 7, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.002.000042/2011-43 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a regularidade do corpo discente do curso de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Mato Grosso do campus de Sinop, bem como determinar:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à PFDC, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências: 2. a adoção das seguintes diligências:

2.1) expedição de ofício à Unemat - Campus Sinop, requisitando que, em 10 (dez) dias, informe:

a) a razão pela qual ainda não realizou concurso público para professores do curso de Engenharia Civil do campus de Sinop-MT e quando fará tal concurso;

b) critérios de seleção e contratação, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro, principalmente quanto ao curso de Engenharia Civil.

c) quais e quantos professores do curso têm no mínimo pós-graduação stricto sensu ou lato sensu, conforme determinação legal;

d) quais professores do curso de Engenharia Civil estão sob regime de dedicação exclusiva e se estão efetivamente prestando esse serviço e/ou como estão sendo supridos a sua falta, e ainda, se o mínimo de 20% (art. 3º, I, da Res. 10/2007-MEC) está sendo cumprido.

2.2) expedição de ofício ao MEC, solicitando que, em 10 (dez) dias, informe:

a) como é realizada a fiscalização do cumprimento da carga horária dos cursos superiores, em especial da UNEMAT - Campus Sinop/MT, tendo em vista denúncias quanto ao curso de Engenharia Civil de que o conteúdo de um semestre está sendo ministrado em apenas um mês, pois os professores não residem no Município ou no Estado.

b) como é feita a cobrança e fiscalização da titulação do corpo docente das faculdades e em que caso é permitido professores sem nenhuma especialização, e se a UNEMAT - campus Sinop/MT - Engenharia Civil - está de acordo com as normas.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 12, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.001235/2007-55 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a regularidade do uso de máquinas agrícola adquiridas com recursos federais (Convênio SIAFI 444486) pelo Município de Guarantã do Norte/MT, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências:

2.1) oficiar à Prefeitura do Município de Guarantã do Norte/MT, com cópia das fls. 16/17, requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, que informe se era cobrado pela utilização das máquinas adquiridas através dos procedimentos licitatórios: Cartas Convites nº 027/2002 e 026/2001 e dispensa de licitação 4409/2002, bem como o nome e qualificação do técnico responsável pelo uso dos equipamentos hoje e à época dos fatos (ano junho/julho de 2003);

2.2) Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarantã do Norte solicitando que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se há cobrança pela utilização das seguintes máquinas de posse de Prefeitura de Guarantã do Norte adquiridas com recursos federais:

a) trator agrícola de pneus 4x2, 04 cilindros, 86 CV, Massey-Fergusson

b) conjunto de lâmina com concha pá hidráulica Baldan

c) plantadeira e adubadeira 06 linhas para milho e soja Baldan

d) colhedora de forragens Siltomac Mod CF 730 A-10, série BNI-73;

e) roçadeira hidráulica - RH 1500 Avare, Inronda, 2002;

2.3) ao Ministério Público Estadual em Guarantã do Norte para que informe se tem conhecimento da cobrança pela Prefeitura em razão do uso das seguintes máquinas pelos agricultores:

a) trator agrícola de pneus 4x2, 04 cilindros, 86 CV, Massey-Fergusson

b) conjunto de lâmina com concha pá hidráulica Baldan

c) plantadeira e adubadeira 06 linhas para milho e soja Baldan

d) colhedora de forragens Siltomac Mod CF 730 A-10, série BNI-73;

e) roçadeira hidráulica - RH 1500 Avare, Inronda, 2002;

2.4) ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com cópia das fls. 05, 08/11 e 17/18, para que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, se, atendendo a recomendação da CGU, realizou campanha junto às associações de produtores e demais interessados acerca da disponibilização dos recursos e a finalidade dos mesmos, para que estes possam reconhecer seus direitos e usufruir benefícios.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 21, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Peças de informação nº 1.35.000.001323/2011-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes das presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

PEÇAS DE INFORMAÇÃO: Ofício nº 163/2011 da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público do estado de Sergipe, de 08 de setembro de 2011.

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS): Municípios do Estado de Sergipe.

RESUMO: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas federais oriundas do Fundo Nacional de Assistência Social, no âmbito do Estado de Sergipe.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanha como inquérito civil.

Oficie-se ao Tribunal de Contas da União no Estado de Sergipe, requisitando informações sobre os municípios sergipanos que se enquadram na situação irregular descrita no Acórdão nº 1361/2011 TCU - Plenário, no prazo de 10 (dez) dias.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

PABLO COUTINHO BARRETO

PORTARIA Nº 39, DE 20 DE ABRIL DE 2010

Expediente: PR-AM-00003751/2010. Assunto: EDUCAÇÃO

Síntese: Ausência de acessibilidade para pessoas com deficiência nos prédios da Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro). Representante: REJANE MARIA DE ARAÚJO. Representado: FAMETRO. Data prevista para finalização: 19/04/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos nos termos do art. 11, da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127 e 129, III, da CF/88;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, conforme o inciso II do art. 129 da CF/88;

CONSIDERANDO que o Brasil, por meio do Decreto nº 3.956/01, promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Pessoas Portadoras de Deficiência e, partindo da premissa de que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e liberdades fundamentais que outras, estabelece, entre outros compromissos, a eliminação de barreiras arquitetônicas que comprometem o acesso e materializam a discriminação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 1°, incisos II e III, estabelece a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil, além de prever, em seu artigo 3°, IV, como objetivo fundamental do Brasil, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

CONSIDERANDO que o Texto Maior, em seu artigo 5°, caput, consagra o Princípio da Igualdade, sustentáculo de um Estado Democrático de Direito, vedando discriminações de qualquer natureza;

CONSIDERANDO que a educação, segundo dispõe o artigo 205 da Constituição Federal, é um direito de todos, devendo ser promovida e incentivada pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade, em prol do pleno desenvolvimento da pessoa, viabilizando o exercício da cidadania e a qualificação profissional;

CONSIDERANDO que a educação, consoante o artigo 209 da Constituição Federal, é livre à iniciativa privada, desde que sejam observadas as normas gerais da educação nacional, bem como autorizadas e avaliadas pelo Poder Público;

CONSIDERANDO que a Lei n° 9.394/96, versando sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elege em seu artigo 3°, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como um dos princípios da Educação Nacional e, consoante o artigo 2° da Lei n° 7.853/89, ao Poder Público e seus órgãos cabem assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive o direito à educação;

CONSIDERANDO que a Lei n° 10.098/00, além de estabelecer regras gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, prevê em seu artigo 5° a utilização das normas da ABNT como parâmetro na promoção de acessibilidade;

CONSIDERANDO que o Decreto n° 5.773/06, dispondo sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior, estabelece, em seus artigos 14, inciso III; 22, §2°; 29, inciso III; 35, §1°, inciso I e 41, §2°, respectivamente, a verificação in loco pelo Instituto Nacional de Estudos e e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) nos processos de credenciamento de instituições de ensino superior, renovação do credenciamento, autorização de cursos, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos;

CONSIDERANDO que o Decreto supra citado, em seu artigo 16, inciso VII, alínea "c", prevê a necessidade de um plano de promoção de acessibilidade nas edificações das instituições de educação superior como condição para o pedido de credenciamento;

CONSIDERANDO que a Portaria n° 3.284/03 do Ministério da Educação, ao dispor sobre os requisitos de acessibilidade para instruir os processos de credenciamento de instituições de ensino superior, autorização e reconhecimento de cursos superiores, estabelece em seu artigo 2° as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre acessibilidade como referência;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas aos procedimentos da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), que inclui, dentre outras matérias, a educação, com espeque no art. 10, I, "h" da Resolução nº 01/06 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a representação reduzida a termo da Senhora REJANE MARIA DE ARAÚJO, dando conta que, após cirurgia em seu joelho, passou a andar com muletas e, por isso, ficou impossibilitada de continuar a frequentar as aulas de seu curso de psicologia na Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro), pois tal curso é ministrado no 4º andar do prédio da faculdade, e o prédio é desprovido de elevador,

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto "Ausência de acessibilidade para pessoas com deficiência nos prédios da Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro)".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE:

I - encaminhe-se à COORJU para registro no âmbito da PR/AM;

II - comunique-se a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - após, expeça-se ofício à Comissão Permanente de Acessibilidade da Prefeitura de Manaus, a fim de que verifique, em trinta dias, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física nos prédios da Fametro;

IV - expeça-se ofício ao Diretor-Geral da Fametro para que tome ciência deste ICP e forneça informações atualizadas sobre acessibilidade nos prédios da Fametro para pessoas com deficiência física, no prazo de dez dias úteis;

V - expeça-se ofício ao Secretário-Executivo do Ministério da Educação, a fim de que informe a este Parquet, no prazo de dez dias úteis, se houve vistoria in loco nos prédios da Fametro para se verificar a acessibilidade para as pessoas com deficiência física, conforme prevê a legislação;

VI - fica designado o servidor JOÃO PAULO RODRIGUES DA SILVA para secretariar os trabalhos;

VII - afixe-se cópia desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de dez dias.

LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA

PORTARIA Nº 311, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000245/2011-12. Interessados: Régis Antônio Bastian, Conselho Regional de Contabilidade do RS. Assunto: DIREITOS DO CIDADÃO - Verificar a regular atuação do Conselho Regional de Contabilidade do RS, no que concerne ao devido cumprimento de disposições referentes à prestação de Exame de Suficiência por Técnicos em Contabilidade, conforme previsto pelo Decreto-Lei n° 9.295/1946, alterado pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando representação encaminhada por Régis Antônio Bastian, por meio de correio eletrônico, em 25 de agosto de 2011;

Considerando que tal representação versa sobre suposta exigência irregular da prestação de Exame de Suficiência por Técnicos em Contabilidade, como condição prévia ao exercício da profissão, pelo Conselho Regional de Contabilidade do RS;

Considerando que o art. 12, caput e §2º, do Decreto-Lei n° 9.295/1946, alterado pela Lei n° 12.249/2010, dispõe que "os técnicos em contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade e os que venham a fazê-lo até 1° de junho de 2015 têm assegurado o seu direito ao exercício da profissão", independentemente de aprovação em Exame de Suficiência;

Considerando que, dessa forma, a exigência da aprovação em Exame de Suficiência pelo CRC/RS como condição para exercício da profissão, também expressa na Resolução CFC n° 1.301/2010 (art. 5°, inciso IV), estaria em desacordo com a legislação vigente, e afrontaria o princípio constitucional do direito ao livre exercício da profissão (art. 5°, inciso XIII, da CFB);

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, "a" e "d", e o art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção dos direitos constitucionais, bem como de "outros interesses individuais, indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

Considerando que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais, resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Subcoordenadoria Jurídica, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

- Oficiar ao Conselho Regional de Contabilidade do RS, encaminhando cópia da representação, para que se manifeste sobre as supostas irregularidades apontadas, e esclareça se está sendo atualmente exigido dos Técnicos em Contabilidade a aprovação em Exame de Suficiência como pré-requisito ao exercício da profissão, mesmo não existindo lei, em sentido estrito, exigindo esse requisito;

- Comunicar à PFDC a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

Após cumpridas as determinações, e recebidas as informações pertinentes, venha o procedimento concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 332, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Instaura o Inquérito Civil Público n. 1.29.000.000274/2011-96

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos constitucionais do cidadão visando à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública (art. 5º e seguintes da Lei Complementar n. 75/93);

CONSIDERANDO o teor da Representação nº 1.29.000.000274/2011-96, que relata que equipamento radiológico adquirido com recursos obtidos por meio do Convênio n. 2971/2001, firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de Palmares do Sul, não foi colocado em funcionamento;

CONSIDERANDO que a não utilização do aparelho vem acarretando prejuízos à população do Município, que sequer dispõe de aparelho similar em atividade;

CONSIDERANDO que, em virtude do quanto noticiado supra, a Divisão de Convênios e Gestão/RS do Ministério da Saúde tornou sem efeito o parecer que havia aprovado a prestação de contas e notificou o atual e o ex-gestor quanto à necessidade de reposição ao erário dos recursos repassados;

CONSIDERANDO que o ex-Prefeito Municipal notificado pela não execução do convênio solicitou prazo à Divisão de Convênios e Gestão do Fundo Nacional de Saúde no RS (DICON/RS) para providenciar a instalação do aparelho no Município, o que foi deferido;

CONSIDERANDO que a Divisão de Convênios e Gestão/RS realizará nova vistoria in loco em 1º/10/2011 para verificar se foi efetivada a instalação do aparelho;

CONSIDERANDO que a instalação e operação do aparelho radiológico é medida indubitavelmente benéfica à população de Palmares do Sul;

Converto o Procedimento Administrativo n. 1.29.000.000274/2011-96 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto "a adoção de medidas tendentes à colocação em funcionamento do aparelho de raio-x adquirido pelo Município de Palmares do Sul com recursos do convênio nº 2971/2001, firmado com o Ministério da Saúde".

Autue-se. Inclua-se a presente Portaria no Banco de Dados da PFDC.

Remeta-se cópia desta Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para fins de conhecimento e publicação.

Acautelem-se os autos até 01/10/2011, prazo assinalado pelo DICON/RS. Após, oficie-se ao DICON/RS, solicitando que encaminhe as conclusões da vistoria in loco realizada no Município de Palmares do Sul no sentido de averiguar a execução do convênio 2971/2011.

Com a resposta da DICON, e tendo em vista a possibilidade de caracterização de improbidade administrativa, encaminhe-se cópia das principais peças ao Núcleo do Patrimônio Público da PR/RS.

ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS

PORTARIA Nº 456, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

Considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

Considerando que o presente procedimento, instaurado nesta Procuradoria da República com o escopo de apurar possíveis irregularidades no processo seletivo pra mestrado em Educação Rural oferecido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converta-se em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO o procedimento administrativo nº 1.30.012.000161/2011-31, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Reitere-se o ofício ao Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARCIA MORGADO MIRANDA

PORTARIA Nº 535, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando as informações contidas nas peças de informação n° 1.33.000.000572/2011-53;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil, com o seguinte descritor:

PRDC. MEIOS DE COMUNICAÇÃO. INCITAÇÃO À VIOLÊNCIA. Propaganda nazista no jogo online "perfect world".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.20.000.018637/2011-75 1.15.000.001266/2011-52 1.26.000.001804/2011-25
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.26.000.000525/2010-63 1.22.014.000107/2009-22 1.28.000.001140/2011-20
1.16.000.003243/2011-45
Wagner de Castro Mathias Netto
1.26.000.000409/2011-25 1.22.014.000034/2011-93 1.15.000.000352/2011-48
Total de procedimentos distribuídos: 010

AUREA MARIA ETELVINA NOGUEIRA LUSTOSA PIERRE
Subprocuradora-Geral da República
Membro Titular e Coordenadora
Em exercício

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:
Wagner de Castro Mathias Netto
1.23.001.000237/2010-19
Total de procedimentos distribuídos: 001

AUREA MARIA ETELVINA NOGUEIRA LUSTOSA PIERRE
Subprocuradora-Geral da República
Membro Titular e Coordenadora
Em exercício

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.26.001.000082/2008-86 1.26.001.000145/2009-85 1.22.007.000018/2011-90
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.26.001.000012/2011-23 1.33.005.000308/2011-70 1.27.000.002017/2011-63
Wagner de Castro Mathias Netto
1.26.001.000135/2011-64 1.33.001.000372/2010-18
Total de procedimentos distribuídos: 008

AUREA MARIA ETELVINA NOGUEIRA LUSTOSA PIERRE
Subprocuradora-Geral da República
Membro Titular e Coordenadora
Em exercício

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:
Wagner de Castro Mathias Netto
1.26.000.001411/2003-10 1.14.000.001713/2010-20
Total de procedimentos distribuídos: 002

AUREA MARIA ETELVINA NOGUEIRA LUSTOSA PIERRE
Subprocuradora-Geral da República
Membro Titular e Coordenadora
Em exercício

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 33, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL nº 1.34.006.000283/2011-67, com o objetivo de apurar supostas irregularidades cometidas pela empresa CAPER que administra o Condomínio Residencial das Camélias, na cidade de Itaquaquecetuba/SP, sendo este empreendimento operacionalizado pela Caixa Econômica Federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Oficie-se a Caixa Econômica Federal requisitando informações sobre o conteúdo das afirmações constantes da representação;

5) Após, tornem conclusos.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 36, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o teor do procedimento administrativo nº 1.14.007.000014/2011-83, que contém notícias de irregularidades no oferecimento do curso de Serviço Social a distância oferecido pela UNOPAR;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados;

CONSIDERANDO que expirou o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução CSMPF nº 87, de 3 de agosto de 2006, com a redação que lhe fora concedida pela Resolução CSMPF nº 106, de 6 de abril de 2010;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, converter o procedimento administrativo nº 1.14.007.000014/2011-83 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil Público, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apura supostas irregularidades no oferecimento do curso de serviço social na modalidade de ensino à distância pela UNOPAR"

TEMÁTICA: Consumidor

CÂMARA : 3ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) oficie-se a Secretaria de Regulação de Ensino à Distância do MEC, requisitando que se manifeste, no prazo de 30 dias, sobre as alegações de irregularidades na prestação do curso de Serviço Social à distância pela UNOPAR, instaurando, se necessário, o regular procedimento administrativo para apuração de tais fatos.

Nomeio o Técnico Administrativo Leylane Santana do Nascimento Bahia, lotada nesta Procuradoria, para exercer função de Secretária no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

PORTARIA Nº 155, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, promover ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à ordem econômica e financeira, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor, segundo o art. 6º, VII, c e XIV, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando o teor da Lei Federal nº 11.975/2011; que dispõe que as passagens de ônibus interestaduais e intermunicipais são válidas por um ano, a partir da data da compra, podendo o usuário exigir a remarcação ou o reembolso de seu bilhete;

d) Considerando que compete à Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT, autarquia em regime especial vinculada ao Ministério dos Transportes, regular e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros;

e) Considerando documentação constante aos autos que indicam que a referida legislação não estaria sendo cumprida no terminal rodoviário de Governador Valadares, MG;

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil destinado a instar a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT a fiscalizar o cumprimento da Lei Federal nº 11.975/2010 no terminal rodoviário de Governador Valadares, MG.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, mantendo-se na capa dos autos e no "ÚNICO" as anotações já efetuadas.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para comunicar, através do e-mail: iniciais@prmg.mpf.gov.br e 6camara@pgr.mpf.gov.br, em cumprimento ao disposto no art. 9º § 9º e art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio desta portaria em anexo;

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

BRUNO COSTA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 302, DE 24 DE AGOSTO DE 2011

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000240/2011-81. Interessados: Elenira Aparecida Bossle Kohls, Círculo Operário Caxiense e ANS. Assunto: CONSUMIDOR - Transferência Plano de Saúde empresarial. Não cobertura de doença ou lesão preexistente. Sucessão de Planos.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando o teor da representação apresentada por Elenira Aparecida Bossle Kohls referente a não cobertura de doença ou lesão preexistente (DLP) anteriormente coberta em seu plano coletivo em razão de transferência do plano empresarial;

Considerando que tal representação versa sobre normas referente a transferência de planos de saúde empresariais, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar;

Considerando que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais;

Resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Secretaria do 3º Ofício, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

- Oficiar ao Círculo Operário Caxiense para que manifeste-se quanto ao teor da representação, especialmente no que diz respeito a cobertura parcial temporária referente a doenças pre-existentes, por ocasião da transferência do Plano Empresarial da Associação Educacional Nossa Senhora de Caravaggio do Pro-Salute Serviços para a Saúde Ltda. (Fátima) para essa operadora;

- Oficiar à Associação Educacional Nossa Senhora de Caravaggio para que informe sobre a data do término do contrato do plano de saúde empresarial com a Pro-Salute Serviços para a Saúde Ltda e de início do contrato com o Círculo Operário Caxiense e, se ao contratar esse, foi estabelecida alguma tratativa para que fosse considerada a carência cumprida no antigo plano pelos beneficiários e/ou informado pela contratada sobre a necessidade de cumprimento de nova carência pelos beneficiários e de prazo quanto a Cobertura Parcial Temporária;

- Oficiar à Agência Nacional de Saúde Suplementar para que informe sobre regularidade da exigência do cumprimento de prazo de vinte e quatro meses no caso de Cobertura Parcial Temporária quando já houve cumprimento do referido prazo anteriormente, quando da sucessão de planos de saúde coletivos empresariais;

- Comunicar à 3ª CCR a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

Após cumpridas as determinações, e recebidas as informações pertinentes, venha o procedimento concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 52, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, José Lucas Perroni Kalil, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 6º, VII, "c", da Lei Complementar Nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando a informação, veiculada por usuários de transporte interestadual, residentes em Estiva/MG, de que houve a proibição de a Viação Santa Cruz de operar o trecho entre o trevo de Estiva da Rodovia Fernão Dias até São Paulo, sendo que os horários operados pela Viação Bragança seriam insuficientes para atendimento da demanda;

Considerando que o direito de ir e vir é constitucional e qualquer redução em serviço público antes prestado acarreta em inaceitável retrocesso social, situação vedada implicitamente pela Constituição da República;

Considerando que a situação levada a conhecimento do Ministério Público Federal, se confirmada, afeta não somente ao acesso à saúde da população que realiza tratamento fora do domicílio, mas também a economia popular (por o passageiro chegar a ter de, desnecessariamente, vir a Pouso Alegre para depois ir a São Paulo) e também o turismo na região;

Resolve instaurar, nos termos do art. 2º, II, da Resolução Nº 23/2007 do CNMP, o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Proceda-se os registros de praxe do presente procedimento administrativo como Inquérito Civil Público no sistema ARP de controle desta PRM-Pouso Alegre/MG;

2. Remeta-se, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da presente portaria à 3º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF);

3. Oficie-se ao escritório da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - em Pouso Alegre, dando-lhe ciência do teor da presente Portaria, bem como da tramitação do presente inquérito, facultando-lhe, no prazo de 15 (quinze) dias, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas, bem como formular alegações e apresentar documentos, em analogia aos termos do art. 3º da lei n.º 9.784/99, ou ainda manifestar vontade de ter representante seu ouvido nesta Procuradoria da República, para nesta oportunidade apresentar sua defesa ou assinar termo de ajustamento de conduta. No mesmo ofício, solicitar informe da possibilidade de, ante o ocorrido, abrir-se, por meio de termo de ajustamento de conduta com esta Procuradoria da República, uma célere concorrência entre as empresas cujos ônibus passem pelo trevo de Estiva com destino a São Paulo (e vice versa), a fim de operar o trecho, em número de linhas igual ou superior ao que a Viação Santa Cruz deixou de operar, até o advento das concorrências para transporte interestadual que a ANTT pretende realizar ao final deste ano;

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração máxima de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL

PORTARIA Nº 73, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, dentre os quais aqueles relativos ao consumidor (art. 129, III, da Constituição Federal, e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que o respeito ao consumidor é consagrado como direito fundamental e como princípio basilar da ordem econômica (art. 5º, XXXII, e art. 170, V, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO o disposto na LC n. 75/93 e no art. 82 do Código de Defesa do Consumidor, que atribuiu ao Ministério Público Federal a promoção do inquérito civil público e/ou ação civil pública para defesa dos direitos dos consumidores;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, X, da Lei n. 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), que garante a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral como direito básico dos consumidores;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 167/2005 (Lei da Fila), alterada pela Lei n. 1052/2006 fixa da seguinte maneira a previsão de tempo de atendimento nas agências bancárias deste município: 15 (quinze) minutos em dias normais; 20 (vinte) minutos às vésperas e após feriados e; 25 (vinte e cinco) minutos nos dias de pagamento de funcionários públicos e Programas Sociais, PIS e Bolsa Família;

CONSIDERANDO que a Caixa Econômica Federal cuida-se de autarquia federal; e

CONSIDERANDO a representação ofertada pelo Procurador da República, Dr. Alexandre Senra, no sentido de que a Caixa Econômica Federal estaria descumprindo a Lei Municipal n. 167/2005 (Lei da Fila), alterada pela Lei n. 1052/2006, que dispõe sobre a previsão de tempo para atendimento nas agências bancárias situadas na cidade de Manaus;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento no art. 4º, caput, II, da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, incluído pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2.010, do mesmo órgão, definindo como objeto apurar possível não cumprimento por parte das agências bancárias de instituições financeiras federais na cidade de Manaus/AM do determinado pela Lei Municipal n. 167/2005 (Lei da Fila).

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Envie-se cópia da Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM;

III - Comunique-se a instauração à douta 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

IV - À Secretaria, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar a seguinte diligência:

a) juntar aos autos a Lei Municipal n. 167/2005 (Lei da Fila);

b) oficiar às instituições financeiras federais que possuem agência nesta cidade de Manaus requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, extrato contendo o horário em que a pessoa retira a senha para ser atendida e o horário em que ela é atendida, no período de janeiro de 2.011 até a presente data.

Prazo para as requisições: 10 dias úteis.

CUMPRA-SE.

RICARDO PERIN NARDI

PORTARIA Nº 89, DE 14 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando o que consta da denúncia on line registrada e encaminhada pelo MPE/AM dando conta de adoção de preço da gasolina ao consumidor dos postos revendedores de combustíveis da cidade de Manaus/AM pouco acima do valor cobrado pelas distribuidores, no intuito de ferir o princípio da livre concorrência entre os postos de gasolina; e

CONSIDERANDO que a ordem econômica nacional é pautada, dentre outros, pelo princípio constitucional da livre concorrência, nos termos do art. 170, IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a cobrança de preço sem margem de lucro ou com margem de lucro muito pequena pode ser um expediente utilizado para ferir a livre concorrência e, até mesmo, ser prática para ocultar ilícitos penais, caracterizando-se, dessa forma, o crime de lavagem de capitais (Lei n. 9.613/98);

CONSIDERANDO o disposto no art. 20, caput, I, da Lei n. 8.884/94, que considera infração à ordem econômica atos que de, qualquer forma, prejudiquem a livre concorrência ou a livre iniciativa;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º, caput, da Lei n. 9.847/99, compete à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, autarquia federal, a fiscalização das atividades relativas às indústrias do petróleo e dos biocombustíveis e ao abastecimento nacional de combustíveis, bem como do adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e do cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997;

CONSIDERANDO que o respeito ao consumidor é consagrado como direito fundamental e como princípio basilar da ordem econômica (art. 5º, XXXII, e art. 170, V, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, dentre os quais aqueles relativos ao consumidor (art. 129, III, da Constituição Federal, e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP - e na Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento no art. 4º, § 4º, da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, incluído pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2.010, do mesmo órgão, definindo como objeto apurar, sob a ótica da livre concorrência e do direito do consumidor, a adoção de preço da gasolina por parte dos postos revendedores da cidade de Manaus/AM pouco acima do valor cobrado pelas distribuidores.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Envie-se cópia da Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM;

III - Comunique-se a instauração à douta 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

IV - À Secretaria, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar a seguinte diligência:

a) expedir ofício à ANP requisitando a realização, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, de fiscalização em todos os postos revendedores de combustíveis da cidade de Manaus/AM, para apurar a venda de combustíveis a preço próximo do adquirido das distribuidoras, consignando no relatório a ser encaminhado a esta Procuradoria da República a margem de lucro e o nome dos proprietários dos estabelecimentos;

b) após a vinda do relatório da ANP, deverá ser aberta nova vista para analisar a necessidade de encaminhamento da documentação ao Coordenador Criminal desta PR/AM;

c) expedir ofício às distribuidoras de combustíveis, requisitando, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informações sobre o preço dos combustíveis vendidos aos postos da cidade de Manaus/AM, nos últimos seis meses, discriminando o valor de cada venda e o nome de cada posto adquirente.

CUMPRA-SE.

RICARDO PERIN NARDI

PORTARIA Nº 95, DE 29 DE JULHO DE 2011

GABINETE DO 2º OFÍCIO CÍVEL

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, dentre os quais aqueles relativos ao consumidor (art. 129, III, da Constituição Federal, e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que o respeito ao consumidor é consagrado como direito fundamental e como princípio basilar da ordem econômica (art. 5º, XXXII, e art. 170, V, da Constituição da República Federativa do Brasil);

Considerando que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a infra-estrutura aeroportuária (art. 21, XII, c, da Constituição da República Federativa do Brasil);

Considerando que cabe à ANAC regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária (art. 2º da Lei Nº 11.182/2005);

Considerando que a ANAC é autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Defesa, de modo a só poder ser demandada perante a Justiça Federal (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil c.c. art. 1º da Lei Nº 11.182/2005), justificando-se a atuação do Ministério Público Federal;

Considerando a documentação de procedimento investigatório criminal anexa, onde consta Relatório de Vigilância da Segurança Operacional do Transporte de Artigos Perigosos relativo à VRG Linhas Aéreas S.A. - Base Secundária em Manaus;

Considerando que o referido Relatório concluiu que a Empresa descumpre reiteradamente a regulamentação nacional e internacional pertinente ao transporte aéreo de artigos perigosos;

Considerando que o parecer emitido no referido Relatório foi pela concessão de 10 (dez) dias úteis de prazo para que a empresa apresentasse um Plano de Ações Corretivas (PAC), sob pena de suspensão de sua autorização para transporte aéreo por prazo indeterminado;

Considerando que o descumprimento das normas relativas ao transporte aéreo de artigos perigosos põe em risco a integridade física dos próprios consumidores que se encontram sendo transportados na mesma aeronave, bem como de todas as pessoas envolvidas no procedimento de transporte da carga;

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais a defesa do consumidor, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC Nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "c");

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar o descumprimento pela empresa VRG Linhas Aéreas S.A. - Varig das normas que regulamentam o transporte aéreo de artigos perigosos. Para isso, DETERMINA-SE:

I - O cadastro da documentação encaminhada através do Ofício Nº 10904-PR-SP-00028511/2011 no sistema único e seu o encaminhamento à COJUR desta PR/AM para a autuação e registro, vinculando-se o inquérito civil público ao gabinete do 2º Ofício Cível;

II - O encaminhamento de cópia desta portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM;

III - A comunicação da instauração à egrégia 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

IV - A realização das seguintes diligências pela Secretaria do 2º Ofício Cível:

a) expedir ofício à empresa Varig- VRG Linhas aéreas S.A - (encaminhando cópia do Relatório de Vigilância da Segurança Operacional do transporte de artigos perigosos), para que, no prazo de 30 dias preste informações pormenorizadas sobre as não-conformidades apontadas e as medidas adotadas para solucionar os problemas;

b) expedir ofício à ANAC, em nome do Gerente Geral de Operações de Transporte Aéreo, para que informe, no prazo de 30 dias, se a empresa VRG Linhas Aéreas S.A. apresentou Plano de Ações Corretivas, conforme determinado no Relatório de Vigilância da Segurança Operacional do Transporte de Artigos Perigosos (enviar cópia em anexo), bem como quais foram as medidas adotadas para que a empresa promovesse a adequação de seus serviços às normas regentes do transporte aéreo de artigos perigosos.

CUMPRA-SE.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 127, DE 29 DE JULHO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público para apurar notícia de suspensão do serviço de emergência e urgência em cirurgia geral nos hospitais conveniados à planos de saúde vinculados a fundação e empresa pública federal, em Feira de Santana, devido ao não percebimento de honorários por parte dos médicos cirurgiões gerais, nem dos pelos hospitais, nem pelos planos de saúde. Autos n.º 1.14.004.000175/2011-05.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto aos interesses difusos e coletivos dos consumidores e abuso do poder econômico, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal e os artigos 3º, "c", 5º, inciso III, "e" e 6º, inciso VII, "d" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 12/01/2010, nesta procuradoria da República procedimento administrativo afeto à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, para apurar notícia de suspensão do serviço de emergência e urgência em cirurgia geral nos hospitais conveniados à planos de saúde vinculados a fundação e empresas pública federal, em Feira de Santana, devido ao não percebimento de honorários por parte dos médicos cirurgiões gerais, nem dos pelos hospitais, nem pelos planos de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 3ª CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

2. Ofice-se os planos de saúde para que se manifestem e informem quais hospitais em Feira de Santana são credenciados;

3. Oficiar UNIDAS para que informe a situação atual dos fatos relatados;

4. Oficiar os hospitais de Feira solicitando o encaminhamento dos contratos firmados com essas operadoras de gestão de saúde, bem como eventual cartas de descredenciamento eventualmente encaminhadas aos mesmos (EMEC e São Mateus)

5. Oficiar a ANS para que tome conhecimento e se manifeste acerca dos fatos.

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 246, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o dever do Ministério Público da União de proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor, conforme preceitua a alínea c do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93 e o inciso X do artigo 6º da Lei nº8.078/90;

Considerando competir à União, por meio do Ministério das Comunicações, explorar os serviços de telefonia, em todo o território brasileiro, dentre eles o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e o Serviço Móvel Pessoal (SMP);

Considerando caber à Agencia Nacional de Telecomunicações, autarquia federal, regular e fiscalizar os serviços de telefonia, inclusive no aspecto da modicidade tarifária;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a determinação da egrégia 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, bem como o esgotamento do prazo do presente apurador, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº1.20.000.000609/2008-04 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de "fiscalizar a ocorrência e a legalidade da inclusão dos gastos decorrentes do pagamento de indenizações judiciais pelo mal serviço prestado nos custos operacionais das concessionárias de telefonia para reajuste tarifário no ano subsequente", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações da ANATEL, como já consignado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 301, DE 6 DE ABRIL DE 2011

Ofício Consumidor e Ordem Econômica. Consumidor e Ordem Econômica. Serviço de Telefonia Móvel. Empresa Oi Brasil Telecom S/A. Alteração Unilateral de Contrato.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Considerando que a Carta Magna também preceitua que "a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) V - defesa do consumidor" (art.170);

Considerando que a Lei Nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) instituiu a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, reconhecendo a vulnerabilidade do consumidor e o dever estatal de atuar na sua proteção efetiva, com coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo (art. 4°, caput, I, II e VI, CDC);

Considerando que o art. 22, caput, da Lei Nº 8.078/90 determina que "os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos", prevendo o seu parágrafo único que "nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código";

Resolve:

Com fundamento nos dispositivos legais referidos, converter o presente Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o fim de apurar irregularidades praticadas pela empresa OI, em alteração unilateral de contrato de prestação de serviço de telefonia móvel.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, § 7º, da Resolução Nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. 3ª CCR/MPF;

1. após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 501, DE 2 DE AGOSTO DE 2011

Consumidor e Ordem Econômica. Ordem Econômica. Defesa da Livre Concorrência. Empresa Distribuidora Que Participa do Comércio Varejista Com Preços Privilegiados. Koerich Distribuidora Ltda. Mercado de Informática. Região da Grande Florianópolis.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85);

Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar possível conduta lesiva à concorrência no comércio varejista de produtos de informática na região da Grande Florianópolis, praticada pela empresa Koerich Distribuidora Ltda. que, na condição de distribuidor, pratica venda de produtos ao consumidor final valendo-se de preços privilegiados.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução Nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. 3ª CCR/MPF;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 416, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 1.30.012.001123/2010-14, que visa apurar a atuação do INMETRO relativamente ao controle de qualidade realizado em veículos automotores;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.012.001123/2010-14 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Requisite-se ao Denatran (com cópia de fls. 03/08, 11/28 e 32/39) informações circunstanciadas - devidamente fundamentadas e comprovadas - no prazo de 25 DD:

a) acerca da representação de fls. 03/08 que noticia supostas irregularidades decorrentes da falta de um controle de qualidade efetivo em veículos automotores, devendo esclarecer, inclusive, as medidas administrativas efetivamente adotadas neste sentido;

b) acerca da afirmação do INMETRO (fl. 39) de que a elaboração de um regulamento mais rígido e específico depende da requisição desse Departamento de Trânsito, bem como se há intenção do órgão em proceder neste sentido;

4) Após, acautele-se por 50 DD na DITC para se aguardar a resposta ao ofício expedido.

MÁRCIO BARRA LIMA

PORTARIA N° 28, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na ResoluçãoNº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na ResoluçãoNº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento AdministrativoNº 1.30.017.000149/2011-86, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "CONSUMIDOR. Notícia de má prestação de serviço pelos Correios. Omissão da Ouvidoria em responder à reclamação em tempo razoável. Não entrega de encomenda em domicílio, sob a alegação de encontrar-se em área de risco. Averiguação dos critérios para tal classificação. Município de Duque de Caxias .".

Art. 2º - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIANº 62, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O Ministério Público Federal, representado pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93 e, ainda,

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, (art.127, caput, da Constituição Federal);

Considerando que a Constituição Federal prevê, em seu artigo 5º, inciso XXXII, que "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor", sendo que, no plano infraconstitucional, o Código de Defesa do Consumidor (LeiNº 8.078/90) estabelece ser um de seus direitos básicos "a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral" (artigo 6º, X);

Considerando que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil público, a ação civil pública e outras medidas necessárias à proteção de direitos difusos e coletivos indisponíveis perante a autoridade judiciária federal competente, nos termos do art. 37 da Lei ComplementarNº 75/1993;

Considerando a existência de Inquérito Civil proveniente do Ministério Público do Estado de Santa Catarina recebido nesta Procuradoria da República sob oNº PRM-CIA-SC-00002998/2011, versando sobre a realização de possível prática de fraude ofensiva e desrespeitosa aos direitos dos consumidores efetuada pela Caixa Econômica Federal;

Considerando que há necessidade de elucidação dos fatos narrados no presente procedimento, a fim de que sejam subsequentemente adotadas as medidas cabíveis;

Considerando o disposto no art. 4º, II, da ResoluçãoNº 87/06, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos do art. 4º, II, da ResoluçãoNº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, visando averiguar as irregularidades ocorridas nos procedimentos de depósito mediante terminal eletrônico nas agências da Caixa Econômica Federal em Criciúma/SC.

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) autue-se e registre-se;

b) comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão;

c) publique-se, na forma do art. 16, § 1º, I, da Resolução 87/2006;

d) requisite-se à CEF as filmagens das operações questionadas referentes aos procedimentos de depósito mediante terminal eletrônico nas agências da cidade de Criciúma/SC.

PATRÍCIA MUXFELDT

PORTARIANº 67, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

Originador: Conselho Regional de Farmácia. Representado: Estabelecimentos Farmacêuticos situados no Município de Betânia/PE

P.ANº 1.26.003.000024/2011-38. Ementa: Procedimento Administrativo. Consumidor e Ordem Econômica. Necessidade de Diligências. Prazo 180 Dias Vencido. Conversão Em Inquérito Civil Público. 3º CCR.

O Ministério Público Federal, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando a representação da lavra do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco (CRF/PE), que dá conta de suposto funcionamento irregular de estabelecimentos farmacêuticos no município de Serra Talhada;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 erigiu a saúde como preceito fundamental, previsto como "direito de todos e dever do Estado", sendo sua assistência livre à iniciativa privada;

Considerando que segundo o art. 5º, inc. XXXII, da Constituição Federal, o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Considerando que segundo o art. 5º, inc. XIII, da Constituição Federal, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Considerando que, nos termos da LeiNº 5.991/73, o comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos é privativo de farmácias, drogarias, postos de medicamentos e unidades volantes, devendo estes estabelecimentos, a teor do art. 24, da LeiNº 3.820/60, "provar, perante os Conselhos Federal e Regionais que essas atividades são exercidas por profissionais habilitados e registrados";

Considerando que este exercício privativo é dependente da existência obrigatória de técnico farmacêutico responsável, nos termos do art. 15, da LeiNº 5.991/73, o qual possui os conhecimentos técnicos e científicos necessários para dar assistência farmacêutica aos consumidores, alertando-os sobre os riscos que pode causar o uso incorreto de medicamentos ou suas associações; para a guarda dos medicamentos controlados, realizando anotações de todas as vendas com o intuito de atender às exigências legais; para a supervisão da análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que suas características farmacodinâmicas sejam alteradas;

Considerando que o mencionado técnico deve ser necessariamente inscrito no Conselho Regional de Farmácia, e que deve haver sua presença no estabelecimento farmacêutico durante todo o horário de funcionamento deste, conforme art. 15, da LeiNº 5.991/73;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal;

Considerando o teor da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela ResoluçãoNº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;

Considerando que o presente Procedimento Administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da ResoluçãoNº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da ResoluçãoNº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o presente Procedimento Administrativo-Nº 1.26.003.000024/2011-38 em Inquérito Civil, determinando:

1) Registro e autuação da presente portaria juntamente com o Procedimento Administrativo supracitado, assinalando como objeto do Inquérito Civil "apurar e regularizar o funcionamento de estabelecimentos farmacêuticos (Farmácias, Drogarias e assemelhados) nos municípios de Betânia/PE, em especial para fazer valer a obrigatoriedade da assistência do profissional técnico farmacêutico";

2) Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Marcela Silvino Iglesias Melo, matrícula 21854, ocupante do cargo de Técnica Administrativa, nos termos do art. 4º, da ResoluçãoNº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da PR Polo Serra Talhada/Salgueiro;

3) Comunicação à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da ResoluçãoNº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, ResoluçãoNº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, ResoluçãoNº 87 CSMPF);

A fim de serem observados o art. 9º da ResoluçãoNº 23 do CNMP e o art. 15 da ResoluçãoNº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES

PORTARIANº 112, DE 24 DE AGOSTO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio da procuradora da República signatária, com base no que preceituam o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei ComplementarNº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPFNº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPMNº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o procedimento administrativoNº 1.26.000.000320/2011-69 foi instaurado para "apurar se a operadora de plano de saúde 'Santa Clara', com atuação no Estado de Pernambuco, vem condicionando a prestação de serviços médico-hospitalares e complementares ao diagnóstico e ao tratamento à requisição médica de profissional credenciado e prescrita em formulário próprio";

Considerando que a Agência Nacional de Saúde Suplementar informou, através do ofícioNº 1101 NUCLEO-PE/DIFIS/2011, de 11 de maio de 2011, ter instaurado procedimento administrativoNº 25783.009080/2011-91 para apurar a conduta da operadora de plano de saúde Santa Clara;

Considerando a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o procedimento administrativoNº 1.26.000.000320/2011-69 em Inquérito Civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente portaria juntamente com os autosNº 1.26.000.000320/, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "apurar notícia de que a operadora de que o plano de saúde Santa Clara Saúde (OPS Planos de Saúde S/A), com atuação no Estado de Pernambuco, vem condicionando a prestação de serviços-médico-hospitalares e complementares ao diagnóstico e ao tratamento à requisição médica de profissional credenciado e prescrita em formulário próprio";

2. Remessa de cópia da presente portaria à 3ª CCR, nos termos do art. 6º, da ResoluçãoNº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, ResoluçãoNº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, ResoluçãoNº 87 CSMPF).

Como providência instrutória, determina-se a expedição de ofício com requisição de informações à ANS sobre o estágio das apurações do procedimento administrativoNº 25783.009080/2011-91 .

A fim de serem observadas as regras do art. 9º da ResoluçãoNº 23 do CNMP e do art. 15 da ResoluçãoNº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Apoio à Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil - cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão após o seu transcurso.

CAROLINA DE GUSMÃO FURTADO

PORTARIANº 117, DE 3 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 127 e 129, ambos da Carta Magna, bem como nas disposições da Lei ComplementarNº . 75/93 e da Resolução-CSMPFNº . 87/2006, alterada pela Resolução-CSMPFNº . 106/2010, e

CONSIDERANDO que tramita perante esta Procuradoria da República no Rio Grande do Norte a Peça de Informação autuada sob oNº . 1.28.000.000517/2010-42, cujo objeto consiste em apurar indícios de irregularidades na cobrança de tarifas de energia elétrica pela COSERN (regramento adotado pela ANEEL);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução-CSMPFNº . 106/2010, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de se prosseguir na instrução do feito, com realização de outras diligências para o perfeito deslinde da questão;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Por fim, publique-se a presente portaria no site da PR/RN, bem como no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, inciso I, da Resolução-CSMPF n.º 87/06, encaminhando-se, para tanto, cópia da presente portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 3ª CCR/MPF (consumidor e ordem econômica).

Cumpra-se. Posteriormente, proceda-se à conclusão.

RONALDO SÉRGIO CHAVES FERNANDES

PORTARIANº 118, DE 3 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 127 e 129, ambos da Carta Magna, bem como nas disposições da Lei ComplementarNº . 75/93 e da Resolução-CSMPFNº . 87/2006, alterada pela Resolução-CSMPFNº . 106/2010, e

CONSIDERANDO que tramita perante esta Procuradoria da República no Rio Grande do Norte a Peça de Informação autuada sob oNº . 1.28.000.000351/2009-21, cujo objeto consiste em apurar possível abusividade na cobrança, por parte da Mapfre Seguros, do valor de custo de emissão de apólice de seguro, conduta essa respaldada em ato normativo da SUSEP;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução-CSMPFNº . 106/2010, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de se prosseguir na instrução do feito, com realização de outras diligências para o perfeito deslinde da questão;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação, fazendo-se constar como interessado(a)(s) o(a)(s) Sr(a)(s). MELISSA ARAÚJO SANTOS; 2ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito. Por fim, publique-se a presente portaria no site da PR/RN, bem como no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, inciso I, da Resolução-CSMPF n.º 87/06, encaminhando-se, para tanto, cópia da presente portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 3ª CCR/MPF (consumidor e ordem econômica).

Cumpra-se. Posteriormente, proceda-se à conclusão.

RONALDO SÉRGIO CHAVES FERNANDES

PORTARIANº 269, DE 21 DE JULHO DE 2011

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICONº 1.29.000.000568/2010-37. 11º Ofício Cível

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO a documentação anexa que relata eventuais irregularidades no empreendimento Conjunto Habitacional Delta do Jacuí em Eldorado do Sul, financiado pela Caixa Econômica Federal;

CONSIDERANDO que os princípios da transparência, do respeito a dignidade do consumidor e da proteção dos direitos econômicos, instituídos pelo art. 4º, caput, do Código de Defesa do Consumidor, devem pautar as relações de consumo;

CONSIDERANDO o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (art. 4º, inc. I, da Lei n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público (CRFB/88, art. 127);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, por determinação legal (arts. 81 e 82 da Lei n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal:

A Procuradora da República signatária resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para verificar eventuais irregularidades no empreendimento Conjunto Habitacional Delta do Jacuí em Eldorado do Sul, financiado pela Caixa Econômica Federal.

Autue-se. Registre-se.

Junte-se a documentação anexa. Expedir oficio anexo, AR.

Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão no prazo de 10 dias, conforme art. 6º da Resolução n.º 87/CSMPF.

Encaminhe-se a Portaria para publicação no Diário Oficial e no portal do MPF, conforme art. 16, §1º, I, da Resolução n.º 87/CSMPF.

SILVANA MOCELLIN

PORTARIANº 375, DE 25 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei ComplementarNº 75/93, bem como no artigo 1º da LeiNº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo-Nº 1.30.012.000126/2011-11, acerca de suposta recusa da Operadora de Saúde UNIMED-Rio em manter as condições do plano empresarial para os beneficiários que se aposentam, conforme determina o art. 31, § 1º, da Lei 9656/98, incluindo a atuação da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar a respeito do tema;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na ResoluçãoNº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na ResoluçãoNº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento AdministrativoNº 1.30.012.000126/2011-11, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Oficie-se à ANS, na forma da inclusa minuta;

4) Após, acautele-se por 60 dias na DITC, a fim de aguardar a resposta ao ofício expedido.

CLAUDIO GHEVENTER

PORTARIANº 412, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

Ref. Procedimento AdministrativoNº 1.23.000.002680/2008-10

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na ResoluçãoNº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na ResoluçãoNº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei ComplementarNº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento de representação da Defensoria Pública do Estado do Pará, solicitando o auxílio do MPF no enfrentamento da questão da inadimplência do Programa de Financiamento Estudantil-FIES, por parte dos estudantes beneficiários, ante a conduta da Caixa Econômica Federal, que cobra dos beneficiários e fiadores as parcelas relativas ao financiamento após meros 15 dias contados da formatura, culminando com a inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito;

Considerando que no bojo do referido procedimento administrativo constatou-se a existência de alteração legislativa com tratamento diferenciado, em três momentos distintos, e que se faz necessário esclarecer se houve a cobrança das parcelas no momento adequado para a vigência de cada um dos contratos;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que no intuito de esclarecer tal ponto, oficiou-se à CEF, tendo esta solicitando dilação de prazo para o envio dos contratos solicitados;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades na cobrança das parcelas do financiamento estudantil superior-FIES, por parte da Caixa Econômica Federal, consistente na cobrança antecipada desses valores, culminando com a inclusão dos beneficiários nos cadastros de proteção de crédito.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da ResoluçãoNº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da ResoluçãoNº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) aguarde-se em cartório, a resposta ao ofício de fls. 133; transcorrido o prazo concedido, reitere-se pelo prazo improrrogável de 10 dias;

b) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 412, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei ComplementarNº 75/93, bem como no artigo 1º da LeiNº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo-Nº 1.30.001.003055/2011-38, que visa apurar a atuação da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar relativamente às supostas irregularidades praticadas pela administradora Qualicorp no que tange a aumento abusivo de mensalidade de plano de saúde, e a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na ResoluçãoNº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na ResoluçãoNº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento AdministrativoNº 1.30.001.003055/2011-38 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Expeçam-se os anexos Ofícios;

4) Acautele-se por 50DD na DITC a fim de aguardar a resposta ao ofício expedido.

MÁRCIO BARRA LIMA

PORTARIA Nº 524, DE 6 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM SANTA CATARINA, por intermédio do Procurador da República signatário, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, e

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, art. 127, caput);

considerando que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, inciso II), bem como os interesses e direitos do consumidor (Lei Complementar n. 75/93, art. 6º, inciso VII, alínea "c");

considerando a representação feita ao parquet federal pela Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul - INTERSUL, apontando irregularidades na política de operação das Centrais Elétricas do Sul Brasil - ELETROSUL;

considerando que os Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema - ONS, mais especificamente no Submódulo 10.14, determinam os requisitos operacionais especiais para os centros de operação, subestações e usinas da rede de operação, os quais podem não estar sendo cumpridos em condições de confiabilidade e segurança pela ELETROSUL;

considerando que o Módulo 10, Submódulo 10.22 - ONS, determina que a comunicação verbal será fator determinante para atender os requisitos das manobras de recomposição, regra que a ELETROSUL pode não estar cumprindo, acarretando uma política de operação sem garantia de eficiência em caso da necessidade de uma recomposição dos módulos que atendem os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná;

considerando que o Submódulo 2.7, item 4.2 - ONS determina as responsabilidades do Agente, qual seja "instalar os recursos de supervisão e controle e disponibilizar todas as informações a um ou mais centros de operação designados pela ONS";

Considerando que a ELETROSUL não implantou nova controladora, nem criou os postos de atendimento da política de operação estabelecida ainda no ano de 2003, entrementes, 13 novas instalações serão agregadas às 44 já existentes, sem que, contudo, sejam criadas novas controladoras ou novos postos de atendimento, acarretando o aumento de tempo de recomposição do Sistema Interligado Nacional - SIN e pondo em risco o sistema elétrico de Santa Catarina;

considerando que a defesa dos interesses e direitos dos consumidores no tocante à prestação de serviços essenciais, in casu, o fornecimento de energia elétrica, deve observar o que determina a Lei nº 8078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, art. 22, parágrafo único;

considerando que a Lei nº 7.783/1989, art. 10, inciso I, elenca como serviços ou atividades essenciais "...tratamento e abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis" (grifo nosso) e em seu art. 11, parágrafo único, o mesmo diploma legal afirma que "são necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população", sendo, desta forma, o fornecimento de energia elétrica serviço essencial, por ser imprescindível ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;

decide instaurar

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

com o objetivo de apurar o cumprimento das normas estabelecidas pelo Operador Nacional de Sistemas - ONS sobre os procedimentos de rede - Submódulo 10.14, Módulo 10 - Submódulo 10.22 e Submódulo 2.7, item 4.2 -, também o cumprimento do art. 22 do CDC, art. 10, inc. I e art. 11, ambos da Lei 7.783/1989, bem como das demais regras legais aplicáveis à espécie, por parte da ELETROSUL no âmbito do Estado de Santa Catarina, a fim de serem tomadas as medidas administrativas e/ou judiciais que se fizerem necessárias.

Formalize-se o inquérito.

Após, venham os autos conclusos.

CARLOS AUGUSTO DE AMORIM DUTRA

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 76, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos, determina:

I - Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a partir do Documento nº PRM-JOA-RJ 00001219/2011, o qual terá a seguinte ementa:

"AMBIENTAL - Apurar o depósito irregular de lixo hospitalar no aterro sanitário de Jardim Gramacho. Resíduos sólidos. Zona Costeira. Noticiante: ONG OPESSOAL. Noticiado: COMLURB e Prefeitura do Rio de Janeiro."

II - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

PORTARIA Nº 116, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto da documentação anexa se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de diligências para apuração dos fatos;

Resolve a signatária, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, a fim de promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanha como INQUÉRITO CIVIL. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração mineral irregular na localidade denominada FAZENDA PAVÃO, Município de Santo Amaro/BA.

Determino a realização das seguintes diligências: a) Expeça-se ofício ao IBAMA, com cópia da documentação anexa, solicitando informações acerca dos fatos apontados no respectivo Relatório de Vistoria do DNPM; b) Expeça-se ofício à AGU, encaminhando cópia da documentação anexa, a fim de adotar as providências que entender cabíveis.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 453, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a- considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b- considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c- considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d- considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e- considerando que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo nº1.30.801.003597/2011-95, instaurado nesta Procuradoria da República, com a seguinte ementa: "MEIO AMBIENTE. INVESTIGAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES DECORRENTES DA POSSÍVEL AUSÊNCIA DE EIA-RIMA NA ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE DO PARQUE OLÍMPICO CIDADE DO ROCK.

Resolve converter o Procedimento Administrativo 1.30.801.003597/2011-95, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MAURÍCIO RIBEIRO MANSO

PORTARIA Nº 109, DE 25 DE AGOSTO DE 2011

2º Ofício Cível

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, III, da Lei nº 7.347/1985);

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"), bem como a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei nº. 7.347/1985);

CONSIDERANDO a vistoria realizada pela equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente na área do Mirante Embratel - Falésia do Sítio Arqueológico Ponta das Lajes, na qual restou apurado que a encosta encontra-se parcialmente desprotegida de capa vegetal, com área de erosão natural, sem característica de recenticidade e, portanto, sob ação erosiva do rio, sujeita a desmoronamentos ou instabilidade do talide, bem como sujeita a depredações por parte de vândalos;

CONSIDERANDO que o local onde se situará futuramente o Memorial Encontro das Águas - "Fan Park" da COPA 2014, situa-se às margens do Rio Negro, e que o Rio Negro é rio pertencente à União, justificando a atuação do Ministério Público Federal; e

CONSIDERANDO, por fim, que a área em questão localiza-se nas proximidades do Encontro das Águas, bem natural de elevado valor histórico, cultural, estético e paisagístico, encontrando-se sob procedimento de tombamento junto ao IPHAN;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento no art. 2º, II, da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do CSMPF, incluído pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2.010, do mesmo órgão, definindo como objeto apurar a situação da encosta nas margens do Rio Negro, na área do Mirante Embratel.

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Envie-se cópia da Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM;

III - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento da portaria em arquivo digital; e

IV- Encaminhe-se cópias do relatório da SEMMAS ao IMPLURB e SEPLAN-Estado do Amazonas, para que, em um prazo de 10 (dez) dias, informem sobre a intenção de construir o Fan Park da COPA 2014, na região do Encontro das Águas, indicando a localização exata do pretenso empreendimento, inclusive encaminhando o projeto;

V - Oficie-se ao IPHAN para que, em um prazo de 10 (dez) dias úteis, preste esclarecimentos acerca dos fatos narrados na vistoria técnica do IPAAM (encaminhar cópias em anexo).

CUMPRA-SE.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 25, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os fatos apurados preliminarmente no Procedimento Administrativo 1.30.012.000168/2002-61, que indicam a ocorrência de dano ambiental tendo em vista a existência de depósito de produto de origem florestal (canela parda) oriundo do PNSB, em local denominado Fazenda S.A Paraty - Industrial, Bairro Caboclo, Paraty/RJ (AI 351257- D do IBAMA), de responsabilidade de José Benedito de Oliveira;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do patrimônio nacional e do meio ambiente (LC 75/93, art.5, inciso III, alínea a e d);

c) considerando que a LC 75/93 determina que as atribuições previstas genericamente nos artigos 5º e 6º são funções institucionais do Ministério Público Federal (LC 75/93, art.39, caput);

Instaure-se o Inquérito Civil Público nº 25/2011.

Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental tendo em vista a existência de depósito de produto de origem florestal (canela parda) oriundo do PNSB, em local denominado Fazenda S.A Paraty - Industrial, Bairro Caboclo, Paraty/RJ (AI 351257- D do IBAMA).Investigado: José Benedito de Oliveira

Determina-se o cumprimento do despacho de fls.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DANIELA MASSET VAZ

PORTARIA Nº 126, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

2º Ofício Cível

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, III, da Lei nº 7.347/1985);

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"), bem como a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei nº. 7.347/1985);

CONSIDERANDO o Termo de Declarações que presta Valdir Francelino da Silva, ao qual foi anexado o Parecer Técnico de engenheiro químico-sanitarista e relatório Técnico de Vistoria nº 1345/10- GELI, do IPAAM, identificando diversas irregularidades cometidas na construção do Cond. Residencial Amazon Village, constatando-se que há lançamento de esgoto bruto no igarapé do Tarumãzinho, e que o empreendimento está sendo implantado com sua licença de instalação suspensa;

CONSIDERANDO que dentre os documentos encaminhados pelo IPAAM consta o Auto de Infração n. 001508 lavrado em face de Martins Construções Ltda., em decorrência de início de atividade de exploração mineral (areia) sem licença ambiental;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento no art. 2º, II, da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do CSMPF, incluído pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2.010, do mesmo órgão, definindo como objeto apurar a denúncia de possível ocorrência de dano ambiental, na construção do Condomínio Residencial Amazon Village, localizado na Av. Do Turismo, nº 12063, Bairro Tarumã.

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Encaminhe-se cópia desta Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias, e divulgação no site da PR-AM;

III - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

IV- Expeça-se ofício ao IPAAM para que informe, no prazo de 10 (dez) dias úteis, se a extração mineral objeto do AI n. 001508 em face de Martins Construções Ltda. se caracteriza como verdadeira exploração do bem da União (areia) ou se deu somente na etapa de construção do Condomínio Residencial Amazon Village; e

V - Expeça-se ofício a SPU para que informe, no prazo de 10 (dez) dias úteis, se a área do Condomínio Residencial Amazon Village, localizado na Av. Do Turismo, nº 12063, Bairro Tarumã, pertence à União (terreno de marinha).

ELOI ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 43, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto apurar a existência de construção irregular (escada) em área de patrimônio da União e de Preservação Permanente (art. 2º, alínea "g", do Código Florestal), situada em falésia no município de Maxaranguape/RN, objeto do Auto de Infração n. 599196-D do IBAMA, expedido contra o Município de Maxaranguape;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve Converter o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.001740/2010-15 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) aguarde-se o cumprimento do despacho n. 335/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 44, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto tão-somente acompanhar as discussões ambientais do Grupo Técnico de Trabalho (GTT) instituído pela SPU/RN, IBAMA/RN, SEMURB e IDEMA/RN, através do Termo de Compromisso e de Cooperação Técnica firmado em 17 de maio de 2010, alusivo à ocupação da Via Costeira no município de Natal/RN;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve Converter o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.001619/2010-85 em INQUÉRITO CIVIL, destinado apenas a acompanhar, no campo ambiental, os trabalhos do Grupo Técnico de Trabalho (GTT) instituído pela SPU/RN, IBAMA/RN, SEMURB e IDEMA/RN, através do Termo de Compromisso e de Cooperação Técnica firmado em 17 de maio de 2010, alusivo à ocupação da Via Costeira no município de Natal/RN. Registra-se que, pelo caráter geral e de mero acompanhamento de uma dada política pública do presente inquérito, eventuais ilícitos que surjam a partir das citadas discussões deverão ser objeto de procedimentos de investigação específicos. Determino sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) cumpra-se o Despacho n. 336/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 45, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto acompanhar a elaboração de TAC e demais medidas adotadas pelo IBAMA relativamente à operação sem licenciamento ambiental dos Entrepostos de Pescado na região de abrangência da PR/RN;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve Converter o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.000274/2010-42 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar à formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) cumpra-se o despacho n. 220/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 46, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto apurar a ocupação da faixa de APP (art. 2º, alínea "a", do Código Florestal) dos rios Curimataú e da Penha no município de Canguaretama em decorrência da operação, sem licença ambiental válida, de viveiros de carcinicultura por parte da empresa Marine Maricultura do Nordeste S/A (CNPJ n. 10.845.931/0002-25);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve Converter o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.000747/2010-10 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar à formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) cumpra-se o despacho n. 338/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 47, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto apurar o desmatamento de mangue e ocupação da faixa de APP (art. 2º, alínea "a", do Código Florestal) do canal Surubajá no município de Senador Georgino Avelino em decorrência da operação de viveiros de carcinicultura por parte do Sr. Everaldo Joaquim de Santana (CPF n. 026.462.854-34);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve Converter o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.000556/2010-40 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar à formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) cumpra-se o despacho n. 271/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 48, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto apurar o desmatamento de floresta nativa no Projeto de Assentamento Progresso no município de Afonso Bezerra, sem autorização dos órgãos ambientais ou do INCRA, objeto do Auto de Infração n. 697989-D do IBAMA, expedido contra o Sr. Francisco Canindé dos Santos (CPF n. 029.153.224-14);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve Converter o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.000025/2011-38 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar à formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) cumpra-se o despacho n. 284/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 49, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto apurar o desmatamento de floresta nativa no Projeto de Assentamento Progresso no município de Afonso Bezerra, sem autorização dos órgãos ambientais ou do INCRA, objeto do Auto de Infração n. 697988-D do IBAMA, expedido contra o Sr. Paulo Francisco do Nascimento (CPF n. 086.042.384-09);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve Converter o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.000028/2011-71 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar à formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) cumpra-se o despacho n. 283/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 320, DE 13 DE ABRIL DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.33.000.002550/2003-18. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo nº 1.33.000.002550/2003-18 versando sobre a construção de Shopping Center na SC 401, Fpolis/SC, bem como o decurso do tempo desde sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Construção de Shopping Center na SC 401. Execução de sentença. Termo de Ajustamento de Conduta. Acompanhamento Fpolis/SC ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

WALMOR ALVES MOREIRA

PORTARIA Nº 108, DE 25 DE AGOSTO DE 2011

Ref.: PA nº 1.22.000.002851/2003-25

O Ministério Público Federal, pelo procurador da República do 1º Ofício da Procuradoria da República no Município de Montes Claros, ALLAN VERSIANI DE PAULA, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, legitimado pelo art. 129, VI da Constituição e pelo art. 7º, I da Lei Complementar 75/93, e:

Considerando que, nos termos do art. 4º, §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como do artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, o procedimento administrativo tem prazo de duração de 90 (noventa) dias, prorrogável pelo mesmo período, uma única vez, servindo apenas à realização de diligências preliminares, nos casos em que não for possível, desde logo, a adoção de alguma das providências relacionadas no art. 4º, caput, da Resolução CSMPF nº 87/2006;

Considerando que, de acordo com aqueles mesmos dispositivos, deve o membro do Ministério Público, uma vez vencido o prazo do procedimento administrativo, promover o seu arquivamento, ajuizar a respectiva ação civil pública ou, ainda, convertê-lo em inquérito civil;

Considerando que os elementos de convicção até o momento reunidos no presente procedimento administrativo não são suficientes para autorizar deliberação de arquivamento ou propositura de ação civil pública, indicando a necessidade de continuação das investigações a cargo do Ministério Público Federal;

Resolve converter, em inquérito civil público de mesmo número, o procedimento administrativo em epígrafe, para verificar o procedimento administrativo de licenciamento ambiental do projeto de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Fazenda Viveiros/Floresta, no Município de Pirapora/MG, com posterior adoção das providências judiciais ou extrajudiciais cabíveis ou promoção de arquivamento.

Autue-se a presente portaria como peça inaugural do inquérito civil, sob a numeração de fls. 02-A a 03-A, mantendo-se o objeto do inquérito civil registrado na capa dos autos e no SISTEMA ÚNICO e enviando-se cópia desta, por meio eletrônico, à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência, e à Procuradoria da República em Minas Gerais, para publicação na página da Procuradoria da República no Município de Montes Claros na rede mundial de computadores (art. 5º, VI da Resolução CSMPF nº 87/2010 - versão consolidada).

Registre-se esta portaria em livro próprio, para efeito de controle do prazo previsto no art. 15 da Resolução CSMPF n. 87/2006.

Designo os servidores lotados no Setor de Apoio aos Gabinetes desta Procuradoria da República em Montes Claros para secretariarem o presente inquérito civil.

Atendidas as determinações acima, voltem-me conclusos.

ALLAN VERSIANI DE PAULA

PORTARIA Nº 450, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes nos autos do processo administrativo PR/RJ nº 1.30.012.000759/2005-81, que objetiva apurar a ocorrência de dano ambiental descrito no Auto de Infração nº 097630, série "D", lavrado pelo IBAMA em 28 de abril de 2004, em face de Aurélio dos Santos Pereira, diante da comercialização de 15 Kg de camarão rosa em época de defeso, no Mercado da Ceasa, em

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Irajá, nesta cidade, bem como acompanhar o cumprimento do respectivo Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em outubro de 2006, visando a composição dos danos.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, bem como promover a respectiva ação de execução, caso seja necessário.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo nº 1.30.012.000759/2005-81 como inquérito civil público.

Determino, ainda, que seja oficiado ao responsável, reiterando os termos do ofício nº 437/2011.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 382, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de acordo com o disposto no artigo 129, inciso III, da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

Considerando o art. 225 da Constituição Federal, que dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo incumbência do Poder Público sua salvaguarda;

CONSIDERANDO que no curso da instrução do procedimento preparatório n° 1.34.001.000449/2011-95, consta notícia de que a empresa SCOPEL, em área de preservação ambiental no município de Embu/SP, realizava desmatamento indevido em área de Mata Atlântica e em área de preservação permanente;

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos apurados no presente procedimento preparatório;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO por conversão do procedimento preparatório n° 1.34.001.000449/2011-95, para resguardar, promover, proteger, bem como para apurar a regularidade do empreendimento "Loteamento Residencial Reserva dos Victor", ante a notícia de desmatamento indevido realizado pela empresa SCOPEL em área de preservação ambiental no município de Embu/SP.

Determino ainda:

a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, assim como o procedimento nº 1.34.001.000449/2011-95, procedendo-se as anotações de praxe;

b) Comunique-se à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação da presente Portaria na imprensa oficial (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c arts. 6º e 16, §º1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c) Designação da analista processual lotada neste gabinete, para secretariar o inquérito civil;

d) A expedição de ofício à CETESB, requisitando:

d1) esclarecer se, para a implantação do Loteamento Residencial Reserva dos Victor, não haverá quaisquer intervenções em áreas de preservação permanente (APPs) caracterizadas por (i) topos de morro, (ii) declividade superior a cem por cento ou quarenta e cinco graus na linha de maior declive e (iii) margens de copos d'água;

d2) informar se foi solicitado e elaborado, no âmbito do procedimento de licenciamento do empreendimento supracitado, diagnóstico da fauna, encaminhando cópia do mesmo e, em caso negativo, justificar a ausência de sua solicitação e/ou elaboração;

d3) informar se os cortes/supressão de vegetação autorizados pela Autorização de Desmatamento n° 23331/2011, de 04/03/2011, já foram iniciados e, em caso positivo, se vem ocorrendo de acordo com os termos estabelecidos na referida Autorização, e;

d4) finalmente, informar se encontra-se afixada na propriedade, placa de identificação contendo, dentre outras informações, o número do processo CETESB, número de autorização de desmatamento, data da sua emissão e números dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental já firmados.

ADRIANA DA SILVA FERNANDES

PORTARIA Nº 452, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes do procedimento administrativo nº 1.30.012.000054/2004-83, que objetiva apurar possíveis irregularidades no Centro de Pesquisas da Petrobrás - CENPES referentes ao armazenamento de combustíveis, bem como acompanhar a adoção das medidas de segurança necessárias para o regular funcionamento de suas instalações localizadas na Cidade Universitária, Quadra 07, da ilha do Fundão, no Rio de Janeiro;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhar a adoção das medidas de segurança necessárias e apuração dos possíveis danos ambientais.

Autue-se a presente portaria, com o referido procedimento administrativo, como inquérito civil público.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 529, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na Peça de Informação nº 1.33.000.001943/2011-14;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a partir da Peça de Informação de mesma numeração, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil, com o seguinte descritor:

4ª CCR. Meio Ambiente. Praia da Galheta. Projeto da RPPN HKLA Caminhos do Sol. Pretensão de implantação de empreendimento imobiliário.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

PORTARIA Nº 533, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na peça de informação nº 1.33.000.001909/2011-40, versando sobre o desvirtuamento no uso dos ranchos de pesca, construções irregulares e lançamento de dejetos ao mar sem o devido tratamento, na localidade do Saco dos Limões, nas proximidades da Rua Jerônimo José Dias, nesta Capital;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.000.001909/2011-40, a partir da Peça de Informação de mesma numeração, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil, com o seguinte descritor:

4ª CCR. MEIO AMBIENTE. RANCHOS DE PESCA. DESVIRTUAMENTO NO USO. CONSTRUÇÃO IRREGULAR. ESGOTO. POLUIÇÃO DO MAR. RUA JERÔNIMO JOSÉ DIAS. SACO DOS LIMÕES. FLORIANÓPOLIS/SC.

Determino, ainda, que seja oficiado: i) o Município de Florianópolis; ii) o Departamento Estadual de Infraestrutura/SC, requisitando a adoção das providências pertinentes, incluindo a demolição das edificações irregulares.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 382
EM 23 DE SETEMBRO DE 2011

No período de 19/09/2011 a 23/09/2011 no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, foi realizada distribuição automática de procedimentos administrativos aos Membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Denise Vinci Túlio
08120.004252/99-85 1.29.000.000578/2000-09
1.15.000.001767/2006-71 1.26.000.003047/2006-67
1.14.004.000255/2007-76 1.15.000.001541/2007-51
1.30.017.000023/2007-25 1.13.001.000152/2008-54
1.21.001.000109/2009-06 1.23.000.001667/2009-16
1.33.002.000196/2009-62 1.12.000.000746/2010-27
1.14.004.000019/2010-55 1.15.001.000057/2010-09
1.20.000.001707/2010-75 1.22.000.002167/2010-72
1.23.000.001141/2010-70 1.23.000.001256/2010-64
1.26.000.002624/2010-80 1.34.005.000229/2010-41
1.35.000.001738/2010-01 1.36.000.000869/2010-26
1.00.000.012847/2011-42 1.11.000.000993/2011-41
1.14.000.001211/2011-80 1.15.001.000176/2011-34
1.16.000.000685/2011-30 1.16.000.003141/2011-20
1.16.000.003206/2011-37 1.20.000.000834/2011-38
1.22.000.001151/2011-23 1.23.000.000830/2011-48
1.24.000.000453/2011-18 1.25.011.000096/2011-13
1.26.000.001938/2011-46 1.26.000.002155/2011-80
1.30.012.000247/2011-63 1.34.010.000512/2011-84
1.35.000.001175/2011-24
Eugênio José Guilherme de Aragão
08108.001787/97-91 1.21.001.000210/2005-25
1.30.012.000669/2005-91 1.14.000.000429/2006-50
1.30.002.000072/2006-46 1.34.004.200074/2006-74
1.19.001.000129/2007-65 1.20.000.000318/2008-16
1.28.000.000803/2008-93 1.34.006.000118/2008-18
1.12.000.000306/2009-36 1.14.000.002259/2009-91
1.19.001.000115/2009-11 1.23.000.001472/2009-76
1.23.000.001693/2009-44 1.14.004.000215/2010-20
1.22.000.003616/2010-08 1.22.001.000320/2010-17
1.23.000.000466/2010-35 1.23.000.001145/2010-58
1.25.000.000396/2010-41 1.27.000.001280/2010-54
1.27.000.001841/2010-15 1.29.014.000178/2010-16
1.30.005.000122/2010-41 1.34.010.000232/2010-95
1.00.000.013068/2011-64 1.13.001.000014/2011-71
1.14.004.000165/2011-61 1.14.008.000013/2011-29
1.16.000.002780/2011-78 1.16.000.003215/2011-28
1.18.000.001370/2011-35 1.22.000.001154/2011-67
1.24.000.000264/2011-37 1.26.000.001237/2011-15
1.26.000.002157/2011-79 1.26.000.002159/2011-68
1.28.200.000020/2011-59 1.29.000.000659/2011-53
Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini
1.14.000.000150/2002-42 1.28.000.000168/2005-00
1.35.000.000600/2005-10 1.33.000.001193/2006-13
1.29.016.000061/2008-90 1.14.001.000010/2009-31
1.19.000.001171/2009-75 1.23.000.001624/2009-31
1.34.004.200132/2009-11 1.34.004.200193/2009-70
1.14.000.001935/2010-42 1.14.004.000102/2010-24
1.15.001.000108/2010-94 1.23.000.001185/2010-08
1.23.000.001978/2010-19 1.23.000.002510/2010-41
1.30.012.000571/2010-09 1.30.017.000425/2010-25
1.33.007.000551/2010-97 1.34.004.200005/2010-47
1.35.000.001625/2010-06 1.36.000.000682/2010-22
1.00.000.012899/2011-19 1.10.000.000380/2011-41
1.14.000.001302/2011-15 1.14.004.000006/2011-67
1.15.002.000233/2011-75 1.16.000.000024/2011-12
1.20.000.001055/2011-50 1.26.000.001101/2011-05
1.26.000.001553/2011-89 1.26.000.002152/2011-46
1.26.000.002365/2011-78 1.26.002.000032/2011-94
1.27.000.000481/2011-15 1.28.000.000047/2011-06
1.30.012.000513/2011-58 1.34.004.000522/2011-07
1.34.012.000019/2011-44 1.34.015.000328/2011-94
Rodrigo Janot Monteiro de Barros
08109.000223/98-30 1.20.000.000719/2003-53
1.20.000.000550/2004-12 1.31.000.000731/2004-65
1.23.000.000293/2005-98 1.23.000.000335/2005-91
1.26.000.002886/2006-68 1.20.000.000747/2007-02
1.16.000.001332/2008-51 1.18.000.003091/2008-19
1.22.007.000091/2008-66 1.26.000.002793/2008-03
1.29.014.000046/2008-61 1.14.000.002268/2009-81
1.15.000.000411/2009-63 1.22.000.000222/2009-56
1.24.000.001993/2009-96 1.29.016.000223/2009-71
1.12.000.000363/2010-59 1.17.003.000134/2010-28
1.20.000.001169/2010-19 1.22.000.003595/2010-12
1.23.000.001135/2010-12 1.23.003.000336/2010-72
1.26.000.002751/2010-89 1.26.000.003011/2010-60
1.00.000.003944/2011-44 1.12.000.000195/2011-82
1.19.000.000522/2011-45 1.19.001.000024/2011-92
1.20.000.000412/2011-62 1.22.002.000150/2011-41
1.24.000.000817/2011-51 1.25.005.000812/2011-41
1.26.000.000554/2011-14 1.26.000.001430/2011-48
1.27.000.000661/2011-05 1.30.012.000487/2011-68
1.33.005.000482/2011-12 1.35.000.000972/2011-94
Samantha Chantal Dobrowolski
1.16.000.001536/2003-88 1.26.000.002048/2004-22
1.26.003.000042/2005-71 1.19.000.000495/2009-96
1.22.004.000096/2009-08 1.33.000.002106/2009-98
1.14.000.001870/2010-35 1.14.000.001880/2010-71
1.16.000.003553/2010-89 1.29.002.000020/2010-77
1.11.000.000475/2011-28 1.14.000.000656/2011-42

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.20.000.000997/2011-11 1.24.000.001119/2011-73
1.26.000.001670/2011-42 1.26.000.001893/2011-18
1.26.000.002153/2011-91 1.26.000.002161/2011-37
1.34.001.002992/2011-27 1.35.000.000993/2011-18
Valquíria Oliveira Quixada Nunes
1.18.000.007532/2002-58 1.20.000.000846/2003-52
0.15.000.001306/2004-92 1.19.000.001535/2005-93
1.13.001.000012/2006-14 1.23.000.001214/2006-47
1.13.000.000985/2007-44 1.21.001.000083/2007-26
1.34.004.200082/2007-00 1.22.000.001270/2008-81
1.26.006.000056/2008-16 1.14.004.000382/2009-37
1.14.004.000422/2009-41 1.14.004.000471/2009-83
1.19.000.001247/2009-62 1.14.000.000415/2010-12
1.19.000.000855/2010-93 1.20.000.000704/2010-14
1.20.000.001283/2010-49 1.22.001.000190/2010-12
1.23.000.000084/2010-10 1.26.000.001385/2010-41
1.27.000.001804/2010-15 1.28.100.000472/2010-88
1.29.000.002085/2010-77 1.34.001.008276/2010-72
1.00.000.013133/2011-51 1.11.000.001138/2011-58
1.17.000.001247/2011-51 1.20.000.000436/2011-11
1.23.000.000348/2011-16 1.25.004.000329/2011-77
1.26.000.000889/2011-24 1.26.000.002082/2011-26
1.26.000.002156/2011-24 1.28.200.000002/2011-77
1.30.002.000012/2011-91 1.30.012.000461/2011-10
1.33.003.000097/2011-95 1.34.029.000016/2011-21
Total de procedimentos distribuídos: 219

ADRIANA CAMPELO ONIAS DE CARVALHO
Assessora Administrativa

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 157ª SESSÃO ORDINÁRIA

Dia: 29 de setembro de 2011.
Hora: 9h.
Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A, Edifício Parque Cidade Corporate, 12º Andar, Sala s/n, Asa Sul, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente
a) Aprovação da ata da 156ª Sessão Ordinária e da 158ª Sessão Extraordinária.
b) Comunicados e Proposições:
1 - Presidente do CSMPT
2 - Secretaria do CSMPT
3 - Conselheiros
4 - Corregedoria do MPT
2ª Parte - Ordem do dia.

I - PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA REGIMENTAL

01 - Processo nº 08130.001076/2010.
Proponente: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos - Subprocuradora-Geral do Trabalho.
Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPT nº 86/2009.
Relatora: Conselheira Maria Guiomar Sanches de Mendonça.
Revisor: Conselheiro Edson Braz da Silva.
Decisão anterior: Concedida vista regimental ao Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho. Ausente, momentânea e justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 154ª Sessão Ordinária, em 26.05.2011.
Decisão anterior: Adiado o julgamento, em razão da ausência justificada do Conselheiro Edson Braz da Silva, revisor. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Edson Braz da Silva e Luís Antônio Camargo de Melo. CSMPT, 155ª Ordinária, em 30.06.2011.
Decisão anterior: Prosseguindo, renovou pedido de vista regimental o Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 156ª Sessão Ordinária, 25.08.2011.
02 - Processo nº 08130.001284/2011
Interessado: Rosemary Fernandes Moreira - Procuradora do Trabalho
Assunto: Consulta acerca da distribuição de procedimentos de Órgão Agente prevista no artigo 3º, § 1º, II, "c", da Resolução CSMPT 86/2009.
Relator: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Revisor: Conselheiro Luís Antônio Camargo de Melo
Decisão anterior: Adiado o julgamento, em razão da ausência justificada do Conselheiro Luís Antônio Camargo de Melo, revisor. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Edson Braz da Silva e Luís Antônio Camargo de Melo. CSMPT, 155ª Ordinária, em 30.06.2011.
Decisão anterior: Prosseguindo, e após lido o relatório, pediu vista regimental o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo, revisor. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 156ª Sessão Ordinária, 25.08.2011.
03 - Processo nº 08130.001731/2009 - (Apenso: Processo PGT/CCR 31/2004)
Interessado: Câmara de Coordenação e Revisão do MPT
Assunto: Alteração da Resolução CSMPT 69/2007 (Revisão ou desfazimento de TAC)
Relatora: Conselheira Guiomar Rechia Gomes
Revisor: Conselheiro Edson Braz da Silva
Decisão anterior: Após o voto da Conselheira relatora Guiomar Rechia Gomes e do Conselheiro revisor Edson Braz da Silva no sentido de alterar a Resolução CSMPT 69/2007, acrescentando o artigo 14-A, caput e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º; e do voto do Conselheiro José Neto da Silva acompanhando em parte a relatora, excluindo apenas o § 6º, pediu vista regimental o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 156ª Sessão Ordinária, 25.08.2011.
04 - Processo nº 08130.003001/2011
Interessado: Manoel Adroaldo Bispo - Procurador-Chefe PRT 20ª Região/Coordenador da CODIN.
Assunto: Consulta acerca da competência para determinar a suspensão de distribuição de processos judiciais e outras duvidas acerca da Resolução CSMPT nº 86/2009.
Relator: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Decisão anterior: Após o voto do Conselheiro relator Rogério Rodriguez Fernandez Filho, respondendo à Consulta, e dos votos dos Conselheiros José Alves Pereira Filho, Guiomar Rechia Gomes, Maria Guiomar Sanches de Mendonça e Edson Braz da Silva acompanhando o relator e do Conselheiro José Neto da Silva no sentido de não conhecer da Consulta, pediu vista regimental o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani. Aguarda o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 156ª Sessão Ordinária, 25.08.2011.
05 - Processo nº 08130.003002/2011
Interessado: Manoel Adroaldo Bispo - Procurador-Chefe PRT 20ª Região/Coordenador da CODIN.
Assunto: Consulta acerca da competência para determinar a suspensão de distribuição de processos judiciais e outras duvidas acerca da Resolução CSMPT nº 86/2009.
Relator: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Decisão anterior: Após o voto do Conselheiro relator Rogério Rodriguez Fernandez Filho, respondendo à Consulta, e dos votos dos Conselheiros José Alves Pereira Filho, Guiomar Rechia Gomes, Maria Guiomar Sanches de Mendonça e Edson Braz da Silva acompanhando o relator e do Conselheiro José Neto da Silva no sentido de não conhecer da Consulta, pediu vista regimental o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani. Aguarda o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 156ª Sessão Ordinária, 25.08.2011.
06 - Processo nº 08130.003003/2011
Interessado: Manoel Adroaldo Bispo - Procurador-Chefe PRT 20ª Região/Coordenador da CODIN.
Assunto: Consulta acerca da competência para determinar a suspensão de distribuição de processos judiciais e outras duvidas acerca da Resolução CSMPT nº 86/2009.
Relator: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Decisão anterior: Após o voto do Conselheiro relator Rogério Rodriguez Fernandez Filho, respondendo à Consulta, e dos votos dos Conselheiros José Alves Pereira Filho, Guiomar Rechia Gomes, Maria Guiomar Sanches de Mendonça e Edson Braz da Silva acompanhando o relator e do Conselheiro José Neto da Silva no sentido de não conhecer da Consulta, pediu vista regimental o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani. Aguarda o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 156ª Sessão Ordinária, 25.08.2011.
07 - Processo nº 08130.003004/2011
Interessado: Manoel Adroaldo Bispo - Procurador-Chefe PRT 20ª Região/Coordenador da CODIN.
Assunto: Consulta acerca da competência para determinar a suspensão de distribuição de processos judiciais e outras duvidas acerca da Resolução CSMPT nº 86/2009.
Relator: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Decisão anterior: Após o voto do Conselheiro relator Rogério Rodriguez Fernandez Filho, respondendo à Consulta, e dos votos dos Conselheiros José Alves Pereira Filho, Guiomar Rechia Gomes, Maria Guiomar Sanches de Mendonça e Edson Braz da Silva acompanhando o relator e do Conselheiro José Neto da Silva no sentido de não conhecer da Consulta, pediu vista regimental o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani. Aguarda o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 156ª Sessão Ordinária, 25.08.2011.
08 - Processo nº 08130.003005/2011
Interessado: Manoel Adroaldo Bispo - Procurador-Chefe PRT 20ª Região/Coordenador da CODIN.
Assunto: Consulta acerca da competência para determinar a suspensão de distribuição de processos judiciais e outras duvidas acerca da Resolução CSMPT nº 86/2009.
Relator: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho
Decisão anterior: Após o voto do Conselheiro relator Rogério Rodriguez Fernandez Filho, respondendo à Consulta, e dos votos dos Conselheiros José Alves Pereira Filho, Guiomar Rechia Gomes, Maria Guiomar Sanches de Mendonça e Edson Braz da Silva acompanhando o relator e do Conselheiro José Neto da Silva no sentido de não conhecer da Consulta, pediu vista regimental o Conselheiro Eduardo Antunes Parmeggiani. Aguarda o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 156ª Sessão Ordinária, 25.08.2011.

II - PROCESSOS DESTA SESSÃO

09 - Processo nº 08130.001095/2011.
Interessado: Corregedoria do MPT.
Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar.
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho.
10 - Processo nº 08130.002237/2011 - (Apensos: Processos nºs 08130.002189/2011; 08130.002190/2011; 08130.002191/2011; 08130.002192/2011; 08130.002193/2011; 08130.002194/2011; 08130.002195/2011; 08130.002240/2011; 08130.002241/2011; 08130.002242/2011; 08130.002243/2011; 08130.002244/2011; 08130.002245/2011 e 08130.002287/2011).
Interessado: Bernardo Leôncio Moura Coelho - Procurador do Trabalho.
Assunto: Pedido de Deliberação: alegação de desrespeito ao § 7º do art. 3º da Resolução CSMPT nº 86/2009.
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
Revisora: Conselheira Maria Guiomar Sanches de Mendonça.
11 - Processo nº 08130.004682/2010 - (Apenso: Processo nº 0830.000376/2008; Temário unificado do MPT).
Interessado: Corregedoria do MPT.
Assunto: Requer normatização dos procedimentos nas PRT's e PTM's para alimentação padronizada do Banco Nacional de Processos e documentos e uso efetivo e equânime dos critérios de análise a serem adotados no MPT.
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
Revisor: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho.
12 - Processo nº 08130.004413/2011.
Interessado: Márcia Bacher Medeiros - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Requerimento de Afastamento para participar do curso Máster em Derecho Constitucional em Sevilha/Espanha e para redigir trabalho final.
Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.
Revisor: Conselheiro José Alves Pereira Filho.
Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Presidente do Conselho

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira-Secretária

PROCURADORIAS REGIONAIS
8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 728, DE 22 DE AGOSTO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e
Considerando que foi instaurado Inquérito Civil nº 0000498.2011.08.000/4 em face da Empresa INFOSELL COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS PARA COMUNICAÇÃO LTDA., através da Portaria nº 313, de 09/05/2011;
DETERMINA, em 22.08.2011, em Belém/PA: 1) a RETIFICAÇÃO da Portaria acima referida para alterá-la quanto ao seu objeto, passando a constar: prática de abuso do poder diretivo do empregador, caracterizado por meio de tratamento inadequado aos empregados e ausência de pagamento de férias: 2) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.
Publique-se, registre-se e se cumpra.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO
Procuradora do Trabalho

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 236, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos da Representação nº 000507.2011.20.000/7 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (jornada extraordinária em desacordo com a lei), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face do Banco do Estado d Sergipe S/A (CNPJ nº 13.009.717/0001-46).

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 238, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o teor dos autos do Procedimento 000722.2011.20.000/6, cuja representação inicial foi apresentada SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE SERGIPE - SINDIVIGILANTE (CNPJ 16.212.359/0001-62), bem como do despacho proferido nos mesmos à fl. 07;

Considerando que a representação versa sobre a possível violação de direitos e interesses metaindividuais, sob os seguintes temas:

09. TEMAS GERAIS / 09.06. DURAÇÃO DO TRABALHO E PAGAMENTOS RESPECTIVOS / 09.06.05. Trabalho Noturno

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face de MENDES E FERREIRA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. (CNPJ 34.324.913/0002-66) para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade.

Designar o servidor Weldon de Brito Fonseca, Técnico Administrativo, Matrícula 6005288-0, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

LUIS FABIANO PEREIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 6, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

A Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, por meio dos Promotores de Justiça que esta subscrevem;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar para que os poderes públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos assegurados na Constituição Federal (art. 129, inciso II, CF), entre eles o direito a uma cidade sustentável que propicie qualidade de vida a seus habitantes;

CONSIDERANDO que, sempre que necessário ao exercício da referida incumbência - defesa da ordem urbanística - o Ministério Público deve instaurar inquérito civil ou outros procedimentos administrativos correlatos, conforme determinam os artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 150, I, da Lei Complementar nº 75/93, 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e 1º e seguintes da Resolução nº 66/05 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO que as regiões administrativas do Guará, Águas Claras, Samambaia, Sudoeste, dentre outras, crescem sem planejamento e de forma não sustentável, o que tem provocado congestionamentos diários e falta de vagas nas referidas regiões.

CONSIDERANDO que para atividades consideradas polo geradores de trânsito, segundo o código de Trânsito Brasileiro, Lei 9503/97, art. 93, in verbis:

"Nenhum projeto de edificação que possa transformar-se em pólo atrativo de trânsito poderá ser aprovado sem prévia anuência do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e sem que do projeto conste área para estacionamento e indicação das vias de acesso adequadas",regulamentada pelo Decreto Distrital nº 24.048 de 2005,tal faz-se necessária a aprovação do órgão de trânsito.

CONSIDERANDO que há obra no Guará que segundo matéria do DF-TV e do Correio Braziliense, o Detran somente está exigindo o estudo - RIT há pouco tempo.

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração Pública deve se pautar pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e moralidade, entre outros;

CONSIDERANDO as há indícios de que houve irregularidades em aprovações de projetos e concessões de alvarás de construção sem que houvesse RIT previamente analisado e aprovado pelo Detran o que viola os princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e da eficiência;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para colher elementos de convicção acerca da existência de irregularidades na aprovação de projetos de construção e na concessão de alvarás de construção sem que haja análise detalhada e aprovação prévia de RIT, em descumprimento das exigências legais.

Para a Secretaria da PROURB:

1.registre no SISPRO e autue-se esta Portaria, juntando-se os documentos anexos;

2.anote-se na capa do inquérito o objeto de investigação dos presentes autos da forma mais clara e específica possível, cujo objeto será a investigação da forma como foram aprovados projetos, como eram analisados os RIT e como eram concedidos alvarás de construção para empreendimentos que são potencialmente polos geradores de trânsito e se tais procedimentos estão em desconformidade com a legislação;

3.remeta-se cópia desta Portaria à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível e à imprensa oficial, para fins de publicação;

4.Notifique-se o Diretor do DETRAN-DF para comparecer na PROURB no dia 22 de setembro de 2011 para prestar declarações sobre o procedimento do RIT no Detran-DF;

5.Encaminhe-se para a Assessoria Técnica da Prourb para análise;

6.Oficie-se às Administrações do Sudoeste, Águas Claras, Guará e Samambaia para que informem, no prazo de 10 dias, se estão exigindo o RIT dos empreendimentos que tem potencial para se tornar polo gerador de trânsito;

LUCIANA MEDEIROS COSTA
Promotora de Justiça

YARA MACIEL CAMELO
Promotora de Justiça

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 71, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a alteração do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a publicação de Decreto de 08 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 09 subsequente, Seção 1, páginas 3 a 14, o qual abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária relativas ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, no valor global de R$ 953.916.739,00, descentralizadas aos tribunais regionais federais no presente exercício, resolve:

Art. 1º ATUALIZAR, com fundamento no art. 69, § 2º, da Lei n. 12.309, de 09 de agosto de 2010, o anexo do Cronograma Anual de Desembolso Mensal referente ao exercício de 2011 - Órgão 12.000 - Justiça Federal, na forma estabelecida na Portaria n. 48, de 19 de julho de 2011, em relação às requisições de pequeno valor, e na Portaria n. 47, de 05 de julho de 2011, em relação aos precatórios, requisições de pequeno valor e da contribuição da União ao Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO ARI PARGENDLER

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2011
ÓRGÃO 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

Em R$ 1,00

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)						
PERÍODO	UNIÃO FEDERAL		AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FERERAIS		FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
Até agosto	2.043.457.292	1.687.908.354	434.244.623	381.171.995	38.531.571	2.931.975.177
Até setembro	2.043.457.292	1.687.908.354	434.244.623	381.171.995	38.531.571	2.931.975.177
Até outubro	2.043.457.292	1.687.908.354	434.244.623	381.171.995	38.531.571	2.931.975.177
Até novembro	2.043.457.292	1.687.908.354	434.244.623	381.171.995	38.531.571	2.931.975.177
Até dezembro	2.043.457.292	1.687.908.354	434.244.623	381.171.995	38.531.571	2.931.975.177

Em R$ 1,00

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR				
PERÍODO	UNIÃO FEDERAL AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS		FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
Até agosto	952.250.689	109.143.403	192.459.252	2.399.261.483
Até setembro	1.226.655.542	124.466.960	227.915.555	2.830.193.464
Até outubro	1.501.060.395	139.790.516	263.371.858	2.830.193.464
Até novembro	1.501.060.395	139.790.516	263.371.858	2.830.193.464
Até dezembro	1.501.060.395	139.790.516	263.371.858	2.830.193.464

Em R$ 1,00

CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR		
	UNIÃO FEDERAL	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS
PERÍODO	NATUREZA ALIMENTÍCIA	NATUREZA ALIMENTÍCIA
Até agosto	26.800.000	46.185.500
Até setembro	160.635.930	71.612.032
Até outubro	294.471.860	71.612.032
Até novembro	428.307.789	71.612.032
Até dezembro	562.143.719	93.057.712

Brasília, 26 de setembro de 2011.
GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL 12/9/2011

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER

Presentes à sessão os Excelentíssimos Conselheiros Felix Fischer, João Otávio de Noronha, Teori Zavascki, Castro Meira, Olindo Menezes, Maria Helena Cisne, Roberto Haddad, Marga Tessler e Rogério Fialho.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Ari Pargendler.

Presentes, também, o Juiz Federal Gabriel Wedy (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participa da sessão sem direito a voto e o Doutor Marcelo Vieira de Campos (Secretário interino de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

Secretária: Bel. Eva Maria Ferreira Barros

PROCESSO N. 2011.47.0001
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Juízes Federais Casem Mazloum e Adriana Pileggi de Soveral
ADVOGADO: Pedro Luiz Cunha Alves de Oliveira
ASSUNTO: RECURSOS DISCIPLINARES INTERPOSTOS POR JUÍZES FEDERAIS DA 3ª REGIÃO E MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do relator concluindo por julgar prejudicado os recursos dos juízes federais e do Ministério Público (na parte em que foi requerida a imposição de penalidade) e admitindo o recurso do Ministério Público, nos termos do art. 134, I, do Regimento Interno deste Conselho, como recurso revisional, e do proferimento, no mérito desse último recurso, no sentido de ser aplicada a pena de censura, a qual, no entanto, declarou prescrita, pediu vista o Conselheiro Teori Zavascki, aguardando os demais para votar."

PROCESSO N. 2010.62.0004
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
INTERESSADA: Juíza Federal Cláudia Valéria Bastos Fernandes Domingues de Mello
ADVOGADO: Mauro Roberto Gomes de Matos
ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR JUÍZA FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, deferiu o pedido nos termos do voto do relator."

PROCESSO N. 2011.62.0001
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
INTERESSADO: Juiz Federal Edilberto Barbosa Clementino
ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR JUIZ FEDERAL CONTRA ATO DO TRF DA 4ª REGIÃO QUE INDEFERIU A SUA REMOÇÃO DA VARA FEDERAL DE GUAÍRA/PR PARA A DE FOZ DO IGUAÇU/PR.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por maioria, vencido o relator, indeferiu o pedido. Lavrará a decisão o Conselheiro Teori Zavascki."

PROCESSO N. 2011.16.1454
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DO TRF DA 1ª REGIÃO PARA PERMUTAR A DATA DE IMPLANTAÇÃO DA VARA FEDERAL DE IMPERATRIZ/MA COM A VARA FEDERAL DE SÃO LUÍS/MA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, deferiu o pedido."

Brasília, 12 de setembro de 2011.
EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO DE SECRETARIA

De ordem do Excelentíssimo Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, a publicação da decisão do PROCESSO: 2008.33.00.702694-0, na página 194 do Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 01 de setembro de 2011, torna-se sem efeito.
Brasília, 26 de setembro de 2011.

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2005.71.50.032332-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: VIRGÍNIA DA SILVA CANTARELLI OAB: RS-47896
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Distribua-se para melhor exame.

Brasília, 8 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2006.71.50.010101-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILBERTO AZEVEDO DA CUNHA
PROC./ADV.: LEANDRO RICARDO ADAIME OAB: RS-47608
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Distribua-se para melhor exame.

Brasília, 12 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2006.71.50.010102-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GLENIO ARTUR MERCH
PROC./ADV.: LEANDRO RICARDO ADAIME OAB: RS-47608
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Distribua-se para melhor exame.

Brasília, 12 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.51.005141-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUIZ CARLOS LEAL
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 19 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.53.001636-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOÃO JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS FABRICIO PERTILE OAB: PR 31.730
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 16 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.53.001982-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SOLA E CIA LTDA
PROC./ADV.: JAIME ANTÔNIO MIOTTO OAB: SC-8672

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.53.001986-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): L. SOLA & CIA LTDA
PROC./ADV.: JAIME ANTÔNIO MIOTTO OAB: SC-8672

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.50.007626-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANGELO MOREIRA GOMES
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 19 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.50.017413-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FLÁVIO JOSÉ NUNES SEPEL
PROC./ADV.: KÁTIA MANDELLI BAUER OAB: RS-21560

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pela FAZENDA NACIONAL com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que manteve sentença declaratória da inexistência, no caso, de relação jurídico-tributária que permitisse a incidência de imposto de renda sobre valores recebidos com atraso, a título de juros moratórios derivados da conversão de salários em URV.

Sustenta a União que deve ser reconhecida a natureza salarial dos valores recebidos judicial e administrativamente, daí ser cabível a incidência de imposto de renda sobre os juros moratórios referidos. Aponta divergência entre o acórdão recorrido e precedentes da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Entendo estar configurada a divergência jurisprudencial.

Diante dessas considerações e da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.54.002006-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ODOLIR FRANCISCÃO
PROC./ADV.: HENRIQUE OLTRAMARI OAB: RS-60442
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ODOLIR FRANCISCÃO com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, contra decisão da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que deu parcial provimento ao recurso da parte autora, "para declarar que a incidência de Imposto de Renda sobre os valores recebidos acumuladamente pela parte autora deve ser feita considerando-se isoladamente os valores em relação às respectivas competências (ano-base), mediante uso de alíquota e base de cálculo do tributo vigentes em cada momento".

Sustenta o requerente que "pretende a reforma do acórdão que negou provimento aos embargos declaratórios, os quais pretendiam o reconhecimento da inexigibilidade do imposto de renda pretendido em virtude da percepção acumulada do benefício previdenciário; para que a recorrida promovesse os ajustes da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física a fim de que o recorrente não fosse onerado com os encargos da declaração extemporânea e, fundamentalmente, para que se declarasse excluídos os juros de mora do valor recebido, já que os mesmos detêm natureza indenizatória e, portanto, não são tributáveis".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Entendo configurada a divergência jurisprudencial, mormente após o julgamento da matéria impugnada no Recurso Especial n. 1118429/SP, eleito como representativo da controvérsia pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça e submetido ao regime dos Recursos Repetitivos, previsto no art. 543-C, do CPC. Confira-se abaixo ementa do que restou decidido:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS DE FORMA ACUMULADA.

1. O Imposto de Renda incidente sobre os benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado. Não é legítima a cobrança de IR com parâmetro no montante global pago extemporaneamente. Precedentes do STJ.

2. Recurso Especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art.543-C do CPC e do art. 8º da Resolução STJ 8/2008." (REsp n. 1.1184.29/SP, rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 14/5/2010.)

Ademais, em 20.10.2010, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, resolveu questão de ordem no sentido de reconhecer a repercussão geral do tema em questão, qual seja, incidência de imposto de renda sobre rendimentos da pessoa física pagos acumuladamente, reformando a decisão de inadmissibilidade do Recurso Extraordinário n. 614406/RS. Confira-se a ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE VALORES RECEBIDOS ACUMULADAMENTE. ART. 12 DA LEI 7.713/88. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. 1. A questão relativa ao modo de cálculo do imposto de renda sobre pagamentos acumulados - se por regime de caixa ou de competência - vinha sendo considerada por esta Corte como matéria infraconstitucional, tendo sido negada a sua repercussão geral. 2. A interposição do recurso extraordinário com fundamento no art. 102, III, b, da Constituição Federal, em razão do reconhecimento da inconstitucionalidade parcial do art. 12 da Lei 7.713/88 por Tribunal Regional Federal, constitui circunstância nova suficiente para justificar, agora, seu caráter constitucional e o reconhecimento da repercussão geral da matéria. 3. Reconhecida a relevância jurídica da questão, tendo em conta os princípios constitucionais tributários da isonomia e da uniformidade geográfica. 4. Questão de ordem acolhida para: a) tornar sem efeito a decisão monocrática da relatora que negava seguimento ao recurso extraordinário com suporte no entendimento anterior desta Corte; b) reconhecer a repercussão geral da questão constitucional; e c) determinar o sobrestamento, na origem, dos recursos extraordinários sobre a matéria, bem como dos respectivos agravos de instrumento, nos termos do art. 543-B, § 1º, do CPC. (RE 614406 AgR-QO-RG, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, julgado em 20/10/2010, DJe-043 DIVULG 03-03-2011 PUBLIC 04-03-2011 EMENT VOL-02476-01 PP-00258 LEXSTF v. 33, n. 388, 2011, p. 395-414)".

Observo também que há multiplicidade de recursos de mesmo objeto em trâmite na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização. Nesse sentido, com base no art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor da decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais.

Publique-se. Intime-se.

Distribua-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.55.001198-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ILZA MARIA PEREIRA
PROC./ADV.: RÉGIS DIEL OAB: RS-56572
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 19 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.55.001863-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNA ADORYAN
PROC./ADV.: NOLI SCHORN OAB: RS-16071

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 19 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.55.001991-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO PEDRO BORGES DA SILVA
PROC./ADV.: RÉGIS DIEL OAB: RS-56572
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 19 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.58.006346-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INÁCIO OSMAR BRITO
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 16 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.62.003042-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CIRIA KOHLER GARCIA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS 33.559
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 16 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.63.002175-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DARCI JOSÉ DALMÁS
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN BRUXEL OAB: RS-44061
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 16 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.64.002257-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVANI CORBELLINI
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER OAB: RS-34712
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 16 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501289-91.2010.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: JOSEFA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ CARMO DOS REIS OAB: SE-325-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503917-38.2005.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: MÔNICA DE SOUZA DA LUZ OAB: RN-3787

DECISÃO

Distribua-se para melhor exame.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504926-19.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO PEREIRA DE ANDRADE
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Distribua-se para melhor exame.

Brasília, 19 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.70.50.017363-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIZEU PRACHEDES MORAES JUNIOR
PROC./ADV.: SABRINA NASCHENWENG OAB: SC 12.020

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.71.67.000364-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DORVALINA GWOZDZ
PROC./ADV.: SIDNEI ANTÔNIO MESACASA OAB: RS-57643
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a inexigibilidade do imposto de renda sobre valores recebidos em atraso, a título de benefício previdenciário, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.71.54.002006-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.71.67.001598-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LORI ZIELKE
PROC./ADV.: SIDNEI ANTÔNIO MESACASA OAB: RS-57643
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a inexigibilidade do Imposto de Renda sobre valores recebidos em atraso, a título de benefício previdenciário, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.71.54.002006-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.51.51.037126-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS PAIM DE ANDRADE
PROC./ADV.: IGOR CÔRTES DE MEDEIROS OAB: RJ-123016

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2007.70.50.001868-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.51.51.044867-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): TEREZINHA RAMOS PINTO GOMES
PROC./ADV.: DÉBORA FANTESIA DOS SANTOS OAB: RJ-127627

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda da pessoa física - IRPF sobre juros moratórios decorrentes de valores recebidos em ação judicial, relativos a diferenças ocorridas quando da conversão dos salários em URV, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.71.50.017413-4.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.51.51.059036-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELAINE MARISE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.230.957/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AUXÍLIO-DOENÇA PAGO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS. SUBMISSÃO À SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC E DA RES. STJ N. 8/2008."

Observo também que a matéria está sendo discutida pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 593.068, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.51.003801-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOÃO MANOEL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a possibilidade de contribuinte optar pela restituição de indébito tributário via precatório, após transitada em julgado sentença que declarou a inexistência de relação jurídico-tributária e autorizou a compensação de valores indevidamente recolhidos, está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 937.890/SP, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.50.006287-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): HÉLIO PINTO DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: RAQUEL BERNARDES DE FREITAS OAB: RS-62510

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda da pessoa física - IRPF sobre juros moratórios decorrentes de valores recebidos em ação judicial, relativos a diferenças ocorridas quando da conversão dos salários em URV, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.71.50.017413-4.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.51.51.007276-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: DÉBORA FANTESIA DOS SANTOS OAB: RJ-127627

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda da pessoa física - IRPF sobre juros moratórios decorrentes de valores recebidos em ação judicial, relativos a diferenças ocorridas quando da conversão dos salários em URV, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.71.50.017413-4.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2009.51.51.021973-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LAURA ELZA LOPES FERREIRA GOMES
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL OAB: RJ-64900

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2007.70.50.001868-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.51.51.043823-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CECÍCILIA MARIA BOUÇAS COIMBRA
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL OAB: RJ-64900

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2007.70.50.001868-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.51.52.002126-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANTONIO CARLOS AMANCIO DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL OAB: RJ-64900

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2007.70.50.001868-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.51.52.002868-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VALÉRIA SALGUEIRO DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL OAB: RJ-64900

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2007.70.50.001868-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.53.004888-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ROBERTO MARINOZI
PROC./ADV.: PAULO MARCOS DE OLIVEIRA OAB: PR-16646
PROC./ADV.: DEONÍZIO LETENSKI OAB: PR-20671

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.54.003265-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCIA PEREIRA DA SILVA GONÇALVES
PROC./ADV.: DEONIZIO LETENSKI OAB: PR-20671-B
PROC./ADV.: PAULO MARCOS DE OLIVEIRA OAB: PR-16646

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.50.001439-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): AMAURY VERGAMINI RAMOS
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO OAB: RS-65084

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133-RS, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamação trabalhista, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.50.001869-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VICTÓRIO SGOALDO PEZ CARLOTO
PROC./ADV.: PAULO CÉZAR CANABARRO UMPIERRE OAB: RS-8716

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133-RS, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamação trabalhista, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2009.71.51.001819-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): EURICO DOS SANTOS
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO OAB: RS-65084

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133-RS, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamação trabalhista, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.51.002281-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): WILIAN CARLOS DA ROSA
PROC./ADV.: ALLAN LUÍS SOUTO SOLDERA OAB: RS-38133

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133-RS, em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamação trabalhista, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.53.001763-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ EDUARDO GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: EUNICE KUREK GEHLEN OAB: RS-26724

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.54.003419-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VALDIR MENEGAZZO
PROC./ADV.: FABIANO PAZZET DE AZEVEDO OAB: RS-57262

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.56.001055-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSE CARLOS GOES VIEDO
PROC./ADV.: GASPAR PEDRO VIECELI OAB: RS-17092

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.58.006381-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): GERALDO DE MOURA
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO OAB: RS-65084

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 9 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.63.002487-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ARY SERI RIGOTTI
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO OAB: RS-65084

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.72.55.005382-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANGELA BENETTI
PROC./ADV.: EDUARDO DETTMER OAB: SC-15857

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a incidência da contribuição previdenciária sobre a verba recebida a título de auxílio-alimentação, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2010.72.50.000617-9.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.72.55.005476-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DULCE KARIN ANDERSEN
PROC./ADV.: LAURI POSSAMAI OAB: SC-27770

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a incidência da contribuição previdenciária sobre a verba recebida a título de auxílio-alimentação, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2010.72.50.000617-9.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503337-96.2005.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EDY DUTRA DA COSTA PINTO
PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
OAB: SE 356-A
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a cobrança de imposto de renda sobre benefício de complementação de aposentadoria decorrente de plano de previdência privada, está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0531007-25.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JABES CORREIA DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CLÁUDIA NEIVA COELHO OAB: PE-18189

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08." (REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13/10/2008.)

Verifico, ademais, que a Turma Nacional de Uniformização, no incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, também se manifestou sobre o assunto, nos seguintes termos:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

SECRETARIA DA TURMA

DECISÃO DO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2010.72.51.002786-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANITO BOSO
PROC./ADV.: SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Por meio de petição protocolizada em 17.6.2011, o requerente informa que o INSS, ao cortar seu benefício sem a devida realização de perícia, descumpriu determinação judicial. Por essa razão, requer seja intimado o INSS para restabelecer o referido benefício previdenciário, sob pena de multa, até que seja realizada a cirurgia, conforme determinação judicial.

Ante o exposto, baixem-se os autos à origem para que o juiz prolator da sentença possa apreciar a presente petição.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

DECISÃO DO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0526218-80.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JACQUELINE JARDIM FERRAZ
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

DECISÃO

Por meio de petição protocolizada em 28.7.2011, a requerida requer que a União seja intimada para se manifestar acerca da perda do objeto da ação em razão do reconhecimento administrativo do direito e conseqüente perda superveniente do interesse recursal, na forma do art. 462 do CPC, os quais ensejam a extinção do feito, com resolução de mérito, pela aplicação do art. 269, do CPC.

Julgo prejudicado o pedido, uma vez que, conforme andamento processual disponível no site desta Turma Nacional de Uniformização, o recurso já havia sido julgado, tendo a respectiva decisão publicada em 20/5/2011.

Ante o exposto, está exaurida a prestação jurisdicional desta Turma Nacional de Uniformização.

Baixem-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 26 de setembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 420, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Regional, correspondente ao segundo quadrimestre de 2011, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, e do § 2º do artigo 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Des. EDINARDO MARIA RODRIGUES DE SOUZA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**25.952**	**20**
Pessoal Ativo	**25.176**	**20**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	25.176	20
Pessoal Inativo e Pensionistas	**776**	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	776	
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**1.495**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	773	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	722	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**24.457**	**20**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**24.477**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,004428
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	**0,007835**	43.307
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	**0,007443**	41.140

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/09/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. EDINARDO MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Presidente do Tribunal

CLAUDIO HENRIQUE GUERRA XAVIER DA SILVA
Diretor-Geral

SILVANA CARLA BENICIO DIAS DA SILVA
Gestor Financeiro
Em exercício

MOISÉS SILVA CAMPOS
Controle Interno
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 636, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 54 e no § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), resolve:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, relativo ao período de Setembro/2010 a Agosto/2011.

Desª MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ùltimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	70.935	6
Pessoal Ativo	64.979	6
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	64.979	6
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.955	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.101	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Inativo e Pensionistas	4.854	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.410	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	92	-
Despesas de Exercícios Anteriores	7.590	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.728	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	57.525	6
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		57.531

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,010408
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,016696	92.284
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,015861	87.669

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN n. 647, de 19/9/2011.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Desª MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO
Presidente do Tribunal

PEDRO CÉSAR DA SILVA BATISTA
Diretor-Geral

ANA PAULA MENDES SIMÕES PEREIRA
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

ALESSANDRA GONÇALVES CORRÊA
Coordenadora de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 524, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso III e parágrafo único do Art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - Anexo I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ milhares*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ùltimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	97 . 651	-
Pessoal Ativo	84.231	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Demais Despesas com Pessoal Ativo	84.231	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1 3 . 420	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	13.420	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	19. 001	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-
Decorrentes de Decisão Judicial		-
Despesas de Exercícios Anteriores	6.074	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.927	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	78 . 650	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		78 . 650

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1]		552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,014229
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,027892	154.168
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,026497	146.458

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE
Nota: 1 Valor referente à Portaria STN n. 647, de 19/09/2011.
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

LEANA BATISTA NEVES
Coordenadora de Orçamento e Finanças

RAIMUNDA MENDES COSTA
Coordenadora de Controle Interno

Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 833, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DESEMBARGADOR RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 2º quadrimestre de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	SET. DE 2010 A AGO. DE 2011	
	LIQUID (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS. (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	98.568	190
Pessoal Ativo	85.422	190
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	85.422	190
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.146	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	13.146	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1°, da LRF) (II)	24.028	4
Indenizações por Demissão e Incentivos à D. Voluntária	-	-
Decorrente de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	11.746	4
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	12.282	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	74.540	186
DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP (IV)=(III a + III b)	74.726	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)[1]	552.733.063	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,013519	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - % 0,026622	147.149	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - % 0,025291	139.792	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
[1] Valor referente à Portaria STN n.º 647, de 19/09/2011

NOTA:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a)Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

SIDNEI ANTUNES RIBEIRO
Gestor Financeiro

RAQUEL MARIA FERRO NOGUEIRA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

SILVANI MAIA RESENDE SANTANA
Diretora-Geral

Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 315, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos do artigo 54, §2º e do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 19 de maio de 2000 e em virtude do Valor da Receita Corrente Líquida, conforme divulgação da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, por meio da Portaria nº 647, de 19 de setembro de 2011, torna público o Relatório de Gestão Fiscal, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal deste Tribunal, tendo como referência o período de SETEMBRO/2010 a AGOSTO/2011. O presente Relatório estará afixado no átrio deste Tribunal Regional Eleitoral situado à Avenida Presidente Dutra, nº 1889, Bairro Areal, nesta Capital bem como na página eletrônica da Internet: www.tre-ro.jus.br.

Desª ZELITE ANDRADE CARNEIRO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") e Portaria STN nº 249/2010 R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.568	330
Pessoal Ativo	42.919	330
Sentenças judiciais sem Precatório (do próprio órgão	500	-
Sentenças judiciais com Precatório (do próprio órgão e de outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	42.419	330
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.649	-
Sentenças judiciais sem Precatório (do próprio órgão	140	-
Sentenças judiciais com Precatório (do próprio órgão e de outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	1.509	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18, da LRF)	-	-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF) (II)	4.162	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	500	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.013	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	1.649	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	40.406	330
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	40.736	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	552.733.063
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100	0,007370
LIMITE MÁXIMO (Inciso I, II e III do art. 20 da LRF) -<%> 0,012502	69.103
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) -<%> 0,011877	65.648

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e COFC/SAOFC/TRE-RO
[1]Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/09/2011.

Notas:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64;

RAMON CUJUI FREITAS
Gestor Financeiro
Substituto

PAULO ANDRÉ VIANA COTA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

De acordo. Encaminhem-se a Excelentíssima Senhora Presidente.

ELIZETH AFONSO DE MESQUITA
Diretora-Geral da Secretaria

De acordo.
Nos termos do art. 54, § 2º e do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Porto Velho, 23 de setembro de 2011.
Desª ZELITE ANDRADE CARNEIRO
Presidente do Tribunal

4) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 13.289.974,35 e Despesa inscrita em Restos a Pagar não processados de Precatórios da Administração Indireta: R$ 11.643.641,77 .

5) No período de janeiro a agosto/2011, não foi contabilizado saldo na conta 195140200 (Outros Cancelamentos de RP) referente ao grupo de despesa 1.

Desª MARIA DE LOURDES SALLABERRY
Presidente do Tribunal

JOSÉ MÁRCIO DA SILVA ALMEIDA
Diretor-Geral

DENISE HOLLANDA COSTA LIMA
Diretora da Secretaria de Controle Interno
Substituta

MARCELO ABREU DA SILVA
Diretor da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 211, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:
Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;
Art..2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª MARIA DE LOURDES SALLABERRY

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011
RGF-ANEXO I (LRF. art.55, Inciso I, Alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO P ROCESSA-DOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.2 11 . 2 41	0	1.2 11 . 2 41
Pessoal Ativo	804.546	0	8 0 4 . 54 6
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	82	0	8 2
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Orgão e de outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	804.464	0	8 04 . 464
Pessoal Inativo e Pensionistas	406.695	0	406.695
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	1.187	0	1.1 87
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Orgão e de outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	405.508		4 0 5 . 508
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, §1º, da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	4 51 . 05 9	0	4 51 . 059
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	198	0	198
Decorrentes de Decisão Judicial	82	0	82
Despesas de Exercícios Anteriores	55.293	0	55 . 2 93
I nativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	395.486	0	395 .4 8 6
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	7 6 0 . 1 8 2	0	7 6 0 . 1 8 2
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			5 5 2. 733 . 063
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (V)=(III/IV) x 100	0,137531%	0,000000%	0,137531 %
LIMITE MÁXIMO(inc.I,II e III, art.20 da LRF) 0,327940%			1. 812 .6 33
LIMITE PRUDENCIAL(§ único, art.22 da LRF)- 0,311543%			1. 722 . 001

FONTE: SIAFI e SECOP/DCON/SOF
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4320/64.
2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): R$ 31.635.745,17.
3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 10.244.469,45 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R$ 938.604,86.

22ª REGIÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS

Processo Administrativo nº 474/2011
AUTORIZO a contratação da Empresa Innovatio Consultoria e Treinamento, CNPJ nº 12.340.009/0001-20, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93, no valor total de R$ 14.317.85 (quatorze mil, trezentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos), para realização do curso Sistema de Registro de Preços.

Teresina, 18 de agosto de 2011.
FELIPE MENDES DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

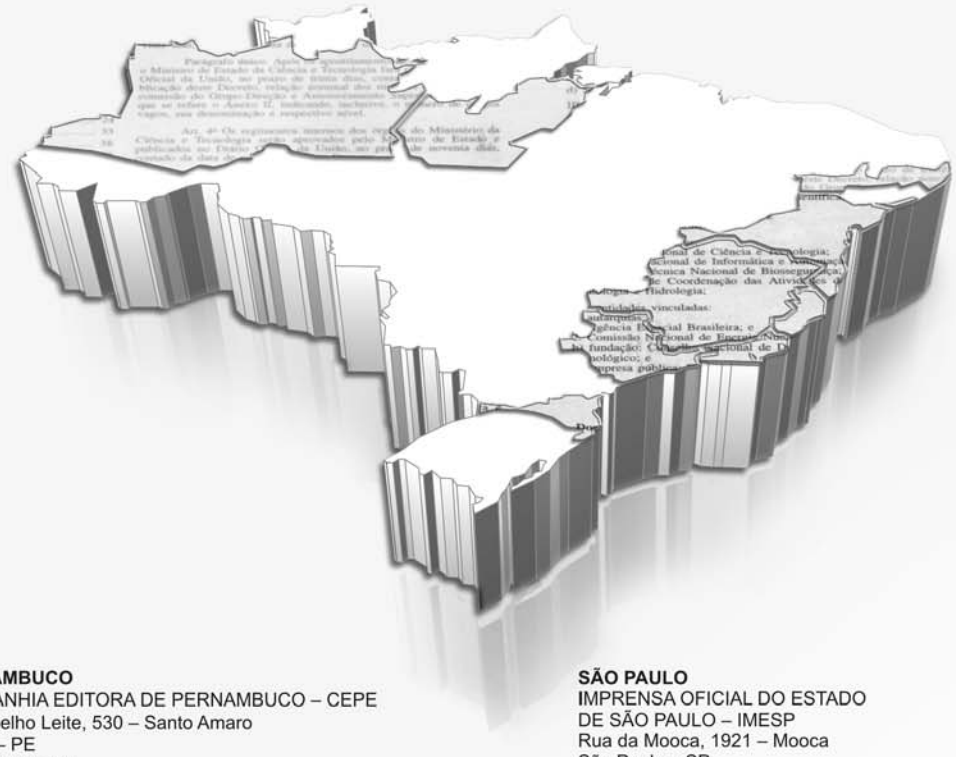
Ratifica-se a inexigibilidade de licitação nos termos do despacho de fls. 46/47v, em cumprimento ao disposto no artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

Teresina, 22 de setembro de 2011.
Des. WELLINGTON JIM BOAVISTA
Presidente do Tribunal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

REVENDA AVULSA DE JORNAIS OFICIAIS

A Imprensa Nacional está cadastrando revendedores de bancas de jornal de natureza jurídica ou física, inscritos como profissionais autônomos na Previdência Social, revendedores de livros, empresas de finalidades assemelhadas e entidades de caráter associativo que tenham interesse em revender o Diário Oficial da União e outras publicações oficiais.

Informações: Central de Atendimento
0800 725 6787 ou pelo portal
www.in.gov.br



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092700125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Encontrar a Informação oficial que você precisa está mais fácil



A Imprensa Nacional lançou um novo sistema de pesquisa e seleção de matérias em seus jornais oficiais na internet. É o ***IN Busca Total***. Com ele, você pesquisa todo o conteúdo publicado nos Jornais Oficiais da Imprensa Nacional, desde o ano de 2002, a partir de critérios escolhidos pelo usuário no momento da pesquisa, na ferramenta **Consulta Global**, com comandos rápidos e simples. Além disso, há um **Aviso de Publicação** emitido diariamente por meio de correio eletrônico com as indicações dos assuntos selecionados por você e publicados nos Diários Oficiais do dia. Nesse novo sistema, você encontra um universo de informação mais amplo e que permite localizar leis, decretos, portarias e todos os atos de seu interesse com muito mais rapidez.

IN Busca Total

IMPRENSA NACIONAL 1808

Acesse agora mesmo http://inbuscatotal.in.gov.br, conheça os detalhes do novo serviço e cadastre-se no ***IN Busca Total***. Ou se preferir, entre em contato com a equipe de atendimento da Coordenação de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais no telefone 0800 7256787 e receba as orientações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092700127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092700128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.